UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social

José Fernando Andrade Costa

Só a luta muda a vida: um estudo sobre lutas sociais e mandatos coletivos na atual crise da democracia brasileira

São Paulo

2022

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social

José Fernando Andrade Costa

Só a luta muda a vida:

um estudo sobre lutas sociais e mandatos coletivos na atual crise da democracia brasileira

(Versão corrigida)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Luis Guilherme Galeão da Silva, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Área de concentração: Psicologia Social.

Linha de pesquisa: Processos psicossociais básicos: a relação indivíduo-grupo.

São Paulo

2022

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catalogação na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo autor

Andrade Costa, José Fernando

Só a luta muda a vida: um estudo sobre lutas sociais e mandatos coletivos na atual crise da democracia brasileira / José Fernando Andrade Costa; orientador Luis Guilherme Galeão da Silva. -- São Paulo, 2022.

370 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2022.

1. Luta social. 2. Mandato coletivo. 3. Democracia. 4. Psicologia social. 5. Teoria crítica. I. Galeão da Silva, Luis Guilherme, orient. II. Título.

José Fernando Andrade Costa

“Só a luta muda a vida”: um estudo sobre lutas sociais e mandatos coletivos na atual crise da democracia brasileira

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Psicologia Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a). Dr(a)._____

Instituição: _____ **Assinatura:** _____

Prof(a). Dr(a)._____

Instituição: _____ **Assinatura:** _____

Prof(a). Dr(a)._____

Instituição: _____ **Assinatura:** _____

Prof(a). Dr(a)._____

Instituição: _____ **Assinatura:** _____

Prof(a). Dr(a)._____

Instituição: _____ **Assinatura:** _____

Prof(a). Dr(a)._____

Instituição: _____ **Assinatura:** _____

Tese defendida em: _____ / _____ / _____.

Em memória de
Terezinha Correia de Andrade Silva
e Maria da Glória Andrade Rocha

A todos e todas que lutam
e ousam sonhar

Agradecimentos

Uma tese de doutorado é um trabalho árduo, mas não é algo que se faz sozinho. Nessa maratona eu tive o privilégio de contar com o apoio de muitas pessoas para que eu chegasse até aqui com a certeza de que não apenas o caminho se faz ao caminhar, mas que o sentido dessa caminhada se faz na luta.

Por isso, quero agradecer, em primeiro lugar, às pessoas com quem conversei para a realização desta pesquisa – Fernando Ferrari, Jesus dos Santos, Chirley Pankará, Jhonatas Monteiro, João Yuji, Gabriel Azevedo, Paula Aparecida e Claudia Visoni –, em especial ao Fernando, um defensor das causas do povo periférico que eu muito admiro e respeito.

Agradeço aos/às colegas do grupo de Psicologia Social Crítica e ao meu orientador, prof. Luis Galeão. Em meu percurso no Instituto de Psicologia da USP tive a oportunidade de fazer amizades e aprender com grandes mestres. Sou também imensamente grato à equipe da secretaria do PST e da CPG por todo apoio, sobretudo após minha mudança para a Bahia.

Agradeço aos colegas e às turmas da Universidade Estadual de Feira de Santana com quem tenho a sorte de conviver nesses últimos anos. Tenho aprendido muito desde que cheguei à Feira de Santana, sobre as lutas e sobre a vida.

Agradeço a todo o grupo de pesquisa Psicologia e Teoria Crítica (Feirafurt) e aos/às colegas do GT Psicologia Comunitária da ANPEPP, onde fui acolhido desde o início do doutorado e onde muito tenho aprendido.

Agradeço a todos/as os/as colegas de ABRAPSO, especialmente do Núcleo Bahia e da Regional Nordeste. Tem sido muito bom construir as lutas da psicologia social e fazer novas amizades nesses espaços tão acolhedores e potentes!

Agradeço em especial à minha família por todo o apoio, sobretudo à minha mãe Maria Anita, minha irmã Mariana e aos meus dois sobrinhos, Guilherme e Gustavo – minhas razões de ser e meus horizontes de inspiração.

Agradeço também aos meus sogros, Otoniel e Ana Maria, por todo amor e carinho. São para mim um pai e uma mãe que tive a felicidade de encontrar depois de adulto.

À minha esposa e companheira Nathára faltam palavras para agradecer o quão importante foi o apoio nessa caminhada, a cada dia, sobretudo na reta final da escrita da tese. Sigamos juntos partilhando nossos sonhos e lutas.

Agradeço à CAPES pela bolsa concedida no início da realização desta pesquisa e à Área de Psicologia do DCHF-UEFS pelo afastamento concedido na reta final da escrita.

Nem o sofrimento nem as lutas são de todo contingentes.
Pelo contrário, são respostas a dinâmicas estruturais profundas.

Nancy Fraser.

Costa, J. F. A. (2022). “Só a luta muda a vida”: um estudo sobre lutas sociais e mandatos coletivos na atual crise da democracia brasileira. Tese. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo. 370 fls.

Resumo

A presente pesquisa trata da luta social enquanto um tipo de atividade humana tão invariante quanto trabalho e interação, de modo que a luta pode ser compreendida como um processo psicossocial básico mediador da relação indivíduo-grupo-sociedade. Para investigar as formas de luta social no contexto da crise da democracia brasileira elegeu-se como recorte temático o fenômeno dos mandatos coletivos enquanto iniciativas recentes de reinvenção da participação política institucional por grupos historicamente sub-representados, tais como: mulheres, negros, indígenas, trans, ambientalistas, periféricos, militantes e ativistas. Buscou-se analisar a configuração das lutas contemporâneas a partir de um estudo de caso expandido em duas frentes: 1) estudo bibliográfico sobre lutas sociais e horizontes normativos; 2) pesquisa empírica com integrantes de mandatos coletivo, compartilhado e popular. Foram realizadas oito entrevistas orientadas por roteiro semiestruturado e análise documental de inspiração netnográfica de postagens em redes sociais de internet entre 2019 e 2022. Os casos discutidos foram: Mandato Coletivo de Alto Paraíso de Goiás (GO); Mandato Compartilhado de Gabriel Azevedo, em Belo Horizonte (MG); Mandato Popular de Jhonatas Monteiro, em Feira de Santana (BA); e a Mandata Ativista de São Paulo (SP). Os achados da pesquisa foram divididos em oito capítulos dedicados: 1) à discussão da luta social enquanto crítica-prática; 2) aos horizontes normativos da crítica social; 3) ao diagnóstico da crise do capitalismo e da democracia; 4) à dinâmica das lutas sociais no Brasil; 5) às configurações das lutas mediadas pelas redes sociais de internet; 6) à participação política institucional e iniciativas de apoio a candidaturas; 7) às diferentes experiências de reinvenção da ocupação política; 8) à dimensão psicossocial das lutas sociais a partir do caso Mandata Ativista. Como referenciais analíticos, foram utilizados os aportes da teoria crítica contemporânea (Habermas, Honneth, Fraser e Jaeggi) e da Psicologia Social Crítica latino-americana. Argumenta-se que o surgimento dos mandatos coletivos resulta da combinação entre o aprofundamento da crise de legitimação democrática e a reconfiguração das lutas sociais em um contexto de mudança institucional na ordem social capitalista contemporânea. Entendida como forma de prática social crítica, as lutas interseccionais – feministas, antirracistas, ecológicas e anticapitalistas – podem ser potencializadas pela experiência coletiva de ocupação da política. No entanto, a condensação das lutas sociais revela efeitos psicossociais ligados tanto aos processos de aprendizagem por meio da aquisição de experiências, quanto aos bloqueios institucionais à participação de novos corpos e pautas no âmbito da política institucional brasileira.

Palavras-chave: Luta Social. Mandato Coletivo. Democracia. Psicologia Social. Teoria Crítica.

Costa, J. F. A. (2022). “Only struggle changes life”: a study on social struggles and collective mandates in the current crisis of Brazilian democracy. Thesis (Social Psychology). Institute Psychology at University of São Paulo. 370 fls.

Abstract

The present research deals with social struggle as a type of human activity so invariant as work and interaction. Social struggle can be understood as a basic psychosocial process that mediates the individual-group-society bond. The phenomenon of collective mandates was chosen as a thematic focus in this study, in order to investigate the forms of social struggle in the context of the crisis of Brazilian democracy. Collective mandates are recent initiatives to reinvent institutional political participation by historically underrepresented groups, such as: women, blacks, indigenous, transsexual, environmentalists, peripherals subjects (sujeitos periféricos), activists and activists. The configuration of contemporary struggles is discussed from expanded case method on two fronts: 1) bibliographic study on social struggles and normative horizons; 2) empirical research with members of collective, shared and popular mandates. Documentary analysis with nethnographic inspiration and eight semi-structured interviews were carried out between 2019 and 2022. The cases discussed were: Collective Mandate of Alto Paraíso de Goiás (GO); Shared Mandate of Gabriel Azevedo, in Belo Horizonte (MG); Popular mandate of Jhonatas Monteiro, in Feira de Santana (BA); and the Mandate Activist of São Paulo (SP). The research findings were divided into eight chapters dedicated to: 1) the discussion of social struggle as a form of “practice criticism”; 2) the normative horizons of social criticism; 3) the diagnosis of the crisis of capitalism and democracy; 4) the dynamics of social struggles in Brazil; 5) the configurations of struggles mediated by internet social networks; 6) institutional political participation and initiatives to support candidacies; 7) three different experiences of political occupation; 8) to the critical social psychology approach of social struggles from the Mandata Ativista case. The analytical references were contemporary critical theory (Habermas, Honneth, Fraser and Jaeggi) and Latin-American Critical Social Psychology. It is argued that the emergence of collective mandates results from the combination of the deepening crisis of democratic legitimacy and the reconfiguration of social struggles in a context of institutional change in the contemporary capitalist social order. Understood as a form of critical social practice, intersectional struggles – feminist, anti-racist, ecological and anti-capitalist – can be potentiated through the collective experience of occupying politics. However, the condensation of social struggles reveals psychosocial effects linked both to learning processes through the acquisition of experiences, and to institutional blocks to the participation of new bodies and agendas within the scope of Brazilian institutional policy.

Keywords: Social Struggle. Collective Mandate. Democracy. Social Psychology. Critical Theory.

Lista de Figuras

Figura 1. Foto oficial de campanha da Bancada Ativista 29

Figura 2. Foto do evento “Mulheres negras movendo as estruturas”, 14 de março de 2018, bairro da Lapa, Rio de Janeiro 31

Figura 3. Manifestantes em torno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro durante protesto contra o assassinato de Marielle Franco 32

Figura 4. Fluxograma da obtenção de artigos, conforme recomendação PRISMA 48

Figura 5. Evolução da quantidade de artigos com os termos “Psicologia”, “Luta” e “Social” publicados na Scielo e no PEPSIC, por ano 49

Figura 6. Emancipação e libertação como horizontes das lutas de mudança social 87

Figura 7. Esquema das fronteiras entre primeiro plano econômico e condições de possibilidade do capitalismo enquanto ordem social institucionalizada 151

Figura 8. Esquema de trajetórias políticas e fatores que, potencialmente, contribuem para as lacunas de representação 192

Figura 9. Mandato Coletivo Alto Paraíso de Goiás (2017-2020) 217

Figura 10. Muitas Gabinetona - Belo Horizonte/MG 218

Figura 11. Mandata Ativista – São Paulo/SP 218

Figura 12. Juntas – Recife/PE 219

Figura 13. Quilombo Periférico – São Paulo/SP 219

Figura 14. Bancada Feminista – São Paulo/SP 220

Figura 15. Pretas por Salvador – Salvador/BA 220

Figura 16. Nossa Cara – Fortaleza/CE 221

Figura 17. Mandato Coletivo Permacultural – Alto Paraíso/GO 221

Figura 18. Coletivo Nós – São Luís/MA 222

Figura 19. Nossa Voz – Itajubá/MG 222

Figura 20. Mandato Coletivo de Machado – Machado/MG 223

Figura 21. Sonia Lansky da Coletiva – Belo Horizonte/MG 223

Figura 22. Josi Mais Coletivo – Ponta Grossa/PR 224

Figura 23. Fany das Manas – Garunhuns/PE 224

Figura 24. É as Guria! – Ijuí/RS 225

Figura 25. Coletivo Teremos Vez – Viamão/RS 225

Figura 26. Coletiva de Mulheres – Ribeirão Pires/SP 226

Figura 27. Coletivo Enfrente! – Ourinhos/SP 226

Figura 28. Coletivo Popular Judeti Zilli – Ribeirão Preto/SP 227

Figura 29. Coletivo Representa Taubaté – Taubaté/SP 227

Figura 30. A Cidade É Sua! – Piracicaba/SP 227
Figura 31. Todas as Vozes – Ribeirão Preto/SP 228
Figura 32. Mutirão Santo Antônio do Pinhal – Santo Antônio do Pinhal/SP 228
Figura 33. Mandato Popular Coletivo – São Carlos/SP 229
Figura 34. Mulheres Por + Direitos – São Caetano do Sul/SP 229
Figura 35. João Yuji 232
Figura 36. João Yuji com moradores de Alto Paraíso em atividades comunitárias 241
Figura 37. Gabriel Azevedo 245
Figura 38. Interface do aplicativo Meu Vereador 249
Figura 39. Turma do Chapéu – Juventude do PSDB 254
Figura 40. Jhonatas Monteiro 259
Figura 41. Jhonatas Monteiro na comunidade quilombola da Lagoa Grande 267
Figura 42. Jhonatas na rua Marechal Deodoro junto a feirantes ameaçados de remoção pela prefeitura 272
Figura 43. Jhonatas Monteiro exibindo placa de compromisso com a Agenda Marielle Franco após diplomação na Câmara de Feira de Santana 280
Figura 44. Integrantes da Mandata Ativista 283
Figura 45. Divulgação das candidaturas apoiadas pela Bancada Ativista em 2016. 287
Figura 46. Divulgação da candidatura coletiva da Bancada Ativista em 2018 288
Figura 47. Divulgação das candidaturas apoiadas pela Bancada Ativista em 2020. 289
Figura 48. Convite para evento de lançamento da Bancada Ativista, no Facebook. 290
Figura 49. Capa e página inicial do Guia Prático de Incidência Política, da Mandata Ativista 309
Figura 50. Quantidade de Projetos de Lei apresentados pela Mandata Ativista, por ano 312
Figura 51. Guia inspiracional publicado pela Bancada Ativista sobre como estruturar uma candidatura coletiva 330
Figura 52. Guia inspiracional publicado pela Bancada Ativista sobre como construir um movimento para eleger candidaturas ativistas 330
Figura 53. Processo de experiência em John Dewey 337

Lista de Quadros

Quadro 1. Perfil dos/das participantes entrevistados/as 39

Quadro 2. Artigos selecionados após síntese qualitativa 50

Quadro 3. Situações críticas e horizontes normativos correspondentes 86

Quadro 4. Regimes de acumulação capitalista mundial por período de consolidação e crise, segundo Nancy Fraser 102

Quadro 5. Relação entre primeiro plano econômico e plano de fundo não econômico, tipos de dominação e lutas sociais 103

Quadro 6. Configuração do senso comum hegemônico no capitalismo financeirizado e suas possibilidades de transformação contra-hegemônica, segundo Nancy Fraser (2018 121

Quadro 7. Regimes de acumulação capitalista no Brasil por período de consolidação e crise 142

Quadro 8. Características das lutas sociais contra-hegemônicas 153

Quadro 9. Atuação das iniciativas de apoio a candidatos/as para superação de obstáculos de participação política entre grupos historicamente marginalizados 205

Quadro 10. Iniciativas de apoio a candidaturas 206

Quadro 11. Lista de mandatos/as coletivos/as (2016-2020) 214

Quadro 12. Perfil das pessoas que compuseram a candidatura Bancada Ativista (2018) 291

Quadro 13. Lista de Deputados/as da ALESP ordenada por número de Projetos de Lei apresentados 311

Quadro 14. Lista de Projetos de Lei apresentados pela Mandata Ativista 315

Lista de Siglas e Abreviaturas

ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
ANMIGA	Articulação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade
APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BRICS	Grupo das economias emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CELAM	Conferência Geral do Episcopado Latino-americano
Cidadania	Partido Cidadania (antigo PPS – Partido Popular Socialista)
Conjur	Consultor jurídico
Covid-19	*Coronavirus disease 2019*
CPF	Cadastro Nacional de Pessoa Física
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DeCS/MeSH	Descritores em Ciências da Saúde
EHESS	*École de Hautes Études en Sciences Sociales*
EPA	Agência de Proteção Ambiental
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNB	Frente Negra Brasileira
FUNABEM	Fundação Nacional de Bem-Estaro do Menor
GEMARX	Grupo de Estudos Marxistas
HPT	História Para Todos
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAD	Instituto Pensamentos e Ações para Defesa da Democracia
JUC	Juventude Universitária Católica
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LER	Liga Estratégica Revolucionária
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneres, Travestis, Queers, Interssex, Assexuais entre outras.
Lula	Luiz Inácio Lula da Silva
MA	Mandata Ativista
MBA	Movimento Bancada Ativista

MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MES	Movimento Esquerda Socialista
MNU	Movimento Negro Unificado
MPAS	Ministério de Previdência e Assistência Social
MPL	Movimento Passe Livre
MRT	Movimento Revolucionário dos Trabalhadores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MSTB	Movimento dos Sem Teto da Bahia
ONG	Organização Não Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
Patriota	Partido Patriota (antigo PEN – Partido Ecológico Nacional e PRP – Partido Republicano Progressista)
PC	Partido Comunista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PEPSIC	Periódicos Eletrônicos em Psicologia
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Podemos	Partido Podemos (antigo PTN – Partido Trabalhista Nacional)
PRISMA	Principais Itens para Relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises
PRM	Partido Republicano Mineiro
PRP	Partido Republicano Paulista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

PV	Partido Verde
RAPS	Rede de Ação Política pela Sustentabilidade
Rede	Partido Rede Sustentabilidade
Republicanos	Partido Republicanos (antigo PMR – Partido Municipalista Renovador – e PRB – Partido Republicano Brasileiro)
Rio 92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
Scielo	*Scientific Electronic Online Library*
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SiBi USP	Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo
SUS	Sistema Único de Saúde
STF	Supremo Tribunal Federal
TdL	Teologia da Libertação
TEN	Teatro Experimental do Negro
TINA	*There Is No Alternative*
TMR	Teoria da Mobilização de Recursos
TNMS	Teoria dso Novos Movimentos Sociais
TPP	Teoria do Processo Político
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIÃO	Partido União Brasil (antigo DEM – Democratas e PSL – Partido Social Liberal)
UNE	União Nacional de Estudantes
USP	Universidade de São Paulo
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

Sumário

Introdução 19
1. Só a luta muda a vida? 20
2. Crise da democracia e a emergência das mandatas coletivas 25
2.1. O golpe foi televisionado 25
2.2. Sementes da luta florescem 30
3. Sobre a pesquisa 36
3.1. Problema 36
3.2. Hipótese 37
3.3. Objetivos 37
3.4. Método 38
3.5. Estrutura da tese 41

Parte 1 - Lutas sociais e horizontes normativos

Capítulo 1. As lutas sociais como um objeto de Psicologia Social 44
Introdução 44
1. Visitando a literatura 46
1.1. O que dizem as publicações? 46
2. Em busca de uma definição de luta social 59
2.1. Por que as pessoas se engajam em lutas sociais? 59
2.2. Militância ou ativismo? 62
3. Luta: uma categoria tão invariante quanto trabalho e interação 64
3.1. Axel Honneth e o paradigma da luta por reconhecimento 64
3.2. As lutas sociais como "crítica prática" 67
Conclusão 70

Capítulo 2. Emancipação ou libertação? 72
Introdução 72
1. Horizontes normativos 74
2. Duas matrizes de teoria crítica 77
2.1. Emancipação 77
2.2. Libertação 80
3. Perspectivas para a crítica social: um diálogo periferia-centro 85
Conclusão 88

Parte 2 - Diagnóstico das lutas

Capítulo 3. Crise do capitalismo e da democracia 90
Introdução 90
1. Uma questão preliminar: com quais os fundamentos podemos criticar o capitalismo? ... 91
2. Capitalismo: uma atualização conceitual 95
3. Os três domínios das "condições de possibilidade" do capitalismo 97
4. O capitalismo em perspectiva histórica 102
4.1. Capitalismo mercantil 103
4.2. Capitalismo liberal concorrencial 107
4.3. Capitalismo administrado pelo Estado 110
4.4. Capitalismo financeirizado 113
5. Uma teoria unificada do capitalismo e a crise da democracia 117
Conclusão 121

Capítulo 4. A dinâmica da mudança e as lutas sociais no Brasil 122
Introdução 122
1. Da "base social zero" ao lulismo 122
1.1. Capitalismo mercantil 123
1.2. Capitalismo industrial-modernizante 129
1.3. Capitalismo administrado pela ditadura militar 134
1.4. Capitalismo financeiro e o período lulista 138
2. Do Junho de 2013 ao Outubro de 2018: uma explosão de lutas sociais 142
3. Retomando a teoria crítica das lutas sociais 149
3.1. Lutas de fronteiras, lutas de classe 153
Conclusão 162

Parte 3 - Os âmbitos das lutas

Capítulo 5. Ruas e redes: mutações da esfera pública política 164
Introdução 164
1. Esfera pública, sociedade civil e movimentos sociais 166
2. Esfera pública e capitalismo digital 171
3. Redes sociais de internet e comportamento politico 174
4. Novas configurações das lutas conectadas 179
Conclusão 185

Capítulo 6. Participação política institucional 187
Introdução 187
1. Sistema político-eleitoral brasileiro 187
1.1. Democracia para quem? 188
1.2. Barreiras à participação popular na política institucional 191
2. O Brasil político e suas contradições 195
2.1. Os três partidos brasileiros 195
2.2. Notas sobre algumas práticas da "velha" política 199
3. Mapeando formas de "hackear" a política 202
3.1. Iniciativas de apoio a candidaturas 202
3.2. Mandatas/os Coletivas/os: novos corpos ocupando a política institucional 209
Conclusão 215

Parte 4 - Estudos de caso

Capítulo 7. Três modos de ocupar a política:
mandato coletivo, compartilhado e popular 231
Introdução 231
1. Descentralizando o legislativo:
João Yuji e o Mandato Coletivo de Alto Paraíso de Goiás (GO) 232
2. Ampliando a democracia:
Mandato Compartilhado de Gabriel Azevedo em Belo Horizonte (MG) 245
3. Mandato Popular em luta:
Jhonatas Monteiro em Feira de Santana (BA) 259
Conclusão 281

Capítulo 8. A Mandata Ativista de São Paulo 283
Introdução 284
1. Da Bancada à Mandata Ativista e suas crises 285
1.1. Como surgiu 285
1.2. Quem são as pessoas 291
1.3. Recrutamento e campanha 296
1.4. A chegada à ALESP 301
1.5. As múltiplas pautas e lutas 306
1.6. Os conflitos, adoecimentos e rachas 321
1.7. O legado 329
2. De volta às lutas sociais: contribuições da psicologia social crítica 332
2.1. Identidade pessoal forjada na luta 332
2.2. Interação de grupo e bases comunitárias da luta 339
2.3. Crítica social: anticapitalismo e progresso moral 342
Conclusão 346

Considerações finais 347

Referências 353

Apêndice 368

Introdução

Milagres acontecem quando a gente vai à luta.

Felicidade.
Sergio Vaz

1. Só a luta muda a vida?

Tida como um slogan, um lema ou palavra de ordem, o fato é que a expressão "só a luta muda a vida" é tão frequente entre militantes e ativistas de coletivos e movimentos sociais que parece traduzir bem o significado de suas experiências, praticamente dispensando maiores explicações sobre essa realidade: não há transformação possível sem luta. Ao mesmo tempo, se pararmos para pensar sobre a força dessa ideia e toda a carga de sentido que ela carrega, chegamos à conclusão de que ela merece uma tese. Ou melhor, várias teses – a serem desenvolvidas tanto na academia quanto nas ruas, nas instituições políticas, nas comunidades. Por isso, da parte que me cabe com o presente trabalho de pesquisa, busco oferecer uma modesta reflexão sobre a pergunta: só a luta muda a vida? Isto é, em que sentido podemos dizer que *apenas* um tipo de interação social que chamamos de *luta* é responsável por explicar a mudança de vida pessoal e coletiva entre seres humanos? Como definir esse tipo especial de interação? Qual o horizonte da mudança? Quais as características históricas das lutas sociais? E suas configurações contemporâneas?

O interesse por essas e outras perguntas semelhantes permeia o desenvolvimento da Psicologia Social Crítica. Trata-se de um campo de estudos não limitado à descrição dos processos de dominação e opressão, daquilo que há de ideológico na interação social, mas que busca desvelar, a partir da realidade concreta, os potenciais de resistência e a forma como tais potenciais se expressam em termos de conscientização e luta. Se as lutas sociais estão quase sempre presentes nos estudos psicossociais críticos, sua tematização direta não é muito frequente. Talvez não pareça sequer necessário problematizar um tipo de prática social tão corriqueira entre coletivos e movimentos sociais politicamente engajados. Porém, quando olhamos mais de perto, logo percebemos que não existe um único tipo de luta ou de atitude crítica – as expressões "militância" e "ativismo", por exemplo, revelam essa pluralidade. Trazer para o debate a noção de "luta", enquanto processo psicossocial básico – isto é, como um conjunto histórica e politicamente situado de práticas estruturantes da relação indivíduo-grupo –, permite compreender melhor as motivações e formas de aprendizado que perpassam a experiência de quem se engaja em determinadas pautas e ocupa o espaço público para fazer ecoar a voz e os sentimentos de um coletivo.

Segundo Max Weber (2014), na história da espécie, sempre estiveram presentes – como dimensão intrínseca das transformações da vida humana – tanto a luta pela sobrevivência ("seleção natural"), quanto a luta (ou concorrência) entre indivíduos e grupos ("seleção social"). Em sentido sociológico estrito, "luta" constitui uma relação social na qual as ações individuais se orientam pelo propósito de imposição da própria vontade contra a resistência dos outros, sendo sua mais radical antítese a "relação comunitária". A luta social pode ser classificada das mais diversas formas, desde o combate sangrento ou esportivo, até a concorrência erótica, de mercado ou eleitoral. O mais interessante é que nessa tipologia a luta configura uma forma privilegiada de relação social, que se encontra na base da existência das coletividades, permeando todas as possibilidades de viver ou sobreviver, seja por meios pacíficos ou não. Essa explicação, contudo, deixa de fora todo aspecto de motivação moral para a luta e parece não corresponder adequadamente ao que se costuma entender pela ideia de luta presente na frase que circula entre militantes e ativistas no Brasil.

No cotidiano de quem enfrenta as adversidades da existência, *lutar* significa *viver* – ou imprimir uma direção intencional ao curso da vida, seja para transformá-la ou para preservá-la. Mas "viver" significa mais do que o mero intervalo de tempo entre o nascimento e a morte. "A vida não vive", diz a primeira epígrafe das *Minima Moralia* (Adorno, 2008), expressando bem a intenção de um ensaio crítico sobre a vida lesada no capitalismo. Nas atuais condições, a única maneira de lidar com os impedimentos ou bloqueios de uma vida melhor é por meio da luta; para quem se encontra em situação de sofrimento ou diante de uma injustiça impera a certeza de que *a vida é uma luta permanente* e há que se frisar a *emergência da vida* para superar o anestesiamento social frente à retirada de direitos, como enfatizou Marielle Franco (2017, p. 93). Neste sentido, *viver* significa *lutar*, e luta diz respeito tanto à vida social, fundada por relações de poder, quanto à vida biológica, cujo imperativo é a sobrevivência da espécie.

Sem dúvidas, luta supõe conflito, enfrentamento. Mas, como diz o poeta Sergio Vaz, não devemos confundir briga com luta: enquanto briga tem hora para acabar, luta é para uma vida inteira. Lutar também pode ser um comportamento moralmente valorado, um atributo positivo: há pessoas "lutadoras", "batalhadoras" ou "guerreiras" que não esmorecem frente às adversidades do cotidiano. Há instituições e coletivos "de luta". Há quem faça do luto, luta. Há quem faça da luta, uma escola: "a luta é pedagógica". Como disse o poeta Bertolt Brecht, as pessoas que lutam por anos são consideradas as melhores, mas aquelas que lutam a vida inteira são as imprescindíveis. Além disso, sabemos, desde Marx e Engels, que a história de todas as sociedades até hoje existentes tem sido a história da *luta de classes*.

Quando voltamos nossa atenção para as lutas sociais, encontramos as razões que direta ou indiretamente explicam a necessidade de enfrentamento por parte de indivíduos e grupos; podemos compreender melhor *quem* são as pessoas que lutam, *por que* lutam, como se *organizam* para lutar, quais os *efeitos* da luta (positivos e/ou negativos, tanto para indivíduos quanto para grupos), entre outros aspectos da realidade social. O pressuposto meta-teórico aqui consiste em assumir o conflito como algo inerente à sociedade: no nível mais básico das formações sociais estão em contradição a interdependência e os anseios por autonomia, de modo que ideais normativos como igualdade, liberdade e justiça somente são possíveis enquanto esforços de processar a diferença, a heteronomia e os conflitos derivados da vida em coletividade. Assim compreendida, a integração social não é um mero resultado da solidariedade orgânica e mecânica, mas da estabilização dinâmica do conflito e da mudança. Nesse registro, a participação ativa de indivíduos e grupos na esfera pública só pode ser compreendida por meio de um paradigma da luta.

Mesmo para psicologia social tradicional, baseada no paradigma da estabilidade social[1], há diversos exemplos da pressão exercida pelo conflito, embora os processos de luta costumem ser reduzidos, por um lado, ao estudo de formas de comportamentos divergentes, desviantes da norma, agressivos ou rebeldes, e, por outro, ao conformismo, altruísmo, comportamento solidário ou "pró-social". Estudos clássicos da disciplina tratam desses temas, como o experimento de obediência a autoridade, de Stanley Milgram (1963) – no qual 65% (26 dos 40 participantes) foram "sujeitos obedientes" até o final do experimento (que consistia basicamente em uma sessão de tortura encenada), enquanto 35% (14 participantes) se recusaram a continuar participando a partir de certo ponto. Esses últimos foram denominados de "sujeitos desafiadores". Também no estudo de Solomon Asch (1960), a respeito da conformidade ao grupo, verifica-se que onde há submissão também há resistência. Neste caso, assim como no estudo de Milgram, o sujeito participante se encontrava em uma situação ensaiada previamente entre o experimentador e sua equipe, visando criar um ambiente de tensão entre o "sujeito ingênuo" e os demais participantes (aliados do experimentador). A tarefa consistia em algo bastante simples: indicar a semelhança entre figuras. Ocorre que o grupo de aliados do experimentador era instruído a escolher as opções nitidamente erradas, deixando o "sujeito ingênuo" em conflito sobre seguir sua percepção ou acompanhar o julgamento do grupo e assim não destoar da maioria. Os resultados surpreenderam, pois cerca de 33% das respostas dadas pelos "sujeitos ingênuos" foram em concordância com a maioria

[1] Refiro-me aqui aos pressupostos meta-teóricos sobre a natureza e o estatuto da sociedade nas Ciências Sociais, à luz da discussão feita a esse respeito por Burrell e Morgan (1979) e por Montero (2001).

unânime, seja por distorção da ação (percebiam que a maioria estava errada, mas evitavam agir em desacordo), distorção do julgamento (o indivíduo cogitava estar com problemas de visão) ou distorção da percepção (em alguns poucos casos os indivíduos de fato não viram o erro óbvio e concordaram sem conflitos com a maioria unânime equivocada). No caso do estudo de Asch, a conformidade com o grupo diminuía acentuadamente uma vez que o indivíduo não se encontrava mais só contra a maioria unânime; a introdução de aliados fazia aumentar a resistência e a coragem para fazer oposição ao julgamento equivocado do grupo.

Tanto no estudo de Milgram quanto no de Asch – e em diversos outros experimentos semelhantes exaustivamente aplicados e replicados –, podemos observar dois tipos de comportamento distintos: de um lado, os indivíduos que, por pressão da autoridade ou do grupo, deixam de exercitar uma avaliação crítica da situação na qual se encontram, abdicando de tomar uma posição consciente e firme a partir dos princípios éticos que, em situações ordinárias e não-conflituosas, aprenderam a zelar; de outro lado, indivíduos que, mesmo sob a pressão de uma situação social, conseguem avaliar ou simplesmente reagir contra uma evidente injustiça ou equívoco coletivo. A busca por um melhor entendimento desses processos de *conformismo* e *resistência* caracterizou parte do campo de pesquisas psicossociais após a Segunda Guerra, com destaque para os estudos sobre a personalidade autoritária (Adorno et al., 1950).

A professora emérita de psicologia social, Ecléa Bosi (2003, p. 119), ao discutir a relação entre opinião, estereótipos e pensamento crítico, propôs a seguinte questão: *que preço teremos que pagar, psicologicamente, pela insubmissão?*[2] A autora apresenta a hipótese de Robert K. Merton, para quem o comportamento divergente é um sintoma de dissociação entre as aspirações que a cultura incentiva e os canais que ela aceita para sua realização. Assim, os diferentes objetivos pessoais perseguidos por cada indivíduo dependem dos meios institucionais disponíveis, gerando modos de adaptação a situações específicas: conformismo, inovação, ritualismo, retraimento e rebelião. Esta última tende a ocorrer quando os indivíduos desejam alcançar seus objetivos, mas criticam tanto os valores quanto a estrutura institucional vigente, buscando substituí-los por novos, mais adequados às suas expectativas.

> [A rebelião] reúne os que desejam uma sociedade nova e consideram arbitrários os fins da estrutura presente, tanto quanto os meios. Mais que arbitrários, ilegítimos. . . . Na rebelião há rejeição de valores dirigidos para obtenção dos bens que não são partilhados com equidade e justiça. Antes de tudo, a rebelião é uma *transvaloração.* Denunciando o mal da estrutura presente, busca-se uma estrutura alternativa. A crise pode vir de um momento de lucidez em que fins e meios se nos revelam. Mas daí a

[2] Ecléa Bosi foi, em muitos aspectos, uma autora pioneira em estudos críticos em psicologia social. Para saber detalhes sobre seu trabalho, vale a pena conferir o ensaio “tempo e resistência”, de Samir Pérez Mortada (2022).

> passar a uma ação política organizada há um longo e sofrido percurso. Fica evidente que essa estrutura social produz tensões que conduzem à anomia e ao comportamento divergente. Como se dá a *passagem* de uma para outra forma de adaptação? (Bosi, 2003, p. 138-139).

Podemos buscar a resposta para a questão sobre a passagem do fatalismo à rebelião em uma concepção ampliada de luta social. Seguindo por essa pista, é compreensível que o campo da Psicologia Social Crítica latino-americana tenha se desenvolvido a partir da crise de referência das ciências sociais, na década de 1970, enquanto uma recusa do paradigma da estabilidade e uma busca por modelos interpretativos da dinâmica dos conflitos, sobretudo na leitura materialista histórica. Silvia Lane (2004a) insistiu na necessidade de refundar a ciência da psicologia social sobre novas bases, que considerem a dimensão histórica do ser humano – sem recusar as ciências tradicionais, mas apontando seus limites e riscos de se tornarem disciplinas ideológicas –, pois somente assim seria possível corrigir o rumo e retirar os psicólogos(as) sociais do encastelamento nas "torres de marfim" das universidades, para que então pudessem dirigir seus esforços à busca de respostas concretas aos problemas das maiorias populares. Por toda a América Latina, a psicologia social pós-década de 1970 conheceu experiências de engajamento entre pesquisadores(as) e movimentos sociais. O campo da Psicologia Social Comunitária, por exemplo, se constituiu fundamentalmente como uma disciplina engajada nas lutas sociais, assim como a Psicologia Política Crítica e muitas outras práticas de libertação (Costa & Barros, 2020).

Não é novidade, portanto, afirmar a luta como objeto de interesse da Psicologia Social Crítica. A principal diferença do presente estudo em relação à tradição existente no campo psicossocial talvez seja a preocupação de *atualizar* alguns temas, como, por exemplo, a crítica do capitalismo, a partir de modelos contemporâneos da Teoria Crítica da Sociedade em sentido estrito[3]. Embora o campo da psicologia crítica como um todo seja evidentemente "partidário" – não no sentido eleitoral, mas no sentido de que "toma partido" nas lutas contra a dominação e a opressão e busca contribuir com a produção de conhecimento para fortalecer e potencializar ações de resistência, tendo como horizonte a emancipação e a libertação –, ainda existem diversos problemas teóricos e práticos a serem enfrentados. Essas dificuldades derivam do próprio movimento histórico da sociedade, pois a cada momento as configurações

[3] Os referenciais teóricos da chamada Escola de Frankfurt são muito presentes nos estudos de psicologia social, no Brasil. Se descontarmos o famoso estudo sobre a personalidade autoritária, coordenado por Adorno, presente em todos os livros-textos de psicologia social pós 1950 e introduzido no Brasil por Otto Klineberg e Dante Moreira Leite, foi Ecléa Bosi quem introduziu de forma sistematizada o pensamento de Adorno neste campo, ainda no final da década de 1960, em seu estudo sobre operárias leitoras. Sobre o pioneirismo de Ecléa na recepção da teoria crítica no Brasil, conferir o trabalho de Silvio Camargo (2014).

das lutas se transformam – sem que isso signifique necessariamente uma desconexão com as lutas anteriores – e então é necessário renovar o diagnóstico do tempo. A tarefa da crítica social é, portanto, realizar diagnósticos objetivos das situações de sofrimento social e dos potenciais de superação contidos na própria realidade social, isto é, desenvolver uma crítica imanente das situações de dominação e opressão, além de identificar as formas de resistência que se expressam nas diversas lutas sociais e os bloqueios que enfrentam. As diferentes práticas de luta são fortes indicadores de como os grupos sociais reagem às situações de sofrimento e injustiça, visando superá-las, em vista de um horizonte de vida boa. Para a teoria crítica, a ideia de que é possível que a vida seja vivida de forma digna por *toda a humanidade* é um horizonte normativo fundamental. No entanto, não há como afirmar o que seria ou como exatamente atingir esse ideal normativo de vida boa. Por isso, é necessário proceder negativamente, indicando o que *impede* de nos aproximarmos de uma forma de vida *melhor* do que a que temos hoje[4]. Isso é possível de fazer. O procedimento negativo, contudo, pode não ser suficiente – ao menos não totalmente. Há sempre alguma forma positiva de expressar o negativo e, no caso da tarefa da teoria crítica, esta forma parece ser as *lutas sociais.* Afinal, só a luta muda a vida.

2. Crise da democracia e a emergência das mandatas coletivas

Para estudar empiricamente as formas de luta social na atualidade é necessário assumir um ponto de partida pragmático. Nesta pesquisa, o recorte será as formas de luta que permeiam a institucionalidade política, em um contexto de forte crise de legitimidade do sistema político-eleitoral e de agravamento da crise do capital. Para explicar por que é interessante voltar a atenção para esse aspecto das lutas sociais, convém resgatar a memória de dois acontecimentos recentes, que abalaram qualquer aspiração a uma forma de vida democrática no Brasil: o golpe jurídico-parlamentar midiático, em 2016, e o assassinato da parlamentar em exercício, Marielle Franco, em 2018.

2.1. O golpe foi televisionado

Durante a tarde e a noite de um domingo, dia 17 de abril de 2016, ao invés da tradicional exibição televisiva com futebol e programas de auditório, a sociedade brasileira

[4] Falar em termos de uma vida "melhor" pode soar simplista, uma vez que uma melhoria pode ser um mero ajuste pontual. Mas, em se tratando de um horizonte de emancipação humana e da crítica *radical* – que vai à raiz das coisas –, uma vida melhor só pode ser uma forma de vida digna e protegida contra tendências de regressão.

assistiu, em rede aberta, à votação da admissibilidade do processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff, na Câmara dos Deputados. Era a epítome de um golpe jurídico-parlamentar-midiático[5], um golpe que em pouco tempo se revelaria como uma singular combinação de forças regressivas empenhadas em empurrar para trás o processo histórico e desmantelar de vez os tímidos ensaios progressistas do lulismo (Singer, 2018).

Naquele domingo, havia nas ruas uma multidão de manifestantes dividida em duas frentes de protesto, contra e a favor do impedimento. Nas redes sociais de internet[6] a votação repercutia em tempo real entre opiniões, debates e *memes*. Dentro do Plenário, muita agitação e confusão. De um lado, os 367 membros do bloco majoritário, que incluía figuras conhecidas por envolvimento em esquemas de corrupção, usavam os quinze segundos de fama da declaração de voto para proferir frases de efeito "contra a corrupção", "a favor da família", para pedir a "misericórdia de Deus", para mandar um "feliz aniversário, minha neta", para enaltecer um torturador, entre outros símbolos do folclore político brasileiro. Do outro lado, 137 parlamentares tentavam defender a legitimidade do governo eleito pelo voto popular em 2014. Exibido como entretenimento, o que se viu não foi o "funcionamento das instituições democráticas", mas um trôpego show de horrores digno de causar consternação e vertigem.

Esse evento é emblemático para refletirmos sobre a crise atual. Ficava mais do que evidente o descontentamento da população com seus representantes da política institucional, efeito de uma enorme crise de legitimidade que vinha se agravando desde as Jornadas de Junho de 2013. Como escreveu Marcos Nobre (2016), em apenas três décadas da Constituição da Nova República, "o impeachment foi o sintoma mais grave de que as instituições entraram em colapso" (p. 136). Naquele turbilhão de acontecimentos, parecia haver um divórcio definitivo entre sociedade e sistema político, de tal feita que os tradicionais atores desse sistema estavam empenhados em proteger a todo custo seus privilégios no sistema, enquanto a sociedade assistia de fora a desfaçatez de uma maioria de homens brancos e ricos que não hesitou em atirar o País no abismo.

É verdade que os efeitos do golpe foram rápidos e dramáticos: reforma trabalhista, congelamento dos investimentos sociais por vinte anos, aumento da transferência de recursos para o mercado financeiro por meio do mecanismo de rolagem da dívida, desmantelamento

[5] Há toda uma literatura disponível para compreender adequadamente os motivos e os efeitos do Golpe (Jinkings, Doria & Cleto, 2016; Souza, 2016; Nobre, 2016; Singer, 2018, entre outros). Ainda assim, alguém poderia dizer que não se tratou de um "golpe de Estado", no sentido tradicional do termo, pois todo o rito do impeachment foi realizado dentro da institucionalidade constitucional. Mas é precisamente essa a "novidade" do Golpe de 2016: ter ocorrido por meio do funcionamento disfuncional das instituições democráticas *contra* a democracia.

[6] Embora a literatura tenha caminhado para a discussão das "mídias digitais" como uma categoria mais precisa do que "rede social", utilizarei preferencialmente a expressão "redes sociais de internet" para contrapor às "ruas" enquanto duas dimensões da esfera pública contemporânea, como veremos no capítulo 5.

das políticas sociais, ascensão da extrema-direita entre outros sintomas de que a jovem democracia brasileira estava morrendo.

Mas, onde há dominação, há resistência. No mesmo momento em que a democracia parecia ser mais uma vez sacrificada em plena luz do dia para atender aos velhos interesses da classe dominante e de seus asseclas no Congresso, nas margens da sociedade civil começava a tomar forma uma reação criativa: um sentimento difuso de indignação e não-reconhecimento diante dos representantes políticos eleitos – em sua maioria: homens, brancos, cisgênero, heterossexuais e ricos –, mobilizou energias para a criação de alternativas à política institucional que partissem "de baixo para cima". No dia seguinte àquele fatídico domingo de abril, uma pessoa escreveu o seguinte em sua conta no *Facebook*, marcando diversos amigos:

> Assistir a fala dos deputados fez consolidar em mim um desejo latente: ocuparemos (como sociedade civil) os espaços políticos, sim ou sim. Tornou-se impossível ignorar esses espaços, deixando-os livres do embate consistente de ideias. Tornou-se impossível não trabalhar para hackear esses espaços e torná-los mais horizontalizados e permeáveis à participação e ao controle social. É preciso construir um ecossistema ali dentro, ao entorno e fora, que favoreça a cooperação e a emergência de valores e princípios éticos, condições fundamentais para que o trabalho dos legisladores seja o mais justo e eficaz possível. É preciso consolidar novas práticas políticas, condizentes com a consciência que já temos sobre o que deve ser uma boa política. e já tem um grupo de amigues se preparando para dar suporte a jovens candidaturas independentes para a câmara de vereadores de São Paulo, de vários partidos políticos, com base nesses propósitos. É hora! (Usuário do Facebook, acesso em 01/02/2021).

Sem dúvidas, há muitos outros exemplos de resistência antes e após esse acontecimento. Para as formas de vida marginalizadas, a luta começa ao nascer e não para nunca. Mas é interessante observar o movimento específico que decorreu dessa postagem na internet. A reação organizada que estava surgindo ali, liderada por jovens desejosos de ocupar a institucionalidade pública – carregando a máxima: "se você não se interessa por política, será governado por quem se interessa" –, culminou na formação de uma iniciativa denominada "Bancada Ativista", um movimento de apoio a candidaturas para a vereança em São Paulo. Nas eleições daquele ano, o grupo participou da campanha de oito candidaturas progressistas: Adriana Vasconcellos (PSOL), Douglas Belchior (PSOL), Isa Penna (PSOL), Marcio Black (Rede), Marina Helou (Rede), Pedro Markun (Rede), Sâmia Bomfim (PSOL) e Todd Tomorrow (PSOL). Dessas, apenas Sâmia foi eleita para o legislativo municipal, com 12.464 votos. Mas, ao todo, as oito candidaturas obtiveram 73.355 votos. Para fins de comparação, o vereador mais votado em 2016 foi Eduardo Suplicy, com mais de 301 mil

votos, cerca de 5,63% do total, seguido por Milton Leite, com 107.957 e Reginaldo Tripoli, com 88.843 votos; por isso, se as oito candidaturas apoiadas fossem uma única chapa coletiva, somando os seus resultados, teriam sido eleitos/as como a sexta mais votada da capital, em um ano político marcado pela renovação e polarização[7].

A Bancada Ativista surgiu como uma iniciativa de incentivo de candidaturas de pessoas que já sairiam candidatas por seus partidos, acreditando no programa que elas representam para a renovação da política, mas cada um/a tinha suas próprias inserções políticas e bases eleitorais. Nas eleições seguintes, a Bancada decide inovar e propõe o lançamento de uma candidatura coletiva – em grande medida inspirada pelo sucesso do Mandato Coletivo de Alto Paraíso de Goiás, eleito em 2016, e por iniciativas semelhantes que despontavam em outros lugares, tais como: Barcelona en Comú e Ahora Madrid, na Espanha; a WikiPolítica, no México; a Revolución Democrática, no Chile; o Partido de la Red, na Argentina, entre outras. No Brasil, também foram pioneiras as experiências políticas do coletivo Somos Muitas com a "Gabinetona", em Minas Gerais, e as Juntas, em Pernambuco, além de diversas outras iniciativas que vinham aquecendo o interesse de participação na esfera pública, como o evento Virada Política, realizado desde 2014, e o Ocupa Política[8].

Em 2018, foi lançada em São Paulo uma candidatura inovadora carregando o nome "Bancada Ativista": nove pessoas, representantes de diferentes frentes de luta, com potencial de revolucionar a forma de ocupar a política institucional. Uma candidatura coletiva reunindo militantes e ativistas das lutas anticapitalista, feminista, antirracista, ambiental, indígena, pela infância, pela educação, pela cultura, pelas periferias, entre outras. Essa candidatura foi eleita com quase 150 mil votos para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Em 2019, uma separação necessária: o Movimento Bancada Ativista (MBA) volta a atuar como organização independente e suprapartidária, e o grupo eleito assume a identidade da Mandata Ativista (MA). Em 2020, com as eleições municipais, três integrantes da MA saem para disputar a vereança, por diferentes partidos e uma é eleita (Erika Hilton). Em 2021, ainda com o grupo tentando encontrar o modo de funcionar com tantas pessoas dividindo um mesmo gabinete e com pautas e bases eleitorais muito diversas, os conflitos logo emergiram e se

[7] Não obstante a expressiva votação de Eduardo Suplicy, do PT, as eleições municipais de 2016 foram caracterizadas pelo declínio do petismo na institucionalidade pública em todo o país. No executivo, Fernando Haddad perdeu a disputa no primeiro turno para um candidato estreante do PSDB, João Doria, que contou também com a maior bancada na Câmara. A título de exemplo, no Rio de Janeiro, o candidato mais votado para a Câmara foi Carlos Bolsonaro, pelo PSC, com 106.657 votos (3,64%), seguido por Tarcísio Motta, do PSOL, que recebeu 90.473 votos (3,09% do total). No executivo, na batalha entre Marcelos, o bispo Crivella (PRB), sobrinho de Edir Macedo, derrotou o professor Freixo (PSOL) no segundo turno. Em dezembro de 2020, Crivella foi preso no exercício do mandato, acusado de chefiar uma organização criminosa.

[8] Detalhes em: https://www.facebook.com/viradapolitica e http://www.ocupapolitica.org.

intensificaram até que houve uma ruptura. Integrantes deixaram o grupo e a situação de crise da Mandata levantou reflexões sobre a sustentabilidade funcional de tais iniciativas de ocupação coletiva do legislativo[9, 10]. Desde então, essa experiência segue sendo um caso exemplar para a discussão sobre os limites e possibilidades de ocupação da política institucional com projetos progressistas e populares. Pode haver quem faça uma leitura de que a experiência da MA "não deu certo", no sentido de que não cumpriu, até o fim, as promessas iniciais do grupo; por outro lado, alguém poderia dizer que os erros e conflitos fazem parte do processo de aprendizagem mais amplo e apontar para o fato de que as candidaturas coletivas se multiplicaram pelo país em 2020. Em todo caso, podemos afirmar que a eleição da MA é ilustrativa de um processo de redefinição da forma de ocupação da política institucional no Brasil e, por isso, merece ser observada, analisada, debatida e aproveitada naquilo que tiver de mais proveitoso para o fortalecimento da ocupação democrática dos espaços institucionais.

Figura 1. Foto oficial de campanha da Bancada Ativista.

Fonte: https://www.facebook.com/bancadaativista.

[9] BBC Brasil. Rafael Barifouse. "A crise em SP que escancara os desafios dos 'mandatos coletivos'". Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56020783.

[10] Folha de S. Paulo. Fábio Zanini, Guilherme Seto e Juliana Braga. "Crise em mandato coletivo em SP envolve até troca de fechadura e retoma debate sobre formato para 2022". Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2021/08/crise-em-mandato-coletivo-em-sp-envolve-ate-troca-de-fechadura-e-retoma-debate-sobre-formato-para-2022.shtml.

Desde a crise da MA, muita coisa aconteceu nas disputas pela ocupação das cadeiras de representação na política institucional, com uma tendência de reorganização estratégica desde a esquerda progressista. Compreender esse processo tem um sentido simultaneamente teórico e prático. Do ponto de vista teórico, acompanhar a dinâmica das lutas permite avaliar o grau de democratização da sociedade. Além disso, para a psicologia social, a luta pode ser entendida como um processo psicossocial básico presente na articulação entre as disposições individuais e as determinações coletivas e estruturais de um dado momento histórico. Visto dessa forma, recuperar uma noção de luta enquanto processo simultaneamente psicológico e social, ou seja, investigar a ação humana como ideológica (Martín-Baró, 2017a), corresponde a um esforço de atualização do campo científico da psicologia social crítica. Do ponto de vista prático, o estudo da ocupação do poder legislativo por novos atores, isto é, a crescente presença de corpos, pautas e lutas historicamente marginalizadas nos espaços de poder, ainda que em pequeno número, representa uma possibilidade de ampliar o debate público sobre os potenciais e limites da democracia dentro e fora da institucionalidade formal. Talvez essas experiências possam significar um efetivo processo de aprendizagem e estimular outras formas de crítica-prática "de baixo para cima".

2.2. Sementes da luta florescem

Na noite de uma quarta-feira, dia 14 de março de 2018, no bairro da Lapa, no Rio de Janeiro, a vereadora Marielle Franco, mulher feminista, negra, favelada, defensora de direitos humanos e "cria da Maré" – como fazia questão de dizer ao se apresentar – estava reunida com outras mulheres em um evento intitulado "Jovens negras movendo as estruturas", no qual fazia a articulação entre sua atuação na Câmara Municipal do Rio de Janeiro e as lutas cotidianas das mulheres negras faveladas que compunham sua base de apoio. O projeto político encampado por Marielle era revolucionário. Ela não apenas tinha plena consciência dos processos de dominação e opressão que incidem sobre a população negra e periférica, principalmente sobre as mulheres, como dedicava sua vida à luta para transformar essa realidade. Atuava para organizar a resistência dessas mulheres, enfrentava diariamente as milícias do Rio de Janeiro, buscava fazer a diferença na política.

Por tudo isso, foi assassinada, junto com o motorista Anderson Gomes, naquela noite de março, enquanto retornavam para casa. De acordo com as investigações, o crime foi executado por um policial militar reformado, chefe da milícia na zona oeste carioca. Até o momento os mandantes não foram identificados e punidos.

O assassinato de Marielle fez reverberar um sentimento de injustiça e indignação. Nos dias seguintes ocorreram protestos por todo o Brasil e em outros países, com multidões cobrando respostas sobre o crime[11]. A jornalista Flávia Oliveira escreveu:

> A execução de uma parlamentar no exercício do mandato é um atentado à democracia. O solitário argumento deveria ser suficiente para o Brasil exigir justiça pelo assassinato brutal da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Pedro Gomes. . . . Tinha muitas camadas a Marielle. Foi vítima, por isso, de múltiplos assassinatos. Cada tiro atingiu uma pele. A pele da mulher negra. A pele da mãe. A pele da favelada. A pele da socióloga. A pele da defensora dos direitos humanos. A pele da representante eleita para a Câmara Municipal de uma cidade tomada pela brutalidade e pelo medo. . . . A política carioca, fluminense, brasileira foi sequestrada por figuras que representam a si próprias, não se importam com os demais. . . . Foi alvejada às nove e meia da noite de uma quarta-feira na via pública de um estado que está sob intervenção federal na segurança pública há um mês. Morreu no asfalto, não na favela. Tantos saberes não a protegeram. Tampouco seus 46 mil votos transformados na utopia de um mandato coletivo, que oferecia ao Rio de Janeiro uma nova forma de fazer política. Seu corpo está morto. Suas ideias hão de sobreviver[12].

Figura 2. Foto do evento "Mulheres negras movendo as estruturas", 14 de março de 2018, bairro da Lapa, Rio de Janeiro.

Fonte: Xapuri. Disponível em: https://www.xapuri.info/home/marielle-franco-negra-feminista/ e https://fb.watch/cyK2fjmKx9/.

[11] G1. "Manifestantes protestam pelo país contra a morte de Marielle Franco". Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/manifestantes-protestam-pelo-pais-contra-a-morte-de-marielle-franco.ghtml.
R7. Carolina Vilela e Cristina Charão. "Assassinato de Marielle motiva protestos ao redor do mundo". Disponível em: https://noticias.r7.com/internacional/assassinato-de-marielle-motiva-protestos-ao-redor-do-mundo-15032018.
El País Brasil, Fotografia. "Os protestos contra a morte de Marielle Franco e Anderson Gomes, em imagens". Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/15/album/1521133382_968626.html#foto_gal_1.

[12] O Globo. Flávia Oliveira. "Múltiplos assassinatos num só". Disponível: https://oglobo.globo.com/rio/artigo-multiplos-assassinatos-num-so-22492863.

Após o ato de barbárie, ganhou força a frase: “tentaram nos enterrar, mas não sabiam que somos sementes”. Do luto, do sofrimento, da indignação e da consciência de que lutar é preciso, as “sementes de Marielle” floresceram. E deram muitos frutos: cresceu o número de mulheres negras eleitas a cargos legislativos municipais e manteve-se o sentimento de injustiça e a revolta. A repercussão de outras cenas de barbárie, como o assassinato de George Floyd, nos Estados Unidos, e de João Alberto Freitas, em um supermercado no Brasil, em 2020, somadas às incontáveis outras situações de violência contra os corpos de mulheres, negros, periféricos, trans, indígenas entre outros grupos politicamente marginalizados fizeram com que a mobilização para as lutas se tornasse cada vez mais um sentimento de urgência.

Figura 3. Manifestantes em torno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro durante protesto contra o assassinato de Marielle Franco.

Fonte: El País Brasil. Fotografia.

Em 2018, ao mesmo tempo em que a extrema-direita chegou ao poder central, com a eleição dos Bolsonaros e seus correligionários, também houve algumas vitórias eleitorais à esquerda, sobretudo com a ampliação da presença de mulheres negras, trans, periféricas nos espaços legislativos, o que significa uma reconfiguração das lutas políticas em âmbito

institucional[13]. A eleição de Talíria Petrone, Benedita da Silva, Joênia Wapichana e Áurea Carolina (Congresso Nacional), Olívia Santana (Assembleia Legislativa da Bahia), Erica Malunguinho (Assembleia Legislativa de São Paulo), Renata Souza e Mônica Francisco (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro), entre outras, pode ser entendida como parte de um processo de acirramento da disputa pelo poder político, que ainda permanece concentrado nas mãos dos mesmos grupos hegemônicos. No entanto, vale a pena observar a potência contida nesses "pequenos" avanços, como a ampliação do número de mulheres no Congresso Nacional, passando de 51, em 2014-18, para 77 deputadas, em 2018-22. Esse número ainda é muito pequeno dentro do universo de 513 cadeiras do Parlamento nacional – ou seja, mesmo as mulheres sendo a maioria da população brasileira representam, quando muito, menos de 15% do Parlamento. Mas o fato de entre as mulheres eleitas estarem essas militantes feministas combativas pode fazer muita diferença em termos de enfrentamento do poder instituído. Neste sentido, vale a pena ressaltar também a luta das mulheres brancas, como Sâmia Bomfim (eleita Deputada Federal, em 2018), Fernanda Melchionna, Luiza Erundina e Maria do Rosário, entre outras. Se o Parlamento tem sido historicamente um espaço de sequestro da democracia nas mãos de uns poucos homens, brancos, cisgênero e ricos, a presença dessas mulheres significa um importante indicador da possibilidade de ampliação da luta pela democratização da política.

A presença de Renata Souza e Mônica Francisco na ALERJ, por exemplo, significa um legado direto da luta política de Marielle, pois ambas foram integrantes do mandato da vereadora. O mandato de Marielle Franco possuía as características do que podemos chamar de um mandato popular, apresentado publicamente de "mandato coletivo", uma vez que era aberto à participação dos coletivos e movimentos sociais que construíam as mesmas lutas da vereadora.

Em 2018, ganharam força outras experiências de Mandato Coletivo, no sentido de um grupo de candidatas/os que decide compartilhar igualmente uma cadeira caso sejam eleitas/os. Os grandes exemplos foram a Mandata Ativista, em São Paulo, e o Coletivo Juntas, em Pernambuco. Destaca-se, também, a eleição de Áurea Carolina, deputada federal por Minas Gerais, que compõe o coletivo "Somos Muitas", um outro tipo de mandato coletivo[14]. Nas eleições de 2020 as candidaturas coletivas proliferaram pelo país. Um levantamento feito por

[13] Hypeness. "Marielle, semente! Mulheres negras eleitas provam que luta da vereadora não foi em vão". Disponível em: https://www.hypeness.com.br/2018/10/marielle-semente-mulheres-negras-eleitas-provam-que-luta-da-vereadora-nao-foi-em-vao/.

[14] Para mais detalhes sobre a descrição tipológica – ainda incipiente – dos mandatos coletivos e compartilhados, ver Secchi, Cavalheiro, Silva, Paganela e Ito (2019) e também Silva, Secchi e Cavalheiro (2021).

Guilherme Russo, mapeando apenas o nome utilizado na urna, mostra que as palavras "bancada", "coletivo", "coletiva", "mandato" e "mandata", passaram de 13 casos no pleito municipal de 2016 para 257 em 2020[15]. Em termos de sucesso eleitoral, foram de 2 para 28 mandatos e mandatas coletivas eleitas – a expressão "mandata", ao invés de "mandato" enfatiza precisamente o caráter de consciência e luta feminista perpassando essas iniciativas –, sendo algumas delas as candidaturas mais votadas em seus municípios. Além disso, outras tantas ficaram como suplentes, eventualmente ocupando o cargo por determinado período, como no caso da Bancada Mulheres Amazônidas, em Belém do Pará, e do grupo Coletivas!, em Rio Preto[16, 17].

As mandatas coletivas não apenas têm possibilitado maior presença de grupos sub-representados na ocupação da política institucional, mas também chamam atenção para os desafios dessa luta: diferente dos coletivos e movimentos sociais que estão atuando por fora dos espaços formais, quando um grupo de indivíduos se organiza para disputar as eleições, entrar nos espaços formais de representação e confrontar a ordem instituída, as lutas sociais tendem a se intensificar na experiência desses atores. Há uma simultânea pressão dentro e fora da institucionalidade por levar adiante as pautas de luta e a defesa de suas causas, além do posicionamento diário sobre os acontecimentos políticos relevantes que circulam nas mídias. Por isso, em uma democracia formal, os espaços políticos institucionais são indicadores tanto das lutas travadas na sociedade realmente existente, quando dos bloqueios aos potenciais de transformação.

Desde 2018, as mandatas coletivas têm despontado no cenário político como um modo de enfrentar o problema da sub-representação descritiva e ampliar as lutas dos grupos historicamente marginalizados nos espaços democráticos formais. A princípio, o simples fato de um grupo sair candidato (o tamanho pode variar: três, cinco ou mais integrantes), representa maior chance de sucesso eleitoral, tornando esse formato atrativo do ponto de vista tático, ou seja, da capacidade de luta dos mais fracos. Porém, o formato em si não atesta por mais democracia. Pelo contrário, talvez seja redutor. A contradição consiste em ampliar o número de pessoas politicamente sub-representadas (mulheres, negros, LGBTQIA+,

[15] Cepesp FGV. Guilherme Russo. "A explosão de candidaturas coletivas e suas chances eleitorais". Disponível em: https://www.cepesp.io/candidaturas-coletivas/.

[16] G1 Pará e TV Liberal. "TSE decide que Zeca do Barreiro pode voltar à Câmara de Belém; Bancada Mulheres Amazônidas recorre para não perder cargo". Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/10439831/ e https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/03/31/tse-decide-que-zeca-do-barreiro-pode-voltar-a-camara-de-belem-bancada-mulheres-amazonidas-recorre-para-nao-perder-cargo.ghtml.

[17] Diário da Região. Artur Pazin. "'Coletivas' vão assumir vaga do Psol em março na Câmara de Rio Preto". Disponível em: https://www.diariodaregiao.com.br/politica/coletivas-v-o-assumir-vaga-do-psol-em-marco-na-camara-de-rio-preto-1.943962.

indígenas, periféricos, entre outros), para acessar apenas *uma* cadeira. Ou seja, ao invés de realmente *aumentar* o poder desses grupos em termos de capacidade de modificar as decisões e garantir que suas pautas sejam apreciadas e materializadas em ações concretas de mudança política, o fato de um coletivo complexo ter direito a um único voto no parlamento pode significar uma *diminuição* do poder e, consequentemente, não representar efetiva paridade de participação. O grupo fica, inclusive, suscetível a tensões internas. Em outras palavras, para enfrentar o problema da sub-representação, uma solução consiste em ocupar coletivamente os espaços institucionais, mas, nesse movimento, emerge um novo problema, que é efetivar essa ocupação em termos de paridade participativa, descentralização e circulação do poder[18].

Nesse contexto de experimentalismo democrático, já é possível notar alguns ganhos em termos de aprendizado político para as lutas sociais progressistas. Embora as candidaturas e mandatas/os coletivas/os sejam um fenômeno recente – mas que parecem ter vindo para ficar, ao menos nos próximos pleitos eleitorais –, a evolução interna da luta em cada coletivo tem mostrado que a ocupação da política com novos corpos resulta em uma intensa experiência de formação política. Desde 2020, e sobretudo em 2022, são muitos os exemplos de integrantes de um/a mandato/a coletivo/a que saem para disputar outro cargo legislativo seja em candidatura individual ou novamente coletiva. Isso significa que, ao entrarem nos espaços institucionais (o que inclui os partidos), essas pessoas podem aumentar tanto sua motivação para permanecer na política, quanto sua chance de efetivamente se eleger em uma nova disputa eleitoral.

Aqui se evidencia com maior nitidez o aspecto propriamente psicossocial da luta em um/a mandato/a coletiva/a: a participação política necessariamente mobiliza a construção da identidade política, seja nomeada como “militante”, “ativista”, ou qualquer outro rótulo. Não se trata de um aprendizado meramente cognitivo, mas de uma mobilização da pessoa como uma totalidade, com seus repertórios de ação, sua afetividade, valores e capacidade de crítica. Trata-se de uma expressão concreta da articulação entre cidadania e reconhecimento[19].

---

[18] Como veremos, embora as mandatas e mandatos coletivos pioneiros, existentes até o momento, tenham de fato ampliado a representatividade, nada impede que o mesmo *formato* seja apropriado por setores tradicionais, como os militares bolsonaristas: https://clebertoledo.com.br/politica/ex-vereador-de-miranorte-sargento-welinton-pereira-articula-candidatura-coletiva-de-militares-para-a-camara-pelo-ptb/.

[19] Em minha pesquisa de mestrado busquei compreender a ideia de “cidadania” e cheguei a uma tipologia de três dimensões do fenômeno: 1) cidadania legal, referente às instituições formais; 2) cidadania ativa, expressão da capacidade de lutar e ocupar o espaço público; 3) cidadania “identitária”, no sentido do sentimento de pertencimento a uma comunidade política. Essas três dimensões se articulam na luta por ocupação formal dos espaços políticos institucionais. Além disso, os coletivos mostram que a “participação cidadã”, enquanto experiência de segunda ordem, vincula-se com uma experiência mais profunda e imediata, de primeira ordem, que são as lutas por reconhecimento recíproco (Costa, 2016).

Junto de tais experiências encontram-se em desenvolvimento inúmeras práticas de luta e de apoio à permanência dessas pessoas nos espaços políticos formais. Para uma liderança política que vem das classes populares e representa grupos historicamente oprimidos, o ambiente da política institucional pode ser adoecedor e fonte de muito sofrimento. Por isso, os coletivos precisam desenvolver estratégias não apenas de incidência política, mas também de sobrevivência e permanência.

No entanto, para que essas estratégias se tornem efetivas, é necessário construir a luta política de ocupação dos espaços institucionais formais. Essa luta tem sido travada há muitos anos por diversos coletivos e movimentos sociais, sendo que, após as Jornadas de Junho de 2013, o cenário das lutas se complexificou em meio à crise de legitimidade do sistema político e a crescente polarização.

Por isso, nesta tese busco investigar as lutas sociais a partir dessas iniciativas de reinvenção da participação política institucional, dentre as quais se destacam os mandatos coletivos. O surgimento e proliferação de iniciativas de ocupação coletiva da política institucional parece ser um forte indicador de que junto com o aprofundamento da crise está ocorrendo uma reconfiguração das lutas sociais. Se, por um lado, a "velha política" permanece dominante nos espaços formais do poder, por outro lado estamos assistindo a uma condensação das lutas interseccionais protagonizadas por grupos cujos corpos historicamente foram alvo dos processos de dominação e opressão, mas que agora estão levando para dentro da institucionalidade pública novas pautas e debates, ampliando assim as possibilidades de uma efetiva experiência democrática. Espero que a presente pesquisa contribua, em alguma medida, tanto para o melhor entendimento das lutas contemporâneas enquanto uma forma de prática social crítica com efeitos psicossociais importantes, quanto para o fortalecimento das lutas pela efetiva democratização da sociedade brasileira.

3. Sobre a pesquisa

3.1. Problema

Tomando como pressuposto que as lutas fazem parte do universo de estudo do campo da psicologia social, podemos perguntar: o que os mandatos coletivos – entendidos como iniciativas recentes de reinvenção da participação política institucional por grupos historicamente marginalizados – revelam sobre a configuração das formas de luta social no contexto da atual crise da democracia brasileira?

3.2. Hipótese

A hipótese geral deste estudo é que a emergência dos mandatos coletivos no atual cenário político institucional brasileiro – marcado pela crise de legitimação, ascensão da extrema-direita e mediação da disputa política por meio das redes sociais de internet – expressa uma reconfiguração das lutas sociais no sentido de um aprendizado político como processo psicossocial de aquisição de experiências.

Como hipóteses auxiliares, podemos dizer que: 1) os primeiros mandatos coletivos condensaram diversas lutas sociais como uma resposta democrática "de baixo para cima" à crise das instituições políticas formais; 2) as lutas podem ser abordadas desde a perspectiva psicossocial crítica enquanto um processo mediador da relação indivíduo-grupo-sociedade; 3) a Mandata Ativista de São Paulo é um caso emblemático para discutir o potencial das lutas sociais, dentro e fora das instituições, a partir da formação da identidade política, do processo grupal/comunitário e da crítica-prática de perspectiva progressista e anticapitalista.

3.3. Objetivos

a) Objetivo geral

Analisar a configuração das lutas contemporâneas a partir da literatura especializada e da experiência de integrantes de mandatos coletivos.

b) Objetivos específicos

1) Levantar a literatura disponível sobre as lutas sociais no âmbito da psicologia social brasileira;
2) Analisar as categorias "emancipação" e "libertação" enquanto dois horizontes normativos para a psicologia social crítica;
3) Recuperar a crítica do capitalismo e da democracia a partir das lutas sociais;
4) Mapear iniciativas recentes de ocupação da política institucional;
5) Diferenciar modelos de mandatos coletivos, compartilhados e populares;
6) Discutir o caso da Mandata Ativista de São Paulo como exemplo das configurações das lutas sociais contemporâneas.

3.4. Método

a) Tipo de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa empírica, de abordagem qualitativa, que pode ser classificada em nível exploratório, devido à escassez de estudos sobre mandatos coletivos no Brasil (Silva, Secchi & Cavalheiro, 2021), mas também compreensivo-crítico, tendo em vista o interesse pela interpretação teórica da configuração atual das lutas sociais.

O método utilizado é o estudo de caso, inspirado pela perspectiva do estudo de caso expandido (Burawoy, 2009), uma abordagem metodológica voltada para o entendimento de processos micro e macrossociais a partir de situações singulares. No estudo de caso expandido são valorizadas as articulações entre quatro aspectos: 1) implicação ética do observador com a vida dos participantes; 2) delimitação das observações situadas no tempo e no espaço; 3) extensão da análise aos micro e macroprocessos; e, principalmente, 4) extensão da teoria sobre a realidade estudada. Essas quatro características integradas somam-se à posição do pesquisador enquanto cientista social comprometido com a construção de uma ciência pública – algo que já faz parte do desenvolvimento da psicologia social crítica latino-americana desde a década de 1970.

Convém destacar que não se trata de um estudo de caso no sentido tradicional da pesquisa clínica ou experimental em psicologia (Gil, 2008), mas de uma perspectiva de construção do caso tal como adotado no campo das ciências sociais; ou seja, como um método abrangente, "com pretensões holísticas, na medida em que procura apreender diversas dimensões de um fenômeno ou evento social específico" (Almeida, 2016, p. 60). O fenômeno empírico tratado nesta pesquisa são as lutas sociais, circunscritas pela experiência recente dos mandatos coletivos. O estudo de caso não tem pretensões de generalização quantitativa, mas de aprofundamento analítico sobre um determinado tema. Para tanto, recorre a diversas técnicas de obtenção de informações buscando integrá-las em um todo coerente.

b) Justificativa

A presente pesquisa situa-se no campo da psicologia social crítica e busca colaborar com a agenda de estudos sobre a crise da democracia brasileira, tanto do ponto de vista teórico sobre a configuração das lutas sociais contemporâneas, quanto da perspectiva prática

de fortalecimento de iniciativas de reinvenção da participação política democrática a partir da ocupação do poder por grupos historicamente marginalizados. Antônio Carlos Gil (2008), citando autores como Herbert Marcuse, Jürgen Habermas e Orlando Fals Borda, afirma que as pesquisas sociais podem contribuir para a obtenção de resultados socialmente relevantes quando voltadas para as necessidades das maiorias populares, levando em conta as aspirações e potencialidades de conhecer e agir dos sujeitos participantes. Esta é perspectiva almejada neste estudo.

c) Participantes

Participaram diretamente da pesquisa oito pessoas, sendo seis integrantes da Mandata Ativista de São Paulo e três representantes de mandatos coletivo, compartilhado e popular[20]. Todas as pessoas participantes são figuras públicas que exercem ou exerceram algum cargo legislativo. Por essa razão, foi concedida permissão para não ocultar os nomes nesta pesquisa.

Quadro 1. Perfil dos/das participantes entrevistados/as

Nome	Idade	Ocupação	Experiência legislativa	Afiliação partidária	Redes sociais
João Yuji	36	Advogado	Vereador Alto Paraíso de Goiás (GO)	Podemos, PSDB	Link
Gabriel Azevedo	36	Professor de Ensino Superior	Vereador Belo Horizonte (MG)	PSDB, PHS, Patriota	Link
Jhonatas Monteiro	37	Professor de Ensino Médio	Vereador Feira de Santana (BA)	PSOL	Link
Chirley Pankará	45	Professora	Co-deputada (SP)	PSOL	Link
Claudia Visoni	56	Jornalista	Co-deputada (SP)	Rede, PV	Link
Fernando Ferrari	41	Professor e produtor Cultural	Co-deputado (SP)	PSOL	Link
Jesus dos Santos	36	Produtor Cultural	Co-deputado (SP)	PDT	Link
Paula Aparecida	37	Professora de Ensino Médio	Co-deputada (SP)	PSTU	Link

Fonte: elaboração própria.

[20] No período inicial do desenvolvimento desta tese houve uma entrevista exploratória preliminar, em 2018, com um ativista da coalizão Aliança pela Água a partir dos debates realizados no Fórum em Defesa da Vida. Essa entrevista foi conduzida pelo aluno de intercâmbio Sexio Munk Sogo, da Universidade de Barcelona, a quem agradeço pela parceria. A entrevista compôs outras atividades acadêmicas do aluno, mas acabou não entrando diretamente como material da tese, embora tenha sido valiosa para diversas reflexões assimiladas.

d) Aspectos éticos

O projeto de pesquisa foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e aprovado conforme Parecer Consubstanciado n° 3.092.678, de 18 de dezembro de 2018 (CAAE: 03341318.1.0000.5561). A coleta de dados observou os princípios e orientações da Resolução CNS 510/16 que dispõe sobre ética em pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, sendo apresentado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para as entrevistas.

e) Procedimentos e instrumentos

A pesquisa foi conduzida em duas etapas:

1) **Bibliográfica.** Incluiu revisão de literatura, com levantamento sistemático (sem meta-análise e avaliação de viés) da produção acadêmica brasileira em psicologia sobre lutas sociais e levantamento não sistemático de publicações gerais (acadêmicas, técnicas, jornalísticas etc.) sobre mandatos coletivos, compartilhados e populares. Além disso, foi realizado estudo de cunho teórico (reconstrução histórica e análise conceitual) e pesquisa documental de publicações abertas de redes sociais de internet, com inspiração netnográfica (acompanhamento e registro de postagens de integrantes de mandatos coletivos), entre 2019 e 2022;

2) **Empírica.** Foram realizadas oito entrevistas individuais, orientadas por roteiro semiestruturado, com cinco integrantes da Mandata Ativista de São Paulo e três com representantes de outros mandatos: João Yuji, de Alto Paraíso de Goiás (GO), Gabriel Azevedo, de Belo Horizonte (MG) e Jhonatas Monteiro, de Feira de Santana (BA), com objetivo de conhecer a história de atuação política das participantes. A primeira entrevista foi realizada presencialmente, na casa do participante, e as demais foram realizadas por via remota, em função da pandemia de Covid-19. Também fazem parte da pesquisa de campo as observações e conversas informais quando visitei o gabinete da Mandata Ativista para apresentar a pesquisa, em 2019.

f) Forma de análise dos dados

Por se tratar de um estudo de caso com dimensão teórica e empírica, os dados foram coletados e sistematizados de forma variada, de acordo com o objetivo de cada capítulo.

Na etapa bibliográfica, primeiro foi realizado um levantamento sistemático e análise descritiva dos artigos encontrados, tendo a noção de luta social como elemento analisador estruturante. Em seguida, esbocei uma reconstrução da dinâmica histórica das lutas no capitalismo brasileiro fundamentada na teoria crítica de Nancy Fraser.

Os dados primários obtidos com as entrevistas foram organizados de duas maneiras. No capítulo sobre as experiências de mandatos coletivos, compartilhados e populares foram seguidas as sugestões de Ecléa Bosi sobre a exposição da fala do depoente como uma totalidade estruturada (Bosi, 2003; Mortada, 2022), além das recomendações de Levy Farias e Maritza Montero (2005) sobre os aspectos artesanais de tratamento das entrevistas. Já no último capítulo, sobre o caso da Mandata Ativista, foi realizada uma exposição diacrônica da experiência na ALESP e uma discussão baseada nas categorias analíticas da psicologia social crítica.

Em síntese, a combinação de diferentes métodos e técnicas tanto de coleta quanto de exposição e análise dos dados ao longo deste texto visa dar conta da complexidade dos temas abordados e da proposta de estimular a discussão tanto sobre a pesquisa como um todo quanto sobre suas diferentes partes constitutivas.

g) Devolutiva

Uma versão da tese foi enviada a cada participante, antes do período de defesa pública, junto com uma carta de agradecimento formal pela colaboração com a pesquisa.

3.5. Estrutura da tese

A presente tese está dividida em quatro partes, com dois capítulos cada, além desta Introdução e das Considerações Finais. Cada um dos capítulos conta com introdução, desenvolvimento e conclusão (fechamento), visando facilitar a exposição ao apresentar os objetivos e percurso metodológico utilizado em cada momento da pesquisa, embora isso não signifique que os capítulos sejam independentes da estrutura do trabalho como um todo.

Na primeira parte, no primeiro capítulo procuro dar contornos ao conceito de luta social partindo da literatura especializada da psicologia e apresentando uma definição de luta como prática social apoiada nas contribuições da teoria crítica contemporânea. O capítulo seguinte, de caráter mais ensaístico, propõe uma reflexão sobre os horizontes normativos da crítica social tomando como foco as categorias "emancipação" e "libertação".

A segunda parte é dedicada ao diagnóstico das lutas em uma perspectiva histórica. O terceiro capítulo, de fundamentação teórica, resgata o debate recente entre Nancy Fraser e Rahel Jaeggi sobre a crise do capitalismo e da democracia. O quarto capítulo busca aprofundar a discussão precedente a partir de uma reconstrução histórica do caso brasileiro, além de situar uma concepção ampliada de luta de classe com base no trabalho de Fraser.

A terceira parte trata dos contextos contemporâneos em que acontecem as lutas. No capítulo cinco recorro à discussão sobre esfera pública e eticidade democrática para discutir o papel das redes sociais de internet na atual configuração das lutas sociais. Já o sexto capítulo refere-se à participação política institucional, passando pelo sistema político-eleitoral brasileiro e apresentando um mapeamento de algumas iniciativas recentes de reinvenção da participação política. Neste capítulo focalizo as iniciativas de apoio a candidatos/as, como a Bancada Ativista, e abordo o contexto de estudos das mandatas e mandatos coletivos enquanto estratégias de ocupação do poder por novos corpos políticos.

Na quarta e última parte são apresentados dois estudos de caso. O sétimo capítulo apresenta três experiências de ocupação da política institucional: mandato coletivo, compartilhado e popular. O oitavo e último capítulo tem como foco específico a trajetória da Mandata Ativista de São Paulo, passando pelo surgimento, campanha, acesso à Assembleia Legislativa, atuação institucional, os conflitos, adoecimentos e rachas, além de uma indicação de possível legado dessa experiência democrática para as lutas sociais contemporâneas. Por fim, ainda no capítulo oito, apresento um esboço de interpretação do caso da Mandata Ativista a partir de categorias analíticas do campo psicossocial crítico, com foco na formação da identidade política, do processo grupal e do potencial anticapitalista da reunião de lutas sociais de diversas frentes em um mesmo projeto de crítica-prática progressista.

Ao final do percurso são tecidas as considerações finais e uma proposta para a continuidade de estudos sobre as lutas sociais no campo psicossocial crítico.

Ao invés de oferecer respostas definitivas ou pleitear alguma autoridade acadêmica sobre os assuntos tratados nesta pesquisa, espero que este texto possa servir como um convite ao diálogo interessado sobre o tema das lutas sociais democráticas e, mais do que isso, que possa contribuir de alguma forma para instigar novas lutas.

PARTE 1

Lutas sociais e horizontes normativos

Capítulo 1. As lutas sociais como um objeto de Psicologia Social

Introdução

Embora a psicologia social seja caracterizada por uma multiplicidade de temas e teorias, há um relativo consenso de que ela se situa na confluência entre a psicologia individual e as ciências sociais, o que faz desta disciplina, como notou Florestan Fernandes (1973, p. XI), um "campo híbrido, marginal e necessariamente interdisciplinar". Se, por um lado, é fácil de localizar sua posição fronteiriça nas ciências, por outro o consenso acaba quando passamos à delimitação do objeto específico que compõe essa intersecção entre o psicológico e o social. Aqui entram debates praticamente intermináveis (Silva Júnior & Zangari, 2017). Precisamente por isso, é interessante notar que há boa capacidade de diálogo entre os grupos que compõem a comunidade da psicologia social brasileira, pois conseguem se entender mesmo que partam de concepções distintas sobre os pressupostos básicos acerca da natureza do objeto que estudam. Faz-se necessário então situar de onde estou falando e como pretendo participar dessa grande conversa com a presente pesquisa. Afinal, como diz Howard Becker (2015, p. 169), a vida acadêmica nada mais é do que "um diálogo entre pessoas interessadas no mesmo assunto". Penso que a principal função de um estudo deva ser estimular a conversa (Costa, 2016).

Nesta pesquisa, tento me situar no âmbito dos estudos em psicologia social crítica, entendido como um campo de estudo e intervenção desenvolvido na América Latina, sobretudo a partir da crise de referência da disciplina na década de 1970. Mais especificamente, parto da compreensão de que o desenvolvimento do campo psicossocial crítico requer um forte diálogo interdisciplinar, sobretudo entre teorias críticas (Costa, 2019).

Se a psicologia social já foi ensinada como disciplina básica da formação em ciências sociais, atualmente ela é uma disciplina essencial para a formação de psicólogas/os. Hoje, no Brasil, praticamente todos os cursos de graduação contam com disciplinas específicas; além disso, essa subárea corresponde a uma das principais linhas de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia, segundo os documentos de Área da CAPES. A Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), fundada em 1980, é provavelmente a maior associação científico-profissional da área em números absolutos de pessoas associadas. Além disso, desde a perspectiva da atuação profissional de modo geral, temos visto cada vez mais psicólogas/os estudando sobre "questões sociais" para aperfeiçoar sua prática cotidiana.

A psicologia social crítica é um setor politicamente engajado no campo das ciências "psi". Há um explícito compromisso com a contestação dos processos de dominação e opressão, que humilham e fazem sofrer a maioria da população em um mundo de injustiças, de modo que a prática de psicólogas/os – seja como cientistas ou como técnicos sociais – não pode prescindir de um exame crítico da realidade, visando transformá-la. O campo da psicologia social crítica há muito tempo vem realizando o debate sobre a politização das práticas acadêmicas e profissionais, assumindo aquilo que Michael Burawoy (2006) chamou a atenção para o campo sociológico: a necessidade de assumir a centralidade axiológica da experiência de vida das camadas subalternas da sociedade, transformando o fazer científico em uma tarefa pública. No caso da psicologia social latino-americana, isso vem sendo defendido e praticado há algum tempo por diversas autoras e autores como Silvia Lane, Fátima Quintal de Freitas, Maritza Montero e Ignácio Martin-Baró, entre outros, configurando uma *Psicologia da Libertação* (Guzzo & Lacerda Júnior, 2011; Martín-Baró, 2011a; Costa & Barros, 2020).

Com essa vocação de ciência pública, é esperado que a psicologia crítica seja capaz de contribuir com o desenvolvimento de processos revolucionários (Martin-Baró, 2017b). Isso não significa que as psicólogas/os devam necessariamente estar na vanguarda das lutas de transformação social, pois o quadro geral da ciência e da profissão ainda é muito tradicional e conservador (a psicologia é uma exímia "ciência da ordem", "disciplinadora dos corpos" e tende a ser convocada para a adaptação ao existente, mais do que para sua subversão). Na realidade, compete à pesquisa (e à prática) da psicologia social crítica assumir uma opção política que contribua para o *fortalecimento* das lutas sociais. Fortalecimento, na tradição psicossocial crítica, deve ser entendido como um processo mediante o qual as pessoas desenvolvem conjuntamente sua capacidade de transformar a realidade, de forma consciente, comprometida e crítica, e, por meio do engajamento em práticas de transformação social, transformam-se a si mesmas individualmente, tornando-se ainda mais conscientes e capazes de lidar com as dificuldades enfrentadas no cotidiano. Fortalecimento, neste sentido, tem um significado semelhante ao conceito de *empoderamento* (Montero, 2003).

Práticas de fortalecimento, conscientização, desideologização, desnaturalização etc. fazem parte do horizonte da psicologia social crítica. Em todas elas, um aspecto comum é essencial: a proximidade com formas de luta social orientadas para a transformação da realidade. A rigor, não há processo efetivo de fortalecimento psicossocial sem uma contrapartida de luta. Não há como superar situações de opressão, dominação, sentimentos de menos-valia, humilhação, impotência, alienação, entre outros, sem que haja, em algum nível,

uma prática de *luta*. Tanto que a noção marxista de práxis, central para o projeto da Psicologia da Libertação latino-americana, pode ser entendida fundamentalmente como um processo de luta transformadora da realidade (Flores Osório, 2009).

Podemos nos perguntar, portanto, o que as produções acadêmicas em psicologia têm dito sobre as lutas sociais. É sabido que há uma afinidade eletiva entre os temas de estudo da psicologia social crítica e as lutas dos movimentos sociais. Mas isso não responde, de imediato, o que tem sido discutido, sobre quais bases, com quais achados e que dificuldades têm se apresentado nesse campo. Neste capítulo, proponho realizar uma revisão da literatura sobre essa questão, a partir dos materiais disponíveis em periódicos acadêmicos da área (1). O objetivo não é uma revisão exaustiva, mas um sobrevoo com o intuito de apresentar algumas das características das pesquisas sobre lutas sociais (2). Além disso, para delimitar o objeto desta tese, será necessário recorrer a uma definição de luta como prática social, o que vamos encontrar na teoria crítica de Axel Honneth (3).

1. Visitando a literatura

1.1. O que dizem as publicações?

As dificuldades para o estudo focalizado das lutas sociais no campo da psicologia brasileira começam quando tentamos encontrar um descritor ou palavra-chave capaz de organizar os trabalhos disponíveis sobre o assunto. Quando vamos aos bancos de vocábulos controlados, notamos que “luta de classes”, “protesto”, “militância”, “ativismo”, “ativismo político” e “comportamento político” são termos catalogados, enquanto “luta social”, não é. Embora os primeiros termos sejam interessantes e orientem diversas pesquisas, eles também podem levar a discussões muito amplas ou demasiadamente restritas, sem contar que não são todos os termos que estão disponíveis nas mesmas bases: por exemplo, apenas o termo “ativismo político” é encontrado tanto no DeCS/MeSH (Descritores em Ciências da Saúde) quanto no Vocabulário Controlado do SiBi USP. Não obstante a relevância dos termos padronizados para a localização de trabalhos acadêmicos, em algumas áreas do conhecimento esse sistema funciona melhor do que em outras. Por isso, para a psicologia social crítica, não é suficiente atrelar a revisão da literatura à busca de termos padronizados, pois se fizéssemos isso, nem sempre encontraríamos o que estamos procurando – um exemplo é a pesquisa sobre a figura ideológica do “cidadão de bem” que é possível de ser investigada a partir de uma

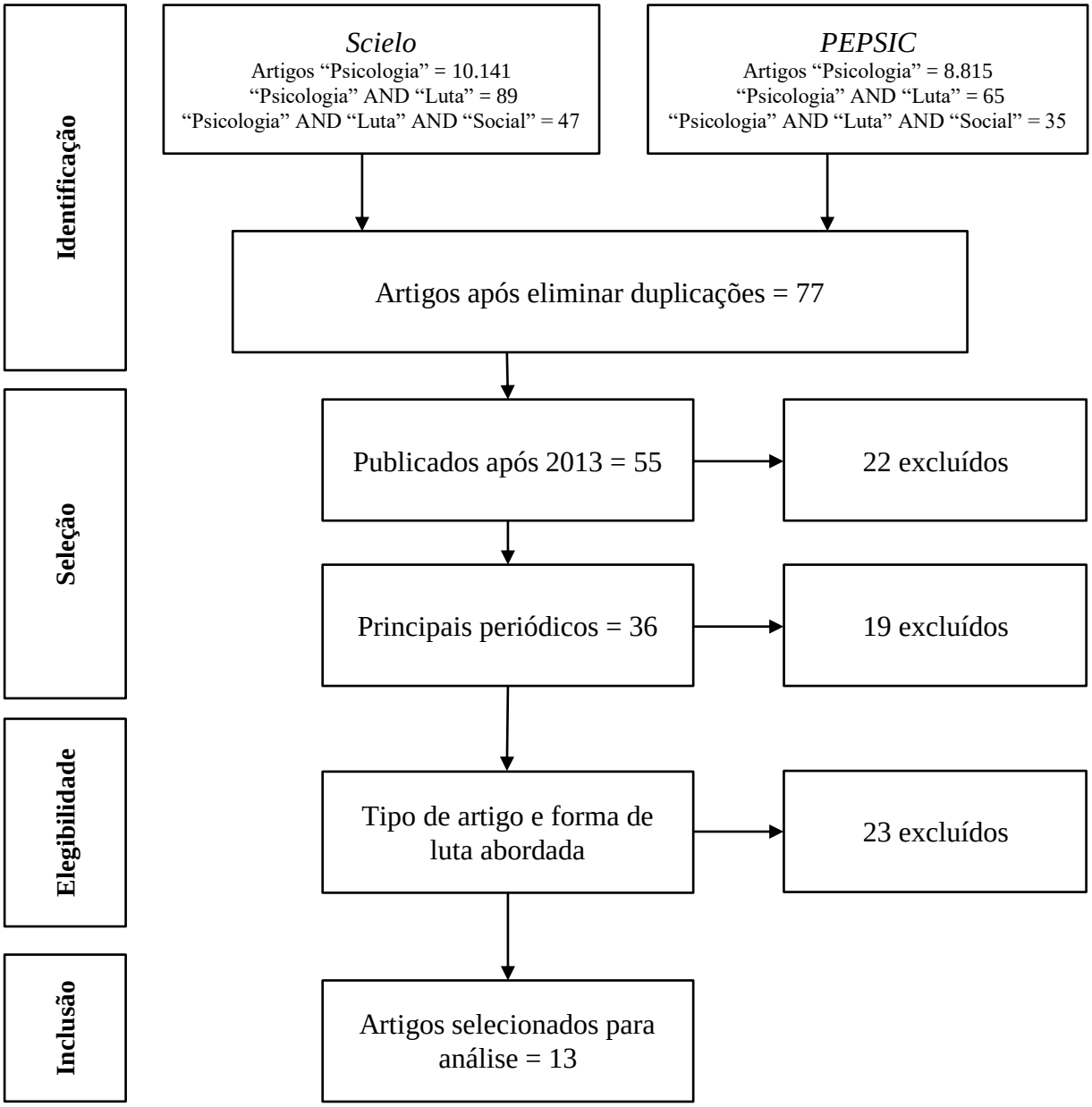
combinação de buscas em artigos acadêmicos, matérias jornalísticas e redes sociais de internet (Costa, 2021)[21].

Uma abordagem mais promissora seria buscar as palavras "psicologia", "luta" e "social" em todas as entradas, em diferentes bases de dados. Embora esse método seja mais suscetível a encontrar textos de áreas distintas da psicologia (como a ciência política e ciências da saúde), por meio dele conseguimos visualizar melhor o debate sobre as lutas sociais no campo psicossocial. Por isso, efetuei uma busca com esses termos nas duas principais bases de dados de publicação de artigos em psicologia: a *Scielo Brasil* (*Scientific Eletronic Library Online)* e o PEPSIC (Portal Eletrônico de Periódicos em Psicologia). Para organizar o mapeamento do material, utilizei como inspiração a Recomendação PRISMA (Galvão et al., 2015), uma metodologia abrangente que, embora não seja totalmente adequada para a pesquisa fora do campo da saúde *stricto sensu*, serve como um bom parâmetro inicial.

A recomendação PRISMA está voltada para revisões sistemáticas e meta-análises (revisão com tratamento estatístico) e apresenta um *checklist* com 27 itens para a construção do artigo de revisão, além de um fluxo de obtenção das informações em quatro etapas. Para o levantamento que estou propondo, vou utilizar apenas a recomendação do fluxograma de revisão. O processo de busca dos materiais foi realizado ao longo de vários meses, sendo repetido e concluído em abril de 2022, utilizando os sites de busca de artigos da Scielo e do PEPSIC. Foram empregados, por etapa, os termos "Psicologia", "Luta" e "Social", filtrados pelo operador booleano AND, resultando em dois conjuntos de publicações que, em seguida, foram cruzadas para eliminar casos repetidos (Figura 4). Com isso, foi possível chegar a 77 artigos, publicados em 28 periódicos diferentes, no período entre 2002 e 2021, mostrando uma possível tendência de aumento no número de trabalhos publicados após 2013 (Figura 5). Assim, foram selecionados os artigos mais recentes (pós-2013) e depois filtradas as cinco revistas que mais publicaram no período, resultando em 36 artigos. Em uma tabela Excel foram indicados os seguintes aspectos de cada um desses artigos: 1) tipo de publicação; 2) forma de luta, 3) âmbito da luta; 4) protagonistas; e 5) referenciais analíticos utilizados. A partir da avaliação dos textos, foram considerados elegíveis 13 artigos.

[21] Utilizando os descritores "ativismo político" e "psicologia" na *Scielo*, encontramos apenas quatro artigos. São eles: 1) "Pesquisar a juventude e sua relação com a política: notas metodológicas", de Claudia Mayorga, 2013; 2) "Personalidade e protesto político na América Latina: bases psicossociais da contestação", de Ednaldo Aparecido Ribeiro e Julian Borba, 2016; 3) "Morality, Activism and Radicalism in the Brazilian Left and the Brazilian Right", de Mario Gloria Filho e João Gabriel Modesto, 2019; e 4) "The influence of Facebook on Political Activism and Radicalism", de Cleno Couto e João Gabriel Modesto, 2020.

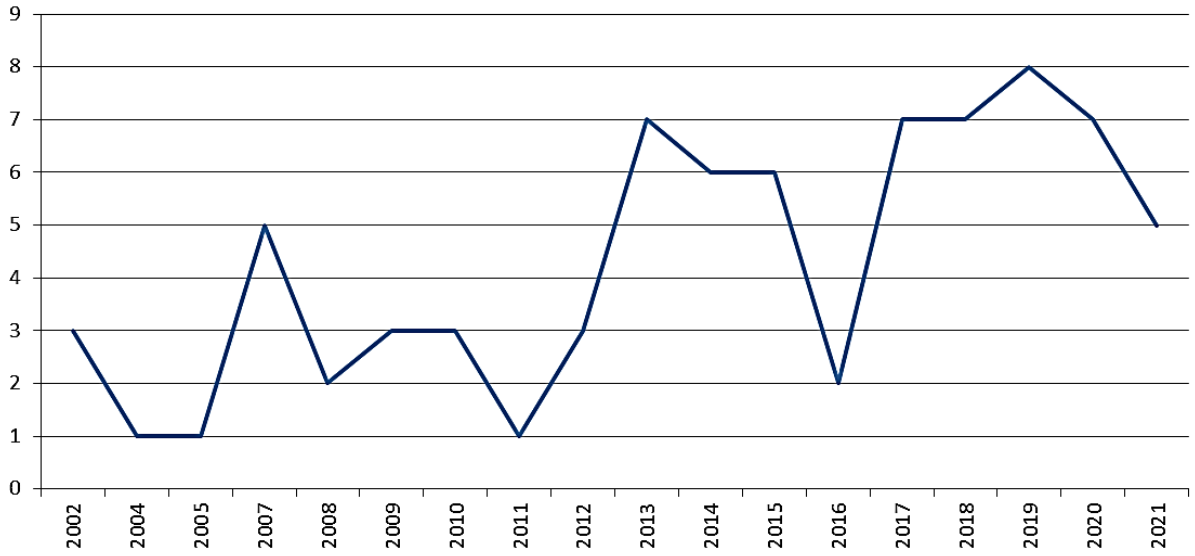
Figura 4. Fluxograma da obtenção de artigos, conforme recomendação PRISMA



Fonte: elaboração própria.

Os trabalhos selecionados são todos referentes a estudos empíricos ou relatos de atuação profissional publicados entre 2013 e 2019, nos cinco periódicos com a maior presença de estudos sobre lutas sociais: *Psicologia & Sociedade*; *Psicologia: Ciência e Profissão*; *Revista Psicologia Política*; *Fractal: Revista de Psicologia*; e *Pesquisas e Práticas Psicossociais*. A maior parte é assinada por uma dupla (n=8), sendo 3 de autoria única e 2 com três ou mais pessoas. Quanto à diferença de gênero, a maioria são autoras mulheres (n=17), em relação aos autores homens (n=10).

Figura 5. Evolução da quantidade de artigos com os termos "Psicologia", "Luta" e "Social" publicados na Scielo e no PEPSIC, por ano



Fonte: elaboração própria.

Os trabalhos versam sobre diferentes tipos de luta social e possibilidades de atuação da psicologia, que podem ser resumidos da seguinte forma: *luta trabalhista* (Silveira & Merlo, 2014; Jerônimo & Souza, 2015); *luta feminista* (Mion & Hennigen, 2018), *luta ecológica* (Bacelar & Castro, 2015), *luta antirracista* (Imbrizi & Martins, 2019), *luta pela terra* (Alvaides & Scopinho, 2013; Rosa & Silva, 2015), *luta armada e político-institucional* (Hur, 2013; Hur & Lacerda Júnior, 2017; Costa & Prado, 2017), além de outras formas de *luta por direitos*, como a despatologização das identidades LGBTQIA+ (Cannone, 2019), direito de migração (Gomes, 2017) e direito à saúde (Machado et al., 2015). Essa categorização em diferentes tipos de lutas não esgota as possibilidades de interpretação dos fenômenos abordados nos artigos e mereceria uma discussão mais aprofundada, mas possibilita algumas reflexões sobre as características gerais das lutas sociais.

Todos os trabalhos utilizaram métodos de abordagem qualitativa, geralmente entrevistas individuais, observação participante, diários de campo e análise de postagens na internet. Dentre os referenciais teóricos, encontramos a variedade característica da psicologia, desde as referências marxistas, construcionistas e pós-estruturalistas, entre outras. Cabe destacar o interesse pelo estudo da identidade e da memória enquanto processos psicossociais atrelados às lutas sociais.

Quadro 2. Artigos selecionados após síntese qualitativa

Periódico e ano de publicação	Autoria	Título	Forma de luta
Psicologia & Sociedade, 2013	Alvaides, NK & Scopinho RA.	De sem-terra a sem-terra: memórias e identidades	Luta pela terra
Psicologia & Sociedade, 2013	Hur, DU.	Memórias da guerrilha: construção e transformação	Luta armada
Fractal: Revista de Psicologia, 2014	Silveira, AL & Merlo ARC.	O medo: expressão de um coletivo de trabalhadores	Luta trabalhista
Revista Psicologia Política, 2015	Bacelar, RP & Castro, LR.	Modos de subjetivação de jovens nas tramas do ambientalismo: uma análise psicopolítica	Luta ecológica
Psicologia & Sociedade, 2015	Rosa, LA & Silva, APS.	Sujeito político dramático: mudanças vivenciadas por uma militante do MST	Luta pela terra
Revista Psicologia Política, 2015	Machado, PF; Scarparo, HBK, & Hernandez, ARC.	Narrativas do silêncio: movimento da luta antimanicomial, psicologia e política	Luta por direitos (antimanicomial)
Psicologia & Sociedade, 2015	Jerônimo, RNT & Souza, RVC.	Psicologia ambiental: um estudo acerca da resistência frente à mineração em Içara-SC	Luta trabalhista
Psicologia & Sociedade, 2017	Costa, FA & Prado, MAM.	Artimanhas da hegemonia: obstáculos à radicalização da democracia no Brasil	Luta política institucional
Psicologia: Ciência e Profissão, 2017	Hur, DU & Lacerda Júnior, F	Ditadura e Insurgência na América Latina: Psicologia da Libertação e Resistência Armada	Luta armada
Psicologia & Sociedade, 2017	Gomes, MA.	Os impactos subjetivos dos fluxos migratórios: os haitianos em Florianópolis (SC)	Luta por direitos (migração)
Pesquisas e Práticas Psicossociais, 2018	Mion, MR & Hennigen, I.	Movimentos de um movimento social nas redes digitais: lutas quanto à publicidade infantil	Luta feminista
Fractal: Revista de Psicologia, 2019	Imbrizi, JM; Martins, EC; Reghin, MG; Pinto, DKS & Arruda, DP.	Cultura hip-hop e enfrentamento à violência: uma estratégia universitária extensionista	Luta antirracista
Psicologia: Ciência e Profissão, 2019	Cannone, LAR.	Historicizando a Transexualidade em Direção a uma Psicologia Comprometida	Luta por direitos (LGBTQIA+)

Fonte: elaboração própria.

a) Luta trabalhista

Embora existam muitos estudos sobre psicologia social e *luta de classes*, optei por não utilizar essa categoria analítica na avaliação dos artigos revisados, pois, como veremos na segunda parte desta tese, há vantagens de trabalhar com uma concepção ampliada do conceito de luta de classes que vai além da contradição entre capital e trabalho no plano econômico da produção. Silveira e Merlo (2014) buscaram compreender como aparecem situações de medo e solidariedade na experiência de trabalho em uma fábrica da agroindústria brasileira, um ambiente altamente controlado no qual os trabalhadores e trabalhadoras estão suscetíveis a

doenças ocupacionais e acidentes de trabalho. Neste contexto, as lutas trabalhistas aparecem na construção de um sindicato combativo atuante na defesa da saúde dos trabalhadores:

> No campo das lutas políticas, a disputa por uma representação sindical eleita democraticamente, que culminou na eleição da atual diretoria, em 2010, integrou o movimento dos trabalhadores, o poder público e os movimentos sociais contra a antiga diretoria – esta recorria ao regimento interno, o qual estipulava que, havendo troca de parte da diretoria, as eleições não eram necessárias. Durante 22 anos, a diretoria do sindicato representante da categoria dos trabalhadores de abate e beneficiamento de carnes foi composta por pessoas ligadas às duas principais indústrias frigoríficas da cidade . . . A partir da gestão da diretoria sindical, eleita em 2010, algumas lutas tornaram-se possíveis. Destaca-se, então, ainda no campo político, o processo de trabalho como *locus* de embate, sobretudo no que se refere à definição de ritmo, da jornada das pausas e da temperatura (Silveira & Merlo, 2014, p. 361).

As lutas contra a exploração do trabalho pelo capital não concernem apenas os trabalhadores alocados em organizações, mas podem se refletir também no território de vida das famílias. Este é o caso do estudo de Jerônimo e Souza (2015) que buscaram compreender os significados atribuídos por trabalhadores da agricultura familiar de duas comunidades sobre as ameaças da atividade mineradora no local. Desde a perspectiva psico-ambiental, as autoras analisam como se dá a relação entre o território, identidade e o trabalho desenvolvido na agricultura familiar, observando o que poderíamos entender como cultura ou enraizamento comunitário, isto é, um elo entre as gerações que influencia a construção da identidade e o sentimento de pertencimento ao lugar. A partir desse pertencimento comunitário é possível entender a luta de famílias trabalhadoras pela preservação do seu lugar de vida:

> Percebeu-se também que a adesão das famílias ao Movimento Içarense pela Vida é uma forma de resistência à degradação do lugar pela mineração, identificando o significado e a relação de pertencimento do espaço para os moradores do lugar. Através das entrevistas efetuadas com os agricultores, foi possível notar que resistir à inserção desta mineradora no espaço em que vivem é também uma maneira de estar seguro de que sua identidade sociocultural estará sendo mantida (Jerônimo & Souza, 2015, p. 85).

Em ambos os casos podemos notar que as pesquisas em psicologia social (e suas variantes do trabalho, ambiental, comunitária) buscam interpretar as configurações de resistências à dominação e opressão dos sujeitos no cotidiano por meio de formas de luta social.

b) Luta feminista

O trabalho de Mion e Henningen (2018) focaliza o surgimento e desdobramentos de um grupo de mães ativistas que utilizam as redes sociais de internet para defender pautas

ligadas à infância. A partir da formação de um grupo de interesse em uma rede social, as participantes passaram a se identificar como um coletivo de luta e, posteriormente, com o avanço das ações, fundaram o Movimento Infância Livre de Consumismo. As autoras analisaram postagens de diferentes espaços virtuais de atuação desse movimento de mães revelando, entre outros fatores, a condição das mulheres mães enquanto protagonistas da luta. Embora a principal pauta articuladora dos diferentes feminismos seja a defesa da igualdade nas relações de gênero, independente de terem filhos ou não, historicamente as formas de luta feminista estão relacionadas com a dimensão de reprodução social e a crítica dos processos de dominação e opressão nessa dimensão da vida.

c) Luta ecológica

No âmbito da luta ecológica, Bacelar e Castro (2015) analisaram a atuação de jovens engajados em ações de defesa da causa ambiental. Foram entrevistados jovens de diferentes grupos e organizações, desde a Juventude do Partido Verde até a organização internacional Greenpeace. A pesquisa mostra que o engajamento na luta em defesa do meio ambiente envolve não apenas uma vinculação afetiva com a natureza não humana, mas fundamentalmente uma consciência crítica sobre a insustentabilidade da forma de vida capitalista. Na pesquisa foi observado que, a princípio, como argumentam os movimentos ambientalistas verdes, a luta pela transformação socioambiental não se situaria em nenhum dos tradicionais polos do espectro político, assumindo um programa mais amplo: "*a luta ambiental não está nem à direita nem à esquerda, mas à frente*". No entanto, alguns jovens entendem que a posição das lutas ecológicas devem se posicionar à esquerda, pois há uma constatação de que os grandes latifundiários e todo o empresariado industrial situam-se à direita.

> Ao mesmo tempo em que os jovens colocam em cena as insuficiências no conteúdo dos projetos de sociedade existentes, eles também apontam para novas maneiras de lidar com as coisas do mundo, apostando na consciência e na sensibilidade como forma de relacionar objetos, espaços e práticas, levando a uma maior responsabilização coletiva acerca dos destinos das comunidades humanas. . . . O que esses jovens lutam é por construir uma ação que amplie a defesa da natureza, que rompa cisões abstratas e que fomente um discurso e uma prática de defesa das matas, águas e animais e também da dignidade das pessoas, de suas histórias e comunidades (Bacelar & Castro, 2015, p. 331).

d) Luta antirracista

Podemos encontrar no relato de experiência extensionista sobre cultura hip-hop e enfrentamento à violência um exemplo do tipo de luta antirracista (Imbrizi et al., 2019). Trata-se de uma experiência que toma como ponto de partida o diagnóstico de que os projetos de extensão e pesquisa das universidades precisam se haver com o racismo em todas as suas expressões (estrutural, institucional, interpessoal), sobretudo no que concerne à realidade de extermínio dos jovens negros. Para contribuir com a garantia de respeito aos direitos humanos da população negra, foi criado um projeto de "Escuta Clínico-Política" visando acolher as mães que perderam seus filhos para a violência do Estado e desenvolver atividades culturais com adolescentes e jovens como forma de engajamento na luta pela vida. A partir de rodas de conversa e da compreensão da arte como instrumento político de ocupação dos espaços públicos e que possibilita vislumbrar diversos futuros possíveis, a atividade desenvolvida problematizou não apenas os efeitos e possibilidades de enfrentamento do racismo pela juventude negra periférica, mas também o papel da universidade e da psicologia como ciência e profissão frente ao racismo. Assim, os autores e autoras convidam "psicólogos e profissionais de diferentes áreas para que também criarem estratégias de enfrentamento ao racismo e às diversas formas de violência que abatem a sociedade brasileira, dentro e fora do ambiente universitário" (Imbrizi et al., 2019, p. 170).

e) Luta pela terra

Outro tipo de luta presente nos artigos é a luta pela terra. Os trabalhos de Alvaides e Scopinho (2013) e de Rosa e Silva (2015) analisaram as transformações da identidade de militantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). Em ambos os trabalhos são descritas histórias de vida de personagens trabalhadoras que se transformam ao transformar sua realidade por meio da luta pela terra. A análise das narrativas de uma única pessoa possibilita compreender diversos processos pessoais, institucionais e sociais que permeiam a vida da população rural.

A pesquisa de Alvaides e Scopinho articula memória, identidade e atuação política na história de vida de Pedro Sebastião Rocha, o "Seu Pedro":

> Atualmente, Seu Pedro se reconhece como Sem-Terra devido às relações que se estabelecem entre as personagens do passado com a do presente e, nesse encontro, passado, presente e futuro são ressignificados. Ao valorizar o passado e criar anseios comuns para o futuro, ele se enraizou. O processo ocorre em via dupla: ao mesmo

> tempo em que as lembranças de experiência de vida, expressas por meio das personagens encenadas, constroem a identidade Sem-Terra, esta intensifica e reforças as lembranças, pois atribui a elas significado e importância. O passado e o presente passaram a coexistir na identidade Sem-Terra influenciando-se mutuamente. O que une essas diferentes personagens é a luta pela autonomia, e o que as diferencia é o cenário em que foram construídas. Por meio delas é possível perceber o valor moral e subjetivo que Seu Pedro atribui à terra, pelo poder que ela tem de produzir e, assim, garantir a sobrevivência objetiva e subjetiva dos que nela trabalham. Lutar por ela é lutar pela autonomia política e econômica e pela possibilidade de pertencer (Alvaides & Scopinho, 2013, p. 295).

Já o estudo de Rosa e Silva focaliza a vivência de Maria, uma mulher na luta pela terra, discutindo como o enfrentamento das desigualdades de gênero foi assimilada pelo MST e abordando o processo vivo de fortalecimento da personagem, tanto em sua vida pessoal quanto em sua atuação política:

> Num movimento de coconstituição, se as vivências no âmbito da família aproximaram nossa participante do movimento social, as vivências no movimento refizeram as dinâmicas familiares e suas relações de gênero. É possível identificar certa "democratização" ocorrida no interior das relações familiares de Maria numa composição com as vivências no movimento social. Este processo surgiu do confronto das tramas de experiências diversas que permitiram manifestações do político e da práxis política em várias esferas de sua vida (Rosa & Silva, 2015, p. 55).

A história de Maria é um exemplo de como a luta transforma a vida. Ao aprofundar sua participação na luta pela terra, ela passa a ser uma liderança comunitária, atuando no setor de educação do movimento. Em suas palavras, registradas por Rosa e Silva (2015, p. 53):

> Eu me sentia assim uma pessoa com outro conhecimento. Porque muitas vezes... eu tinha até alguns conhecimentos de alguns dos meus direitos, mas eu não tinha coragem de luta por eles. E hoje eu vejo diferente... Não tenho mais medo de lutar pelos meus direitos e pelo direito das pessoas e pelo direito das crianças. ... Eu não sei para onde foi o medo, porque eu não encontrei ele nunca mais e nem tenho saudade (risos). *A luta só me ensinou a ser forte* (grifos meus).

f) Luta política

O âmbito da luta política propriamente dita, isto é, aquela que visa disputar o poder instituído, seja por meio da luta armada em contexto de repressão, seja por vias de participação em contexto de democracia formal, foi abordado nos trabalhos de Hur (2013), Hur e Lacerda Júnior (2017) e Costa e Prado (2017).

Analisando a memória de um ex-guerrilheiro urbano que lutou contra a ditadura militar brasileira na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e hoje atua como ativista e professor universitário de economia, Hur (2013) observa o processo de transformação pessoal

da identidade de militante quando o sujeito rememora suas lutas. Há no trabalho da memória política um processo de ressignificação de elementos do passado à luz da experiência do presente, considerando a mudança do quadro político institucional da ditadura para a democracia formal. A transformação da orientação discursiva sobre as lutas parece indicar que, mesmo sem abandonar os princípios fundamentais, o militante demanda reconhecimento por suas ações do presente, mais do que pelos feitos do passado.

Hur e Lacerda Júnior (2017) discutem como a luta insurgente contra o terrorismo de Estado no Brasil e na América Latina, na segunda metade do século XX, modificou as formas de participação política dos sujeitos que aderiram a práticas radicais de enfrentamento direto. Os autores analisam também os efeitos das lutas insurgentes para a transformação das ideias e práticas psicológicas nesses países, com o surgimento de formas mais combativas de fazer uma psicologia militante e revolucionária. Dois entrevistados, um fotógrafo e um economista, explicaram porque se envolveram na luta armada durante a ditadura militar no Brasil (citados por Hur & Lacerda Júnior, 2017, p. 38-39):

> Não que a luta armada tenha sido um erro. Eu acho que havia todas as condições para começar a luta armada. Não havia nada de democracia, não havia mais formas de vida democrática no país. Aquilo que existia era fachada, havia uma ditadura que reprimia tudo e a maneira para lutar contra a ditadura, uma das formas, era fazer a luta armada contra a ditadura. Que não pode esquecer, além da luta contra a ditadura, a gente queria implantar o socialismo. Para fazer a revolução no Brasil, nossa primeira coisa era combater a ditadura. Então, acho que foi primário porque nós abandonamos o trabalho político (Fotógrafo, 260-267).

> E se no começo a gente nasce como luta armada, com o tempo você anda armado pela própria repressão. Porque você tem que sobreviver como pessoa, está identificado, você está pronto para matar quem vem te prender, ou se não há outra alternativa, se matar para não ser preso e não ser forçado a delatar as outras pessoas sob tortura. A tortura na época, você sabe, era generalizada (Economista, 331-335).

Sem democracia e com a violência de Estado generalizada, as formas de luta assumem um caráter radical de insurgência contra a ordem social injusta. Naquele período a psicologia brasileira se institucionalizava como ciência e profissão, com a difusão dos cursos de graduação pelo país e ampliação do exercício profissional em diferentes contextos. Assim, frente à realidade de desigualdades e sofrimento das maiorias populares, diversos psicólogos e psicólogas passaram a incluir em suas práticas um horizonte de compromisso com a transformação social. Tomando a perspectiva da insurgência, a psicologia pode tornar-se mais crítica, pois passa a fazer uma leitura da realidade social que aponte para o desenvolvimento dos potenciais de emancipação e libertação. Convém, portanto, sempre ter em vista essa relação entre a luta social e a atuação profissional. Como ressaltam os autores:

> Não foi natural o movimento de a Psicologia assumir uma postura crítica frente à ditadura. Pelo contrário, houve uma tendência hegemônica de se adaptar ao regime instituído. . . . No entanto, também é importante resgatarmos aquilo que foi anunciado pela luta insurgente. Pois, tal como afirmam Jacó-Vilela e Braghini (2015), a conivência de representantes com a ditadura, não significa que toda a Psicologia capitulara à ordem autocrática. A rebelião é uma atividade de criação: de novas ideias, práticas e possibilidades para a vida humana. Da luta insurgente surgiram novas formas de relação do sujeito com o mundo, assim como novas formas de se pensar e fazer Psicologia surgiram no contexto de lutas revolucionárias (Hur & Lacerda Júnior, 2017, p. 32).

No contexto mais recente de democracia formal no país, Costa e Prado (2017) abordam as dificuldades da construção da luta política nos últimos anos do governo Lula a partir do posicionamento de representantes de diferentes grupos e movimentos sociais com maior ou menor influência institucional. Os autores buscam construir uma reflexão teórica com base em extenso material de pesquisa reunido entre 2002 e 2009, desenvolvendo o que denominam como "duas artimanhas da hegemonia" na política institucional brasileira durante o primeiro período lulista: de um lado, a "expansão hegemônica" que articula institucionalização da luta política, o vínculo dos movimentos sociais com o PT e o estabelecimento de cadeias discursivas que borraram a polarização entre forças antagônicas; de outro lado, o "expurgo à diferença" que constrange o processo de ampliação da democracia ao criar barreiras à ação de movimentos sociais oposicionistas, seja pela criminalização, deslegitimação ou repressão direta. Neste registro, para os autores, a única alternativa parece ser a ampliação da radicalidade democrática, capaz de processar pluralidade das distintas posições dentro do funcionamento das instituições políticas no sentido do reconhecimento da política como âmbito do dissenso e do conflito.

Os três artigos tratam da relação entre luta política e esferas institucionais da administração do poder público e levantam questões para a construção de uma psicologia social crítica interessada na dinâmica das lutas.

g) Luta por direitos

O último tipo de luta que aparecem nos artigos selecionados corresponde, de modo abrangente, às lutas por direitos. À diferença das lutas políticas *stricto sensu*, as lutas por direitos podem entendidas como mais difusas e voltadas simultaneamente para efeitos no âmbito institucional e nas relações sociais na vida cotidiana.

No ensaio de Cannone (2019) é discutida a árdua luta pela despatologização das identidades LGBTQIA+, a partir da reconstrução histórica da mobilização de pessoas trans (transexuais e travestis) em torno das narrativas da ciência sobre gênero e sexualidade, visando colaborar com o avanço dessas pautas no debate do campo psi (psicologia, psiquiatria e psicanálise). Como observa a autora, desde o século XIX, esse campo construiu todo um imaginário normativo sobre gênero e sexualidade. A problematização dos limites do discurso científico sobre as expressões da identidade de gênero e sexualidade teve como protagonistas as pessoas tidas como dissidentes da norma, organizadas em formas de luta por representatividade e despatologização da vida: "a partir de narrativas imersas na representatividade, as pautas de pessoas trans se ampliam para além dos diagnósticos, abarcando lutas como: despatologização e rompimento com os manuais diagnósticos; retificação dos documentos pessoais; retirada da intersexualidade do enquadramento binário compulsório; combate à transfobia via direitos cidadãos – trabalho, saúde, segurança e educação" (Cannone, 2019, p. 27). Trata-se, portanto, de uma forma de luta abrangente, com destaque para o protagonismo de representatividade do transfeminismo e para a importância da psicologia, enquanto ciência e profissão, em participar dessa luta.

Na pesquisa de Gomes (2017) é tematizada a luta pelo direito de migrar enquanto direito fundamental, pois nenhum ser humano é ilegal. A autora analisa a situação de vida de migrantes haitianos no Brasil que chegam como migrantes refugiados e, portanto, dispõem de algumas políticas oficiais, órgãos e leis de proteção, mas, no cotidiano, enfrentam desrespeitos e diversas violações de direitos humanos. A luta dessa população para se estabelecer em um país diferente, e em grande medida hostil à sua presença, é permeada por dificuldades, seja de idioma, da saudade, da ruptura dos laços familiares, do preconceito e discriminação, além de rotinas de trabalho e estudo exaustivas, dificuldades de estabelecer vínculos significativos de amizade e solidariedade com brasileiros, entre outras. Nesse cenário, a autora também destaca o papel da psicologia na produção de conhecimento sobre os efeitos psicossociais e políticos do processo migratório:

> Apontamos a necessidade de futuros estudos sobre o projeto migratório desse grupo social, pois, como apontam algumas pesquisas, esse vai se modificando conforme o tempo de estadia na cultura hospedeira. Apostamos, também, na proposição de intervenções psicossociais que busquem acolher os múltiplos sofrimentos, inscrevendo espaços simbólicos que tornem possível aos sujeitos se colocar de forma mais ativa, criativa e desejante em suas vidas. Acreditamos que estudos como este auxiliam no fomento da produção discursiva que defende o direito de migrar e condena toda e qualquer prática de racismo e xenofobia. Cabe à Psicologia desenvolver pesquisas e intervenções que façam resistência às práticas discriminatórias endereçadas ao

> imigrante, atuando na luta pela promoção e garantia dos direitos humanos desse grupo comumente subalternizado pela cultura hegemônica (Gomes, 2017, p. 9).

O trabalho de Machado, Scarparo e Hernandez (2014) buscou compreender as lutas de psicólogos(as) militantes da Reforma Psiquiátrica Brasileira, a partir de suas trajetórias e noções de política. As autoras entendem que após algumas vitórias institucionais, "parece que nos encontramos em um 'adormecimento' de luta, seja pelo próprio avanço destes paradigmas, seja pelo cenário dos movimentos sociais na atualidade, que não têm uma única bandeira de luta e acabam, muitas vezes, por fragmentar-se" (Machado et al., 2014, p. 602). Embora seja uma forma de luta por direitos em torno do acesso humanizado a cuidados de saúde mental, o Movimento da Luta Antimanicomial foi um importante ator no processo de lutas pela redemocratização na década de 1980. Não se trata, contudo, como observam as autoras, de um movimento homogêneo, mas, pelo contrário, uma trama de relações com conflitos e ambiguidades que se articulam por meio de diferentes atores e instituições em várias frentes: epistemológica, técnico-assistencial, político-jurídica e sociocultural. Atentas às "narrativas do silêncio" de profissionais protagonistas dessa luta e suas mutações históricas, as autoras compreendem que o ideário da Reforma Psiquiátrica ainda está distante de sua completa efetivação (se que um dia isto será possível).

> Verificamos que nossas utopias se transformam, mas o mote de nossas lutas ainda se ancora no estabelecimento dos direitos humanos e no reconhecimento das diferenças. Nossa sociedade ainda alimenta as desigualdades através dos preconceitos. É necessário buscar nossa "natalidade", nossa capacidade criativa, que possibilita a desacomodação e a resistência. É preciso discutir nossos posicionamentos políticos e nossa ética diante desta sociedade. É urgente buscar espaços na psicologia que sejam lugares do diálogo e do coletivo. Precisamos da militância afetiva e transformadora; singular e coletiva; que se inspira no passado e luta no presente (Machado et al., 2014, p. 614).

Ao exortar as psicólogas e psicólogos a seguirem na luta, os três artigos que focalizam formas de luta por direitos concordam que a psicologia deve se posicionar politicamente e assumir um compromisso com a democracia e a transformação social. De fato, assim como qualquer outra ciência, toda psicologia é tão social quanto política e histórica. A cada momento pode-se discutir qual papel tem sido desempenhado pela ciência e profissão psi em uma determinada formação social. O psicólogo colombiano Edgar Barrero Cullear (2017), inspirado pela psicologia da libertação de Ignácio Martín-Baró, coloca a questão nos termos de um dilema, pois entende que à psicologia só existem dois caminhos: adaptar ou subverter.

No caso da psicologia brasileira, há diversos exemplos de práticas que se propõem subversivas da ordem injusta e, portanto, conscientes da tarefa política de construção de uma

sociedade justa e democrática por meio da luta[22]. A breve revisão de literatura apresentada é informativa, porém não dá conta da totalidade de produções e experiências efetivas de engajamento da psicologia brasileira junto às lutas de coletivos e movimentos sociais – e tampouco o objetivo foi esgotar as possibilidades de investigação. O mais importante, para os propósitos desta tese, é ter em vista o vívido interesse do campo psicológico pelas lutas sociais e o fato de que todas as formas de luta estão conectadas, embora tenham sido separadas para fins de facilitar a exposição. Assim, podemos agora avançar em direção a compreender outras características das lutas enquanto objeto de interesse da psicologia social.

2. Em busca de uma definição de luta social

2.1. Por que as pessoas se engajam em lutas sociais?

Em meio à pluralidade de formas de abordar o tema das lutas enquanto objeto de estudo da psicologia social, faz-se necessário buscar uma definição adequada de luta social. Além da ampla literatura sobre psicologia e movimentos sociais, há também um campo de pesquisa sobre o assunto denominado "Psicologia Social do Protesto" (Rosa & Klandermans, 2022). Nesse campo são desenvolvidos estudos que visam compreender o comportamento de luta social. A questão básica que se busca explicar é a seguinte: porque algumas pessoas se engajam e participam de lutas sociais, enquanto outras não? Para responder essa pergunta, cujo foco é a perspectiva da ação individual, temos que lembrar que o ser humano é um ser social, que compartilha um mundo comum com os outros; isto é, ao longo de nossa vida, cada um de nós nos tornamos quem somos hoje por meio de uma existência coletiva com os demais. Em outras palavras, no cotidiano e na individualidade de cada um, o mundo é ao mesmo tempo um dado objetivo universal e um fato sempre percebido de forma singular por cada pessoa[23].

---

[22] Para uma compilação de estudos sobre a relação entre psicologia e democracia, incluindo o papel do Sistema Conselhos da Psicologia brasileira para a redemocratização do país, conferir o volume 37, número especial, da revista Psicologia: Ciência e Profissão, organizado por Domenico Hur e Fernando Lacerda Júnior, e publicado em 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/i/2017.v37nspe/

[23] Desde uma perspectiva materialista histórica, as três dimensões fundamentais são: singular-particular-universal, sendo o singular representado pelo indivíduo (cuja existência é única e irrepetível no mundo), enquanto o universal compreende os aspectos estruturais de socialidade; a particularidade corresponde à mediação estabelecida entre o indivíduo e as estruturas sociais. Esse esquema é utilizado pela psicologia social marxista de orientação lukacsiana e pela psicologia política crítica como modelo heurístico para compreensão da consciência e comportamento político. Conferir Silva e Euzébios Filho (2021, p. 5).

Assim, em um mesmo contexto objetivo, as pessoas pensam, sentem e agem de forma diversa, conforme sua experiência singular, única e irrepetível, ainda que, no limite, a ação individual sempre seja parte de uma história humana compartilhada e possa ser analisada enquanto acontecimento social. Isso não significa, contudo, que o individual seja totalmente subsumido ao social, mas que esses dois níveis estão em relação dialética, pois um simplesmente não pode ser pensado sem o outro (Adorno, 2015).

No caso dos comportamentos de luta social, essa dialética entre indivíduo e sociedade fica mais evidente: cada pessoa se coloca como um corpo político, com sua voz e interesse, ao mesmo tempo em que está participando de uma coletividade que possui uma pauta comum. Se, por um lado, o engajamento for puramente egoísta ou voltado apenas para interesses pessoais (ou seja, oportunismo), a luta não avança e tende à cooptação; por outro lado, se não houver espaço para a singularidade individual a luta tende ao engessamento e ao sectarismo.

Para que haja enfrentamento, é indispensável a mobilização da particularidade dos sujeitos como participantes ativos no mundo. Como escreveu Gonçalves Filho (1998), a respeito das lutas de mulheres da periferia de São Paulo, a vida humana transcende a mera condição de quem "está vivo", pois deita raízes em condições coletivas determinadas historicamente. Cada pessoa não simplesmente "vive", mas *existe*. E *existência,* em sua mais rica acepção psicossocial, supõe *participação* no mundo. Essa participação não é outra coisa que o *fato* da política em uma forma de vida.

Embora possamos sustentar a premissa da existência humana como fundamentalmente política, isso não explica o porquê algumas pessoas se engajam em atividades de protesto e resistência enquanto outras não. Em certa medida, a grande pergunta que subjaz todo projeto de teoria crítica interessada na transformação social não é saber o porquê as pessoas lutam, mas o porquê elas ***não*** *se rebelam,* quando não faltam razões para tanto. Ocorre que, para compreender a luta enquanto processo psicossocial básico, temos que analisar como se configuram as atividades de protesto.

Protestos são formas de luta que podem ser definidas como ações coletivas de "ocupação temporária por várias pessoas de um espaço aberto, público ou privado, que direta ou indiretamente inclui a expressão de opiniões públicas" (Fillieule, 1997, p. 44 citado por Rosa & Klandermans, 2022, p. 3). Em geral, protestos são atividades que pertencem ao repertório de ação dos movimentos sociais.

Na literatura dos movimentos sociais, existem algumas teorias clássicas que buscam explicar a existência das lutas. Vejamos a breve reconstrução de Rosa e Klandermans (2022). No final do século XIX, na França, emerge a Teoria do Colapso Social. O pressuposto básico

dessa teoria é que a sociedade tenderia a ser um todo harmônico, como um organismo que tende à homeostase, mas, eventualmente, grupos disruptivos ocupariam o espaço público para expressar seu descontamento, prejudicando o equilíbrio social. Trata-se, por exemplo, da leitura de Gustave Le Bon e da hipótese da frustração-agressão. Neste caso, a participação no protesto estaria necessariamente vinculada a um sentimento difuso de injustiça e as reações de massa são vistas como irracionais e perigosas.

No entanto, considerando que apenas motivos irracionais não seriam suficientes para explicar porque algumas pessoas se engajam e outras não, surge, na década de 1960, a chamada Teoria da Mobilização de Recursos (TMR). Nesta perspectiva, para que se forme um movimento social e ocorra o protesto, são necessários diversos recursos (humanos e materiais), para além da motivação pessoal. Aqui o pressuposto é que os recursos são mobilizados segundo as expectativas racionais dos indivíduos, que calculam seus esforços a partir dos resultados esperados e da forma como tais resultados são valorados pelo grupo.

Outro modelo teórico que recusa o caráter irracional do protesto é a Teoria do Processo Político (TPP). Neste caso, são enfatizados os elementos macrossociais e históricos que compõem as oportunidades políticas disponíveis para que uma determinada mobilização seja possível. Não basta apenas a queixa e a avaliação dos recursos disponíveis, mas também as janelas de oportunidade política que emergem em contextos específicos.

> Diante das elaborações advindas da TMR e da TPP, a psicologia social propõe utilizar o conceito de eficácia para entender a decisão dos indivíduos em participar ou não de um movimento social. A eficácia diz respeito às expectativas dos indivíduos relacionadas à possibilidade de a ação coletiva de fato gerar alguma mudança nas condições políticas vigentes (Gamson, 1992). Quanto mais um indivíduo acredita que determinado protesto será eficaz, maiores as chances de ele participar. Essa eficácia é composta essencialmente pela percepção dos recursos e oportunidades presentes em determinado contexto (Rosa & Klandermans, 2022, p. 5).

Uma quarta abordagem, mais contemporânea, é a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Considerando que até a segunda metade do século XX, “movimento social” era praticamente sinônimo de “movimento operário”, a emergência da TNMS acompanha a emergência das diversas formas de luta social contemporâneas. Não se trata de uma escola coesa, mas de uma abordagem ampla que inclui uma interpretação cultural das lutas no interior de uma determinada forma de vida. Nesta perspectiva são valorizados temas como a construção de sentidos, formação de identidade e valoração de aspectos culturais.

> No que se refere ao campo da psicologia social, a TNMS faz emergir um elemento central à discussão psicossocial, a identidade. A partir dos anos 1980, a instrumentalidade expressa nas queixas, recursos e oportunidades mostrava-se ainda insuficiente para o entendimento do engajamento político. A ideia de identidade

> coletiva, então, surge como elemento fundamental para o processo de participação em movimentos sociais e protestos (Rosa & Klandermans, 2022, p. 5).

As quatro perspectivas teóricas são relevantes e complementares para a compreensão dos processos de engajamento dos indivíduos nas lutas sociais. Além da percepção de eficácia, outro aspecto fundamental do engajamento nas lutas é a motivação. No contexto das lutas, a motivação conecta o desejo por mudança e o emprego de energia para a ação dirigida a um objetivo específico. Segundo os autores, quanto maior a identificação do indivíduo com determinado grupo, mais provável será a participação em ações políticas junto ao grupo. Neste sentido, as teorias do colapso, a TMR e TPP deram pouca atenção ao papel desempenhado pelas emoções nos estudos dos movimentos sociais, enquanto a TNMS acaba sendo mais focada na afetividade e na construção dos vínculos de solidariedade no âmbito das lutas. Um exemplo importante sobre como as emoções cumprem uma função central para o engajamento no protesto é a raiva. A raiva é importante, mas não como uma emoção puramente individual. É a *raiva de grupo*, presente na base do sentimento de indignação e, portanto, constitutiva da força motivacional de um protesto. Segundo Rosa e Klandermans, do ponto de vista da motivação para o protesto, a raiva é mais forte do que vergonha, desespero e medo.

Dentre as diversas possibilidades de esquematizar o processo de engajamento dos indivíduos em uma situação de protesto, os autores destacam conceitos como o grau e a forma de **organização** dos movimentos sociais, as **oportunidades** políticas presentes no contexto da luta e os **repertórios** de ação dos movimentos e sua capacidade de canalizar as motivações emocionais (sobretudo a raiva, mas também a solidariedade) do grupo. Desde a perspectiva psicossocial, esses três aspectos podem ser sintetizados pela articulação dos conceitos de identidade, instrumentalidade e expressividade/emoções.

Embora esse arsenal teórico seja útil para a investigação científica dos processos de engajamento nas lutas sociais e participação em atividades de protesto, na vida cotidiana, quem se envolve em uma causa política, independente de qual seja, costuma ser reconhecido ou se apresentar com a identidade de ativista ou militante.

2.2. Militância ou ativismo?

Qual a diferença entre militância e ativismo? Como essas identidades se relacionam com posições políticas?

Há alguns anos era pouco provável ouvir a expressão “militantes de direita”, pois a ideia de militância parecia ser algo exclusivo de determinadas pautas dos movimentos sociais e partidos de esquerda. Dirigentes sindicais e políticos inclusive falavam sobre “mobilizar a militância” (Sales, 2019). Ativismo soava como algo à direita e menos politizado, como se fosse reservado a ações menos combativas, como, por exemplo, a ideia de consumidores ativistas. No entanto, a dinâmica das lutas sociais contemporâneas no Brasil tem exigido novos esforços de interpretação. O trabalho de Camila Rocha (2018) revelou que a nova direita brasileira é formada por militantes aguerridos em suas pautas e para com suas bases políticas; vimos o crescimento de ativistas de esquerda, pós-2016, disputando espaço na política institucional, como a Bancada Ativista; além disso, as demarcações entre esses dois termos parecem cada vez mais borradas, complicando entendimento do quadro geral.

Uma revisão da literatura interessada em investigar as diferenças nos processos de subjetivação de atores políticos identificados como “militantes” ou “ativistas” resultou em uma análise sobre como as diferentes estratégias de ação geram diferentes ambientações nas quais os sujeitos são socializados (Sales, 2019). Nessa perspectiva, a principal diferença entre “militantes” e “ativistas” seria que os primeiros tenderiam a valorizar a disciplina, centralização e heteronomia enquanto os últimos tendem a incentivar a experimentação, horizontalidade e autonomia. Posto dessa forma, a subjetividade de militantes seria mais “rígida” enquanto a de ativistas seria mais “flexível” (Sales, 2019).

Essa perspectiva acompanha um debate que tem sido extensamente relatado na literatura sobre coletivos e movimentos sociais acerca da diferença entre a forma de organização dos movimentos sociais clássicos – de luta sindical, por moradia ou por terra, que costumam ser mais homogêneos e centralizados na figura de lideranças e de articulações mais rígidas – e as novas formas de ação política, principalmente dos “coletivos de jovens”, que se configuram de forma muito mais fluida, fragmentada, horizontal e prefigurativa (Gohn, 2018).

Durante a etapa empírica da construção desta tese, nas entrevistas com integrantes de mandatas coletivas, foi levantada a questão acerca de como se identificavam: se militantes ou ativistas. As respostas confirmaram a dualidade descrita na literatura, mas acrescentaram aspectos da vivência específica de cada pessoa ao engajar-se em uma determinada forma de luta. Houve quem dissesse que não se identificava como ativista, mas sim como militante, embora estivesse compondo um coletivo com a palavra “ativista” no nome; houve quem dissesse que se identificava como ativista e não como militante, embora tenha sua vida dedicada à transformação social almejada. Em suma, as fronteiras entre essas duas formas de expressar uma identidade de engajamento nas lutas sociais ainda são borradas, por mais que

haja segurança ao afirmar-se como engajado em um ou outro tipo de prática de luta. Veremos mais detalhes sobre essa relação entre militância e ativismo a partir da fala das pessoas entrevistadas na última parte desta tese. Por enquanto, vamos continuar perseguindo uma definição suficientemente abrangente de luta social.

3. Luta: uma categoria tão invariante quanto trabalho e interação

Como veremos no próximo capítulo, a ideia de que seres humanos possuem um profundo interesse em superar formas de dominação e opressão está na base da formulação de uma teoria crítica. No debate contemporâneo, a questão sobre esses impulsos para a luta social tem sido levantada a partir de bases mais pragmáticas do que ontológicas, visando explicar o caráter emancipatório e libertador das práticas de luta para além de qualquer essencialismo, mas como um tipo de atividade ancorada na realidade histórica da espécie. No entanto, para que se possa falar em "paradigma da luta", enquanto modelo geral de teoria crítica, faz-se necessário mostrar que há um tipo específico de *interesse epistêmico* na emancipação/libertação; além disso, esse interesse deve ser sustentado por uma dimensão prática ligada a um tipo de atividade humana tão invariante quanto o trabalho e a interação. Essa reflexão se insere no bojo dos esforços atuais que buscam estabelecer uma fundamentação normativa forte para as chamadas ciências crítico-emancipatórias. Encontramos, a esse respeito, uma contribuição fundamental no trabalho de Axel Honneth.

3.1. Axel Honneth e o paradigma da luta por reconhecimento

Em sua obra mais conhecida, publicada no início da década de 1990, Honneth buscou fundamentar a tese de que, na base dos processos de conflito e lutas sociais, se encontra um tipo específico de processo psicossocial: o *reconhecimento*. Dentre as chamadas teorias do reconhecimento que entravam em voga naquele período, a proposta de Honneth se destacou por manter a intuição do "paradigma da luta", caro às teorias críticas da sociedade desde Marx, tanto que o projeto inicial do autor consistia em revisar criticamente algumas das teorias mais importantes da época – Althusser, Adorno, Horkheimer, Habermas e Foucault – à luz de uma concepção pragmática de ação social e antropologia filosófica. Analisando os estudos culturais sobre as lutas da classe trabalhadora, Honneth buscava uma reavaliação crítica do marxismo funcionalista – demasiadamente restrito à esfera econômica da luta – em direção a uma teoria normativamente fundamentada na experiência cotidiana dos indivíduos

que fosse capaz de explicar os conflitos sociais a partir de uma dimensão imanente às relações intersubjetivas moralmente motivadas. O sentimento de injustiça aparece como uma experiência de primeira ordem capaz de ensejar processos de resistência cotidiana na medida em que ocorre uma violação de expectativas normativas, ou seja, a "frustração" não é interpretada como meramente contingente, mas como um desrespeito aos parâmetros compartilhados de justiça social. Assim, diferente da abordagem da Teoria do Colapso Social, a ideia que vai oferecer as bases para uma teoria da ***luta*** *por reconhecimento* é que, nas sociedades modernas, a integração social depende de vínculos intersubjetivos normativamente orientados, isto é, de práticas sociais guiadas por determinadas normas. Tomando a obra de juventude de Hegel para a construção de sua teoria social, Honneth define a luta por reconhecimento da seguinte forma:

> resulta de uma luta dos sujeitos pelo reconhecimento recíproco de sua identidade uma pressão intrassocial para o estabelecimento prático e político de instituições garantidoras da liberdade; trata-se da pretensão dos indivíduos ao reconhecimento intersubjetivo de sua identidade, inerente à vida social desde o começo na qualidade de uma tensão moral que volta a impelir para além da respectiva medida institucionalizada de progresso social e, desse modo, conduz pouco a pouco a um estado de liberdade comunicativamente vivida, *pelo caminho negativo de um conflito a se repetir de maneira gradativa* (Honneth, 2003, p. 29-30, grifos meus).

É importante destacar a centralidade do conflito para os propósitos da reconstrução operada por Honneth. Por vezes, os estudos dão mais ênfase ao "reconhecimento recíproco" do que à "luta"[24], embora toda a argumentação seja desenvolvida sobre a tese da indissociabilidade entre o imperativo das aspirações de validação da própria identidade e o caráter inexorável do conflito nas relações intersubjetivas. Como o autor mostra na primeira parte do livro, a compreensão filosófica da modernidade tem sempre como fundamento uma ideia de luta, seja por autoconservação, para preservação da honra ou, como já aparece na obra de Hegel, luta por reconhecimento. Neste registro, Honneth não vê o conflito como um mero dado subjetivo, redutível a processos intrapsíquicos, mas como um elemento constitutivo da lógica das formações sociais. Assim, para uma atualização sistemática da intuição hegeliana, Honneth vale-se da psicologia social pragmática de G. H. Mead, pois considera que a própria constituição da identidade pessoal ocorre mediante um processo conflituoso, em que a criança precisa lidar com seus impulsos internos, por um lado, e com as pressões externas, como as normas e expectativas de comportamento do grupo no qual está sendo socializada.

[24] Conferir, por exemplo, o estudo de Paul Ricoeur (2006).

Essa tensão constitutiva entre autonomia e dependência é progressivamente reposta em diferentes esferas da vida social: nas relações afetivas primárias, na sociedade civil jurídica e na comunidade de valores de que cada pessoa participa. Para cada esfera Honneth identifica um tipo de autorrelação prática e formas de desrespeito correspondentes. Na esfera das relações primárias (amor, amizades), a busca por reconhecimento decorre da natureza carencial e afetiva dos seres humanos e a autorrelação positiva derivada é a autoconfiança. Nessa dimensão da experiência, a forma característica de desrespeito são os maus-tratos e a violação física, como a tortura. Honneth não indica explicitamente um potencial evolutivo para essa esfera do reconhecimento, embora ele deixe evidente que essa esfera é a base principal das demais, de modo que poderíamos discutir os limites e possibilidades da socialização afetiva para a formação de movimentos sociais de luta[25]. Na esfera das relações jurídicas (direito), o fundamento da luta por reconhecimento é a imputabilidade moral dos indivíduos enquanto membros de uma mesma comunidade política, isto é, como titulares do status de cidadania, e a autorrelação prática derivada é o autorrespeito. Aqui o desrespeito se manifesta como privação de direitos e exclusão política, como denegação da cidadania. O potencial de desenvolvimento da luta por direitos, neste caso, é a crescente ampliação da cidadania, a generalização dos direitos e garantias materiais e institucionais do autorrespeito. Por fim, na esfera da participação em uma comunidade de valores (solidariedade, estima social), a luta acontece a partir das capacidades e aptidões individuais de cada pessoa para contribuir com o grupo, sendo a autorrelação prática correspondente a autoestima. A forma de desrespeito correspondente é a degradação e a ofensa (vexação), pois diferente das duas outras esferas, não atinge apenas a integridade física ou social, mas a "honra" ou "dignidade" da pessoa. Para Honneth, o potencial evolutivo da luta por reconhecimento na esfera da estima social é a ampliação dos princípios éticos e da base de valoração de uma sociedade (eticidade).

Podemos depreender desse modelo teórico que existe um sentido progressivo da luta operando entre o indivíduo e o grupo. Não se trata de um determinismo, mas de uma lógica imanente às relações intersubjetivas que se torna evidente quando focalizamos a dinâmica das lutas sociais. Isso significa que podemos considerar as práticas de luta como normativamente orientadas e, portanto, como expressão da gramática moral dos conflitos sociais. Contra as

[25] Uma interessante questão a esse respeito consiste em saber se o engajamento das pessoas em movimentos sociais de luta, e a consequente construção de uma identidade ativista ou militante, possui relação com algum nível de proteção recebida durante a infância. Estudos sobre a metamorfose da identidade e a situação de institucionalização (abrigamento infantil) mostram que, mesmo em situações adversas, indivíduos permanecem capazes de lutar por direitos. A esse respeito, vale a pena conferir o trabalho de Vinicius Furlan (2020).

concepções de luta enrijecidas pelo determinismo biológico da sobrevivência ou pelo mero utilitarismo das escolhas racionais, Honneth desenvolve um conceito de luta mais denso e integrativo da relação entre indivíduo e grupo social, que pode ser definido como o "processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento" (Honneth, 2003, p. 257). Esse caráter vinculante da luta também inclui um potencial de transformação pessoal – que poderíamos chamar de fortalecimento psicossocial –, pois "como mostram as reflexões filosóficas, a par das fontes literárias e da história social, o engajamento nas ações políticas possui para os envolvidos também a função direta de arrancá-los da situação paralisante do rebaixamento passivamente tolerado e de lhes proporcionar, por conseguinte, uma autorrelação nova e positiva" (Honneth, 2003, p. 259).

Mas, em que sentido podemos dizer que o fortalecimento psicossocial derivado do engajamento nas lutas possui um horizonte emancipatório? Embora Honneth aponte para esse horizonte ao descrever o potencial de autorrealização contido na evolução das lutas sociais em direção à ampliação da liberdade e da eticidade moderna, a busca pela fundamentação da teoria crítica em um interesse emancipatório exige algo mais do que o quadro desenhado em *Luta por reconhecimento*. Assim, em uma conferência realizada em 2016, portanto mais de duas décadas depois, Honneth se propôs a tentar responder a questão mais fundamental da teoria crítica: existe algo como um interesse emancipatório?[26]

3.2. As lutas sociais como "crítica prática"

Para investigar a ideia de que seres humanos possuem um profundo interesse na emancipação, isto é, em superar a dependência e heteronomia, Honneth recupera o argumento de Habermas em *Conhecimento e Interesse*, segundo o qual o postulado da existência de um interesse epistêmico propriamente emancipatório precisa se ancorar em três passos: 1) ele tem que se referir a uma atividade humana específica que seja tão invariante historicamente quanto o trabalho e a interação; 2) precisa mostrar que esse interesse prático levanta um tipo de conhecimento que é suficientemente distinto dos tipos de conhecimento latentes no trabalho e na ação comunicativa; e 3) precisa demonstrar que satisfazer racionalmente esse terceiro interesse epistêmico requer uma metodologia própria, mais do que combinar métodos

[26] No que se segue, irei acompanhar a argumentação presente em Honneth (2017), traduzindo livremente as passagens citadas.

retirados das ciências e das humanidades. Segundo Honneth, as respostas de Habermas não foram totalmente satisfatórias, pois embora tenha considerado a centralidade do conflito (entendido como "poder", ao lado do "trabalho" e da "linguagem"), ele acaba não encontrando uma motivação pragmática tão forte quanto a observada na lógica da razão instrumental e comunicativa. Por isso, Honneth entende que falta o desenvolvimento de um conceito robusto de luta em Habermas, uma vez que a luta não aparece em seu modelo teórico como uma atividade primária. Mas, o maior problema do modelo habermasiano em Conhecimento e Interesse, segundo Honneth, é metodológico, pois Habermas ficou dependente da psicanálise para explicar o desenvolvimento de potenciais críticos imanentes.

Feita essa avaliação, Honneth apresenta duas questões: 1) é possível identificar um tipo uniforme de ação ou atividade que é característico de nossa forma de vida e que, ao contrário de Habermas, é de fato ligada com uma luta ou conflito entre grupos? 2) Podemos dizer que esse tipo de atividade contém um interesse epistêmico próprio, que serve como fundamento de um tipo específico de ciência? Buscando desenvolver os potenciais contidos em Conhecimento e Interesse, Honneth irá responder positivamente as duas questões.

Para a primeira pergunta, o autor ressalta que é importante evitarmos ontologismos. Por isso, temos que investigar de que maneira a *luta* consiste em uma atividade humana tão invariante quanto trabalho e interação. Segundo Honneth, aqui a questão subjacente é a seguinte: é justificável tratar a luta como um tipo de ação que é um *elemento explicativo ineliminável* de uma teoria social? Resgatando a história do pensamento ocidental, o autor afirma que sim e aponta quatro posições distintas em relação às lutas sociais: 1) a posição Rousseau-Kantiana; 2) a posição Freudiana; 3) a posição Marxiana; e 4) a posição Hegel-Deweyana. Honneth analisa as quatro posições: as duas primeiras devem ser abandonadas, pois recaem em uma concepção de luta demasiadamente focada nos indivíduos, uma vez que os motivos da revolta contra as normas estabelecidas são explicados como fruto do desejo de marcar a superioridade ou preeminência sobre os outros membros da sociedade; a terceira posição, marxiana, também deve ficar pelo caminho na medida em que fica presa à dinâmica da estrutura de classe e perde a experiência do sentimento de injustiça; por fim, a quarta posição é a mais produtiva, pois aqui um grupo que sofre alguma desvantagem social *apela às normas existentes para voltá-las contra os grupos hegemônicos, confiando em uma justificação moral já existente*. Nesta posição dialética, "o conflito é um aspecto necessário de todas as formas de sociabilidade" (Honneth, 2017, p. 914).

Para averiguar melhor a defesa dessa posição, Honneth entende que é necessário observar: A) se as normas são efetivamente "disputáveis"; e B) se os grupos, de fato, se

rebelam usando as normas já existentes. Em outras palavras, de um lado, as normas sociais precisam ser suficientemente abertas e criticáveis e, de outro, os grupos oprimidos devem *sempre*, de alguma maneira, recorrer a tais normas já estabelecidas. Isso significa assumir que, sempre que assistimos a qualquer tipo de luta social, estamos diante de uma reação contra a inadequação entre normas e práticas que gera os sentimentos de injustiça e a percepção de que é necessária uma "crítica prática". Podemos encontrar exemplos dessa crítica prática em diversos momentos da história, como as revoltas de escravizados nas Américas, os movimentos de direitos civis nos EUA, os movimentos europeus de trabalhadores, o movimento sufragista britânico, entre outros. Honneth enfatiza que não está falando apenas de formas tênues de luta, como se fossem apenas disputas intelectuais sobre o grau de "correção" das normas aplicadas em cada momento; na realidade, este modelo se aplica também aos protestos que incendeiam prédios, ocupam fábricas, levantam barricadas etc. pois, ao fim e ao cabo, estas também são lutas interpretativas.

Honneth visa dar um *twist* diferente ao projeto de Habermas em Conhecimento e Interesse e considerar a "crítica prática" como fundamento de um tipo de conhecimento específico:

> Se as lutas sociais implicam um interesse em um tipo distinto de conhecimento, pode ser que, em um exame mais minucioso, esse conhecimento pré-científico possa se tornar uma fonte epistêmica de uma teoria crítica. . . . Minha tese é que este aspecto interno de sua atividade [de luta], o trabalho de persuasão que [os grupos oprimidos] realizam *vis-à-vis* a si mesmos e aos outros, consiste em uma reinterpretação cooperativa das normas existentes. . . . Parto do pressuposto de que qualquer luta social envolve operações conceituais e normativas, bem como resistência, insurreição ou rebelião dirigidas para fora. . . . Aqueles que não sentem necessidade de serem céticos em relação às interpretações dominantes das normas sociais compartilhadas porque eles próprios obtêm vantagens ou privilégios delas tenderão a aceitar essas normas como um "em-si", como algo imutável. Mas, aqueles que são forçados a questionar essas interpretações porque suas próprias reivindicações ou desejos não estão refletidos nelas, procurarão conceber essas normas como existindo "para-eles" e relacionadas a elas com uma atitude formativa e transformadora (Honneth, 2017, p. 915-916).

Como Honneth não deixa de observar, a própria concepção de "justiça" ou "injustiça" só faz sentido dentro de um quadro referencial de normas socialmente compartilhadas. Por essa razão, a existência das lutas sociais não é meramente contingente, mas está sempre atrelada à base normativa de uma formação social. Assim, parafraseando a intenção do autor de desenvolver uma teoria da justiça como análise da sociedade (Honneth, 2015), podemos dizer que uma teoria das lutas sociais se configura como análise crítica da sociedade.

Conclusão

Feito este percurso sobre as lutas sociais na psicologia e assumindo a viabilidade de tomá-las antes de tudo como uma atividade humana tão invariante quanto trabalho e interação, podemos agora esboçar uma definição operativa de luta social. Luta social pode ser entendida enquanto um tipo de prática social, isto é, um conjunto de ações e discursos atrelados, em maior ou menor grau, às normas e valores existentes em uma dada formação social, e orientados para a transformação ou revisão de uma situação avaliada como errada, injusta ou indesejável por um determinado grupo de atores sociais que, por sua vez, constrói uma identidade comum no processo da luta.

As lutas sociais emergem em contextos de crise. Em termos deweyanos, poderíamos dizer que a luta social transforma uma situação indeterminada, ou problemática, em uma situação de tal modo determinada para os atores envolvidos, que converte os elementos da situação original em um todo unificado inteligível e cujas distinções e relações constitutivas aparecem como passíveis de mudança (Dewey, 1985). Ou, nos termos hegelianos, poderíamos dizer que a luta corresponde ao negativo determinado do progresso social, uma passagem do *em-si* ao *para-si*, isto é, um movimento de transformação da existência do indivíduo em uma *existência política* (Hegel, 2014; Vaz, 2014).

Isso não significa, contudo, que as lutas sociais irão *sempre* irromper, espontaneamente, no momento em que aparece uma situação crítica de sofrimento social. Elas apenas *podem* acontecer. De fato, neste início de século XXI, estamos assistindo a uma multiplicação das lutas sociais, porém muitas situações concretas de injustiça ainda persistem e se agravam, não resultando necessariamente na formação de grandes movimentos sociais ou acabam limitadas a mobilizações muito fracas que não lograram transformações radicais. O indivíduo, nesse processo, participa ativamente na construção da luta e se vale das condições sociais e materiais existentes. Como afirma Rahel Jaeggi (2018a), partindo de Hegel, Dewey e, sobretudo, Marx, o papel das lutas para a mudança social se situa na intersecção entre o "velho" e o "novo" em cada formação societária, como resultado de condições que são *dadas* e *criadas* pelos atores a partir do enfrentamento de determinados problemas e contradições.

Neste sentido, luta *é experiência*. O engajamento na atividade de luta não é apenas um comportamento ou atitude de insatisfação, mas um processo de aprendizagem, no sentido de aquisição de experiências (Jaeggi, 2018a, 2018b). Processo que, como vimos neste capítulo, pode ser analisado a partir de diversos aspectos psicossociais: eficácia, motivação, afetividade, identidade, participação, consciência entre outros. Podemos então assumir que a

luta social é, ela mesma, um processo psicossocial básico mediador da relação indivíduo-grupo-sociedade, que emerge em determinadas situações concretas de crise.

Na atual crise da democracia brasileira, as lutas travadas por integrantes de mandatos coletivos, compartilhados e populares que têm ocupado alguns cargos do legislativo podem ser indicadores da configuração das lutas sociais contemporâneas. No entanto, há, sem dúvidas, muitos limites para o entendimento da dinâmica das lutas sociais a partir da esfera politico-institucional, pois historicamente essas instituições tendem a arrefecer os impulsos de protesto, limitar o alcance da ação e a cooptar lideranças de movimentos sociais. Ainda assim, vale a pena questionar o que os mandatos coletivos, enquanto instrumento de ocupação das instituições com os corpos de mulheres, negros, trans, indígenas, periféricos, entre outros grupos tradicionalmente marginalizados da política, têm a dizer sobre a dinâmica contemporânea das lutas sociais. Afinal, é precisamente para compreender essas tendências de alargamento das disputas em um sentido potencialmente emancipatório/libertador que a teoria crítica deve voltar sua atenção, pois talvez a democracia, enquanto uma forma de vida política no Brasil, ainda possa ser recuperada e fortalecida de um modo novo e transformador por meio da crítica prática.

Antes de prosseguir com a problematização das lutas políticas institucionais, convém dar mais alguns passos na discussão das bases teóricas sobre crítica e mudança social, desta vez voltando nossa atenção para um aspecto intrínseco à crítica: a formulação de horizontes normativos.

Capítulo 2. Emancipação ou libertação?

Introdução

Em maio de 1843, Karl Marx escreveu uma carta a Arnold Ruge, respondendo à queixa de seu amigo sobre o estado de passividade do povo alemão diante da crise social da época, na qual afirmava que o próprio caráter desesperador da situação o enchia de esperança. A compreensão do significado dessa passagem pode ser frutífera para a crítica do presente. Marx parecia antecipar o caminho de seu pensamento político e filosófico que ganharia contornos mais bem definidos em uma carta seguinte, escrita em setembro do mesmo ano, na qual apresentava a Ruge uma definição da tarefa do pensamento crítico diante da crise e do desespero: "autoentendimento (filosofia crítica) da época sobre suas lutas e desejos" (Marx, 2010, p. 73). Trata-se, portanto, de uma forma de crítica imanente, cujo princípio orienta diversas formas de teoria crítica contemporânea (Stahl, 2021).

No mesmo período, Marx apresenta em seu ensaio *Sobre a questão judaica*, um dos conceitos mais importantes para toda a tradição de teoria crítica posterior: o conceito de *emancipação* entendido como emancipação *humana*, contra a mera emancipação política. Enquanto a emancipação política designava uma liberdade parcial, do indivíduo egoísta no âmbito jurídico da sociedade burguesa, a emancipação humana aparecia como um horizonte de liberdade social, na qual cada indivíduo pode realizar-se como ente genérico, isto é, parte do gênero humano enquanto totalidade universal.

Essa orientação à totalidade, de base hegeliana, irá permanecer por todo o desenvolvimento do materialismo histórico após Marx e Engels, até que surjam ressalvas quanto aos limites da lógica da emancipação e apontem outros caminhos para a crítica social. O filósofo argentino Ernesto Laclau (2011), por exemplo, questionou as possibilidades de realização dos discursos emancipatórios que parecem não ser capazes de garantir a realização da liberdade. Para ele, a transformação radical não pode prescindir de uma "fundação social" inscrita na própria realidade que se deseja transformar. Como negativo da situação atual, a práxis emancipatória erige-se contra as forças opressivas que estão pressupostas como seu fundamento mesmo e, portanto, não consegue atingir uma nova fundação livre de forças contrárias em um reino de liberdade. Assim considerada, a "morte da fundação" na teoria levaria à "morte do universal e à dissolução das lutas sociais em mero particularismo . . .

[pois] sem a emergência do universal no terreno histórico, a emancipação seria impossível" (Laclau, 2011, p.37-38).

Após o fim da União Soviética e com as crescentes críticas ao socialismo real, as teorias da emancipação perderam parte de seu vigor. Desde então, frente à explosão de formas de luta social que ganharam espaço na esfera pública, o discurso das lutas emancipatórias passa a ter um sentido mais amplo, sendo assimilado inclusive por tendências particularistas de "emancipação pessoal", ou passa a ser substituído por vertentes políticas pós-modernas dessubstancializadas, como a discussão sobre formas de "produção de subjetividades".

Mesmo no campo da teoria crítica, em sentido estrito, o conceito de emancipação precisa ser constantemente colocado em debate. Em 2018, em Berlim, por ocasião dos cinquenta anos das revoltas de 1968, foi realizada uma conferência sobre a vitalidade da categoria Emancipação. Entre notáveis conferencistas, havia posições contrárias[27]. No polo mais cético estavam Christoph Menke e Wendy Brown, que denunciavam o paradoxo da emancipação – qual seja: ao alcançar uma transformação, logo se depara com novas formas de dominação –, sendo então preferível abandonar esse ideal iluminista eurocêntrico e buscar nas periferias outros horizontes normativos para os brados por justiça social. Já no polo pró-emancipação, Seyla Behabib, Didier Eribon e Rahel Jaeggi falavam em favor da capacidade dessa categoria para manter viva a coragem de sonhar e lutar para construir, coletivamente, um novo mundo possível. Seja como for, o horizonte da emancipação está quase sempre presente na ordem do dia em qualquer projeto de teoria crítica.

É evidente a força da categoria *emancipação* para orientar modelos de teoria crítica nos países do centro do capitalismo. Na América Latina, contudo, podemos ver o desenvolvimento de outro horizonte normativo: a categoria *libertação.* Embora sejam frequentemente tomadas como sinônimos, esses termos não se confundem. Ambos carregam forte carga conceitual e política, apresentando importantes distinções e intersecções quando analisados do ponto de vista da história do pensamento. Desde a perspectiva da libertação – libertação nacional, libertação psicossocial – e de suas "ciências" – Teologia da Libertação, Filosofia da Libertação, Sociologia da Libertação, Psicologia da Libertação etc. – a crítica social toma um ponto de partida distinto daquele das teorias da emancipação. Como bem sintetizou o filósofo argentino-mexicano Enrique Dussel (2014), citando Antônio Negri e

[27] Der Tagesspiegel. Inga Barthels. "Abschied von Freiheit und Emanzipation?". Disponível em: https://www.tagesspiegel.de/kultur/berliner-konferenz-mit-didier-eribon-und-seyla-benhabib-abschied-von-freiheit-und-emanzipation/22607482.html.

Michael Hardt[28], "*emancipa*-se o filho para ser *como* seu pai: para chegar a ser o que *já foi; liberta*-se o escravo: para ser em um novo mundo *em que ele nunca esteve*" (p. 13, grifos no original). Esta parece ser a diferença fundamental: **emancipação significa tornar-se aquilo que *já* se é; libertação é tornar-se aquilo que *ainda* não se é.**

No entanto, a formulação permanece demasiadamente abstrata. Para dar concretude à tese da existência de duas matrizes distintas de teoria crítica, em torno das categorias emancipação e libertação, é necessário realizar uma reconstrução teórica para mostrar quais as vantagens de alargar o quadro de horizontes normativos para as ciências sociais críticas. Além disso, uma série de questionamentos poderia ser apresentada: o que significa assumir as categorias emancipação e libertação como *horizontes normativos*? Qual a base social e histórica de cada uma dessas matrizes? Como se desenvolvem na esfera do pensamento ocidental enquanto teorias críticas? Em que se diferenciam? Como um quadro categorial resultante da diferenciação dessas duas categorias pode ser útil para as ciências sociais?

No que se segue, neste capítulo, tentarei responder a essas questões argumentando que resulta produtivo trabalhar com definições mais bem definidas de emancipação e libertação, bem como de seus correlatos negativos, dominação e opressão, no sentido de resolver ambiguidades correntes no âmbito das teorias críticas. Proponho que realizemos uma distinção conceitual dessas categorias a partir de suas características históricas e epistemológicas, apontando semelhanças, diferenças e possibilidades de uso combinado para a crítica social. O objetivo dessa reflexão é situar o presente trabalho no âmbito dos esforços da pesquisa social fundamentada em um interesse crítico-emancipatório e libertador.

Para tanto, primeiro devo apresentar uma leitura sobre a fundamentação normativa das teorias críticas (1); em seguida, recuperar os desenvolvimentos de cada uma das duas matrizes (2); por fim, algumas vantagens e limitações serão discutidas visando oferecer um esboço de esquema categorial para o diagnóstico das crises do presente a partir das lutas sociais e em uma perspectiva de diálogo teórico-crítico entre centro e periferia (3).

1. Horizontes normativos

O debate sobre a possibilidade da crítica nas ciências humanas depende de uma adequada consideração sobre o que vem a ser a crítica e a quais objetos ou situações ela se

[28] "La distinción terminológica entre emancipación y liberación tiene aquí un valor crucial: mientras que la emancipación lucha por la libertad de la identidad: la libertad de ser quien verdaderamente [ya] eres; la liberación apunta a la libertad de la autodeterminación y autotransformación: la libertad de determinar lo que [nunca fuiste y] puedes devenir". Hardt e Negri, citados por Dussel (2014, p.13).

dirige, e em busca de quais resultados. Há muitas maneiras de compreender o que seria um procedimento crítico em relação à realidade social. No entanto, independente das diversas possibilidades de definir o que é a crítica, existem sempre elementos básicos que dão contornos ao conceito. São esses elementos básicos que permitem identificar um campo de teorias ou práticas como críticas e não como meras prescrições ou opiniões (sofisticadas ou vulgares) sobre como as coisas deveriam ser. Para se falar em crítica *social*, é necessário obter uma justificação que proceda de um diagnóstico da realidade, isto é, desenvolver um padrão normativo contra o qual os fenômenos concretos são avaliados ou contrastados. Como afirma Juan Staricco (2019), o elemento essencial da crítica é precisamente seu caráter *normativo* e, por isso, uma crítica "não normativa" constitui uma contradição em termos.

A proposição de um programa de "crítica não-normativa" foi apresentado por Hansen (2016) como uma forma pós-moderna de crítica, de base foucaltiana, voltada para a denúncia da complexidade das formas de governo e de produção de subjetividades, mas sem estabelecer um critério avaliativo próprio que não seja a dúvida enquanto tal. Assim, submete-se ao crivo da dúvida todo e qualquer processo biopolítico de governo, institucionalização ou disciplinação dos corpos e desejos dos atores. Os modelos de "crítica tradicional" são contestados pela crítica não-normativa quanto a sua dependência de critérios de identidade com a realidade criticada, para a qual busca-se apresentar um horizonte de superação dos problemas e contradições enfrentadas. A crítica não-normativa persegue o programa da política da diferença. Ocorre que, se a dúvida e a diferença são os princípios gerais para a crítica não-normativa, como evitar que o procedimento crítico fique vulnerável à dissolução por seus próprios termos, impedindo a realização de processos de transformação social? Em outras palavras, como se pode dizer como as coisas "não devem ser" (pois temos que sempre levantar a dúvida e fundamentá-la na diferença), sem que isso já não seja de um certo modo dizer como as coisas "devem" ser?

Staricco (2019) afirma que a crítica não-normativa é uma forma muito "fraca" de crítica, embora tenha conquistado enorme popularidade em relação às formas de "crítica tradicional". Para esse autor, a crítica baseada no modelo focaultiano padeceria daquilo que Axel Honneth denominou "procedimento crítico parasitário", uma espécie de crítica que sobrevive da dependência de uma justificação normativa que ela própria não oferece (Honneth, 2009, p. 48 citado por Staricco, 2019, p. 10). Assim, se quisermos manter a crítica a salvo do padecimento da "justificação pela ausência de justificação", devemos assumir que toda crítica é essencialmente normativa, ou seja, não há como proceder ao exame *crítico* de algo, sem algum pressuposto anterior de como as coisas *deveriam* ser (ou não ser) segundo

determinados critérios. Explicitar tais critérios e manter a reflexividade (autocrítica) sobre o procedimento é o que caracteriza a crítica normativa.

Desde Marx, a normatividade[29] da crítica decorre de sua capacidade de extrair da própria realidade social concreta os elementos que a justificam e de posicionar o procedimento crítico ao lado das lutas pela transformação da realidade, em conformidade com os anseios radicais dos sujeitos revolucionários. No entanto, esse programa da "crítica ortodoxa" esbarra em um duplo problema: 1) quem é e como se constitui o sujeito revolucionário? e 2) qual o horizonte efetivamente *crítico* de sua ação revolucionária? Em torno da primeira questão discute-se a centralidade ou não do proletariado, a tese da imanência (o fato de que as contradições do capitalismo levariam necessariamente à formação da classe revolucionária e à sua superação enquanto modo de produção) e a tese da causalidade (o proletariado não seria, em si, revolucionário, mas dependente da formação de uma consciência de classe para si), entre outras "aporias fundamentais de Marx" (Monteiro, 2006, p. 24). Em torno da segunda questão, coloca-se tanto o problema da fonte de motivação ou força motriz da ação transformadora, quanto a reflexão sobre a justificação da luta. Tendo em vista que essas questões permeiam um amplo universo de debate, vou ater-me ao segundo aspecto do problema, qual seja, a definição do *horizonte normativo* da crítica social.

Por horizonte normativo podemos entender a direção ou intencionalidade da realização da crítica social, isto é, seu alvo enquanto ação programática ou discurso avaliativo. Horizontes normativos são os sentidos últimos da crítica, mesmo que sejam impossíveis de realização. São, como na metáfora da utopia de Fernando Birri, horizontes necessários para que a crítica possa avançar. Não se trata, contudo, de uma abstração ou teleologia. Os horizontes da crítica emergem com a crítica, no processo mesmo de análise da realidade e de seus aspectos deficitários. São os horizontes que permitem compreender os déficits da realidade social *enquanto* déficits. Do contrário, a crítica seria algo como um mero ajustamento ou correção da ordem existente. Quando a crítica se propõe a ser *crítica radical*, necessariamente ela estabelece para si a meta de encontrar os *horizontes normativos que operam como força volitiva da transformação social*. Em muitos casos, tais horizontes podem ser limitados pela própria limitação da circunstância social, por exemplo: para quem está sob o jugo de uma opressão, o horizonte mais imediato é fazer cessar o sofrimento. Porém, há diferentes ordens de sofrimento, assim como há diferentes motivos para a luta. Para distinguir

[29] Por normatividade não se deve entender uma mera imposição arbitrária, desejada ou não. Trata-se de um critério de avaliação que fundamenta qualquer posição de *dever*. Opõe-se às proposições meramente descritivas ou analíticas, embora, no nível mais básico, toda descrição ou análise possuam algum fundamento normativo.

uma ação pontual contra uma situação negativa de um horizonte normativo de transformação social, é necessária a mediação de uma teoria da sociedade. É neste sentido que podemos assumir emancipação e libertação como horizontes normativos orientadores da pesquisa crítica autorreflexiva, que reconhece os interesses condutores do conhecimento e suas possibilidades de realização histórica: como diz Habermas (2014), o interesse da razão possui uma tendência crítico-revolucionária progressiva à realização, de modo tentativo, das grandes esperanças da humanidade. Trata-se de perseguir uma ideia de *vida boa* mediante um exercício de pensamento que é fantasiado, "mas tem de ser fantasiado de modo tão exato que concerna a um interesse fundamental, articulando-o: justamente o interesse pelo grau de emancipação [e libertação] que é objetivamente possível na história, sob as condições dadas e sob as condições manipuláveis" (Habermas, 2014, p. 423-424).

2. Duas matrizes de teoria crítica

2.1. Emancipação

É próprio do gênero humano um anseio por superar o domínio das forças da natureza. Os caminhos para a *emancipação* da natureza ocorreram, contudo, pela *dominação* da natureza, inicialmente como força mítica, depois como esclarecimento (Adorno & Horkheimer, 1985). Emancipação e dominação formam um par dialético; para se constituir como um horizonte normativo com efeitos práticos, o conceito de emancipação precisa ser confrontado negativamente com o fato da dominação para então aspirar à efetivação do exercício da autonomia. A própria origem da palavra emancipação revela o vínculo com a dominação. Etimologicamente, emancipação vem do latim *emancipare*, uma junção do prefixo *ex* (a partir de), do substantivo *manus* (mão) e do verbo *capere* (pegar, capturar), que literalmente significa "tomar pela mão". No âmbito do direito romano figuravam outros termos como *mancipium* (escravo), *mancipator* (senhor) e *mancipatio*, sendo esta última uma contração verbal que indicava a transferência de uma coisa ou de alguém (em geral, uma pessoa escravizada) para outrem (Susen, 2015; Pazello & Motta, 2013). No âmbito jurídico, com o advento dos direitos civis, emancipação passou a significar um processo legal de antecipar a condição de maioridade, isto é, cessar a tutela e conferir autonomia legal a uma pessoa.

Com Immanuel Kant (2012) a emancipação ganha seu significado filosófico mais profundo, propriamente moderno, indicando a superação do estado de imaturidade auto-

imposta, isto é, da ausência de coragem para fazer uso livre e responsável da razão. O processo de maturação social em direção a um progresso moral dependeria dos desdobramentos da razão no sentido da autonomia e da responsabilidade derivadas da capacidade moral dos sujeitos de moldar o mundo sobre as bases de compromissos e ideais éticos. O uso livre e público da razão é uma precondição necessária para a emancipação da sociedade. Em Kant, a ideia de emancipação humana, associada ao fato do esclarecimento, expressa uma profunda mudança na ordem moral em curso no final do século XVIII, em parte da Europa, que deixava para trás o governo da fé e a ética da crença para aspirar cada vez mais à realização dos desígnios da razão.

Como mostrou Charles Taylor (2013), ao buscarmos a plenitude da razão desprendida e nos afastarmos de superstições e apegos paroquiais deístas, somos impelidos às exigências da universalidade, isto é, encontramos uma espécie de obrigação moral que nos leva a procurar oferecer benefícios para toda a humanidade. Surge uma espécie de "ética da descrença" e com ela a exigência da benevolência universal. No entanto, contra os riscos da unidimensionalidade da razão instrumental apregoada pelo Iluminismo naturalista, logo iria surgir um influente movimento cultural: o expressivismo romântico. Com ele aparecem novas exigências morais, como respeito da integridade pessoal, plenitude de alegria, desejo fundido com o sentimento de significância, entre outros, que correspondem a uma forma de aspiração à emancipação enquanto auto-realização. Segundo a interpretação de Taylor (2013, p. 525), na batalha entre iluministas e expressivistas, o marxismo foi a corrente filosófica e política vitoriosa, pois conseguiu unir em seus pressupostos o materialismo cientificista e a aspiração à integralidade expressiva como parte de um projeto emancipatório.

A força atrativa do marxismo deriva, em grande parte, de seu componente crítico orientado pelo horizonte normativo da emancipação. Na concepção marxista de progresso histórico, as exigências morais de justiça e benevolência universais emergem em um contexto político concreto, isto é, possuem uma base material. Essa base social-histórica corresponde em parte à dominação europeia exercida sobre as colônias da periferia do capitalismo nascente, com seus correspondentes extermínios/epistemicídios, durante o "longo século XVI" (Grosfoguel, 2016). O ponto de culminância foi o desenvolvimento industrial inglês e a formação de uma ordem comercial e financeira global, capitaneada pelo imperialismo britânico (Hobsbawm, 2000). A Revolução Gloriosa, na Inglaterra, foi o prelúdio da emancipação política da classe burguesa em relação ao antigo regime que, cerca de um século depois, assistiria à Revolução Francesa. Todo esse processo foi acompanhado de uma

paulatina revolução demográfica na Europa dos séculos XVIII e XIX, culminando no surgimento do capitalismo liberal enquanto regime de acumulação dominante.

Nas colônias, revoltas começaram a deflagrar processos de independência com diferentes desfechos. No caso dos Estados Unidos, ocorreu um processo de emancipação política em benefício exclusivo dos brancos anglo-saxões, pois a nação americana já nasceu escravista. Somente 86 anos depois, e após uma guerra civil, foi promulgada a "Proclamação de Emancipação" abolindo a escravidão. No caso da Revolução Haitiana, as revoltas dos negros escravizados da colônia de Saint-Domingue não apenas levaram à emancipação política, mas à *libertação* da opressão escravista francesa. Como argumentarei mais adiante, para melhor compreender os processos de luta e transformação social orientadas por horizontes normativos, convém usar as categorias emancipação e libertação de formas distintas, mas articuladas.

Segundo Susen (2015), de modo geral, emancipação diz respeito à liberação de toda forma de controle, dependência, restrição, confinamento, contenção, repressão, escravidão ou dominação. Dessa ampla definição resultam três dimensões básicas para analisar conceito de emancipação: 1) o sujeito da emancipação; 2) o processo emancipatório; e 3) os obstáculos à emancipação.

1) Todas as teorias da emancipação estão ligadas a uma concepção de sujeito, entendido como uma entidade *racional*, pois o sujeito da emancipação é sempre um grupo humano ciente, ou capaz de obter ciência, de seu protagonismo histórico. A visão de que os seres humanos possuem a capacidade de se converterem em protagonistas da própria emancipação está presente em diversas teorias da emancipação desenvolvidas pelo pensamento europeu: desde Descartes, passando por Kant, Hegel, Marx, Freud, Heidegger, Gadamer, Ricoeur, Husserl, Merleau-Ponty, Foucault, Lacan, Deleuze, Habermas, entre outros (Susen, 2015). Independente de em qual acepção identifica-se o portador da emancipação, seja como sujeito individual ou coletivo, é necessário pressupor que ele seja capaz de libertar-se das formas repressivas de poder e controle. Historicamente, este sujeito se configurou como europeu, moderno e privilegiado em relação à totalidade de seres humanos em um nascente sistema mundial;

2) No sentido mais amplo, o processo de emancipação consiste em práticas sociais orientadas para a *autonomia*. A suposição de que processos emancipatórios são equivalentes a práticas de autonomia está expressa no uso de conceitos como "liberação", "auto-realização", "transformação", "revolução", "esclarecimento" e "empoderamento". Todos os processos dizem respeito a algum tipo de soberania contra qualquer forma arbitrária de controle. É

possível manter reservas quanto à possibilidade concreta de emancipação em diversas frentes: no campo ideológico, até quando uma mudança política voltada a projetos individuais ou de grupo mantém legitimidade? Do ponto de vista ético, a maioria dos processos emancipatórios envolvem conflitos e, em alguns casos, a destruição das forças opostas; pragmaticamente, pode-se questionar a validade da emancipação em longo prazo e a sustentabilidade de uma sociedade emancipada. Todas as objeções, contudo, apenas mostram que processos de emancipação são orientados para a obtenção/conquista de distintas formas de autonomia;

3) Os obstáculos à emancipação costumam ser vistos como formas prejudiciais e sistêmicas de controle e *dominação*. Os obstáculos à emancipação são forças negativas, arbitrárias, formas ilegítimas de exercício do poder: repressão, dominação, alienação, ilusão e decepção. Por isso, a rejeição teórica e prática de tais obstáculos visa desconstruir e remover as barreiras materiais e simbólicas que obstruem o auto-empoderamento potencial dos atores.

2.2. Libertação

Vejamos agora como a categoria *libertação* pode ser concebida como um segundo tipo de horizonte normativo, distinto daquele da emancipação. Para começar, deve-se ter em conta que, embora a força de um horizonte normativo não pertença a um único contexto particular, o surgimento da libertação enquanto matriz de teoria crítica, orientadora da práxis, é um fenômeno propriamente latino-americano. As lutas coletivas por libertação talvez sejam anteriores à invasão europeia, mas certamente foram intensificadas enquanto resistência dos povos originários à dominação que recaiu sobre eles a partir do final do século XV.

O encontro entre europeus e os povos originários do "novo mundo" resultou, rapidamente, em formas de opressão e sistemas de dominação. A escravização de homens livres no continente africano, incipiente no século XIV, tornou-se a principal forma de expropriação e formação social das colônias americanas. No plano ideológico, a influência da Igreja Católica foi determinante para sustentar uma justificativa a esse processo, após o debate de Valladolid. Isso não significa que as práticas de opressão tenham sido aceitas por todos. A historiografia mais recente tem enfatizado a importância de se recuperar as intensas revoltas contra a instituição da escravatura que marcaram todo o período de colonização. Eduardo Galeano (2010), por exemplo, conta sobre as rebeliões indígenas quando, em 1781, Túpac Amaru sitiou Cuzco, destituiu o corregedor real e decretou a liberdade dos escravizados. Ao lado dessas lutas havia alguns poucos missionários católicos que questionavam o tratamento conferido aos não europeus, o que mais tarde seria muito importante, a partir da década de

1960, quando a ideia de libertação começa a penetrar o pensamento crítico em alguns setores da Igreja.

É verdadeiro que as razões para o uso da categoria libertação incluem uma forte fundamentação nos textos sagrados, a partir de uma reinterpretação do livro do Êxodo e dos evangelhos (Löwy, 2016). Mas, o espírito da nascente Teologia da Libertação (TdL) não se ancorava apenas na razão da fé. Havia também uma dose de fé na razão que levava muitos religiosos e leigos a buscarem explicações científicas para compreender a realidade de miséria, violência e injustiça em que viviam os povos latino-americanos[30].

Havia um clima de forte entusiasmo com a possibilidade de transformar o mundo, de realizar os desígnios do reino de Deus na Terra, sobretudo após o marco histórico da primeira visita do Papa ao continente americano, em 1968, por ocasião da II Conferência Episcopal, em Medellín (II CELAM). Externamente, acreditava-se que o Concílio Vaticano II não passava de uma resposta da Igreja frente às mudanças sociais do período, principalmente em vista do êxito da Revolução Cubana, e que por isso era necessário investir no aumento da presença do clero evangelizador nos países latino-americanos, sobretudo nas crescentes periferias urbanas e nas zonas rurais. Internamente à Igreja, ia-se gestando um novo pensamento e uma nova práxis. Os bispos de Medellín acreditavam que para conhecer Deus é necessário conhecer o homem concreto, de modo que a leitura do documento programático oficial resultante da II CELAM

> levanta a suspeita de que Medellín quis, de certo modo, opor ao Paulo VI do discurso de abertura da Conferência [crítico do marxismo e das tendências políticas da Igreja], o Paulo VI do encerramento do concílio. . . . A referência ao discurso de encerramento do concílio é da maior significação. Paulo VI, na sessão em que promulgava a *Constituição Pastoral da Igreja no mundo de hoje*, a *Gaudium et spes*, sentiu-se levado a defender, nada mais nada menos, do que a legitimidade e o dever da Igreja de se debruçar sobre o mundo criado por Deus, auscultar e se empenhar na história, dirigida por Deus, no cumprimento de sua missão salvadora, que se estende a todos os humanos, em vista do Reino. Só no empenho temporal e histórico pode o ser humano viver a caridade, expressão da autenticidade de seu amor a Deus e caminho irrecusável da salvação (Catão, 2010, p. 266).

Não se tratava de insubordinação, embora esse tenha sido mais tarde o entendimento oficial para alguns setores do Vaticano, mas de uma espécie de renovação do compromisso social da Igreja: "a fé os levou a auscultar os sinais dos tempos" (p. 263), por isso, "passou a hora de refletir, é preciso agir" (p.266). Assim vai ganhando corpo a influente Teologia da Libertação.

[30] Cabe lembrar que a sociologia crítica, de base marxista, foi provavelmente a influência teórica mais decisiva para a construção do pensamento latino-americano da libertação em meados do século XX.

No mesmo período surge um amplo movimento de pensamento social crítico que se pode denominar "teoria da libertação latino-americana" (Costa & Barros, 2020, p. 202). Trata-se de uma matriz de teoria crítica, cujas ciências particulares são orientadas por um horizonte normativo e pela crítica da mesma realidade social, reunindo correntes intelectuais ligadas à Teoria da Dependência, Teologia da Libertação, Filosofia da Libertação, Educação Popular, Sociologia Militante, Psicologia da Libertação, entre outras.

Essas diversas correntes de pensamento crítico estavam fundamentalmente ligadas aos anseios das lutas populares de libertação nacional e contra toda forma de opressão. O movimento intelectual tanto acompanhava as lutas quanto fez parte da origem de diversas organizações populares importantes, que tinham em seu horizonte tanto a ideia de libertação – que, na acepção religiosa significava uma forma de salvação –, como também a ideia de emancipação humana. Esses horizontes não costumam ser submetidos ao escrutínio da reflexão crítica devido ao fato de operarem mais como uma utopia do que como um fenômeno efetivo. O que se enfrenta na crítica social é, na verdade, a situação social concreta que é vista como negativa e demanda transformação. No caso dos povos da periferia do capitalismo sempre houve dificuldades e obstáculos ainda mais nevrálgicos para almejar a emancipação do que para os povos dominantes do centro. Dependência, desigualdade, miséria, racismo, ausência de direitos humanos fundamentais e toda sorte de violências que perpassam a formação das sociedades latino-americanas mostram que nunca se viu nem mesmo um relativo apaziguamento dos conflitos de classe, como houve em alguns países europeus. Ocasionalmente, pode até ter ocorrido alguma forma de emancipação (política, econômica, cultural), mas não de libertação. A colonização formal é superada, mas permanece a colonialidade do poder e da cultura, colocando novos desafios para as lutas.

Desde a América Latina, e outros países periféricos, coloca-se uma problemática que a cultura moderna europeia-estadunidense não conhece: a alteridade fraturada, que afirma os povos da periferia como Sujeitos subalternizados, o "Outro" do Sujeito da Europa. Em um confronto crítico muito contundente com o trabalho de Charles Taylor sobre a construção da identidade moderna ocidental, Dussel (1995) é taxativo ao afirmar que a interpretação de Taylor é "*eurocêntrica*, isto é, provinciana, regional e que não leva em conta o significado mundial da modernidade" (p.84). O eurocentrismo, diz Dussel,

> consiste exatamente em confundir ou identificar aspectos da *universalidade* abstrata (ou até transcendental) humana em geral com momentos da *particularidade* europeia, *de fato* a primeira particularidade mundial (em outras palavras, a primeira universalidade humana concreta). A cultura, a civilização, a filosofia, o subjetivismo e outros elementos *modernos*-europeus passaram a ser considerados *pura e*

> *simplesmente* (universal humano abstrato) como cultura, civilização, filosofia, subjetivismo etc. (Dussel, 1995, p.87).

Taylor deixou fora de sua reconstrução do processo histórico de transformação da "topografia moral do ocidente" um dos aspectos mais decisivos: o fato de que a construção da identidade (individual, de um grupo, de um povo) depende do confronto com a alteridade do Outro, de forma recíproca. A reciprocidade foi bloqueada desde o primeiro momento, pela força destrutiva das armas, e sustentada por séculos por força do universalismo contextual da razão. Como argumenta Dussel, ao *ego cogito* precede um *ego conquiro*. Sem o encobrimento (e não a des-coberta) do Outro e sua outredade, não poderia haver uma identidade moderno-eurocêntrica autocentrada e infensa ao reconhecimento da identidade da periferia oprimida existente para além da totalidade. Há uma relação dialética entre centro e periferia que se expressa na separação entre emancipação e libertação como horizontes normativos distintos.

A dominação eurocêntrica é um fenômeno mais visível na esfera do pensamento do que da cultura, pois toda a história dos povos latino-americanos é marcada por resistência no âmbito da arte, que Bruno Simões Gonçalves (2019) denominou "mestiçagem descolonial crítica". Na política, terreno do conflito e das contradições, foram gestadas formas singulares de tensão entre as práticas de subjugação, violência, clientelismo e caudilhismo, por um lado, e rebeldia, resistência, solidariedade e comunidade, por outro. No âmbito da formação do indivíduo enquanto sujeito psicológico, Martín-Baró (2011b) defende ser necessário aprofundar a compreensão do conceito psicossocial de libertação. Historicamente, a experiência paradigmática de libertação da escravidão mostra que a libertação é, antes de tudo, um processo histórico, conflitivo, que contém um momento de ruptura social. É um processo de natureza grupal ou coletiva em que se constrói uma nova identidade. Todas as tentativas de mostrar a libertação como um processo individual acabam se tornando ideologia: "não há, nem pode haver, uma desalienação pessoal que não seja, ao mesmo tempo, social, nem é possível conceber uma verdadeira libertação interior que não contenha uma libertação exterior" (Martin-Baró, 2011b, p. 215). Libertação é sempre um *processo*, uma ininterrupta possibilidade de avançar na construção de uma outra sociedade, de assenhorar-se da história, a partir da crítica da realidade e da orientação para a práxis. Martín-Baró acreditava que "a verdade de nossos povos [periféricos] não se encontra em seu presente de opressão, mas em seu futuro de liberdade" (2011b, p. 215). Não se trata de uma esperança ingênua. Pelo contrário. Trata-se de uma autêntica teoria crítica – ninguém mais crítico da teoria tradicional em Psicologia do que Baró –, pois parte de diagnósticos de época e é orientada para a

libertação. Mas vai além. Propõe uma "utopia de vida" contra a injustiça da morte violenta. Nessa utopia, diz Baró, reunir-se-ão todos: psicólogos, teólogos, camponeses, "inventores de fábulas", marginalizados, revolucionários, em suma, todas aquelas pessoas que "mantém, obstinadamente, a esperança de um amanhã diferente" (Martin-Baró, 2011b, p. 217).

Nesse contexto, para além das razões históricas apresentadas, o que significa assumir a preferência pela categoria libertação, ao invés da emancipação humana? Quais os pressupostos conceituais, implícitos ou explícitos, que tornam a libertação analiticamente mais adequada para a realidade da periferia? Para responder a essas indagações convém recuperar as três dimensões básicas aplicadas ao conceito de emancipação:

1) No nível mais elementar, o "sujeito" da libertação é igualmente humano e racional, isto é, um indivíduo ou grupo social, mas com a diferença de que é um sujeito *em situação de sofrimento*. A libertação pressupõe uma pessoa que sofre e tal sofrimento existe em uma situação de opressão. Trata-se de um dado muito mais concreto, existencial e imediato do que aquele que pressupõe o sujeito da emancipação (enquanto "ser que age no mundo"), pois diante da violenta opressão, é retirada a capacidade de agir. Opressão está para libertação assim como dominação está para emancipação. Dominar (*dominationem*) supõe controlar, impor, governar sobre um domínio, um grupo, uma pessoa; Oprimir (*oppressionem*) supõe fazer uso cruel ou injusto do poder ou autoridade, exercendo pressão ou peso sobre o corpo ou espírito de alguém, de um grupo, um povo. Logo, enquanto o sujeito da emancipação é capaz de romper com as forças opressivas de poder e controle exercendo autonomia (na linguagem de Dussel, tornar-se o que já se é), o sujeito da libertação enfrenta uma dificuldade a mais nesse processo, pois precisar *encontrar as forças e meios necessários para ser capaz de libertar-se da opressão* (tornar-se aquilo que ainda não se é);

2) Assim como na emancipação, o processo de libertação também consiste no desenvolvimento de práticas sociais de luta, mas orienta-se, antes de mais nada, para a *resistência*. Trata-se de acabar com toda e qualquer forma de escravidão, rebaixamento ou impedimento das potencialidades. Neste sentido, o processo de libertação é uma condição para a emancipação, assim como a emancipação faz parte do processo libertador. Como irei argumentar mais adiante, essas duas categorias se entrecruzam e retroalimentam. É fácil perceber que uma situação de dominação é também opressora, ao passo que a emancipação é libertadora. No entanto, o mesmo não se dá na via oposta. Uma situação de opressão não necessariamente é dominadora, no sentido de sua amplitude sistêmica, de modo que a libertação não significa, imediatamente, emancipação. Nesse sentido estritamente analítico, libertação e emancipação humana não são sinônimos, pois designam processos diferentes;

3) Os obstáculos à libertação são semelhantes aos obstáculos à emancipação, pois as práticas de luta e a constituição dos movimentos organizados para obtê-las podem ser os mesmos. A diferença é de intensidade e escopo. Enquanto a dominação pode incluir, em maior ou menor grau, situações de opressão, esta é sentida sempre em grau máximo. Não faz sentido falar em algo como uma opressão "branda", ao passo que os sistemas de dominação podem ser contestados e atenuados conforme o foco das lutas sociais. No caso da luta contra a opressão obter êxito significa acabar com um sofrimento. Isso não significa criar, imediatamente, novas condições para a luta. Muitas vezes a resposta à situação opressora é uma ação-limite em resposta a uma situação-limite. A situação de dominação, por sua vez, pode se agravar ao ponto de se tornar pura opressão. O enfrentamento da situação de opressão, quando articulado por um coletivo ou movimento social, possibilita maior consciência sobre um sistema de dominação e pode levar a protestos para atenuar seus efeitos mais deletérios e reposicionar as forças de resistência. Para ilustrar, basta pensarmos nas lutas operárias contra formas opressivas de trabalho que conquistaram jornada regular, direitos trabalhistas, institucionalização de sindicatos etc. sem, contudo, tomar os meios de produção ou cessar a exploração capitalista; ou os protestos de mulheres contra a opressão de gênero e por igualdade de participação no mercado de trabalho; entre outras. Quando pensamos nas violências imediatas, isto é, um desrespeito contra a integridade física e moral de uma pessoa ou grupo, possivelmente estamos diante de uma situação de opressão; já quando identificamos uma ampla cadeia de relações que sustentam tais violências e outras formas de rebaixamento ou controle, estamos diante de um sistema de dominação. Assim, por um lado, a libertação encontra um desafio a mais em relação à emancipação, pois enfrenta simultaneamente a opressão e a dominação; por outro, o fato de ser mais contingente torna a libertação mais provável de se realizar do que a emancipação humana.

3. Perspectivas para a crítica social: um diálogo periferia-centro

Feito esse percurso, podemos agora discutir as vantagens de uma abordagem integrada entre os conceitos emancipação e libertação entendidos como horizontes normativos. Trata-se, como vimos, de concebê-las como expressões de duas matrizes de teoria crítica da sociedade, uma europeia e outra latino-americana. Essa diferenciação entre emancipação e libertação já foi proposta em outras análises, como a realizada por Pazello e Motta (2013) ou por Trelles Castro (2021), Arat (2000), entre outros. No entanto, permanecem muitas lacunas quando assumimos o desafio de "recuperar o elo perdido, na esfera do pensamento, entre *libertação* e

emancipação humana; entre a crítica da *dominação* e a superação das situações de *opressão*" (Costa & Barros, 2013, p.218, grifos no original).

Quadro 3. Situações críticas e horizontes normativos correspondentes

Situação crítica	Horizonte normativo
Dominação	Emancipação
Opressão	Libertação

Fonte: elaboração própria.

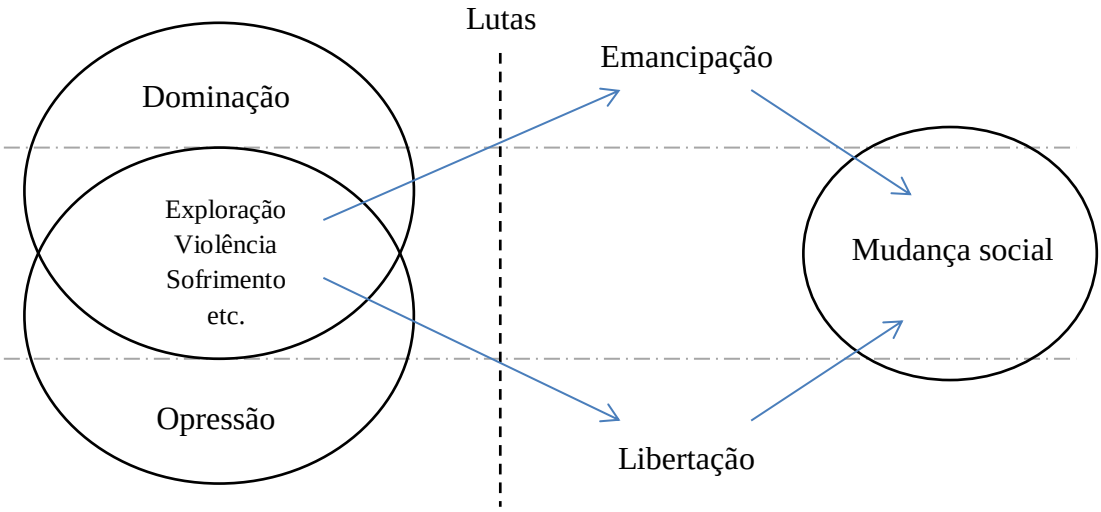
Gostaria de agora oferecer um esboço de síntese operativa para esses conceitos:

- ***Emancipação*** corresponde a um amálgama de sentidos que serve de orientação para formas autônomas de sentir, pensar e agir direcionadas à superação de qualquer tipo de dominação;
- ***Dominação***, por sua vez, deve ser entendida como formas sistêmicas de exploração, violência, restrição, preconceito, rebaixamento ou qualquer outra manifestação de impedimento – incluindo a opressão – da realização dos potenciais humanos de autodeterminação e autonomia;
- ***Libertação*** corresponde ao horizonte normativo que serve de orientação para as formas livres de sentir, pensar e agir direcionadas à superação de qualquer tipo de opressão;
- ***Opressão***, por fim, significa todas as formas intensas de sofrimento, violação, discriminação, aviltamento ou qualquer outra manifestação de coerção, incluindo a dominação, sobre a capacidade de indivíduos e grupos de exercerem sua liberdade.

A mediação entre os pares conceituais dominação-emancipação e opressão-libertação é feita pelas práticas de luta social. As lutas podem levar à *mudança social*, porém isso não significa atingir um novo estado de coisas que seja definitivo, como uma espécie de "reino de paz". O conflito é um dado ineliminável da vida social. O máximo que se pode almejar é ampliar os meios efetivos de processar o conflito sem dominação e opressão, isto é, por vias efetivamente democráticas. Na realidade, é próprio da dinâmica das sociedades humanas encontrar estabilidade por meio da absorção das tensões que lhes são constitutivas. Logo, se o capitalismo – assim como regimes anteriores – sobrevive em meio às contradições e tendências de crise inerentes, assimilando grande parte das forças subversivas que se

apresentam como ameaçadoras, também a ruptura com a dominação e opressão existente no próprio capitalismo depende da capacidade de uma mudança social aberta e dinâmica. Mas, para que essa transformação signifique uma mudança progressista – isto é, uma mudança para uma situação melhor e não uma mera atualização da violência generalizada em um contexto pós-capitalista – é necessário que as lutas operem com um horizonte normativo. A convergência dos horizontes de emancipação e libertação possibilita que as lutas não recaiam em dicotomias contraproducentes, como a polarização entre redistribuição e reconhecimento ou entre revolução e reforma.

Figura 6. Emancipação e libertação como horizontes das lutas de mudança social



Fonte: elaboração própria.

Metodologicamente, o procedimento crítico, neste sentido, é negativo: identifica uma situação crítica ou conjunto de circunstâncias indesejadas ou perniciosas presentes na realidade social, questiona a racionalidade própria dessa situação e busca apresentar um diagnóstico que é *dependente* de uma consideração sobre como a realidade pode e *deve* ser modificada, sob pena de regressão ou impedimento do pleno desenvolvimento dos potenciais nela contidos. Em outras palavras, se, por um lado, a mudança social positiva ocorre por meio da ação de atores concretos que protagonizam as lutas em condições determinadas, por outro lado, compete à teoria crítica identificar e desenvolver, negativamente, o sentido e significado dos horizontes normativos de cada forma de luta. Nesse processo, se não houver parâmetros, não há como *avaliar a direção das lutas*, isto é, não há como debater seu alcance efetivo.

Os atores também devem ser adequadamente definidos no interior do esquema proposto. A distinção entre *dominados* e *oprimidos* ajuda a compreender a diferença entre os

horizontes de emancipação e libertação. O sujeito dominado – alienado – está sob o jugo de uma circunstância adversa ao desenvolvimento e exercício de sua autonomia. Encontra-se sob o *domínio* de outrem ou de um sistema dominante, conformado com a situação. Seu oposto é o *revolucionário*. Já o sujeito oprimido – humilhado – está aprisionado por uma circunstância material e/ou simbólica que é impeditiva e limitadora de sua ação e do entendimento sobre si mesmo e sobre o mundo: está forçosamente submisso, neutralizado por algum tipo de insuficiência (miséria, privação, baixa-autoestima etc.). Seu contrário é o *subversivo*. Mas essas são apenas tentativas de descrever tipos-ideais. Na realidade, são protagonistas da crítica social todas aquelas pessoas que são capazes de tremer diante de uma injustiça e de assumir uma atitude crítica orientada para a mudança ética da sociedade.

Não é nada simples enfrentar a ordem estabelecida, sobretudo quando o que se vê é um cenário desolador. Por isso é importante recordar o sentimento de Marx, segundo o qual o próprio caráter desesperador da situação pode nos encher de esperança. Esperança de contribuir de alguma forma para a transformação social. Para isso, é preciso levantar as armas da crítica. Se tomados em conjunto e em sua complexidade dialética, os dois horizontes normativos analisados neste capítulo parecem ser uma contribuição nesse sentido. Talvez sirvam como meios para refinar o autoentendimento de nossa época sobre suas lutas e desejos.

Conclusão

Para finalizar, é importante ressaltar que as ideias aqui apresentadas certamente possuem muitas deficiências que mereceriam desenvolvimentos mais detalhados. No decorrer do processo de pesquisa tornou-se evidente que outras categorias também poderiam figurar como horizontes normativos não-ocidentais: *sumak kawsay* (“bem-viver”), *ikigai*, *ubuntu*, *ahimsa* etc. Contudo, essa discussão ampliada foge ao escopo da presente pesquisa.

Neste capítulo busquei apresentar uma questão teórica que considero importante para a fundamentação da pesquisa em psicologia social crítica interessada nas lutas sociais: a definição de horizontes normativos enquanto critério pelo qual se justifica o enfrentamento das situações concretas de injustiça e sofrimento. Sendo assim, podemos passar agora à discussão do diagnóstico de época da atualidade, para o qual é necessária uma teoria crítica do capitalismo que aponte também para os limites e contradições da esfera pública democrática, sem perder de vista o potencial de libertação e emancipação das lutas sociais.

Parte 2

Diagnóstico das lutas

Capítulo 3. Crise do capitalismo e da democracia

Introdução

Se a tarefa da teoria crítica é, como postulou Marx, desenvolver a autocompreensão do tempo presente acerca de suas lutas e desejos, então a crítica social hoje deverá ser, necessariamente, uma crítica *marxista* do capitalismo. Como observou Sartre (1987, p. 124), o marxismo é a *insuperável filosofia de nosso tempo* – um "tornar-se-mundo-da-filosofia" –, pois as circunstâncias que o engendraram, isto é a sociedade burguesa capitalista, a despeito de toda sua mutabilidade histórica, não foram ainda superadas. Isso não quer dizer que apenas o marxismo ortodoxo responde adequadamente a todos os problemas da realidade social. Acontece que, tanto a obra marxiana quanto os marxismos em geral se dirigem à crítica do funcionamento da sociedade burguesa, e esta – com toda sua complexidade e nuances – tem sido a forma de vida preponderante ao menos nos últimos séculos. Por isso, não há como falar sobre as lutas sociais do presente sem uma teoria sobre o capitalismo – assim como não há como superar os marxismos enquanto não superarmos o reino de violência do capital.

Neste capítulo, proponho um resgate de uma teoria crítica do capitalismo que seja adequada à sua configuração contemporânea. Para tanto, foi necessário recorrer a uma perspectiva que não se resumisse ao economicismo ou funcionalismo mecânico baseado no modelo infraestrutura/superestrutura, mas que possibilitasse aprofundamentos conceituais sobre os fundamentos normativos da crítica, o foco em uma concepção ampliada, interseccional e consubstanciada do capitalismo, atenta à sua dinâmica histórica de crises e contradições, e que fosse capaz de apontar para a atualidade das lutas contemporâneas em toda sua multiplicidade como parte de uma única totalidade. Essa perspectiva pode ser encontrada no pensamento de duas das mais proeminentes teóricas críticas da atualidade: Nancy Fraser e Rahel Jaeggi.

Não se trata, contudo, de fazer uma avaliação sistemática das teorias dessas filósofas[31], mas de cotejar alguns dos argumentos desenvolvidos em suas obras recentes, especialmente no o livro conjunto *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica* (Fraser & Jaeggi, 2020), além de outros trabalhos individuais (Fraser, 2014, 2017, 2018, 2021, 2022; Jaeggi, 2008; 2015, 2018a, 2018b, 2018c). O objetivo desse percurso é estabelecer as bases para um

[31] Uma pequena introdução ao pensamento das filósofas será publicada no livro "Psicologia e Teoria Crítica: descolonização, interseccionalidade e crise do capitalismo", uma coletânea derivada do II Colóquio Psicologia e Teoria Crítica, realizado pelo Grupo de Pesquisa Feirafurt-UEFS, em 2020 (Costa & Macêdo, no prelo).

diagnóstico da crise do capitalismo – e da democracia – à luz de uma teoria crítica da sociedade interessada na dinâmica das lutas sociais.

1. Uma questão preliminar: com quais os fundamentos podemos criticar o capitalismo?

Rahel Jaeggi é uma filósofa contemporânea que tem se destacado por formular questões amplas e densas sobre as razões da crítica social. Frequentemente a autora levanta a suspeita sobre a adequação de determinadas proposições, como por exemplo, sobre as bases da crítica do capitalismo (Jaeggi, 2015). O ponto de partida é o seguinte: o que a crítica do capitalismo realmente critica? E, mais especificamente: o que é criticável no capitalismo? Qual o foco da crítica? O problema é que o capitalismo não funciona? Produz injustiça? Ou simplesmente é uma forma de vida irracional ou ruim? Ou, ainda, o problema seriam certas forças irracionais presentes em todos indivíduos, como o medo e a ganância? Para lidar com essas questões, Jaeggi propõe que deixemos de lado as acusações banais contra o egoísmo individual e nos concentremos em uma abordagem mais complexa de três estratégias de crítica: **funcional**, **moral** e **ética**. Essas três vias já se encontram presentes e entrelaçadas, de certa forma, na obra de Marx, porém convém diferenciá-las para avançar na crítica do capitalismo adequada às sociedades contemporâneas.

A crítica funcional desvela o "funcionamento-disfuncional" do capitalismo e sua tendência inerente à crise. Essa estratégia argumentativa aponta para o fato histórico de que é próprio do capitalismo erodir suas próprias condições de possibilidade, o que leva necessariamente a crises, e por meio desse modo de funcionar, acaba aprofundando suas contradições internas. São exemplos desse modo de crítica: desde o teorema da tendência de pauperização generalizada, passando pela teoria marxiana da queda tendencial da taxa de lucro, até a tese de que o capitalismo destrói sistematicamente as disposições psíquicas e cognitivas necessárias ao seu desenvolvimento e conservação – sem contar o diagnóstico da depredação ambiental do planeta. À primeira vista, a grande vantagem dessa forma de crítica é que ela seria relativamente isenta de justificação normativa: podemos avaliar o capitalismo segundo seus próprios parâmetros de funcionamento e apontar o quê, e em quais aspectos, está dando certo e o quê não está. Ocorre que, no mundo social, o "funcional" está sempre atrelado a componentes normativos, pois, se chegamos à conclusão de que a sociedade capitalista *não funciona*, em diversos aspectos ou como um todo, *enquanto sociedade* – e não apenas como sistema econômico –, isso significa que estamos dizendo que ela não *deveria* funcionar desse modo. Por essa razão, a crítica funcional é dependente de um horizonte

normativo, no sentido de que depende de posições sobre como a sociedade deveria funcionar (Jaeggi, 2015, p. 21). Neste sentido, Fraser concorda com Jaeggi de que "a imagem de uma máquina puramente funcional quebrando não se aplica a sociedades humanas" (Fraser & Jaeggi, 2020, p. 139). As autoras concordam que a teoria crítica deveria voltar-se então para as avaliações críticas e lutas sociais que emergem no seio da sociedade capitalista, pois elas são indicativos da disfuncionalidade: "as crenças das pessoas acerca de quão bem a sociedade capitalista funciona desempenham um papel na determinação de quão bem ela 'funciona' . . . Na medida em que um objeto de crítica não é capaz de funcionar, ele fracassa frente ao padrão estabelecido por objetivos particulares e por normas ou juízos de valor associados" (Fraser & Jaeggi, 2020, p.139-140). É necessário que as contradições do modo de funcionamento sejam percebidas pelos sujeitos como um escândalo moral para que se formem as condições necessárias de uma revolta ou luta social.

É nesse sentido que aparece a segunda estratégia de crítica do capitalismo. A crítica moral ressalta a dimensão normativa da injustiça das relações de exploração do trabalho no capitalismo. Ela não está voltada prioritariamente para o modo de operação, mas para a forma como seus resultados aparecem: o capitalismo é problemático porque produz resultados moralmente indefensáveis. Neste caso, as lutas sociais não podem ser tomadas como um efeito automático das contradições estruturais do capital, pois nem sempre as pessoas oprimidas e dominadas se revoltam contra seus algozes, mas devem ser tomadas como expressão de uma gramática moral mais profunda e abrangente dos conflitos sociais desde a perspectiva dos agentes. Uma injustiça, neste sentido ampliado, não seria apenas uma inadequação de determinados equivalentes – por exemplo, o valor do salário – mas, o fato mais determinante de que a exploração é compreendida como faces da opressão e dominação na forma de vida capitalista, logo, infringe as expectativas mais abrangentes de justiça, no sentido experiencial mais profundo. O problema é que, por um lado, a vida no capitalismo é uma vida alienada no sentido qualitativo de uma inadequação entre o eu e o mundo, mas, por outro, também o é no sentido da expropriação privada do excedente produzido. Assim, em grande medida, as intuições e juízos morais dos sujeitos que se compreendem como vítimas de uma injustiça servem de ponto de partida para a mobilização e luta social. Neste caso, o aspecto *social* da luta é decisivo, pois embora a luta tenha impactos para cada pessoa individualmente, ao se formar uma base normativa favorável ao engajamento e construção de um movimento político comum, os horizontes da luta se voltam para a dimensão da vida ética, isto é, para a possibilidade objetiva de se viver uma vida humana digna e erigir defesas contra uma vida de sofrimento, sem sentido e indesejável.

Para enfrentar essa realidade, a crítica ética aponta para a consideração da vida no capitalismo como uma vida ruim, isto é, uma vida empobrecida, vazia e lesada (Adorno, 2008; Jaeggi, 2005) que destrói as condições de realização da liberdade que promete. Essa terceira forma de crítica se dirige aos modos de viver e se relacionar (consigo mesmo/a e com os outros) sob o capitalismo. O resultado do desenvolvimento histórico das sociedades modernas foi uma contínua diferenciação do indivíduo em relação à comunidade, um processo de desenraizamento – no sentido de Simone Weil – mediado pela impessoalidade das trocas reduzidas à forma mercadoria e ao dinheiro. A distinção de Tönnies entre a comunidade (*Gemeinschaft*) – como o âmbito das relações de proximidade, afetos, da compreensão e do acordo pelo consenso –, de um lado, e a sociedade (*Gesellschaft*) – como âmbito da impessoalidade, da associação racional, da concorrência e do acordo contratual –, por outro, é um exemplo dessas transformações, assim como a filosofia do dinheiro de Simmel. Também são formas de crítica ética a concepção de alienação derivada da aceleração social, de que fala Hartmut Rosa (2019); e o papel da ideologia, enquanto um sistema de convencimento que possui efeitos práticos com objetivo de neutralizar a avaliação de alternativas possíveis à realidade de dominação social, como argumenta Jaeggi (2008). No entanto, se quisermos realmente saber o que há de problemático com o *capitalismo*, essa forma de crítica pode ser insuficiente, uma vez que ela aponta para problemas gerais da modernidade e não do capitalismo enquanto tal. Além disso, pode haver uma romantização da ideia de comunidade e um certo "princípio de nostalgia" operando na crítica ética. Afinal, os problemas apontados nessa via de argumentação carregam uma ambivalência constitutiva: se a ampliação da liberdade negativa resulta em uma perda de certos laços que acompanham o mundo do dinheiro, da comodificação e da mercantilização, por outro lado, um certo nível de individualização, independência e a lógica dos direitos subjetivos significa o desenvolvimento de "um princípio ético: que a liberdade dos modernos, como liberdade de escolha, também consiste em viver sua vida de modo independente dos outros" (Jaeggi, 2015, p. 33).

Cada uma das três formas de crítica do capitalismo possuem desvantagens: enquanto a crítica funcional não é totalmente isenta de normatividade, a crítica moralmente fundamentada depende de concepções sempre muito fracas de justiça social, e a crítica ética, por sua vez, padece de ambivalências quanto ao seu objeto. Isso não significa, contudo, que devemos abandonar esse esquema conceitual. Do ponto de vista metodológico, as três vias de crítica do capitalismo nos habilita a uma compreensão mais adequada dos problemas. Em princípio, como afirma Jaeggi, nada atesta contra uma crítica de "vários frontes" a uma

formação social existente, isto é, uma crítica combinada das três dimensões – funcional, moral e ética.

> Poderíamos afirmar que as respectivas dimensões da problemática da ordem econômica e social capitalista esboçadas aqui por meio das três vias de crítica, por vezes se sobrepõem (mesmo que não sempre) e que os aspectos criticados as vezes se iluminam reciprocamente (mesmo que não sempre). Talvez não haja então *o* problema *específico* do capitalismo (válido apenas para ele), no qual sua crítica tenha de se fixar, e também não haja, para sua crítica, *um critério* universalmente válido e inquestionável em qualquer período (de qualquer modo, não há um único critério válido para uma crítica que diz respeito a todas as dimensões da "vida no capitalismo") (Jaeggi, 2015, p. 34).

A crítica da forma de vida capitalista, para Jaeggi, pode ser integrada a partir de uma abordagem que a considere enquanto um conjunto de práticas e instituições que vincula as dimensões econômicas e culturais da vida social, tendo a capacidade de apropriação dos sujeitos de si mesmos e dos problemas de seu mundo comum como um critério normativo para examinar tanto os bloqueios nos processos de aprendizagem quanto de aquisição de experiências. "O que estaria em vista, então, não seria mais a invasão do social pelo econômico, e sim defeitos na forma e no conteúdo das próprias práticas econômicas e nas instituições. É o entrelaçamento de distúrbios funcionais – tanto crises práticas quanto déficits normativos – que joga luz sobre a irracionalidade e o caráter ruim do capitalismo enquanto forma de vida" (Fraser & Jaeggi, 2020, p. 158). Seguindo por essa perspectiva, rumo à elaboração de uma crítica *imanente* da forma de vida capitalista, teríamos que nos voltar para a racionalidade específica desse agregado indefinido de práticas sociais e apresentar seus contornos ativos e passivos, isto é, em que medida as práticas são intencionais e em que medida apenas refletem a sedimentação de práticas anteriores. Tudo isso precisa ser acompanhado de um quadro explicativo que permita visualizar não apenas a dinâmica da crise do capitalismo, mas também seus desdobramentos históricos.

É nesse sentido que Nancy Fraser oferece uma alternativa mais adequada ao projeto de Jaeggi. Embora as duas autoras compartilhem diversos acordos – como a propensão do capitalismo à crise, a orientação para a emancipação etc. – seus projetos são bastante diferentes, com limites e potencialidades para ambos os lados. Isso não impede que possamos acompanhar as reflexões combinadas dessas duas eminentes autoras, com o devido cuidado para não confundir ou sobrepor os argumentos.

2. Capitalismo: uma atualização conceitual

Enquanto Jaeggi está interessada no desenvolvimento de um sistema filosófico de ontologia social que abarque o capitalismo como uma forma de vida dentre outras, Nancy Fraser parece estar mais focada em seu projeto filosófico-político de intervenção: apresentar uma visão expandida de crítica do capitalismo como *ordem social institucionalizada* e suas consequências para o enfrentamento da crise atual. Há divergências e aproximações nos projetos das duas autoras. Foge às minhas capacidades – e ao objetivo dessa pesquisa - desenvolver aqui em que medida, de um lado, as formas de vida visualizadas por Jaeggi configuram uma ordem social institucionalizada em um sentido deflacionário que inclui os hábitos, práticas e disposições de comportamento da vida cotidiana ou, de outro, o quanto o projeto de Fraser já dá conta de explicar a dinâmica entre estrutura e ação dos sujeitos em cada um dos domínios constitutivos do capitalismo enquanto um complexo agregado de práticas sociais. Por ora, acredito que é suficiente assumir que as duas perspectivas, prudentemente combinadas, estão no caminho certo[32].

Acompanhando o diálogo das autoras, sem a pretensão de ser exaustivo, gostaria de apresentar a forma como constroem uma definição e historicização do capitalismo adequadas para torná-lo objeto de uma crítica funcional-ética sensível às lutas sociais[33].

O primeiro problema que se apresenta para a crítica do capitalismo é como defini-lo. Isso implica em estabelecer se estamos falando sobre *o capitalismo*, como *uma* totalidade, ou se estamos falando sobre *os capitalismos*, no plural, ou seja, sobre as variedades de capitalismo que assumem facetas distintas não apenas em sua configuração atual, mas também em seu desenvolvimento histórico. Alguém poderia afirmar que o capitalismo no centro do poder (Norte Global) não é o mesmo que na periferia (no Sul); ou então que o capitalismo não é o mesmo ao longo do tempo, passando por diferentes estágios de desenvolvimento até chegar à sua forma financeirizada. Em todo caso, as autoras concordam que existe uma lógica duradoura e própria do capitalismo enquanto tal, de modo que é possível trabalhar com a crítica *do* capitalismo, sem desconsiderar suas nuances.

---

[32] Acompanho a avaliação de Pedro Paulo Bastos, na "orelha" da tradução brasileira do livro: "Nancy Fraser e Rahel Jaeggi escreveram este livro brilhante, que rejeita a banalidade e o economicismo sem abandonar o marxismo e sua pretensão totalizante. . . . [Assim, as filósofas] fornecem um poderoso mapa para a reconstrução do socialismo democrático do século XXI".

[33] Os argumentos a seguir compõem principalmente o quadro teórico de Nancy Fraser. A leitura da crítica funcional-ética é de Jaeggi (Fraser prefere chamar de *ético-estrutural*, em oposição a uma crítica ética-substancializadora) (Fraser & Jaeggi, 2020, p. 150).

Para tanto, há que se começar pelo começo. As autoras assumem como ponto de partida uma definição "ortodoxa", ancorada na definição marxiana clássica, apresentando inicialmente três características definidoras do capitalismo: (1) a divisão de classes sociais entre proprietários e produtores, baseada na propriedade privada dos meios de produção; (2) a ideia de direito da liberdade por meio da instituição de um mercado de trabalho "livre"; e (3) a dinâmica de acumulação de capital, que se ancora numa orientação à valorização do capital em oposição ao consumo, acoplada a uma orientação que prioriza o lucro e não a satisfação de necessidades. As autoras discutem ainda uma quarta característica necessária nessa conceituação: (4) a centralidade e a função dos mercados na sociedade capitalista, no sentido de que os mercados não apenas determinam a distribuição de bens de consumo e a alocação dos recursos gerais da sociedade para alimentar a engrenagem do capital, mas também – e esta é sua característica mais perversa – possuem uma função *formativa* sobre a vida social, operando como uma "força estruturante" dos modos de pensar, sentir e agir, retirando o poder da sociedade de se autodeterminar. Quando o capital toma para si o poder de decisão sobre os assuntos humanos mais importantes, se aprofunda "o processo por meio do qual ele se constitui como sujeito da história, substituindo os seres humanos que o criaram e os transformando em seus servos" (Fraser & Jaeggi, 2020, p. 40). Em outras palavras, a lógica da mercadoria penetra profundamente nas relações sociais, interferindo na maneira como nós formamos nossas "subjetividades" e resultando em uma forma de vida alienada.

Essa definição é apenas inicial, pois ainda há muito a desvendar. Fraser apresenta sua concepção expandida do capitalismo, que vem sendo desenvolvida nos últimos anos, como um passo necessário para a "des-ortodoxificação" do conceito de capitalismo. Trata-se de uma mudança epistêmica, que busca ir além da história oficial da exploração em direção à história de fundo da expropriação, tomando como ponto de partida o Livro I d'*O Capital*, de Marx, no capítulo sobre a assim chamada acumulação primitiva. Marx (2013, p. 787) mostrou que a origem e fundamento da acumulação capitalista "está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo", pois o ponto de partida do capital não consiste em outra coisa que uma história de dominação e opressão, de violência, roubo e expropriação. Para dar conta de uma teoria crítica do capitalismo sem os vícios da ortodoxia, Fraser recorre aos princípios do "método marxiano" de partir da coisa aparente em direção às suas determinações mais profundas, para reconstruir esse processo em um novo nível de síntese, embora, no caso da filósofa da *New School*, não se trate de um mero aprofundamento analítico do enfoque da exploração à expropriação, mas sim de uma mudança epistêmica mais ampla, que inclui três dimensões igualmente fundamentais e que operam "para além e acima" do plano da produção.

Em suma, o sofisticado pensamento fraseriano atual aponta que temos, até hoje, privilegiado a análise apenas do "primeiro plano" da economia-política capitalista reduzida à esfera da produção. Os desenvolvimentos teórico-críticos contemporâneos do feminismo, da luta de(s)colonial/antirracista e do movimento ecológico mostram a insuficiência desse modelo e permitem ampliar o quadro de referência incluindo as "condições de possibilidade" da existência do capital que operam como plano de fundo em relação ao primeiro plano oficial das leituras economicistas tradicionais.

3. Os três domínios das "condições de possibilidade" do capitalismo

Nesse quadro renovado da teoria crítica do capitalismo, Fraser (2014) aponta para três conjuntos de relações que operam entre o primeiro plano econômico e entre si, mas que dizem respeito a domínios da vida social relativamente autônomos em relação à economia e quanto aos seus processos internos de constituição, desenvolvimento e crise: **reprodução social**, **natureza** e **política**. Essas são as três condições de possibilidade do capitalismo como ordem social institucionalizada que devem ser incluídas para que possamos compreender adequadamente a crise contemporânea. É importante destacar que o pensamento de Fraser toma como ponto de partida a crise estrutural do capitalismo e tem como foco as lutas sociais que emergem nesse contexto.

No domínio da *reprodução social* se encontram as condições de possibilidade da acumulação capitalista relativas à variedade de atividades que são frequentemente não remuneradas e majoritariamente desempenhadas por mulheres, voltadas para as formas de prover, cuidar e interagir que mantêm os laços sociais. São atividades de trabalho que operam fora da esfera estrita da produção e, no entanto, são fundamentais para os processos de socialização e formação dos sujeitos humanos do capitalismo que serão (entre outras coisas) os portadores da força de trabalho ou dos meios de produção. É nesse domínio que ocorre a formação do eu enquanto ser corpóreo (*Self*), ao mesmo tempo natural e social. Por meio da socialização de classe, mediada por gênero, raça e território, são formados os hábitos e a "visão de mundo", isto é, o conjunto de práticas sociais pré-reflexivas que nos permitem conduzir a vida em comunidade, além da "produção e reprodução de significados compartilhados, com certas disposições afetivas e horizontes de valor que sustentam a cooperação social, incluindo os modos de cooperação vinculados à dominação que caracterizam a produção de mercadorias" (Fraser & Jaeggi, 2020, p. 46).

A reprodução social é o domínio das relações familiares e afetivas nas quais a categoria gênero é central para a compreensão dos processos de dominação e opressão, inclusive no que se refere à dimensão da produção. No entanto, Fraser e Jaeggi – duas teóricas feministas – discordam em alguns aspectos sobre esse ponto. Enquanto Jaeggi pensa na família como uma forma de vida que possui desenvolvimento e características próprias (embora não seja desconectada de outras formas de vida), Fraser aponta para o aspecto da *institucionalização* da reprodução social na sociedade capitalista. Neste sentido, o capitalismo produz uma divisão entre reprodução social e produção de mercadorias que é inteiramente marcada por relações de gênero que resultam em formas especificamente modernas de subordinação das mulheres. Em todo caso, as autoras concordam com a necessidade de criticar o trabalho reprodutivo não pago e as formas de dominação e opressão que incidem sobre as mulheres nas sociedades capitalistas.

Uma segunda condição de possibilidade do capitalismo é a *ecológica*, isto é, ligada à relação entre natureza humana e não humana. A exploração do ambiente natural é condição indispensável do capitalismo desde o princípio, de modo que a acumulação capitalista opera pela depredação da natureza em favor do lucro. Mas, se por um lado a natureza é a fonte na qual a produção capitalista retira os materiais energéticos e despeja seus resíduos tóxicos, por outro, ela é também a base de sustentação da vida humana e não humana. O capitalismo inaugurou uma forma completamente nova de relação das pessoas com o ambiente natural a tal ponto em que, quanto mais a dimensão da produção se desenvolve, mais nos distanciamos de uma relação integrada com a natureza ao nosso redor, enquanto modo de vida capaz de adiar o fim do mundo (Krenak, 2020).

Fraser aponta para o fato de que essa "ruptura metabólica" do ser humano com a natureza significa uma decomposição de certos elementos típicos de um "mundo anterior" ao capitalismo, no qual os ritmos da vida social estavam em muitos aspectos adaptados aos da natureza não humana. Com o capitalismo, a natureza não humana passa a ser vista como fonte de apropriação e obtenção de riquezas inesgotáveis, como pura matéria-prima para a produção de mais mercadorias. Mesmo quando se reconhece os limites objetivos da natureza não humana – só temos *um* planeta no qual podemos viver – o discurso moderado do "capitalismo verde" não se mostra suficiente para conter seus próprios os impulsos predatórios (matriz energética baseada em combustíveis fósseis, alimentação em larga escala produzida com elevados níveis de agrotóxicos, crescente comodificação de todos os recursos naturais etc.).

Jaeggi certamente concorda com o diagnóstico geral de que a forma de vida capitalista é responsável pelo agravamento da crise ambiental, porém apresenta algumas objeções à

leitura de Fraser sobre a relação natureza humana e não humana. Para a filósofa alemã, o fato de a natureza não humana ser igualmente reduzida à lógica da mercadoria não é meramente funcional, mas possui uma implicação normativa importante, pois se, por um lado, as crises ecológicas do capitalismo são cada vez mais dramáticas, isso não significa que as formas de vida pré-capitalista conseguissem ter melhor sorte para lidar com problemas de ordem ambiental. O problema principal não é que o capitalismo signifique um progresso em relação às formas de vida anteriores, mas que as práticas econômicas são, elas mesmas, ético-funcionais no sentido de que possuem condições normativas de sucesso suscetíveis às variações de seu padrão de funcionamento. Neste sentido, além de apontar para a "ruptura metabólica" entre natureza humana e não humana operada pelo capital, temos que explicar também porque algumas coisas passam a ser "vendáveis" no mercado enquanto outras não. Por exemplo:

> o fato de que não podemos comprar crianças da mesma maneira em que compramos um apartamento ou alimentos é considerado tão inevitável que sequer o percebemos como uma proibição. Mas então, o fato de comprar comida no mercadinho, aparelhos eletrônicos no shopping e automóveis na concessionária – todas essas transações se fundamentam em entendimentos implícitos de propriedade, do status das mercadorias e das transações de troca, entendimentos que são ligados a assunções normativas de longo alcance e vasto escopo, bem como a práticas abrangentes. O fato que tais concepções e as práticas correspondentes não sejam autoevidentes se torna claro somente quando nos damos conta, por exemplo, de quão recente, do ponto de vista histórico, é a proibição do comércio de humanos (e também de como é cumprido de forma incompleta); ou quando vemos que alguns povos indígenas considerem a terra na qual vivem, inclusive sua flora e fauna, como não sendo vendável, da mesma maneira como consideramos nossos filhos não vendáveis (Jaeggi, 2018c, p.515).

Enquanto o modelo de Jaeggi se aplica de forma ampla à economia, Fraser está mais preocupada com a crítica do capitalismo. Em 2021, as duas autoras voltaram a conversar em um podcast[34] sobre um artigo de Fraser (2021), no qual a filósofa estadunidense ressalta a tendência à crise ecológica inerente ao capitalismo e aponta para a necessidade de reinventar a luta ambiental – não mais como uma luta em torno de uma noção restrita de ambiente, cujos beneficiários seriam apenas os ricos – mas uma luta trans-ambiental construída por um bloco contra-hegemônico anti-capitalista, ou seja, uma luta ecossocialista.

Aqui entra a terceira condição de possibilidade da economia capitalista: sua dimensão *política*. Não por acaso, a crítica do capital é originalmente a crítica da economia-política. No entanto, no capitalismo, economia e política não são mais parte de um mesmo sistema de poder "puro", como por exemplo em regimes feudais em que o controle da política e da

[34] *Critical Theory In Context*, 3 de julho de 2021. Disponível em: https://ctic.podigee.io/1-climates-of-capital.

produção estavam efetivamente fundidos. O capitalismo, por sua vez, *depende* de poderes públicos para estabelecer e fazer valer suas normas constitutivas – afinal, uma economia de livre mercado precisa de um aparato jurídico que lhe dê sustentação. Foram os Estados territoriais e seus sistemas político-jurídicos que possibilitaram o estabelecimento dos "livre-mercados", o direito à acumulação privada, a liberação de obrigações derivadas do parentesco ou vida comunitária, a instituição da moeda e o intercâmbio mediado dinheiro, além de que são as forças policiais do Estado que são mobilizadas pelos proprietários privados para defenderem seus interesses quando estes são, de alguma maneira, ameaçados por interesses coletivos: "historicamente, podemos dizer que o Estado *constituiu* a 'economia' capitalista" (Fraser & Jaeggi, 2020, p.55).

Mas a análise do poder político não deve se limitar aos territórios nacionais. No nível geopolítico, a história do capitalismo é uma história de sucessivas hegemonias globais[35] que culminam, no momento atual, em uma economia financeira trans-nacional desprendida de qualquer constrangimento político territorial. Por detrás do primeiro plano da produção, na qual ocorre a exploração do trabalho nos mercados capitalistas, estão não apenas o trabalho não pago da reprodução social e o assalto aos recursos naturais, mas fundamentalmente um processo de pura violência e expropriação baseado em formas de dominação e opressão imperialistas e racistas. Neste sentido, segundo Fraser, para compreender o capitalismo de forma ampliada é central olhar para o pano de fundo da expropriação. A expropriação "dispensa todas as sutilezas em favor de um bruto confisco" e a ela corresponde uma hierarquia de status em relação à exploração: "enquanto aos trabalhadores explorados é concedido o status de indivíduos e cidadãos portadores de direitos, . . . os sujeitos à expropriação são seres não livres e dependentes, despojados de proteção política e tornados desamparados – por exemplo, nos casos de escravos, sujeitos colonizados, 'nativos', serviçais que trabalham para pagar dívidas, 'ilegais' e criminosos condenados" (Fraser & Jaeggi, 2020, p. 58). Avançando na análise, fica evidente que a expropriação incide sobretudo sobre populações muito racializadas, historicamente vilipendiadas em suas tentativas de participação política e que, por isso, são tomadas como se fossem "inerentemente expropriáveis". Para o funcionamento do capitalismo, a expropriação é vantajosa tanto em tempos "normais" quanto em períodos de crise, pois está intimamente entrelaçada com a

[35] Fraser cita o trabalho de Giovanni Arrighi *O longo Século XX*, no qual o autor analisa as transformações do capitalismo moderno do ciclo de acumulação genovês ao territorialismo britânico e francês. Vale acrescentar que, para autores descoloniais como Enrique Dussel (1995, 2005, 2014) e Ramón Grosfoguel (2016), as mudanças do centro do poder mundial ocorridas a partir do longo século XVI tiveram como contrapartida epistêmica o eurocentrismo na esfera do pensamento.

exploração. Assim, na fase atual do capitalismo financeirizado em que emergem novos modelos de trabalho precarizado – a chamada "uberização" do trabalho – também são resgatadas formas de dominação típicas das primeiras fases do capitalismo, como o aumento da jornada de trabalho, a neutralização das forças sindicais etc.

Refletindo especificamente sobre a dimensão política da crise geral do capitalismo, Fraser (2018) aponta para possíveis agudizações das contradições existentes em dois sentidos: por um lado, uma *crise administrativa*, na qual diante do poderio dos mercados os poderes públicos perdem sua capacidade institucional de governar efetivamente; por outro lado, uma *crise de legitimação*, na qual a opinião pública se volta contra um sistema disfuncional que não realiza o que promete. Essas duas formas de crise são apenas duas potenciais expressões da contradição política inerente à sociedade capitalista, que podem resultar na reorganização das forças populares para se mobilizarem e se oporem à captura e esvaziamento dos poderes públicos ou mesmo para tentar ocupá-los com suas próprias pautas. Os sintomas desse complexo de crise aparecem como "desdemocratização", "democracia de fachada", "pós-democracia", entre outras expressões que tentam denunciar a não efetivação dos sistemas democráticos.

Para Jaeggi, o quadro referencial pintado por Fraser é certamente muito esclarecedor, embora permaneçam algumas dúvidas quanto à abordagem conceitual da dinâmica "primeiro plano" e "plano de fundo", de modo que a filósofa de Berlim prefere trabalhar com uma teoria de ontologia social que compreende a economia e todas as outras instâncias da vida como práticas sociais e, portanto, o capitalismo como uma *forma de vida*. Na visão de Jaeggi, a metáfora dos dois planos complexifica a abordagem da crítica do capitalismo ao colocar um duplo jogo de gramáticas funcionais e normativas que podem aparecer como normatividades conflitantes tanto internamente quanto entre si. Essa posição não é sustentada por Fraser, para quem as sociedades capitalistas institucionalizam múltiplas orientações normativas, por isso é mais adequado conceber o capitalismo como uma ordem social institucionalizada. Fraser tampouco "recicla" o dualismo habermaisano da divisão entre sistema e mundo da vida, embora reconheça que, para fins metodológicos, sua abordagem requer um "dualismo de perspectiva" ancorado na estrutura, de um lado, e na ação social, de outro.

Fraser resume sua abordagem de uma visão alargada do capitalismo nos termos de uma topografia social determinada:

> [A abordagem] é complexa, e o é necessariamente, afinal uma concepção adequada das relações entre primeiro plano/plano de fundo do capitalismo tem de manter unidas três ideias distintas. Primeiro, os domínios "não econômicos" do capitalismo servem como condições de fundo que possibilitam sua economia, que, por sua vez, depende,

> para a própria existência, dos valores e dos insumos daqueles. Segundo, os domínios "não econômicos" do capitalismo têm peso e caráter próprios, os quais, sob certas circunstâncias, fornecem recursos para a luta anticapitalista. Entretanto – e este é o terceiro ponto –, tais domínios são parte e parcela da sociedade capitalista, constituídos historicamente em conjunto com sua economia e marcados pela simbiose com ela. Todas essas três ideias são necessárias a uma concepção adequada das relações entre primeiro plano/plano de fundo que constituem a sociedade capitalista. Nenhuma, sozinha, é suficiente. Todas têm de ser pensadas em conjunto, numa visão "alargada" do capitalismo como ordem social institucionalizada (Fraser & Jaeggi, 2020, p. 76).

4. O capitalismo em perspectiva histórica

O modelo de Fraser possibilita uma reconstrução histórica do capitalismo mais bem delineada do que a perspectiva de Jaeggi. A partir de sua visão expandida de capitalismo como ordem social institucionalizada, Fraser pode trabalhar com um quadro histórico de quatro diferentes estágios ou regimes de acumulação capitalista: 1) o capitalismo mercantil, que vai do século XVI ao final do século XVIII; 2) o capitalismo liberal concorrencial, que se estabelece entre o século XIX e o início do XX; 3) o tipo de capitalismo monopolista administrado pelo Estado, do pós-guerra até o final do século XX; e, por fim, 4) o atual capital financeiro globalizante que se tornou hegemônico neste início de século XXI. Essa formulação diacrônica busca facilitar a compreensão das mudanças internas do capitalismo enquanto totalidade histórica, mas isso não significa excluir outras possibilidades de análise sincrônica – por exemplo, o problema das variedades de capitalismo no centro e na periferia. Trata-se somente de uma forma esquemática de abordar um problema complexo.

Quadro 4. Regimes de acumulação capitalista mundial por período de consolidação e crise, segundo Nancy Fraser

Regimes de acumulação	Período de consolidação	Processos de crise
Capitalismo mercantil	Séculos XV-XVI Poder absolutista Colonialismo, extrativismo	Endividamento das monarquias Mercados "desenraizados" Revoluções burguesas
Capitalismo liberal concorrencial	Séculos XIX e início do XX Imperialismo britânico	Lutas trabalhistas Revolução Russa Duas guerras mundiais
Capitalismo administrado pelo Estado	Segunda metade do séc. XX Bretton Woods Bem-Estar Social (centro) Ditadura Militar (periferia)	Lutas anti-coloniais Lutas dos direitos civis feministas, antirracistas
Capitalismo financeirizado	Queda do bloco soviético Globalização Neoliberalismo	Crise financeira de 2008 Covid-19

Fonte: elaboração própria a partir de Fraser & Jaeggi (2020).

Cada um desses quatro regimes possui uma dinâmica de acumulação que entrelaça de modo específico e contraditório os domínios constitutivos do primeiro plano e do plano de fundo do capitalismo: economia x política, produção x reprodução, natureza x sociedade e exploração x expropriação. Nesse registro de análise é possível reconstruir a história de crises e tensões internas que resultaram na forma atual de capitalismo financeirizado e também pensar sobre as possibilidades das lutas sociais.

Quadro 5. Relação entre primeiro plano econômico e plano de fundo não econômico, tipos de dominação e lutas sociais

Primeiro Plano	Plano de fundo (condições de possibilidade)	Tipo de dominação predominante	Forma de luta típica
Capital x Trabalho	Economia x política	Tecnocracia/autoritarismo	Lutas trabalhistas
	Produção x reprodução social	Sexismo/violência de gênero	Lutas feministas
	Natureza x sociedade	Depredação ambiental	Lutas ecológicas
	Exploração x expropriação	Racismo/epistemicídio	Lutas antirracistas

Fonte: elaboração própria a partir de Fraser & Jaeggi (2020).

A seguir, vejamos como se configuram as relações entre primeiro plano e plano de fundo em cada uma dessas etapas de acumulação capitalista, apontando para as diferenças entre centro e periferia do capitalismo[36].

4.1. Capitalismo mercantil

a) Economia x política

Para Fraser, o início do capitalismo ocorre no período mercantil, caracterizado pela expansão atlântica das rotas econômicas dos Estados europeus nos séculos XV e XVI, que até então ocorriam predominantemente pelo Mar Mediterrâneo. Esse período corresponde a cerca de 200 anos – Grosfoguel (2016) fala do "longo século XVI" – em que começa a ocorrer uma profunda transformação na forma de vida medieval, podendo ser considerado o início da Era Moderna (Arendt, 2010). Para Enrique Dussel (2005), o marco histórico da origem do capitalismo foi a invasão europeia sobre o "Novo Mundo", pois foi o momento em que

[36] Vou me basear aqui na fala de Nancy Fraser no capítulo 2 de Capitalismo em debate, acompanhando de perto seu raciocínio e reproduzido diversos trechos do texto, com eventuais pequenas adições, por isso não vou incluir as referências a cada passagem. As menções a outras autoras/es serão devidamente citadas e referenciadas.

surgiram as condições de possibilidade mais gerais para as transformações posteriores. Atenta a essa leitura crítica que já nomeia como *capitalismo* esse período inicial, Fraser ressalta que naquele momento a economia era apenas parcialmente separada do Estado, sendo que nem a terra nem o trabalho eram ainda uma mercadoria e as normas econômico-morais ainda governavam a maioria das interações cotidianas, mesmo nos países do "coração da Europa". O poder absolutista regulava o comércio dentro dos territórios nacionais e lucrava com a pilhagem das colônias por meio de um mercado mundial de mercadorias de luxo em expansão. A divisão entre economia e poder seguia essa separação entre interno/externo e foi mantida à força durante um período considerável, porém as contradições se agravaram na medida em que os mercados foram se desenraizando e os governantes ficando endividados. O próprio centro gravitacional do poder se transferiu de Espanha e Portugal, para a Holanda e, finalmente, Inglaterra e França (Dussel, 2005). O resultado do acirramento dessa tensão entre economia e política foram as revoluções por liberdade do final do século XVIII[37].

b) Produção x reprodução social

Para que a produção seja possível é necessária toda uma ampla configuração de relações sociais tidas como "não econômicas". São as relações de parentesco que organizam os nascimentos, os cuidados, a socialização e a educação das novas gerações, que por sua vez vão reabastecer a força de trabalho produtiva. Essa dimensão das relações sociais é altamente generificada, isto é, baseada em separações rígidas de gênero e, por isso, a forma específica de dominação que acontece nesse "terreno oculto" vem sendo criticada pelo feminismo marxista da chamada "Teoria da Reprodução Social". No caso do regime de acumulação mercantil, as atividades de criação e manutenção de vínculos sociais permaneceram quase como antes, no período pré-capitalista: localizadas em vilarejos, domicílios e redes estendidas de parentesco, reguladas localmente pelo costume e pela igreja. No centro, a condução da vida cotidiana passava longe da ação estatal e era quase intocada pela "lei do valor" (produção voltada para a acumulação ilimitada de mais-valor). Já na nascente periferia do capitalismo, esse regime transformou violentamente os vínculos sociais pré-capitalistas, saqueando camponeses, escravizando africanos, expropriando povos indígenas, tudo isso com um relativo desprezo pelas sutilezas da família, da comunidade e do parentesco. Era próprio dos colonizadores

[37] É importante destacar o papel da burguesia em tomar para si o poder naquele período, impedindo que os anseios revolucionários efetivassem os horizontes normativos de libertação e emancipação. O Haiti e o bonapartismo são dois exemplos.

homens encararem o "Novo Mundo" como uma aventura sobre uma "terra de ninguém", o que levava a toda sorte de violências, incluindo o estupro generalizado das mulheres negras e indígenas[38].

c) Natureza x sociedade

Nas sociedades capitalistas, em todas as suas formas, a produção depende de condições de fundo que são "naturais" ou "ecológicas", isto é, que se refere aos recursos necessários para a produção, como as matérias-primas, fontes de energia e a possiblidade de descarte de resíduos. O fato de esses recursos serem frequentemente tomados como se fossem fontes inesgotáveis de apropriação se deve à separação entre natureza humana e não humana operada pelo próprio capitalismo. Na verdade, trata-se de uma única realidade de "relações socioecológicas", portanto não essencialistas, entre o mundo social e o meio ambiente físico. No capitalismo mercantil a agricultura e a manufatura ainda dependiam quase inteiramente do músculo animal, tanto do humano quanto do de outros (bois, cavalos etc.), configurando uma espécie de regime de produção de matriz energética "somática" – pois a conversão da energia química em energia mecânica ocorria dentro dos corpos de seres vivos na medida em que eles digeriam a comida, que provinha da biomassa. Isso significa que, assim como em épocas precedentes, o único aumento de energia era por meio da conquista de outros corpos e territórios. Foi este o método adotado no capitalismo mercantil colonizador por meio da superexploração dos corpos e do ambiente: das minas de prata em Potosí às fazendas com escravizados em São Domingos, os poderes capitalistas mercantilistas usavam terra e trabalho ao ponto da exaustão, não realizando qualquer esforço para repor aquilo que gastavam, como mostrou, por exemplo, Eduardo Galeano (2010) em sua célebre obra *As veias abertas da América Latina.* No centro, a exploração dos feudos se ampliava por outros meios. O cercamento forçado de terras na Inglaterra facilitou a conversão de terras para agricultura em pasto para ovelhas, possibilitando a manufatura de produtos têxteis, mesmo na ausência da mecanização. Soma-se a essas condições materiais o fato de que na era mercantilista ocorre uma verdadeira revolução científica que incubou uma visão nova e mecânica da natureza como algo radicalmente distinto da sociedade humana.

[38] Um estudo sobre miscigenação genética dos brasileiros mostrou que "cerca de 60% das matrilinhagens (linhagens maternas) são de origem ameríndia ou africana, enquanto a maioria, mais de 90%, das patrilinhagens dos brancos brasileiros é de origem europeia – portanto, apenas um em cada dez brasileiros brancos tem um ascendente paterno negro ou índio. Entretanto, pelo lado materno, seis em cada dez têm ascendência negra ou índia". Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/marcas-geneticas-da-miscigenacao/.

d) Exploração x expropriação

Além da relação entre política, reprodução e natureza, as economias capitalistas dependem, enquanto condição de possiblidade, de regimes de acumulação racializada. O racismo não é meramente contingente ao capitalismo, uma vez que foi um componente estrutural e estruturante do acúmulo de capital ao longo de todas as suas etapas. Para compreender o papel específico do racismo é necessário sublinhar as relações historicamente específicas entre expropriação e exploração. É a dinâmica entre essas duas "ex", já apontadas por Marx no capítulo sobre a acumulação primitiva, que permitem entender a hierarquia de status mediada pela dominação e opressão racial no capitalismo desde o princípio. Na fase do capitalismo mercantil o motor da acumulação não era a exploração, mas a expropriação. Confisco era o nome do jogo, e ele se manifestava tanto no cercamento de terras no centro quanto na conquista, pilhagem e na "caça comercial de peles negras" em toda a periferia. A expropriação encolheu a exploração no capitalismo comercial, gerando implicações importantes na hierarquia de status entre diferentes povos, produzindo os precursores das subjetividades racializantes que se tornaram plenas de consequências nas fases seguintes: "europeus" x "nativos", indivíduos livres x escravizados, "brancos" x "negros". Mas, durante o período em que praticamente todas as pessoas sem posses – a imensa maioria – não detinham um status de cidadãs portadoras de direitos, essas distinções se configuravam de modo diferente do que assumiriam nas fases seguintes. O contraste entre "raças livres e subjugadas" se acentuou no período final do regime, quando ocorrem as lutas contra o antigo regime nas metrópoles e cresce a exploração em larga escala do "livre" trabalho assalariado. A expropriação total é incompatível com o desenvolvimento de uma economia de mercado complexa, que precisa ampliar seus mercados. Por isso a lógica da exploração é mais condizente com o capitalismo "liberal" nascente no final do século XVIII. Junto com ele, contudo, começam a ser desenvolvidos certos pressupostos de hierarquia de "raças" entre as metrópoles e as colônias, o que será fundamental para a consolidação do racismo estrutural[39].

[39] A ideia de uma "América Latina", por exemplo, é resultado "das transformações sócio-políticas ocorridas no período entre 1776 e 1830, quando se intensificaram os processos de disputa entre as elites crioulas e as nações colonizadoras europeias. A partir de meados do século XIX a ideia de um continente americano único dá lugar à ideia de "duas" Américas, uma 'saxã' e a outra 'latina'. Nesse processo é central a concepção de uma 'raça latina' ou, ainda, a ideia mais difusa da 'latinidade' . . . que surge como característica comum a portugueses, espanhóis e franceses" (Costa & Barros, 2020, p. 203). Sobre isso, diz Walter Mignolo: "Para conceberem a si mesmos como raça 'Latina' (...), os crioulos na América 'Latina' tiveram que rearticular a diferença colonial em um novo formato: tornaram-se colonizadores internos *vis à vis* indígenas e negros, enquanto vivem a ilusão de independência da lógica da colonialidade" (Mignolo, 2005, p. 86, citado por Costa & Barros, 2020, p. 203).

4.2. Capitalismo liberal concorrencial

a) Economia x política

As tensões entre economia e política na fase liberal-concorrencial do capitalismo partiram da dissolução do modelo mercantil anterior, sobretudo do papel regulador do Estado absolutista. Na nova etapa *laissez-faire* surgiram economias de mercado voltadas para dentro e para fora, de modo que a produção e a troca podiam operar e se desenvolver de forma autônoma, por meio das leis da oferta e da procura. A base desse regime de acumulação foi o estabelecimento de uma nova ordem jurídica, que valorizou a supremacia do contrato, da propriedade privada e dos mercados, além de garantir os direitos dos "indivíduos livres". O efeito foi institucionalizar no centro (Europa e Estados Unidos) uma divisão aparentemente aguda entre o poder público dos Estados e o poder privado do capital – "aparente" porque na realidade os Estados aplicavam seu poder repressivo contra as massas em favor do capital. Nos países da periferia não havia nem mesmo uma aparência de separação, pois a força militar do Estado servia para assegurar a continuidade do saqueamento das colônias, consolidando o domínio do "imperialismo de livre-comércio", sob hegemonia britânica. Ocorre que, desde o início, esse regime de acumulação foi sendo minado pela instabilidade econômica e política. Seu modo de institucionalizar a separação entre economia e política deu origem a periódicas depressões, crise e pânico, além de acentuar os conflitos de classe, lutas de fronteira e revoluções. No início do século XX as múltiplas contradições do capitalismo "liberal" entraram em crise geral – metástase – e o resultado foram duas grandes guerras mundiais e um saldo de milhões de mortos.

b) Produção x reprodução social

O regime de acumulação liberal provocou uma profunda separação entre "produção econômica" e a "reprodução social" de modo a que se constituíssem como esferas "distintas", espacialmente separadas umas das outras: a "fábrica" em contraposição à "casa". Os primeiros centros manufatureiros na Inglaterra arrastaram a população recém-urbanizada e proletarizada para trabalhos esgotantes, mal remunerados e inseguros. Essa configuração do capital alojou os trabalhadores em cortiços fétidos e superlotados, em distritos muito poluídos.

Nesse momento, com a diferenciação crescente da esfera pública, as classes dominantes passaram a interferir fortemente nos costumes, sendo que foram sobretudo os reformadores de classe média que assumiram a liderança no enfrentamento dos impactos da indústria sobre a "vida privada", com o intuito de "salvar a família" e evitar a "dessexualização" das mulheres proletárias. Já nesse período, os vitorianos defenderam uma "legislação protetiva", que limitava a exploração de mulheres e crianças no trabalho assalariado, mas não fornecia nenhum auxílio material ou compensação pelos salários perdidos. Assim, ao desacoplar a reprodução social de formas mais amplas da vida comunitária e restabelecê-la como domínio das mulheres na família privada, o regime liberal inventou um novo imaginário burguês, centrado numa diferença de gênero intensificada por um novo ideal das "esferas separadas" (produção e reprodução). A esmagadora maioria das pessoas, porém, foi privada de realizar esse ideal devido a suas condições objetivas de existência. No centro do capitalismo é nessa etapa que ocorre o exponencial "aumento de donas de casa" (*housewification*). Nas periferias embora o capitalismo concorrencial tenha expandido o imperialismo na dimensão da cultura e da colonialidade do imaginário das elites, permaneceram antigas práticas de dominação e opressão patriarcal sobre a maioria das mulheres, exploradas dentro e fora do ambiente doméstico, tanto nas cidades quanto nas zonas rurais, sobretudo devido à influência da religião e das relações de parentesco. Assim, a separação entre as duas esferas e o estabelecimento rígido de papeis de gênero permitiu conter a crise sociorreprodutiva causada por esse mesmo regime de acumulação.

c) Natureza x sociedade

As intensas transformações nos planos da política e da reprodução no período do capitalismo liberal concorrencial foram acompanhadas pela transformação na forma como esse regime se apropria da natureza não humana. Com o advento de uma nova matriz energética, o capitalismo que começou a tomar forma na Inglaterra do início do século XIX foi pioneiro na mudança histórico-mundial rumo à dependência de energia fóssil. O motor a vapor movido a carvão abriu caminho para o primeiro regime "exossomático" – diferente do modelo "somático" anterior – do mundo, capaz de pegar a energia solar carbonizada debaixo da crostra terrestre e convertê-la em energia mecânica fora dos corpos vivos. O carvão, que antes tinha interesse somente local, passou a ser uma mercadoria comercializada em todo o mundo, de modo que se pode dizer que foi inaugurada uma nova natureza histórica. Essa nova fonte de energia era extraída para alimentar a indústria mecanizada que se instalava nos

centros urbanos, uma vez que a energia hidráulica para os moinhos dependida demasiadamente do território, enquanto as fábricas podiam ser instaladas em locais mais estratégicos e possibilitavam impor uma disciplina mais rígida ao contingente de trabalhadores e trabalhadoras migrantes que chegavam das zonas rurais. Na periferia, o capitalismo "liberal" permanecia dependente do extrativismo somático. O que fazia as fábricas de Manchester cantarolarem era a importação massiva de "naturezas baratas" extraídas de terras colonizadas por massas de trabalho não livre e dependente: algodão barato para alimentar os moinhos; açúcar, tabaco, café e chá baratos para estimular as "mãos" daqueles que os operavam. Os poderes coloniais destruíram deliberadamente as manufaturas em suas colônias, para reduzi-las ao fornecimento de matéria-prima para a produção industrial de mercadorias que, depois, seriam vendidas nos mercados do centro e da periferia.

d) Exploração x expropriação

No plano da dominação racializada, a contínua expropriação da periferia se vinculava à exploração lucrativa no centro. O que havia de novo era a ascensão de uma manufatura de larga escala nas fábricas, que forjou o proletariado imaginado por Marx, uma classe trabalhadora que, por meio da luta de classe organizada, confrontava as injustiças da exploração e aos poucos conquistava algum status de cidadania (sobretudo para os homens brancos). Ao mesmo tempo, a repressão brutal das lutas anticoloniais garantia a continuidade da sujeição na periferia, acentuando o contraste entre dependência e liberdade cada vez mais em termos racializados. Na verdade, os dois estatutos – o de *livre-trabalhador-cidadão explorável* e o de *sujeito dependente expropriável* –, foram mutuamente construídos[40]. Esses dois mecanismos encontravam-se sistemicamente imbricados, formando um *nexo exploração-expropriação* de tal modo que, no período liberal as duas "ex" eram motores distintos, mas mutuamente calibrados, de acumulação em um único sistema capitalista global. No período seguinte, o nexo entre esses dois polos do sistema de dominação-opressão capitalista assumiria novos contornos e lutas.

[40] Há uma diferença, contudo, que não foi mencionada por Nancy Fraser: a "ciência" da antropologia criminal da virada do século XIX para o XX jogou um papel importante para a naturalização de ideias racistas na esfera pública da época, o que viria a se somar a outros fatores e resultar em projetos explícitos de embranquecimento, como, por exemplo, a "importação" de imigrantes europeus pobres e de derrotados da guerra civil estadunidense para o Brasil.

4.3. Capitalismo administrado pelo Estado

a) Economia x política

Após a etapa chamada de "liberal", o capitalismo refez a relação entre economia e política a partir do fortalecimento relativo do poder público estatal em seu benefício, resultando em um regime de acumulação que pode ser descrito como "administrado pelo Estado". Essa nova etapa começa com o acordo de Bretton Woods, sob hegemonia dos Estados Unidos, quando dezenas de nações decidiram certas regras para o fluxo de capitais e controle das taxas de câmbio. No centro do capitalismo, o Estado investiu em políticas de distribuição do emprego, infraestrutura pública, políticas sociais e assumiu em parte os custos da reprodução social. Os conflitos de classe arrefeceram – mas voltariam a explodir, com nova configuração no final da década de 1960 – e o capital foi "disciplinado para seu próprio bem" (tendo em vista a alternativa socialista real). Todos esses esforços visavam assegurar as condições para uma acumulação sustentável de capital privado e esvaziar os anseios revolucionários. Na periferia, devido à expropriação histórica e à formação de uma burguesia dependente, o Estado aparecia como Estado desenvolvimentista, voltado para o crescimento acelerado mediante rápida industrialização, porém sem as mesmas bases institucionais e políticas do centro, o que levava à instabilidade da democracia e a sucessivos golpes. Em dado momento, o Estado – a serviço do poder privado – faz pesar sua mão sobre as populações periféricas estabelecendo sangrentas ditaduras militares patrocinadas pelos EUA. Ocorre que esse regime de acumulação também carregava suas próprias contradições econômicas e políticas. No centro, salários crescentes e generalização dos ganhos da produtividade, combinados com taxas de lucro relativamente contidas, levaram a novos esforços da parte do capital para liberar as forças do mercado da regulação política. Esse "desconforto do capital com a democracia" expôs uma crise de legitimação não apenas por parte dos novos movimentos sociais da década de 1970, mas também por parte do capital que realinhou suas peças para atacar a democracia e recolocar o sistema político a seu favor (Streeck, 2018). No mesmo período, uma Nova Esquerda global surgiu para enfrentar opressões, exclusões e predações nas quais todo o edifício se baseava, de modo que, por um lado, as lutas conquistaram algumas vitórias em termos de direitos e de influência na esfera pública, por outro, o capital aproveitou a oportunidade de desmantelar de vez o "Estado

Social democrático"[41]. Na periferia, as populações foram excluídas desde sempre do arranjo efêmero do bem-estar social, pois os vínculos de dependência não foram rompidos. Nesse período ocorreram também significativas lutas de descolonização e independência, além de algumas revoluções bem-sucedidas. Mas, sem muito apoio, essas tentativas de mudança não prevaleceram e algum avanço em termos de crescimento econômico e políticas sociais só foi observado pontualmente já no século XXI, em outra fase do capitalismo, como no caso da chamada "onda rosa" na América Latina (Oliveira, 2020).

b) Produção x reprodução social

No período do regime de acumulação administrado pelo Estado, o poder estatal foi fortemente direcionado para o lado da reprodução social no centro do capitalismo. Este regime era baseado na produção e consumo de massa, típica do modelo fordista, no qual uma parcela das atividades da reprodução foram absorvidas pelo "bem-estar social" por parte do Estado e das empresas por meio de aposentadorias para os mais velhos, pensões para as famílias e outras políticas sociais. Essa foi uma grande mudança, pois o Estado assumiu alguma responsabilidade pela reposição do trabalho e pela manutenção da vida familiar. Foi aí que se consolidou o chamado "salário familiar", no qual os trabalhadores homens recebiam uma remuneração suficiente para que as mulheres não precisassem trabalhar para complementar a renda da família. Ocorre que essa dinâmica não apenas institui o "cidadão" masculino, como aprisiona as mulheres à esfera doméstica, praticamente impedindo-as de desenvolver trabalhos remunerados, de modo que se acentua a contradição entre produção e reprodução na qual emergem as lutas feministas de segunda onda. Na periferia, a industrialização crescente também produz um impacto sobre a separação das "duas esferas" – produção e reprodução –, porém, para a ampla maioria da população, a reprodução social permaneceu fora do alcance da ação estatal. Neste sentido, precisamente porque não haviam políticas protetivas nas periferias, foi que surgiram muitas lutas por direitos comandadas por mulheres mães, como as lutas por escolas, creches, serviços de saúde, moradia, entre outras[42].

[41] Wolfgang Streeck mostra que os limites entre capitalismo e democracia foram esgarçados, no sentido do adiamento da agudização de uma crise inevitável. Inflação, crise fiscal e endividamento transformaram a providência do Estado em penitência frente às instituições financeiras. Assim, o modelo social keynesiano foi solapado pelo modelo hayekiano da "ditadura de uma economia de mercado capitalista acima de qualquer correção democrática" (Streeck, 2018, p. 208).

[42] É importante notar que o "aumento das donas de casa" dos regimes liberal e administrado pelo Estado não foi um mero resultado "funcional" do capitalismo. Nancy Fraser afirma que esse processo continha um "excedente normativo" que poderia servir, em circunstâncias favoráveis, para a crítica da sociedade capitalista – afirmando valores não mercadológicos para a vida –, mas também poderia recair em estereótipos essencialistas de gênero.

c) Natureza x sociedade

Durante o período de vigência do capitalismo regulado pelo Estado, a natureza não humana passou a figurar no "interior" do domínio político, tornando-se um objeto de regulação estatal. Os Estados Unidos substituíram a Grã-Bretanha como hegemonia global naquele momento, sendo os pioneiros no fordismo e criando um novo complexo exossomático-energético-industrial em torno do motor de combustão interna, alimentado por petróleo refinado. O resultado foi a era do automóvel, ícone de uma liberdade consumista, catalisador da construção de estradas, possibilitador da suburbanização, gerador de emissões de carbono e remodelador da geopolítica. Assim, a "democracia do carbono", alimentada pelo carvão, deu lugar nos Estados Unidos a uma nova variante alimentada por petróleo – o que, consequentemente, alterou o jogo de disputas por esse recurso escasso. Nesse regime começa-se a discutir o fato de que os recursos não são ilimitados e que é necessário lidar com o descarte de resíduos tóxicos. No final da década de 1970, a Agência de Proteção Ambiental (EPA) transformou essas "externalidades" em objetos de regulação estatal. Alguns poucos recursos do capital poluidor eram aplicados para limpar lugares com lixo tóxico, na lógica de um "ambientalismo para os ricos", enquanto permanecia um racismo ambiental no qual ocorria o despejo desproporcional de "ecoexternalidades" em comunidades não brancas pobres. Na periferia, não havia nem sinal dessas regulações e investimentos. A crescente ocupação desordenada dos territórios urbanos e a concentração de terras nas mãos de uns poucos latifundiários do *agrobusiness* corrobora para um cenário de cada vez maior poluição e depredação ambiental, com tímidas iniciativas de "ambientalismo para os pobres", e violenta repressão aos movimentos de luta camponesa.

d) Exploração x expropriação

Na fase administrada pelo Estado, a relação entre aquelas duas "ex" – expropriação e exploração – passaram a ser combinadas: o capital extraiu um prêmio do confisco dos trabalhadores assalariados racializados, pagando a eles menos do que aos brancos – bem menos do que os custos socialmente necessários à sua reprodução –, criando assim uma divisão entre trabalhadores de primeira e segunda classe. Junto com esse mecanismo segregacionista vinha a privação de direitos e outras incontáveis humilhações institucionalizadas que continuavam negando pleno acesso à cidadania para as pessoas

racializadas. Nos Estados Unidos, o racismo exacerbado foi enfrentado por movimentos de luta por direitos civis, que conquistaram importantes avanços, embora isso não tenha modificado estruturalmente o nexo entre as duas "ex", pois os negros além de serem explorados, continuavam a ser expropriados. Na periferia, sobretudo nos países africanos, com a independência politica após as lutas anticoloniais, as populações conquistaram um ligeiro avanço ao elevar seu status de sujeitos expropriáveis para trabalhadores-cidadãos exploráveis, ainda que de modo precário devido à existência de hierarquias internas e à posição de dependência em relação aos países do centro. Agora os expropriadores não eram só governos estrangeiros e firmas transnacionais, mas também os Estados pós-coloniais. As estratégias de "desenvolvimento" adotadas muitas vezes envolviam a expropriação de sua própria população, especialmente de terras indígenas. Assim, no capitalismo administrado pelo Estado, a exploração não esteve tão separada da expropriação; pelo contrário, nesse regime, os dois mecanismos de acumulação se tornaram articulados e hibridizados em diversos momentos. Essa característica de entrelaçamento das duas "ex" irá se expandir no período seguinte, que é o mais atual, no qual as diferenças raciais assumem novos contornos, aparentemente menos problemáticos, mas que significam o avanço da expropriação generalizada.

4.4. Capitalismo financeirizado

a) Economia x política

O último estágio do capitalismo desenhado por Fraser é a sua configuração atual. A versão financeirizada de acumulação capitalista reformulou novamente a relação entre economia e política. Com o desmantelamento do sistema Bretton Woods, incentivado pelos Estados Unidos, e o estabelecimento do dólar como moeda fiduciária, abriu-se um caminho para que o capital financeiro passasse a impor os interesses dos investidores privados sobre os Estados endividados. Esses ficaram à mercê de agências credoras e de classificação de títulos internacionais, e organizações multilaterais passam a estabelecer as regras do jogo, globalizando e liberalizando a economia mundial segundo os interesses do capital, sem necessidade de prestar contas. O mecanismo da dívida passa a desempenhar um papel central nessa forma de governança do capitalismo financeirizado, uma vez que é por meio dela que o capital expropria populações no centro e na periferia e impõe austeridade aos cidadãos e cidadãs dos Estados nacionais, a despeito das preferências políticas e dos resultados das

eleições – a "ditadura do mercado acima de qualquer correção democrática", de que fala Streeck (2018). Nesse aspecto – da crescente expropriação e redução da democracia – centro e periferia finalmente se aproximam. Vence o capital. Todo mundo perde. Mas esse processo de acumulação financeirizado, por meio de transações desterritorializadas e alheias ao tempo da política[43], é muito instável. A crise financeira mundial de 2008, e suas derivações nos anos seguintes, atesta para essa característica de agravamento das tensões, assim como a pandemia de Covid-19 – um problema inicialmente de ordem natural – torna-se um evento de fortes implicações sociais, econômicas e políticas[44].

b) Produção x reprodução social

No âmbito das relações entre produção e reprodução social, a ordem de gênero tem sido construída sobre as ruínas do salário familiar, típico do regime anterior no centro do capitalismo. Com a financeirização, a segurança do trabalho é destruída e cede lugar a formas precarizadas dos "McEmpregos" ou "uberização", tornando virtualmente impossível sustentar uma família com um único salário. Assim, a configuração familiar passa a depender de múltiplas fontes de renda, estendendo novamente as relações de parentesco e comunidade ou criando novas configurações de moradia compartilhada, por exemplo. Em todo caso, a ideologia neoliberal penetra na vida social a tal ponto que as pessoas passam a se ver como "empreendedoras individuais" e as atividades de reprodução que antes tinham algum apoio do Estado passam a ser totalmente privatizadas. As mulheres migrantes mais pobres e racializadas ficam com as tarefas reprodutivas de baixíssima remuneração, enquanto as mulheres mais privilegiadas são atraídas pelo discurso do "neoliberalismo progressista", isto é, a suposta união de seus interesses com os do capital financeirizado, monopolizado pelo 1% mais rico. Por essa razão, surgem vozes críticas, como a própria Nancy Fraser, que afirmam a necessidade de um feminismo para as 99%. Nas periferias, acontece um processo semelhante, mas sobre bases mais precárias. Alguns países asiáticos receberam as indústrias que foram

[43] O capital já não está mais preso no espaço, não tem fronteiras e não se deixa limitar por nenhum Estado nacional; com os avanços das tecnologias de informação computacional, agora está se desprendendo do tempo – tempo da produção, tempo da política –, devido à imediaticidade das transações financeiras.

[44] Durante a pandemia o mercado financeiro reagiu contra as ações governamentais de *lockdown* ou outras iniciativas de contenção do vírus, pois provocaria um cenário de "insegurança", o que não é bom para os negócios. Ocorre que, no período da pandemia, houve um aumento exponencial da participação de pessoas físicas no mercado financeiro e não houve, de fato, nenhuma política robusta por parte dos Estados contra o capital improdutivo. No entanto, se pessoas comuns tentarem enfrentar o sistema de Wall Street em seus próprios termos, serão rapidamente perseguidos. O "caso GameStop" é emblemático neste sentido: https://theprint.in/theprint-essential/the-gamestop-story-how-a-group-of-investors-on-reddit-gave-wall-street-a-wild-week/595181/.

desmontadas no centro, o que impacta os modos de vida tradicionais, mas ao mesmo tempo gera algumas possibilidades de libertação para as mulheres[45]. Por outro lado, a situação geral de vida das mulheres nos países pobres somente faz se agravar, com aumento do machismo e da precarização das relações de trabalho que as jogam para jornadas duplas, triplas, e outras inúmeras violações quando se associa gênero, raça, território e geração. Frente a esse estado de coisas, começa a ganhar espaço nas periferias uma "quarta onda" do pensamento feminista, agora vinculado às práticas comunitárias decoloniais (Hollanda, 2020).

c) Natureza x sociedade

No âmbito da relação entre natureza humana e não humana, o atual regime de acumulação financeirizado alterou as bases da geografia energética prévia ao realocar a manufatura do centro para a periferia. Formações somáticas e exossomáticas coexistem agora lado a lado por toda a Ásia, América Latina e em algumas áreas do sul da África, enquanto os países do Norte global se especializam cada vez mais na tríade "pós-material" de Tecnologia de Informação, serviços e finanças – agora com um mercado de criptoativos baseados no sistema de blockchain, o que requer uma enorme quantidade de energia para funcionar[46]. Na verdade, o "pós-materialismo" do Norte se ancora no materialismo do Sul – mineração, agricultura, indústria –, que passa a ficar sobrecarregado com uma parcela ainda mais desproporcional da carga ambiental global: poluição extrema nas cidades, hiperextrativismo no campo e vulnerabilidade aos impactos cada vez mais letais do aquecimento global, como aumento do nível do mar e clima extremo, que criam migrações induzidas pelo clima e refugiados ambientais em escala crescente[47]. Essas assimetrias são perpassadas por novos modos financeirizados de regulação, baseados nos imaginários neoliberais a respeito da natureza, e que só agravam o problema. Com o poder público sobrepujado pelo capital, surge a nova/velha ideia de que o mercado pode servir, ele mesmo, como principal mecanismo de governança efetiva, encarregado de salvar o planeta reduzindo emissões de carbono. Na realidade, esses esquemas só afastam o capital do tipo de investimento maciço coordenado

[45] Na Índia, por exemplo, a instalação de postos de trabalho em *call centers* significou um enorme acréscimo de autonomia para muitas mulheres pobres que só precisavam de um "empurrãozinho" (Banerjee & Duflo, 2021).
[46] Em abril de 2021, estimava-se que a rede de bitcoins já consumia anualmente entre 106 a 122 terawatt-hora (TWh) de energia elétrica: "para uma única transação de Bitcoin, isso se traduz na utilização de energia elétrica superior ao consumo da Argentina" (Divino e Antunes, 2021, p. 2190).
[47] Não faltam alertas sobre a iminência do colapso ambiental, como por exemplo: https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2022/02/28/novo-relatorio-do-ipcc.ghtml . No entanto, ativistas pelo clima denunciam que os governos não estão se mexendo como deveriam: https://www.theguardian.com/environment/2021/sep/28/blah-greta-thunberg-leaders-climate-crisis-co2-emissions.

que é necessário para desfossilizar a economia global e transformar sua base energética. Em vez disso, o dinheiro flui para o comércio especulativo de "licenças de emissão", "serviços de ecossistema", "créditos de carbono" e "derivativos ambientais". Cria-se uma nova ontologia da natureza: o capitalismo financeiro economiciza a natureza mesmo quando não a mercantiliza diretamente. A ideia de compensação da poluição industrial via "créditos" de plantação de árvores, somada à lógica dos "ativos naturais" de áreas de proteção ambiental, compõe o léxico do novo "capitalismo verde".

d) Exploração x expropriação

Nessa configuração, o capitalismo financeirizado passa a se apoiar em uma nova dinâmica contraditória entre expropriação e exploração. Grande parte da exploração industrial ocorre agora na semiperiferia, nos países dos BRICS, enquanto, ao mesmo tempo, ocorre uma ascensão da expropriação por todo o mundo – tanto é assim que ameaça ultrapassar a exploração como fonte de extração de valor e motor da acumulação de capital. A expropriação se universaliza, afligindo não apenas seus destinatários tradicionais, mas agora também aqueles que estavam previamente protegidos pelo estatuto de trabalhadores-cidadãos, fazendo surgir um novo "precariado"[48]. Hoje não há país sem desemprego. O trabalho de serviço, precário e mal pago, está substituindo o trabalho industrial sindicalizado e os governos estão cortando bens públicos e serviços sociais por ordem dos investidores. O capital agora rotineiramente paga, à maioria dos trabalhadores, menos do que os custos socialmente necessários à sua reprodução. Jovens que foram ensinados, pelo exemplo de seus pais e avós, que teriam uma vida economicamente segura para perseguir seu "direito à felicidade", agora sofrem com dívidas e com o rebaixamento do padrão de consumo. Generalizada, a dívida é um motor central da acumulação por expropriação no capitalismo financeirizado. Estamos, agora, diante de um novo entrelaçamento entre exploração e expropriação e, com ele, uma nova dinâmica de subjetivação política. Em vez de uma divisão clara entre os expropriados "à força" e os "apenas" explorados, encontramos um *continuum*: numa ponta, temos uma massa crescente de sujeitos expropriáveis e desamparados; na outra, a diminuição das categorias de trabalhadores-cidadãos protegidos e explorados; no meio, uma

[48] Albena Azmanova (2020) reconhece duas modalidades de funcionamento do capitalismo desde o final do século XX e início do século XXI, quando ocorre a passagem do "capitalismo neoliberal" para uma forma de "capitalismo de precariedade", no qual a insegurança e a espoliação agora é generalizada nos países do centro. Na periferia, Ruy Braga (2012) mostra, a partir do caso brasileiro, que a precariedade sempre foi a regra. No entanto, essa nova configuração do trabalho enseja também novas formas de luta social.

nova figura híbrida, formalmente livre e muito vulnerável: o *trabalhador-cidadão-expropriável-e-explorável*. Embora o agravamento da precarização "para todos" em tempos de "neoliberalismo progressista" pudesse ser vista como uma condição de um novo capitalismo pós-racista e pós-sexista, esse contínuo permanece racializado e generificado, com pessoas não brancas, sobretudo mulheres, representadas de maneira desproporcional no polo mais expropriado da balança. Além disso, por todos os lados, são essas pessoas mais vulneráveis que sofrem com o endividamento interminável, com o desmantelamento de políticas públicas compensatórias, com o preconceito, humilhação e violência direta que vivenciam cotidianamente.

5. Uma teoria unificada do capitalismo e a crise da democracia

Após apresentar esse quadro teórico que Fraser afirma ser um esboço, mas que já podemos tomar como referência de diagnóstico de tempo, temos como resultado uma teoria complexa, que articula diferentes âmbitos de dominação – classe, gênero, natureza, raça – de forma *unificada*. Nessa teoria, todos os modos de dominação e opressão estão estruturalmente ancorados em uma única formação social – o capitalismo –, e essa formação é *histórica* e *inerentemente propensa à crise*, de modo que, portanto, pode ser transformada por meio de lutas sociais. O problema consiste em saber a direção e possibilidades dessas lutas.

Assim, para dar continuidade à elaboração do diagnóstico social que estamos tomando emprestado de Fraser e Jaeggi – o que nos permitirá compreender melhor tanto a "estabilidade dinâmica" do capitalismo quanto as suas chances de mudança –, temos que voltar nossa atenção para o papel da política democrática.

Desde Habermas, muito já foi dito sobre teoria democrática, esfera pública e movimentos sociais. Axel Honneth (2003, 2015) buscou uma compreensão ampliada de democracia, partindo inicialmente das motivações subjetivas mobilizadas pela existência de formas de desrespeito em relação às pretensões de identidade dos grupos sociais, e depois, por meio da reconstrução normativa das instituições democráticas, em uma abordagem da formação da vontade pública focada em seus requisitos infrajurídicos – como os costumes e estilos de comportamento[49].

Jaeggi e Fraser não parecem recusar *in toto* os insights honnethianos, embora desenvolvam seus projetos próprios sobre bases que consideram menos subjetivas. Enquanto

[49] Veremos mais detalhes sobre a teoria democrática em Habermas e Honneth quando tratarmos dos conceitos de esfera pública e eticidade democrática, no capítulo 5.

Jaeggi compreende as mudanças na eticidade democrática como um jogo entre tendências regressivas e progressistas, calcadas tanto na interpretação dos sujeitos sobre sua própria realidade quanto por condições de possibilidade histórica e socialmente dadas; Fraser, por sua vez, não perde de vista que as contradições da democracia burguesa *somente* podem ser entendidas dentro do quadro de referência da ordem social capitalista.

Para Fraser, o diagnóstico de crise da democracia na atualidade – expressa em termos de "desdemocratização", "pós-democracia", "democracia de fachada", entre outros – não deixa de ser uma expressão da tendência inerente às crises do capitalismo, isto é, um resultado das contradições políticas do capitalismo financeirizado (Fraser, 2018). A autora sinaliza isto em três etapas: em primeiro lugar, essa crise não é acidental, mas um acontecimento com profundas raízes sistêmicas na estrutura da ordem social capitalista, sobretudo em sua passagem do regime de acumulação administrado pelo Estado para o atual regime financeirizado; em segundo lugar, essa crise sinaliza não apenas uma crise política, mas uma crise geral; e em terceiro lugar, os atuais processos de desdemocratização são indicativos de que há algo podre não só na atual configuração do capitalismo, mas na sociedade capitalista *per se*. A contradição central aqui reside na particularidade de que *toda* formação social capitalista depende, de um lado, da existência de um poder público eficaz e legítimo como condição de possibilidade da acumulação continuada de capital, enquanto, por outro lado, "o impulso do capitalismo para a acumulação sem fim tende a desestabilizar o próprio poder público do qual ele depende" (Fraser 2018, p. 155). Essa contradição diz respeito ao capitalismo enquanto tal, independente de sua configuração histórica, e, como vimos, articula a expressão de primeiro plano da economia capitalista com as condições de possibilidade constitutivas do seu plano de fundo.

No início, a economia capitalista dependia do poderio militar dos Estados nacionais, porém, como a crescente tendência à "liberalização" das sociedades modernas e seus aparatos jurídicos, o capitalismo passou a requer "não apenas o poder estatal *per se*, mas [também] o poder estatal legítimo, [isto é,] aparentemente *democrático*" (Fraser, 2018, p.157). Isso não significa que o capital tenha ficado restrito às fronteiras nacionais; pelo contrário, como a história mostra, sua capacidade de atravessar fronteiras conjuga a formação de um direito internacional (quando ocorre de modo pacífico), mas também mobiliza todo um aparato militar e fomenta golpes e guerras para assegurar a estrutura de um sistema político-econômico multiestatal. Neste sentido, o capitalismo depende de uma força que lhe é externa: a política institucional. Na medida em que poder político e poder econômico se separam,

tende a ocorrer uma desestabilização das bases dessa relação, revelando uma contradição política inerente à estrutura profunda da sociedade capitalista:

> Assim como a(s) contradição(ões) econômica(s) salientadas pelos marxistas, também essa contradição política baseia uma tendência de crise. Nesse caso, porém, a contradição não está localizada dentro da economia capitalista, mas na fronteira que separa a economia da política e, ao mesmo tempo, conecta aquela a esta. Nem intraeconômica nem intrapolítica, a contradição é *entre* aquelas duas importantes partes constitutivas da ordem social capitalista – ou, melhor, entre suas respectivas dinâmicas e bases normativas (Fraser, 2018, p. 160).

De um lado, funcionalmente, a dinâmica da economia capitalista se centra na acumulação ilimitada e na apropriação privada de mais-valor; de outro, ela é normativamente sustentada pela impulsão da política em desenvolver reservas de apoio público para legitimar o uso das capacidades de ação estatal favoráveis à acumulação. Assim, "enquanto a economia valoriza o crescimento, a eficiência, a escolha e a liberdade negativa, a política apela ao interesse público, à igual cidadania, à legitimidade democrática e à soberania popular" (Fraser, 2018, p. 160). Essa relação, contudo, é muito instável. Em alguns momentos os arranjos eleitorais inclusivos, as regulações fracas ou mobilizações populares podem servir como uma força estabilizadora, assegurando a lealdade das massas ao sistema e pressionando as elites sobre a necessidade de arrefecer o ímpeto acumulador. Em outros momentos, contudo, os interesses empresariais se desprendem o suficiente do controle político e se voltam contra ele, de modo que a "economia invade a política, destruindo gradualmente o poder público e desestabilizando as próprias agências políticas das quais o capital depende" (Fraser, 2018, p.161). Nessa forma parasitária – típica da dinâmica do capital em todas as suas dimensões –, a crise política se agrava e resulta em dois possíveis resultados: tanto pode ocorrer uma *crise administrativa*, uma crise na qual os poderes públicos tornam-se incapazes de governar efetivamente ou fazer frente ao poderio do capital, quanto uma *crise de legitimação*, na qual a opinião pública se volta contra um sistema político e econômico disfuncional que não realiza suas promessas, de modo que as forças populares são mobilizadas contra o esvaziamento dos poderes públicos e a favor das garantias básicas de uma existência digna.

Diante do aquecimento global e do poderio da financeirização, Fraser argumenta que os Estados do centro estão passando hoje por uma crise administrativa. Contudo, há motivos para que estivessem também passando por uma crise de legitimação de mais graves consequências, o que ainda não se observa totalmente. Para compreender o tipo de crise atual, na leitura de Fraser, é necessário ir além de Habermas e efetuar uma análise política mais

densa. A autora encontra os meios para essa análise na obra daquele que "é o mais político dos pensadores marxistas, a saber, Antonio Gramsci" (2018, p. 169). Segundo ela, o par conceitual *hegemonia* e *contra-hegemonia* permite uma compreensão mais adequada da problemática atual:

> Hegemonia pode ser entendida como a face discursiva da dominação, o processo pelo qual uma classe dominante estabelece sua autoridade e naturaliza sua dominação por meio da instalação de pressuposições da sua própria visão de mundo como o senso comum da sociedade como um todo. Contra-hegemonia, por sua vez, é a face discursiva de uma oposição que é suficientemente robusta e autoconfiante para montar uma abrangente contestação das suposições dominantes acerca da realidade social (Gramsci, 1971). O que baseia as visões de mundo hegemônicas – e suas rivais contra-hegemônicas – são suposições sobre as posições de sujeito e as capacidades de *agir* disponíveis para os atores sociais; sobre as responsabilidades próprias e as reais capacidades [*capabilities*] dos *poderes públicos;* sobre a estrutura e o funcionamento da *ordem social* reinante; sobre os princípios e os enquadramentos de *justiça* com os quais aquela ordem deve ser avaliada; e sobre a disponibilidade *histórica de alternativas* desejáveis e realizáveis (Fraser, 2018, p. 169).

Para Fraser, a partir do arsenal teórico-conceitual desenvolvido até aqui, o que irá determinar se uma crise administrativa passa a ser uma crise de legitimação "é não apenas uma disposição abstrata para a justificação normativa, mas o modo concreto pelo qual essa disposição é instanciada por via de suposições do senso comum a respeito do agir, do poder público, da sociedade, da justiça e da história" (Fraser, 2018, p. 169). Seguindo em sua argumentação, a autora aplica esses conceitos à crise do capitalismo administrado pelo Estado da década de 1970 e à sua atual configuração financeirizada nos países do centro. Neste último caso, tem havido uma tendência de esvaziamento da democracia em praticamente todos os níveis, de modo que muito se propala a palavra de ordem do capital de que não há alternativa (*There Is No Alternative – TINA*). Como afirma Fraser: "no admirável mundo novo do capitalismo financeirizado, os poderes públicos não podem prover soluções àqueles em cujo nome governam" (2018, p. 177).

A desdemocratização é, na visão de Fraser, estrutural e não contingente a esse regime de acumulação. Contudo, o diagnóstico da autora parece muito restrito ao contexto das experiências democráticas dos países do centro, acostumados com sistemas de representação e deliberação mais efetivos do que nos países periféricos, onde o autoritarismo é hegemônico e as instituições democráticas são frágeis diante dos desígnios do capital interno e estrangeiro. De certa forma, a ênfase colocada por Fraser nas disputas de hegemonia e nas possibilidades de transformação contra-hegemônica corresponde a uma radicalização do diagnóstico e da orientação das lutas políticas no contexto dos países do centro do capitalismo.

Quadro 6. Configuração do senso comum hegemônico no capitalismo financeirizado e suas possibilidades de transformação contra-hegemônica, segundo Nancy Fraser (2018)

	Hegemonia	**Contra-hegemonia**
Capacidade de agir	Autonomia privada dos indivíduos; "empreendedores de si mesmos"	Resgatar a ideia de sujeito democrático, copartícipe em práticas coletivas de liberdade política
Poderes públicos	Visto como inerentemente opressivo e ineficiente; "Estado babá"	Revalorizar a ideia de poder público, aliado a projetos de democratização transnacional e transparência
Ordem Social	"Não existe essa coisa de sociedade" (Thatcher); Escolha racional; Pós-estruturalismo	Concepção ampla de ordem social institucionalizada, com atuais divisões entre economia, política, sociedade e natureza
Justiça	Individualista, centrada no mercado; Políticas de identidade; "Cidadãos como consumidores"	Reenquadramento da justiça em nível transnacional, com arranjos institucionais que assegurem paridade participativa a todos/as/es
Alternativas históricas	Fim da história; TINA; "É mais fácil imaginar o fim do mundo, do que imaginar o fim do capitalismo"	Futuro aberto à invenção de novas possibilidades e às lutas de libertação e emancipação

Fonte: elaboração própria a partir de Fraser (2018).

Conclusão

A partir do quadro teórico apresentado neste capítulo, podemos agora nos voltar novamente para o papel que as lutas sociais desempenham na mudança social. Não há dúvidas – como afirma Fraser – de que apenas "uma ampla mobilização democrática pode fornecer a musculatura política indispensável em tempos de crise, quando o capitalismo deve reorganizar-se ou morrer" (Fraser, 2018, p.158). Porém, há muitas questões sobre como abordar os movimentos sociais em luta na atualidade, sobretudo em uma sociedade periférica como a brasileira. O fato de Fraser e Jaeggi, em seu debate sobre o capitalismo, não deixarem de discutir diversas formas de luta contemporâneas – como os movimentos anarquistas, *Occupy Wall Street*, movimentos pelo descrescimento, pós-coloniais, decoloniais, indígenas, movimentos antirracista, movimentos feministas, de diversidade, além de outros protestos por melhores condições de trabalho –, indica a importância da análise das práticas contestatórias e repõe a problemática da relação entre lutas e mudança social como uma possibilidade de contribuição desde a pesquisa psicossocial crítica. Por isso, para calibrar o diagnóstico de época, vamos nos voltar agora para a dinâmica da crise do capitalismo na realidade brasileira.

Capítulo 4. A dinâmica da mudança e as lutas sociais no Brasil

Introdução

No capítulo anterior vimos o modelo de teoria crítica da ordem social capitalista que vem sendo elaborado por Nancy Fraser e Rahel Jaeggi. Temos agora que nos perguntar em que medida esse referencial é de fato aplicável às sociedades de capitalismo periférico, como o Brasil, uma vez que as particularidades da dominação e opressão por essas terras foram muito sumariamente apontadas no diálogo entre as duas filósofas. Não é minha intenção realizar um ensaio de interpretação histórica da formação social brasileira, mas tão somente utilizar o quadro referencial apresentado como apoio para uma reconstrução narrativa de alguns dos velhos/novos problemas típicos de um país que ordinariamente desafia os limites da razão de quem tentar compreender o que por aqui se passa. A partir daí podemos nos voltar novamente para as lutas e a dinâmica da mudança social.

Para tanto, primeiro vamos ver como saímos da "base zero" da colonização e chegamos às contradições da experiência lulista do século XXI (1); em seguida, o período crítico do lulismo merecerá uma consideração especial, com destaque para a explosão de lutas sociais que vão do contexto das "Jornadas de junho" de 2013 à eleição de Bolsonaro em 2018 (2); por fim, vamos retomar o quadro interpretativo proposto por Nancy Fraser naquilo que concerne às lutas sociais e à dinâmica da mudança, agora em uma concepção expandida de luta de classe (3). O objetivo desse capítulo é tentar reconstruir as origens e a dinâmica das lutas constitutivas da forma de acumulação típica do capitalismo periférico brasileiro, de modo a ser possível conectar o enfoque histórico mais abrangente às expressões concretas de luta da atualidade.

1. Da "base social zero" ao lulismo

Segundo André Singer e Isabel Loureiro, citando o filósofo Paulo Arantes, o problema histórico do Brasil sempre foi: "como se civilizar a partir de uma espécie de *base social zero*"? (Singer & Loureiro, 2016, p. 9, grifos meus). Para puxar o fio de Ariadne dessa história, será necessário começar revisitando o período que vai da colonização à integração à ordem competitiva; passar pelo marco da Revolução de 1930, que introduz, em relativamente pouco tempo, as bases mais sólidas de uma modernização industrial semiperiférica com

democracia eleitoral de massas; mas, igualmente significativo, será reconstruir o contexto do golpe de Estado de 1964, assim como sua derrocada, com os movimentos sociais da década de 1980 e o advento da Nova República. Todo esse esforço apenas leva ao início de outro universo de contradições, como a instalação dos ditames neoliberais concomitantemente ao otimismo de uma Constituição Cidadã, no início da década de 1990. Finalmente, temos o período lulista com o sonho de integração pelo consumo e do ensaio de um novo republicanismo baseado na institucionalização da participação civil que, no contexto da crise global do capitalismo financeirizado, foi substituído por um projeto hiper-reacionário comandado primeiro por Michel Temer e depois por Jair Bolsonaro.

Sem dúvidas, há muito que se analisar em cada detalhe dessa intrincada história de continuidade e rupturas. Para os propósitos deste tópico interessam as pistas esquadrinhadas por Singer e Loureiro, pois podemos tomá-las como um bom ponto de partida para trazer o esquema conceitual fraseriano para a nossa realidade. Vejamos, então, muito esquematicamente, as mutações dos seguintes regimes de acumulação capitalista brasileira: 1) capitalismo mercantil, que vai do período colonial à P República (1500-1930); 2) capitalismo industrial-modernizante, que inclui o período getulista e democrático-populista (1930-1964); 3) capitalismo administrado pela ditadura militar (1964-1985); e 4) capitalismo financeiro-neoliberal, que inclui a experiência do lulismo (1989-2016).

1.1. Capitalismo mercantil

Do ponto de vista da experiência de vida na periferia, o surgimento da ordem social capitalista moderna, como parte de um sistema-mundo colonial, acontece na forma de um violento processo de invasão e extermínio/epistemicídio de amplas consequências. No caso específico do Brasil, podemos destacar duas fases ou etapas históricas de um mesmo regime de acumulação: a primeira vai de 1500 a 1808, e corresponde ao estabelecimento da administração colonial; a segunda compreende o intenso período "modernizante", que vai de 1808 a 1930, incluindo a monarquia portuguesa, o Império do Brasil e a Primeira República. A opção por esse esquema que coloca todos os acontecimentos do século XIX e início do XX no patamar "mais antigo" de acumulação capitalista toma como critério a mudança representada pela Era Vargas, que "conseguiu romper com o enorme retraso acumulado e abrir um período civilizatório . . . [no qual] Pindorama deixou de ser o velho fazendão atrasado do Império e da República Velha e deu saltos na direção do Primeiro Mundo"

(Singer & Loureiro, 2016, p. 9). No que segue, utilizarei principalmente dos trabalhos historiográficos de Boris Fausto (2001) e de Lilia Schwarcz e Heloisa Starlin (2015).

a) Economia x política

Vamos começar pela fase de acumulação mercantil do capitalismo que chega a *Terra Brasilis*. As expedições portuguesas em Ultramar buscavam colher o máximo possível de recursos para alimentar o estilo de vida que se desenvolvia na metrópole. Inicialmente, a Coroa portuguesa não tinha interesse em ter qualquer gasto com a administração das terras recém-invadidas, começando por oferecer o sistema de capitanias e doação de sesmarias para alguns membros da baixa corte sob a condição de produção e pagamentos de tributos. O modelo de administração privada das capitanias fracassou e o poder foi aos poucos sendo retomado pela Coroa. Em 1549 é fundada a cidade de Salvador na Bahia de Todos os Santos e estabelecido o primeiro governo-geral com o objetivo de tornar produtiva essas terras, combater os indígenas rebeldes e catequizar os dóceis, além de proteger as fronteiras contra as ameaças de invasão e pirataria por outros povos europeus. A partir dessa reorganização político-administrativa-militar, a acumulação extrativista foi se espalhando pelo território e novas cidades foram se desenvolvendo à medida em que crescia o tráfico de escravizados africanos, provocando muitas modificações no padrão de acumulação e circulação de mercadorias, com momentos de maior e menor abertura para o mercado mundial nascente (Fausto, 2001).

O caso brasileiro guarda uma especificidade em relação às outras colônias, pois, em 1808, recebeu de improviso a corte portuguesa fugida das incursões napoleônicas na Europa. Esse fato singular de nossa história abriu um novo capítulo no modo como operou o capitalismo mercantil por aqui: enquanto o capitalismo liberal-concorrencial já vinha se estabelecendo no centro com as revoluções burguesas do final do século XVIII, no Brasil, a chegada da família real e a abertura alfandegária imposta pela Inglaterra, significou um casamento peculiar entre o arcaico e o moderno. De todos os principais processos de libertação que eclodiram na América Latina, apenas no Brasil não houve insurgência popular. Pelo contrário, a declaração de independência foi realizada pelo príncipe de Portugal, que manteve seus privilégios com a Coroa portuguesa e regressou à Europa pouco tempo depois. Além disso, as elites econômicas iam assimilando o ideário positivista e liberal europeu ao mesmo tempo em que relutavam ao máximo para abolir a escravatura. A Velha República, instituída pelo pacto entre parte da elite e dos militares, não rompe com esse modo de

acumulação simultaneamente arcaico e moderno, que só iria se transformar substantivamente na década de 1930. Por isso, é lícito pensar que o regime de acumulação capitalista mercantil – o mais antigo e violento, tanto no centro quanto na periferia – foi, no Brasil, muito mais longo e eficaz em formar uma divisão de classe baseada na superexploração, em minar as aspirações radicais à ideia de liberdade, em direcionar os excedentes sociais para uma minoria oligárquica e, sobretudo, em formar sua "força estruturante" por meio da colonialidade do poder e do imaginário da integração nacional.

b) Produção x reprodução social

Embora as relações de gênero no capitalismo mercantil europeu permanecessem em grande medida como eram antes, por aqui o impacto da invasão sobre a reprodução social foi drástico. No primeiro momento, a reprodução social – entendida como o quarto escondido da reposição da força de trabalho necessária para a produção – tinha como característica o fato de que os portugueses chegavam, em sua imensa maioria, homens adultos. No início o cuidado das novas gerações da "força de trabalho" ocorria nas aldeias indígenas nativas: eram as populações indígenas que recolhiam e trocavam o pau-brasil espalhado no interior do continente com os portugueses que já haviam acabado com os que existiam na região litorânea por onde passavam. Somente a partir de 1550, com o estabelecimento do governo-geral e com a chegada dos jesuítas, é que a ocupação da colônia começaria a se ampliar demograficamente. Portanto, é necessário compreender os impactos dessa relação entre os europeus que chegavam e as famílias tradicionais indígenas que já viviam nessas terras. A literatura feminista decolonial recente tem avançado nesse sentido apontando para os impactos ocorridos sobre as relações de gênero. Embarcar para o "Novo Mundo" funcionava como uma espécie de confirmação da "masculinidade aventureira" para os homens europeus que vinham em busca de riquezas, entre elas o comércio de mulheres indígenas enviadas à Europa como escravas sexuais. Além disso, causava surpresa aos europeus o fato de nas comunidades indígenas inexistir uma hierarquização substantiva das relações de gênero. Dessa forma, o estabelecimento da dominação e opressão de gênero ocorreu por um processo que Julieta Paredes (2010) denominou como *entronque patriarcal*, isto é, a convergência de tendências de dominação masculina já existentes entre os povos originários e aquelas trazidas pelos colonizadores. Maria de Lugones chama de "sistema colonial de gênero" esse processo de consolidação de uma forma periférica de dominação e opressão no âmbito da reprodução social (Castro, 2020). Essa perspectiva crítica complementa e faz avançar a historiografia

tradicional que já apontava lacunas sobre a relação entre homens e mulheres no período colonial. Boris Fausto (2001) destaca que a noção mais difundida de família no período colonial deriva dos estudos de Gilberto Freyre, isto é, o modelo patriarcal da família extensiva, constituída por parentes de sangue, agregados e protegidos, sob a chefia indiscutível de uma figura masculina. Ocorre que essa era a característica apenas da classe dominante da época, mais propriamente a classe dominante do Nordeste, pois entre os grupos de condição social inferior "a família extensiva não existiu e as mulheres tenderam a ter maior independência quando não tinham marido ou companheiro", sendo que, por volta de 1692, no Sul, as mulheres "assumiam a administração da casa e dos bens quando os homens se lançavam por vários anos às expedições do sertão" e, em 1804, em Ouro Preto, a maioria dos domicílios era chefiada por mulheres (Fausto, 2001, p. 36). No entanto, como observa Mary Del Priore (1994, p. 75) "mães e filhos viviam, juntos, a lenta evolução do processo de colonização" num contexto histórico-social em que se mesclavam abandono, relações de concubinato e forte intervenção da Igreja sobre os costumes.

No período da "modernização" brasileira, ao longo do século XIX, não houve de fato uma grande ruptura com os padrões de produção e reprodução social da fase colonial devido à permanência da instituição da escravidão, embora o contraste entre os papeis sociais tenha se acentuado com a crescente influência da cultura europeia "civilizada" na esfera dos costumes – ao menos entre as classes mais altas. A Constituição de 1824 não menciona as mulheres e, embora a chegada da corte portuguesa tenha dado início à formação de uma esfera pública moderna, com a criação da imprensa e a introdução de novos padrões de comportamento, na prática, apenas as elites possuíam algum acesso aos espaços públicos. A maioria da população vivia no campo, onde a violência patriarcal sempre imperou e a escolarização era muito restrita. Em 1872, quando começam a surgir os dados gerais sobre instrução, entre os escravizados "o índice de analfabetismo atingia 99,9% e entre a população livre aproximadamente 80%, subindo para mais de 86% quando consideramos só as mulheres" (Fausto, 2001, p. 134). O poder público estava voltado para a manutenção do privilégio masculino de acesso aos espaços de prestígio e poder, como, por exemplo, no âmbito da formação superior: as faculdades de Direito surgiram em 1827, em Recife e em São Paulo, mas nelas as primeiras mulheres só viriam a se titular em 1888 e em 1902, respectivamente. Apesar do declínio da escravidão desde a metade do século, o fim do temor das mulheres negras escravizadas de que seus filhos pudessem ser vendidos veio apenas em 1871, com a Lei do Ventre Livre. No mesmo período, com objetivo de embranquecer a população, o Estado brasileiro incentivou a imigração de famílias brancas europeias para substituir a mão

de obra negra nas fazendas, o que permitiu uma nova configuração das relações de cuidado e autoestima para essas famílias – algo que era bloqueado às famílias negras. Em poucas gerações, os filhos e filhas das famílias brancas encontraram portas abertas e começaram a prosperar, enquanto nas famílias negras as portas estavam quase sempre fechadas – exceto para funções subalternas e degradantes –, o que acabava por reproduzir padrões de violência do período colonial.

c) Natureza x sociedade

No que concerne à separação entre natureza humana e não humana, o regime de acumulação mercantil brasileiro foi marcado por um *continuum* de predação ambiental cujas consequências são sentidas até hoje. O primeiro ciclo, puramente extrativista, baseado na extração de pau-brasil, não era ainda muito significativo do ponto de vista do mercado mundial nascente, o que levou a uma rápida passagem para o ciclo da cana de açúcar, baseada na instalação de engenhos movidos pela "energia somática" de pessoas negras escravizadas. Com isso, o tráfico consolidou-se como um negócio rentável em si, além do cultivo de fumo e criação de gado. A revolução de São Domingos valorizou o açúcar brasileiro, assim como a guerra civil nos Estados Unidos impulsionou a produção de algodão, que ultrapassou o açúcar entre 1861-1870, sendo que ambas as culturas foram depois superadas pelo ciclo do café, até a crise de 1929 (Fausto, 2001). Junto com o crescimento desenfreado do setor agrícola ocorriam as incursões para o interior em busca de metais e pedras valiosas, levando à consolidação do extrativismo de mineração, cujo ápice foi o chamado "ciclo do ouro", no século XVIII. Por toda a América Latina, desde o princípio, os europeus foram acometidos pela "febre do ouro e da prata", que depois serviria para o progresso do capitalismo na Inglaterra, como mostra Eduardo Galeano: "o centro financeiro da Europa se deslocou de Amsterdam para Londres. Segundo fontes britânicas, as entradas de ouro brasileiro em Londres alcançavam 50 mil libras semanais em alguns períodos. Sem esta tremenda acumulação de reservas metálicas, a Inglaterra, posteriormente, não teria conseguido enfrentar Napoleão" (Galeano, 2010, p. 88, grifos do original suprimidos). Por onde passou esse afã de expropriação colonial, restou uma terra arrasada.

O período monarquista e da primeira República não foi diferente, exceto pela reconfiguração do mercado mundial. A "abertura dos portos para as nações amigas", em 1808, significou a entrada de vez do Brasil na ordem competitiva do capitalismo liberal que se encorpava na Europa e nos Estados Unidos, enquanto que, internamente, a organização da

predação da terra foi se desenvolvendo ao longo do século. Em 1850, a Lei de Terras constitui o marco inaugural do racismo ambiental, pois a partir daquele momento ficavam proibidas as sesmarias e todas as terras não ocupadas passavam a ser propriedade do Estado, de modo que as chances das famílias de ex-escravizados subsistirem por conta própria se tornava praticamente nula. Com o advento da República e o crescente interesse de integração à civilização ocidental europeia por parte da burguesia nacional, a adesão às ideias positivistas serviram para a construção do mito do país "gigante pela própria natureza", enquanto a massa da população assistia bestializada aos acontecimentos (quando alguma comunidade ousou se insurgir, foi barbaramente destruída, como em Canudos e Contestado). Neste domínio da acumulação capitalista, a questão da moradia assume um papel central, pois está diretamente ligada com a maneira como ocupamos a terra e a matriz energética necessária para o funcionamento das cidades adensadas. São emblemáticos o surgimento das favelas nos morros do Rio de Janeiro ocupados por uma maioria de famílias negras – muitas delas formadas por homens militares de baixa patente que esperavam ser recompensados pelo serviço à Pátria – e o caso da explosão demográfica de São Paulo, na virada do século XIX para o XX, seguida por uma intensa transformação da paisagem urbana, com a retificação do rio Tietê, instalação de indústrias, ferrovias e estradas, além da configuração de novas formas de "viver em risco" típicas da superexploração do capitalismo periférico (Kowarick, 2009).

d) Exploração x expropriação

Talvez o domínio mais importante para compreender a forma de acumulação capitalista no Brasil seja a relação entre exploração e expropriação, pois se refere diretamente ao modo como o racismo estrutura as relações sociais dentro e fora do âmbito da produção. Na sociedade colonial, vigorava um princípio de pureza de sangue segundo o qual os indígenas, mestiços e os cristãos-novos eram considerados impuros. Essa classificação racial foi modificada em 1733, com a Carta-lei que acabou com a distinção entre cristão antigos e novos, mas não extinguiu o preconceito. Ocorre que "o critério discriminatório se referia essencialmente a pessoas. Mais profundo do que ele, existia um corte separando pessoas de não-pessoas, ou seja, gente livre dos escravos, considerados juridicamente como coisa" (Fausto, 2001, p. 31). A distinção entre "gente" e "coisa" baseada em classificações raciais favorecia a dominação europeia em dois sentidos: de um lado, servia de justificação ideológica para o regime escravista baseado na violência contra diversos povos africanos e, de outro, gerava um ganho epistêmico para os dominadores brancos, que passam a se ver como

os vencedores do processo histórico (Mills, 2017). Na realidade, o racismo é um sistema de dominação e opressão estruturante da acumulação capitalista. Na fase mercantil, o motor da acumulação era a violenta expropriação da força de trabalho de homens, mulheres e crianças negras.

A "questão racial" permite entender a singularidade do período de "modernização" da sociedade brasileira e suas "ideias fora do lugar". Desde a fuga da família real e sua corte de Portugal para o Brasil, em 1808, havia pressão da Inglaterra para que acabasse o tráfico negreiro no Brasil, pois o regime de acumulação liberal nascente na Europa já previa a necessidade de um mercado consumidor ampliado, embora a permanência da produção com mão de obra escravizada tivesse a vantagem de manter baixos os preços do açúcar e do algodão. Internamente, as aspirações à civilização exigiam das elites oligárquicas um preço que não estavam dispostas a pagar: a distribuição dos direitos de cidadania. Com uma espécie de coragem invertida, as elites brasileiras do século XIX preferiram conviver com a incoerência de falar publicamente sobre liberalismo econômico enquanto mantinham serviçais escravizados à sua disposição, do que correr algum risco de modificar a hierarquia de status estabelecida. A escravidão, contudo, não foi uma instituição mantida sem protesto. Ao contrário, houve constante luta por liberdade, sendo o quilombo dos Palmares e a revolta dos Malês dois grandes marcos dessas insurgências.

1.2. Capitalismo industrial-modernizante

Assim como ocorreu no centro do capitalismo, onde o regime mercantil deu lugar ao capitalismo liberal-concorrencial, também na periferia brasileira foram as contradições gestadas no interior do regime de acumulação anterior que progressivamente minaram suas bases para uma nova configuração, uma vez que a interconexão entre arcaico e moderno gera tensões estruturais em uma ordem social institucionalizada. Na realidade, não existe formação social totalmente "estagnada" – a não ser como recurso heurístico e interpretativo para a crítica social –, pois qualquer sociedade só pode sobreviver absorvendo suas pressões internas, assim como o processo de mudança depende da forma como se dá a organização institucional das atividades econômicas, socioculturais e políticas. Segundo Florestan Fernandes (2020), se, por um lado, a revolução burguesa no Brasil deixou para trás a divisão estamental típica da ordem senhorial monarquista em direção à integração das classes sociais na ordem competitiva capitalista, ela já nasce periférica e dependente, marcada por um modelo autocrático de "democracia restrita". As transformações políticas que configuram um

novo regime de acumulação capitalista puxado pela industrialização vão ocorrer no intenso período que vai da Revolução de 1930 ao golpe de 1964, em que o Brasil assistiu à intensificação da polarização política, o crescimento da participação eleitoral, passou por guerras dentro e fora de seu território, viu três cartas constitucionais serem escritas e inúmeras outras transformações que fazem com que esse período "continue a representar um enigma para os teóricos" (Singer & Loureiro, 2016, p. 9). Vejamos, então, alguns elementos dessa história a partir dos quatro domínios apresentados por Fraser.

a) Economia x política

O regime mercantil de acumulação, em seu momento mais avançado, já mostrava sinais de integração à ordem competitiva, porém era dependente dos interesses das elites agrícolas de São Paulo e Minas Gerais que se revezavam no poder. Uma ruptura no pacto por parte do grupo paulista em meio à crise econômica de 1929 levou a um realinhamento das forças políticas dominantes e acirrou a disputa entre São Paulo e a coalização formada por Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul. Júlio Prestes, o candidato paulista vencedor no pleito de 1930 não chegou a assumir, pois Getúlio Vargas tomou o poder das mãos de Washington Luis, utilizando-se do apoio político e militar que havia angariado. A reação dos paulistas veio na forma de um sangrento conflito civil que resultou na Constituição de 1934 e significou um avanço em relação ao sistema eleitoral anterior (restrito e comandado pela prática coronelista), com a instituição do voto secreto, do voto feminino e da justiça eleitoral, entre outras mudanças importantes que atendiam aos interesses dos paulistas, embora o poder tenha permanecido com Getúlio Vargas. O período getulista foi marcado por um Estado forte que operou grandes mudanças administrativas, porém não alterou substancialmente a divisão de classes. Em 1937, um novo golpe instaura o Estado Novo e acaba com o sufrágio, sem que haja uma ruptura com as práticas econômicas anteriores. Vargas contava com o apoio do Exército, da Igreja e da burguesia industrial. Além disso, acenava para as massas e controlava os sindicatos, instituindo a maioria dos direitos trabalhistas que vigoraram no Brasil. Criou os Ministérios da Educação e Saúde, favoreceu a abertura de universidades e montou uma verdadeira Máquina de Propaganda, cujo símbolo foi a criação do programa de rádio "Hora do Brasil". No período Vargas se intensifica a substituição do modelo de importação de mercadorias pela produção industrial e agrícola para consumo interno. Consequentemente, para qualificação da força de trabalho, houve algum declínio do número de analfabetos, que passou de 69,9% em 1920 para 56,2 em 1940, e um incremento de 60% no número de

estudantes de ensino superior entre 1929 e 1939 (Fausto, 2001). Com o esgarçamento dos acordos que sustentavam a administração getulista sem necessidade de legitimação eleitoral, sobretudo em relação aos seus sustentáculos militares, foi crescendo a insatisfação da burguesia que desejava uma alternativa liberal, mas não conseguia fazer frente à popularidade de Vargas junto às massas. A situação começa a mudar quando uma passeata da UNE, em 1943, "na qual os estudantes caminhavam de braços dados e com lenços na boca, simbolizando a supressão da palavra, foi dissolvida violentamente pela polícia. Morreram duas pessoas e mais de vinte ficaram feridas, provocando uma onda de indignação" (Fausto, 2001, p. 212). A deposição de Vargas se deu em contexto complexo de disputas políticas, interferência dos Estados Unidos e crescimento do populismo com o movimento "queremista". Foram realizadas, em dezembro de 1945, novas eleições, com grande interesse da população. Para fins comparativos, a última votação direta para presidente havia sido em 1930, com 1,9 milhão de eleitores, representando 5,7% da população total; já no pleito de 1945, foram 5,9 milhões, representando 13,4% da população. Esse número só cresceu nos anos seguintes: 7,9 milhões em 1950, 8,6 milhões em 1955 e, finalmente, 11,7 milhões em 1960 (Fausto, 2001, p. 241). Em 1946, foi promulgada uma nova Constituição. Na década seguinte o nacionalismo cederia lugar a uma política desenvolvimentista de ampliação do setor industrial, sobretudo com a indústria automobilística, na gestão JK: "entre 1955 e 1961, o valor da produção industrial, descontada a inflação, cresceu em 80%, com altas porcentagens nas indústrias do aço (100%), mecânicas (125%), de eletricidade e comunicações (380%) e de material de transporte (600%)" (Fausto, 2001, p. 236). Nesse período o Brasil rompeu com o FMI e assistiu ao avanço dos movimentos sociais como as Ligas Camponesas e a Juventude Universitária Católica (JUC), além de um aumento exponencial das greves, que saltaram de 31 em 1956 para 172, em 1963. Nesse contexto, a renúncia de Jânio Quadros, no mesmo ano em que assumiu o cargo, em 1961, provocou um momento de instabilidade política com a tentativa de instauração do parlamentarismo e com depois a insatisfação da burguesia e dos militares com o governo João Goulart. Jango, por sua vez, aproveitou a janela de oportunidade que se abrira para intensificar as reformas demandadas pelos movimentos sociais, contornando os freios do Congresso e convocando amplos comícios, o que era visto pelos setores conservadores como "ameaça comunista": "as bandeiras vermelhas pedindo a legalização do PC, as faixas exigindo a reforma agrária etc. foram vistas pela televisão, causando arrepios nos meios conservadores" (Fausto, 2001, p. 254). Jango prosseguiu assinando decretos de interesse social, como a autorização para desapropriação de refinarias de petróleo e propriedades rurais subutilizadas, além de esboçar

uma reforma urbana – um verdadeiro espantalho para a classe média da época, temerosa de perder seus imóveis para os inquilinos – e outras medidas que alteravam a cobrança de impostos e estendia o direito de voto aos analfabetos e aos inferiores das Forças Armadas. A reação veio com um sinal de tempestade: "a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada em São Paulo, a partir das associações das senhoras católicas ligadas à Igreja conservadora. Cerca de 500 mil pessoas desfilaram pelas ruas da cidade a 19 de março, em uma demonstração de que os partidários de um golpe poderiam contar com uma significativa base social de apoio" (Fausto, 2001, p. 254). O golpe militar veio no final do mês, patrocinado pela burguesia interna e sob a bênção dos Estados Unidos.

b) Produção x reprodução social

No regime de industrialização brasileira, a reprodução social foi se transformando em compasso com o desenvolvimento da produção, embora a separação entre as duas esferas não tenha sido tão drástica como fora nos países europeus um século antes. Nas elites, as mulheres brancas eram relativamente dispensadas do trabalho doméstico e de cuidado – que sempre fora delegado a outras mulheres, mais pobres, geralmente negras e pardas –, de modo que havia alguma liberdade para transitar por espaços da alta sociedade, onde se destacavam pela atuação filantrópica. O exemplo de maior destaque foi a primeira-dama, Darcy Vargas, que funda, em 1942, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), a primeira instituição de assistência social brasileira, para atender as famílias dos pracinhas enviados para combate durante a Segunda Guerra. Já o "aumento das donas de casa", que vai se estabelecer como padrão normativo para todo o restante da sociedade, ocorre fundamentalmente na classe média, sobretudo entre as esposas dos trabalhadores protegidos. Serão essas mulheres, em sua maioria brancas, que vão desempenhar o trabalho não pago do cuidado dos filhos, o que naquela época significava uma possibilidade concreta de mobilidade social[50]. Entre a maioria da população, contudo, prevalecia a luta contra a precariedade, que atingia mais fortemente as famílias negras. Enquanto nas famílias brancas pobres o conservadorismo católico dominante associado à possibilidade objetiva de integração e mobilidade fazia com que fossem valorizadas a educação rígida e o trabalho intelectual, entre as famílias negras os mesmos valores estavam presentes, porém não as mesmas oportunidades para realizá-los. Pelo

[50] Um exemplo da vida cotidiana de algumas dessas famílias na cidade de São Paulo foi contada por Ecléa Bosi em seu *Memória e Sociedade* (Bosi, 1994). Outra pesquisa fundamental para compreender o período e que trata diretamente do recorte racial é o estudo de Virgínia Leone Bicudo *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo* (Bicudo, 2010).

contrário, quase sempre a família negra tinha que lidar com a herança de precariedade da escravidão e com a violência do preconceito cotidiano, de modo que, ao contrário do padrão da família branca, muitas vezes eram as mulheres que assumiam uma dupla jornada, enquanto os homens dependiam de subempregos ou viviam de trabalho ocasional.

c) Natureza x sociedade

No que concerne à transformação da matriz energética, houve intensas transformações urbanas no período. A ocupação das grandes cidades que iam se formando, como São Paulo, dava-se por padrões de segregação espacial com contornos muito explícitos, sendo o cortiço para os pobres, as vilas operárias para a classe média e as grandes habitações dos bairros centrais para a elite. Havia ainda uma dispersão de zonas periféricas com características rurais, conhecidas como arrebaldes (Kowarick, 2009). O modelo de "viver em risco" caracterizado pelos cortiços foi predominante até 1940, quando começa a ser substituído pelo modelo centro-periferia, impulsionado com substituição do bonde pelo automóvel. Com o aumento do consumo de energia, os rios Tietê e Pinheiros foram canalizados para instalação de hidrelétricas e começaram a surgir os bairros planejados e a instalação de parques industriais. No cenário nacional, a eletrificação ocorreu em consonância com o desenvolvimentismo levando a uma grande aceleração na construção de barragens e hidrelétricas. Também a exploração do petróleo, com a criação da Petrobras, em 1953, foi estabelecendo uma matriz energética exossomática baseada na alteração do curso dos rios – e a consequente destruição do seu entorno – e na queima de combustíveis fósseis requerida pela "civilização do automóvel". O plano de avenidas, em São Paulo, e a construção de Brasília são dois exemplos de como as cidades foram projetadas para servir à circulação de veículos.

d) Exploração x expropriação

O dado de dominação e opressão racista no Brasil é estridente. No período de ascensão do regime de acumulação industrial a competição por recursos escassos se acirrou entre pessoas que competiam com diferentes marcadores raciais, resultando em um benefício para quem é reconhecido como branco. Isso se deve à própria dinâmica da mudança dos padrões de extração de mais valor do trabalho. Com a queda da duradoura instituição da escravidão, a competição na sociedade salarial não apenas determinava o nível de vida de quem obtivesse maior êxito, mas também classificava quem recebia deferência e prestígio social. O período

pós-abolição foi marcado pelo ideário pseudocientífico de hierarquia entre raças como forma de justificação do privilégio branco e foi substituído a partir da década de 1930 pela primeira interpretação robusta da sociedade brasileira realizada por Gilberto Freyre, gerando como consequência o mito da democracia racial. Trata-se de um "mito", pois nunca houve tal igualdade de oportunidades entre diferentes racializações no Brasil. Mas esse "mito" possui fortes consequências práticas, de modo que o atravessamento do racismo nas relações sociais manteve-se presente por todos os períodos seguintes. Entre 1940 e 1960 os estudos sobre relações raciais perseguiram essa ideia de democracia racial, especialmente durante o "ciclo de estudos da Unesco" entre 1953 e 1956, que envolveram larga equipe de pesquisadores/as para tentar decifrar o enigma das classificações raciais no Brasil. A maioria dos resultados, limitados pelos referenciais teóricos da época, atestavam a inexistência de racismo semelhante aos moldes norte-americanos, mas enfatizavam as discriminações de classe social (Guimarães, 1999). Porém, como ressalta Antônio Sergio Guimarães (1999), é nessa época que surgem os primeiros ensaios críticos sobre relações sociais escritos por intelectuais negros militantes, tais como Guerreiro Ramos e Abdias do Nascimento. Poderíamos acrescentar a relevância histórica de Virgínia Leone Bicudo, mulher negra pioneira no estudo das relações raciais, que desenvolve pesquisa em psicologia social sobre os impactos da discriminação racial em famílias de classe média em São Paulo. Esse dado é importante dentro de um contexto em que a formação precária da cidadania acompanhava a distinção entre trabalhadores-cidadãos-exploráveis, no caso, os brancos, e trabalhadores-subcidadãos-expropriáveis, no caso, as famílias negras. A prova disso é o padrão de urbanização das grandes cidades no período, quando as famílias brancas angariaram posições e ocuparam os centros prestigiados e as famílias negras foram cada vez mais jogadas às margens, seja em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília ou onde for. Em síntese, podemos dizer que nunca houve capitalismo "liberal", de fato, no Brasil, pois do modelo mercantil-extrativista-oligárquico passamos a uma sociedade de hierarquia econômico-racial cujo debate público ficou bloqueado pela ilusão da integração miscigenada. Os efeitos dessa configuração somente seriam agravados no período posterior, com a modernização conservadora dos anos de chumbo.

1.3. Capitalismo administrado pela ditadura militar

Como observam Singer e Loureiro (2016, p. 11), "o golpe de Estado comandado pelas Forças Armadas em 31 de março de 1964 estreitou de modo brutal o horizonte de

expectativas. A partir do regime militar, a perspectiva da transformação rápida fechou-se, talvez em definitivo. Quando os civis retornaram ao poder, em 1985, um capitalismo bruto, ainda que tecnologicamente avançado, tinha se consolidado". Esse trágico período de nossa história deixou marcas profundas e ainda precisa ser melhor equacionado. Para alguns analistas, trata-se de uma espécie de "Estado suicidário", pois o ímpeto de acumulação ameaçou sobrepujar todas as suas condições de possibilidades, incluindo a vida mesma. Podemos dizer que a ditadura representou o ensaio da forma capitalista parasitária vigente no Brasil contemporâneo, cuja adequada compreensão é o primeiro passo para o enfrentamento.

a) Economia x política

De forma semelhante a toda nação periférica que não logrou uma revolução socialista, no período de tensão entre as duas superpotências mundiais, a burguesia interna teve que se ancorar em um Estado interventor para benefício da acumulação de capital, ainda que em tensão com os anseios democráticos. Enquanto nos países africanos esse processo ocorria concomitantemente com as lutas de independência, na América Latina os poderes públicos foram sendo tomados por ditaduras militares oligopolistas subservientes aos Estados Unidos e que constringiam a esfera pública tratando o próprio povo como "inimigo interno". Não houve experiência equivalente nos países europeus. Lá, os conflitos de classe eram atenuados pelo acordo entre o grande capital e um Estado Social que intervia desenvolvendo políticas sociais e atendia aos anseios democráticos, desde que dentro de limites aceitáveis de crescimento e acumulação. Por aqui, o Estado também jogou um papel de administrador da ordem social *vis-à-vis* os interesses das classes burguesas internas e externas, mas com a diferença que pode prescindir da – e combater a – democracia. Com o golpe de 1964, os militares começaram uma série de atos institucionais que, em 1967, estabeleceria uma nova Constituição e, em 1968, tornaria a ditadura um estado permanente. O poder estatal era controlado à mão de ferro pelos militares, reprimia greves, movimentos de esquerda, estudantes, censurava a imprensa, torturava e fazia desaparecer opositores – uma verdadeira "máquina de matar gente", como dizem Heloisa Starling e Lilia Schwarcz (2015) –, mas era apoiado pela elite e por uma classe média que viam seus ganhos acelerarem com um "milagre econômico" cuja explicação terrena era o crescimento puxado pelo setor de construção civil e pelo endividamento do Estado. A complacência civil foi peça-chave para que a ditadura espalhasse o medo e a tortura como um vírus e somente uma sequência de casos muito drásticos conseguiu recompor a esfera pública, como os assassinatos do estudante Alexandre

Vanucchi, do jornalista Vladmir Herzog e do operário Manoel Filho. Os movimentos da resistência armada eram perseguidos e neutralizados. No fim, a acumulação capitalista sustentada pela violência do Estado foi minada por sua própria dinâmica: crise do petróleo no mercado mundial, endividamento e inflação constantes, desigualdade brutal nas cidades e ausência de participação democrática. O capitalismo administrado pela ditadura no Brasil começou a enfrentar uma dupla crise administrativa e de legitimação na década de 1980, levando ao surgimento de grandes movimentos sociais – nas fábricas, nas periferias das grandes cidades e nas zonas rurais – que se espalhavam e se retroalimentavam para derrubar o regime e exigir democracia. Entre esses movimentos, à época, emergiu o Partido dos Trabalhadores, uma grande confluência de organizações de luta de esquerda.

b) Produção x reprodução social

No regime de acumulação administrado pela ditadura militar, houve alguma participação do poder público na reprodução social. José Murilo de Carvalho (2010) chama a atenção para o caminho "invertido" da expansão da cidadania no Brasil, pois no período do regime militar os direitos políticos e civis foram suprimidos ou reduzidos, enquanto alguns direitos sociais apareceram pela primeira vez. Nesse período houve a instituição de políticas sociais, como a criação do INPS – substituindo os Institutos de Aposentadoria e Pensões criados na Era Vargas –, a Renda Mensal Vitalícia (equivalente ao atual Benefício de Prestação Continuada), o Ministério de Previdência e Assistência Social (MPAS), a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), além de estender a previdência para trabalhadores rurais por meio do Funrural. No entanto, essas mudanças não significaram uma ruptura com os padrões do "mérito da necessidade", como diz Aldaíza Sposati – a humilhação de uma família pobre para provar que seus filhos estão suficientemente subnutridos para "merecerem" a ajuda estatal ou filantrópica –, pois os benefícios eram circunscritos às pessoas que possuíam carteira de trabalho, uma verdadeira "certidão de nascimento cívico", na expressão de Wanderley Guilherme dos Santos. Assim, com a desigualdade crescente, aumentava também o abismo entre as famílias "cidadãs" e as excluídas da cidadania. O processo de urbanização explodiu: em 1960 a população urbana era 44,7% do total, passando para 67,6% em 1980 – um acréscimo de cerca de 50 milhões de pessoas em um período de duas décadas. Nesse período ocorre um intenso declínio da taxa de fecundidade e alterações profundas nas configurações familiares, em função do aumento da escolarização e da inserção de mulheres na esfera da produção (Oliveira, Vieira & Marcondes, 2015). Na esfera pública,

mediam forças as tendências conservadoras que ocupavam o poder e os anseios de uma juventude inflamada pela contracultura pós-1968. Se, por um lado, a propaganda oficial da ditadura objetificou e hiperssexualizou a imagem das mulheres brasileiras no cenário internacional, por outro lado surgiram diversos movimentos feministas, ou movimentos de mulheres[51], especialmente após 1975 – o Ano Internacional da Mulher, promovido pela Organização das Nações Unidas –, que vão se espalhar por todos os cantos e ganhar força nas periferias urbanas, onde grupos organizados de mães lutavam por creches, moradia e saúde, impulsionadas pelas greves de trabalhadores da indústria entre 1978 e 1981. Essas lutas serão essenciais para a redemocratização institucional e a conquista da atual Constituição, em 1988.

c) Natureza x sociedade

A ditadura militar brasileira arrasou a natureza em benefício do capital. Os militares investiram na propaganda de que a Amazônia era inimiga da expansão econômica e da felicidade da nação, vista como um "inferno verde" que poderia se transformar em um "paraíso de oportunidades" (Melo, 2021). A construção da rodovia Transamazônica era um símbolo desse ímpeto desbravador que remetia à "mesma tática dos portugueses, que não pediram licença aos espanhóis para cruzar a linha de Tordesilhas", nas palavras de um comandante do Exército (Melo, 2021). Os trabalhadores eram superexplorados e estima-se que mais de 8 mil indígenas foram assassinados pelas forças armadas ou por jagunços ao longo do período militar. Houve também um forte incentivo à expansão da pecuária predatória, vista como progresso, que, na visão de Delfim Netto, nada mais era do que um ímpeto de destruição. A interrupção da reforma agrária esboçada no governo Jango foi sucedida pela concentração de terras nas mãos de uns poucos latifundiários que viram ampliar seu poder político por meio de antigos esquemas de corrupção, coronelismo e violência direta. Em contrapartida, os movimentos de luta camponesa se articularam contra os desmandos praticados pela burguesia e sua ditadura, tendo o apoio de alguns setores da Igreja Católica (Löwy, 2016). Um dos maiores símbolos da luta de resistência em defesa das florestas foi Chico Mendes, assassinado por fazendeiros. Nas grandes cidades, o discurso de defesa do meio-ambiente ganhava força com o avanço das descobertas científicas sobre o efeito estufa, e também por influência dos movimentos ambientalistas pulsantes nos países centrais no auge da Guerra Fria.

[51] No Brasil, em alguns círculos, expressões como "movimento de mulheres" ou "luta mulherista" possuem maior capilaridade e aceitabilidade pública do que a categoria político-analítica "lutas feministas".

d) Exploração x expropriação

A ditadura militar explorou o discurso do mito da democracia racial e forçou uma visão de Brasil depurada de racismo a tal ponto que por muito tempo as pesquisas de opinião indicavam que os brasileiros concordavam que havia desigualdade racial, mas jamais se viam como racistas. Aspecto fundamental da dominação baseada na ideologia de raça é a classificação discriminatória da força de trabalho. Nisso não houve alteração substantiva em relação aos períodos anteriores, pois as camadas mais pobres permaneceram sendo compostas por famílias negras superexploradas que ocupavam as periferias e eram tratadas como criminosas pelo simples fato de existirem. Um dado importante é que as periferias não são "guetos" à lá Estados Unidos, mas incluem grandes massas de famílias brancas despossuídas, principalmente de migrantes. Nesse caso, a branquitude é um dado de hierarquização importante (Schucman, 2012). Mas o período do capitalismo administrado pela ditadura também levou a fortes reações dos movimentos sociais, sendo o período em que se organizou o Movimento Negro Unificado, um dos mais importantes atores da luta antirracista e por democracia.

1.4. Capitalismo financeiro e o período lulista

Poucos episódios da história brasileira foram tão intensos politicamente quanto a década de 1980 – para os economistas liberais foi a década perdida, mas, do ponto de vista dos movimentos sociais, foi a década vencida. No entanto, enquanto novos atores entravam em cena na Nova República, as velhas oligarquias políticas se organizavam em torno do que André Singer (2018) denominou de "partido dos ricos" e "partido do interior", para fazer frente e frear o ímpeto do "partido dos pobres"[52] – uma exceção que confirma a regra foi a gestão histórica de Luiza Erundina à frente da prefeitura de São Paulo. Como ensinou Florestan Fernandes (2008), no capitalismo, os processos de mudança social são sempre disputas de classe cuja direção é atravessada por interesses objetivos na manutenção ou transformação da ordem social vigente, de modo que a classe dominante busca manter sua vantagem em relação às classes oprimidas. Nessa disputa, o capitalismo financeiro conseguiu manter sua hegemonia mesmo no período de esperança da classe trabalhadora com o lulismo.

[52] Veremos mais adiante a intepretação de André Singer (2018) sobre os "três partidos brasileiros".

a) Economia x política

O regime de acumulação administrado pela ditadura militar custou a morrer de todo. Os intensos movimentos da década de 1980 conseguiram um feito histórico sem precedentes: a promulgação de uma "Constituição Cidadã" em 1988. Mas a implementação dos direitos sociais previstos na Carta Magna não foram imediatos. Primeiro, com o governo Collor e, depois, nos governos FHC, os anos 1990 foram marcados pela consolidação do modelo financeirizado neoliberal privatista. Na disputa política, a burguesia não tinha mais os militares no comando para defender seus interesses, então o partido dos ricos (PSDB) teve que disputar o poder com o partido dos pobres (PT), tendo como fiel da balança o volátil partido do interior (PMDB). O jogo mudou de rumo em 2002, quando Lula vence as eleições pelo PT e dá início a uma administração singular que André Singer batizou de *lulismo*. O período lulista de nossa história merece uma consideração detalhada quanto aos efeitos sobre as lutas sociais, como veremos adiante. Convém apenas ressaltar que, ao fim e ao cabo, o padrão de acumulação capitalista permaneceu o mesmo *antes* e *durante* o lulismo, uma vez que a condução de políticas sociais compensatórias de redução das desigualdades dependia de superávits contínuos movidos pelo inchaço da dívida pública e, consequentemente, o endividamento do Estado. Para Ruy Braga, em contraste com a leitura mais otimista de Singer, "*o lulismo representou a cristalização do atraso como técnica de dominação de classes*" (Braga, 2012, p. 225, grifos no original). O fim do lulismo começa com o abalo sísmico provocado pelas manifestações de junho de 2013 e desencadeia uma nova configuração das lutas sociais no Brasil.

b) Produção x reprodução social

No Brasil, nunca houve um "salário familiar" generalizado, nos moldes do padrão estadunidense e europeu, de modo que a passagem para o capitalismo financeirizado manteve a interconexão entre a esfera da produção e da reprodução social. De certa forma, as mulheres estiveram sempre integradas na dinâmica de exploração e expropriação, conforme o recorte racial. Com a contínua queda da taxa de fecundidade e a tendência crescente de desquites, separações e divórcios, o arranjo familiar do casal com filhos típico do início do século XX deixou de representar, em 2010, a maioria absoluta da população: enquanto em 1970, eram 67% dos brasileiros que viviam nesse tipo de conformação familiar, em 2010 esse número

passou a ser 48,3% (Oliveira, Vieira & Marcondes, 2015). Por isso, pode-se dizer que as mulheres, em cotidiana luta contra a opressão patriarcal, protagonizaram uma verdadeira "revolução silenciosa", conquistando mais espaço na esfera da produção e maior autonomia na vida privada. No entanto, embora os dados sejam favoráveis quando se compara a situação geral das mulheres brasileiras da década de 1970 com as de 2010, isso não significa que elas não sejam as que ainda recebem os menores salários e arcam com maior sobrecarga de trabalho. No período lulista as políticas sociais, de modo geral, e as políticas para mulheres, em particular, possibilitaram alguns ganhos relativos em termos de autonomia, como por exemplo, o impressionante impacto do Programa Bolsa Família, cuja titularidade do benefício, via de regra, era das mulheres (Rego & Pinzani, 2014).

c) Natureza x sociedade

No final do século, o debate sobre a preservação do meio-ambiente estava em voga e o Brasil era ator importante no cenário internacional, embora para a acumulação capitalista não fosse interessante reverter o padrão vigente. Assim, enquanto o "ambientalismo dos ricos" promovia eventos como a Rio 92 e já preparava o terreno para um capitalismo verde, na periferia o "ambientalismo dos pobres" tinha um parco alcance público e não impediu o avanço predatório do agronegócio durante as administrações FHC (que, de certa forma ironicamente, enaltecia as riquezas naturais na comemoração dos 500 anos do Brasil). No entanto, os movimentos de ocupação e pressão por reforma agrária, sobretudo do MST, conseguiram conquistar, de fato, um grande número de assentamentos rurais entre 1995 e 1998, ficando atrás somente do primeiro governo Lula (2003-2006), embora, ao fim e ao cabo, não tenha havido realmente uma reforma agrária (Cattelan, Moraes & Rossoni, 2020). No período do lulismo, o debate ambiental ganhou espaço e foram criadas formas de participação civil, além da incorporação de lideranças do movimento ambiental ao governo, sendo emblemático o caso de Marina Silva como ministra do Meio Ambiente (Losekann, 2012). No entanto, o lulismo foi um sistema político de duas portas: acenava aos pobres enquanto protegia os ricos. Assim, o montante maior de recursos públicos era destinado ao agronegócio, livre para predar a natureza em busca de aumento do lucro, enquanto o montante menor era destinado ao desenvolvimento da agricultura familiar – a maior produtora para o consumo interno. O principal símbolo do tratamento lulista à questão ambiental talvez seja a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira, no Pará. No final do período lulista, e após o golpe de 2016, houve um acelerado crescimento das queimadas e

desmatamento das florestas, observados pelos dados de satélite obtidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Assim, nos últimos anos, os movimentos ecológicos passaram a se organizar em diversas frentes, com conteúdos programáticos distintos, mas com o objetivo comum de enfrentar a crise climática antes que seja tarde demais.

d) Exploração x expropriação

O período da ditadura militar agravou as desigualdades de classe e raça: "o processo cumulativo de desvantagens socioeconômicas não só colocou a população negra na base da pirâmide social, como também revelou forte capacidade de reprodução, fazendo que diversas gerações desse grupo tenham maiores dificuldades de mobilidade social" (Lima & Prates, 2015, p. 188). A partir da década de 1990 as desigualdades raciais diminuíram, mas, dado o alto índice construído nas décadas anteriores, ainda são observadas taxas expressivas na década de 2010 (Lima & Prates, 2015). Como aponta Dennis de Oliveira (2021), o movimento negro e antirracista cumpriu um papel fundamental para o enfrentamento da tendência de expropriação generalizada do capital financeirizado no Brasil quando, em 1995, marchou em direção ao Planalto Central em Brasília em celebração dos trezentos anos de Zumbi dos Palmares e forçou o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a receber uma comitiva e instituir um Grupo de Trabalho Interministerial para pensar políticas públicas de combate ao racismo. Era forçoso ao poder público reconhecer o que as elites dominantes escondiam: a existência de um racismo histórico e estrutural no Brasil. Como desdobramentos da luta institucional, nos anos seguintes, ocorreram alguns avanços: a criação, em 2003, da SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial); a promulgação da Lei 10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira e torna obrigatório o ensino de história da África e de cultura africana e afro-brasileira na educação básica (seguida, posteriormente, pela Lei 11.645/2008 que inclui a cultura indígena); o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/10); a implantação das cotas raciais e sociais nas universidades federais por meio da Lei 12.711/12 e das cotas raciais para os concursos públicos (Lei 12.990/14), que reservam 20% das vagas para a população negra; entre outras medidas específicas que facilitaram a entrada do debate antirracista[53] no funcionamento da política institucional. No entanto, as ações institucionais possuem limites.

[53] É importante ressaltar que o Movimento Negro, de modo geral, vem alertando para a necessidade de "combate ao racismo" e não apenas implementação de medidas de "igualdade racial", como acabou sendo adotado pelo governo no período lulista. A diferença central talvez resida no fato de que não parece possível levar às últimas consequências a luta antirracista sem enfrentar o próprio capitalismo como um todo.

Por meio do mecanismo da dívida pública, o capital rentista financeirizado drena os recursos que poderiam ser investidos em políticas públicas de enfrentamento dos efeitos da dívida social existente no país (Oliveira, 2021). No plano da cultura, a crescente tensão entre exploração e expropriação, entre classes dominantes e dominadas – sob mediação da repercussão do enfrentamento do racismo –, levou a um acirramento das contradições da acumulação e, consequentemente, uma profunda polarização política.

Quadro 7. Regimes de acumulação capitalista no Brasil por período de consolidação e crise

Regimes de acumulação	Período	Consolidação	Processos de crise
Capitalismo mercantil	1ª fase: 1500-1808 2ªfase: 1808-1930	Invasão portuguesa Administração colonial Monarquia / Império Primeira República	Resistência indígena Luta abolicionista Crise do café Lutas sindicais
Capitalismo industrial-modernizante	1930-1964	Era Vargas Populismo	Revolução urbana Reformismo "Ameaça comunista"
Capitalismo administrado pela ditadura militar	1964-1985	Golpe de 1964 "milagre econômico" AI-5 Tortura, desaparecimentos e assassinatos	Luta contra a repressão Contracultura Crise do petróleo Inflação Movimentos Sociais
Capitalismo financeirizado	1985-atual	Constituição Cidadã Reforma do Estado Lulismo Golpe de 2016	Junho de 2013 Operação Lava-jato Crise econômica Crise política Bolsonarismo

Fonte: elaboração própria.

2. Do Junho de 2013 ao Outubro de 2018: uma explosão de lutas sociais

No curto intervalo de tempo entre as mobilizações de jovens, em junho de 2013, e a eleição de Bolsonaro, em outubro de 2018, muita coisa importante aconteceu na política brasileira. A história acontece, às vezes, aos saltos. Em cinco anos, o Brasil "virou do avesso". Uma reconfiguração das forças politicas, perpassada por um golpe jurídico-parlamentar até então inédito, e uma sucessão de agravamentos da crise econômica, política e ambiental, fizeram os noticiários cotidianos soarem cada vez mais como surrealismo. As redes sociais de internet ganharam espaço e surgiram os "novíssimos movimentos sociais" (Gohn, 2018), enquanto a democracia institucional parece entrar em colapso.

Na visão de Rosana Pinheiro-Machado (Pinheira[54]), essas transformações profundas desafiam não apenas as análises sobre a dimensão estrutural, mas também sobre os impactos no nível da ação social, pois as pessoas se sentem cada vez mais "em um trem desgovernado . . . sem saber como *dar sentido*, *viver* e *combater* o caos diário" (Pinheiro-Machado, 2019, p.11, grifos no original). O cenário de desordem determinada lembra, em muitos aspectos, aquele descrito por Martín-Baró (2017c), em seu diagnóstico social sobre o voto em El Salvador, quando a participação cívica em uma política institucional esvaziada de sentido e de abertura real ao exercício do poder só poderia conduzir a um gigantesco processo de desmobilização social frente à dominação externa do imperialismo norte-americano. Mas, diferente do diagnóstico da ideologia fatalista dos anos 1980 – entendida como uma espécie de bloqueio ou impossibilidade da mudança social estrutural, ainda que com alguns rompantes de rebelião popular de tempos em tempos –, o fatalismo do século XXI parece configurar um tipo específico de impotência. No mundo da administração neoliberal financeirizada, conceitos como alienação e reificação foram resgatados pela teoria crítica contemporânea para ampliar as possibilidades de diagnóstico do presente.

Seja devido à aceleração social, à invasão das tecnologias digitais sobre a vida cotidiana ou à inabilidade de estabelecer relações adequadas com o mundo, com os outros e com nós mesmos, o fato é que a denúncia desse fatalismo contemporâneo não é mais privilégio da crítica pós-moderna, mas um problema concreto a ser enfrentado no nível das relações sociais e políticas (estrutura e ação interconectadas), a partir daquilo que Rahel Jaeggi (2014) chamou de *capacidade de apropriação de si e do mundo*. É precisamente isso que parece estar em jogo, nas lutas sociais contemporâneas: um impulso para romper com a vida falsa e alienada em direção à construção de novos sentidos de humanidade "em comum".

Como Pinheira faz questão de notar, a crise financeira de 2008 abriu uma fratura na estrutura global, produzindo um abalo sísmico no mundo para muito além da economia. Uma primavera global de protestos teve início, em 2011, no "mundo árabe", quando uma onda de revolta, impulsionada pelo uso das redes sociais, disparou uma sequência de protestos contra corrupção e o autoritarismo. No Egito, centenas de milhares de manifestantes ocuparam as praças por dias a fio até derrubarem o então presidente Hosni Mubarak. Essa onda de protestos teve impacto também em diversos locais, como nos pequenos vilarejos onde "vizinhos e famílias se reuniam nas casas para discutir problemas da comunidade e contestar a

[54] Para situar brevemente o cenário das lutas recentes, neste tópico vou acompanhar a cartografia da crise realizada pela intelectual pública feminista, Rosana Pinheiro-Machado (2019). Para facilitar a leitura no corpo do texto vou me referir à autora por Pinheira, que é a forma como ela se apresenta publicamente nas redes sociais de internet.

brutalidade policial" (Pinheiro-Machado, 2019, p.19). A chamada "Primavera Árabe" foi seguida por uma onda de protestos contra as duras medidas neoliberais adotadas em países europeus como Grécia, Islândia e Portugal. Nos Estados Unidos, o movimento *Occupy Wall Street* cresceu com a palavra de ordem "nós somos os 99%", em referência à crescente desigualdade de distribuição de renda que concentra a maior parte das riquezas nas mãos do 1% do topo da pirâmide. Os manifestantes demandavam medidas antiausteridade e de promoção de empregos, mas também defendiam uma nova concepção de democracia, cuja articulação seja horizontal e parta de baixo para cima. Ainda em 2011, milhares ocuparam as praças em Pequim e Xangai para reivindicar democracia e, em 2014 e 2019, milhões ocuparam as ruas de Hong Kong para protestar contra o governo chinês.

No contexto brasileiro, a explosão de protestos ocorre em junho de 2013, de forma um tanto inesperada, pois o lulismo estava vitaminado pelo sucesso nas eleições municipais de 2012 e o consumo e a renda flutuavam em níveis relativamente altos (Singer, 2018). No entanto, os acontecimentos das "Jornadas de Junho" seriam um divisor de águas ao cruzar diversos atores e interesses antagônicos que se condensavam no período lulista: a classe média ressentida, que não aceitava ter que dividir espaço com trabalhadores explorados que acediam ao consumismo, foi para as ruas se colocando no papel de corretora moral da política, especialmente pelo efeito do julgamento do mensalão amplamente propagado pela mídia, no segundo semestre de 2012; a juventude universitária e secundarista crítica do governo, que já ocupava as ruas e praças (e era reprimida pela polícia) a cada aumento na tarifa dos transportes desde a Revolta do Buzu, em Salvador, estava desejosa de encontrar formas de mobilização pela base e colocava o direito à cidade como uma das suas principais bandeiras de luta; a massa da classe trabalhadora que aparecia nos radares como "precariado", "subproletariado", "batalhadores" ou "nova classe C" também já vinha se mobilizando em defesa de seus pequenos ganhos; a burguesia, por sua vez, começava a estranhar os rumos do governo Dilma – sobretudo quando, na noite de 30 de abril de 2012, a mandatária dedicou seu pronunciamento relativo ao 1º de Maio para atacar o sistema financeiro (Singer, 2018). As tensões foram escalonando, impulsionadas pelo ativismo midiático contra o governo e pela repercussão instantânea dos acontecimentos nas redes sociais de internet.

Para a juventude que estava nas ruas nas primeiras manifestações daquele mês histórico, segundo Pinheira, é possível falar em um "redimensionamento da vida" que rompeu com o individualismo e a alienação do cotidiano. Isso pode ser exemplificado por frases desses ativistas em diferentes municípios brasileiros quando afirmam: "*me senti viva novamente*"; "*minha vida era falsa, Junho é esperança de vida*"; "*tudo faz sentido quando*

estamos juntos, e a vida nunca mais será a mesma"; "*Caraca! A gente tá vivo, porra!*" (Pinheiro-Machado, 2019, p. 27).

Assim, do ponto de vista do quadro político geral, Junho de 2013 rachou o país no meio, pois as ondas de manifestações foram acentuando a polarização entre direita e esquerda. Mas, do ponto de vista da vivência política e das lutas sociais, houve também um impulso à participação política, provavelmente sem paralelos até então. As forças à direita foram as que melhor conseguiram aproveitar da situação para consolidar a formação de uma "nova direita" conectada nas redes, mas que também vai às ruas e forma seus próprios quadros militantes (Rocha, 2018). À esquerda vimos surgir uma nova onda de ativismos, estratégias de mobilização, diversificação das pautas e engajamento político cujos efeitos seriam visíveis nos anos seguintes com as ocupações estudantis, as lutas feministas, LGBTQI+, antirracista, indígena, entre outras.

Um aspecto fundamental nesse processo de redefinição das lutas sociais em nosso tempo foi a presença das redes sociais nos levantes das ruas e o consequente reflexo das ações das ruas nas redes sociais de internet. Em dezembro de 2013, um grande número de jovens periféricos de São Paulo anunciou no Facebook que daria "um rolê" para passear, se divertir, namorar e comprar no Shopping Metrô Itaquera. Milhares de pessoas confirmaram presença. No início de 2014, esses "rolezinhos" não paravam de crescer, se espalhando por todo o Brasil e acendendo mais uma vez o debate público sobre as possíveis motivações políticas daquela juventude: afinal, a "revolta do rolê", era de esquerda ou de direita? Pinheira chama a atenção para a ambiguidade dos rolezinhos: "eram manifestações juvenis ambíguas que misturavam impulso de contestação política *e* desejo capitalista hedonista" (Pinheiro-Machado, 2019, p. 48). A disputa em torno do sentido político dos rolezinhos fez parte de um momento de virada histórica do país, pois aqueles jovens passariam a ser pressionados a seguir para algum dos lados da polarização, que se acentuaria em 2014.

O ano de 2014 marcou o avanço da extrema-direita. Nas eleições, a vitória apertada do PT foi acompanhada pela composição do Congresso mais conservador da história da Nova República. O deputado federal Luis Carlos Heinze, o mais votado no Rio Grande do Sul naquele ano, declarou que quilombolas, índios, gays e lésbicas são "tudo o que não presta" (Pinheira, 2019, p. 68). Jair Bolsonaro, o mais votado por São Paulo, disse em plenário: "não te estupro porque você não merece", à deputada Maria do Rosário. Várias outras figuras da extrema-direita foram ganhando força naquele período não apenas na política institucional, mas também na imprensa e nas redes sociais. A apresentadora do SBT, Rachel Sheherazade defendeu o linchamento de um adolescente negro que cometeu um assalto e foi preso nu a um

poste por “justiceiros”. Fatos como esses fazem parte da gênese da figura ideológica do “cidadão de bem”, em uma verdadeira cruzada fascista contra a cidadania (Costa, 2021).

> A lógica fascista brasileira é difusa. Ela não é facilmente identificável, pois propaga um ódio mais pulverizado, direcionado a uma massa diversa. É animada por uma mídia que busca seus próprios interesses, uma polícia violenta, um movimento religioso fanático e uma elite *sui generis* que, na teoria, defende o liberalismo, mas na prática age para defender privilégios. Ao passo que a extrema direita geralmente vê seu povo como superior, e encarna o nacionalismo para tanto, o fascismo idiossincrático à brasileira não idolatra a si próprio, mas sim aqueles países que nos barram na imigração (Pinheiro-Machado, 2019, p. 71).

Nos anos de 2015 e 2016, a nova direita ocupou a esfera pública e foi muito bem-sucedida em canalizar os anseios de insatisfação popular – alguns falam em “manipulação do ódio de classe” – ao seu favor. As impressionantes manifestações que davam base social ao movimento golpista no Congresso Nacional eram construídas e patrocinadas pelo difuso movimento antipetista que ia às ruas para pedir do impeachment à intervenção militar. O “Movimento Brasil Livre” (MBL) é emblemático. Surgido como uma resposta jovem à direita para as manifestações de Junho de 2013 – a sigla “MBL” é uma oportuna paródia do “MPL”, Movimento Passe Livre, líder das revoltas contra a tarifa –, eles se apropriaram da linguagem das lutas de esquerda, criando uma nova estética para canalizar a insatisfação social simultaneamente contra e a favor do poder: *contra* a tendência desenvolvimentista e republicana do governo Dilma, mas *a favor* da ocupação do parlamento por seus próprios membros. Em 2018, eles apoiaram Bolsonaro e conseguiram eleger quatro deputados federais.

Em setembro de 2017, um exemplo bastante nítido da cruzada conservadora dos “liberais” brasileiros à busca de voto: a exposição *Queermuseu* de São Paulo e Porto Alegre foi cancelada em função de grandes manifestações contrárias por parte de grupos conservadores – sobretudo o “liberal” MBL – que rotulavam a arte exposta como “pedofilia”. No final, poucos realmente assistiram à exposição. No mesmo ano, a palestra da filósofa Judith Butler, especialista em gênero, também foi alvo de protestos, no Sesc Pompeia, em São Paulo: “algumas pessoas chegaram a levar um boneco de pano que representava a pesquisadora para ser queimado na frente do local onde aconteceu o evento” (Pinheiro-Machado, 2019, p. 79).

Em meio ao ativismo ou permissivismo protofascista dos “liberais” brasileiros, a mobilização do ódio como política produz ganhos práticos efetivos. Pinheira chama a atenção para o vínculo específico desse ódio político com a performance de gênero. Em um nível experiencial bastante forte, o ideário de extrema-direita encontra ressonância no “masculinismo” de figuras como o Jack Donovan que incorpora a hipermasculinidade em

suas aparições públicas. As ideias de Donovan são responsáveis pela radicalização da misoginia na extrema-direita norte-americana e ressoam por todo o mundo. Para os supremacistas masculinos, as mulheres são excluídas do estatuto de sujeito político – exceto como inimigo a ser combatido. Para eles,

> o globalismo e a civilização feminilizaram a raça humana, enfraquecendo a natureza viril do homem, que encontra sua essência na hostilidade. Recorrendo à filosofia de Nietzsche, ele [Donovan] naturaliza a escravidão e os genocídios e recomenda liberar as mentes tribais. O "tribalismo bárbaro", para ele, significa atuar em gangues e seguir a natureza predadora e violenta dos homens, criando comunidades de esportes, artes marciais e caça. Donovan é homossexual, mas repudia a cultura gay . . . [Os *Angry White Men*] São indivíduos que acham que merecem ganhar, mas pensam que tudo tem sido dado às minorias. São homens que se sentem humilhados e desonrados. O voto em Trump [e Bolsonaro] é um voto de raiva, mas é também um ato de fé na promessa de retorno a um passado perdido (Pinheiro-Machado, 2019, p. 90-93).

Mas nem tudo são trevas. Como Pinheira faz questão de enfatizar, a vitória da direita golpista, em 2016, e da extrema-direita odiosa, em 2018, não foi desacompanhada de uma reação à esquerda e do aparecimento de novas lutas progressistas, sobretudo de mulheres: uma primavera feminista. O reacionarismo conservador configura uma reação à crescente consolidação do feminismo, do antirracismo e da luta dos grupos LGBTQI+ que, nos últimos anos, atingiram um crescimento inédito no Brasil. Se, por um lado, as redes sociais impulsionaram a nova direita, por outro, elas favoreceram a emergência de uma quarta onda feminista. Alguns momentos são emblemáticos: a repercussão nas redes sociais de campanhas como #MeToo, #MeuAmigoSecreto e #EleNão são manifestações de uma cultura política densa que pode ser lida pela teoria crítica como lutas democráticas enquanto forma de vida (Melo, 2020). Destes, merece destaque o #EleNão, em 2018, que foi um ato histórico da politização das mulheres contra o projeto misógino da campanha bolsonarista. Como diz Pinheira, foi "um movimento extraordinário, de base, difuso e microscópico, que ao mesmo tempo organiza um ato político e serve de ponto de convergência para outras movimentações de mulheres, on-line e face a face" (2019, p. 172). No Facebook, o grupo Mulheres Unidas Contra Bolsonaro reuniu cerca de 4 milhões de mulheres em poucos dias. Depois esse grupo seria alvo do ataque de hackers, o que só reforça sua relevância política, embora não tenha sido suficiente para garantir a vitória de Fernando Haddad nas urnas.

A política institucional é complexa e as mulheres estão ocupando espaços. A partir de uma pesquisa realizada com Lucia Scalco na periferia de Porto Alegre, Pinheira destaca que a intensidade e disseminação do feminismo entre as adolescentes é crescente: "existe toda uma nova geração de feministas, e elas foram fundamentais na contenção do crescimento de

Bolsonaro no bairro em que moram. Muito antes de existir o movimento #EleNão, elas já enfrentavam seus pais, irmãos e companheiros e, assim, mudavam o voto de suas mães e avós, que por tradição seguiam a escolha dos maridos" (Pinheiro-Machado, 2019, p. 174-175). Essa maré feminista que ressoa nas bases, começa a "furar a bolha" da institucionalidade, elegendo mulheres de luta para o Legislativo: Áurea Carolina, Sâmia Bomfim, Fernanda Melchiona, Talíria Petrone, Joênia Wapichana, Mônica Francisco, Renata Souza, Erica Malunguinho, Isa Penna, o coletivo de mulheres Juntas, em Pernambuco, entre muitas outras foram eleitas, em 2018, para o parlamento nacional ou estadual. Em 2020, outras mulheres ativistas se elegeram nas Câmaras municipais, com destaque para as candidaturas coletivas, como a Bancada Feminista, em São Paulo-SP, a "Fany das Manas", em Garunhus-PE, as "Gurias" em Ijuí-RS, a "Coletiva de Mulheres", em Ribeirão Pires-SP, as "Mulheres Por + Direitos", em São Caetano do Sul-SP, entre outras.

Muitos outros exemplos de mobilização e luta social, de 2013 para cá, poderiam ser resgatados. Um aspecto comum é a rápida propagação pelas redes de internet e sua conexão com as ruas e com as disputas eleitorais. Pinheira (2019) comenta como a disseminação de mensagens via redes sociais – fossem elas artigos de opinião, análises científicas ou *fake news* – foi responsável por inflamar o debate público brasileiro nos últimos anos. Alguns conteúdos tornam-se "virais" muito rapidamente e refletem consequências práticas no cenário político, tanto para grupos de direita como para grupos de esquerda. As novas trincheiras de luta que surgiram nos espaços digitais passam a ser parte do objeto de qualquer análise interessada na dinâmica das lutas sociais contemporâneas.

> Por todos os lados, encontramos atos, protestos, indignação, reação e renovação. Em plena aliança de Bolsonaro com os grandes proprietários rurais, a Marcha das Margaridas de 2019 reuniu 100 mil mulheres camponesas em Brasília. Quando a prefeitura do Rio de Janeiro censurou os livros de temática LGBTQI+ a Bienal do Livro de 2019, uma multidão de jovens reagiu e – com a ajuda do youtuber Felipe Neto, que comprou 14 mil exemplares – transmutou um ato de censura em um ato de protesto, afeto e amor aos livros. A iniciativa #TinderDosLivros, de Winnie Bueno, já doou cerca de 1000 livros a estudantes negros em uma rede descentralizada e autogestada movida exclusivamente pela solidariedade (Pinheiro-Machado, 2019, p. 188).

Pinheira apresenta, além desses, muitos outros exemplos de resistência e possibilidade de "um horizonte para sonhar". Apostando nas "sementes de Marielle", a autora propõe um rumo para a renovação da esquerda brasileira, focada na potencialidade dos *slams* de jovens das periferias, das novas lideranças estudantis, feministas, indígenas, negras: "talvez falte ceder lugar a novas práticas políticas e figuras da política que estejam conectadas com as

formas de luta emergentes do século XXI. . . . Do colapso, reconstroem-se mundos e modos de vida" (Pinheiro-Machado, 2019, p. 189-190).

3. Retomando a teoria crítica das lutas sociais

Vejamos agora como essa reconstrução histórica se conecta com a teoria crítica do capitalismo entendido de forma expandida como uma ordem social institucionalizada. Fraser não está buscando apenas apresentar uma nova categorização para "enquadrar" a dinâmica histórica do capitalismo – embora isso sem dúvidas seja uma parte importante de seu diagnóstico crítico –, mas está interessada em desvelar "os desejos e lutas" do presente. Uma teoria crítica das crises do capitalismo desenhada como uma complexa trama de relações entre diferentes domínios da vida social e suas fronteiras (produção x reprodução, natureza x sociedade, exploração x expropriação – podendo cada "xis" ser entendido como uma fronteira) tem a vantagem de apontar para as lutas sociais contra-hegemônicas de uma forma igualmente complexa e, portanto, vantajosa para o entendimento do presente. Neste sentido, o modelo fraseriano permite ir além dos limites tradicionais (economicistas) da crítica prática do capitalismo centrada apenas no âmbito da luta de classes – sem abandoná-la – e introduzir uma noção mais dinâmica de *lutas de fronteira*.

Fraser aponta três diferenças de sua proposta em relação à leitura marxista ortodoxa tradicional:

1) O paradigma da luta de classes é excessivamente dependente do domínio econômico, colocando a contradição capital-trabalho como eixo único das lutas emancipatórias e libertadoras. Já na concepção expandida das lutas de fronteira, as formas de dominação e opressão que operam nos domínios do "plano de fundo" são igualmente centrais para as lutas *contra o capitalismo*. Assim, "as lutas contra o racismo, o imperialismo e o sexismo respondem a formas de dominação tão reais, injustas e profundamente arraigadas na sociedade capitalista quanto aquelas que dão origem às lutas de classe" (Fraser & Jaeggi, 2020, p. 186).

2) Decorre desse modelo uma necessária redefinição do "ponto central" das lutas, que no paradigma tradicional é a esfera da produção e, portanto, o sujeito revolucionário somente pode ser a classe trabalhadora, isto é, o proletariado. Ocorre que, há muito, a teoria crítica vem lidando com os limites dessa aposta no proletariado como o *único* sujeito revolucionário e tem percebido que, na verdade, há uma miríade de lutas sociais que ocorrem longe do ponto central da produção e se irradiam pelos outros domínios a partir de formas de opressão e

dominação que ocorrem em outros eixos, como gênero, raça e território. Isso não significa que essas lutas mais difusas sejam opostas às lutas de classe, mas que elas adensam os sentidos das possibilidades de transformação social e permitem falar em uma "visão expandida da 'classe trabalhadora' e uma compreensão alargada de 'luta de classes'" (Fraser & Jaeggi, 2020, p. 186).

3) Por fim, Fraser se vale das ideias polanyianas de "fronteiras institucionais" constitutivas do capitalismo, no sentido de conferir a essas relações fronteiriças uma posição privilegiada para a compreensão dos conflitos e objetos de contestação. Isso permite uma descrição mais "topográfica" das tensões constitutivas ao capitalismo: as lutas de fronteira não emergem apenas "de dentro" do domínio econômico, "mas nos pontos em que a produção encontra a reprodução, a economia encontra a política e a sociedade humana encontra a natureza não humana" (Fraser & Jaeggi, 2020, p. 187).

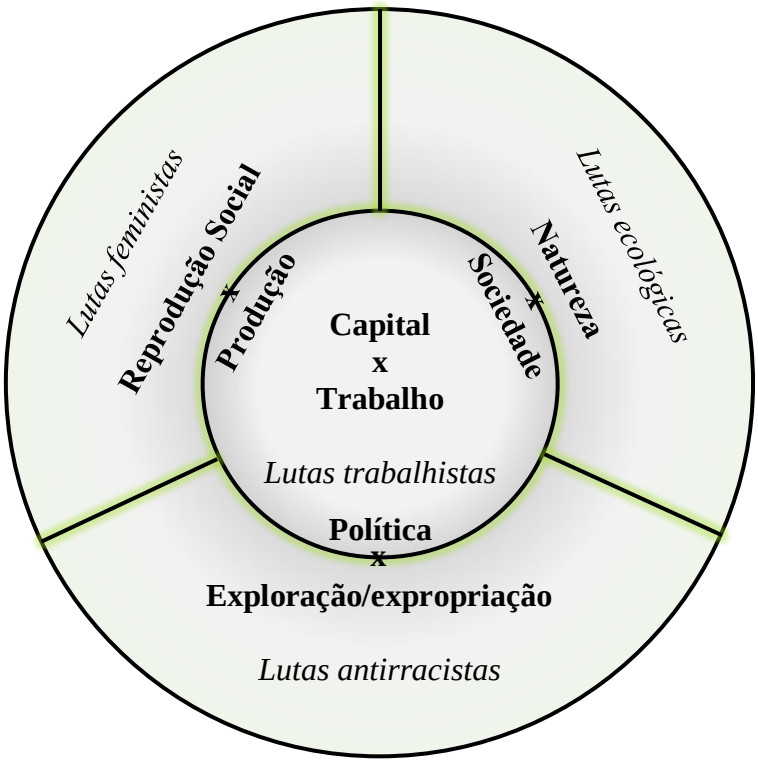
Desse modo, Fraser consegue assimilar o fato das lutas emergirem regularmente de múltiplos pontos, por vezes simultaneamente, no curso do desenvolvimento capitalista: "longe de serem um constrangimento teórico, [as lutas de fronteira] estão ancoradas na estrutura institucional capitalista – tão profundamente ancoradas quanto as lutas de classe em sentido limitado [isto é, na compreensão economicista]" (Fraser & Jaeggi, 2020, p. 187). Assim, *uma visão expandida de capitalismo implica, portanto, em uma visão expandida das lutas sociais no capitalismo.* Diz Fraser:

> Esse ponto tem uma importância prática muito grande. Por um lado, devemos esperar encontrar formas múltiplas de conflitos sociais estruturalmente ancorados que representam, ao menos em princípio, respostas pertinentes à crise do capitalismo e são potenciais fontes de transformação. Por outro lado, as lutas em questão são heterogêneas e não se harmonizam nem convergem automaticamente numa trajetória única, como a luta de classes supostamente faria na visão ortodoxa. Falando de um ponto de vista prático, portanto, minha visão do capitalismo oferece perspectivas expandidas e desafios intensificados (Fraser & Jaeggi, 2020, p. 187).

As fronteiras não são estanques, mas tendem a ser mais "duras" ou "moles" conforme a dinâmica das lutas intra e interdomínios. Os movimentos sociais são como "sensores" dos níveis de opressão e dominação presentes na experiência da vida cotidiana e ganham força de acordo com a configuração das disputas de poder em diferentes esferas institucionais. Mas é sempre uma experiência negativa de bloqueio de expectativa ou a constatação de que as normas vigentes são aplicadas de forma injusta ou prejudicial para indivíduos ou grupos que desperta a tensão social necessária para a luta, que pode emergir paulatinamente reunindo forças dispersas e reconfigurando a gramática das relações sociais ou em rompantes mais ou menos explosivos e contundentes na defesa de direitos e interesses. Em todo caso, não existe

luta grátis. Há sempre um preço a ser cobrado pelo acirramento das contradições do capitalismo.

Figura 7. Esquema das fronteiras entre primeiro plano econômico e condições de possibilidade do capitalismo enquanto ordem social institucionalizada



Fonte: elaboração própria a partir de Fraser & Jaeggi (2020).

Confrontada sobre se seu modelo expandido de lutas significa um acréscimo ou uma substituição à compreensão tradicional da luta de classes, Fraser responde que se trata de um modelo analítico mais complexo, em que há sobreposição e entrelaçamento entre o primeiro plano econômico e o plano de fundo das condições de possibilidade do capitalismo conforme a direção da crise. Trata-se, portanto, de um modelo orientado para a compreensão das lutas a partir da forma como a sociedade capitalista entra em crise. A tendência à crise é inerente a qualquer formação social capitalista, mas interessa à análise crítica principalmente os focos de agudização, que podem resultar ou não em uma crise geral, que Fraser chama de *metástase*.

Quanto à direção da ação dos movimentos sociais no quadro das lutas de fronteira, elas podem ser defensivas ou ofensivas, afirmativas ou transformadoras. As lutas defensivas são aquelas que visam repelir uma invasão interdomínio, isto é, são aquelas mobilizações que visam evitar a erosão de uma fronteira, por exemplo, visando impedir o avanço destrutivo da mercantilização sobre a natureza não humana. Já as lutas ofensivas são aquelas que

pressionam ativamente uma fronteira em direção à(s) outra(s), no sentido de expandir a influência de uma sobre a outra. Aqui a questão é apenas quanto ao sentido da luta, não tanto de grau de intensidade. A isso correspondem as orientações afirmativas e transformativas, que operam em dois eixos: reconhecimento e redistribuição. Dessa forma, de um lado, as lutas por reconhecimento, na perspectiva de Fraser, podem ser afirmativas, no sentido da afirmação de identidades políticas, ou transformativas, no sentido da desconstrução das políticas de identidade; de outro, as lutas por redistribuição podem ser afirmativas, no sentido da proteção institucional de um Estado de Bem-Estar liberal, ou podem ser transformativas, no sentido de uma radicalização socialista da distribuição do excedente.

Essa forma de mapeamento das características das lutas contra-hegemônicas é bastante útil para a análise funcional-estrutural das mudanças sociais no Brasil. No entanto, esse modelo não parece demarcar explicitamente os critérios normativos das transformações: como distinguir quando uma luta possui um sentido emancipatório/libertador? Para lidar com essa questão, Fraser propõe um "kit de ferramentas" com três princípios avaliativos para a análise das lutas sociais:

1) *Não dominação/opressão.* Uma vez que em todos os domínios da ordem social capitalista são institucionalizadas diferentes formas de dominação e opressão, as lutas sociais devem responder de modo a enfrentar tais situações. O princípio da não dominação exclui as alternativas de mudança que acabam por institucionalizar a subordinação de determinado grupo ou grupos sociais;

2) *Sustentabilidade funcional.* As propostas de transformação, para se efetivarem, têm de poder ser institucionalizadas em uma ordem social capaz de se estabilizar com o tempo. Do contrário, o estado de crise mina os resultados da luta e desestabiliza suas próprias precondições de existência. Logo, é necessário um grau de sustentabilidade que possibilite manter as vitórias dos movimentos sociais;

3) *Democracia.* Por fim, qualquer proposta aceitável de mudança social precisa ser institucionalizada como uma forma de vida democrática, isto é, na qual os participantes permaneçam capazes de refletir sobre ela, questioná-la, avaliar o que funciona ou não para eles, conforme seus interesses pessoais e coletivos e, se necessário, decidir por modificá-la, ampliando a cultura política democrática.

Quadro 8. Características das lutas sociais contra-hegemônicas

Quanto ao tipo	Quanto à intensidade	Quanto ao sentido da ação	Quanto aos critérios normativos
Lutas de classe Lutas de fronteira	Lutas afirmativas Lutas transformadoras	Lutas defensivas Lutas ofensivas	Não-dominação Institucionalização Democracia

Fonte: elaboração própria a partir de Fraser & Jaeggi (2020).

Com essa topografia e critérios, o modelo fraseriano oferece um interessante recurso heurístico para avaliar os movimentos sociais contemporâneos.

3.1. Lutas de fronteiras, lutas de classe

Com a formulação da ideia de lutas de fronteira, Fraser está buscando expandir o conceito de luta de classes para poder incluir as lutas que se passam nas dimensões ocultas da produção – mas que são suas condições de possibilidade. Assim, ao invés de contrapor as lutas que ocorrem na esfera tradicional do trabalho às lutas feministas, ecológicas ou antirracistas, o referencial teórico oferecido por Fraser permite tomá-las todas como a contraparte das tendências de acumulação da ordem social capitalista. Assim, as "fronteiras" são meramente analíticas, para distinguir os aspectos próprios de cada domínio constitutivo do capitalismo e suas correspondentes formas de luta: a) na produção, as *lutas trabalhistas*; b) na reprodução social, as *lutas feministas*; c) na natureza, as *lutas ecológicas;* e d) na exploração/expropriação, as *lutas antirracistas*.

a) Lutas trabalhistas

No Brasil, a luta de classes se intensifica na transição do período mercantil para o industrial-modernizante com a formação de uma classe trabalhadora assalariada e as primeiras organizações sindicais. Enquanto em alguns países da Europa e nos Estados Unidos as lutas operárias tiveram o papel civilizatório de atenuar a precariedade das relações de trabalho do início da revolução industrial e institucionalizar uma série de direitos de cidadania salarial fordista, a realidade brasileira foi muito diferente. Na avaliação de Ruy Braga (2012, p. 17), "em decorrência da mercantilização do trabalho, do caráter capitalista da divisão do trabalho e

da anarquia da reprodução do capital, a precariedade é constitutiva da relação salarial". Por aqui os conflitos de classe enfrentaram um tipo de regulação política de tipo populista no período industrial-modernizante, sendo substituída por uma regulação autoritária, em 1964, e depois por uma regulação neoliberal, a partir de 1989: "o próprio regime de acumulação transformou-se em objeto de sucessivos ajustes estruturais que, ao fim e ao cabo, asseguraram o nascimento do pós-fordismo financeirizado no país. Apesar do aperfeiçoamento do modo de regulação promovido pela burocracia lulista, esse regime de acumulação consolidou-se sem grandes contratempos ao longo dos anos 2000" (Braga, 2012, p. 23).

O diagnóstico de Braga, calcado no marxismo tradicional, indica que a luta da classe trabalhadora brasileira passou por momentos ofensivos e defensivos, que o autor analisa como momentos de consentimento, ora passivo, ora ativo, por parte das dirigências sindicais uma vez que estas, em momentos de crise, geralmente fazem a opção mais pragmática em defesa dos ganhos salariais. Essa posição resultou na formação de um classismo prático, mais afirmativo do que transformador; ou seja, até hoje a maior parte das lutas trabalhistas foi mais para defender alguns pequenos ganhos do que para subverter as relações de produção. Esse diagnóstico de certo conservadorismo reformista nas lutas trabalhistas não se aplica apenas às mobilizações urbanas – embora sejam as mais evidentes –, mas também às lutas rurais de reforma agrária em que, historicamente, um dos principais atores de organização das ligas camponesas foi a Igreja Católica (Martins, 2011). Em outras palavras, "a evolução das lutas de classes no país é, até o momento, reprodutivista e, em consequência, conservadora" (Braga, 2012, p. 224).

Isso não significa que não ocorram impulsos de rebeldia capazes de virar a mesa a qualquer momento. Devido à própria precariedade, é impossível às massas ficarem totalmente passivas frente à ordem social. Pelo contrário, há muita tensão presente no cotidiano da classe trabalhadora, eventualmente visível em rompantes de protestos que viram o avesso do avesso, como nas greves do setor de *call centers* ou nas lutas dos garis; mas há também um nível mais básico da luta ligada ao trabalho, que poderíamos chamar de dimensão cotidiana, e que diuturnamente repõe o senso prático da classe trabalhadora como uma classe "batalhadora" (Souza, 2012).

Quanto aos critérios normativos das (inúmeras) formas de luta de trabalhistas, o "kit de ferramentas" fraseriano permite refletir sobre os limites e possibilidades das formas tradicionais de movimento de trabalhadores. Em primeiro lugar, uma característica típica dos movimentos operários e organizações comunistas ao longo da história foi conseguir obter uma relativa sustentabilidade funcional, isto é, lograram uma institucionalização bastante estável –

e as contradições decorrentes, como a burocratização. Em segundo lugar, uma fragilidade crucial dessas lutas diz respeito ao critério da não-dominação, pois com frequência a experiência de militância operária é acompanhada de rigidez e hierarquia organizativa, muitas vezes reproduzindo formas de opressão de gênero e racial. Isso não significa que as lutas trabalhistas não façam autocrítica após receberem denúncias de movimentos feministas e movimentos antirracistas, mas que categorias tão amplas como "proletariado", "precariado", "batalhadores" etc., não são imunes às formas de dominação que operam nos outros domínios, para além do primeiro plano da produção. É certo, portanto, que a organização da classe trabalhadora – em sentido expandido – em luta contra a ditadura do capital poderá ser bem-sucedida, e este é o terceiro aspecto, somente se conseguir funcionar como uma forma de vida radicalmente democrática.

b) Lutas feministas

Costuma-se pensar que não havia lutas de mulheres no período da colonização, mas isso é um preconceito construído junto com outros mitos brasileiros, como a ideologia do indígena "preguiçoso" ou a democracia racial. Na realidade, cotidianamente as mulheres enfrentavam o poder colonial e eram repreendidas como "agentes da desordem" (Figueiredo & Magaldi, 1985). Como vimos, na periferia do capitalismo o processo de separação entre a esfera da produção e da reprodução social ocorreu por meio de um sistema colonial de gênero que paulatinamente foi mimetizando os padrões normativos de família burguesa que se formavam no centro do capitalismo. Por outro lado, no Brasil, assim como em outros países latino-americanos, durante o século XIX, surgiram formas coletivas de defesa dos interesses das mulheres, primeiro com a formação de uma incipiente imprensa feminina e depois com organizações feministas socialistas, anarquistas e liberais:

> Em fins do século XIX, as mulheres brasileiras incorporadas à produção social representavam uma parte significativa da força de trabalho empregada, ocupavam de forma cada vez mais crescente o trabalho na indústria, chegando a constituir a maioria da mão-de-obra empregada na indústria têxtil. Influenciadas pelas idéias anarquistas e socialistas trazidas pelos trabalhadores imigrantes espanhóis e italianos, já se podiam encontrar algumas mulheres incorporadas às lutas sindicais na defesa de melhores salários e condições de higiene e saúde no trabalho, além do combate às discriminações e abusos a que estavam submetidas por sua condição de gênero (Costa, 2005, p. 3).

Nesse primeiro momento, correspondente à primeira onda do feminismo, as lutas das mulheres eram defensivas e afirmativas – e de certa forma conservadoras – em relação à

divisão sexual do trabalho e aos papeis de gênero, pois "inclusive [elas] reforçavam esses papeis, estereótipos e tradições na medida em que utilizavam as ideias e representações das virtudes domésticas e maternas como justificativa para suas demandas" (Costa, 2005, p. 3). Essa forma de "feminismo bem comportado" iria obter conquistas importantes, como o direito ao sufrágio em 1934, mas permaneceria relativamente estável até o golpe de 1964, quando os movimentos de mulheres, juntamente com os demais movimentos populares, foram silenciados e massacrados pela ditadura. Mas, de certa forma, foi a própria repressão desenfreada que impulsionou a formação de novas lutas, de caráter mais ofensivo e transformador. No contexto de efervescência cultural de 1968, o padrão tradicional de hierarquias e papéis de gênero bem-definidos passou a ser cotidianamente desconstruído por mulheres que não apenas lutavam por sua liberdade de autodeterminação, mas precisavam resistir à violência institucional, cujas marcas de gênero apareciam nas formas de tortura que sofriam as mulheres militantes, não apenas pela violência sexual, mas também pela utilização da relação mãe e filhos como aspecto de vulnerabilidade feminina (Sarti, 1998, citada por Costa, 2005).

No contexto de abertura pós-1975 houve uma explosão de movimentos feministas autônomos, em que as mulheres se organizavam em grupos de estudo, clubes de mães, entre outras formas organizativas populares e começavam a levantar novas bandeiras, como os direitos reprodutivos, o combate à violência contra a mulher e a liberdade sexual (Costa, 2005). A partir de então, o movimento feminista brasileiro, com toda a sua heterogeneidade, proliferou-se não apenas nos espaços comunitários autônomos, mas também na forma de organizações não governamentais (ONGs) e em espaços institucionais do Estado.

Retomando o "kit de ferramentas", podemos dizer que, de forma geral, o movimento feminista logrou sustentabilidade funcional a despeito dos momentos de tensão entre feministas autônomas e aquelas que ocupavam os espaços institucionais do Estado, de modo que hoje há uma capilaridade e reciprocidade maior entre essas duas frentes. Isso nos faz perceber também que as lutas feministas são politicamente mais difusas e, consequentemente, tendem a ser mais democratizantes. No entanto, em relação ao primeiro critério, algumas formas de feminismo são vulneráveis à ideologia liberal e, por isso, podem aceitar a dominação de raça e de classe[55].

[55] Fraser chama a atenção para esse aspecto ao defender uma concepção crítica radical de feminismo para os 99%.

c) Lutas ecológicas

No domínio da relação natureza e sociedade, as lutas emergem com o processo global de reconhecimento dos limites dos recursos naturais e da destruição autoinfringida do planeta em que habitamos – o único habitável que existe. As formas de vida sustentáveis que existiam antes da invasão em 1500 foram perseguidas e quase aniquiladas, mas hoje são resgatadas como ensinamento que os indígenas têm a oferecer para que toda a humanidade sobreviva à catástrofe iminente. Ocorre que, desde a perspectiva da luta indígena em defesa da vida – não obstante a imensa variedade de povos –, não há "salvação" para essa "*uma* humanidade" que concebe a si mesma apartada da natureza comum e exclui todos os outros seres:

> essa humanidade que não reconhece que aquele rio que está em coma também é o nosso avô, que a montanha explorada em algum lugar da África ou da América do Sul e transformada em mercadoria em algum outro lugar é também o avô, a avó, a mãe, o irmão de alguma constelação de seres que querem continuar compartilhando a vida nesta casa comum que chamamos Terra (Krenak, 2020, p. 47-48).

É interessante notar que a cosmologia indígena leva a crítica ao cerne do problema, que não é apenas uma crise de civilização, mas, sobretudo, uma crise da *ordem social capitalista*. Michael Löwy (2013, p. 81), parafraseando Max Horkheimer, diz que "se você não quer falar do capitalismo, não adianta falar do meio ambiente, porque a questão da destruição, da devastação, do envenenamento ambiental é produto do processo de acumulação do capital". Essa crítica aponta para a fragilidade das lutas ambientalistas que emergem na segunda metade do século XX na Europa e nos Estados Unidos, e que ganham força no Brasil no período de crise da fase administrada pela ditadura militar. Surgem organizações de luta em defesa do meio-ambiente, entendendo que o avanço da fronteira da produção sobre a natureza não humana estava destruindo a biodiversidade do planeta. Essas lutas foram ganhando força conforme apareciam os achados científicos sobre os problemas do aquecimento global. Após a Rio 92, as lutas avançam para um patamar afirmativo da necessidade de uma justiça ambiental e forçam alguns governos a adotarem medidas de proteção ambiental. Mas, do ponto de vista da acumulação geral do capital, não houve compromisso algum para reverter o problema, que somente tem se agravado. As atuais lutas por justiça ambiental operam na lógica da afirmação do "desenvolvimento sustentável", mas suscetíveis à ideia de que é possível um "capitalismo verde". As críticas a essa forma de luta partem dos setores socialistas que entendem a crise ecológica como intrinsecamente atrelada à dinâmica de acumulação do capitalismo, não havendo alternativa real que não seja uma

alternativa radical – isto é, que vai à raiz do problema. Essa alternativa aparece na forma de lutas ofensivas e transformadoras em torno da ideia de ecossocialismo.

O ecossocialismo é apresentado como uma estratégia de luta, "uma estratégia de convergência das lutas sociais e ambientais, das lutas de classe e das lutas ecológicas contra o inimigo comum . . . a alternativa ecossocialistas implica, em última análise, uma transformação revolucionária da sociedade" (Löwy, 2013, p. 83-84). Essa luta é ofensiva na medida em que pressiona a fronteira da natureza não humana sobre a fronteira da produção afim de reduzi-la, e transformadora quando pressiona por "transformar, não só as relações de produção, as relações de propriedade, mas a própria estrutura das forças produtivas, a estrutura do aparelho produtivo . . . o estilo, o padrão de consumo, todo o modo de vida em torno do consumo" (Löwy, 2013, p. 82-83). Em síntese, trata-se de indicar a necessidade de uma transformação da ordem da mudança dos modos de vida, uma mudança civilizatória, pois o agravamento dos efeitos das mudanças climáticas altera o patamar da crítica que antes opunha como saída as alternativas entre "socialismo ou barbárie", na famosa intepretação de Rosa Luxemburgo. Agora, o que se nos impõe é a escolha entre "socialismo ou extinção". Neste sentido, é importante notar que mesmo entre grupos de ambientalistas mais moderados encontramos o reconhecimento de que o capitalismo é o causador do problema. A divergência parece ser de ordem programática e gira em torno da aceitação ou recusa do socialismo como forma de vida alternativa, o que abre espaço para outras formas de luta afirmativas e transformadoras, como a agroecologia e o ecofederalismo.

Podemos observar que, em sua pluralidade, as lutas ecológicas atendem em maior ou menor medida aos três critérios normativos indicados por Fraser. De um lado, da perspectiva ecossocialista, a não-dominação aplica-se a todas as formas de vida – natureza humana e não humana –, enquanto que, de outro, a não-dominação é direcionada apenas à preservação da natureza não humana – sobretudo na perspectiva do "capitalismo verde". Quanto à sustentabilidade funcional, isto é, aos graus de institucionalização, as lutas ecológicas também são flutuantes. Algumas pessoas que estão no poder são mais sensíveis às questões climáticas, outras agem deliberadamente a favor da destruição massiva da natureza "passando a boiada", enquanto outras, ainda, simplesmente ignoram o problema. Dessa forma, as lutas ecológicas não parecem ter conseguido obter o grau de institucionalização necessário para atender às suas próprias demandas, o que torna a questão ambiental uma das mais urgentes e negligenciadas de nosso tempo. Já do ponto de vista da possibilidade de construção de uma democracia radical, todas as formas de luta ecológica possuem – pelo menos em princípio – o potencial democratizador necessário para entendermos que, se não estamos socialmente no

mesmo barco, a maré conduz todo mundo em direção ao abismo, e, portanto, temos a chance de reverter o curso da história e construir *outra* civilização e humanidade, fundadas na solidariedade e na integração equilibrada entre natureza e sociedade.

d) Lutas antirracistas

O racismo é uma ideologia que configura um sistema de dominação e opressão histórico e estrutural, que se estabelece nas instituições, nas relações interpessoais e mesmo na dimensão pessoal da formação do S*elf* dos indivíduos – tanto das vítimas quanto dos que se beneficiam de seus efeitos. No período colonial do capitalismo mercantil, a violenta expropriação da força de trabalho de pessoas negras não ocorreu de forma passiva, mas em meio a inúmeras lutas, com destaque para a formação dos quilombos enquanto comunidades livres de resistência à escravidão. A modernização também foi acompanhada da intensificação das lutas antirracistas que ganhavam força com as rebeliões, as disputas jurídicas entre abolicionistas e escravistas, com a ampliação da população negra livre e a formação de uma imprensa negra no final do século XIX. A professora Jacqueline Botelho chama a atenção para a importância de ressaltar

> o protagonismo [do negro brasileiro] na luta abolicionista radical no passado escravista, na construção dos movimentos grevistas . . . no século XIX, na organização da luta quilombola, contribuindo fortemente para experiências de consolidação da classe trabalhadora, e em processos de resistência no campo da luta pela terra, trabalho e escola, durante a escravização negra e mesmo após a proibição do tráfico de escravos internacional (Botelho, 2019, p. 172).

Essas lutas podem ser consideradas como essencialmente ofensivas e transformadoras, pois visavam empurrar de volta a fronteira da produção que, desde o início da colonização, literalmente invadia os espaços racializados e tratava a população negra como expropriável. No entanto, com a abolição e o início da entrada da sociedade brasileira em uma ordem competitiva capitalista, ao invés de ocorrer uma passagem nítida da condição de pessoa-expropriável para a de cidadãos-exploráveis, houve um processo massivo de marginalização da população negra e o fortalecimento da ideologia do embranquecimento, compondo aquilo que Clóvis Moura nomeou de "escravismo tardio":

> Na transição para o trabalho livre assalariado, a sociedade brasileira se torna mais complexa, em especial no que tange ao racismo, que, elaborado pela elite branca brasileira, penetrou como ideário no seio da classe trabalhadora. Portanto, diante de uma sociedade classista e racista, cabe ao negro o papel potencialmente revolucionário de explicitar uma das mais efetivas contradições da modernidade brasileira: o mito da democracia racial (Farias, 2021, p. 46).

O enfrentamento do mito da democracia racial ocorre desde o princípio e por todo o período da acumulação industrial modernizante e da ditadura militar. Já em 1931, surge a Frente Negra Brasileira (FNB) – a primeira organização de âmbito nacional do movimento negro brasileiro –, na qual militou Abdias do Nascimento, considerado uma das maiores lideranças da luta antirracista no Brasil. Abdias do Nascimento, junto com outras lideranças, como Solano Trindade, teve uma intensa atuação político-cultural, sendo fundador, em 1944, do Teatro Experimental do Negro (TEN) "que publicava o jornal Quilombo, e oferecia curso de alfabetização, e corte e costura" (Botelho, 2019, p.186). Nesse período, o movimento negro organizado protagonizou muitas mobilizações e debates sobre a necessidade de mecanismos de combate ao racismo, conquistando, em 1951, a primeira lei antidisciminatória do país, em decorrência de um escândalo de racismo envolvendo a bailarina negra estadunidense Katherine Dunham, que fora impedida de se hospedar em um hotel em São Paulo (Botelho, 2019).

Em 1968, Theodosina Ribeiro foi eleita vereadora na Câmara Municipal de São Paulo, com a segunda candidatura mais votada. Foi a primeira mulher negra a ocupar o legislativo paulistano e, depois, em 1970, a ocupar o cargo de Deputada Estadual, na ALESP, onde exerceria três mandatos consecutivos. No entanto, durante a ditadura militar, a capacidade de ação do legislativo era muito restrita pelo governo central e, com o recrudescimento da repressão, diversas lideranças foram perseguidas. Abdias do Nascimento foi exilado e o movimento negro passou por uma reorganização. Em 1978, nasce o Movimento Negro Unificado (MNU), "inspirando-se na luta a favor dos direitos civis dos negros nos EUA e referenciando-se em movimentos de libertação dos países africanos, sobretudo de língua portuguesa, como Guiné Bissau, Moçambique e Angola" (Botelho, 2019, p. 187). A partir de então, o movimento negro começa a pautar intensamente a necessidade de uma efetiva democracia racial, que restituísse não apenas os direitos políticos, mas enfrentasse o racismo estrutural.

As lutas da década de 1990, e que se seguem nos anos 2000, passam a ser lutas afirmativas, sobretudo com a abertura de espaços institucionais, o que gerou novos desafios (Oliveira, 2021). Hoje, o movimento negro se complexificou e nos últimos anos o debate racial tem se institucionalizado (Coalizão Negra Por Direitos, Bancada Preta etc.) e ocupado a esfera pública também a partir da repercussão nas mídias e nas redes sociais, sobretudo de violências contra pessoas negras (George Floyd, Beto Freitas, Moïse Kabagambe, Genivaldo de Jesus, entre muitos outros exemplos atrozes). Enquanto algumas lutas permanecem

ofensivas, outras passaram a ser defensivas, visando proteger os direitos e as aberturas conquistadas pela população negra, com toda a sua diversidade, no sentido de possibilitar uma experiência de vida menos marcada pelo racismo. Ocorre que as defesas contra a invasão da lógica da produção sobre a cidadania são sempre muito frágeis no capitalismo. Por essa razão, Jacqueline Botelho analisa que seria necessário ao movimento negro contemporâneo

> superar o reformismo, elevar a luta contra o racismo à luta antirracista pela denúncia do racismo estrutural, combater a estratégia reducionista do "negro no poder", e o processo de cooptação que atinge parte dos dirigentes e militantes do movimento negro, engessando sua potencialidade como organizador da luta classista. A aproximação orgânica com a luta de classes como estratégia de ação do Movimento Negro, abre possibilidades concretas para a luta antirracista no Brasil, resgatando a construção do poder popular como elo central para o sucesso dessas ações (Botelho, 2019, p. 187).

Analisando do ponto de vista do "kit de ferramentas" de Fraser, podemos dizer que as lutas antirracistas no Brasil, de modo geral, tendem a ser essencialmente voltadas ao enfrentamento da dominação e da opressão ideológica baseadas no pressuposto de hierarquia racial, não obstante algumas formas de antirracismo serem vulneráveis a hierarquizações de gênero e de classe[56]. No critério de institucionalização funcional, a luta antirracista avançou e obteve conquistas significativas nas últimas duas décadas. Talvez o principal indicador de sua sustentabilidade funcional seja o crescimento do debate público sobre relações raciais, refletido no aumento de coletivos e organizações que discutem raça, mas também no reconhecimento da cultura, estética e inteligência negra para a democratização da sociedade. Além disso, a sustentabilidade da luta antirracista, assim como a luta feminista, opera no nível da sociabilidade cotidiana – algo que as lutas trabalhistas e ecológicas ainda enfrentam dificuldades – e se consolida como uma nova visão de mundo justo. Em relação ao terceiro critério, as lutas antirracistas, também como as lutas feministas, correm o risco de terem suas pautas cooptadas pela ideologia burguesa da vez – no caso, a ideologia neoliberal – e acabarem sendo restringidas em seu potencial transformador. É importante ressaltar que a luta antirracista não é uma atribuição apenas das pessoas negras, embora historicamente tenham sido – e é importante que permaneçam sendo – as protagonistas dessa luta. É igualmente importante problematizar o papel das pessoas brancas na reprodução do racismo e em sua desconstrução – algo que certamente será um longo processo de aprendizado. Talvez seja precisamente em função de sua radicalidade que a luta antirracista seja tão combatida pelo

[56] Entendo que o feminismo negro interseccional é um exemplo de que *no interior da luta antirracista* há, intrinsecamente, um debate antissexista e potencialmente anticlassista. No entanto, como em qualquer luta, muitas variações são possíveis.

poder hegemônico e o racismo permaneça arraigado de forma mais ou menos escancarada – sendo a necropolítica diária a maior evidência – junto com as desigualdades de classe, ponto nevrálgico do capitalismo.

Conclusão

Vimos neste capítulo que a história do Brasil é uma história de dominação e opressão, mas também de luta e resistência. Na verdade, a história de toda a América Latina é uma história de lutas e saberes[57]. Certamente há muitas outras frentes de luta – como as lutas LGBTQIA+, anticapacitistas, antiespecistas –, porém as lutas trabalhistas, feministas, ecológicas e antirracistas são, segundo a proposta de Nancy Fraser, aquelas que hoje melhor traduzem as respostas difusas à crise geral do capitalismo. A reconstrução da dinâmica das lutas, a partir do enfoque histórico, possibilita compreender o problema concreto enfrentado por militantes e ativistas que hoje se dispõem a construir uma oposição efetiva aos efeitos destrutivos do capital, entendido como uma ordem social institucionalizada que destrói a si mesma e, consequentemente, impede a construção de uma vida digna de ser vivida. Isso nos permite trabalhar com um diagnóstico abrangente sobre os desejos e lutas de nossa época. Precisamos, agora, situar melhor a dimensão em que as lutas são travadas pelos/as recentes mandatos/as coletivos/as no Brasil.

[57] Tentei apontar essa questão em discussão sobre o papel da psicologia latino-americana em evento realizado pelo PET Psicologia UFPR. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iPBVUUVXLYs&t=3638s.

Parte 3

Os âmbitos das lutas

Capítulo 5. Ruas e redes: mutações da esfera pública política

Introdução

As contribuições de Fraser são fundamentais para estabelecer um amplo diagnóstico das crises do capital, embora, como vimos, seja necessário ponderar o modo específico como se dão os processos de acumulação e de luta em sociedades periféricas como a brasileira. Nos últimos anos, a abordagem da autora passou a ser dedicada à crítica ampliada do capitalismo, em contraste com seus escritos mais antigos, voltados à crítica feminista dos limites da esfera pública, à defesa da paridade de participação e ao modelo integrado de lutas por redistribuição e reconhecimento. É interessante observar que, na evolução de seu diagnóstico, Fraser tenha caminhado politicamente para uma análise da disputa de hegemonia, assimilando e ampliando o modelo gramsciano. Esse deslocamento é coerente, tendo em vista a ascensão daquilo que a autora denominou "neoliberalismo progressista": uma junção entre a dominação neoliberal na economia e os anseios por reconhecimento. Para ela, o neoliberalismo progressista não opera apenas como justificação econômica, uma face "emancipatória" do capital financeirizado, mas configura um projeto político em busca de hegemonia. Por isso, na clivagem entre redistribuição e reconhecimento, o neoliberalismo progressista praticamente anulou o debate sobre redistribuição, apresentando as alternativas somente na esfera do reconhecimento, opondo tendências reacionárias e progressistas. Nos Estados Unidos, a vitória eleitoral de Trump representou uma ofensiva ainda maior do capital, substituindo as promessas do neoliberalismo progressista por uma espécie de populismo de direita que Fraser chamou de "neoliberalismo hiper-reacionário". Olhando dessa forma, faz todo sentido trabalhar com os conceitos de Gramsci considerando a necessidade de um posicionamento político radical. Fraser (2022) é enfática quanto a seu projeto teórico-crítico abrangente e unificado visar à construção das bases para um bloco contra-hegemônico de populismo de esquerda.

Embora tanto o neoliberalismo progressista quanto os populismos de direita não sejam um fenômeno exclusivo dos Estados Unidos – de onde escreve a autora –, chama a atenção que esse movimento tenha sido necessário para aperfeiçoar a crítica política da crise que assola as sociedades do centro do capitalismo no atual regime de precarização tutelada pelo mercado financeiro. Na realidade brasileira, a disputa de hegemonia ganha outros contornos, tendo em vista a maneira como a dominação sempre operou por aqui, com momentos de maior ou menor consentimento da classe trabalhadora, e modos contínuos de opressão e

ausência de direitos. Tanto que hoje muito se escuta falar de debates internacionais sobre "aprender com a experiência do Brasil" acerca do combate à miséria, em face ao processo de "brasilianização do mundo", isto é, de crescente concentração de riquezas e empobrecimento das maiorias populares. Desde a nossa experiência periférica de dominação e opressão histórica, as lutas sociais pela efetivação da democracia possuem um peso diferente, raramente chegando a efetivar uma cultura política com sólida proteção institucional[58]. Exagerando um pouco o modo como Fraser utiliza as categorias polanyianas, poderíamos dizer que, por aqui, sequer chegamos a ter um efetivo movimento duplo, pois nossa história de pequena transformação se deu em um movimento único no qual, desde o início, a economia de mercado fez da sociedade humana seu acessório e não o contrário[59]. Como dizem Singer e Loureiro (2016, p. 9), a partir do pensamento de Paulo Arantes e Caio Prado Júnior, o desenvolvimento sem peias da violência do capital "instalado nessas terras praticamente tornava inorgânica qualquer aspiração à comunidade".

No entanto, sem abandonar as linhas gerais do diagnóstico fraseriano, podemos agora dar um passo atrás e recuperar alguns outros elementos da teoria crítica democrática que não chegamos a desenvolver nos capítulos anteriores, ainda com apoio de pensadores do centro: trata-se trazer de volta os conceitos de *esfera pública* e *eticidade democrática* e tentar torná-los úteis para a crítica social contemporânea. Com isso, acredito que será possível avançar em direção a uma compreensão mais ampla da forma como as lutas atuais se configuram hoje, tanto na ocupação das ruas e praças públicas, quanto nas redes sociais de internet. Neste capítulo, vamos visitar brevemente os conceitos de esfera pública política (1) e esfera pública digital (2); depois passaremos por algumas considerações sobre a relação entre redes sociais de internet e comportamento político (3); por fim, vamos discutir as novas configurações das lutas sociais conectadas, trazendo a voz de militantes e ativistas que têm ocupado o legislativo em mandatos coletivos e populares (4). O principal objetivo desse capítulo é situar a relação entre internet e política como uma das dimensões essenciais para a compreensão das lutas contemporâneas.

---

[58] Segundo André Singer (2018), em uma democracia formal os partidos políticos costumam levar cerca de 30 anos para se estabilizarem como instâncias efetivamente representativas. Isso nunca chegou a acontecer plenamente no Brasil, devido às rupturas institucionais: o golpe de 1964 interrompeu o alinhamento do primeiro ciclo democrático de massas; depois a redemocratização acabou servindo para desestabilizar o realinhamento no interior da ditadura; finalmente, a democracia da Nova República é apeada novamente com o golpe de 2016, levando a desacreditar na possibilidade da democracia por aqui. Veremos mais detalhes no próximo capítulo.

[59] Como lembra João Cezar de Castro Rocha, a própria etimologia do gentílico *brasileiro* atesta nosso mal de origem: na língua portuguesa o sufixo "-eiro" se aplica a um ofício ou profissão (marceneiro, carpinteiro). "Brasileiro" originalmente apenas designava alguém que fazia fortuna negociando recursos da terra e vitimando os povos originários, sem qualquer compromisso. Youtube. República do Amanhã. "Cenário político em 2022 e os desafios do Brasil pós-Bolsonaro – Marcos Nobre". Disponível em: https://youtu.be/tJZYuByrliA.

1. Esfera pública, sociedade civil e movimentos sociais

No sétimo capítulo de *Facticidade e validade*, publicado em 1992, Habermas (2021) faz uma revisão de sua própria concepção de esfera pública desenvolvida na década de 1960 em *Mudança estrutural da esfera pública*, a partir da crítica das abordagens dominantes sobre a teoria democrática europeia ao longo do pós-guerra. Uma consideração mais detalhada sobre o papel dos diferentes atores da sociedade civil, da opinião pública e das diversas configurações das lutas da sociedade civil na década de 1980, levou à necessidade de formulação de um modelo de circulação do poder na esfera pública, não mais na chave interpretativa de uma resistência dos movimentos sociais contra as tendências de invasão da lógica sistêmica sobre o mundo da vida, mas agora considerando a dinâmica mais complexa da interinfluência entre os processos de comunicação e de decisão no sistema político com a formação de um "centro" e uma "periferia". A sociedade civil não está mais erguendo "barricadas" contra o poder político, mas passa a buscar formas de influenciar as decisões e forçar a circulação do poder na esfera pública, como uma espécie de "sistema de comportas", no qual as demandas podem partir tanto do centro para a periferia como da periferia para o centro. De um lado, o sistema político consegue impor barreiras à participação democrática, "de cima para baixo"; na via oposta, os movimentos sociais também conseguem fazer pressão contra as barreiras e canais estreitos do poder central para fazer valer sua vontade, "de baixo para cima".

No centro do sistema político estão os conhecidos complexos institucionais administrativos, judiciário e legislativo, organizados por padrões e rotinas que refletem determinadas constelações de poder institucional; ao redor desse núcleo se forma uma enorme periferia com dimensões internas e externas, composta por diferentes atores, interesses, espaços, temas e capacidades de agir e exercer pressão sobre o sistema político. Habermas define o conceito de esfera pública como uma instância intermediária entre sistema e mundo da vida, tão elementar quanto os conceitos de ação, ator, grupo ou coletivo, porém que não se confunde com instituição ou organização, ou mesmo com a ideia de uma estrutura de normas determinante de diferentes papeis e competências, participação regulada, filiação etc. A esfera pública tampouco configura um sistema, pois é caracterizada por horizontes abertos e fronteiras porosas. Assim, "a esfera pública pode ser mais aproximadamente descrita como uma rede para a comunicação de conteúdos e tomadas de posição, isto é, de *opiniões*; nela os fluxos comunicativos são filtrados e sistematizados de modo a se condensar em opiniões *públicas* voltadas a temas específicos" (Habermas, 2021, p. 458).

A esfera pública política funciona como uma espécie de "caixa de ressonância" para problemas da base social que carregam o potencial de acumular processos comunicativos experienciados no cotidiano de uma forma de vida, fazendo-os evoluir ao status de problema público e passar a exercer pressão sobre o sistema político institucional. Assim, determinadas situações de sofrimento, humilhação ou rebaixamento, como os sentimentos de injustiça perante processos de dominação e opressão, que não encontram resolução em nenhum outro lugar, carregam pretensões normativas de mudança e podem ser alçadas ao debate público, pressionando as barreiras do poder estabelecido. Nesse sentido, a esfera pública se configura como "um sistema de alarmes com sensores não especializados, mas sensíveis para toda a sociedade" (Habermas, 2021, p. 457).

> Em sociedades complexas, a esfera pública forma uma estrutura intermediária que faz a mediação entre o sistema político, de um lado, os setores privados do mundo da vida e os sistemas de ação funcionalmente especializados, de outro. Ela apresenta uma rede altamente complexa que se ramifica espacialmente em uma multiplicidade de arenas internacionais, nacionais, regionais, comunais e subculturais, todas sobrepostas; rede que está ordenada objetivamente segundo pontos de vista funcionais, temas centrais, domínios políticos etc., em esferas públicas mais ou menos especializadas, mas ainda acessíveis a um público de leigos (por exemplo, em esferas públicas literárias ou de divulgação científica, religiosas ou artísticas, feministas ou "alternativas", com políticas voltadas à saúde, à ciência, às questões sociais); e que se diferencia em âmbitos variáveis de acordo com a densidade comunicativa, a complexidade organizacional e o alcance – de esferas públicas *episódicas* em bares, em cafés ou nas ruas, passando pela esfera pública da presença *organizada*, como em apresentações teatrais, reunião de pais, concertos de rock, reunião de partidos ou congressos eclesiásticos, até a esfera pública *abstrata*, criada pelas mídias de massa, que é formada de leitores, ouvintes e espectadores isolados e espalhados globalmente. Mas apesar dessa diferenciação variada, todas as esferas públicas parciais constituídas pela linguagem cotidiana permanecem porosas umas às outras (Habermas, 2021, p. 474).

Para Habermas, esfera pública é um conceito mais abrangente do que sociedade civil. Esta última é composta por associações, organizações e movimentos que surgem de maneira mais ou menos espontânea na esfera pública, repercutindo e condensando a ressonância dos problemas sociais encontrados no domínio da vida cotidiana, sejam eles públicos ou privados, e transmitindo de volta esses temas, de maneira ampliada, à esfera pública política: "o núcleo da sociedade civil é formado por um caráter associativo, que institucionaliza discursos voltados à solução de questões de interesse geral no quadro de esferas públicas organizadas" (Habermas, 2021, p. 465).

As lutas travadas por atores da sociedade civil na esfera pública não são apenas formas pragmáticas de obter determinadas soluções para problemas específicos, mas também disputas sobre a *legitimidade* da forma como ela se organiza. Citando Cohen e Arato, Habermas

observa que os chamados “novos” movimentos sociais atuam com objetivos ao mesmo tempo ofensivos e defensivos:

> Eles procuram “ofensivamente” lançar temas de relevância para toda a sociedade, definir problemas, oferecer contribuições para suas soluções, contribuir com novas informações, interpretar valores de modo renovado, mobilizar boas razões, denunciar as razões ruins, com a finalidade de produzir uma atmosfera consensual amplamente eficaz, transformando os parâmetros constitutivos da formação política da vontade e exercendo pressão sobre parlamentos, tribunais e governos em favor de determinadas políticas. Já “defensivamente”, procuram conservar as estruturas das associações e da esfera pública existentes, produzir contrapúblicos e instituições de oposição, reforçar novas identidades coletivas e conquistar novo terreno na forma de direitos ampliados e instituições reformadas (Habermas, 2021, p. 470).

Neste sentido, as lutas sociais são formas de disputa da publicidade de certos temas e problemas em uma dada constelação social, por isso elas funcionam como dramatização pública dos movimentos sociais no enfrentamento dos sistemas de poder instituídos. Isso significa que as instituições do centro do poder não são apenas alvo da confrontação por contrapoderes e contrapúblicos formados nas periferias, mas também agem para impor sua lógica sobre toda a sociedade porquanto a esfera pública permaneça em “estado de repouso”. Dessa forma, os aparatos institucionais tecnocráticos “colonizam” a vida social, “de cima para baixo”, restringindo a vitalidade da democracia. No entanto, como nenhuma sociedade permanece totalmente estática, sobretudo no capitalismo, esse estado de repouso da esfera pública é suscetível a entrar em crise. São nesses momentos críticos que surgem as irrupções de insatisfação popular, mobilizações, rebeliões, protestos e a pressão pela institucionalização das demandas dos movimentos sociais, alargando a democracia: “no momento da mobilização, começam a vibrar as estruturas sobre as quais a autoridade de um público que toma posição encontra-se propriamente apoiada. A partir de então, alteram-se as relações de força entre sociedade civil e sistema político” (Habermas, 2021, p. 480).

Os atores da sociedade civil sempre podem, portanto, assumir um papel ativo na formação da vontade pública democrática em momentos de crise. Citando Rolke, Habermas fala que, nesses momentos, os movimentos sociais podem ser entendidos como “expoentes do mundo da vida”. Assim, apesar de ocuparem uma posição organizativa relativamente mais fraca e com desvantagens institucionais, os movimentos sociais “ainda conservam, nos momentos críticos de uma história acelerada, a chance de *inverter* a direção da circulação convencionalmente consolidada da comunicação na esfera pública e no sistema político, transformando, com isso, o modo de solucionar problemas no sistema em seu todo” (Habermas, 2021, p. 483).

No topo da escalada das lutas “de baixo para cima”, na visão de Habermas, está a *desobediência civil* enquanto o último meio para ampliar a escuta e a influência dos anseios que emergem da periferia, ampliando a pressão por legitimação institucional. Nessa perspectiva, a desobediência civil é uma forma de reversão do poder instituído que não recusa a democracia, mas, pelo contrário, alarga e amplia o grau de democratização de uma sociedade. Esses momentos são manifestações da “autoconsciência de uma sociedade civil a quem se atribui a capacidade de, ao menos diante de crises, intensificar a pressão de uma esfera pública mobilizada sobre o sistema político, de tal maneira que este se converta ao modo de conflito e procure, por sua vez, neutralizar a circulação não oficial do poder” (Habermas, 2021, p. 486). Dessa forma, a desobediência civil seria ilustrativa da capacidade dos movimentos sociais de ampliar os limites da democracia formal, uma vez que o Estado de Direito aparece não como uma estrutura totalmente fechada – apenas um “balcão de negócios da burguesia” –, mas mostra-se disputável, no sentido de que os movimentos sociais podem “realizar *de forma sempre renovada* o sistema de direitos sob circunstâncias diversas, o que implica interpretá-lo melhor, institucionalizá-lo de maneira mais adequada e esgotá-lo radicalmente em seu conteúdo” (Habermas, 2021, p. 487).

Um problema desse modelo de organização funcional entre as demandas que emergem da periferia e avançam pela porosidade das esferas públicas com alguma chance de ganhar espaço na institucionalidade do Estado é que, embora extremamente sofisticado, ele permanece atrelado a uma concepção procedimental de democracia deliberativa, cujos princípios normativos são esvaziados de conteúdos ético-políticos previamente dados e os modos de legitimação ficam circunscritos à construção de processos públicos de formação da opinião e da vontade de maneira racionalmente justificada. Neste sentido, acaba ficando de fora, ou subtematizadas, todas aquelas experiências intersubjetivas da vida cotidiana que poderiam ser classificadas como “pré-científicas”, como as violações de pretensões de reconhecimento que estão na base da constituição da identidade. Assim, se quisermos entender a democracia de forma ampliada, isto é, como “forma de vida democrática”, temos que recorrer a um modelo complementar de teoria democrática capaz de dar conta dessa dimensão infracomunicacional da interação. Esse modelo é oferecido pela teoria crítica de Axel Honneth, desde *Luta por reconhecimento*, publicado no início da década de 1990, até seu trabalho mais maduro *O direito da liberdade*, publicado no início da década de 2010.

Rúrion Melo (2020) comenta que Honneth criticou Habermas por ter se limitado demais a uma visão procedimentalista de avaliação da legitimidade dos processos políticos,

preferindo uma abordagem explicativa mais próxima das motivações dos indivíduos para embarcar em debates públicos. Na perspectiva de Honneth, segundo Rúrion:

> A legitimidade democrática depende em grande medida da efetividade social da liberdade comunicativa. Procedimentos democráticos, como aqueles que podemos reconhecer na formação política da opinião e da vontade, são geneticamente engendrados pelas práticas sociais cotidianas, por "posturas sobrepostas de expectativa" que são formadas em longo prazo por "hábitos de ação socialmente úteis". Em outros termos, *a gênese da democracia está localizada nas experiências de reconhecimento recíproco* em que os integrantes de uma sociedade cooperam reflexivamente. Desse modo, interações sociais cotidianas, que materializam a comunicação livre de coerção, precisam ser incluídas no que Honneth propõe como *modelo radical de democracia* e não podem escapar à questão da legitimidade (Melo, 2020, p. 82, grifos meus).

Como se costuma dizer, "não é possível Estado democrático com sociedade autoritária"[60]. Honneth (2015) prefere desenvolver uma ideia de "vida pública" na qual a institucionalização de práticas sociais democráticas garantidoras da liberdade individual de uma pessoa deveria estar vinculada ao reconhecimento e à possibilidade da liberdade das outras, isto é, "apenas pela livre complementação de cada um em suas atitudes e modos de ação uma comunidade de indivíduos, ao consumar condições sociais para a efetivação de sua liberdade, seria qualificada de democrática" (Melo, 2020, p. 83). Segundo Rúrion Melo, Honneth desenvolve uma "teoria da democracia como análise da sociedade" a partir da reconstrução normativa das três esferas de ação constitutivas da eticidade democrática: relações pessoais, economia de mercado e esfera pública política. Nesta última, a formação democrática da vontade se institucionaliza segundo os mesmos princípios da consideração habermasiana da esfera pública política, com a diferença incremental de que, do ponto de vista normativo, a eticidade democrática não se restringe à separação rígida entre mundo da vida e sistema político, mas é constituída pela "correlação" dinâmica entre as três esferas diferenciadas de ação. Em outras palavras, isso significa que tanto os impulsos que partem da periferia para o centro podem modificar a institucionalidade do direito jurídico, quanto esse processo pode ressoar de volta para a esfera da vida cotidiana, alterando a dinâmica infrajurídica das relações intersubjetivas de reconhecimento. Diz Honneth: "o motor e o meio dos processos históricos da realização dos princípios da liberdade institucionalizada não é o direito, ao menos não em primeiro lugar, mas as *lutas sociais* pela adequada compreensão desses princípios e as *mudanças de comportamento* daí resultantes" (2015, p. 630, grifos meus).

[60] Reflexão repetidamente apontada pela filósofa brasileira Marilena Chauí ao tratar das contradições do lulismo.

Nesta perspectiva, as lutas sociais são responsáveis por configurar e efetivar as condições de realização da liberdade social, não apenas no âmbito do Estado democrático, mas também na dimensão das relações de trabalho e troca econômica, e também nas relações pessoais. Segundo Rúrion Melo (2020), não obstante os avanços recentes do modelo honnethiano sobre a eticidade democrática e a constituição da "cultura política", as discussões feitas em *O direito da liberdade* e *A ideia de socialismo* representariam um distanciamento do autor em relação ao "paradigma da luta" que fora absolutamente central na formulação inicial da tese da *luta por reconhecimento*. Por isso, "a recuperação da centralidade das lutas sociais é crucial para a tese geral da democratização das formas de vida, já que passam por dimensões cotidianas de experiências e conflitos gerados em espaços sociais diversos" (Melo, 2020, p. 91). Como exemplos do aprendizado obtido pela teoria crítica contemporânea sobre essa dimensão ampliada da democracia, Rúrion cita a literatura do feminismo negro, em especial autoras como Angela Davis, Patricial Hill Collins e Grada Kilomba, pois essas autoras – cada uma ao seu modo – buscam "ampliar a noção de 'ativismo' incorporando aspirações emancipatórias às lutas pontuais e tomadas de consciência cotidianas que acompanham as formas de vida das mulheres negras" (Melo, 2020, p. 92). Neste sentido, muitos outros exemplos poderiam atestar a favor da importância de recuperar a dimensão crítica da luta cotidiana e buscar compreender os sentidos dessas lutas, tanto para a institucionalização de pautas e, consequentemente, o alargamento dos direitos subjetivos, mas também para que as relações sociais cotidianas também possam ser objetivamente transformadas em um sentido democratizante.

Para trabalhar com esses densos conceitos de esfera pública – que tem sido amplamente utilizado nos estudos sobre as transformações políticas das democracias latino-americanas – e eticidade democrática – este ainda muito recente na pesquisa social crítica brasileira –, temos que refletir sobre como circula a tematização das lutas contemporâneas e quais seus efeitos de transformação social. Por isso, é importante considerar não apenas a forma tradicional de ocupação das ruas pelos movimentos sociais contestatórios, mas também outras formas mais difusas de pressão exercida "de baixo para cima", que podem ser encontradas no âmbito da chamada "esfera pública digital".

2. Esfera pública e capitalismo digital

Segundo Schäfer (2015), os estudos sobre a esfera pública digital a definem como uma esfera comunicativa provida ou baseada por mídias sociais – dos *websites* às redes sociais de

internet, passando pelos weblogs e micro-blogs – na qual a participação é aberta e livremente avaliável por praticamente qualquer pessoa. Na esfera pública digital, os assuntos de interesse comum podem ser debatidos de forma relativamente aberta e as informações circulam em grande velocidade. O impacto da acessibilidade aos equipamentos digitais e à internet tem sido tão grande que é possível falar em uma segunda mudança estrutural da esfera pública.

Não há consenso sobre o potencial dessas mídias para a efetiva democratização das sociedades. Por um lado, os "ciber-otimistas, utopistas e net-entusiastas" advogam pelo reconhecimento das vantagens da rede mundial de pessoas conectadas, apontando para a riqueza de informações disponíveis; para o fato de, de certa forma, as pessoas ficaram mais participativas encontrando espaço nas redes para emitir opiniões e produzir conteúdos colaborativos, para além da mediação de mercado.

Por outro lado, há os "ciber-pessimistas", que são mais céticos quanto à efetividade da participação nas mídias e observam que, ao invés de uma tendência ao pluralismo, a internet acentuou as "bolhas" de interesse, favorecendo a organização de grupos extremistas (por exemplo, neofascistas), além de destacarem que as redes tendem a reduzir a interação genuína e amplificar as ameaças, discriminações e violências devido a sensação de segurança dos participantes que se escondem por trás do anonimato ou ambiguidade dos avatares. Esses pesquisadores (mais realistas), também questionam a correlação de força distinta entre usuários e corporações, de modo que a circulação nas redes favorece os poderes econômico e político que impulsionam seus interesses e obtém maior visibilidade.

Outras análises apontam para a "colonização da internet" ao destacar o modo específico como se dão as relações de poder nos ambientes digitais conectados. Segundo, Valente e Peschanski (2021), num primeiro nível, há formas situacionais de coação, como a imposição de limites jurídicos às redes; num segundo nível, opera a arquitetura institucional da rede, que inclui ou exclui pontos de discussão segundo os interesses gerenciais dominantes, criando entraves à diversidade de agendas nas redes; num terceiro nível, mais geral, o próprio sistema das redes se configura acima e para além das ingerências institucionais específicas, resultando em uma forma específica de limitação das vontades públicas em um ambiente de interações aparentemente quase infinitas. Isso não impede, contudo, que surjam formas de resistência dentro e fora das redes, inclusive para tematizar a democratização dessas novas mídias, como a Coalização Direitos na Rede (#DireitosNaRede), o Creative Commons e os projetos colaborativos Wiki, entre outros.

No âmbito concreto das relações de trabalho, a expropriação avança no capital financeirizado por meio da "uberização da vida" e das formas de "trabalho plataformizado"

(Abílio, 2021; Grohmann 2021). A existência de trabalhadores e trabalhadoras precarizadas nesse "capitalismo digital" é cada vez mais frequente e se espalha pelos mais diversos setores e escalões de trabalho. Rafael Grohmann sintetiza o perfil geral do mundo do trabalho plataformizado:

> Não há um único perfil de trabalhador ou de plataforma. Ocorre que há múltiplas plataformas oferecendo, por meio de trabalhadores, transporte de pessoas e coisas, trabalho doméstico, serviços gerais (desde encanador até *drag queen* e Papai Noel), *design* etc., realizados nas ruas ou de dentro de casa. Existe desde a *Crème de la Crème*, plataforma francesa considerada "a primeira comunidade seletiva de *freelancers*", até as inúmeras plataformas do chamado "microtrabalho", que alimentam processos de inteligência artificial (IA) e podem se subdividir em três tipos: a) produção de dados com relação à IA (como Amazon Mechanical Turk, Lionbridge e Appen); b) moderação comercial de conteúdo (como Pactera e Cognizant); c) fazenda de clique (a maioria delas brasileiras, como Dizu, Ganhar no Insta e Siga Social). Cada uma dessas plataformas apresenta um perfil distinto de trabalhador. No Brasil, o perfil dos entregadores é: negro, jovens e homens. Já os motoristas em geral são homens mais velhos, brancos e pardos. As plataformas de trabalho doméstico têm uma força de trabalho mais feminizada. Nas plataformas de "microtrabalho", há distinções internas, pois os trabalhadores do Lionbridge e do Appen, por exemplo, têm mais escolaridade e domínimo de idiomas do que os chamados "bots humanos" das fazendas de clique – que passam o dia curtindo, compartilhando e comentando posts no Instagram a serviço de empresas, influenciadores e políticos (existe até mesmo um mercado paralelo de compra e venda de contas falsas e *bots*). Ou seja, o fato de a plataformização do trabalho tender à generalização não significa um processo homogêneo, mas sim que ela se manifesta de maneira distinta, a depender do tipo de plataforma, e também com características diferentes, a depender dos contextos geográficos (Grohmann, 2021, p. 43-44).

Segundo Grohmann, a diversidade e complexidade desse universo é algo tão grande que somos obrigados a recusar a ideia de que exista algo como um "panóptico algorítmico". Tampouco existe um único proletariado digital. O que há, de fato, são complexas tramas da luta de classes no capitalismo financeirizado do século XXI, onde tanto os processos de dominação e opressão quanto as formas de resistência e luta social adquirem um novo patamar dentro e fora das mediações tecnológicas. Um exemplo da possibilidade de revolta "desde baixo" foi o Breque dos Apps, a greve nacional de entregadores por aplicativo em julho de 2020, que deu pistas importantes sobre as possibilidades de organização de trabalhadores gerenciados por sistemas algorítmicos projetados para dificultar a formação de uma solidariedade de classes – os entregadores são considerados "empreendedores" que prestam serviços às grandes empresas tecnológicas. O que vimos foi uma pressão sobre as brechas desse sistema, na qual os trabalhadores utilizaram criativamente outros mecanismos de "mídias sociais proprietárias", como o WhatsApp, para sua auto-organização e formação

de uma solidariedade de classe espalhada pelas diversas redes sociais de internet com palavras de ordem como “Bloqueio injusto, não!”[61].

3. Redes sociais de internet e comportamento politico

As redes sociais de internet são uma realidade do capitalismo do século XXI: emergem em meio à precarização do trabalho e a intensificação das lutas sociais. São, portanto, parte do problema e parte da solução[62]. Patrícia Rossini (2014) observou que as mídias sociais de internet se conectam com as lutas por reconhecimento dos grupos minoritários, articulando a experiência cotidiana de desrespeito em novas bases simbólicas capazes de constituir rapidamente aquele entorno político e cultural que Honneth (2003, p. 224) ressalta como condição necessária para a articulação de um movimento social contestatório. Uma vez que as experiências compartilhadas de desrespeito ganham visibilidade e circulam pela rede, os movimentos sociais podem dar vazão aos impulsos de protestos e ocupar a esfera pública com pautas que, de outro modo, dificilmente conseguiriam se espraiar pelo debate público.

Quando pensamos na emergência de lideranças disputando não apenas as formas tradicionais de ocupação das ruas e instituições, mas também da esfera pública digital como parte integrante das lutas sociais, temos que refletir sobre os impactos dessa mediação tecnológica sobre o comportamento político. Há estudos experimentais que discutem aspectos benéficos do engajamento em causas políticas para a construção de um bem-estar psicológico e social dos indivíduos, indicando uma dupla via entre a motivação intrínseca que leva as pessoas a participarem de assuntos públicos e o fato de que a participação coletiva reforça essa disponibilidade pessoal de engajamento (Klar & Kasser, 2009). Isso não significa que os ganhos psicológicos de fazer parte de um coletivo e fomentar uma identidade política estejam apartados da vivência de situações negativas, muitas delas relacionadas com situações de desrespeito. A depender da pauta, forma de organização do movimento e do estilo de vida das pessoas, o engajamento na luta pode resultar não apenas em processos de aprendizado político quanto aos repertórios de ação do grupo, mas também em modos de canalizar as motivações emocionais e expressivas de cada pessoa (Rosa & Klandermans, 2022).

---

[61] Após os protestos nas ruas, os grupos permaneceram ativos e mostraram-se capazes de formar lideranças, como Paulo Galo, o Galo de Luta (@galodelutaoficial). No entanto, as empresas de tecnologia podem utilizar as mesmas ferramentas para a perseguição e repressão dos movimentos de luta.

[62] Jornal USP. Robert Siqueira. “Redes sociais são solução e problema na luta pelas causas sociais”. Disponível: https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/redes-sociais-sao-solucao-e-problema-na-luta-pelas-causas-sociais/.

Embora essas pesquisas ajudem a compreender as motivações que são mobilizadas por quem se engaja em uma luta, a abordagem estritamente psicológica do fenômeno acaba sendo reducionista, pois as lutas estão sempre conectadas com a dinâmica das relações sociais históricas. Por essa razão, outros estudos psicossociais preferem tratar dos efeitos psicológicos da participação política desde referenciais mais abrangentes, como o materialismo dialético. Neste caso, o comportamento político é identificado à luz da crítica da ideologia, entendida como sistemas de ideias que afetam social, política e emocionalmente a vida das pessoas, instilando falsas crenças e valores autodestrutivos, que não apenas as empurram para o individualismo, como dificultam a organização coletiva transformadora:

> As ideologias mudam a ação individual intencional, instalando um conjunto de falsas crenças sobre as propriedades causais do mundo e sobre como os arranjos existentes afetam os interesses de uma pessoa. Indivíduos racionais, operando sob as garras de uma ideologia, empreenderão ações que são contrárias aos seus interesses materiais e objetivos, mas são totalmente racionais, dadas as falsas crenças que possuem sobre o mundo social que habitam e suas suposições errôneas sobre seus reais interesses e valores, o que os leva a se abster de ações políticas direcionadas a derrubar o sistema de classes (Silva & Euzébios Filho, 2021, p. 16).

De certa forma, acaba sendo um processo doloroso para cada pessoa empenhar-se em conhecer melhor a realidade, para além da experiência imediata vivida. Por isso há um ditado que diz "a ignorância é uma bênção". Ocorre que, na realidade, os efeitos objetivos da dominação e da opressão cotidiana tornam impossível buscar a realização e satisfação pessoal em um mundo de sofrimento generalizado, de modo que, a pessoa "ignorante feliz" também sofre, precisamente por ignorar esse mundo. Não foi por acaso que Martín-Baró (1997), inspirado por Paulo Freire, insistiu que a tarefa histórica da psicologia latino-americana deve ser a de assumir a *conscientização* como horizonte da prática profissional em qualquer contexto de ação. Isso não quer dizer algo como uma prerrogativa técnica de "iluminar" aqueles e aquelas cuja consciência está na escuridão; pelo contrário, trata-se de reconhecer que as pessoas mobilizam sua consciência cotidianamente ao lutarem por melhores condições de vida, mas que a força da dominação e opressão a que estão submetidas impede que essa mobilização da consciência avance o máximo possível. Por isso, deve-se trabalhar *em conjunto* com as populações marginalizadas para desvelar as condições objetivas da dominação material e psicológica que bloqueiam os processos de mudança social[63].

[63] Parte da literatura fala sobre "tomada de consciência", como se a consciência crítica fosse algo externo, que se adquire em momentos específicos. Considero mais promissor trabalhar com a perspectiva de Maritza Montero (2004), que parte do fato de que todas as pessoas têm alguma consciência de si e do mundo e que essa consciência é sempre de alguma forma limitada, mas pode ser continuamente mobilizada, com avanços e retrocessos, compondo um dos processos psicossociais mais básicos para manutenção ou transformação social.

Conscientização não é um processo somente racional, mas inclui também a mobilização de afetos positivos e visa o desenvolvimento dos potenciais de ação de indivíduos e grupos a partir de sua experiência concreta de vida. Para isso, Baró recomenda partir das situações negativas vivenciadas, mas sem perder de vista as virtudes existentes e a capacidade de mobilizar a consciência das pessoas – que devem ser potencializadas –, para assim lograr progressivamente a desnaturalização e desideologização da experiência cotidiana.

As interações mediadas pela internet podem favorecer ou dificultar processos de conscientização e engajamento em lutas. Um estudo sobre a "psicologia do ativismo online" (Greijdanus et al., 2020) avaliou a relação entre participação política dentro e fora das redes, mostrando que a formação de comunidades ativistas online raramente são isoladas, mas geralmente estão conectadas com diversas formas de protestos off-line. Isso significa que, cada vez mais, protestos de massa e revoltas mais ou menos espontâneas, podem ocorrer sem a mediação de estruturas formais – como sindicatos ou partidos políticos –, mas dificilmente estão alheias das redes de internet, o que pode ser considerado, do ponto de vista da dinâmica das lutas, "que estamos testemunhando o nascimento de uma forma inteiramente nova de ação *conectada*: a mobilização desde abaixo ocorre quando a ação é convocada em cascata por meio de redes de pessoas conectadas" (Greijdanus et al., 2020, p. 49). É claro que a internet não é a única maneira de organizar as lutas "de baixo para cima", uma vez que, desde antes do século XIX intensas revoltas de camponeses recorriam aos instrumentos disponíveis na época, como os panfletos, assembleias comunitárias, rumores etc. No entanto, o grau de escala crescente da interação conectada tem levado a luta social a outro patamar de complexidade[64].

Diversas mídias digitais são porosas à circulação de debates públicos e a formas de luta dentro e fora das redes, porém a circulação das informações não necessariamente leva a mais democratização ou a transformações emancipatórias e libertadoras. Por um lado, algumas formas de ativismo online, embora busquem "ativar" a esfera pública para o debate público em prol de uma determinada causa, podem ser praticamente inócuas caso se resuma à lógica do apoio por um clique ou a assinar uma petição online. Este é o caso do que tem sido chamado de "*slacktivism*". Por outro lado, as mídias sociais também são utilizadas para bloquear o descontentamento de diversos coletivos sobre assuntos de ordem política, seja por meio de mecanismos ideológicos de desinformação de massa – altamente especializados em

[64] No estudo de Greijdanus et al. (2020) foram analisadas três dimensões da relação entre ativismo online e off-line: 1) a "hipótese do *trade-off*", isto é, uma dimensão tende a ser incompatível com a outra; 2) o "dualismo digital", segundo o qual os grupos que se mobilizam dentro e fora das redes tendem a ser completamente distintos; e 3) a "relação positiva" entre mobilização interpessoal e consistência intrapessoal. As evidências indicam mais força para a terceira hipótese e, em alguns casos, para o segundo – como o recorte geracional –, sendo que a desvinculação entre as duas formas de ativismo tende a ser mais rara.

termos estéticos para transmitir *fake news* –, seja por meio do modo de funcionamento do algoritmo das empresas que dominam o mercado das redes.

Como observa Amanda Jurno (2021, p. 48), "os algoritmos das plataformas podem ser poderosas máquinas ideológicas que se escondem sob um mito de objetividade, camuflando ideias e preconceitos dos humanos que os projetam". Podemos assumir que os algoritmos são uma forma sofisticada de "poder da mídia", no sentido apontado por Habermas ao descrever a esfera pública em estado de repouso, com a diferença de que, "como a grande maioria das plataformas tem como base a versão brutal de capitalismo do Vale do Silício, os algoritmos podem ser pensados como aparatos ideológicos que moldam nosso olhar cotidianamente com base nos valores caros a esse modo específico de produção" (Jurno, 2021, p. 49). Os algoritmos são desenhados para alcançar resultados de mercado a partir da manipulação de enormes quantidades de dados ("big data") sobre as populações usuárias. A partir de cálculos especializados, são definidos os padrões de ação e interesse que definem o "perfil do usuário" para a venda de anúncios "sob medida" ou para a venda de dados a outras empresas que poderão lucrar com essas informações desenhando serviços para grupos específicos. Para funcionar, a mediação algorítmica precisa nos influenciar a permanecer mais tempo usando as redes, gerando assim mais dados e nos deixando mais expostos a anúncios.

> Tomemos como exemplo a plataforma Facebook. Seu modelo de negócios é baseado em três grandes frentes: 1) usuários; 2) comerciantes e anunciantes; e 3) desenvolvedores. Sua principal fonte de renda vem da segunda frente, mas as três se interligam e se fundam nos dados dos usuários. Como sua renda está diretamente ligada à veiculação e segmentação de anúncios, quanto mais dados a plataforma coletar, melhor vai compreender o comportamento dos usuários e poderá gerar previsões e modelos mais acurados. Tal conhecimento pode ser usado para melhorar a experiência de acesso, entregando conteúdos e estimulando reações que mantenham os usuários por mais tempo em suas fronteiras, mas também pode servir de moeda de troca nas relações comerciais para veiculação de publicidade. Quanto mais os algoritmos direcionam e segmentam os anúncios, através de uma sofisticada arquitetura da persuasão, maior a taxa de conversão do anunciante. . . . *Através desses dados, os algoritmos vão paulatinamente moldando o comportamento dos usuários* (Jurno, 2021, p. 50-51, grifos meus).

Esse império do algoritmo acompanha a transformação das formas de vida conectadas. Cada vez mais estamos dependentes de aparelhos eletrônicos conectados com a internet. Durante a pandemia de Covid-19, para grande parte da população, a experiência de relacionamento com os outros foi marcada pela mediação de telas e plataformas. O excesso de telas tem sido apontado na literatura como um efeito prejudicial à capacidade humana de interação, a tal ponto que tem sido comum certa dependência das redes sociais e aparelhos

eletrônicos[65]. Já faz parte dos dicionários, por exemplo, a palavra "phubbing", que designa pessoas que permanecem olhando para seus dispositivos eletrônicos enquanto estão conversando com outra pessoa *tête-à-tête* (Elovitz, 2022).

Este é um problema fundamental para a Psicologia Social. Segundo Ecléa Bosi (2003, p. 117): "não houve época em que, como a nossa, se visualizasse tanto... a imagem imóvel do jornal, a imagem móvel do cinema, da televisão... Essas imagens têm autoridade sobre nós: e para nos invadirem elas nos pedem apenas o trabalho de ficarmos acordados. O estereótipo nos é transmitido com tal força e autoridade que pode parecer um fato biológico". A força da ideologia se traduz na estereotipização do pensamento e na redução das defesas contra as formas tecnológicas de administração da vida e controle das preferências, que reduzem a experiência de solidariedade e fomentam o egoísmo: "o mundo é opaco para a consciência ingênua que se detém nas primeiras camadas do real" (Bosi, 2003, p. 122).

Convém resgatar a questão fundamental levantada por Ecléa Bosi: que preço temos que pagar, psicologicamente, pela insubmissão? Como evitar o conformismo decorrente de processos de socialização acrítica em uma sociedade de atrasos, como o mundo do capital? Se o repouso no estereótipo, nas explicações dadas pela ideologia dominante, nos conduz a uma capitulação da percepção e a um estreitamento do campo mental – como a autora faz questão de destacar, lembrando os estudos experimentais de Milgram e Asch –, então, como mobilizar a consciência crítica, o pensamento livre? Essas questões têm sido muito perseguidas pela psicologia social crítica latino-americana e todas as tentativas de dar uma resposta passam, em alguma medida, pela mobilização da consciência e por alguma forma de luta.

Em síntese, as relações sociais mediadas pela internet carregam uma ambiguidade característica da participação na esfera pública: por um lado, fomentam a expressão livre e a opinião interessada sobre assuntos comuns; por outro, a força da ideologia e o poder das grandes mídias levam à pseudoformação da opinião, além de dificultar que o debate seja concentrado e escalonado por esses meios contra os processos de dominação que eles próprios representam. Sendo assim, o papel das mídias digitais para a luta social tende a ser ao mesmo tempo ambíguo e inescapável, pois dificilmente podemos falar em problemas públicos que não passem por intensos debates de opinião nas redes sem que isso necessariamente signifique a formação de frentes de ação coletiva. Como pensar, então, as lutas mediadas pela internet?

[65] Já existe um debate no campo psiquiátrico sobre a dependência de aparelhos digitais, chamada "nomofobia", derivado de "*no mobile*" + "*fobia*", isto é, a ansiedade gerada por ficar um tempo prolongado desconectado. Outro exemplo é a ansiedade "FOMO", de "*fear of missing out*", isto é, o medo de "ficar de fora" de uma novidade ou acontecimento que se passa nas redes sociais. Os efeitos práticos da dependência induzida pelas mídias deve se tornar cada vez mais objeto de estudo e intervenção para as ciências "psi".

4. Novas configurações das lutas conectadas

As redes sociais de internet estão modificando nossa forma de viver. Hoje já há quem viva uma espécie de "vida dupla", dentro e fora das redes, como, por exemplo, os "famosos de Instagram", que possuem milhões de seguidores nas redes, mas mal são reconhecidos nas ruas. No entanto, a regra parece ser a vida conectada, pois cada dia mais pessoas ingressam em diversas redes sociais do Facebook, Instagram, Twitter, WhatsApp, Telegram, entre outros serviços de empresas de tecnologia semelhantes. Nessas mídias, as pessoas são simultaneamente atravessadas pelos interesses do império do algoritmo e participam de forma ativa na construção desse universo digital. Um dado acontecimento pode mobilizar as multidões conectadas para apoiar ou "cancelar" uma determinada causa ou pessoa. Chega-se a falar em "linchamentos virtuais" que podem acometer qualquer pessoa ou instituição[66] (embora os linchamentos públicos, no Brasil, sigam acontecendo, fora das redes, contra pobres e negros).

Mas a internet não é nem terra de ninguém, nem é governada apenas pela "lei da tábua". Mediadas por redes sociais, as pessoas estão encontrando novas maneiras de se relacionar para além da política e do entretenimento, criando novas formas de solidariedade e de relacionamentos afetivos/amorosos. Essa interação acelerada tem levado a uma mudança nos usos da linguagem: um exemplo interessante são os "termos juvélicos" que fazem avançar o léxico das lutas de gênero, para além da sigla LGBTQIA+, que já é vista como limitada[67].

Recentemente, foram conhecidas grandes mobilizações sociais dentro e fora da internet. Para citar alguns exemplos com repercussão importante, temos: nas lutas trabalhistas, #BrequeDosApps, #GreveDosCaminhoneiros; nas lutas feministas, #EleNão, #PrimeiroAssedio, #MarchadasMargaridas; nas lutas ecológicas, #GlobalClimateStrike, #GreveDoClima, #PeopleNotProfit, #PessoasAcimaDoLucro, #FridaysForFuture, nas lutas antirracistas, #BlackLivesMatter, #VidasNegrasImportam, #JusticaPorMoise; entre outras. Embora muitas vezes essas mobilizações nas redes sociais pareçam apenas "batalhas de hashtags", que na melhor das hipóteses atinge uma posição momentânea nos *trending topics* da vez, podemos supor que é próprio da uma esfera pública possibilitar a circulação do debate

[66] Nelson Willians. "Linchamento virtual: a cultura do cancelamento". https://estudio.folha.uol.com.br/nelson-wilians/2021/02/linchamento-virtua-a-cultura-do-cancelamento.shtml

[67] Tive a oportunidade de conhecer um pouco sobre esse assunto ao avaliar o trabalho de iniciação científica de Breno Souza Paixão, orientado por Jan Billand e Vera Paiva, no 29º SIICUSP. Uma lista mais ampla dos termos juvélicos pode ser conferida em: https://umegarotealternative.blogspot.com/2019/08/termos-juvelicos.html

e da opinião como ondas num oceano. Algumas delas conseguem ganhar mais força e alterar a paisagem dos debates mais amplos, quando, por exemplo, se torna notícia na imprensa tradicional, convoca especialistas para falarem em programas de auditório, vira assunto nas universidades, mesas de bar ou nos gabinetes das instituições políticas. Em alguns momentos aparecem oportunidades para novas figuras "surfarem na onda da vez" e ganharem publicidade; em outros momentos, a própria onda é produzida "de baixo para cima", a partir de movimentos sociais organizados e pode se espalhar por diversos setores da sociedade e espraiar em novos cantos.

Essas novas práticas já são parte do modo de fazer política na internet, como sempre foram nas ruas os cartazes, panfletos, adesivos. Mas a mediação digital requer uma formação diferente para utilizar o potencial dessas novas ferramentas a favor das lutas. A depender das pautas e do público-alvo, as mensagens circulam por vias distintas. Não há muito espaço para ingenuidade no uso dessas tecnologias com a finalidade de propaganda. Tanto que já existem diversos manuais de instruções sobre o melhor uso possível da comunicação política on-line.

A partir da pandemia de Covid-19, no início de 2020, os recursos digitais invadiram o cotidiano com uma proliferação de eventos online, transmissões ao vivo, *lives*, batalhas de *trends*, *stories*, *reels*, *cards* e toda sorte de formas de atrair a atenção em meio à explosão de estímulos nas telas em rede. Nas eleições de 2020, devido a pandemia, a internet foi ainda mais presente do que já vinha sendo nos pleitos anteriores, quando campanhas majoritárias foram vencidas com suporte de empresas de inteligência digital e estratégias de disparos de massa[68]. O efeito ideológico da desinformação de massas manejada por *fake news* precisa ser estudado enquanto uma séria ameaça às democracias contemporâneas.

As tentativas de regulação da internet esbarram em polêmicas que vão desde a defesa da liberdade de expressão – pauta facilmente cooptada por grupos extremistas como álibi para propagar violências e ameaçar as instituições democráticas nas redes – até a necessidade de fóruns mais amplos e coletivos de decisão sobre os limites da circulação de conteúdos. Não há saída fácil devido aos interesses envolvidos no universo de Big Tech e capitalismo financeirizado "digital". Talvez uma das principais formas de resistência dos movimentos progressistas na era da vida conectada seja pela ocupação da esfera pública digital com novos corpos, pautas e formas de mobilização das bases, isto é, pelo alargamento da eticidade democrática.

[68] Francisco Cruz e Mariana Valente. "É hora de nos debruçar sobre a propaganda em rede de Bolsonaro". Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/opinion/1539892615_110015.html

Nas conversas com militantes e ativistas que ocupam espaço da política institucional, falamos sobre o papel das ruas e das redes para as lutas sociais. O relato de Jesus dos Santos, liderança dos movimentos de cultura das periferias e da luta antirracista, demonstra esse interesse em ocupar a política por meio das redes, mantendo a crítica sobre os limites das tecnologias:

> A gente está vivendo um processo de revolução tecnológica, então eu tenho que me inserir. Não posso ficar para trás. A análise é que gente tem que tomar cuidado para essa porcaria não virar um *Black Mirror* total e a gente ficar, na verdade, dependente da tecnologia e não a tecnologia dependente do nosso uso, mas, com relação a isso, não tem como voltar atrás. . . . O problema é que a tecnologia e as mídias sociais têm reverberado um comportamento, uma atitude de aprofundamento do individualismo, do consumismo. Então esses são os malefícios (Jesus dos Santos, entrevista, 22/07/2020).

A liderança indígena Chirley Pankará faz a crítica dos meios de comunicação de massa como grandes instrumentos de despolitização, mas que também podem ser disputados para organizar determinadas lutas, como as das mulheres indígenas:

> Por exemplo, no ano de 2020, as pessoas que se candidataram nas eleições municipais se valeram muito dos meios de comunicação em massa, por conta da restrição de estar em contato com as pessoas. Então, os meios de comunicação de massa – tenho grandes críticas a eles –, mas são eles que têm colocado no ar o movimento indígena. Nós tivemos agora, no dia 8 de março, por exemplo, o lançamento de um coletivo nosso de mulheres junto à APIB [Articulação dos Povos Indígenas do Brasil], que se chama Anmiga [Articulação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade][69]. Tem oitocentas mulheres se colocando com suas realidades. Foi por meio de comunicação de massa. Como é que eu vou estar aqui em São Paulo, me conectar com Pernambuco, me conectar com Amazonas, e poder contar, e articular e nos fortalecer juntas? E dizer: "olha, manda pra cá, procura gente daqui, manda um advogado, manda não-sei-o-quê...". Então, [as mídias] têm favorecido algumas lutas e tem favorecido também as campanhas, porque as pessoas são midiáticas, né? A juventude é muito desse meio de comunicação em massa, e até nós que já não somos da juventude, estamos aí, meio que viciados a estar olhando todo dia [as redes sociais]. Então, eu creio que essa é uma ferramenta importante, mas ela tem que ser usada para o bem, ser usada saindo das *fake news*, porque com *fake news* é roubo, é corrupção (Chirley Pankará, entrevista, 10/03/2021).

Fernando Ferrari, liderança das lutas da periferia e da cultura, também eleito Co-Deputado Estadual pela Mandata Ativista de São Paulo, assim como Jesus dos Santos e

[69] Mais detalhes disponíveis em: https://apiboficial.org/2021/03/04/mulheres-indigenas-lancam-articulacao-nacional-no-dia-internacional-das-mulheres/

Chirley Pankará, analisa de forma pragmática o papel das redes sociais de internet para a ocupação da política:

> As redes sociais ajudam muito. Ajudam a formar politicamente, ajudam a divulgar o que a gente faz, porque a única forma da gente fazer essa divulgação é via redes sociais. Então as redes sociais, pra gente lá do mandato, por exemplo, foram fundamentais. Foi a diferença para a gente se eleger com 150 mil votos. A gente se elegeu via rede social. A gente não tinha condições nenhumas de fazer trabalho de base, de divulgar nosso trabalho para o estado inteiro, porque não tínhamos grana, né. A gente fez campanha com R$ 80 mil, frente aos milhões das outras legendas! [Mas] tem um perigo muito grande das redes sociais. Porque com as redes sociais, pós-2013, surgiram os movimentos de extrema-direita, que também usaram as redes sociais para estarem onde estão hoje. E usaram as redes sociais sem ter nenhum tipo de trabalho de base. Então você tem aí vários nomes: Holliday, Mamãe Falei, que são pessoas que apareceram do nada, você não sabe da onde que vieram, de onde surgiram, mas que usaram bastante as redes sociais para se favorecer (Fernando Ferrari, entrevista, 07/10/2019).

Essas falas indicam que as redes sociais de internet são cada vez mais percebidas como instrumentos da luta política, sem descartar a possibilidade de organização e formação de base, como poderia se supor se separássemos a "vida conectada", por um lado, da "realidade cotidiana da mobilização nas ruas e praças", por outro. Como mostrou Camila Rocha (2018), nos últimos anos também houve a formação de contrapúblicos de direita, por meio de uma articulação entre ruas e redes da web. É importante observar, contudo, que as manifestações de rua dos grupos de direita tendem a ser muito menos frequentes do que as dos grupos de esquerda, enquanto a capilaridade da direita nas redes sociais, sobretudo via fóruns orgânicos e grupos de WhatsApp, parece ser mais efetiva para resultados eleitorais.

Como diz Maria da Gloria Gohn (2018), as redes sociais de internet cumprem um importante papel de articulação entre os debates online e o chamado à ocupação das ruas. Tanto que, para a autora, as novas tecnologias e aparelhos móveis presentes no cotidiano operaram uma verdadeira revolução na forma de comunicação, principalmente os mais jovens, provocando novas formas de sociabilidade na sociedade civil e, com isso, novas formas de organização, articulação e representação das lutas sociais.

Algumas das novas organizações políticas que surgiram pós-2013 atuam quase exclusivamente pelas redes sociais, como é o caso de grupos de direita, como o movimento "Vem Pra Rua" e os "Revoltados On-Line". Para Gohn (2018, p. 124), esses seriam exemplos de "organizações movimentalistas", pois não chegam a se constituir como um movimento social de fato. Outras formas de luta mediadas pela presença das redes sociais são o que a

autora denomina de “formas aglutinadas em coletivos”, como a Ocupação Estelita, em Recife. Há ainda as formas típicas de movimentos sociais, mas estes encontram-se irreversivelmente afetados pela lógica das novas tecnologias e, portanto, passam a operar de maneiras muito diversas, podendo variar de estruturas mais tradicionais à estruturas mais orgânicas ou autonomistas. Estes últimos foram chamados de “novíssimos movimentos sociais” e abarcam desde iniciativas tais como o Movimento Passe Livre (MPL) – articulador dos primeiros protestos contra o aumento da tarifa em Junho de 2013 –, até as difusas ocupações de escolas pelos estudantes secundaristas, em 2015.

Embora a mediação da internet para a luta política seja uma realidade do mundo de hoje, quem se acostuma com a luta tradicional de base, no cotidiano da vida presencial, percebe que há uma diferença entre as ruas e redes no nível da experiência de *estar junto*, algo que a mediação das redes sociais de internet não é capaz de substituir:

> Ah, nas redes a gente faz porque é o meio desse século, né? Mas é diferente de você fazer luta na rua. Luta na rua você ferve o seu sangue, você tá com o povo, você vê o povo! Então não tem comparação não. Inclusive a gente sente muita falta [devido a pandemia]. Teve aí o Acampamento Terra Livre que, por exemplo, foi online e a gente sentiu muita falta de não ter ido lá para Brasília. Por mais que se comprometa a participar sentado aqui na cadeira, eu pego minha água, bebo, eu posso até ir ali ao banheiro, dou uma pausa aqui na câmera. Por exemplo, da última vez que eu fui [para o ATL, em Brasília], eu dormi na barraquinha lá no chão, usando banheiros químicos. Tem uma diferença em relação a isso. Em relação a que a gente se sente parte da luta. Isso é importante para essa construção, não tem nada igual a rua não. A gente sempre falou na rua. A gente sente falta de ocupar, a gente sente falta de demarcar território, pisando o pé nessa rua aí, mesmo que seja essa rua concretizada por esse povo aí que enfiaram concreto. Essas ruas do concreto, no concreto que tanto explorou gente. Mas a gente quer pisar o pé no chão, quer gritar, quer cantar é junto. E com todo o movimento em prol da defesa de direitos. Se alguém pensa o contrário disso, não quero nem criticar, mas é meio elitista, sabe? Porque você encontra uma pessoa na rua e pode dar um abraço de acolhida e dizer “olha, nós estamos juntas”. O abraço transmite energias! . . . E é lindo que chegar numa pessoa e [fazendo gesto de abraçar] “e aí, amado, amada”. Eu sinto a acolhida. O abraço cura (Chirley Pankará, entrevista, 10/03/2021).

O professor, historiador e vereador por um mandato popular em Feira de Santana, Jhonatas Monteiro, faz uma interessante síntese desse processo de lutas sociais entre as ruas e redes:

> As redes sociais são extremamente importantes hoje. Apesar de serem controladas por grandes empresas, por estimularem uma relação muitas vezes de vício das pessoas com aquelas formas de interação – porque é disso que se trata, né, eu avalio que em

algum futuro, se houver uma regulamentação mais adequada da tecnologia de informação e comunicação e, especialmente, das chamadas redes sociais, muita coisa que hoje é possível e os algoritmos construídos para nos fazer fazer, vai ser considerado igual a indústria do tabaco, do cigarro, que deliberadamente construiu um produto viciante e, que, portanto, precisa de um conjunto de controles, de formas de restrição e tudo mais. Não pode ficar pura e simplesmente na mão da livre iniciativa, [pois] é uma coisa muito importante para sociedade. Tão importante que se constitui numa esfera pública, e, por isso mesmo, ela não pode ficar a bel-prazer dos programadores e controladores dessas empresas que visam, em última instância, o lucro privado. Então as redes são muito importantes, em que pese essa dimensão. E elas são muito importantes por quê? Elas obviamente facilitaram que as pessoas se encontrassem. Isso serve em escala local e também em escala mundial. Então a gente começou a ter uma série de temáticas, as pessoas puderam falar de um conjunto de coisas. Vou dar um exemplo: gordofobia. Não é porque as pessoas não vivenciavam isso como problema, não é que não sentissem isso de alguma maneira, mas que muitas vezes a articulação disso, na realidade local, que a pessoa vivia, era muito mais difícil, né? Por rede ela tem a possibilidade de encontrar mais facilmente pessoas que têm sintonia com essa temática, que têm sensibilidade em relação à pauta, que tem alguma disposição de se organizar mesmo que virtualmente sobre isso. Isso é muito positivo. Mas, ao mesmo tempo, isso não substitui a rua. É complementar. Quem acompanha aí os debates de rede vai ver que tem meme que se presta a tudo, não é? Os últimos que eu vi, há um tempo atrás, era uma coisa assim: “nossa, como é que o pessoal fez a Revolução Francesa sem Whatsapp?” (risos) Olha, “como é que fez tal revolução sem essa ou aquela rede?” (risos) Então muitas vezes isso é redutor. Todo processo de mobilização social se apropria das formas de comunicação mais avançada que tem em sua época, especialmente as revoluções que tem como marca aquela transgressão, transgressão que eu disse no sentido de inventividade histórica, de fazer o que até então não era feito, de colocar coisas que eram consideradas impossíveis. Então, se a gente pensa a Revolução Francesa, vai ver que o papel dos jornais impressos era muito importante. Isso tem correlação com a tecnologia em expansão naquele momento que é era a prensa. A possibilidade de imprimir coisas e tudo mais, usar os tipos móveis, de massificar informação de maneira muito diferente até então do que se fazia com o manuscrito, numa velocidade muito maior. Tanto é que boa parte dos grupos políticos, inclusive da Revolução Francesa, se definiu por serem leitores de jornais específicos. Se a gente pensa na Revolução Russa, ela está intimamente relacionada à linguagem visual, principalmente os cartazes. Tem toda uma iconografia associada à revolução, porque você tem grandes desafios aí. Como é que eu comunico politicamente o que eu quero numa sociedade que é massivamente analfabeta? Produzir imagens tem um papel. Mesmo do ponto de vista da extrema-direita e pensando perspectivas reacionárias e fascistas: o próprio fascismo histórico utilizou brutalmente o rádio. Então não tem contradição, no sentido de uma coisa ou outra. Isso é uma premissa que eu acho que a gente tem que deixar de lado. Existe uma complementaridade. A grande questão é como as coisas se encaixam? Não pode haver aquilo que é, muitas vezes, um pensamento corrente de dizer assim “as redes substituem as ruas”, “não está dando

> para fazer um ato, mesmo antes da pandemia, porque dá pouca gente", "as pessoas não vão" e tudo mais, então nós fazemos um abaixo-assinado virtual e tá dado e é por aí. Isso é problemático porque, como eu disse, quebra essa ideia de complementaridade, e passa a noção de que o novo substitui o anterior e não é bem assim que as coisas se processam na História, especialmente na luta social. (Jhonatas Monteiro, entrevista, 22/04/2021).

Conclusão

Podemos concluir que tanto as ruas como as redes são formas de ocupar a esfera pública e, portanto, fazem parte da cultura política das sociedades que se pretendem democráticas neste início de século XXI. Não é exagero dizer que o grau de democratização de uma determinada forma de vida depende cada vez mais da capacidade de integrar e permitir a fluidez do debate público tanto nas instituições do sistema político tradicional quanto nas arenas discursivas das redes sociais de internet. Isso não significa que seja mais fácil agora encontrar resoluções para problemas públicos. Na verdade, provavelmente ficou mais difícil na medida em que a situação se tornou mais complexa. Por essa razão, uma boa teoria democrática deve levar em consideração essa complexidade e evitar considerações muito externas ou demasiadamente procedimentalistas. Hoje, estamos assistindo a novas possibilidades de compreender os sentidos de emancipação e libertação das lutas sociais desde a experiência de vida dos indivíduos e grupos sociais marginalizados. O grande desafio é fazer ecoar os anseios de transformação social por meio de canais que não são mais tão bem estabelecidos, como na imagem do sistema de comportas. Talvez pudéssemos acrescentar a imagem adicional da separação entre ruas e redes, não como esferas separadas ou antagônicas, mas como partes integrantes da mesma *vida conectada*, como uma praça ou vila na qual as pessoas se encontram sempre duplamente: no chão dos encontros face-a-face e na nuvem das tecnologias digitais.

Considerando que as lutas emergem da experiência de vida e atravessam as relações sociais cotidianas, as contribuições de uma abordagem psicossocial crítica podem ser úteis para processos de desideologização e mobilização da consciência crítica nesta quadra da história em que ruas e redes parecem estar irreversivelmente conectadas. Isso inclui tanto compreender a mediação afetiva das posições políticas quanto fazer a crítica dos processos ideológicos de regressão social que, cotidianamente, modelam as crenças e atitudes dos sujeitos sociais. Nesse sentido, um exemplo utilizado por Rahel Jaeggi, citando Eva von Redecker, é o papel do *ressentimento* enquanto um indicador da regressividade da forma de

vida capitalista, no sentido da adesão de setores da classe média, branca, sobretudo masculina, às forças reacionárias como uma maneira de tentar preservar seus "prêmios de consolação", isto é, os ganhos simbólicos derivados de uma sociedade estruturalmente injusta e opressora, contra as tendências progressistas e democratizantes. Poderíamos dizer que, na sociedade brasileira, o ressentimento se expressa na figura ideológica do "cidadão de bem" (Costa, 2021), pois os "prêmios de consolação" do privilégio masculino ou da superioridade branca, mediadas pela classe, historicamente se incrustaram nas relações sociais que se tornaram aquilo que havia de "mais real" para muitos desses setores, tornando-se uma permanente "fonte de reconhecimento distorcido e de sensação de estabilidade" (Jaeggi & Fraser, 2020, p. 234).

Por fim, esses debates circulam pelas ruas e redes. São caracterizados pela disputa e porosidade típicas das esferas públicas, de modo que podemos retornar agora às considerações de Fraser sobre a necessidade de construir uma ampla frente democrática contra-hegêmonica que reúna as forças progressistas para derrubar a hegemonia do neoliberalismo hiper-reacionário e neutralizar suas tendências protofascistas. No âmbito das lutas sociais, a construção dessa frente – que Fraser chama de um populismo de esquerda – passa pela compreensão da crise do capitalismo e do papel da classe trabalhadora desde uma perspectiva abrangente, atenta às lutas feministas, ecológicas e antirracistas. O cenário parece estar mais complexo, mas também mais favorável à emergência de ocupação e tensionamento com novos corpos, vozes e ideias. Se quisermos encontrar um termômetro para a temperatura dessas lutas, voltemos nosso olhar para a participação política institucional.

Capítulo 6. Participação política institucional

Introdução

Existem muitas formas de estudar a participação política, desde um olhar estrito sobre as instituições formais, sobretudo o jogo eleitoral, até as formas de participação mais ou menos espontâneas, que fazem parte da ação coletiva cotidiana, como os protestos, boicotes etc. Por isso, costuma ser difícil estabelecer uma definição conceitual mínima para trabalhar como tema da participação sem criar algum tipo de dificuldade para análise dos processos políticos. Julian Borba (2012, p. 265), revisando a literatura, propõe trabalhar com a definição abrangente de participação política como sendo "um tipo de comportamento que influencia ou tenta influenciar a distribuição dos bens públicos e/ou resultados políticos". Essa definição abrangente é útil para situar a participação político-institucional na esfera das lutas sociais.

Este capítulo visa discutir os desafios da ocupação da política institucional legislativa por grupos historicamente marginalizados dos espaços de poder formal, e que nos últimos anos têm conseguido ocupar, com muitas dificuldades, algumas brechas do sistema político-eleitoral a partir de suas lutas cotidianas. Para tanto, primeiro vejamos algumas características da democracia formal no Brasil e por que os espaços de representação institucional permanecem sendo elitizados e avessos à efetiva presença de outros corpos (1); em seguida, passaremos pelos "três partidos políticos brasileiros", que, historicamente, definem as tendências e possibilidades da participação política em termos eleitorais, mencionando conhecidas práticas da "velha" política (2); por fim, vamos mapear algumas das estratégias contemporâneas de "hackear" a política institucional, trazendo para o polo representacional expressões antes tidas como apenas extra-representacionais, como a ocupação direta e coletiva dos espaços por novos corpos, pautas e lutas (3). Neste último tópico, a ênfase recai sobre as iniciativas de apoio a candidaturas e sobre os chamados mandatos coletivos. Vamos, assim, afunilando nosso estudo em direção a uma expressão concreta das lutas políticas por direitos na contemporaneidade.

1. Sistema político-eleitoral brasileiro

No Brasil, mudanças na regras eleitorais não são raras e, desde a Constituição de 1988 até o presente momento, já foram realizadas dezenas de alterações, seja por iniciativa do

Congresso ou do Judiciário[70]. O sistema eleitoral funciona com eleições a cada dois anos: gerais (presidente, governadores, senadores, deputados federais, distritais e estaduais) e municipais (prefeitos e vereadores). O sistema eleitoral é: 1) majoritário, isto é, são eleitos os que tiverem mais votos, em até dois turnos, no caso de presidente, governadores, senadores e prefeitos; e 2) proporcional para deputados e vereadores (votos em candidatos isolados ou na legenda dos partidos, sendo que as cadeiras são distribuídas de acordo com a votação total que determinado partido ou federação partidária recebeu).

O sistema majoritário é o mais conhecido pela população, pois é bastante simples: vence quem obtém mais votos na eleição. Já o sistema proporcional de lista aberta – existente desde 1945 – muitas vezes causa confusão entre o eleitorado. Jairo Nicolau (2017) conta o exemplo do motorista de taxi que, em 2010, foi do desapontamento com os 1.353.820 votos recebidos pelo palhaço Tiririca, do PR – um partido de direita –, à indignação por saber que essa quantidade de votos ajudou a eleger um candidato do PCdoB e outro do PT – partidos de esquerda. Isso ocorreu porque naquele momento existiam as coligações partidárias nas eleições proporcionais e em muitos casos as coligações privilegiavam a eficácia eleitoral em detrimento das posições ideológicas. De modo geral, a população brasileira é pouco familiarizada com o funcionamento das eleições proporcionais. O voto para deputados e vereadores costuma ser o último a ser decidido e o primeiro a ser esquecido (Nicolau, 2017). Entre analistas e políticos profissionais, há infinitos debates sobre como aperfeiçoar o sistema, mas, em geral, ou são apresentadas questões demasiadamente técnicas (e, portanto, inviáveis do ponto de vista político) ou as soluções esbarram no campo de interesse dos atores políticos que já se encontram nos espaços de poder (e, em geral, estão mais preocupados em se manterem ali do que em aperfeiçoar o sistema político-eleitoral).

Para nossos propósitos, interessa abordar a questão do ponto de vista mais concreto das desigualdades estruturais que perpassam o jogo político-institucional e das possibilidades de "hackear" a política "de baixo para cima".

1.1. Democracia para quem?

Em uma pesquisa recente, publicada pelo Instituto Update!, Pedro Telles (2019) sumariza as características das desigualdades políticas constitutivas do sistema político-

[70] Folha. Ranier Bragon. "Veja as principais mudanças no sistema político-eleitoral desde 1988". Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/02/veja-as-principais-mudancas-no-sistema-politico-e-eleitoral-desde-1988.shtml

eleitoral brasileiro, sobretudo no que concerne às barreiras de acesso a mulheres, pessoas negras e de baixa renda aos cargos representativos no Poder Legislativo. A democracia brasileira, em termos quantitativos, é a quarta maior do mundo. Porém, 85% dos membros do Congresso Nacional são homens e 76% são brancos. O patrimônio declarado de um congressista é, em média, da ordem de R$ 3,6 milhões, "sendo que 49,7% deles possuem mais de R$ 1 milhão, o que os coloca no grupo dos 0,1% mais ricos da população, enquanto 27% dos brasileiros vivem na pobreza" (Telles, 2019, p. 6; 11).

Isso não ocorre por acaso. Há um padrão histórico de desigualdades na política que favorece o acesso de homens brancos, cisgênero, de territórios centrais e ricos aos espaços de poder. Embora acessem tais cargos por meio de processos formalmente democráticos, é possível dizer que a sub-representação de mulheres, negros, indígenas, pobres, LGBTQIA+, entre outros grupos oprimidos, acaba por acentuar injustiças de fato, uma vez que "mesmo o mais bem preparado e bem-intencionado homem branco de origem privilegiada nunca chegará perto de entender plenamente a realidade e as necessidades de mulheres, negros, indígenas e pessoas de baixa renda" (Telles, 2019, p. 12). Além disso, como veremos, a simples diversificação dos cargos legislativos com outros corpos já tende a representar algum avanço no sentido de maior democratização da política institucional e, consequentemente, da sociedade (Franco, 2017; Mulheres Negras Decidem & Instituto Marielle Franco, 2020; Gatto, Russo & Thomé, 2021)

O próprio sistema eleitoral brasileiro possui um *modus operandi* favorável à perpetuação das desigualdades políticas. Não são permitidas candidaturas avulsas, logo cidadãos/as não podem concorrer sem ingressarem em partido político, o que torna as agremiações reguladoras do processo de candidatura[71]. Além disso, há obstáculos econômicos. O financiamento privado de campanhas, amplamente suscetível à corrupção, foi proibido em 2016, ficando autorizado apenas o financiamento público (por meio do fundo partidário, distribuído proporcionalmente ao tamanho dos partidos no Congresso) e particular, mediante doação de pessoas físicas (esta modalidade limita a 10% da renda anual do doador e restringe o autofinanciamento, com cada candidato podendo arcar com até 10% do custo total de sua campanha). Essas medidas tentam reduzir as disparidades existentes, assim como ações afirmativas com reserva de vagas e financiamento para mulheres e negros. Porém, na prática, são ações institucionais tímidas perante a hegemonia das oligarquias tradicionais, dominantes na maioria dos partidos, que conseguem mobilizar para si um enorme contingente de doações

[71] Folha. Caio Tendolini e Áurea Carolina. "Candidaturas cidadãs para democratizar a política". Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/12/candidaturas-cidadas-para-democratizar-a-politica.shtml

e apoiadores (incluindo lideranças comunitárias ilegalmente contratadas para atuar como cabos eleitorais em período de campanha).

> A democracia brasileira é jovem, tendo sido reestabelecida em 1985, após 21 anos de ditadura militar. Desde então, mudanças nas complexas regras eleitorais (definidas pelo Congresso) ocorrem frequentemente, *geralmente favorecendo os partidos mais fortes e parlamentares já eleitos – exceto nos casos em que há forte mobilização da sociedade e de lideranças políticas contra uma maior concentração de poder* (Telles, 2019, p. 14, grifos meus).

Dentre os motivos para a dificuldade de ocupação política por outros corpos, Telles aponta sete dimensões principais do desenvolvimento de candidaturas políticas nas quais as desigualdades afetam significativamente as possibilidades de sucesso na corrida eleitoral: 1) Acesso a redes de apoio estratégicas; 2) Disponibilidade de tempo; 3) Apoio do partido; 4) Risco de violência, hostilidade e discriminação; 5) Complexidade burocrática; 6) Ausência de ações afirmativas; e 7) Debate público em torno do tema das desigualdades na política. Cada uma dessas dimensões representa um aspecto de dificuldade das campanhas de jovens, mulheres, negras, pobres, pois: 1) os mecanismos de financiamento e acesso a capitais políticos tende a ser concentrados nas candidaturas tradicionais; 2) pessoas que trabalham e/ou estudam, geralmente com dupla ou tripla jornadas diárias, não dispõem de tempo livre para se dedicar profissionalmente à política institucional; 3) os partidos tampouco têm interesse em investir nessas candidaturas, por vezes favorecendo de forma muito discrepante as lideranças tradicionais; 4) assim, mesmo quando novos corpos tentam ocupar a política, os riscos de violência direta, assédio moral ou sexual, ameaças e toda sorte de agressões e impedimentos fazem com que seja quase impossível a permanência nesses espaços políticos; 5) também as dificuldades propriamente burocráticas, como as infinitas normas jurídicas e contábeis são elementos dificultadores da democratização; 6) soma-se a esse cenário a ausência ou inefetividade de ações afirmativas capazes de corrigir as desigualdades existentes; e, por fim, 7) mesmo com alguns pequenos avanços, o nível geral de atenção dado na agenda pública ao tema das desigualdades na política ainda é muito baixo (Telles, 2019).

Tendo em vista esses fatores elencados, as respostas precisam passar por medidas efetivas de acesso às redes de apoio estratégicas mobilizadas por partidos, movimentos e organizações da sociedade civil; pela criação de formas de disponibilidade de tempo para dedicação à política; por apoio consistente e contínuo dos partidos às candidaturas não hegemônicas; ao combate intransigente de toda forma de discriminação, hostilidade, risco e violência política (sobretudo o racismo e a violência política de gênero); capacitação para enfrentar a terrível burocracia institucional; além da criação de ações afirmativas eficazes.

Segundo Telles, tudo isso deve ser acompanhado da amplificação do debate público em torno das questões de desigualdade na política:

> O nível de atenção dado na agenda pública ao tema das desigualdades na política ainda é baixo. As mulheres foram as que mais avançaram nesse sentido, chegando a um ponto em que já é difícil para atores do sistema político ficarem longe de debates sobre seu espaço na política, mas muito mais ainda precisa ser feito. Debates em torno da raça e da classe de candidatos ainda são raros e muitas vezes ausentes. São necessários esforços conscientes, constantes e coordenados por parte de todos os atores preocupados com o assunto para ampliar sua visibilidade e mudar essa realidade – incluindo o envolvimento de lideranças partidárias, filiados, candidatos, políticos eleitos, e organizações e movimentos da sociedade civil (Telles, 2019, p. 35).

Como sintetizou uma das participantes do estudo de Telles: "a democracia que está aí não é uma democracia que dá chance a todos". Isso significa que as contradições da política institucional operam no nível da simultânea inclusão e exclusão: o sistema é formalmente aberto a todas as pessoas, porém opera para expulsar as maiorias marginalizadas e manter os privilégios de uma pequena elite minoritária que historicamente monopoliza o poder. As barreiras institucionais, partidárias e socioeconômicas se retroalimentam e possuem complexidades distintas a depender da localidade ou do grau de organização de um coletivo ou movimento social. Mas, onde há poder, há resistência. Por isso, como veremos adiante, nos últimos anos estão surgindo iniciativas que buscam "hackear o sistema", pressionar as fissuras, combater os privilégios e diversificar as pautas. Antes de entrarmos na discussão sobre essas iniciativas democráticas, temos que compreender a dinâmica geral da disputa do poder institucional que ocorre por mediação de partidos políticos no Brasil. Afinal, como é possível que, mesmo com a existência de tantos partidos políticos, a democracia brasileira seja tão concentrada em oligarquias seculares?

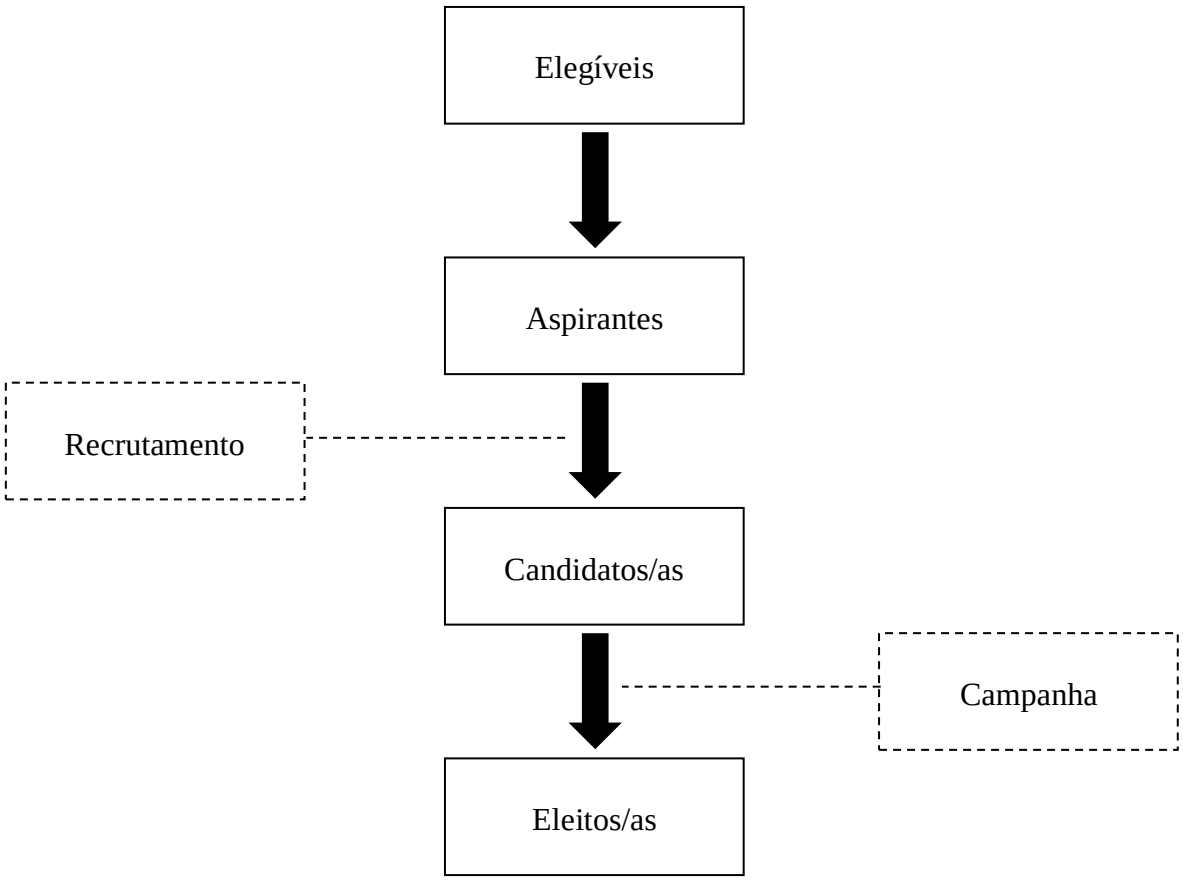
1.2. Barreiras à participação popular na política institucional

Antes de discutir a configuração oligárquica dos partidos políticos, vejamos um pouco mais detidamente as barreiras à participação popular na política eleitoral a partir da pesquisa de Gatto, Russo e Thomé (2021), também publicada pelo Instituto Update!.

Para que uma pessoa venha a ser *eleita* para um cargo público, especialmente para funções legislativas, há um longo percurso antes da apresentação da *candidatura*. Em primeiro lugar, com todos os problemas que a política institucional possui, não é raro que as pessoas sintam-se desencorajadas a entrar nesse universo de relações, sobretudo para as maiorias marginalizadas. A má-fama da política já é um indicador de seu desprestígio social,

logo, de uma barreira à maior participação política. Mas o fato de a luta política não ser convidativa não explica, *per se*, a ausência de diversidade das legislaturas brasileiras. Há outros fatores. Por exemplo, para que uma pessoa seja eleita a um cargo de representação política, ela primeiro deve ser *elegível* (apta a concorrer) e em seguida se apresentar a um partido político como *aspirante* à candidata. Nem todas as pessoas aspirantes são selecionadas para receber o investimento do partido, que está sempre realizando cálculos pragmáticos de eficácia de resultado. Isso faz com que exista um complicado processo de *recrutamento,* praticamente generalizado entre todas as siglas partidárias, embora com distintos critérios. Havendo condições favoráveis – o que inclui, necessariamente, um estofo de base, isto é, um "capital eleitoral" mínimo –, a pessoa ainda tem que ser vista tendo chances de sucesso eleitoral para que o partido invista em sua *campanha.*

Figura 8. Esquema de trajetórias políticas e fatores que, potencialmente, contribuem para as lacunas de representação



Fonte: Adaptado de Gatto et al. (2021, p. 9).

Nesse percurso, para que uma pessoa elegível venha a ser aspirante, isto é, assuma a perspectiva de concorrer, de fato, numa eleição, o processo de recrutamento joga um papel

importante. Não basta haver ambição política ou motivação individual para pavimentar um caminho na política institucional. Na realidade, os partidos e organizações de incentivo a candidaturas podem ser determinantes para que uma pessoa queira se dispor a concorrer a um cargo eletivo. Todo o processo de convite, convencimento, motivação, incentivo etc. pode definir quem sairá ou não como candidato/a. Por isso costuma haver mais dificuldades para *outsiders* do que para "apadrinhados" (quando não parentes diretos) de políticos profissionais. Existem regras formais e informais operando nesse processo, tanto que as pesquisas revelam que "organizações partidárias com mulheres em sua liderança são mais propensas a recrutar e indicar mulheres para concorrer a cargos políticos" (Gatto et al., 2021, p. 14). Além disso, pode haver sistemas de cotas eleitorais que "inflam" a demanda dos partidos por determinados segmentos da população. Por exemplo, com as cotas para mulheres e negros, os partidos passaram a buscar ativamente essas pessoas para cumprirem, ainda que formalmente, as regras[72].

O processo se torna mais complexo com o financiamento da campanha. Há toda uma discussão sobre financiamento (sobre como, em geral, quem tem mais dinheiro vence a eleição) e sobre as origens dos recursos (financiamento privado *versus* fundo público etc.), de modo que toda candidatura faz parte de uma dimensão altamente especializada e técnica de alocação racional de recursos visando determinados fins. Mas, no final das contas, o que vence uma eleição não é apenas o melhor uso da razão instrumental. Há um componente afetivo predominante, que torna a política uma arte de manipulação de emoções. A identificação com uma liderança é descrita na teoria crítica, desde a primeira geração, como um poderoso instrumento de controle das massas.

Alguém poderia dizer que a política institucional é um caso perdido para os grupos oprimidos. Não há lugar para os fracos no jogo do poder. Contudo, quando olhamos para as contradições internas que o próprio sistema produz, percebemos que sua sustentabilidade funcional depende da capacidade de agregar novos atores (por exemplo, atender a cota de candidatas mulheres e população negra), ainda que, na prática, o objetivo seja a perpetuação dos mesmos nomes de sempre. Quando ocorre uma ampliação do número de aspirantes como candidatos, pode acontecer um deslocamento da identificação entre o eleitorado, sobretudo em um contexto de crise de representação. Isso tem sido observado, no Brasil, desde 2016. É

[72] Tanto no caso das cotas para mulheres quanto nas cotas raciais há vícios de implementação. Por exemplo: inicialmente a cota de gênero previa "reservar" 30% das candidaturas para mulheres. Os partidos usavam de subterfúgios e diziam que "reservavam" (mesmo que, objetivamente, não saíssem candidatas na proporção exigida). Tanto que foi necessário alterar o verbo de "reservar" para "preencher" as vagas (Gatto et al., 2021, p. 25-26).

nesse momento que se abre um espaço tático de disputa, possibilitando que os mais fracos consigam agir, mesmo "sem lugar":

> Uma maior representação de grupos marginalizados pode também melhorar a opinião que cidadãos/ãs têm em relação à democracia (Clayton, O'Brien, e Piscopo, 2019), portanto, a representação descritiva [aquela que incorpora características físicas ou sociais específicas do grupo representado, como gênero e raça/etnia] é especialmente importante em contextos de baixos índices de confiança no governo . . . Semelhante às movimentações em curso em outras partes do mundo, a agenda conservadora de Bolsonaro, que enfatiza os esforços para combater o que esses grupos classificam como "ideologia de gênero" (Molyneux et al. 2021; Payne e de Souza Santos 2020), impôs ameaças aos direitos e à segurança de grupos marginalizados, como mulheres e pessoas LGBTQI+. *Ameaça elevada e cenários de urgência política podem impulsionar aspirações políticas (Cooper 2018; Dittmar 2020; Lorde 1981; Traister 2018), então, paradoxalmente e de forma quase irônica, a presidência de Bolsonaro pode acabar levando a aumentos na representação de grupos marginalizados* (Gatto et al., 2021, p.28-29, grifos meus).

Nesse diagnóstico das contradições da disputa política institucional, destaca-se tanto a mediação dos sentimentos de injustiça, quanto a organização prática da luta. Nesse sentido, os partidos políticos são fundamentais. Um partido pode potencializar ou engessar determinada luta. Esse é um dilema para diversas pessoas: entrar para o partido irá favorecer as lutas? Ou as demandas partidárias acabam corrompendo o propósito inicial de disputar a política? Como equacionar as demandas locais concretas com as disputas políticas institucionais, muitas vezes descoladas da realidade? Há pessoas que entram para a política por um ideal de transformação da realidade; outras entram buscando em primeiro lugar um "emprego", isto é, uma compensação financeira. Isso não necessariamente está relacionado com tendências de corrupção (no sentido da apropriação privada indevida da riqueza pública, algo que, por essência, caracteriza o capitalismo), mas revela que a política institucional pode ser esvaziada de propósito quando passa a ser um fim em si mesma (basta lembrar do caso Tiririca). Assim, as instituições políticas tendem a ser mais facilmente apropriadas por quem já possui os recursos (financeiros e políticos) necessários para ocupar e se manter no poder.

Por fim, além desses obstáculos à participação popular na política institucional, há que se enfatizar que política é arena de disputas e, enquanto tal, impera o conflito e a divergência. No entanto, em uma democracia saudável seria de se esperar uma atitude autorreflexiva sobre os parâmetros da disputa, para torná-la justificável e não mistificadora. Não é o que costuma acontecer. Na prática, impera uma disputa quase selvagem, permeada por situações de violência e adoecimento. As barreiras mais evidentes são a violência política de gênero e o racismo.

> No Brasil, análises realizadas pela AzMina e InternetLab revelaram que 40% dos 3.100 tweets sobre mulheres candidatas nas eleições de 2020 continham ofensas e palavrões; 96% dos tweets que continham palavrões eram sobre uma candidata de esquerda e uma de direita – Manuela D'Ávila e Joice Hasselmann – o que sugere que as mulheres de todo o espectro ideológico estão sujeitas ao machismo e ao assédio. *A violência contra mulheres na política apresenta um obstáculo adicional para as campanhas e se configura como um fator bastante relevante de desencorajamento para a entrada das mulheres na política, com potencial de dissuadir candidatas promissoras nas suas aspirações políticas.* É importante ressaltar que . . . o problema é ainda pior quando se trata de candidatas trans (Gatto et al., 2021, p. 139, grifos meus).

Nesse cenário, as lutas adquirem uma função prática: evitar que a política institucional sucumba de vez à barbárie da reprodução dos privilégios. O problema é que, em meio a um ambiente tão hostil quanto esse, dificilmente as pessoas desejariam e encontrariam motivação para permanecer atuando por uma determinada causa, não fosse o fato de que a luta possui um componente *fortalecedor,* no sentido do fortalecimento das potências pessoais e coletivas para seguir enfrentando o poder instituído, conforme veremos nos próximos capítulos. Antes, vamos nos deter brevemente sobre as configurações das disputas no quadro geral ideológico dos partidos e práticas políticas.

2. O Brasil político e suas contradições

2.1. Os três partidos brasileiros

Em 2022, havia no Brasil 32 agremiações partidárias[73] compondo o sistema político-eleitoral. Se essa diversidade não chega a ser uma jabuticaba brasileira[74], ao menos ela seria indicativa da forma específica como se dão as disputas políticas por aqui. Tantas siglas distintas faria supor, por um lado, a existência de uma esfera pública tão plural que as justifiquem, ou, por outro lado, denotaria um sistema partidário francamente desestruturado, aleatório, caótico, muito fragmentado e sem efetiva representatividade (Nicolau, 2017). De certo modo, a segunda alternativa aparece, de imediato, como a mais plausível uma vez que a difusão de legendas e a forma como se dá o jogo político, ora com intensas disputas entre "blocos inimigos", ora com coligações e alianças das mais improváveis, tudo isso em meio a escândalos diários de corrupção nos jornais, faz parecer que a política brasileira simplesmente

[73] Dados do TSE. Disponível: https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse/registrados-no-tse
[74] Uol. Beatriz Montesanti. "Só no Brasil? Congresso fragmentado e com presença de dezenas de partidos políticos não é exclusividade do país". Disponível em: https://www.uol/eleicoes/especiais/congresso-2018-eleicoes-pelo-mundo-parlamento.htm#so-no-brasil

não funciona ou virou um "condomínio" de interesses particulares (Nobre, 2013). Assim, é natural que a população não acredite nas instituições, sobretudo nos partidos e nos representantes políticos eleitos. Como lembra Jairo Nicolau (2017), desde Junho de 2013, um dos principais gritos das ruas dirigidos às instituições foi o "Eles não me representam!".

Essa leitura, contudo, pode esconder uma peculiaridade histórica[75]. André Singer, analisando o jogo partidário-eleitoral desde 1945 até 2014 afirma que é possível encontrar a existência de um padrão. Apesar do período autoritário da ditadura militar, nos dois ciclos democráticos, de 1945 a 1964, e de 1989 a 2014, "a competição eleitoral fluiu para três partidos e refletiu a conformação que a luta de classes tende a tomar no Brasil. Na maior parte do tempo, uma oposição entre 'pobres' e 'ricos' dá a tônica ao conflito partidário, mediado por um vasto interior em que prevalecem relações de clientela" (Singer, 2018, p. 131).

Vista desse modo, a polarização entre "partido dos pobres" e "partido dos ricos", na definição de Singer, é continuamente mediada por um terceiro ator, o mais poderoso dentre eles, que é o "partido do interior" – também conhecido como o "partido do centrão". O partido dos ricos (que inclui a classe média) geralmente enfrenta dificuldades para formar uma base ampla o suficiente para garantir uma vitória tranquila nas eleições presidenciais, enquanto o partido dos pobres enfrenta um adversário mais poderoso do ponto de vista dos meios de comunicação e influência na esfera pública, porém consegue reunir apoio popular nas periferias e movimentos sociais, o que confere força para a disputa do executivo e leva a tendências populistas. Porém, o fiel da balança é o partido do interior, dono de uma "mobilidade ideológica quase absoluta", sendo capaz de se mover de acordo com a temperatura da ocasião, conforme a conjuntura, "podendo tanto ajudar na estabilização como na ruptura do sistema democrático" (Singer, 2018, p. 132). Isso ocorre porque a dinâmica de realinhamento eleitoral é volátil, levando a aliança entre partido dos pobres e centrão a um tipo de estabilidade populista que tende a provocar grave insatisfação e reação por parte da classe média e da burguesia. Quando o pêndulo do centrão vai a favor do partido dos ricos, as tensões de classe se acirram. Em todo caso, o partido do interior garante sua permanência no poder de forma sempre dependente e fisiológica, pois não reúne forças políticas suficientes para governar sozinho. De tempos em tempos, o realinhamento político pode estimular o golpismo:

[75] Há muitas outras leituras sobre a história dos partidos políticos e eleições no Brasil, desde sua instituição durante o Império – com os contorcionismos jurídicos da primeira Constituição de 25 de março de 1824, na qual ideias liberais eram implementadas juntamente com a manutenção da escravidão – até a redemocratização e o "imobilismo em movimento" do pós-1988 (Nobre, 2013, 2016). Para os propósitos dessa pesquisa, acompanharei a posição de Singer (2018).

> Em última análise, o quadro partidário-eleitoral contém em si tais elementos contraditórios por ser expressivo da sociedade de fato existente, cuja formação de classe não reproduz a dos países capitalistas centrais. O *acirramento* do conflito dos partidos *realmente* existentes se conecta com os conflitos de classe *realmente* existentes, levando a um curto-circuito em que o sistema partidário corre de tempos em tempos o risco de se autodestruir, levando junto a democracia (Singer, 2018, p. 132).

Foi o que ocorreu nos três últimos ciclos políticos: 1) de 1945 a 1964; 2) de 1964 a 1989; e 3) de 1989 e 2016. No primeiro ciclo, as três siglas que reuniam os atributos dos partidos realmente existentes foram: a UDN (União Democrática Nacional) – representando a classe média e os ricos –, o getulista PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) –, situado mais próximo aos interesses dos pobres; e o PSD (Partido Social Democrático) –, também fundado por Vargas, mas representava "o enorme interior rural do país, cujas relações de dominação, ao contrário do que acontecia no ambiente urbano, ainda se configuravam como pré-modernas" (Singer, 2018, p.140). É importante lembrar que, nesse período, a maioria da população ainda vivia na zona rural, onde predominava o coronelismo e clientelismo. As duas principais agremiações, UDN e PTB, disputavam bases distintas, a primeira tendo apoio junto à classe média e oligarquias rurais, e o segundo junto às camadas populares urbanas. O pivô da história eram "os votos pessedistas, controlados por chefes municipais, que, por sua vez dependiam das verbas federais, [de modo que] para o PSD era necessário participar do governo federal, qualquer que fosse o partido no poder. Atribui-se a Tancredo Neves o expressivo ditado: entre a *Bíblia* e *O capital*, o PSD ficava com o *Diário Oficial*" (Singer, 2018, p. 140).

No segundo ciclo, da ditadura militar, as eleições federais foram suspensas e o sistema eleitoral passou a ser o bipartidarismo regulado. UDN e PSD foram fundidos na Arena (Aliança Renovadora Nacional) – partido do governo –, e a oposição ficou no MDB (Movimento Democrático Brasileiro) – com forte inserção nas camadas populares das crescentes periferias urbanas. A própria população designava o MDB como o "partido dos pobres", e a Arena como o "partido dos ricos":

> O propósito da reforma partidária de 1979, sancionada pelo presidente João Baptista Figueiredo, foi desorganizar a sigla que recebia os votos do chamado "povão", como já ocorrera com o PTB, agora por meio da divisão do MDB em quatro partes – o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o novo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Popular (PP) – que acabaram se tornando cinco com o surgimento inesperado do PT, mas voltaram a ser quatro com o desaparecimento, em seguida, do PP, agremiação liderada por Tancredo Neves. O PP de Tancredo foi criado em 1980 e reincorporado ao PMDB em 1982 (Singer, 2018, p. 146-147).

Com uma forte inserção nos movimentos sociais e de trabalhadores, o PT foi aglutinando os anseios populares, enquanto o PMDB avançava sobre o interior com apoio das elites tradicionais do "Brasil atrasado". O partido da classe média e dos ricos somente iria se reorganizar um pouco depois, em 1988, com a fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Em 1989, no terceiro ciclo, com a primeira eleição direta desde 1960, a situação era de desalinhamento. O PT não conseguiu reunir a simpatia dos mais pobres para lhe conferir a vitória, o que só ocorreu com o realinhamento de 2002. O PMDB foi constituindo um centrão cada vez mais relevante no Congresso e o PSDB caminhava para a direita, sobretudo com a aliança com o PFL (Partido da Frente Liberal), carregando como bandeira dar ao país um "choque de capitalismo", na expressão de Mário Covas.

Nas décadas de 1990 e 2000, o sistema se reconstitui e a polarização passa a ser entre PT e PSDB, com o PMDB consolidado nas Casas Legislativas, sobretudo com o apoio da bancada ruralista. A força política do PMDB se reflete na ocupação – quase ininterrupta – da presidência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal por seus filiados, para além das numerosas bancadas e da participação em diversos Ministérios.

> Verifica-se assim que o PMDB levou adiante as características do antigo PSD, praticando uma "política tradicional", entendida como aquela na qual os partidos são veículos de controle oligárquico, e os interesses são mediados por relações patrão-cliente. Enraizados no interior, em oligarquias regionais antigas e nos interesses rurais, PSD e PMDB estabeleceram programas pouco nítidos, permitindo alianças alternadas com as duas agremiações polares. . . . Daí o PMDB carecer de um programa próprio, e seguir, mais ou menos ao sabor da conjuntura, aqueles oferecidos pelo PSDB e pelo PT. Compreende-se que a literatura apresente o PMDB ora como partido de centro, ora como pertencente ao campo da direita, exatamente como ocorria com o antigo PSD. Ambiguidade conveniente para quem precisa estar sempre no governo, embora se mostre prejudicial à *representatividade* do sistema como um todo (Singer, 2018, p. 155).

Essa interpretação oferecida por Singer possibilita visualizar, em linhas gerais, como ocorre a polarização político-partidária em nível macro e suas tendências de desalinhamento e realinhamento de forças. No entanto, no período Dilma as tensões explodiram, sobretudo após as eleições de 2014 e com o golpe de 2016. Em 2018, a extrema-direita chega ao poder, com Bolsonaro, nas eleições majoritárias mais fragilizadas da curta história da Nova República até agora, devido às máquinas de desinformação em massa nas redes sociais de internet e ao sentimento de desilusão de grande parte da população em relação à política institucional.

Esses acontecimentos poderiam indicar que as esperanças trazidas por Junho de 2013 teriam sido perdidas. Mas, na realidade, observamos um singular processo de acirramento das disputas em meio ao descrédito generalizado com as instituições políticas. O confronto entre a "velha" e a "nova" política possibilita que surjam novos atores para disputar os espaços de poder. É nesse contexto que ganha força, desde a sociedade civil, os diversos experimentos de inovação democrática, conhecidas como movimentos ou organizações de "renovação política" ou, de forma mais ampla, como "iniciativas de apoio a candidatos/as". Antes, contudo, de passar a essas iniciativas, convém fazer uma breve digressão sobre as práticas características da "velha" política.

2.2. Notas sobre algumas práticas da "velha" política

Uma vez que, no Brasil, as principais forças políticas tendem a se polarizar entre "partido dos ricos" e "partidos dos pobres", com a mediação de um "partido do interior" – que, devido sua volatilidade ideológica, consegue se manter *sempre* no poder –, a luta de classes não aparece de forma tão direta para a maioria da população quanto em outras latitudes. O papel do "centrão" é muito maior do que um mero pivô do conflito, capaz de oscilar da direita à esquerda e de volta enquanto os ventos soprarem a seu favor. Na realidade, o "poder do interior" deriva da forma como se dão, tradicionalmente, as práticas políticas no país. Atraso, coronelismo, clientelismo, patrimonialismo são apenas algumas das palavras utilizadas para designar essa característica peculiar da política despolitizada, da "democracia de fachada" que constitui a administração dos poderes públicos nessas terras, desde os tempos do capitalismo mercantilista com ares de modernidade.

Dentre as características dessa "velha" – mas muitíssimo atual – forma de fazer política, destacam-se o coronelismo, o clientelismo e a corrupção endêmica. A tese do coronelismo foi defendida por Victor Nunes Leal (2012), para quem o poder dos chefes dos pequenos municípios era exercido de forma direta, mediante a figura do Coronel – uma autoridade política local, nem sempre detentor de patente militar, mas com elevado prestígio e reconhecimento social – que concentra o poder político para si ou para seus afilhados a partir do controle dos votos do eleitorado. O coronel às vezes é descrito de forma estereotipada "como um fazendeiro rústico, autoritário, brutal, ignorante, dispondo da vida dos demais habitantes do lugarejo em que reside" (Janotti, 1992, p. 8). Mas o fato é que os "coronéis" são muito mais versáteis e sua forma de controlar a política vai além dos períodos do Império e da Primeira República. Ainda hoje, "os coronéis podem ser vistos como representantes da

oligarquia agrícola-mercantil que controla o poder público e orienta suas decisões no sentido de afastar as demais classes do poder e manter seus privilégios" (Janotti, 1992, p. 9). Essa figura peculiar de nossa história colonizada – assim como outros caudilhos latino-americanos –, deriva de uma característica própria da forma como opera a dominação e opressão política: como observa Maria de Lourdes Janotti, as classes dominantes, em pequeno número, não são capazes de manter o poder político direto sem apoio de mediadores locais, por isso, "a dominação é exercida através de um encadeamento hierárquico rígido, no qual o Coronel representa o poder local, imediatamente superior ao pai de família" (Janotti. 1992, p. 11).

É típico do coronelismo reduzir a política a um jogo de trocas de favores imediatos e dessubstancializar o voto individual. Tanto que essas práticas ficaram conhecidas como "curral eleitoral", nas quais as pessoas eram levadas às eleições por representantes de seus coronéis apenas para entregar os "votos de cabresto", já pré-determinados pela autoridade local. Assim, a política, enquanto possibilidade de dissenso e ocupação da esfera pública para processar as diferenças, ficava completamente anulada. Poderíamos supor que essa "velha" forma de fazer política é um artefato histórico datado. Contudo, ao observarmos o modo como ocorrem as eleições no Brasil, podemos perceber que este tipo de prática permanece presente. Talvez seja a regra, e não a exceção – e não apenas nos mais recônditos interiores do país.

A partir da observação dos processos de obtenção de voto nas últimas eleições, desde a minha percepção situada[76], pude notar que a figura do "cabo eleitoral" permanece sendo fundamental para a obtenção de votos e, consequentemente, definição dos resultados eleitorais. Não estou falando aqui apenas de figuras estereotipadas como as milícias das favelas do Rio de Janeiro, tal como retratadas no filme "Tropa de Elite 2", mas de pessoas comuns ou lideranças locais que estabelecem vínculos com representantes políticos (vereadores/as, deputados/as etc.) e, durante o período de eleições, efetivamente *trabalham* para conseguir votos em troca de alguma remuneração ou ajuda pontual. Tanto que uma das pessoas com quem conversei para esta pesquisa, que ocupa uma função na institucionalidade pública, disse que a sua forma de fazer política é abordar as pessoas dizendo "não compramos votos", pois sabe que isso é surpreendente. O efeito esperado dessa luta política é pedagógico, no sentido de mostrar que há pessoas interessadas em ocupar a política sem ser mediante a troca de favores. Talvez isso possa estimular uma valorização do voto individual enquanto instrumento político amplo, embora, na prática, o mais comum seja utilizá-lo como moeda de

[76] Irei mencionar situações que observei diretamente ou mediante interlocutores, preservando nomes e locais.

troca, uma vez que, de modo geral, não há muita confiança da população brasileira em seus representantes públicos.

No caso dos cabos eleitorais garantidores de votos ocorre, em alguns municípios, de vereadores/as eleitos/as articularem com o poder executivo a contratação de pessoas por indicação direta mediante serviços públicos administrados por cooperativas ou outras Organizações da Sociedade Civil (OSC). Essas cooperativas ou OSCs operam no setor público com parte ou a totalidade de suas equipes indicadas por figuras políticas – o que significa que não há qualquer mérito na contratação e, portanto, isso pode muitas vezes significar um prejuízo da qualidade do serviço prestado à população – e essas pessoas indicadas acabam obtendo um grande capital político (por vezes, no cotidiano de um serviço público no interior do Brasil, pode-se: "faça tal coisa ou eu te denuncio para meu/minha vereador/a" como uma ameaça real a trabalhadores/as efetivamente concursados/as). Uma vez pude presenciar uma cena que poderia ser considerada inconcebível em uma república séria: uma trabalhadora de um serviço público de assistência social de um determinado município, e que havia sido indicada por uma vereadora, não apenas fazia abertamente campanha política dentro do equipamento público (era período de eleições municipais), como tinha uma *lista* com uma relação de nomes que *deveriam* votar na pessoa que a patrocinava. Ela ainda dizia que, após a eleição, essa lista seria *conferida* pela equipe da parlamentar e, caso não houvesse atingido a meta, poderia haver sanções e represálias.

Outra situação de clientelismo explícito que tive conhecimento por intermédio de lideranças comunitárias aconteceu em um território periférico da metrópole de São Paulo, em 2020, onde se poderia supor que essa lógica não chegaria devido ao enorme contingente populacional. Na realidade, ocorreu que, dias antes da votação de segundo turno para prefeito, representantes de organizações territoriais vinculadas a uma das partes em disputa (a que já estava no poder) distribuíram abertamente cestas básicas para famílias em situação de elevada vulnerabilidade com o recado explícito de em quem deveriam votar. Lembro-me também de uma liderança comunitária que organizava uma luta por serviços públicos de saúde para a população de um território periférico me dizer que ela era convidada a prestar esse tipo de apoio a determinadas figuras políticas da região e que algumas pessoas inclusive diziam que "se nenhum político contratar a senhora, estará sendo muito burro", dado o capital social que ela havia reunido por meio de sua luta comunitária.

Outro exemplo sobre como as disputas da política institucional atravessam a vida cotidiana pode ser expresso pelo descontentamento geral com os "esquemas de corrupção". Embora alguns analistas, como o sociólogo Jessé Souza (2017), enfatizem o elemento de

"erro" contido no foco exclusivo da corrupção no Estado – entendida como "corrupção dos tolos" –, para a maior parte da população brasileira, a corrupção aparece como algo podre e intrínseco ao sistema político-eleitoral, de modo que este tem sido cada vez mais objeto de opróbio. Com isso, o debate sobre o papel exercido pelos representantes públicos é estreitado desde o ângulo moral no qual é difícil encontrar alguém honesto num sistema intrinsecamente corrupto, logo, tais práticas não são apenas indicativas de desprezo pelos ritos democráticos e pela legislação eleitoral, mas realmente favorecem a despolitização e criam um imaginário de desolação com a política institucional. Tanto que é comum ouvir frases como: "todos os políticos são iguais" e, portanto, "não dá para confiar em candidato nenhum". E assim temos a curiosa situação de *representantes eleitos que sentimos que não nos representam*.

É interessante observar que essa forma de se relacionar com a política é ideológica no sentido de esvaziar o debate sobre a função da própria política institucional. Afinal, a melhor maneira de se combater a corrupção passa por *mais política*, no sentido da criação de espaços de participação e fiscalização, ocupação das instituições públicas por grupos organizados da sociedade civil, maior e mais diversificada cobertura de imprensa etc. Tudo isso é minado pela sensação de que "política não tem jeito", então, "é melhor desistir do que passar raiva". Em psicologia social, chamamos esse processo de desesperança aprendida, pois não é natural a abdicação de participar de assuntos comuns de um grupo – por mais complexo que ele seja – do qual o indivíduo participa e perante o qual pode vira a ser convocado a se posicionar. Quando a pressão do grupo vai no sentido da constrição da participação e do pensamento crítico, a tendência geral é de adaptação e não de enfrentamento. Apenas alguns poucos indivíduos conseguem romper com a pressão do conformismo grupal e apresentar alternativas. Nesses casos, interessa compreender como se articulam as forças de resistência. Vejamos então um equivalente ao nível das disputas da política institucional: as iniciativas de apoio a candidaturas contra-hegemônicas.

3. Mapeando formas de "hackear" a política

3.1. Iniciativas de apoio a candidaturas

É interessante notar o uso da expressão "hackear a política" para indicar a intenção de ocupar os espaços institucionais democráticos com novos corpos e pautas. Um "hacker" é alguém que possui vasto conhecimento sobre o funcionamento de um sistema de modo a conseguir burlar as barreiras e acessá-lo, inclusive com poderes de modificá-lo segundo seus

interesses. A expressão é oriunda dos sistemas computacionais de internet, porém foi adotada como uma metáfora para se referir ao sistema eleitoral brasileiro, pois esse sistema opera com diversas barreiras objetivas, quase intransponíveis para os grupos marginalizados. “Hackear”, portanto, tem um sentido de luta, de estudo e ocupação desses espaços, cujo funcionamento tende a repor as barreiras e a dificultar a ampliação do acesso.

Mas, quem são essas pessoas e grupos? Há uma literatura sobre essas diversas formas de “hackear” o sistema político-eleitoral que vai se formando em torno da pesquisa sobre “Movimentos de Renovação Política”, “Inovações Democráticas”, “Mandatos Coletivos e Compartilhados” entre outros (Secchi et al., 2019; Moura, 2019; Silva Júnior & Araújo, 2019; Trotta, 2020; Silva et al., 2021; Rossini, A. M. 2021; Sepúlveda, 2021; Silva, Avelar & Pereira, 2021; Nascimento, 2021; Campos, 2021; Faria, 2021; Morais Oliveira & Gondo Macedo, 2022). Essa agenda, ainda incipiente, revela um interesse pelo potencial democrático das iniciativas de ampliação da disputa político-eleitoral. No entanto, há muitas divergências internas: existem “organizações”, “movimentos”, “coletivos”, entre outras variedades de formato e modos de funcionamento que tornam esse universo bastante complexo. Por isso, talvez seja melhor denominá-las apenas como “iniciativas de apoio a candidaturas” (Gatto et al., 2021).

De modo geral, segundo o estudo de Malu Gatto, Guilherme Russo e Débora Thomé (2021), as iniciativas de apoio a candidaturas possuem duas características: 1) seus esforços estão voltados para a renovação política no sentido de apoio a candidatos/as que, ou concorrem pela primeira vez, ou foram malsucedidos/as em tentativas anteriores; e 2) operam fora dos partidos políticos, dos quais mantêm distância. São organizações da sociedade civil, mais ou menos formalizadas, que assumem explicitamente a missão de interferir nas disputas políticas a partir do recrutamento e preparação de candidatos/as, além do apoio à campanha e mobilização política. Embora variem amplamente quanto ao público-alvo, cobertura territorial, nível de institucionalização, recursos, ideologia política e serviços oferecidos, essas iniciativas são um novo tipo de ator na política eleitoral brasileira – muitas vezes rivalizando com os partidos políticos tradicionais[77].

Não se trata, contudo, de uma novidade brasileira:

> a ideia de utilizar programas de treinamento e apoio a candidatos/as como forma de promover as candidaturas de estreantes na política e grupos sub-representados não é nova em termos internacionais; nos Estados Unidos, existem várias delas. Por

[77] Folha. Daniela Arcanjo. “Ciro diz que movimento de Tabata é 'partido clandestino' e que ela faz dupla militância”. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/ciro-diz-que-movimento-de-tabata-e-partido-clandestino-e-que-ela-faz-dupla-militancia.shtml

> exemplo, a Emily's List, uma organização criada para apoiar as candidaturas de mulheres dentro do Partido Democrata, foi fundada em 1985. A Ignite, uma organização não partidária para preparar meninas e mulheres em idade escolar e universitária para concorrer a cargos, e Maggie's List, que apoia as candidaturas de mulheres dentro do Partido Republicano, foram criadas em 2010. Atualmente, existem pelo menos 600 iniciativas desse tipo nos Estados Unidos para treinar, apoiar e promover as candidaturas de mulheres (Kreitzer e Osborn 2019) — além de muitas outras para promover a eleição de grupos raciais e étnicos marginalizados, jovens e pessoas LGBTQI+ (Gatto et al., 2021, p. 144).

As iniciativas de apoio a candidatos/as brasileiras desenvolvem diversas práticas, com destaque para os cursos de formação política e o apoio personalizado durante períodos pré e pós-campanha. Os cursos não são exatamente uma novidade, pois é muito comum encontrar formações pagas ou gratuitas oferecidas por organizações, partidos políticos e até pelo TSE. Esses cursos tradicionais, contudo, costumam se resumir a aspectos introdutórios ou gerais do processo político, como legislação, campanhas, estrutura institucional, processo legislativo e políticas públicas. Já no caso das iniciativas de apoio, os cursos tendem a ser mais aprofundados e atualizados, tematizando desafios concretos enfrentados no processo de competição eleitoral. Além disso, diversas iniciativas oferecem apoio personalizado para a construção da campanha eleitoral. Em alguns casos, como o RenovaBR, esse apoio é mais amplo e chega a um grande número de candidatos apoiados; em outros, o acompanhamento é mais focalizado e pode estar diretamente vinculado a uma pauta de luta específica.

Na pesquisa *+Representatividade*, de Gatto, Russo e Thomé (2021), em que estou me apoiando, foi realizado uma interessante análise sobre a efetividade das iniciativas de apoio à candidaturas em combater os obstáculos de acesso à política institucional por representantes de grupos historicamente marginalizados. A análise incidiu sobre as dimensões do recrutamento e da campanha. O quadro 09 sintetiza as questões formuladas e respostas obtidas a partir da consulta a diversas iniciativas de apoio a candidaturas.

No que se refere ao recrutamento, as iniciativas de apoio a candidaturas representam uma possibilidade de problematizar a sub-representação de grupos oprimidos na política institucional formal, embora isso não signifique, necessariamente, que elas têm conseguido de fato ampliar o interesse e a representação desses grupos – sobretudo as mulheres – nas disputas políticas ou que têm levado a maior apoio do eleitorado a esses grupos. Isso ocorre porque o problema da sub-representação passa, principalmente, pelo funcionamento dos partidos políticos e, de modo geral, os partidos têm sido organizações pouco afeitas à mudança.

Quadro 9. Atuação das iniciativas de apoio a candidatos/as para superação de obstáculos de participação política entre grupos historicamente marginalizados

Dimensão: recrutamento	
1) As iniciativas de apoio a candidatos/as enfrentam lacunas de interesse, ambição e autopercepção de qualificação para ocupar cargos públicos?	***Em parte, sim.***
2) As atividades das iniciativas estão reduzindo as brechas de gênero através do recrutamento ativo?	***Não está claro.***
3) As iniciativas de apoio a candidatos/as facilitam o acesso de grupos marginalizados aos partidos políticos?	***De modo geral, não. Mas fornecem vias alternativas para o recrutamento em paralelo aos partidos políticos.***
4) As iniciativas de apoio a candidatos/as aproveitam a oportunidade de que eleitores/as estão cientes e apoiam os esforços para enfrentar a sub-representação política dos grupos marginalizados.?	***Sim.***
5) O trabalho de iniciativas de apoio a candidatos/as leva a maiores níveis de apoio à representação de candidatos/as negros/as e LGBTQI+?	***Não está claro.***
Dimensão: campanha	
1) As iniciativas de apoio a candidatos/as aumentam o acesso dos/as candidatos/as a recursos financeiros?	***Na maioria das vezes, não.***
2) As iniciativas aliviam a carga associada às necessidades dos/as candidatos/as de contar com recursos próprios para financiar suas campanhas?	***Sim, embora talvez não o suficiente.***
3) As iniciativas reduzem as lacunas na oferta de determinados serviços especiais/personalizados?	***Algumas, certamente, sim.***
4) As iniciativas de apoio a candidatos/as aumentam a viabilidade eleitoral dos/as candidatos/as aos olhos dos/as eleitores/as?	***Elas têm potencial para fazer isso, mas ainda não o fazem.***
5) As iniciativas de apoio a candidatos/as combatem a violência política de gênero?	***Ainda não, mas há avanços promissores nessa direção.***

Fonte: Adaptado de Gatto et al. (2021).

Em relação à campanha eleitoral, as iniciativas não significam maior acesso a recursos financeiros, embora tenham contribuído com outras formas de apoio, como divulgação e outros serviços. Elas possuem grande potencial de aumentar a viabilidade de candidatos/as, uma vez que o treinamento oferecido é uma importante fonte para obtenção de capital político. Há também um potencial crítico nessas iniciativas, ao tematizar a sub-representação de grupos marginalizados e possibilitar o enfrentamento de injustiças históricas. O principal exemplo é a violência política de gênero, pois as mulheres ainda são minoria em todos os espaços políticos formais. No entanto, as iniciativas de apoio também podem ser regressivas, caso apenas reproduzam, com nova roupagem, as práticas tradicionalistas da política brasileira e acabem privilegiando a disputa política voltada para a obtenção do poder pelo poder. Por isso, é necessário acompanhar com atenção os efeitos da atuação de tais iniciativas – as já existentes e outras que venham a surgir – tendo como critério fundamental o enfrentamento de injustiças históricas a partir da luta pela ocupação da política institucional.

Quadro 10. Iniciativas de apoio a candidaturas

Iniciativa	Como se apresenta	Mídia
#MeRepresenta	O #MeRepresenta é uma ONG formada por entidades de mulheres, pessoas negras e LGBT+ que buscam promover igualdade de gênero, luta antirracista e respeito à diversidade sexual e à identidade de gênero na política. Somos resultado da união entre Blogueiras Negras, Fundação Cidadania Inteligente, Mulheres Negras Decidem, Rede Feminista de Juristas (DeFEMde) e #VoteLGBT.	Link
(Re)Presente	Curso para candidatas "(Re)Presente! Mais mulheres na política", promovido pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM-UFBA), Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM-UFBA), Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM-BA) e Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia (SPM-BA).	Link
Acredito	O Acredito é um movimento de renovação política suprapartidário e progressista, comprometido com justiça social e responsabilidade fiscal. Para dar vez e voz a uma nova geração na definição dos rumos de nosso país. Uma renovação de princípios, práticas e pessoas. Um projeto de 10 anos. Um novo congresso com a cara do Brasil.	Link
Agenda Marielle Franco	Do "Falar Marielle" ao "Fazer Marielle".2020. Primeira Eleição Municipal desde que Marielle Franco foi eleita. Milhões de pessoas falam em seu nome, mas nem todo mundo conhece o seu modo de fazer política e as causas que ela defendia. Por isso, com a Agenda Marielle Franco, costuramos e disponibilizamos publicamente este legado em um conjunto de compromissos para que: 1) candidaturas das eleições de 2020 que queriam verdadeiramente honrar essa memória, pudessem se comprometer com todas as práticas e pautas; 2) e todas as pessoas que querem multiplicar esse legado possam se tornar defensoras de suas práticas e pautas.	Link
Agora!	O Agora é uma plataforma de lideranças engajadas na discussão, formulação e implementação de políticas públicas no Brasil. É um movimento independente, plural e sem fins lucrativos, que busca qualificar o debate político ao oferecer alternativas de políticas públicas, baseadas em fatos e evidências, para os principais desafios brasileiros. Nossos membros acreditam em um Brasil mais humano, simples e sustentável – em um Estado eficiente e conectado, que reduza desigualdades e garanta o bem-estar de todos os cidadãos.	Link
Bancada Ativista	Somos um movimento independente e pluripartidário dedicado a eleger ativistas em SP e apoiar a construção de seus mantados.	Link
Bancada Preta	Somos um conjunto de organizações e ativistas sociais, de várias regiões e estados, que se uniram para criar uma tecnologia de comunicação que potencializa o protagonismo de pessoas pretas nas esferas sociais e políticas.	Link
Brasil 21	O @BR21 é um Instituto dedicado ao avanço da sociedade brasileira. Nossas atividades estão focadas em pesquisa, desenho e desenvolvimento para o avanço das políticas públicas e inovação da democracia. Somos uma equipe interdisciplinar de colaboradores de todo o país, originais de diferentes classes sociais e gerações. Nosso trabalho é focado na inovação da democracia e na construção de políticas públicas progressivas. Estas são baseadas em evidência, calibradas para nossa cultura e contexto, e desenvolvidas com as comunidades locais e as melhores tecnologias. Acreditamos que a única forma capaz de fazer o Brasil avançar na escala e profundidade necessárias é qualificar a política e renovar permanentemente seus quadros. Por isso colaboramos de forma independente com o movimento Brasil21 e disponibilizamos nossas pesquisas e projetos para todos os movimentos e organizações políticas de forma apartidária.	Link

Iniciativa	Como se apresenta	Mídia
Candidate-se	O Candidate-se é uma iniciativa suprapartidária que visa dar suporte para pré-candidaturas e pessoas interessadas em processos de participação e representação. Com encontros, cursos de formação, ferramentas de comunicação, tecnologias de mobilização e uma plataforma de mapeamento, suporte, intercâmbio de conhecimento e experiências pretendemos auxiliar na construção de campanhas por todo o país. Uma plataforma aberta para todas as pessoas que queriam enviar propostas de atuação local e que mude as suas cidades. Assim, vamos elaborar juntes um grande programa político municipalista, democrático, progressista e diverso.	Link
Elas no Poder	Temos como missão aumentar a participação das mulheres na política e fortalecer suas atuações nos espaços de poder político. Contribuímos com formação política e treinamento eleitoral, pois acreditamos que com candidatas e equipes bem preparadas, suas campanhas serão mais competitivas, ampliando as chances de vitória.	Link
Escola Casa Comum	Formação Política de Cristãos Humanistas. Núcleo de Estudos Sociopolíticos. (PUC-MG). A missão da Casa Comum é criar uma rede de aprendizagem para ações políticas que visem a cocriação da Casa Comum. A missão é pautada pela urgências globais do mundo contemporâneo relacionadas à ecologia, economia, educação e ecumenismo. A Escola Casa Comum promoverá cursos, oficinas, seminários, palestras e debates além de oferecer assessorias.	Link
Escola de Ativismo	A Escola de Ativismo é um coletivo independente constituído em 2011 com a missão de fortalecer grupos ativistas por meio de processos de aprendizagem em estratégias e técnicas de ações não-violentas e criativas, campanhas, comunicação, mobilização, e segurança da informação, voltadas para a defesa da democracia, dos direitos humanos e da sustentabilidade. O coletivo é formado por um grupo multidisciplinar de ativistas, que se organiza de maneira distribuída e não hierárquica, por meio de princípios orientadores em diversas regiões do Brasil.	Link
Escola de Candidatas	A Escola de Candidatas é o canal da plataforma de ensino à distância que oferece às mulheres candidatas, líderes, militantes e envolvidas no processo político cursos que permitam ampliar a performance de suas campanhas eleitorais. No canal Escola de Candidatas você encontra conteúdos que abordarão todos os aspectos da jornada de uma pré-candidata e candidata. O objetivo é ajudar as mulheres a entenderem tudo que é necessário para realizar uma campanha de sucesso.	Link
Frente Favela Brasil	O Partido Frente Favela Brasil surge inspirado na luta por reconhecimento da dignidade da pessoa negra e dos excluídos do Brasil. O que nos motiva decisiva e definitivamente é o combate às desigualdades abissais que ainda vitimam os afrodescendentes e os pobres de qualquer cor e origem nesse país	Link
Iniciativa Brasilianas	Somos mulheres jovens que se preocupam com a participação de mulheres na política, propondo-se a atuar na formação de lideranças femininas, e na articulação em redes de apoio no Estado de São Paulo. Nosso objetivo é promover a igualdade de gênero na política transformando a realidade na qual as mulheres estão representadas, impulsionando candidatas que posteriormente devem ocupar cargos nos executivos e legislativos brasileiros. Brasilianas é uma iniciativa que visa desenvolver políticas públicas para mulheres, a partir de pesquisa e prática. Começamos nossas atividades em 2018, após o diagnóstico de que é importante implementar políticas públicas de forma permanente e perene, não apenas a partir da administração pública, mas também no terceiro setor.	Link
Instituto Alziras	Somos uma organização sem fins lucrativos com a missão de ampliar e fortalecer a presença de mulheres, em toda sua diversidade, na política e na gestão pública.	Link
IPAD	O Instituto Pensamentos e Ações para Defesa da Democracia - IPAD nasce da necessidade de construção de uma agenda por reformas sustentáveis identificada com os interesses maiores dos grupos sociais que predominam na periferia. O IPAD é um centro plural de formação política, com prioridade para jovens negros que formam a periferia em todo Brasil.	Link
Instituto Update!	O Instituto Update busca fortalecer a democracia na América Latina aproximando os cidadãos da política por meio do resgate da confiança, da atualização das práticas políticas e da busca por maior representatividade nos espaços de poder.	Link

Iniciativa	Como se apresenta	Mídia
Livres	O Livres defende a liberdade por inteiro no Brasil. Para que as suas escolhas importem mais do que o lugar onde você nasceu.	Link
Mapa das Mina	O #mapadasmina é um coletivo criado em agosto de 2017 com o objetivo promover, visibilizar e apoiar as candidaturas de mulheres nas eleições 2018, inicialmente no estado do Rio de Janeiro. O #mapadasmina acredita que a igualdade de gênero nos espaços de tomada de decisão é fundamental para o fortalecimento da democracia brasileira.	Link
Meu Voto Será Feminista	#MeuVotoSeráFeminista é um projeto-ação com foco no impulsionamento de mulheres feministas na política institucional, dando visibilidade às candidatas, convocando aliadAs e investindo, de forma permanente, numa cultura para o voto feminista.	Link
Mulheres na Política	Com a finalidade de aprofundar o debate sobre a participação das mulheres na política na sociedade atual, lançamos Mulheres na Política com o propósito de desenvolver atividades de estudo e pesquisa, assim como de transformação social, promovendo a participação política das mulheres na construção de uma nova sociedade. O feminismo é uma luta combativa contra todo tipo de opressão, que não pode ser confundido com o empoderamento e/ou ascensão de um pequeno grupo de mulheres, enquanto a maioria continua sendo oprimida. Nesse sentido, o feminismo liberal ao reforçar a ascensão de poucas e precarizar a vida de muitas, apenas serve de instrumento para manter privilégios de quem já possui vantagens sociais, culturais e econômicas. Somos feministas anticapitalistas, antirracistas, anticorporativistas. Não se combate o sexismo, sem consciência de classe.	Link
Nova Frente Negra Brasileira	A Frente Negra Brasileira foi o primeiro e único partido político que priorizou as reais desigualdades sociais da população negra em suas ações, foi fundada em 16 de setembro de 1931. E agora, 86 anos depois, inspiradas e inspirados na relevante e potente ação daquele coletivo de negros e negras, lançamos a Nova Frente Negra Brasileira, para continuar constituindo, construindo e contando novas histórias, evidenciando o protagonismo de resistência do povo negro, para a construção de um projeto de país melhor para todas e todos.	Link
Ocupa política	O Ocupa Política é uma confluência de organizações, coletivos da sociedade civil e (atualmente) 17 Mandatos-Ativistas. Estamos juntas para ocupar a política institucional, potencializar candidaturas ativistas e articular uma política suprapartidária de renovação progressista nacional!	Link
RAPS	A Rede de Ação Política pela Sustentabilidade – RAPS é uma organização apartidária criada em 2012 com a missão de contribuir para a melhoria da democracia e do processo político brasileiro e de disseminar o compromisso com a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável na política institucional. Nós fazemos isso por meio de apoio, conexão e esenvolvimento de lideranças políticas, de diferentes partidos políticos, origens e ideologias, capazes de colocar as diferenças de lado para dialogar e atuar conjuntamente na busca de soluções concretas para nossos principais desafios econômicos, sociais, ambientais e políticos.	Link
RenovaBR	O RenovaBR é uma escola de educação política que prepara pessoas comuns de diferentes origens e ideologias para renovar a democracia brasileira. O RenovaBR é uma escola de formação política mantida por cidadãos comuns que acreditam em uma democracia mais saudável, participativa e representativa. Atuar de forma independente em meio aos inúmeros atores, agendas e demandas da política é condição essencial ao nosso trabalho. Assim recebemos contribuições dos mais diversos setores e qualificamos futuras lideranças independentemente de suas origens, crenças e posicionamentos.	Link
Vamos Juntas	O Vamos Juntas foi criado em 2019 para incentivar mulheres que já ocupam posições de lideranças em suas comunidades a se candidatarem a um cargo eletivo. Temos como objetivo ampliar vozes de mulheres que historicamente foram alijadas das estruturas de poder.	Link
Vote Nelas	Trabalhamos para que todas as mulheres se reconheçam como uma força política.	Link

Fonte: elaboração própria.

Podemos, então, indagar a respeito da relação entre essas iniciativas e as formas de luta política: de que modo as iniciativas de reinvenção da participação política se articulam com as práticas de luta cotidiana dos grupos oprimidos? Não pretendo apresentar uma resposta geral para tal questão, pois demandaria uma análise mais ampla do que posso oferecer com a presente pesquisa. No entanto, para contribuir com essa agenda de estudos, é importante focalizar alguns casos específicos dentre essas tantas iniciativas e descrever as formas de organização e mobilização que desenvolvem (nas ruas e nas redes). Desde a perspectiva da pesquisa psicossocial crítica, o pressuposto básico consiste em assumir que as lutas por emancipação e libertação, quando travadas na esfera da política institucional, dizem respeito à necessidade de subverter a lógica da dominação e da opressão historicamente vigente. Transformar o *status quo* em direção a uma nova lógica da ocupação participativa dos espaços de poder pode significar um aspecto de fortalecimento de outras frentes de luta. O maior exemplo, neste sentido, talvez sejam as mandatas e mandatos coletivos. Vejamos, então, com se configuram essas recentes experimentações democráticas.

3.2. Mandatas/os Coletivas/os: novos corpos ocupando a política institucional

Afinal, o que são os mandatos coletivos? Claudia Visoni, Co-deputada da Mandata Ativista, disse uma vez que *todos* os mandatos são coletivos, pois, na prática, nenhuma liderança política pode exercer suas atividades parlamentares sem o apoio de suas equipes de gabinete – que ela denomina de "operários da política" – e sem se reportar a uma base eleitoral. No caso do mandato de Marielle Franco, a denominação "mandato coletivo" visava ressaltar esse modo de funcionamento articulado entre a parlamentar eleita e toda a estrutura que compunha o gabinete, no qual as relações se dão de forma horizontalizada, dialogada e democrática. No entanto, esses exemplos sobre o caráter coletivo intrínseco a um mandato não correspondem ao fenômeno recente dos mandatos coletivos e compartilhados que estamos interessados em abordar nesta pesquisa.

Mandatos coletivos ou compartilhados são iniciativas que partem da ideia de que uma candidatura individual já não é mais suficiente e, portanto, um grupo de pessoas se organiza para disputar conjuntamente uma única vaga legislativa e, uma vez eleitas, passam a dividir o poder entre si ou com um grupo de cidadãos/ãs mais amplo (Secchi, Cavalheiro, Silva, Paganela & Ito, 2019).

Existem muitas variações desses tipos de mandato, não sendo algo tão recente ou exclusividade brasileira. Por exemplo, em 2002, um grupo de estudantes e um professor de

filosofia, em uma escola na Suécia, criaram um experimento local de participação direta a partir do uso de tecnologias de informação e foram eleitos para um cargo legislativo no município de Vallentuna:

> [O grupo, chamado Demoex/Direktdemokraterna, tinha] o propósito de compartilhar uma campanha e um mandato em que todos poderiam participar e em que todos os eleitores de Vallentuna teriam a mesma influência sobre o posicionamento parlamentar. Democraticamente, escolheram a ordem dos candidatos na lista fechada e a estudante Parisa Molagholi encabeçou a lista. Após obter sucesso eleitoral, o grupo criou um website com ajuda de especialistas para viabilizar a participação popular aberta a qualquer cidadão interessado. O compartilhamento do mandato ocorria da seguinte maneira: quando havia uma nova convocação de sessão legislativa na Câmara de Vereadores de Vallentuna, a vereadora Parisa apresenta os assuntos passíveis de votos para que fossem debatidos entre as pessoas que estavam compartilhando o mandato. O resultado da deliberação deveria ser auferido até o dia anterior da votação em plenário para que a vereadora pudesse verificar o posicionamento da maioria e, a partir disso, definir seu posicionamento na votação da Câmara de Vereadores. O Demoex/Direktdemokraterna chegou a ter 273 membros ativos e utilizou uma ferramenta de incentivo à participação, compartilhando parte do salário parlamentar com aqueles que fossem mais assíduos nos debates e nas votações on-line (Secchi et al., 2019, p. 29-30).

Além dessa iniciativa pioneira, Leonardo Sechi e sua equipe mapearam sete outras iniciativas internacionais, de maior ou menor abrangência e duração, ou sucesso eleitoral. São elas: o Partido Pirata – presente em mais de 30 países –; o australiano ODD (Online Direct Democracy); o Movimento Cinco Estrelas, na Itália; a Assembleia Constituinte da Islândia; o Partido de la Red, na Argentina; o Podemos, na Espanha; e o Flux app, na Austrália. Todas essas iniciativas possuem em comum a utilização da tecnologia para conectar cidadãos/ãs aos espaços de decisão política.

No Brasil, as candidaturas coletivas e compartilhadas nesse formato de divisão institucional do poder, existem ao menos desde 1994, espalhadas por diversos municípios e partidos políticos. A primeira experiência é atribuída ao deputado estadual Durval Ângelo, do PT de Minas Gerais, durante seis mandatos consecutivos (1995-2018).

> O então deputado Durval Ângelo, hoje Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, foi o pioneiro no Brasil com a estratégia de mandato coletivo de forma institucionalizada. Foram seis mandatos consecutivos aplicando a deliberação coletiva desde 1994. Por meio de Conselhos Políticos que se reuniam semestralmente em várias regiões do estado de Minas Gerais, o deputado definia as ações de seu mandato. Os Conselhos Políticos eram formados por movimentos da sociedade civil, sindicatos e segmentos religiosos de forma regional. As reuniões tinham caráter deliberativo com o objetivo de planejar, avaliar e encaminhar propostas para o mandato do deputado, além de debater e deliberar sobre as principais propostas legislativas em andamento na Assembleia, excluindo-se do debate as propostas de menor relevância. O Conselho Político também tinha o poder de decidir os rumos

> políticos do deputado Durval Ângelo, inclusive em âmbito extralegislativo. Um número de 20 a 50 membros participavam do Conselho Político, variando conforme definição nos primeiros dias de mandato. Como foram seis mandatos consecutivos, o número de membros foi alterado em cada mandato, visando manter um equilíbrio entre representatividade e agilidade decisória. Os membros eram eleitos em assembleias regionais do Conselho Político, mantendo uma divisão regional do mandato coletivo (Secchi et al., 2019, p. 55).

No entanto, até 2012, as experiências foram muito pontuais. A grande explosão de iniciativas de coletivização e compartilhamento vai ocorrer a partir das eleições de 2016 e 2018, quando a democracia brasileira enfrenta os piores índices de vitalidade segundo o Democracy Index, desde o início da contagem, em 2006 (Silva, Secchi & Cavalheiro, 2021). É, portanto, no cenário de uma profunda crise da democracia que emergem com mais força as iniciativas de inovação democrática.

Entre as diversas configurações disponíveis, Secchi e equipe (2019) propuseram a seguinte tipologia para os novos tipos de mandatos e candidaturas coletivas/compartilhadas existentes no Brasil entre 1994 e 2018: 1) Mandato compartilhado; 2) Mandato coletivo; 3) Mandato de conselho político; 4) Mandato de especialização temática; 5) Mandato participativo itinerante; 6) Partidos participacionistas plurais; 7) Partidos participacionistas ideológicos. Destes, o formato que mais se destacou em termos de resultados eleitorais, a partir de 2018 e nas eleições de 2020, parece ter sido o mandato coletivo[78]. Secchi e colaboradores definem mandato coletivo como:

> mandatos de tamanho reduzido de coparlamentares que em geral se conhecem por atuarem em causas sociais parecidas. O planejamento do tamanho e dos papéis é feito de maneira anterior às eleições, numa relação quase contratual e aproximada entre os participantes. Em geral, são campanhas e mandatos marcadamente ideológicos, sem possibilidade de participação de pessoas estranhas ou que não compartilhem a mesma visão de mundo. As decisões são tomadas para toda a gestão do gabinete e do mandato por meio de deliberação (Secchi et al., 2019, p. 90).

O tamanho reduzido pode variar conforme a origem do grupo e o cargo disputado, sendo em média cinco integrantes. Há grupos formados por apenas três integrantes e outros com mais de dez. Quanto maior o número de integrantes, e mais diversas as ideologias e pautas, mais difícil tende a ser a operacionalização prática das atividades do mandato. Outro aspecto fundamental é a vinculação partidária. Na maioria das vezes, os mandatos coletivos são compostos por pessoas de um mesmo partido, mas pode haver casos de composição multipartidária. No caso da Mandata Ativista de São Paulo, como veremos, o fato de haver

[78] No próximo capítulo veremos também relato de experiência de um mandato compartilhado (regionalizado) e um mandato participacionista ideológico que, por suas características de luta, podemos chamar de "mandato popular".

integrantes de diversos partidos e com pautas e ideologias muito diferentes acabou levando a uma crise e ruptura no decorrer do mandato. Outros grupos também enfrentaram crises e rupturas, como o Coletivo Lélias, de Cataguases (MG), que após divergência, deixou de ser anunciado como um mandato coletivo; o mandato Sônia Lansky da Coletiva, em Belo Horizonte (MG), cuja renúncia da titular significou a imediata destituição do coletivo das funções legislativas, entre outros.

Não existe legislação que regule o funcionamento de mandatos coletivos, sendo essas iniciativas dependentes de acordos mais ou menos formalizados. Para a Justiça Eleitoral, até o momento, apenas a pessoa representante do grupo eleito, que formalizou a candidatura, será reconhecida como a titular do mandato e, portanto, responsável legal. Também nas Casas Legislativas o formato coletivo é uma novidade, não havendo, em geral, previsão para co-parlamentares na Lei orgânica interna. Além disso, esses mandatos coletivos costumam ser alvo de preconceito e tentativas de deslegitimação por parlamentares de mandatos personalistas. Tudo isso gera dificuldades para o grupo e, muitas vezes, acaba por sobrecarregar a pessoa que atua como porta-voz e representante legal do mandato coletivo. Por outro lado, o fato de o grupo assumir uma postura de divisão do mandato entre diversos co-parlamentares facilita que sejam travadas batalhas por reconhecimento da legitimidade desse formato e surjam mudanças no modo de funcionamento tradicional[79]. Afinal, as adaptações institucionais tendem a ocorrer após a inovação e ocupação dos espaços e não antes.

Há também uma relação controversa dos mandatos coletivos com os partidos políticos. Inicialmente, os partidos recusavam ou não pareciam dar muita atenção a esse modelo de candidatura. Após as eleições de 2018, com a expressiva vitória da Mandata Ativista, em São Paulo, e das Juntas, em Pernambuco, para o Legislativo Estadual, houve um crescente interesse nesse formato, principalmente devido ao potencial eleitoral: ao invés de diferentes candidatos/as saírem com pautas semelhantes concorrendo entre si pelos votos do mesmo eleitorado, ao se unirem em uma candidatura única, aumentam suas chances de vitória. Assim, os partidos começaram a estabelecer em seus regimentos a previsão de candidaturas coletivas e a apoiar o modelo segundo seus valores e ideologia. Por exemplo, diversos partidos começaram a enfatizar a necessidade de um estatuto da candidatura coletiva, de conselhos político-sociais de acompanhamento e fiscalização, além de reforçarem a necessidade de o

[79] Folha. Joelmir Tavares. "Mandato coletivo quebra barreiras na Assembleia de SP e projeta multiplicação". Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/mandato-coletivo-quebra-barreiras-na-assembleia-de-sp-e-projeta-multiplicacao.shtml.

grupo ser um coletivo "de verdade", e não apenas um "ajuntamento" de pessoas. Ou seja, reconhece-se que a qualidade do vínculo e das relações entre os integrantes do grupo é fundamental para a sustentabilidade da candidatura coletiva.

Devido à informalidade e ao potencial intrínseco de instabilidade, mesmo com um estatuto para minimizar os riscos, a experiência dos mandatos coletivos tem mostrado que é fundamental haver uma regulação nacional do modelo. Para tanto, algumas Propostas de Emenda à Constituição tramitam no Congresso Nacional, como a PEC 379/17, da Deputada Renata Abreu (Podemos), e a proposta de PEC elaborada pelo gabinete do Senador Randolfe Rodrigues (Rede) a partir da demanda da Frente Nacional de Mandatas e Mandatos Coletivos[80].

Em 2021, a "Frente Nacional de Mandatas e Mandatos Coletivos" surgiu da necessidade de organização dos mandatos coletivos. A Frente Coletivas, como aparece nas redes sociais de internet, tem articulado reuniões periódicas entre os mandatos coletivos e promovido *lives* sobre os desafios enfrentados no cotidiano, visando fortalecer essas experiências como uma alternativa para ocupação da política institucional com novos corpos e lutas.

Hoje, as candidaturas coletivas estão cada vez mais no radar da política institucional. O quadro 11 mostra a relação de mandatos/as eleitas entre 2016 e 2020, incluindo aquelas que foram tituladas no primeiro semestre de 2022. Já é possível notar que elas possuem boa inserção entre movimentos de esquerda, sobretudo para a promoção da diversidade e facilitar a inclusão política de grupos sub-representados: por exemplo, enquanto o Congresso Nacional possui menos de 15% de mulheres eleitas, na composição dos mandatos coletivos elas representam 74% – incluindo trans, negras e indígenas.

Contudo, trata-se de um instrumento de disputa política que também deve ser mais utilizado, no futuro próximo, pelos setores hegemônicos, como a direita e extrema-direita, podendo tanto servir à candidatura de mais mulheres quanto de grupos de militares[81]. Não há nada que assegure que o formato, em si, seja inerentemente progressista, embora talvez seja possível comparar, a longo prazo, as vantagens e desvantagens do modelo em relação aos mandatos tradicionais.

---

[80] Jornal Empoderado. Anderson Moraes. "Representante de Movimento Nacional dos Mandatos Coletivos vai à Brasília por regulamentação dos mandatos coletivos". Disponível em: https://jornalempoderado.com.br/representante-de-movimento-nacional-dos-mandatos-coletivos-vai-a-brasilia-por-regulamentacao-dos-mandatos-coletivos/. Texto da PEC em etapa de busca de assinaturas: https://jornalempoderado.com.br/wp-content/uploads/2021/11/PEC-MAndatas-Coletivas-2.pdf.

[81] Coluna do CT. "PTB recebe pré-candidatura à Câmara de coletivo de mulheres de direita, o 'Estelas'". Disponível em: https://clebertoledo.com.br/politica/ptb-recebe-pre-candidatura-a-camara-de-coletivo-de-mulheres-de-direita-o-estelas/

Quadro 11. Lista de mandatos/as coletivos/as (2016-2020)

Nome do coletivo	Número integrantes	Gênero F / M		Partido	UF	Município/estado	Atuação	Cargo	Ano eleição	Votos	Mídia
Pretas por Salvador	3	3	-	PSOL	BA	Salvador	Capital	Municipal	2020	3635	Link
Nossa Cara	3	3	-	PSOL	CE	Fortaleza	Capital	Municipal	2020	9824	Link
Mandato Coletivo de Alto Paraíso	5	1	4	PTN	GO	Alto Paraíso de Goiás	Interior	Municipal	2016	148	Link
Mandato Coletivo Permacultural	5	2	3	Rede	GO	Alto Paraíso de Goiás	Interior	Municipal	2020	280	Link
Coletivo Nós	6	3	3	PT	MA	São Luiz	Capital	Municipal	2020	2110	Link
Coletivo Lélias	8	8	-	PT	MG	Cataguases	Interior	Municipal	2020	353	Link
Mandato Coletivo Machados MG	3	-	3	PSB	MG	Machados	Interior	Municipal	2020	394	Link
Nossa Voz	4	2	2	PT	MG	Itajubá	Interior	Municipal	2020	959	Link
Sônia Lansky da Coletiva	10	8	2	PT	MG	Belo Horizonte	Capital	Municipal	2020	4793	Link
Bancada Mulheres Amazônidas	4	4	-	PSOL	PA	Belém	Capital	Municipal	2020*	3661	Link
Fany das Manas	3	3	-	PT	PE	Garunhuns	Interior	Municipal	2020	918	Link
Juntas	5	5	-	PSOL	PE	Estado de Pernambuco	Ambos	Estadual	2018	39175	Link
Mais Coletivo	4	2	2	PSOL	PR	Ponta Grossa	Interior	Municipal	2020	1294	Link
"É as gurias"	5	5	-	PCdoB	RS	Ijuí	Interior	Municipal	2020	1022	Link
Coletivo Teremos Vez	5	5	-	PT	RS	Viamão	Interior	Municipal	2020	1045	Link
Coletiva Bem Viver	5	5	-	PSOL	SC	Florianópolis	Capital	Municipal	2020	1660	Link
A Cidade é Sua!	3	1	2	PV	SP	Piracicaba	Interior	Municipal	2020	941	Link
Bancada Feminista	5	5	-	PSOL	SP	São Paulo	Capital	Municipal	2020	46267	Link
Coletiva de Mulheres	19	19	-	PT	SP	Ribeirão Pires	Interior	Municipal	2020	675	Link
Coletivas!	4	4	-	PSOL	SP	Rio Preto	Interior	Municipal	2020*	2697	Link
Coletivo AtivOz	6	4	2	PSOL	SP	Osasco	Interior	Municipal	2020	1837	Link
Coletivo Enfrente!	5	4	1	PT	SP	Ourinhos	Interior	Municipal	2020	1058	Link
Coletivo Popular Judeti Zilli	5	3	2	PT	SP	Ribeirão Preto	Interior	Municipal	2020	1614	Link
Coletivo Representa Taubaté	3	2	1	Cidadania	SP	Taubaté	Interior	Municipal	2020	837	Link
Mandata Ativista	8	6	2	PSOL	SP	Estado de São Paulo	Ambos	Estadual	2018	149844	Link
Mandato Coletivo Jovem	3	1	2	Avante	SP	Nova Aliança	Interior	Municipal	2020	194	Link
Mandato Popular Coletivo	11	5	6	PSOL	SP	São Carlos	Interior	Municipal	2020	3106	Link
Mulheres Por + Direitos	3	3	-	PSOL	SP	São Caetano do Sul	Interior	Municipal	2020	2101	Link
Mutirão Santo Antônio do Pinhal	13	8	5	PDT	SP	Santo Antônio do Pinhal	Interior	Municipal	2020	341	Link
Quilombo Periférico	6	3	3	PSOL	SP	São Paulo	Capital	Municipal	2020	22742	Link
Todas as Vozes	9	7	2	PSOL	SP	Ribeirão Preto	Interior	Municipal	2020	2744	Link

* Mandatos que assumiram em 2022 por um mês ou menos.
Fonte: Elaboração própria.

Além da relativa neutralidade do formato, enquanto tal, as candidaturas e mandatos coletivos costumam ser acusados por alguns setores tradicionais da esquerda como se fossem formas de "pular etapas" e alçar nomes relativamente sem experiência para a política institucional, ao invés de "construir o partido" e fortalecer a "formação de lideranças". Ocorre que, na prática, um mandato coletivo acaba forçando a politização de todo o grupo, tanto do ponto de vista da necessidade de articulação política, quanto do aprofundamento das relações com as bases eleitorais. Neste sentido, talvez essas primeiras candidaturas e mandatos coletivos se mostrem, no futuro, não como um "modismo passageiro", mas como um efetivo espaço de formação de novas lideranças políticas. Um exemplo, neste sentido, é a Mandata Ativista, que inicialmente ocupou a ALESP com oito co-deputadas e, em 2020, três integrantes saíram candidatas, sendo uma eleita para a Câmara Municipal de São Paulo e as outras duas candidaturas terem permanecido como nomes fortes em seus partidos.

Por fim, cabe ressaltar que, hoje, a relação com os partidos é uma característica fundamental para a saúde das candidaturas e mandatos coletivos. Se, por um lado, a experiência multipartidária da Mandata Ativista revelou limitações desse modelo, por outro, o fato de partidos como PSOL e PT estarem se abrindo a essas iniciativas mostra que elas têm ganhado força dentro das agremiações. Talvez a diversificação e coletivização dos mandatos obrigue os partidos a revisar, em alguma medida, o padrão de comportamento que tende a favorecer oligopólios e perpetuação de determinados nomes nas disputas políticas. Contudo, não é provável que os partidos modifiquem substancialmente sua estrutura de concentração do poder e perpetuação de privilégios, apesar da crescente demanda por mais candidaturas coletivas e compartilhadas. Para que isso ocorra, será necessário muita luta.

Conclusão

Neste capítulo procurei resgatar algumas características da participação política institucional na democracia brasileira, considerando o sistema político-eleitoral e as formas contemporâneas de "hackear" esses espaços sub-representados em termos de participação popular. A discussão é complexa e, embora esteja sempre presente no campo da Psicologia Social Crítica, consiste em assunto para o campo das ciências políticas. Para os propósitos da presente pesquisa foi importante resgatar alguns elementos dessa discussão, sobretudo o papel que vem sendo desempenhado pelas iniciativas de apoio a candidaturas e os/as mandatos/as coletivos/as. Quando situamos essas iniciativas e experimentações democráticas no quadro mais amplo da crise da democracia brasileira e do capitalismo mundial enquanto ordem social

institucionalizada, temos a oportunidade de analisar os potenciais da luta travada no cotidiano por indivíduos e grupos que, ao invés de abandonar a política, têm buscado formas criativas de ocupá-la para resgatar a vitalidade da democracia. Muitos são os desafios, a começar pela necessidade de ampliar a participação de grupos historicamente marginalizados. Neste caso, vale a pena observar que a experiência das mandatas coletivas tem conseguido, até o momento, fissurar algumas barreiras, ainda que tímidas. Por isso, podemos agora nos debruçar sobre exemplos concretos dessas novas formas de fazer a luta política no Brasil.

Fotos dos/as coletivos/as[82]

Figura 9. Mandato Coletivo Alto Paraíso de Goiás (2017-2020)

[82] Imagens recuperadas de redes sociais de internet, sites de notícias ou material oficial de campanha.

Figura 10. Muitas Gabinetona - Belo Horizonte/MG

Figura 11. Mandata Ativista – São Paulo/SP

Figura 12. Juntas – Recife/PE

Figura 13. Quilombo Periférico – São Paulo/SP

Figura 14. Bancada Feminista – São Paulo/SP

Figura 15. Pretas por Salvador – Salvador/BA

Figura 16. Nossa Cara – Fortaleza/CE

Figura 17. Mandato Coletivo Permacultural – Alto Paraíso/GO

Figura 18. Coletivo Nós – São Luís/MA

Figura 19. Nossa Voz – Itajubá/MG

Figura 20. Mandato Coletivo de Machado – Machado/MG

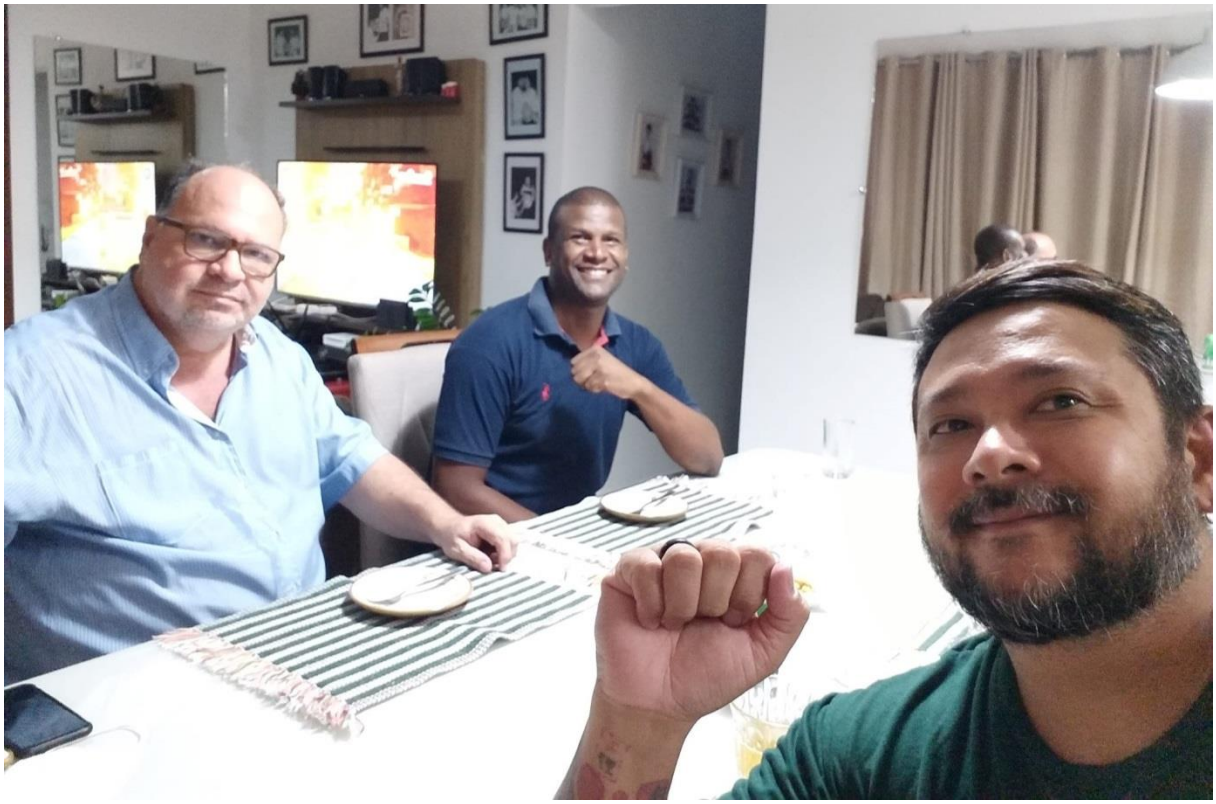


Figura 21. Sonia Lansky da Coletiva – Belo Horizonte/MG

Figura 22. Josi Mais Coletivo – Ponta Grossa/PR

Figura 23. Fany das Manas – Garunhuns/PE

Figura 24. É as Guria! – Ijuí/RS

Figura 25. Coletivo Teremos Vez – Viamão/RS

Figura 26. Coletiva de Mulheres – Ribeirão Pires/SP

Figura 27. Coletivo Enfrente! – Ourinhos/SP

Figura 28. Coletivo Popular Judeti Zilli – Ribeirão Preto/SP

Figura 29. Coletivo Representa Taubaté – Taubaté/SP

Figura 30. A Cidade É Sua! – Piracicaba/SP

Figura 31. Todas as Vozes – Ribeirão Preto/SP

Figura 32. Mutirão Santo Antônio do Pinhal – Santo Antônio do Pinhal/SP

Figura 33. Mandato Popular Coletivo – São Carlos/SP

Figura 34. Mulheres Por + Direitos – São Caetano do Sul/SP

Parte 4

Estudos de caso

Capítulo 7. Três modos de ocupar a política: mandato coletivo, compartilhado e popular

Introdução

Neste capítulo tento conferir maior materialidade para as discussões precedentes ao trazer casos concretos de ocupação da política institucional por diferentes lutas. Para tanto, entrevistei representantes de três mandatos recentes que se destacam pelo modo de reinvenção da participação política: João Yuji, do Mandato Coletivo de Alto Paraíso de Goiás (2017-2020), Gabriel Azevedo, que está no segundo mandato compartilhado de vereador de Belo Horizonte, Minas Gerais (2017-atual) e Jhonatas Monteiro, vereador mais votado da história de Feira de Santana, Bahia (2021-atual), com uma proposta de mandato popular. São três experiências diferentes, de grupos, partidos e lugares diferentes. São também pessoas diferentes, cada uma com sua trajetória pessoal e política. Mas os três casos são igualmente relevantes para a compreensão das lutas travadas dentro e fora dos espaços políticos formais.

A escolha por esses três depoentes partiu de uma opção metodológica de conhecer a trajetória de diferentes experiências de lutas institucionalizadas em torno da perspectiva de coletivização/compartilhamento dos mandatos legislativos. Como toda escolha metodológica, trabalhar com entrevistas possui vantagens e desvantagens. Se, por um lado, o relato do depoente é uma via de acesso à sua experiência na medida em que é transmitida a outrem na forma de uma narrativa possível, por outro lado, a fala nunca é um "fato bruto". As narrativas são relatos construídos (trabalhados) e situados. Seria necessário realizar diversas entrevistas com cada pessoa para compreender melhor os aspectos de sua trajetória e identidade política.

Assim, os diferentes pontos de vista aqui apresentados pelos depoentes oferecem um corpo de vários prismas sobre suas experiências e trajetórias pessoais enquanto figuras públicas. O objetivo do presente capítulo não é fazer uma análise comparativa dessas trajetórias, mas levantar nuances e tendências. Acredito que as narrativas apresentadas são valiosas se forem compreendidas naquilo que a psicologia social gestaltista chama de "enlace estrutural das formas de comportamento aos complexos vivos de significação" (Bosi, 2003, p. 51). Os depoimentos devem ser entendidos à luz do pressuposto da existência de *campos de sentido* enredando a narrativa pessoal e a totalidade de significação da experiência política que, neste caso, estamos abordando desde a luta política institucional. Por isso, optei por organizar as falas de modo artesanal (Bosi, 2003; Farías & Montero, 2005; Mortada, 2022) e apresentar o conteúdo de forma contínua, sem minhas perguntas ou interpretações teóricas.

Ouçamos o que dizem nossos depoentes.

1. Descentralizando o legislativo: João Yuji e o Mandato Coletivo de Alto Paraíso de Goiás (GO)

Figura 35. João Yuji

Imagem recuperada de: https://www.facebook.com/JoaoYujiMoraes.

Eu nasci em São Paulo, em Cotia, em 1985. Sempre quis trabalhar com política e com direito. Meu pai era advogado e foi o primeiro advogado de Direito de Internet do Brasil. Ele tinha uma série de ações em defesa da privacidade contra as grandes empresas de Tecnologia, que, a meu ver, hoje já estão superando o poder do Capital tradicional. Ele escreveu sobre privacidade, nos anos 2000, e antes disso ele teve ações judiciais contra a ditadura militar, que ele fazia como militância mesmo.

Eu provavelmente comecei a me interessar por política em 1989. Com quatro anos comecei a assistir os programas políticos. Votei no Enéas na primeira eleição! Meu pai me deixou votar. Ele falou assim: "você assiste mais do que eu, então você pode votar" e eu fui lá e votei no candidato Enéas (risos). Desde então eu acompanho a política. Eu gosto de política. Estudei bastante sobre anarquismo. Minha mãe é socióloga. Ela sempre me indicou leituras, principalmente de anarquistas. Tenho uma influência em Proudhon, Bakunin, Kropotkin, Malatesta... todo esse pessoal. Minhas leituras começaram com os amigos de escola. Todo

mundo tocava *punk rock* junto. O músico Greg Graffin, da banda *Bad Religion* é uma grande influência para mim. Só não concordo com ele na parte espiritual, pois sou bem espiritualista. Mas, para mim, o *Bad Religion* é uma enciclopédia de política. Aquelas letras lá que eles fazem! Quase sempre que há um conflito, em um grupo político, eu respondo com uma música do *Bad Religion* (risos).

Então fui para o curso de graduação em Direito já pensando em trabalhar com política. Eu vejo a política como algo muito técnico. Não adianta ter boas intenções se você não entende o "jabuti" que o prefeito colocou lá no projeto. Por exemplo: se chega um projeto de Código Tributário – como chegou em 2017, 2018 e 2019 quando eu estava no Mandato Coletivo –, trata-se de um projeto extremamente técnico. Por mais que você tenha boa intenção, se você não tem um preparo técnico para aquilo, você não vai dar conta. Não dá tempo de parar, no meio do mandato, e estudar tudo o que você tem que estudar.

Eu cheguei aqui em Alto Paraíso em 2010. Nunca gostei muito de viajar, mas um dia um amigo me chamou para vir para cá e eu disse: "está bem, vamos lá". Eu vim, gostei e fiquei (risos). Vim para ficar apenas cinco dias, no Festival de Cultura de São Jorge. No terceiro dia eu já tinha trabalho e casa. Só voltei para pegar as minhas coisas um mês depois e então fiquei direto. Comecei a trabalhar na Câmara Municipal no final de 2010 e me especializei em Direito Legislativo e Administração Pública. Hoje eu sou advogado especialista nesses temas. A Câmara aqui é pequena, então só o presidente contrata assessoria jurídica. O assessor previdenciário da prefeitura, à época, acabou pegando um contrato e não havia ninguém para fazer, então ele passou para mim e eu fiquei fazendo. Hoje está diferente, pois tem muito mais advogados na cidade.

Eu fui candidato a prefeito de Alto Paraíso, em 2020. Não ganhei, fiquei em segundo. Quase entrei para prefeito. Agora estou trabalhando na preparação de chapas de vereador para 2024. E estou montando uma coligação. No mês que vem vão começar os cursos organizados. Eu estou treinando o pessoal interessado em se candidatar. No mês que vem eu quero começar os cursos com aulas toda semana, sobre regimento interno, processo legislativo etc.

Como surgiu minha atuação política? Surgiu meio assim: eu estava montando, de 2014 para 2015, um grupo com um propósito de trazer propostas de longo prazo para a política nacional, de descentralização, do federalismo. Federalismo, no sentido do Proudhon. Federalismo e mutualismo. Um movimento com o nome de Ecofederalista, sendo o "Eco" de agroecologia, mas no sentido mutualista do Proudhon. Esse movimento não existe mais. Era um movimento em São Paulo. Começamos a fazer várias reuniões, fizemos estratégias de longo prazo, médio prazo e curto prazo, para pautar o federalismo e o mutualismo:

descentralização simultânea do poder político e do poder econômico. Porque a gente não se vê na esquerda, nem na direita: é *extremo-centro*. Contra a direita e contra a esquerda. É outra linha, para descentralizar mesmo! Porque a esquerda vai para uma descentralização do econômico, que é positiva, mas cai em uma concentração do poder político. Já a direita é a outra face da moeda, ela é positiva por descentralizar o político, mas tem o lado negativo de centralizar o econômico. Então tem que ser a descentralização simultânea tanto do poder político quanto do poder econômico.

A gente fundou o grupo do Ecofederalista com base no princípio econômico-político de descentralização. Mas foi uma coisa muito limitada por faltar um braço, por assim dizer, "social-cultural". De estética política mesmo. Depois, aqui no Mandato Coletivo, a gente sentiu muito essa questão. E na campanha em 2020, também. Faz diferença não ter essa "terceira perna", de uma coesão social, cultural, até espiritual e psicológica. Eu vejo, por exemplo, que a esquerda e a direita têm uma estética formada em base irracional, isto é, de inconsciente coletivo. É uma coisa que pega mesmo. Então tem que ter uma estética dessa para trabalhar uma ocupação dentro dos partidos políticos.

Os partidos eu enxergo eles como as Câmaras municipais, como as Assembleias. São espaços que precisam estar sendo ocupados. São espaços neutros. Você pode pegar um grupo de direita e ocupar o PSOL inteiro com um monte de filiado e mudar tudo. Pode pegar um grupo de esquerda, botar no PL. Esses são espaços neutros, espaços a serem ocupados. E eu estou tentando começar a construir uma estética baseada nisso, mas é difícil. É difícil. Na época do Ecofederalista tínhamos o *punk*, o *punk rock*, que era um elemento dessa natureza, que trazia essa coesão. Mas foi um trabalho de amigos de escola, um movimento cultural e não um movimento político institucional. O maior desafio para mim é criar essa estética para a gente conseguir se defender desse inconsciente coletivo de massa, tanto da direita quanto da esquerda, que tira a técnica do debate e vira só o emocional.

Na política, a parte técnica legislativa e a ação política direta tem que andar juntas. Todos os cargos, por exemplo, de assessoria legislativa, de assessoria jurídica, são cargos políticos. São indicados ou contratados por grupos que têm interesses políticos. Eu recomendo um texto que eu coloquei no Facebook e no Instagram no ano passado[83], que fala sobre ética jurídica para legisladores principiantes. Eu começo qualquer treinamento em processo legislativo com esse texto. Nele eu faço a comparação de que o Direito tem mais relação com Magia do que com Ciência. Porque de ciência não tem nada, nada. É só a intenção que você

[83] Link para o texto: https://www.conjur.com.br/2021-abr-22/opiniao-etica-filosofia-pratica-juridica-legisladores.

coloca lá no enunciado, e o magistrado, o juiz, escreve um negócio, e aí vai lá o policial e executa. Como uma maquininha, né? São fórmulas assim. E toda a jurisprudência é construída assim. Toda a jurisprudência, todas as leis. Não tem nada de certo e errado: é *posição*. Coloquei nesse texto até um exemplo do que aconteceu, em 2020, lá na Câmara, que foi sobre a eleição de diretores de escola. Sempre teve eleições de diretor de escola aqui no município e o prefeito entrou com um Projeto para acabar com a eleição de diretor. E tinha toda uma jurisprudência fechada a favor do prefeito. Se o prefeito quisesse entrar na justiça e cancelar, ele nem precisava mandar o Projeto de Lei para a Câmara, porque a jurisprudência era a favor dele. Mas ali foi possível sim conversar com todos os vereadores e falar: "não, não interessa, o que interessa é a posição, a defesa das eleições nas escolas". E assim a proposta foi rejeitada em plenário. Então eu sempre digo que tem que ter essa compreensão dentro de qualquer militância política. Você não pode separar o jurídico do político. Se o legislador não tiver a compreensão disso ele acaba virando massa de manobra.

Por exemplo, nosso Mandato Coletivo surgiu como uma estratégia de curto prazo, para a gente pautar federalismo e mutualismo na transição de poder. Era só uma estratégia de curto prazo. É uma ferramenta, simplesmente uma ferramenta. Tem mandatos que têm base dentro de partidos, mais ligados à cúpula do partido; tem mandatos individuais com uma base comunitária, apesar de não serem formalmente coletivos, mas que são mandatos que têm um trabalho de base envolvido, que tem realmente esse papel do advogado. Porque o vereador é um advogado – até as fases do processo legislativo e do processo judicial são bem similares. Ele é um técnico que está defendendo um interesse. É um técnico de confiança. Eu até fiz um artigo uma vez, de brincadeira, para a Conjur, falando que tem que se aplicar o Código de Ética da Advocacia para a política, porque é uma relação de confiança[84]. E é mesmo. Se for levar ao pé da letra, é. Claro que uma proposta dessa não passa, mas tem mandatos que buscam chegar a isso de ter uma relação de advogado mesmo: uma procuração, um *mandato*. Até a palavra é a mesma.

Acabou saindo depois uma série de mandatos coletivos que não tem nada a ver com a gente. Foi uma estratégia para ganhar visibilidade, pois é só uma ferramenta. Pode ser usada para o bem ou para o mal. Eu vejo muitas vezes sendo usada para o mal. E eu fico preocupado o quanto isso já é natural do sistema político: você lança uma tecnologia nova e rapidamente o sistema já absorve, não é? Então temos que nos manter nesse estado de permanente criação, sempre tendo que levar uma coisa nova. E a próxima que inventarmos, eu sei que vai ser

[84] Link para o texto: https://www.conjur.com.br/2015-ago-16/joao-yuji-eleicoes-seguir-regras-publicidade-oab.

absorvida. Por isso é preciso conscientizar, trazer mais consciência, e menos automatismo para todos os aspectos da vida, principalmente na política.

Eu acho que o formato dos mandatos coletivos podem ser facilmente cooptados. Aqui em Alto Paraíso a gente tem um exemplo de um pessoal que entrou surfando na nossa onda. Não é um mandato coletivo, é só no nome. Um dos integrantes, que era o mais ligado com a gente, e que estava lá dentro desse novo coletivo, não estava conseguindo trabalhar e saiu no primeiro semestre. Os outros que estão, são muito novos na política, então estão ali de boa fé, tentando fazer alguma coisa, mas não recebem todas as informações do que acontece na Câmara.

Pelo Brasil, foi formada a Frente Nacional de Mandatos Coletivos. Nessa Frente eles estão inserindo umas bandeiras partidárias de fortalecer partidos e não os mandatos coletivos. E o pessoal da Frente foi defender essas emendas lá no Congresso. Quando isso aconteceu eu cheguei a gravar um vídeo, bem técnico, explicando meu entendimento de que essa emenda que está sendo proposta, ela é ruim para os mandatos coletivos. Por exemplo, uma das alterações que eles queriam fazer, era que se tivesse no registro do mandato coletivo *um único* membro que tivesse algum problema de inelegibilidade, todo o mandato coletivo cairia fora, estaria inelegível. Um dispositivo que seria claramente usado contra os mandatos coletivos. E isso acontece pela falta de conhecimento técnico, apesar de ter toda uma explicação racional. Essa coisa do inconsciente coletivo, nesse caso específico na esquerda (mas o mecanismo é o mesmo na direita), leva toda essa Frente a defender uma bandeira que não é dos mandatos coletivos, mas sim dos partidos, no sentido que é para fortalecer o partido, e ter mais controle do partido sobre o mandato coletivo.

Tinha outro dispositivo terrível, que era que as executivas *nacionais* dos partidos iam regulamentar como que ia funcionar o mandato coletivo em cada partido. Isso é acabar com o mandato coletivo! Porque o mandato surgiu justamente como uma primeira estratégia de curto prazo – e esse foi um dos motivos principais da gente ter escolhido o mandato coletivo – em que os demais membros não precisariam estar filiados a partidos políticos, apenas o representante legal. Era para a gente poder caracterizar assim: “não, esse mandato não é de partido nenhum”, “a gente só tem um afiliado porque é obrigatório”. E a gente sempre faz questão de colocar: “nós estamos ocupando um espaço no partido X, e a amanhã a gente pode sair, mas a nossa coesão ideológica permanece a mesma”. E quando se fala de “sem partido”, associa-se muito como uma coisa da direita, de maquiar a ideologia. Mas não é isso. Os partidos não nos representam e nós temos nossa coesão ideológica, nós temos nosso trabalho bem definido, princípios, diretrizes, bem claros. É uma diretriz, um princípio, suprapartidário.

Como eu disse antes, os partidos são, assim como as Câmaras, espaços políticos a serem ocupados. E nós os ocupamos apenas porque, do contrário, somos impedidos de lançar as candidaturas. Terrível, não é?

Mas estou falando aqui dos partidos *institucionais*, não dos partidos *reais*. Essa diferenciação precisa ser feita entre o que é um partido real – como era o grupo do Ecofederalista ou o nosso grupo municipal aqui de Alto Paraíso, que é um núcleo de pessoas que trabalham juntas na política, com um objetivo comum, com princípios, com uma coesão ideológica. Isso é um partido real. Agora o partido do PSDB, PSL, PT, PSOL, todos esses partidos que estão aí, são instituições, espaços políticos neutros que são ocupados por grupos com ideologia A, B ou C. E elas são negativas para a política por serem um filtro econômico. Porque para fundar um partido é necessário mais de 500 mil assinaturas e validar cada uma dessas assinaturas em um período de dois anos. Para validar uma certidão dessa é praticamente um longo processo judicial. Então, na prática, ou você tem um bilhão ou você não funda um partido. Você tem que ter dinheiro. Você não consegue fazer isso com trabalho voluntário, porque é um trabalho muito técnico, que precisa ter advogados lá, o tempo todo, nesses dois anos, numa força-tarefa enorme. É quase impossível. Eu duvido que alguém consiga fazer. Teoricamente é possível, mas eu não vejo, na prática, como fazer isso sem ter muito dinheiro. As pessoas precisam comer, precisam trabalhar, seguir suas vidas. Então os partidos são um filtro econômico. E desde 1930, com a ditadura Vargas, começou isso de ser obrigatório o partido de caráter nacional. O argumento que eles usaram era que PRP e PRM, os partidos de São Paulo e Minas, eram estaduais e estavam se apropriando do Brasil. Só que eles fizeram o contrário, que é muito pior: fizeram o nacional interferir no municipal, o nacional interferir no estadual, ao invés de deixar o partido nacional para o nacional, o partido estadual para o estadual e o partido municipal para o municipal. Esse é um primeiro ponto que eu trato como pauta de reforma política.

No Ecofederalista a gente chegou a escrever uma emenda bem grande, estipulou um passo a passo ideal, com páginas e páginas de emendas à Constituição com todas as mudanças estruturais. Depois fomos enxugando, enxugando, enxugando até chegar aos pontos essenciais. O que a gente muda primeiro? A primeira coisa que eu mudaria na Constituição é isso, diferenciar partido nacional de estadual e municipal, para depois começar a trazer as questões de descentralização política de fato, transferência de competência legislativa. A gente até chegou a pautar em algumas PECs de iniciativa de assembleia estadual essas transferências, mas são formas de divulgação. Isso não vai passar no Congresso e, supondo que passe, não vai passar no Direito Eleitoral, que é o primeiro que tem que passar.

Eu vejo a estética da esquerda como uma coisa muito facilmente manipulável, por não ter esse elemento técnico. O exemplo concreto que eu te mencionei, da Frente Nacional de Mandatos Coletivos, o fator predominante foi esse. Mas não é uma coisa do conhecimento, apenas, é uma coisa do inconsciente coletivo. Eu estava lendo Freud, depois descobri Ouspensky. Ouspensky tem um livro chamado "Psicologia da Evolução Possível ao Homem". Ele é discípulo do Gurdjieff e a partir daí fui conhecendo outros autores e cheguei no Eckhart Tolle, que divide as emoções assim: primeiro ele fala das emoções negativas de primeiro grau (por exemplo, uma situação: "ah, você me xingou de 'tal coisa'? Pô, então 'tal coisa' é você"). Essa é a reação mais imediata, automática. Depois ele fala das emoções negativas de segundo grau, o senso de justiça (por exemplo: "ah, então o cara roubou, então vamos lá e vamos matar ele, porque bandido tem que morrer"). Esse é um senso de justiça com um grau mais intelectual e mais arraigado da emoção negativa. E no terceiro grau vêm as catástrofes históricas, como por exemplo a escravidão, o Holocausto, e todas essas coisas que são as emoções negativas que estão incrustradas no inconsciente coletivo e que atingem as massas. Eu vejo que as bandeiras atuais de luta, dos novos corpos ocupando a política, elas são fundadas em causas reais – a escravidão, por exemplo, imagine o que foi um navio negreiro, o impacto que isso não tem nos negros ou então toda a dizimação dos indígenas aqui. Todas essas situações históricas são pautas atuais. No caso dos indígenas, por exemplo, eu os vejo como bem mais diferenciados em relação a todas as outras pautas, pois não integram tanto esse inconsciente coletivo. Acredito que é por isso que a esquerda volta mais investimento para as pautas dos negros e das mulheres, pois esses dois grupos somados dão mais de 50% do eleitorado. As pautas LGBT também estão tendo uma visibilidade maior, mais ainda é um grupo eleitoralmente menor. Então eu vejo que essas causas reais, são às vezes usadas para manipular e para tomar frente. Porque são situações muito presentes na vida, que mexem muito com o emocional e motiva as pessoas a agirem irracionalmente, a defender qualquer coisa em nome da causa. Não é que a causa não seja justa, a causa *é justa*, a causa é real e legítima. Mas quando se usa esse mecanismo do inconsciente coletivo, aí vira qualquer coisa pela causa. E isso de qualquer coisa pela causa é contra a própria causa. Por isso eu não acredito que, simplesmente pelo fato de trazer novos corpos para política, haja um saldo positivo. Por isso enfatizo tanto a importância da técnica na política: para apresentar um projeto, você tem que dissecar o projeto: "o que é esse projeto?", "o que ele vai interferir na sua vida?". É caso concreto, é aqui e agora. No mandato coletivo, o risco é: "qualquer coisa vale pelo mandato coletivo". Até destruir o mandato coletivo? Então é esse mesmo

mecanismo de manipulação inconsciente que se opera nessas causas. Não só na esquerda, mas na direita também! Principalmente essas que dizem que são liberais e não têm nada de liberal.

Sobre a direita, como que eu posso falar? Tem o Bolsonarismo, essa coisa do inconsciente coletivo... O que eu quero dizer é sobre quando vira irracional: qualquer coisa pela causa. O Bolsonaro, por exemplo, ele defendeu muito na campanha dele o combate a essas políticas da esquerda. E no governo dele não fez isso. Teve um monte de lei aprovada nesse sentido (mais à esquerda), até mais do que no governo Dilma, que ele sancionou. Nesse caso, ele está bebendo da mesma fonte, porque não tem como ter um, sem ter o outro: o torturador e o torturado. Não existe um sem o outro. Mas isso no âmbito macro, do terceiro nível da emoção negativa. Outro exemplo da direita: o nacionalismo, muito usado na estética eleitoral bolsonarista. Eu diriaaté que o governo Bolsonaro é anti-nacionalista e anti-patriota, por tudo que faz, mas para ganhar a eleição ele usa uma estética da direita que atinge as pessoas que prezam patriotismo e nacionalismo e depois faz um governo anti-patriota e anti-nacionalista. Então o eleitor do Bolsonaro é de boa fé, é nacionalista, quer defender o país, quer ver o Brasil crescer, quer valor de cristão na política. E na prática não tem nada menos cristão do que o Bolsonaro! Mas o cristão de boa fé, ele é pego pelo inconsciente coletivo e vai e vota no Bolsonaro. Então vejo que Bolsonaro usa o inconsciente coletivo no sentido de agir contra o próprio propósito da pessoa que está ali sendo movida por aquele sentimento.

Na prática, 90% da política é isso, não é? Mas o grande desafio é conseguir criar campos protegidos da influência desses mecanismos. Eu senti isso na pele na campanha de 2020 porque, quando isso entra no jogo e você não tem uma coesão, uma estética planejada, você não consegue segurar. A eleição é um momento de catarse, é uma espécie de "festivalzão". Eis o desafio: conseguir criar coesões. Todas as vezes na história que grupos conseguiram criar uma coesão político-comunitária real, foram massacrados – tanto pela direita, quanto pela esquerda. Por exemplo, a Guerra Civil Espanhola: o Stalin massacrando de um lado e o Mussolini do outro. Fascistas e comunistas massacrando esse grupo. (Aliás, por acaso eu descobri que o grupo remanescente de Andaluzia se chama Ecofederalista; nós não copiamos deles, mas o nome coincidiu porque a gente bebeu da mesma fonte, então já era meio que natural que teria semelhanças).

Você me perguntou sobre a conjuntura nos governos do PT e a questão do impeachment. Eu diria que a Dilma fez um governo neoliberal, mas a questão da pedalada fiscal foi uma manobra do Eduardo Cunha. Cunha cortou tudo que poderia atingi-lo. Ele só não cortou a coisa que era totalmente irrelevante (a pedalada) porque era a única parte que não ia atingir ele. Então, a meu ver, tirar a Dilma para botar o Temer, não muda em nada.

Veja os projetos da agenda global como, por exemplo, a “carteira de identidade única”. Desde o Fernando Henrique até o Bolsonaro, está tudo 100% alinhado. Fernando Henrique começou, fez a lei; Lula fez o decreto; Dilma começou a fazer aquela coisa do cadastramento biométrico; Temer fez a lei 13.444; Bolsonaro está até fazendo o contrato com o TSE; e agora o TSE está falando que ano que vem vai ter essa “identidade única”. Nessas agendas eles são alinhados, eles estão 100% alinhados. E vejo assim também por causa da ascensão do poder tecnológico. Eu acho que é mais relevante hoje o poder tecnológico do que o poder do Capital, do grande Capital. Eu brinco que, daqui uns 50 anos, os grandes capitalistas, Rockfeller, Rothschild, toda essa galera, vai estar lutando junto com a gente (risos). Porque a tecnologia está crescendo de um jeito que o poder econômico sozinho está se tornando quase irrelevante.

Eu detesto essa política da rede social, eu faço porque precisa. Mas os algoritmos, toda a manipulação, todo o direcionamento deixa muito mais difícil fazer nas redes do que fazer nas ruas. São muito mais manipuladas. Um exemplo prático: eu fiz um site (www.legislador.art.br), agora ele está fora do ar, está em reconstrução, pois vai virar outra coisa. Era um site do Ecofederalista. E nesse site estava escrito “PEC Liberdade para as Cidades” e tinha todo um texto de apresentação e tal. Se você colocava no Google, no Bing, nesses buscadores, entre aspas, “www.legislador.art.br” e transcrevia na íntegra os primeiros parágrafos do texto, colocando entre aspas, ele resultava “você quis dizer legislador.com?”. Cheguei a entrar com um processo lá com o argumento técnico, científico e informático para evitar isso. Só que os desembargadores não entendem e aí não passa. Tanto que os próprios tribunais têm um monte de falhas. Eles usam aqueles GIFs como se fossem assinatura eletrônica, mas se você botar um perito lá, não tem assinatura digital. Isso é um risco. Qualquer funcionário do tribunal pode ir lá e assinar para o desembargador. Gera uma insegurança enorme, não é? Por isso eu sou da política da rua. Nas ruas, no olho no olho, a comunidade local tem muito mais poder. Está muito menos suscetível a essa interferência.

Eu gosto muito do nordeste goiano, porque é um lugar muito diferenciado. Deixa eu explicar. Alto Paraíso é um lugar dividido entre “chegantes” e “nativos”. Tem essa dicotomia. E os nativos são muito mais politizados que os chegantes. Eles sabem como funciona a política, eles sabem se aquele projeto é bom para eles ou não. E os chegantes chegam como os “donos da verdade”, o “pessoal de São Paulo”. Eu fui assim também. Mas eu aprendi a fazer a política prática com os nativos daqui. É um povo que, pelo preconceito de quem chega de fora, são vistos como “os ignorantes”. Mas aqui, o povo daqui, até o final do nordeste, é uma região bem diferenciada até do restante do Goiás. É uma região bem diferenciada, o povo é

politizado e faz uma política da rua. Eles organizam pautas, calculam coeficiente eleitoral, eles sabem fazer isso aqui. Muito legal. Eu gosto da política daqui.

Figura 36. João Yuji com moradores de Alto Paraíso em atividades comunitárias

Imagens recuperadas de: https://www.facebook.com/JoaoYujiMoraes.

As pautas deles aqui são as questões mais locais, questões aparentemente simples, como o ordenamento territorial, cachorro na rua, buraco, mas o que diferencia é que o povo aqui tem conhecimento do funcionamento da máquina. Muitas vezes não tem uma visão tão macro, internacional; isso não tem. Mas é mais fácil trabalhar essas coisas. Eles querem saber. Se eu chego com um curso de processos legislativos, para o pessoal se candidatar, eles se animam! É claro que tem o lado das ideias da direita e da esquerda que também circulam, principalmente para os chegantes. Por exemplo, tem gente da extrema-direita aqui sim. Mas, assim, o pessoal de dentro é mais prático, tem mais senso prático da política. De demandar ação mais prática mesmo. Por isso que eu gosto do nordeste goiano, porque aqui é protegido, por causa da cultura local dos nativos em relação à política. Nesse sentido os chegantes são muito mais suscetíveis às políticas de direita e esquerda do que os nativos; os chegantes são mais suscetíveis a serem manipulados por essas políticas de algoritmos e do inconsciente

coletivo, enquanto os nativos são mais conscientes politicamente e, portanto, menos suscetíveis a esse tipo de manipulação.

Eu diria que um problema é que aproximadamente 20% do eleitorado vende seu voto, tanto nativos como chegantes (apesar de haver um preconceito segundo o qual todos os nativos vendem seu voto, o que não corresponde à verdade), e estes são votos inconscientes por outra causa que não as estéticas da direita e da esquerda.

Mas é importante fazer a diferenciação do eleitor e do manipulador que está manipulando aquele eleitorado. O eleitor não tem nenhuma pretensão política, ele só vai lá e vota. Tem que diferenciar porque essa briga das estéticas coloca em conflito os eleitores que são atingidos por cada uma delas, de modo que o trabalho é sempre desfazer esses conflitos nos eleitores. As estéticas de lá, não entram nos eleitores daqui. Tanto que o primeiro desafio que eu quis fazer no mandato coletivo, foi ter gente de todos os espectros estético-ideológicos. Ter alguém do Bolsonaro, ter alguém do Lula, ter de todos os lados, no mesmo grupo do Mandato Coletivo. Pena que não conseguimos levar até o fim essa parceria firme entre os dois extremos da política nacional em um grupo municipal.

A gente funcionou muito bem 18 meses, de 2017 a junho de 2018, mas quando chegou a eleição presidencial de 2018, um dos integrantes disse que ia votar no Bolsonaro (e votou). Aí outro começou a radicalizar com ele. Começou a sair falando da vida pessoal e até xingar o outro integrante do grupo na casa dele. Virou uma coisa muito extrema. E aí um queria que expulsasse o outro. Então nós nos reunimos (os outros três do Mandato Coletivo) e tomamos uma decisão – que agora penso que foi equivocada, mas também, se você tivesse o conhecimento que eu tinha naquela época, teria tomado a mesma decisão –, que foi assim: “a gente não vai expulsar ninguém; sai quem quiser”. E a gente começou a fazer reuniões separadas. Fazia uma com a presença de um, outra reunião com a presença do outro. Mas, a gente devia ter expulsado o que estava xingando, porque isso repercutiu na comunidade. Soou como “passamos pano” e o povo percebeu. Isso desmobilizou e enfraqueceu muito a gente. Depois eu fiz um pronunciamento público, em tribuna, em sessão da Câmara, reconhecendo o erro. Um detalhe importante é que nosso Mandato Coletivo tinha um estatuto registrado em cartório. Nós poderíamos expulsar, pois haveria os 75% dos votos, dos dois lados. Se a gente quisesse expulsar teria expulsado, mas a gente optou por não expulsar. E hoje entendo que essa foi uma decisão equivocada, porque a ação foi muito extrema. Se a crítica fosse levada para o lado político, perfeito. Aliás, acho que era isso que ele tinha que fazer. Para avivar, para trazer luz para a dimensão política e não com xingamentos na casa do outro, ou falando da vida pessoal, com difamação ao invés de política.

Aliás, é interessante falar sobre como foi a composição e o critério que a gente usou para escolher as pessoas do mandato coletivo: foi a divisão do perfil de personalidade. A gente usou a via dos quatro elementos: o ar, a água, o fogo e terra. Basicamente, funciona assim: não pode ter muita gente que seja ar, que é o diplomata, senão fica uma coisa muito em cima do muro, mas também não pode ter pouco, senão dá conflito. Tem que ter o perfil mais estrategista, que é o água, que é quem vai encontrar solução para problemas de longo prazo, que vai encontrar uma estratégia de ocupação de conselhos municipais, que vai situar uma associação nos bairros, mas não pode ser muita nem pouca gente desse perfil senão dá conflito interno. Tem que ser um grupo assim, consistente. Por exemplo, vai ter uma reforma no plano diretor, tem que ter alguém para organizar e sistematizar as informações, ou fazer um plano de governo, por exemplo. Tem que ter um perfil fogo, perfil mais ativista, que põe a boca no trombone, que vai pra cima se tiver alguma coisa errada, que não tem papa na língua. Precisa ter, para não ficar em cima do muro, mas não pode ter demais, senão dá conflito externo para além do que o grupo é capaz de suportar. E tem que ter o perfil terra, que é o auditor, que é o cara que vai questionar tudo no projeto de lei, vai perguntar cada vírgula do projeto de lei, que vai até o conselho saber cada ação que o conselho já fez. Precisa ter para dar qualidade para o grupo, maior qualidade para atuação. Um perfeccionismo. Mas se tiver muito, vai virar um grupo acadêmico, e não político. Não pode desequilibrar. A gente conseguiu se sustentar muito por causa disso, por a gente ter escolhido intencionalmente esses perfis para evitar conflito. E, por acaso, a gente tinha duas pessoas com perfil do ar, uma mais externa e outra mais interna. Éramos cinco. Hoje, a gente vê que cinco funciona melhor. Tem que ter o ar para administrar os conflitos internos. Tem que ter uma pessoa desse perfil. Eu diria hoje que são cinco funções as principais, tendo, além das quatro, uma pessoa para administrar conflitos interpessoais e fazer essa articulação interna do grupo. Penso que tem que ter uma mediação desde a formação do grupo, um equilíbrio.

Como eu disse, eu sou bem espiritualista, nesse sentido de vivenciar e aprender sobre espiritualidade e religião. Por exemplo, as igrejas: eu gosto de todas! Frequento muito hoje as Igrejas Cristãs de Alto Paraíso. Eu faço um paralelo da igreja com os partidos: tem o partido municipal, que não é o partido nacional. Com a igreja é a mesma coisa. Assim como não se pode confundir o partido nacional com o partido municipal, não se pode confundir a igreja nacional com a igreja municipal apenas porque possuem a mesma sigla. Cada igreja uma tem o seu trabalho espiritual diferente. A linha espiritual em que eu permaneci por mais tempo foi a do Gurdjieff. A família do meu pai é católica, então eu fiz crisma. Eu gosto de todas. De ir

ao Centro Espírita. Tudo que tem da parte espiritual eu gosto. Não tem nenhuma que eu acho ruim. Gosto de todo trabalho espiritual (risos).

Bom, mas voltando à política. Eu penso que é necessário ter mais consciência, no sentido de menos automatismo, menos influência desses inconscientes coletivos. E essa consciência vem de um conhecimento que a gente precisa criar. É um movimento que ainda não existe e o que eu busco é criar essa coesão não só político-econômica, mas sócio-cultural. O Ecofederalista veio do *punk*, mas precisava ser uma coisa assim, de âmbito politico mesmo, incluindo o político-institucional. Então não basta ser político: tem que ser institucional. Um movimento que aglutine essas três esferas (o Rudolf Steiner fala sobre o organismo social). É uma prática de construir comunidades com propósitos maiores.

Então, na política tem que ter estratégia. Em ano eleitoral às vezes a gente tem que apoiar o menos pior (risos). Porque para ganhar uma eleição municipal, tem que ter apoio, seja de deputado estadual e/ou federal. Então é muito importante marcar o candidato mais cotado/votado. Até o momento eu não encontrei nenhum deputado assim que tivesse bem alinhado com os nossos propósitos para conseguir fechar alguns compromissos, apresentar PEC para descentralizar e transferir direito eleitoral, umas pautas mais ideológicas nossas etc. Eu estou trabalhando essa política estadual com foco na organização dos fluxos municipais. Mas eu mesmo não acredito tanto assim na política estadual e federal, por causa da interferência dos partidos. No município, em geral, apesar de também existir essa interferência, você está mais protegido. No estadual já tem uma ocupação diferente, então você pode até ganhar uma eleição com uma campanha de marketing, numa onda, com um mandado coletivo e entrar, mas eu não vejo como isso iria se sustentar nas comunidades. Eu antes trabalharia a base o suficiente para fazer isso.

O meu foco é política municipal. Eu quero estruturar uma máquina eleitoral. O pessoal do Caiado e da soja, por exemplo, eles têm aqui uma máquina eleitoral estruturada financeiramente, politicamente e esteticamente. O grupo do Caiado já deve ter na conta o dinheiro da eleição de 2024 e de 2028 também. Já tem as pessoas; já tem o mapa completo das famílias e tudo. E aqui eu estou criando essa máquina eleitoral para fazer frente. Então é importante uma máquina eleitoral permanente e coesa. Meu objetivo é esse. Uma máquina eleitoral coesa e permanente em Alto Paraíso. Se eu vou conseguir fazer isso, não sei.

Essa é minha missão hoje. Aí eu penso no que eu vou fazer depois.

2. Ampliando a democracia: Mandato Compartilhado de Gabriel Azevedo em Belo Horizonte (MG)

Figura 37. Gabriel Azevedo

Imagem obtida em: https://www.otempo.com.br/mobile/politica/gabriel-azevedo.

Sou nascido em 12 de março de 1986, em Belo Horizonte, no centro. Tive uma infância com educação de escola pública, no Instituto de Educação de Minas Gerais, depois Escola Militar de Belo Horizonte, onde eu me tornei muito participativo. Eu não chamaria de militância estudantil nem de militância partidária, mas eu chamaria de um estudante participativo. Ou seja: "vamos criar um grupo de teatro?", "Vamos organizar um diário?", "Vamos realizar uma semana de arte?", "Vamos melhorar as condições do colégio?". Vamos isso, vamos aquilo. E, de certa forma, comecei a gostar muito de aproximar as pessoas e tirar as ideias do papel. Eu acho que isso é algo muito saboroso! É algo que eu faço com alegria.

Saindo do colégio, eu decidi primeiro fazer Publicidade e Propaganda, depois o curso de Direito e depois Jornalismo. Sobretudo na faculdade de Direito, sempre tive o mesmo tipo de postura. Comuniquei-me muito com os alunos e tudo mais. Separado da vida acadêmica, em 2005, eu decidi filiar-me ao PSDB. Disseram-me que pra fazer política, para participar da

vida política, é necessário estar filiado. Fiquei no PSDB de 2005 até 2013, quando me desencantei com figuras partidárias, com práticas muito antigas, e sobretudo com a ausência de ideias voltadas de fato a fazer a democracia valer. Descobri, insisto, que os partidos políticos brasileiros são pouquíssimos democráticos, senão autocráticos. Não sou contrário aos partidos. Acho que os partidos têm o seu papel nos regimes democráticos, mas defendo que não deveriam ser a única forma de participação, como acontece em todas as democracias *plenas* do planeta, com todos os indicadores mostrando. Passei a defender essa ideia; e tenho uma outra paixão, que é a cidade.

Além de acreditar muito em democracia e defender a democracia, eu acho que a cidade é uma das criações/invenções mais saborosas da humanidade. Tanto que estou fazendo um mestrado agora, na *London School of Economics*, sobre cidades, que é algo que eu gosto muito. Hoje mesmo estava tendo uma aula com Carlos Moreno, um dos principais auxiliares da prefeita Anne Hidalgo, que criou a "Cidade de 15 Minutos" para melhorar a mobilidade em Paris. Amo a história de Belo Horizonte! Amo Belo Horizonte mais do que amo Minas ou Brasil. Sou um cidadão. Acredito muito no modelo municipal e, ao ver muita coisa na cidade que eu achava que podia ser melhor, e sentindo que na Câmara havia pouca representatividade, eu me candidatei (risos).

Isso foi em 2016. Antes disso, é bom lembrar, eu fui Subsecretário de Juventude do Estado do Governo de Minas Gerais, de 2011 a 2014, durante a gestão de Antônio Anastasia. Coordenei programas como o Poupança Jovem, para manter jovens no Ensino Médio sem evasão, o Fique Vivo, para diminuir a mortalidade, sobretudo das juventudes negras nas periférias, construí o Centro de Juventude ali no centro de Belo Horizonte e mais várias outras ações. Fiz muitas conferências públicas de juventude porque eu gosto de escutar as pessoas e fazer as coisas em conjunto, democraticamente. Nisso tudo, eu vou tentar abreviar, a internet teve um papel muito importante. Eu me tornei uma pessoa que, através da internet, se conectou com muita gente. Não só em Belo Horizonte, mas interior de Minas e no Brasil também. Em 2016, fui eleito o 9º vereador mais votado, 10.185 votos. Eu credito a eleição a um processo de comunicação muito bem feito na internet.

Eu acho que o primeiro mandato foi todo pautado por 31 propostas que eu prometi na campanha. Sobretudo pela coisa simbólica de ter escolhido um partido que me dava uma carta de independência para ser candidato, e que não me obrigaria a nenhuma decisão partidária. Eu seria um candidato independente para brigar. Até registrei isso em cartório e tal. É simbólico; embora não tenha valor jurídico. E assim foi, ao longo de quatro anos. Sobretudo porque a minha principal proposta era criar um aplicativo chamado Meu Vereador, no qual as pessoas

podiam inclusive decidir o meu voto em plenária. E a gente fez o aplicativo. Nele a gente faz uma conferência de título eleitoral, *selfie* e identidade (RG/CPF). Então não é só cadastrar. Não tem *fake*, não tem *robô*, é sempre gente de carne e osso. A gente confere. As pessoas podem se cadastrar de duas formas: como eleitor ou não-eleitor. Mas quem muda o meu voto é o meu eleitor, pelo princípio da representatividade.

Em mais de 500 votações ao longo de quatro anos, eles mudaram o meu voto apenas cinco vezes. Eu lembro isso de cor. E acho que todas as vezes que eles mudaram o meu voto, eles mudaram pra melhor. Desculpa, foram seis vezes. Um eu discordei muito, fiquei bravo (risos). Mas segui mostrando para eles que eles estavam errados. Aconteceu o seguinte: era um projeto para retirar a fiação da cidade. Era um projeto de um vereador, mas o vereador não pode gerar custo para o município. Então o projeto é o quê? Inconstitucional. A ideia é boa, mas inconstitucional. Mas o pessoal quis ir assim mesmo. Aí, aprovou em primeiro turno, aprovou em segundo, o prefeito vetou e o veto está mantido. É aquela lógica que tem muito nas Câmaras, de aprovar as coisas para a galera, sabe? Mas não é constitucional. Eu sou professor de Direito Constitucional, fiz mestrado e tal, e com constitucionalidade não se brinca, né? É uma federação. Os outros cinco eram sobre aumento de servidor, que foi acima da inflação e eles não concordaram. Teve também dos advogados autárquicos, a mesma coisa. E sobre criação de datas. Meus eleitores eram muito bravos com a questão de criação de datas, com tanto projeto de lei de data. Tanto que agora no segundo mandato até mudei, junto com a Comissão de Redução de Leis, a forma de criar data. Agora muda de uma vez só, não precisa ficar criando várias leis. Não precisa ir para o plenário, basta aprovar na Comissão de Legislação e Justiça.

Mas eu acho que no primeiro mandato a marca foi utilizar um aplicativo onde as pessoas podiam fazer várias coisas, ver tudo o que estava sendo votado, participar, enviar sugestão de projeto de lei, mandar os problemas da cidade, ver os gastos do mandato. Economizei muito. Abri mão de dois carros com motorista. Usava e uso bicicleta da cidade. Fora projetos de lei de sustentabilidade, como o Crédito Verde, de inclusão, de educação, de empreendedorismo e noções de cidadania nas escolas... Mas não vou ficar aqui fazendo mil propagandas do primeiro mandato (risos). Vou fazer críticas!

Acho que por ter entrado em 2016 com muito fôlego de fazer as coisas diferentes, eu não pude notar que a política tem seu tempo. Acho que fui um vereador mais isolado, até porque a Câmara vivia um cenário muito ruim de corrupção. Dois vereadores foram cassados, e eram vereadores que eram adversários declarados meus (um envolvido com máfia e tudo

mais). Isso aconteceu e acho que foi bom. E na reeleição, em 2020, a gente aumentou a quantidade de votos para 13.088.

No segundo mandato, ao invés de estar mais isolado, sou líder de um bloco parlamentar, que é o maior bloco da casa, com quase 25% dos vereadores. Passei a articular muito mais. Ajudei a presidente da Casa a ser eleita e sou membro da Comissão de Legislação e Justiça, onde ajudei a reduzir completamente o número de legislação, sobretudo a legislação ineficiente. Avancei no meu mandato, para além da questão do aplicativo, na promessa de um mandato regionalizado. Assim, *depois* de eu ser eleito, seriam eleitas *nove* pessoas, uma de cada regional, para serem co-vereadoras nas nove regiões de Belo Horizonte.

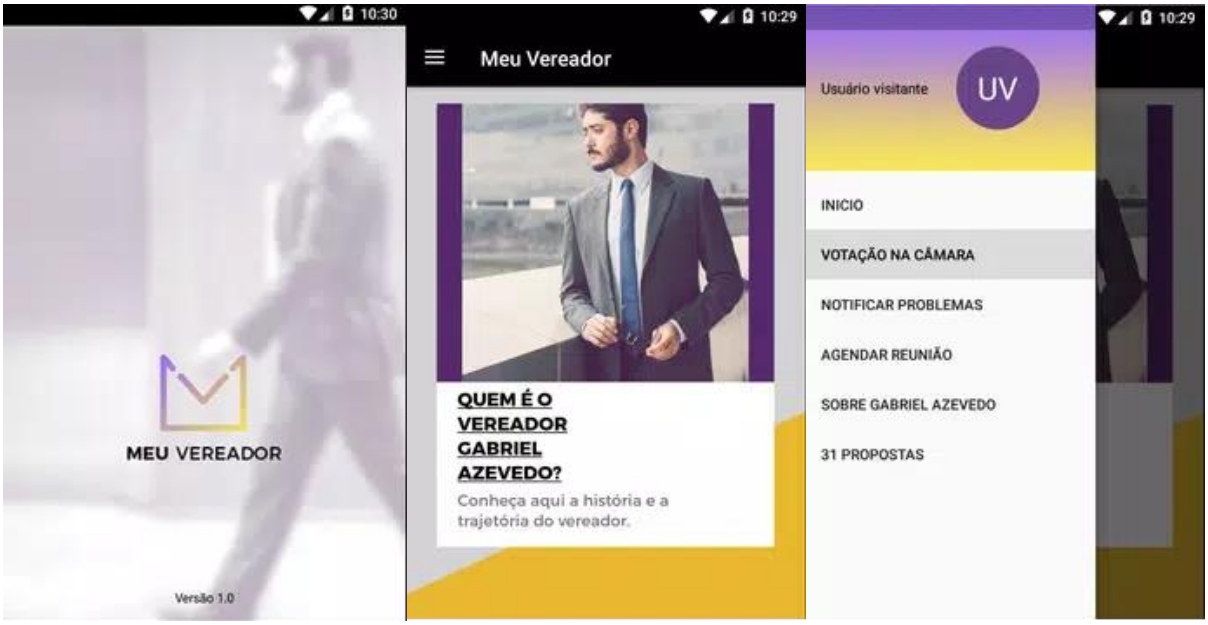
Essas pessoas não têm direito a voto no plenário. Elas até podem decidir o meu voto como todos os outros no aplicativo. No aplicativo elas têm o mesmo papel que todos os outros que votarem lá. Esses co-vereadores estão ajudando a levar o mandato para as regiões. Eles podem promover audiência pública, visita técnica, uma série de mecanismos do mandato que eles solicitam, eu oficializo, e eles vão comigo e assim a gente vai ampliando o mandato pela cidade. Funciona assim: primeiro, a eleição se dá pelo aplicativo. Eles têm um período de campanha e a ideia é distribuir por região e por gênero. Eleito um homem numa região, na próxima eleição é uma mulher. A ideia original era um co-vereador de cada região por ano, mas nós mudamos essa ideia porque a pandemia prejudicou muito essa atuação regional. Nós chegamos à conclusão que os primeiros seriam muito prejudicados. Até conversei sobre isso com gente que aconselha o mandato. Então o mandato deles foi esticado para um biênio. Eles têm tempo de campanha, são eleitos, há alternância de gênero, e eles se agregam a um outro projeto que eu toco junto com Augusto de Franco que se chama Agente Democrático e Casas da Democracia, que é uma formação de democratas (depois você pode entrar para ver no site: www.democracia.org.br e www.agentedemocratico.org). Ninguém entra, por exemplo, como um assessor. Não são remunerados, são voluntários. Nós temos um assessor do mandato que é o ponto focal dos nove. Ele agiliza as audiências públicas, as visitas técnicas, sugestão de projeto de lei, e a infinidade de ferramentas que eles têm no mandato comigo. Só não pode falar "vota assim". Eles são mais um voto dentre todos os meus eleitores. Todos os nove se inscreveram como agentes democráticos. O curso começou no início desse ano e vai até o final. O objetivo é abrir casas de democracia nas regionalidades, que é para estimular a participação e aí é uma longa história...

Então é um processo que não é despachante de mandato, sabe? Está para além do mandato que o Secchi chamou de "compartilhado". Ou seja, eu tinha o aplicativo para compartilhar as decisões mas, ao contrário de outros, eu nunca me elegi numa chapa coletiva.

Não era um mandato coletivo porque eu sempre defendi que isso *dá errado*, uma vez que quem aperta o botãozinho lá no plenário é uma pessoa só. A Sônia Lansky do mandato Coletivas renunciou! Porque ela ia para uma reunião da esquerda, que são cinco vereadores, todos os outros queriam ir também com poder de voto, senão "não tem igualdade". Na verdade, o que eu acho, isto é, a minha ideia de democracia representativa, é que uma pessoa representa um coletivo, um conjunto de pessoas. Ainda não se criou um mecanismo eficiente para um coletivo representar um coletivo. Isso, teoricamente, são as bancadas e os blocos, nos regimentos internos da Casa Legislativa. Então eu considero que meu mandato de 17 a 20 era compartilhado, e, de 21 a 24, é um mandato compartilhado regionalizado.

No cenário da renovação política, você tem as Organizações e os Movimentos. Eu faço parte de duas Organizações. A RAPS, que eu fui convidado em 2015 e o RenovaBR. A RAPS tem um processo de amizade cívica, de interagir mandatos, de promover a sustentabilidade, tanto que conheci muita gente Brasil afora. Na RAPS lecionei algumas vezes tácticas de campanha. Através da RAPS, inclusive, o aplicativo Meu Vereador virou o aplicativo Nosso Mandato, que era para vários parlamentares usarem, e hoje virou o aplicativo Tem Meu Voto. Porque eu não sou mais o único usando. O aplicativo permite vereador, deputado estadual, distrital, federal, senador, para usarem as mesmas coisas que eu uso. Então eu participo agora do Tem Meu Voto.

Figura 38. Interface do aplicativo Meu Vereador



Imagens recuperadas de: https://apkpure.com/br/meu-vereador/meuvereador.meuvereador.com.br.meuvereador.

Da RAPS é isso, é um lugar mais de amizade cívica. Na minha campanha de 16, eu também tinha prometido fazer uma escola de política. Porque eu vi que era muito difícil se eleger e muita gente boa não conseguia. Como eu tinha passado por aquele maremoto, eu disse: "deixa eu compartilhar isso". Era minha ideia (até publiquei uma conversa que eu tive com o presidente Fernando Henrique Cardoso na internet sobre isso) e eu tenho um amigo, o Eduardo Mufarej, que em 2017 fundou o RenovaBR, uma escola de preparação de cidadãos para a política. Lecionei em 18, 20 e agora em 22 é a terceira turma do Renova que estou treinando. Eu sou considerado pelo curso o principal professor, abro, faço formatura, tenho a honra de ser escolhido há duas turmas como professor destaque. Sou feliz com isso. Ganhei muitos amigos, acho que ajudo muita gente a ganhar eleição, pelos agradecimentos, de vários partidos. Suprapartidário. Da esquerda, do centro, da direita. Não vou dizer que me orgulho de todos porque eu seria mentiroso (risos), mas me orgulho de muitos.

A primeira turma do Renova teve mais de 130 pessoas, com Tabata, Rigoni, Joênia Wapichana entre outros. Tanto que Tabata e Rigoni também usaram uma carta de independência do PSB e do PDT. Não é à toa. Isso salvou lá no TSE, a ideia do professor (risos). São muito amigos, muito queridos. Em 18, foram 117 candidatos, de 22 partidos diferentes, sendo que 17 foram eleitos. Um senador, sete estaduais e nove federais. Em 20, além de eu fazer a minha campanha, eu treinei candidatos a prefeito e a vereador. Foram 154 eleitos. Um, inclusive, aqui em Belo Horizonte. Tem essa coisa engraçada também: um dos meus alunos, que ganhou, é o Wanderley Porto, que "divide" o gabinete comigo (risos). Então é um mandato compartilhado, regionalizado e dividido (risos). Isso porque ele também usa o aplicativo, também tem co-vereadores, numa região específica de Belo Horizonte (onde ele é concentrado) e a gente divide o gabinete. Aí inspirado nas minhas colegas do PSOL (o povo que deu esse apelido, elas tinham uma "Gabinetona"), nós criamos o chamado "Gabinetão".

Então, de Organizações que eu faço parte, são essas duas. Renova e RAPS. Chamo de Organizações porque são suprapartidárias e supraideológicas. Elas não têm uma ideologia clara, não tem isso. Mas eu também participo de Movimentos, que é, por exemplo, o Livres. Eu me considero um político centrista-moderado, social-liberal, e o Livres me representa em vários aspectos. Inclusive eu estava naquela movimentação para que o PSL, lá em 2018, virasse Livres, lembra? Mas aí o maldito do Bolsonaro entrou e é claro que a gente saiu. Meu acordo de ser candidato, com independência, em 16, era no PHS e, em 20, era no Patriotas, com uma composição local e com a condição de que, se entrasse algum membro da família do Bolsonaro, eu seria expulso. E fui. Então, mais uma vez, do jeito que eu gosto, eu estou sem partido.

A legislação eleitoral está atrasada em relação às candidaturas cidadãs independentes. Eu estive no TSE, no final de 2019, em audiência pública em que fiz uma sustentação de que a criação de candidaturas independentes não atenta contra a democracia. Eu me amparo em indicadores como o *Democracy Index* da Revista *The Economist*, o *Freedom House Report*. As democracias liberais, as democracias plenas, quase em sua totalidade, permitem candidaturas independentes. O problema não é a candidatura independente. O problema é o partido, que não é democrático internamente, e não serve à sociedade e aos interesses públicos. E agora no Brasil é essa mistura de autocracia partidária que se somou a um fundo eleitoral sem nenhum controle democrático interno, e um orçamento secreto que vitaminou um grupo fisiológico pessoal que faz refém qualquer perspectiva.

Vou fazer um retrospecto dos partidos. Vamos pelas constituições, para ter um marco legal. De 1824 até 1889, ou melhor, 1891, com a Segunda Constituição, os partidos brasileiros não eram democráticos, né? Ou seja, ali sufrágio não havia, participação não havia. Os partidos se assemelhavam a clubes de cavalheiros, que era o modelo britânico antes da revolução de 1832, na Inglaterra. Tudo bem jogado, com a elite que tinha dinheiro. Uma aristocracia. Não era, portanto, uma democracia. Chamar a monarquia, por exemplo, de democrática, é um equívoco. Em 1891, com a Constituição II e a República Velha, você tem partidos que não são necessariamente aristocráticos, mas são oligárquicos. Voto de cabresto, decisão de elites regionais, café-com-leite, até que isso, a partir dos anos 1920, é subvertido pelo Tenentismo que eclodiu com o Golpe de 30. Em 34, você tem, após a Revolução de 32, a tentativa de um processo constitucional. Surge a Justiça Eleitoral, o voto feminino etc. Mas de 34 a 37 foram três anos sem maturação quando veio o Estado Novo, né? Uma ditadura clássica, sem partidos. Ou seja, o Getúlio extingue o partido e cria o Estado Novo sem democracia até 45. Eu considero que o Brasil passa a viver uma democracia eleitoral, na conceituação dos principais indicadores, a partir de 1946, com a Constituição de 46, que permite, inclusive, a criação de partidos e de candidaturas independentes. Vamos lembrar. Você tinha o PCB, o PSD, a UDN, o PTB, aquela coisa toda. Período da democracia populista. Isso vai, lamentavelmente, durante um período muito pequeno, até 1964, e a gente tem o Golpe na noite de 2 de abril. Aquela coisa horrorosa joga a gente no inverno. Os atos institucionais fecham os partidos e passa a ter aquele simulacro de vida partidária com a Arena e o Movimento Democrático Brasileiro. Este, aliás, é algo que eu sou muito fã. Eu acho que o Movimento Democrático Brasileiro, com o Ulisses, com o Tancredo, e com outras figuras mais, como Teotônio e tantos outros, eu acho que conseguiram costurar um ambiente partidário favorável à volta de uma democracia. De um jeito amparado, conversado. E

abriram portas para a Constituinte de 86, que resultou em 88. Qual o problema que surge daí? A Constituição de 1988 é, em essência, parlamentarista. Em essência. Deixaram a possibilidade de ter república parlamentarista nos atos transitórios, foi a votação de 93. Aí quando vem o presidencialismo, você começa a ter um problemão. E junto com o presidencialismo, vem um sistema eleitoral, baseado na Bélgica, modelo de 1920, proporcional de lista aberta, que estimula a transformação dos partidos em cartórios, pouco ideológicos, numa disputa localizada. Ou seja, você tem de 88 pra cá, uma multiplicação partidária de legendas que não são exatamente ideológicas. Mas todas, ou quase todas, muito autocráticas, muito centralizadas em Brasília, privilegiando a União ao invés do município. Então, por exemplo, a pessoa quer ser candidata a *vereador* em Belo Horizonte, geralmente tem que achar um partido pedindo bênção para um deputado, prometendo que vai dar voto pra ele na próxima eleição. Você mata a municipalização, mata a democracia local e submete tudo a Brasília. Eu sinto que uma grande mudança que permitiria o fim do oligopólio partidário que a gente vive é a candidatura independente. Quando você não obriga a pessoa a ser candidato pelo partido, você tem que criar no ambiente partidário algum tipo de atrativo para a pessoa estar lá.

Na minha trajetória política, eu aprendi muito. Esqueci de comentar que eu já fui de um grupo chamado "Turma do Chapéu". Era uma militância digital, lá pelos idos de 2010 daquelas que acha que quem você defende está certo e que o outro está sempre errado. Uma espécie do que a gente vê hoje da polarização terrível que há no Brasil. Não só no Brasil, no mundo. A minha primeira inserção institucional foi na Subsecretaria da Juventude. E eu achei muito bom. Eu aceitei o convite que o Anastasia fez porque ele me chamou, não para defender os interesses do partido, do PSDB, mas de Minas Gerais. Eu levei isso muito a sério. O que que aconteceu? Eu briguei, mas briguei terrivelmente com toda a juventude partidária (risos). Por quê? Porque eles queriam o cargo, mas eles eram incompetentes! Eles não tinham preparo para exercer uma política pública que não é brincadeira. Olha: lidar com evasão escolar, gravidez na adolescência, saúde pública e por aí vai. Eu chamei os técnicos formados na João Pinheiro, chamei pessoas que eu achava que tinham capacidade de formação. E aí, meu caro, um racha enorme no partido. Na época, o filho de um deputado falecido, nossa, esse menino me perseguiu! E eles tentaram me prejudicar de toda forma, me tirar do cargo e eu lá, trabalhando tranquilo, seguindo a toada. Até que em 2013, eu falei assim: "mas o que é eu estou fazendo aqui?" "Estou exercendo um papel legal no governo, o governador reconhece, muita gente reconhece, o resultado tá vindo, mas, e o meu partido?" Então decidi sair. O PT, na hora que eu saí, chegou a dizer que até eu era melhor que o indicado pelo

Pimentel (risos). Porque eu fazia as conferências de juventude de um jeito organizado, bacana. Ouvia todo mundo, esquerda, direita, não tinha esse negócio... Sentava com toda a juventude partidária, mas não só as juventudes partidárias. Juventudes religiosas, juventude empreendedora, juventude negra, tudo, LGBT. Então, como aquele pessoal lá começou a me encher muito o saco, o que eu fiz? Pensei: "Por que eu estou aqui enfrentando essa barra?" Cheguei para o Anastasia: "Oh, governador, o meu cargo está à disposição, estou me desfiliando do PSDB". Eu me lembro muito bem. Foi 20 de maio de 2013. Eu queria dar o recado um dia depois do Aécio virar presidente nacional, algo assim: "Vá lá, vá ser presidente, eu não quero saber de nada disso mais, vocês ficam com esse partido insuportável aí". Ainda brinquei: "Eu vou fazer igual a Carlota Joaquina, eu vou bater os pés e não vou levar daqui nem a terra!" (risos). Durante o momento que eu estava no governo, eu não critiquei abertamente, mas eu falava e tal. O partido era muito centralizado na figura do Aécio (teve seus méritos lá na época de governo), e impôs uma candidatura do Pimenta da Veiga, para o governo de Minas Gerais, em 2014. Um cara que eu falei que ia dar errado. Deu errado. Perdeu o governo de Minas, perdeu a eleição nacional. Saiu. E de lá para cá, meu amigo, não preciso nem falar. PSDB ladeira abaixo, né? Ladeira abaixo. Então eu saí. O governador Anastasia foi muito bacana, ele falou assim: "pode sair, você não lembra do que eu te falei, você não está aqui para servir o partido, mas para servir Minas". Anastasia é, até hoje, um grande amigo, uma pessoa que eu respeito muito. Saí da Subsecretaria dia 31 de dezembro de 2014.

Agora, voltando para a Turma do Chapéu[85]. Éramos amigos. Surgiu assim, em 2010: "Oh, vamos fazer campanha pro Anastasia, que é um cara legal?", "Vamos!", "O partido é chato pra caramba?", "É.", "Então vamos criar um outro grupo para fazer as coisas que a gente acha que tem que fazer?". Fizemos campanha na internet, comunicação, vídeo, interação, Twitter. Porque o partido, naquela época, era no jornalzinho. Papelzinho, militância, grêmio estudantil, coisa que eu odiava que é fazer partido se infiltrar em colégio, em grêmio, em faculdade. Nunca fiz isso! Aí então criamos a Turma do Chapéu e ganhou muito destaque, muito destaque. Foi muito divertido. Em 2012, nós participamos até da campanha do Márcio Lacerda. E, em 2014, participamos, de novo, da campanha. Aí eu já estava fora, mas os meninos que estavam lá diziam: "queremos fazer!". Fizemos muitas coisas de legal para a campanha do Aécio e para o Anastasia ao Senado. Mas aí, quando deu 2014, 2015, eu disse: "olha, deu a hora, né?", "Já está na hora de eu aposentar o chapéu". Eu até já

[85] Sobre o grupo: https://www.psdb.org.br/acompanhe/turma-do-chapeu-moderniza-a-militancia-do-psdb.

falei no Renova que eu me aposento no meio desse ano. Acho que a pessoa tem que abrir espaço para as outras, sabe? Não pode se perpetuar nas coisas. Mas aí, o mundo, a política brasileira foi mudando a partir de 16.

É bom lembrar que teve Junho de 2013, né, um fator muito importante no meio disso tudo, que mexeu muito com o cenário político brasileiro. Eu próprio fiquei muito motivado a sair do partido depois das movimentações de 2013 também, sabe? Não depois, mas um pouco antes, eu já estava sentindo o clima. Saí em *maio*, a coisa estourou em *junho*. Em 2015, portanto, eu disse: "chega, vou começar uma coisa nova, quero ser professor". Achei até que ia dar uma pausa de política. Mas com esse carinho todo pela cidade, acabei saindo com a candidatura de vereador em 2016.

Figura 39. Turma do Chapéu – Juventude do PSDB

Imagem recuperada de: http://2.bp.blogspot.com/_b04YyxHAebw/TK_EPPbhtUI/AAAAAAAAAi8/b3ELkzJXprg/s1600/turma_do_chapeu1.jpg.

Sobre os aprendizados: eu respeito os meus erros. Já errei muito. Eu não sou filho de político. Não entrei na política por ser de uma família política. Então se você não tem uma proteção, não tem alguém que vai te dizer como fazer. Você vai na tentativa e erro. Eu leio muito, leio muito. Tento aprender muito com os outros, com o que está funcionando ali e acolá: "como é que tá o Chile?", "O que está acontecendo na América Latina?" etc. Então eu acho que essa tentativa de adquirir muito conhecimento me ajuda. Vários são os programas e iniciativas que eu já participei mundo afora para somar. Então é isso. O diálogo é

importantíssimo, o aprendizado democrático é importantíssimo. Eu acho que é importante você entender o poder, e a própria política, como uma ferramenta de causas. Ou seja, não é que eu queira ser vereador. O que eu quero é que a mobilidade em Belo Horizonte seja melhor. O meu mandato é uma ferramenta para isso. Quando você tem as causas como seu norte, e não só o poder pelo poder, você não se perde e tenta aprender. Porque, senão, você não gera os resultados para as pessoas, e isso é muito importante.

Por exemplo, eu saí das redes sociais. Vou te contar. Minha vida na rede social era muito orgânica. Nunca tive um assessor fazendo ela para mim. Era eu. Escrevia os textos, interagia com todo mundo. Mas fica quase impossível, humanamente impossível! (risos). Eu estava ficando sem dormir; estava dedicando tempo a quem eu achava que não merecia foco. Mas, aí o que aconteceu? Eu já estava pensando em reformular a mídia, o formato de uso e tal. Porque esse ambiente da polarização tem como grande aliado a mídia social e os algoritmos. Posso citar o livro "Os engenheiros do caos" e tantos os outros que mostram o papel da mídia social no Brexit, Trump e companhia limitada. E a gente tem que pensar numa solução, porque isso está corroendo a democracia. Aí ocorreu um episódio. Eu estava em São Paulo para uma semana do Tem Meu Voto, com vereadores, deputados estaduais querendo usar (inclusive fui lá na Mandata Ativista). Na noite de um sábado, saindo do restaurante, eu fui agredido por pessoas que estavam na rua. Furtaram meu celular e me machucaram. Tive que fazer cirurgia. Eu sou muito resiliente, eu não me abati com isso especificamente. Mas eu precisava me recuperar e precisava de *tempo* para isso. Aí eu recebi mais de 4000 mensagem no WhatsApp de gente preocupada comigo (nós contamos para registrar isso). No Instagram, no Twitter, foi uma infinidade! (risos). O pessoal se solidariza. Mas eu não tenho como responder isso tudo. E se eu não responder as pessoas vão achar que eu não estou dando atenção. Essa busca por atenção parlamentar é um efeito da política dos nossos tempos e que não tem sustentabilidade. Então eu falei: "quer saber, deixa eu inovar de novo". Bum! Parei tudo. Foi mesmo para fazer um estudo do que ia acontecer. O primeiro efeito, é saudade (risos). E eu gostei disso. As pessoas me encontram e falam: "cara, que saudade, gostava muito do seu conteúdo. Eu ainda me comunico por e-mail e pelo aplicativo. O gabinete tem um WhatsApp também. Então o assunto institucional segue firme. E participo muito da imprensa, que precisa ser protegida pelos políticos. Porque é fundamental à democracia[86]. Então eu escrevo para o jornal, eu dou entrevista o tempo inteiro, falo em rádio, falo em

[86] Em uma conversa com Pedro Doria, Gabriel Azevedo fala sobre a importância tanto da imprensa quanto das universidades para a democracia. Disponível em: https://youtu.be/1wN6WiJF8-w.

televisão, entro em contato com todos os jornalistas da cidade. Tenho uma assessoria que cuida muito disso.

A segunda coisa que eu notei é a transição de *quem* tem notícia minha. É uma faixa etária mais velha. A partir dos 30 e tantos, 40, 50 anos, que acompanha mais as mídias tradicionais. Achei isso interessante. E o terceiro é que eu estou usando esse tempo para planejar a volta com algumas inovações que eu considero importantes. Porque eu acho legal ter a mídia social, mas não como ela está sendo usada no Brasil. Eu não quero ser condutor de ódio. Não quero dar palanque para doido. Não quero perder tempo discutindo com quem é criado para fazer você perder o seu tempo. Eu descobri que tinha robô contratado para ficar comentando nas minhas redes sociais só para me tirar tempo. E eu acho que tudo isso foi um aprendizado. Eu acho que eu me tornei uma pessoa menos midiática e mais articuladora. Mais eficiente para as pessoas e para minha cidade que é, no fim, o que eu preciso fazer. Melhorar a vida em Belo Horizonte.

As mídias sociais têm uma relação complicada com a democracia. O WhatsApp, por exemplo, não tem uma interação distribuída, ou seja, você não está interagindo com todo mundo na rede, como é, por exemplo, no Twitter. O WhatsApp funciona como se fosse uma árvore que vai gotejando nos galhos dos grupos, onde as pessoas conversam só com quem elas gostam, só com quem ela é próxima. Essa é a característica do WhatsApp, que reforça o pensamento único ou o pensamento entre iguais. E, sobretudo, o WhatsApp, sem a regulamentação, serve como uma espécie de lençol freático de criminalidade: Se eu crio um vídeo falando que você é ladrão e disparo de um número comprado na Romênia para o Brasil, e isso começa a gotejar aqui, como não se sabe da onde veio, não tem uma punição específica. A mesma coisa com o Twitter. Deveria ter no Twitter uma habilidade de dialogar e interagir com quem tem a posição de verificar o seu perfil. Você olha e vê "eu sou o Gabriel, tá aqui, esse é o meu selfie e eu sou humano, de carne e osso, sob a legislação brasileira, se eu cometer um crime, meu endereço é tal e tal". O Twitter poderia facilitar isso? Com certeza! E aí eu clico e escolho: eu só quero interagir com gente assim. Você acha que no meu aplicativo de vereador tem ofensa, tem crime, tem baixaria? Não. Está todo mundo lá com *selfie*, identidade e CPF. Não tem robô. É a ideia de terra de ninguém que estimula esse tipo de coisa. O Instagram, eu tenho muita simpatia porque, nele, você tem muito a questão de imagem, de perfis que são mais facilmente rastreáveis, e uma lógica de comentário *no* campo *da* pessoa. Você pode bloquear alguém de comentar ali, por exemplo. Você pode, com mais facilidade, coordenar o diálogo. Claro, a livre interação é muito importante para democracia. Mas, lá em Atenas, em 509 a.C, quando inventaram o modelo democrático de divisão

territorial e outras coisas mais, se eles permitissem espartanos na Assembleia, o que ia dar? Ia dar ruim. Você tem regra para conviver democraticamente. Não é censura, não tem ideia nenhuma de censura, não é isso. É a ideia de criar regras pra conviver. Você não é obrigado a conviver com alguém que te calunia, que te xinga, que é violento com você. E eu sou muito bom de lidar com isso. Nunca foi um problema. Mas eu vejo o quanto isso faz mal para políticos.

Figura 10. Interface do aplicativo Tem Meu Voto

Fonte: elaboração própria a partir de imagens recuperadas de aplicativo de celular.

Em Belo Horizonte, eu toquei a CPI da Máfia dos Ônibus. Um dos desdobramentos foi a aprovação de uma lei que revogava o benefício dos canalhas que não pagavam imposto. O

Sindicato dos Ônibus criou um conjunto de perfis falsos para ir nas redes dos vereadores xingar. Tudo perfil fechado, criado há pouco tempo, com o mesmo discurso. Era para tomar cadeia, né?

Já no aplicativo Meu Vereador (que agora é Tem Meu Voto), isso não acontece. Na primeira versão tinha vários depoimentos, dos que mais votavam, dos que mais indicavam problemas na cidade. Nós temos todos os dados guardados no gabinete. E percebo que isso reverbera nas ruas. Eu chego em um lugar e a pessoa abre o celular e fala: "oh, Meu Vereador aqui", "oh o Tem Meu Voto aqui". "Votei em você". Legal. Quando eu estou na rua e me falam: "vereador, já notifiquei aqui oh". Porque eles sabem que se me pararem na rua para me falar do programa, o que que eu vou responder? "Chama no aplicativo". E eu tenho banco de dados, né? Eu trabalho com Big Data.

Então eu me considero um cidadão democrático. Temos que ser cidadãos e temos que ser muito democráticos. E tenho exemplos. Eu sempre pergunto para as pessoas quais são os exemplos que elas querem seguir? Qual é a parte do mundo que elas as inspiram? Antes de eu ser candidato, em 2015, eu já fiz coisa viu, José! (risos) Eu viajei, por três meses, pelos lugares que eu mais admiro: Suécia, Noruega, Dinamarca, Finlândia, Islândia... Porque esses países estão no topo dos índices democráticos. É por isso, e não o contrário, que a educação está no topo; que a liberdade está no topo; que a corrupção está para trás; que a violência está para trás... Que a capacidade de empreender, de gerar emprego, de ser feliz, de tocar o próprio sonho de todo mundo é mais realizado. Eu quero isso para minha cidade! É claro que quero também para Minas, quero para o Brasil. Mas a forma de eu atuar, no momento, é municipal.

3. Mandato Popular em luta: Jhonatas Monteiro em Feira de Santana (BA)

Figura 40. Jhonatas Monteiro

Imagem recuperada de: https://www.instagram.com/jhonataspsol/.

Eu tenho hoje 37 anos, sou nascido e criado em um bairro de Feira de Santana, a Queimadinha, um bairro que fica relativamente no centro do município, às portas do centro comercial da cidade. Mas, em que pese isso, é considerado uma periferia. O bairro tem uma diversidade, do ponto de vista da composição: tem conjuntos habitacionais, loteamentos, áreas abertamente de classe média, mas predomina um caráter de bairro popular e, dentro disso, inclusive áreas francamente favelizadas, principalmente o entorno da Lagoa do Prato Raso.

Minha família paterna mora aqui desde, provavelmente, os anos 40 do século XX. É uma família que está entre as primeiras daquilo que se mapeia como o início da ocupação dessa área. É uma família, no caso do meu pai, que tem origem num distrito rural daqui, o Distrito de Bonfim de Feira, mas que desde dessa época, dos anos 1940, vive aqui no bairro. E, por parte de mãe, minha família também mora aqui há muito tempo. A maior parte da família da minha mãe inclusive ainda reside aqui. É uma família que mora aqui desde o final dos anos 1960, e é uma família de imigrantes do interior do Ceará. Daquela área ali do Cariri, do sul do Ceará, mais ou menos, no entorno de Juazeiro do Norte, de um município chamado Barro. E aí vieram para cá. Em parte tem a ver com essa realidade de fugir da seca, de procurar alternativa nos centros urbanos maiores, né? Daí a família foi se espalhando: uma

parte chegou a ir para Minas Gerais; tem uma outra parte da família que foi pra Salvador; mas a maior parte chegou e ficou aqui na Queimadinha. Aqui tem essa característica de uma presença de pernambucanos, sergipanos, cearenses, e a família da minha mãe é também dessa leva de pessoas que veio nesse período.

A família do meu pai é uma família negra, como eu disse, de origem de uma área rural aqui do município e a família da minha mãe é uma família branca, do interior do Ceará – pelo menos *branca* pros padrões de racialização que a gente tem aqui na Bahia.

Então como alguém que nasceu e cresceu aqui no bairro, minhas primeiras experiências de sociabilidade que posso associar de alguma forma com movimento social, com alguma forma de engajamento, elas têm relação com a vida na própria comunidade. Sempre foi muito complicado, pois minha família não é uma família daquilo que as pessoas chamam de classe média. Meu pai é pintor automotivo, minha mãe é o que chama de dona de casa. E, na verdade, realiza um conjunto de tarefas, de atividades de trabalho que em geral não são remuneradas, mas que são tão trabalho quanto as que acontecem fora de casa. Eu tenho uma irmã, também, que é um ano e meio mais nova do que eu.

Minha família sempre teve altos e baixos, nessa vida aqui do bairro. Até porque a própria atividade profissional do meu pai implicava em momentos ora melhores, ora muito difíceis, porque como ele não tem emprego formal desde os anos 1980, desde o início dos anos 1990 (até onde eu lembro, ele sempre trabalhou por conta própria), e a natureza da atividade de trabalho dele, que é de ser pintor automotivo, varia muito também em função do tempo. Então em período chuvoso é terrível. Embora eu tenha uma memória afetiva do São João, do período junino, que é muito positiva, também tem um lado amargo dessa memória relacionada com o fato que é o período chuvoso daqui do Nordeste. Sempre foi muito difícil, muito penoso esse período.

No entanto, tanto meu pai quanto minha mãe sempre enxergaram a ideia da escolarização como um elemento de melhoria de vida. Meu pai, em especial, sempre fez um discurso de: “olha, você pode estudar, e eu quero que você estude, para poder ter o que eu não tive”. Então isso sempre foi muito forte. A escola sempre foi vista, em parte, como projeto familiar. A certa altura isso se incorporou e eu passei a gostar muito do espaço da escola, não necessariamente da sala de aula em si, mas da escola, do momento, do espaço de encontro. E dentro dessa trajetória, é interessante a questão da leitura. A leitura também foi um elemento importante. Embora meu pai não tenha, assim, uma escolarização (não tem ensino superior, minha mãe também não; na verdade eu sou a primeira pessoa da família, pensando aí inclusive os primos por parte de mãe e por parte de pai, a chegar na Universidade), a leitura

sempre foi muito importante para o meu pai. Para minha mãe também, mas eu destacaria o meu pai. Meu pai sempre teve orgulho de dizer: “olha, eu sou pintor automotivo e eu leio os jornais que são usados pra isolar o carro durante a pintura”. E tinha isso muito forte, ao ponto de que se esmerava de ter uma assinatura da Folha de São Paulo, e era uma coisa dele: “eu tenho uma assinatura!” (risos). Então esse elemento da leitura sempre foi muito presente. Eu cresci como leitor ávido, lendo aquilo que eu podia ler, frequentando a biblioteca pública, e de alguma maneira cheguei aos grupos jovens aqui do bairro, da comunidade, muito por isso. Por ser um espaço de reflexão, de leitura e, alguma maneira, de discussão da realidade, mas também porque oportunizavam isso, né? O contato com os livros, o contato com o ato de ler.

A minha primeira experiência de engajamento tem a ver com a Igreja Católica. Eu participo de um conjunto de grupos que são grupos de juventude ligados à Pastoral da Juventude, que é uma das pastorais da Igreja Católica. E, nesse período – eu estou dizendo aqui do final dos anos 1990 –, apesar de no mundo e, talvez mesmo no contexto mais nacional, ser um período marcado por um retrocesso do engajamento social da Igreja numa perspectiva mais progressista, orientada pela Teologia da Libertação, no bairro aqui, na Paróquia de Todos os Santos (que é o nome da paróquia da Queimadinha), era o inverso. Na verdade, na segunda metade dos anos 90 teve um período de muita atividade, de grupos preocupados com os problemas comunitários. E eu vivenciei isso.

A primeira iniciativa de organização eu vivenciei dentro desse contexto foi o cursinho comunitário. Eu participei de inúmeras iniciativas de cursinhos populares, preparatórios para vestibular, naquele período. E também de turma de alfabetização de adultos. Tinha coisas dessa natureza e com esse contato com a Igreja, com a Pastoral da Juventude, e depois com a tentativa de organizar a Pastoral da Juventude do meio popular, eu passo a ter uma relação com o movimento no campo.

Então cheguei a ter contato com assentamentos, acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, não só os mais próximos daqui de Feira, no município de Santo Amaro, mas às vezes até mais distantes como em Arataca, mais pro sul do estado. A partir disso, passei a ter uma relação com a militância mais propriamente de movimento social. Fiquei um bom tempo nessa interface, nesse movimento comunitário de base católica e pude entender o que é a experiência de movimento social, que tem inclusive um sentido de radicalidade na atuação, no método.

Eu terminei o Ensino Médio relativamente cedo, com 16 anos. Aí vivenciei um dilema: “o que fazer?” “Qual vestibular tentar?” e tudo mais. Eu tinha interesse para coisas muito diversas, assim como todo mundo. Eu acho que às vezes é a vida que nos empurra para

se encaixar numa coisa só ou predominantemente uma coisa só. Mas todo mundo tem interesse por muitas coisas, e eu tinha também. Desde as coisas associadas ao próprio trabalho manual – tinha uma certa inclinação, um certo interesse, a essa coisa de trabalho com madeira e tal. Não aprendi o ofício do meu pai, mas tinha um pouco disso em vista. Tinha uma certa intimidade com plantas, que até hoje é uma coisa que eu carrego. Eu desenhava, então tinha a pretensão de ser desenhista de quadrinhos. Também nesse período da adolescência eu tinha relação com fanzines, com iniciativas de publicação alternativa. Então pensei em fazer Belas Artes ou alguma coisa mais na área de artes. Mas se colocava um obstáculo muito grande, né, porque era em Salvador, na UFBA. Estava fora de questão ir para outra cidade. Não dava.

Fiz a opção pelo curso de História por um conjunto de fatores. Por ser uma área que eu sempre gostei, tive afinidade na escola, mas também pelo entendimento, muito a partir dos grupos de jovens e da observação dos movimentos sociais, que qualquer caminho que eu viesse a seguir, o curso de História me ajudaria. E aí eu usei esse período, dos 16 até chegar aos 17 anos, que é quando eu entro na universidade, para também conseguir os meios necessários para pagar o vestibular. Eu trabalhei em uma estamparia aqui no próprio bairro. Eu tinha uma relação com serigrafia, acabei conseguindo um emprego de assistente em serigrafia e trabalhava. Era um emprego que permitia juntar dinheiro até porque você não tinha vida social nenhuma. Era de domingo a domingo, de 8 horas da manhã às 12 da noite. (risos) Enfim, não tinha muito o que fazer, então acabava invariavelmente juntando alguma grana porque essa era a realidade. E era uma estamparia que produzia por meta. Ela vendia abadás, roupas para essas micaretas e festas semelhantes ao Carnaval fora de época, pelo país afora. Então foram três meses com essa jornada, ininterruptamente. Ajudou evidentemente a juntar o dinheiro necessário para pagar algumas coisas nesse período, mas, ao mesmo tempo, também era muito difícil. Olhando pra trás você se pergunta: "como é que se dispôs àquilo ali?". Essa vivência me ajudou muito num entendimento posterior sobre o que é a exploração do trabalho, diga-se de passagem, pela prática.

Eu entro na Universidade, mas se me perguntassem no primeiro dia: "olha, você quer ter participação no movimento estudantil?" Eu ia dizer: "não", "eu quero fazer meu curso", "eu quero trabalhar". Eu precisava conciliar o estudo com o trabalho, não só pra me manter na Universidade, mas pra tentar ajudar em casa também de alguma forma. E já tem os problemas da minha comunidade, né? Tinha aquilo que eu vivenciei, aquelas demandas colocadas por essas experiências com os grupos jovens. Nesse período eu já estava em uma relação de maior distanciamento do catolicismo, no sentido mais estrito, e eu já entendia que o que eu mais gostava na Igreja eu poderia fazer fora da Igreja (risos).

Só que, apesar desse pensamento inicial, eu vivenciei na UEFS, que é onde eu fiz a graduação e o mestrado, um período muito conturbado também de funcionamento da universidade. Porque foi um período que as restrições orçamentárias impuseram coisas bem evidentes em termos de problemas. Faltar papel higiênico no banheiro, por exemplo; não ter o professor ou a professora ali pra aula etc. Justamente por isso foi também um período muito rico do ponto de vista da mobilização. Essas mobilizações que eu tive a sorte de vivenciar, de acompanhar e de, em muitos casos, protagonizar, contribuíram para que fosse o reverso: eu militei do Diretório Acadêmico, no Diretório Central, fui por três anos da coordenação nacional do movimento estudantil de História. Fui representante discente no Colegiado do curso, no Departamento, no Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da universidade. Do ponto de vista de representação estudantil, o que existia eu de algum modo tomei parte. Assim como também atuei nas greves, nas manifestações.

Esse período, principalmente ali entre 2002 e 2005, foi um período muito rico em termos de greves. Duas greves estudantis grandes na UEFS. A UEFS vivencia uma greve estudantil, em 2003, que é uma greve estudantil com assembleias com quatro mil estudantes. É uma greve que inclusive ganha certa repercussão pelo país. Mais de 50 dias de greve que basicamente negociou tudo que existe hoje do ponto de vista de política estudantil para a realidade da própria universidade. Ter conquistado a criação de bolsas, a ampliação da residência, a existência do bandejão, tudo isso é fruto desse processo de mobilização.

Também foi uma época com muita mobilização de transporte, mobilizações grandes de rua. O transporte em Feira de Santana é, historicamente, um problema crônico, terrível! O sistema de transporte é organizado em função do lucro empresarial e não de quem usa o ônibus. Então esse período também teve grandes mobilizações, e eu vivenciei isso. Por exemplo, na greve de 2003, eu era uma pessoa antes da greve e, 50 dias depois, eu era outra pessoa, em múltiplos aspectos. Eu digo que até academicamente e, evidentemente, politicamente também. Até a escrita! Aprender a escrever tem a ver com esse processo político. É uma greve que tinha necessidade de produção de panfletos, quase que diariamente. Eu fui re-alfabetizado escrevendo panfleto. Porque pra escrever panfleto você tem que lidar com um elemento fundamental da escrita que é você escrever para outra pessoa. Você escreve pressupondo que alguém vai ler aquilo e precisa entender o porquê, afinal de contas, você está fazendo uma coisa que ela espera que você não faça! Esse é o desafio em uma greve, num ato de rua, ou em qualquer outra forma de mobilização. Então isso foi muito importante para a minha capacidade de sistematização, de elaboração escrita. Essa prática de movimento foi muito importante.

Mesmo antes de uma escolha político-partidária, o movimento estudantil contribuiu para minha organização na luta, porque nesse período efervescente na UEFS, uma característica do curso de História é que existiu um coletivo chamado “História Para Todos”, o HPT. Era um coletivo que tinha um sentido de disciplina militante muito estrito. Ele não era vinculado a nenhum partido político, embora evidentemente houvesse uma simpatia difusa, uma identidade mais natural, com o petismo. Mas não era como muitas vezes a gente percebe com maior evidência no Sul e Sudeste, onde é mais marcada essa presença de um coletivo de movimento estudantil que é uma espécie de juventude partidária. Aliás, na UEFS, embora isso também se fizesse presente, uma característica do movimento estudantil é que ele sempre foi muito basista. Era até um elemento de crítica de outros setores, de outras instituições, porque era um movimento muito apegado a essa ideia de que o importante mesmo era dialogar com o estudante comum, com a estudante comum. O importante não era só varar a madrugada discutindo a temática que nós julgávamos extremamente importante, mas era saber o pensa o estudante que não está na entidade estudantil, se aquela pessoa também tomava isso como um ponto importante, se ela também considerava que aquilo era um problema na vida dela ali na Universidade.

Além desse basismo, tanto o HPT quanto o Ousar, que era o coletivo geral que atuava na Universidade, tinham um compromisso grande com a organização, com a discussão coletiva. O Ousar tinha algumas características. Por exemplo: a gente debate, debate até cansar. Muitas vezes a reunião era à noite, depois das aulas do turno da noite, para garantir que quem era estudante do noturno participasse. Varávamos a madrugada discutindo, mas tinha um elemento também dentro disso que era assim: “certo, quem está aqui na reunião, está assumindo um compromisso que é o seguinte: vamos debater até cansar, mas 8h30 da manhã temos que estar lá passando nos corredores para colocar em prática o que foi decidido”.

O compromisso com o grupo é, sobretudo, um compromisso prático, pragmático. Ele envolve uma reflexão, um momento coletivo de discussão, mas é prático. E, por causa disso mesmo, todo esse contexto era atravessado pelo debate da organização, pela leitura. Eu tive a felicidade de ter uma formação marxista, inclusive, razoavelmente coerente. Ajudei a organizar o GMarx na UEFS e grupos de discussão de marxismo fora do espaço institucional. Eu contribuí pra isso. Também tive muita contribuição desses espaços coletivos. Um traço desses espaços é mostrar como a organização é importante. A certa altura isso começou a se manifestar como uma necessidade de organização político-partidária.

Eu tinha uma relação com o petismo que era difusa, até porque as pastorais sociais, o catolicismo social, têm uma certa relação com o petismo. O próprio MST bebe um pouco

disso. Mas eu não era filiado ao PT, embora eu fosse reconhecido como alguém que era da juventude do PT, até nacionalmente, mas não atuava no município pelo PT, não tinha relação. Pelo contrário, sempre fiz muita crítica à burocratização do partido, ao distanciamento do partido dessa relação mais de base com as pessoas, de presença nas periferias, nas comunidades rurais do município. Então, a certa altura de 2003, isso leva a uma relação com a organização que ainda fazia parte do PT, de uma das tendências da chamada esquerda petista, tendência chamada Força Socialista (FS). Eu ingresso nessa tendência e acompanho a saída dela do PT, a partir das críticas ali ao governo Lula, e isso faz com que eu entre no PSOL, em 2005. Mas já com entendimento que a luta do movimento social, a luta numa organização popular, num sindicato, ela precisa ser complementada por uma disputa mais ampla de um projeto de sociedade, em que pese todos esses espaços terem um papel. A luta da educação, por exemplo, vai esbarrar em algum momento numa necessidade de lutar pelo rumo mais geral por onde a sociedade vai. Então quem poderia contribuir para isso é o partido político. Não necessariamente a legenda eleitoral, mas o partido político nesse sentido como espaço onde diferentes lutas se encontram e aquilo é alinhavado num projeto que, apesar de ter unidade, respeita a diversidade existente de trajetórias, de experiências, mas consegue imprimir um sentido comum de luta.

Lá no final da graduação, como eu ia dizendo, eu passei a ter relação com o movimento de moradia. Então a certa altura ali do próprio curso de História, eu comecei a refletir sobre a importância de contribuir, de ter relação com um movimento associado à questão da Terra na cidade. Até porque até então eu tinha uma relação com o movimento mais no campo mesmo, né, tinha uma boa interlocução com o MST, inclusive, muitas vezes cumpri o papel de ponte entre o movimento estudantil universitário e o Movimento Sem Terra. Mas no meio da graduação passei a ter um envolvimento maior com essa questão da moradia com o Movimento dos Sem Teto da Bahia, do MSTB. Fui inclusive da comissão pedagógica do movimento durante um período. Bati muita perna nas ocupações. Foi muito determinante porque, em vários aspectos, eu que tinha uma relação com o movimento no campo, de ocupação, ou mesmo comunitário, de juventude, movimento estudantil, mas vivenciar ocupação do Movimento dos Sem Teto é radicalmente diferente. Tem uma ocupação em especial que eu tive uma relação muito grande em Salvador que é a Ocupação Cidade de Plástico, que o nome já diz assim, é literalmente uma cidade formada por moradia de plástico, por barracos de lona. E você ver um lugar que, em um mês, tem 17 operações policiais, que pegam assim a senhora, colocam na frente dos filhos, e batem na cara da pessoa, sabe? Assim não tem nada semelhante. Que se assemelhe de entender a luta diária das pessoas por comer.

Acordar e saber assim se até o horário do almoço vão ter o suficiente para estarem vivas a noite. Onde foi possível entender muitos dos conflitos também que marcam o espaço urbano, do tráfico à violência de Estado. Desenvolver uma sensibilidade mais aguda pra questão do racismo. Porque é evidente, eu cresci aqui, aqui a Queimadinha tinha um histórico inclusive associado a um número alto de homicídios, durante um tempo foi o bairro com maior número de homicídios aqui de Feira de Santana, e eu cresci escutando da minha mãe assim oh "vai sair? Tem que tá com o documento." O terror da minha mãe era eu eventualmente ser encontrado numa abordagem policial e não estar com o documento, porque até você explicar quem você era, para onde estava indo e tal.

Então essa realidade, obviamente me acompanhava de antes, mas essa experiência com o movimento de moradia, esmagadoramente formado por pessoas negras, ela redimensionou isso de modo muito importante. Você entender quem de fato é tratado como gente. E aí a certa altura passei no concurso (na verdade, inicialmente de seleção pública, depois concurso público) e fui ser professor da escola pública.

Estudei a minha vida toda em escola pública, até o terceiro ano do Ensino Médio, e voltei na condição de professor da escola pública. Continuo como professor da escola pública, agora licenciado por causa do mandato, mas também por causa disso, vou ter um pé maior aí nas atividades de luta em torno da pauta da educação, né? Organização de corte mais sindical, de algum modo, sou do partido da oposição sindical aqui no estado. E é importante também porque é um espaço de reencontro, inclusive de muitas pessoas do movimento estudantil, é uma característica do movimento da educação. É também um certo terreno de conforto, e constitui minha identidade social porque muita gente me chama de professor. E eu gosto, quem me conhece sabe que, como a gente diz na Bahia, que é "a minha cachaça". Uma das minhas cachaças é a sala de aula. E tanto mais que mesmo nesses últimos anos, mesmo quando eu estava fora de sala de aula por alguma razão, ou inclusive estando em sala de aula, eu ia em média a umas 40 escolas públicas, por ano. E aí me mantive um pouco nessas duas coisas, e no período assim, posso considerar principalmente de 2012 pra cá, passei a ter uma relação mais estreita com as comunidades quilombolas.

Aí foi um reencontro de pertença interessante porque, acho que até por uma dimensão afetiva, minha família é muito desenraizada de experiência rural, no campo. Embora, nos dois casos, tenha origem no campo, não tem mais o vínculo ativo, né? De estar na roça e tal. Então eu digo que quando era o período de férias escolares, eu sempre era aquela pessoa que não tinha para onde ir. Todo mundo viajava pra algum lugar e eu ficava aqui na Queimadinha (risos). Porque eu não tinha mais parentes no campo dessa maneira. E as comunidades

quilombolas de Feira, as certificadas, mais ativas, mobilizadas, elas são comunidades no campo.

Figura 41. Jhonatas Monteiro na comunidade quilombola da Lagoa Grande

Imagem recuperada de: https://www.instagram.com/p/CH3h8gTBl3X/.

Ter me reaproximado delas me fez bem, até afetivamente. Talvez tenha ocupado o lugar de uma lacuna no coração, porque são comunidades que são muito acolhedoras e nelas eu me sinto muito acolhido. Então busquei contribuir inclusive com o processo de reconhecimento dessas comunidades, de mobilização, de luta. Inclusive é uma coisa assim que eu tenho colocado energia, porque é uma coisa que junta múltiplas dimensões. Talvez porque tenham relação com a minha trajetória, mas não só pela minha trajetória, pois são reveladores de uma ponta de um problema estrutural do país que é a situação da terra, a situação do racismo e o abandono das comunidades populares, de modo geral. Então essas coisas se encontram de algum modo na minha experiência com as comunidades. Isso tem sido muito enriquecedor, tenho aprendido muito com as pessoas (que chamamos de mestres e mestras) dessas comunidades. Elas têm uma trajetória de vida associada à resistência que é assim fantástica! Tem uma comunidade em Feira, que é a comunidade Candeal II, no Distrito de Matinha, é uma comunidade que em 1976 passou pelo trauma do assassinato de uma das lideranças e é uma comunidade que resistiu na terra. Ela resistiu na terra. Tanto é que até hoje ela existe, as pessoas permaneceram, é uma comunidade que foi inclusive reconhecida como

uma comunidade quilombola. E quando você vai lá (eu estive lá um tempo atrás, em numa roda de conversa) e você é recebido pelos mais velhos, principalmente as mais velhas, com elas dizendo assim: “olha, pessoal tá mexendo no nosso quintal, se for preciso pegar em foice, a gente pega de novo”. Não é da boca pra fora. E o quintal que elas faziam referência era a um conjunto de projetos de grande impacto estão ameaçando atravessar a comunidade de uma forma bastante autoritária. Então não é da boca pra fora; ali tem toda uma radicalidade. Tanto no sentido de como enfrentam o problema, de entender que tem coisas que são inadmissíveis, tem coisas que são insuportáveis, que não podem ser toleradas; mas também no sentido da raiz ancestral mesmo. E isso é algo que, no meu caso, se não foi dado pelo ambiente familiar, foi construída a partir dessas experiências militantes.

A gente precisa entender a questão da política institucional, no Brasil, a democracia representativa que a gente tem. É interessante que, vez em quando, eu escuto alguém falar assim: “ah, mas agora as pessoas estão descontentes com a política, estão insatisfeitas com a política, tem uma baixa participação na política e tal”. Aí, até pela minha formação profissional em História, eu digo: “olha pra trás e vê quando foi que elas estiveram na política, quando foi que elas estiveram satisfeitas, quando foi que foram contempladas?”. A gente tem uma política institucional no Brasil que é uma parte de um Estado que nunca foi reformatada completamente de suas bases excludentes de uma sociedade que foi construída a partir da escravização. Então se o capitalismo contemporâneo que existe no Brasil tem características próprias, o sistema político associado a isso também tem suas particularidades. O debate político não pode ser desconectado do fato de que aqui não é a Dinamarca. Aqui é o Brasil! E o pilar que levou a essa ordem que temos hoje foi a escravização, a partir da racialização. Isso significa escravização indígena e escravização dos diferentes povos africanos. E, por outro lado, tem o patriarcado. Então nunca houve ruptura, no Brasil, de baixo para cima, que reformatasse o Estado e as instituições de representação política, de participação política, que abrisse efetivamente. Pelo contrário. Claro que você tem mudanças, não dá pra dizer que é a mesma coisa de hoje em relação ao Império. Há mudanças significativas que têm que ser valorizadas, mas, no essencial, você tem o espaço dessa política institucional sendo predominantemente controlado pelos grupos dominantes para reprodução de seus privilégios. Então, não é à toa que as pessoas têm insatisfação. Você conversa com a pessoa, a pessoa acha que político não presta, que a política não presta, que os partidos políticos não prestam, que o sistema político não presta, porque efetivamente as pessoas vivenciam a realidade que é muito dura e que elas olham e veem que tem alguma coisa errada. Primeiro, porque o sistema político não consegue dar resposta para problemas antigos que

elas vivenciam; e, segundo, porque elas olham para as pessoas que estão lá ocupando os cargos institucionais e não são pessoas como elas, né? Então tem alguma coisa aí que está errada.

Isso é uma característica estrutural do nosso sistema político. E não é à toa. Se a gente pensar do século XX pra cá, foram quantos momentos de instabilidade? Se você observar, é mais ou menos o seguinte: tem essa pressão popular por ter alguma participação, por ter alguma voz no sistema político e a isso geralmente se segue uma resposta autoritária. Então não é à toa que a gente teve tantos altos e baixos, golpes, tentativas de golpes, ditaduras, num período tão curto historicamente no Brasil (considerando um período de cerca de 100 anos). Então não é coincidência. Em um lugar com tanta desigualdade, com um sistema político blindado à participação popular, é evidente que esse sistema vai ser muito instável. As pessoas vão querer resolver de algum modo, sabendo ou não como o sistema funciona, entendendo ou não qual é a lógica. Vai ter, de alguma maneira, alguma forma de ação política, por dentro ou por fora.

Pensando mais recentemente, eu diria que existem movimentos (à esquerda e à direita) que buscam ter uma sintonia com essa insatisfação e tentam traduzir isso em novas formas de fazer política. Qual é o problema que nós temos em relação a isso? Eu estou entre as pessoas que localizam isso. Eu acredito que, por exemplo, as forças à esquerda têm que radicalizar na sua inventividade para possibilitar que as pessoas transgridam, façam, tenham possibilidade de fazer, para que elas pensem: "poxa, está aí, nunca me questionaram isso, taí, nunca me chamaram pra fazer tal coisa, taí, olha, isso aí nunca me disseram". Isso é importante, né? No mínimo, por um papel educativo no sentido de produzir cultura política pela prática.

Nas eleições, a gente tem um discurso muito marcado contra a compra do voto. Por exemplo, aqui isso é uma coisa muito forte e tem uma negociação muito intensa de exames, consultas, empregos na prefeitura. Daí nós chegamos às pessoas e dizemos: "nós não compramos votos". Ela olha e pode até não votar na gente, mas aquilo tem um efeito que não pode ser desprezado: de que ela não vai poder dizer, daqui pra frente, que todos os políticos são iguais! Nem que seja pela negativa dela, "rapaz, aquele pessoal ali, são malucos, como é que é isso?". Mas essa inquietação, esse estranhamento, ele é fundamental. Então as forças à esquerda, elas têm que ter um compromisso com isso. Acreditar que a forma política também precisa mudar. Então eu vejo com muito bons olhos as iniciativas que discutem uma ocupação popular da política. Tem o Ocupa Política, uma iniciativa nacional, que tenta articular não só mandatos, mas diferentes movimentações nesse caráter. Isso é muito positivo, porque é real.

A forma política no Brasil é uma forma de privilégio. Ela se manifesta nas grandes coisas, do que é pauta do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, das Câmaras; mas também nas coisas como o formato de funcionamento, com que roupa você pode entrar ou não naquele espaço, até quem está lá, do ponto de vista dos corpos. Isso é ponto pacífico. Então mudar a forma, quando eu digo radicalizar na inventividade, significa fazer com que as pessoas, por exemplo, pensem que elas têm poder de decisão e exercitem esse poder de decisão. Defender projetos de iniciativa popular, como agora, no nosso mandato.

Uma das discussões que fazemos no mandato é sobre o que a gente chama de Laboratório de Iniciativas Populares. Não queremos só as pessoas pensando que eu, como parlamentar, tenho que apresentar propostas por elas, mas que elas podem apresentar propostas diretamente. Isso é muito importante. Que a prestação de contas daquilo que um mandato faz, que um representante público faz, tem que ser diretamente com as pessoas, tem que ser nas ruas, nas redes também. Evidentemente, tem que criar esse tipo de sinergia, pois esses elementos são importantes. A mobilização das pessoas para pressionar os espaços de política institucional, para transgredir, como eu disse, para propor coisas que não estão dadas ainda, de fazer coisas que não estão ainda institucionalizadas, isso é muito importante! Eu sempre dou como exemplo o SUS. As pessoas tem o SUS hoje como dado natural, mas o SUS precisou ser inventado historicamente. Precisou ser imaginado, precisou ser construído por uma prática política. A gente não pode se limitar as coisas que já existem. Precisamos propor coisas que saem da caixa.

Então esse esforço de renovação é singular, é importante, é genuíno, e corresponde não só a esse histórico brasileiro, como eu disse, mas também a um fenômeno mais mundial, onde se aponta um esvaziamento da democracia representativa (inclusive porque o poder econômico passou a ditar as regras, né?) Uma característica do neoliberalismo é isso: esvaziar a possibilidade da democracia, mesmo formal, de representar algum tipo de vontade popular mais genuinamente.

Essa questão da renovação só tem uma ressalva que precisa ser considerada. Eu não acredito que forma está desvinculada de conteúdo; que a renovação política se explica somente pela forma de fazer, como alguns grupos políticos no Brasil têm buscado vender. A renovação tem que estar associada a um projeto político distinto. E, no caso brasileiro, essa renovação – se a gente quiser dizer, da forma política –, ela precisa ser associada a uma ocupação popular na diversidade do que é o popular. E aí a importância que se coloque pessoas que são historicamente dos grupos explorados, oprimidos, que têm os seus direitos negados diariamente, ocupando esses espaços, a partir da defesa de projetos coerentes com

esse lugar social. Porque o desafio não é só, por exemplo, ter negros. Você vai à Câmara Municipal aqui de Feira de Santana e dá pra dizer que a maioria dos parlamentares são negros. Isso é visível. Mas, bom, estão lá defendendo um projeto em sintonia com a luta antirracista, a partir desse lugar? Então a forma, infelizmente, não explica a renovação. A nossa renovação não é simplesmente a troca das pessoas, ou simplesmente na casca institucional da política. É também fazer isso em função de um propósito. Porque a forma é um meio, ela não pode ser absolutizada. E essa é a minha diferença fundamental de algumas iniciativas mais liberais de renovação da política que, na minha avaliação, esvaziam esse sentido mais radical, de ir à raiz do problema que nós temos no Brasil. Então o problema do sistema político brasileiro não é só a forma como ele funciona, mas também as decisões que ele produz, e como ele reproduz, a partir dessas decisões, um quadro de desigualdade estrutural. Aí, para que você altere isso, é claro, precisa ter outros agentes políticos ocupando esse espaço, mas outros agentes políticos imbuídos também da ideia de demolir essa desigualdade estrutural, senão não tem avanço.

Veja, o nosso mandato popular é fruto de uma definição coletiva tomada há algum tempo atrás. Nós do PSOL, em Feira, e os diferentes movimentos sociais, organizações populares, sindicatos, que têm alguma relação com o projeto que a gente tem defendido, entendemos que tínhamos a necessidade de ocupar esse espaço institucional. Isso começou com uma candidatura a prefeitura, passou por uma candidatura a deputado estadual, e agora se concretizou na eleição como vereador. E uma das coisas que foi bem visível no meio dessas discussões todas é que nós tínhamos a sensação que havíamos batido no teto, em termos da movimentação que nós conseguíamos fazer, sem ter algum pé nesse espaço institucional. Quando digo algum pé, e não os pés, é porque tem que ter outro pé fora desse espaço, né? Porque a gente faz lá, aparece lá, mas o tipo de enfrentamento a ser travado naquele espaço é dado pela sintonia do que acontece fora dele. Por exemplo, agora há pouco, um pouquinho antes dessa nossa conversa, eu vinha de uma reunião pra discutir uma audiência pública com diferentes comunidades quilombolas, entidades sindicais, outros setores, para discutir como que a gente vai intervir naquele espaço. Então a sensação era essa, que a gente conseguia organizar ato de rua, ocupação, todo tipo de manifestação que você possa imaginar, formas diferentes de pressão a partir da rede. Mas tinha um problema que, muitas vezes, quando essas iniciativas chegavam àquele espaço, e entravam na lógica específica daquele espaço institucional, não tinha voz que levasse adiante o enfrentamento necessário pra sustentar aquela iniciativa. Então nós vimos isso, inclusive, no início de 2019, de modo muito evidente. Nós apresentamos uma proposta de comissão parlamentar de inquérito, uma CPI, pra investigar desvios na área da saúde. Conseguimos levar a pauta, mesmo com o regimento não

validando uma proposta que não fosse de um vereador ou vereadora – na época nós não tínhamos mandato –, ainda assim conseguimos, a partir da pressão, da ocupação, da mobilização. Fizemos panfletagem em inúmeras periferias de Feira, então as pessoas sabiam que tinha um problema na saúde. Ocupamos o gabinete da presidência da Câmara e tudo mais. A presidência se comprometeu em pautar a proposta de investigação e foi à plenária, foi lida, foi dito que o regimento não contemplava e foi enterrada em cinco minutos. E sequer tivemos a possibilidade de defender a proposta em plenária.

Figura 42. Jhonatas na rua Marechal Deodoro junto a feirantes ameaçados de remoção pela prefeitura

Imagem recuperada de: https://www.instagram.com/p/CH1LvHHB5uX/.

Então fica esse sentimento de que é preciso ocupar. Não é que a luta institucional substitui as outras lutas, mas ela também é um espaço, uma arma que nós não podemos abrir mão. Porque quando nós abrimos mão, essas armas são completamente apropriadas pelo outro campo político que quer manter as coisas do jeito que estão e por aí vai. Então essa percepção foi o que orientou o processo de disputa eleitoral de um modo geral nos últimos anos.

A chegada à Câmara Municipal de certa maneira guardou uma certa tranquilidade, descontando o fato que você tem que se familiarizar com muita coisa que, burocraticamente, é complicada e, politicamente, não está dada, no ponto de vista do texto, seja no regimento, seja na lei orgânica do município. São coisas como dizem lá na Câmara: "ah, isso aí está escrito, mas não funciona não; já isso aqui, isso aqui é desse jeito, mesmo sem estar formalizado em lugar nenhum". Tirando esses dois aspectos, tem uma certa tranquilidade porque é uma trajetória pensada coletivamente. De certa maneira, eu chego lá alicerçado, enraizado nessa movimentação. Isso também me dá uma segurança maior pra inclusive me impor diante das outras figuras lá no espaço da Câmara, botar o dedo na cara se for preciso. De não ter temor de apresentar aquilo que eu fui colocado lá pra apresentar.

Já a relação com os outros mandatos, eu acredito que teve um certo curto-circuito. E esse curto-circuito é o seguinte: é evidente que eu estou muito longe daquilo que é a visão de um político tradicional, por várias razões. Não sou branco, sou marcadamente de uma periferia do município, tenho *dreads*, uso brinco, *piercing*, não uso sapato (nem nas sessões!) – pois há anos só uso sandália, então vou para as sessões de sandália. Tem uma série de elementos que são simbólicos e afirmam outra presença. Isso causa um estranhamento, evidentemente. Eu lembro que tinha uma figura lá, que comentou assim: "poxa, eu acho incrível que ele ganhou como vereador, tá aqui agora; se fosse eu, a primeira coisa que faria seria vir com um sapatão bonito, e ele vem de sandália" (risos). Né? Então tem um certo choque em relação a isso e que é expresso muitas vezes nas falas do tipo: "poxa, mas eu imaginava que você ia chegar aqui 'arregaçando'", como a gente diz aqui na Bahia. Tinha esse imaginário dos bárbaros chegando. Mas, ao mesmo tempo, o fato de ter sido não só o vereador com maior votação da eleição, mas o mais votado da *história* do município, também produz um certo respeito que está associado a uma linguagem que é entendida pelas figuras lá da Câmara, que é a linguagem do voto. Então isso também causa um certo curto-circuito e eu tenho discutido muito isso como um elemento importante para afirmação de candidaturas populares, que é o seguinte: essa coisa da transgressão é um elemento importante. A gente precisa afirmar quem nós somos, mas não ficarmos limitados ao lugar que esperam que estejamos por sermos quem somos.

Posso dar um exemplo a partir da disputa pela primeira vez da prefeitura. Eu lembro que saiu uma matéria que dizia assim: "um negro, rasta, que saiu da Queimadinha, quer ser prefeito". Era uma matéria inclusive elogiosa, mas algumas figuras da mídia entraram em contato comigo e disseram: "poxa, como é que tal jornalista fala uma coisa dessa de você?", "Como é que ele fala um negócio desse?", "Não, ele não pode dizer isso, como é que pode?",

"Você que tem tanto, é tão inteligente, foi tão bem no debate, não, ele não pode dizer isso". E aí eu sempre respondia que não, pois eu sou um negro, rasta, morador da Queimadinha, que quero ser prefeito, estou afirmando o projeto e fui bem no debate e me coloco de modo inteligente, como vocês falam, justamente por tudo isso! Mas onde é que a transgressão aparece? Provavelmente, olhando a minha aparência, quem eu sou, de onde eu venho, eles esperavam um certo comportamento político. Então transgredir é importante. Esperavam que eu fosse falar de racismo, como de fato eu falei e falo, e disse sobre isso nos processos eleitorais, mas não esperavam que eu discutisse bem as contas públicas ou que eu discutisse, por exemplo, a política de mobilidade em detalhes. Então esse elemento do transgredir, ele é um traço importante para uma ocupação popular que consiga produzir esse curto-circuito. Porque, se não entendem o que a gente faz, eles também não conseguem se antecipar adequadamente e isso nos dá vantagem.

De alguma maneira a experiência na Câmara tem sido marcada por essas questões. Mas, em que pese tudo isso, eu transito até muito bem. Não tenho problemas interpessoais, curiosamente, mesmo com aqueles segmentos mais reacionários da Câmara e tudo mais. Tem um embate público, duro, muitas vezes, que é necessário. Mas tento também pela prática exercitar uma coisa, que é a convicção de quea gente tem que combater, né? Assim, a política não pode ser política de ódio. A ideia da eliminação do adversário, visto como inimigo, é própria de um campo que nós precisamos derrotar. Então vamos construir outra coisa. Até a raiva, que muitas vezes é necessária, é diferente de praticar uma política de ódio. A gente pode ter raiva, é legítimo isso. Nós vivemos aí um cotidiano de exploração, de opressão, de negação de direitos, mas isso não se confunde com a política de ódio, de eliminação do inimigo, como a gente tem visto aí no bolsonarismo, nas forças políticas de tendência mais abertamente fascistas. Tem uma diferença aí que precisa ser demonstrada pela prática.

Lá no gabinete a gente reivindica a ideia de um mandato coletivo também, embora não tenhamos sido uma candidatura coletiva. Mas é um mandato coletivo em dois sentidos – para além do fato de ele ter sido uma deliberação coletiva. Primeiro, pela defesa de um projeto coletivo, pois nós sempre avaliamos que foi importante apresentar um programa de mandato e tudo mais – nas candidaturas anteriores isso também se fez presente –, e é um programa que é fruto de um diálogo com diferentes setores e segmentos. Geralmente nós fazemos isso como um processo aberto e público, desde a primeira candidatura, com rodas de conversa para elaborar o programa, onde as pessoas podem participar. Já usamos plataforma digital, formato de seminário, enfim, mas a ideia é essa de que aquilo que tá expresso no documento é, na verdade, uma manifestação de um projeto construído a muitas mãos. Então é coletivo nesse

sentido, porque não é o que sai da minha cabeça individualmente que determina o que o mandato defende. A segunda coisa é que é um mandato coletivo porque ele tem um funcionamento coletivo. Isso também é bem importante de ser observado. Embora as pessoas se atentem muito para o parlamentar, para a parlamentar, ali no momento e tudo mais, às vezes desconsideram que tem toda uma engenharia que viabiliza aquilo que acontece lá no plenário, aquilo que acontece nas declarações que a pessoa que é parlamentar faz. E, no caso aqui de Feira de Santana, a assessoria é composta por 13 pessoas. Essas 13 pessoas a gente tentou seguir uma lógica paritária do ponto de vista de gênero (não é completamente porque o número é ímpar, mas a orientação era essa, então tem um equilíbrio relativo). Nós temos uma divisão de tarefas, formada, digamos, de coletivos dentro do mandato. Tem um coletivo que é de análise e produção legislativa. É um coletivo que tem um papel de fazer pesquisa, de discutir as propostas dos outros vereadores e vereadoras, de elaborar as nossas proposições e tudo mais. Nós temos outro coletivo que é o coletivo de mobilização, um coletivo que tem um papel de contato popular, de estar na rua, de estar no dia a dia, de passar nos lugares, de saber, de acompanhar os diferentes segmentos que se relacionam com o mandato, embora essa tarefa seja de acompanhamento de relação, ela não é exclusiva da mobilização. A mobilização faz isso mais intensamente, mas os outros coletivos também guardam relação com isso. Nós temos um coletivo associado à comunicação, que busca dar expressão nas redes e também por outros meios, impressos e de outras maneiras, àquilo que o mandato tem feito. E temos também outra parte do mandato que é uma coordenação operacional do mandato, formada por duas companheiras. E essa estrutura – ainda provisória, porque nós estamos aprendendo como funciona um mandato –, a gente vivencia nesse momento inicial aquilo que a gente chama de fase experimental e de acúmulo de forças. Quer dizer, nós estamos experimentando como as coisas funcionam, como as iniciativas legislativas acontecem, como é possível fazer interlocução com os segmentos. E é de acúmulo de forças porque a ideia é que o que funciona dentro desse período experimental nos fortaleça para um período de enfrentamento de maior fôlego. Então fizemos um planejamento inicial de 90 dias e depois a ideia é fazer um planejamento mais amplo de pelo menos um ano.

A gente começou a testar mais detalhadamente, agora na pandemia, formas de mobilização de rede porque nossa expectativa no início, quando nós pensávamos a possibilidade de eleição, era de acordo com os princípios que estão lá no programa do mandato. Essa expectativa era a seguinte: “olha, a gente vai fazer mobilização direta permanentemente, a ideia é todo dia lotar a Câmara, é todo dia ter gente lá”. Tem um vidro que separa o plenário da galeria, e as pessoas estarem lá pressionando, batendo no vidro,

como nós brincávamos. Mas com o quadro da pandemia tudo se tornou mais complexo. A própria campanha foi muito difícil porque a nossa campanha funciona a partir de um método colaborativo onde as pessoas dizem o que querem fazer pela campanha, logo não é uma campanha organizada a partir de cabos eleitorais pagos, mas tem uma dinâmica de engajamento voluntário das pessoas. Isso já foi muito difícil. E é uma campanha de corpo a corpo, onde o grosso das atividades é de conversação na casa das pessoas, de porta em porta, de panfletagem, de caminhada. Como que faz isso num contexto como esse? Agora com o início oficial das atividades do mandato, isso também impactou nossa ideia de mobilização direta, pelo menos de modo presencial. Então começamos a testar outras coisas. Obviamente tem a coleta de assinaturas online, para forçar proposições que a gente apresente (nós apresentamos um projeto de lei associados às creches no município, e começamos a testar isso). Até então tem funcionado bem, conseguimos inclusive superar as nossas expectativas. Conseguimos rapidamente, em poucos dias, mais de 500 assinaturas que era a meta inicial, então o que a gente esperava assim, para uma semana, conseguimos fazer em dois dias. Temos os projetos de indicação que é outra modalidade: abrimos um processo de coleta pública de indicações, as pessoas podem acessar um formulário e dizer o que tem de problema no seu bairro, na sua comunidade rural, explicarem pra gente porque aquilo é importante e a partir disso a gente processa e transforma numa indicação legislativa.

Durante o período de distanciamento, devido à pandemia, o atendimento às pessoas passou a ser através de um gabinete virtual. A Câmara estabeleceu restrição de acesso físico aos gabinetes: só duas pessoas de cada gabinete podem acessar; o público não pode. Em função disso, nós estruturamos um gabinete virtual que tem funcionado. As pessoas podem entrar em contato por diferentes redes e marcarem, e a gente faz o agendamento.

Temos testado algumas formas de mobilização virtual, que evidentemente não substituem aquilo que a gente pensou. Nós esperamos superar esse quadro da pandemia para conseguir, inclusive, implementar coisas que lá no programa nós definimos como muito importantes, como o Laboratório de Produção Legislativo, que é o Laboratório Legal. A ideia de um laboratório no sentido das pessoas experimentarem, elas mesmo produzirem suas iniciativas legislativas, entenderem como isso funciona, entenderem que não precisam necessariamente de um parlamentar, de uma figura que represente a comunidade, que a própria comunidade pode se auto-representar de diferentes maneiras. Esses pontos são importantes. E um último elemento que eu queria destacar é a ideia do conselho político do mandato, que a gente chama de Junta. Porque literalmente tem o objetivo de juntar gente de diferentes segmentos, então é a Junta do mandato. A Junta tem um papel que é ajudar na

elaboração das diretrizes do mandato. São pessoas que muitas vezes não vão poder acompanhar o dia a dia, né, a minúcia ali do gabinete, mas vão poder dizer assim: "olha, por aqui tá indo errado, desse jeito aqui é melhor, olha, essas aqui são as nossas prioridades". Então, isso, de alguma maneira, é que a Junta pode contribuir. Nós estamos inclusive no processo de diálogo para composição da Junta, para instalação propriamente dita. Mas são algumas iniciativas que esse contexto exigiu da gente. Não é o ideal, não é o que imaginamos, porque contávamos muito com essa ideia de mobilização muito direta, de rua, do calor ali do enfrentamento político necessário no plenário, inclusive com a presença das pessoas, e isso tem sido mais limitado do que gostaríamos.

O problema que a gente tem hoje é que nós vivemos um período, no caso brasileiro, de descenso da luta popular. Quem vivenciou o período dos anos 1990, dos anos 2000, é o reverso do final dos anos 1970 e dos anos 1980, onde tínhamos um nível de participação popular, quantitativamente falando, muito mais abrangente. Então o período histórico atual, marcado por esse descenso, por essa baixa da mobilização popular, ele não pode ser confundido com o estado natural das coisas. Dizer assim: "olha, como as pessoas não estão indo pras ruas, a gente substitui pelo abaixo-assinado virtual, porque as pessoas nunca vão pra rua, agora é tudo virtual". Isso é naturalizar o presente, isso é um risco muito grande, porque eu avalio que a nossa grande tarefa é, através das possibilidades de comunicação que temos hoje, é garantir que a rua aconteça! Para que a gente tenha condição de voltar às ruas numa escala que até então a gente não conseguiu fazer nos últimos anos. Esse é o grande desafio.

No caso dos mandatos, por exemplo, existe uma coisa que é muito importante que é assim: por mais que o mandato queira, não tem como ter uma escuta de rua permanentemente. Mas tem como ter uma escuta de rede permanentemente. E essa talvez seja a grande diferença. Permite um tipo de interação que é em tempo real, que é distinto, e aí você tem uma mudança qualitativa no que a política pode fazer. Estou pensando principalmente a política à esquerda. Porque eu brinco, eu digo assim: "olha, *pense* o que era fazer planejamento no início do século XX!" Todo debate do socialismo passava pela ideia de que, primeiro, é preciso uma sociedade organizada em torno das necessidades sociais, em vez do lucro privado, e que essas necessidades sociais seriam alvo de um planejamento coletivo onde as pessoas pudessem opinar. Bem grosseiramente era isso. Pense o que era fazer isso no século XX. Agora pense o que é fazer hoje. Nós temos muito mais meios de fazer isso, muito mais possibilidades. Mesmo tecnologias que parecem estabelecidas para explorar, como é o caso dessas empresas de aplicativo de transporte, como é o caso da Uber e outras parecidas, elas têm um princípio que é correto. Assim, correto, nessa perspectiva socialista, pois ela junta, em

tese, um recurso que é um carro, que está ali em uma determinada área, com a necessidade de alguém, uma necessidade social. Onde é que está o problema? Como essas plataformas são apropriadas privadamente, elas fazem isso sobre a lógica do lucro. Mas o meio, o potencial, está ali. Então é isso que eu tenho tentado chamar a atenção. A gente vive uma época de grande potencial, agora esse potencial não se confunde com a substituição mecânica, automática das coisas, e nem podemos escamotear o fato que nós vivemos um período de dificuldade de mobilização de rua e isso não pode ser naturalizado. Pelo contrário, devemos usar os potenciais que nós temos hoje para recuperar essa condição de luta popular.

Tem tarefas imediatas que estão aí na nossa cara. Primeiro nós precisamos sobreviver, só tem como fazer História se estiver vivo, né? Então a gente precisa sobreviver, atravessar a pandemia, isso significa defender auxílio para as pessoas – e eu digo auxílio econômico mesmo, fortalecimento do Sistema Único de Saúde, vacina, né? Tudo isso que está na ordem do dia, junto com o Fora Bolsonaro, Mourão e os comparsas. Na minha avaliação, o que é que falta hoje? Se você me perguntasse se falta militância e ativismo, eu ia dizer que quantitativamente não. Eu acredito que nós temos um número expressivo e crescente de pessoas se engajando. Se a gente pensar engajamento para além da noção de que engajamento só acontece à esquerda vamos perceber que mesmo o bolsonarismo é uma forma de engajamento. E eu digo isso porque vi isso nas escolas, vi isso nas periferias, nas comunidades rurais pelas quais passei no último período. Você vê que as pessoas passaram a acompanhar mais política. E se a gente considerar que essa é uma forma de engajamento, de defender coisas e de fazer coisas em função de convicções, então é uma forma de engajamento. Mas temos que ver que, à esquerda, há um número expressivo e crescente. Até por causa desse contexto atual, por conta desse engajamento do outro lado, por assim dizer, que também provoca algum tipo de reação, de movimentação das pessoas. Das terem que dizer: “pera aí, olha, isso aí não dá! Tenho que fazer alguma coisa!” Aliás, uma coisa que eu escutei muito no último período de pessoas que buscaram filiação ao PSOL ou se aproximaram de alguma iniciativa de movimento social, foi dizerem assim: “não, eu passei anos achando que dava pra tocar a minha vida, mas agora eu entendi que tenho que fazer alguma coisa”. Então tenho escutado muito isso. Mesmo com o medo das pessoas de um possível fechamento político, endurecimento do regime, com uma repressão mais aberta... tudo isso conta também, mas, mesmo assim, tem pessoas dizendo: “eu entendi que tenho que fazer alguma coisa”. Mas falta mesmo um projeto para alinhavar essas pessoas todas se reconhecendo como parte de uma mesma disputa.

Então o problema, evidentemente, não é a afirmação da diferença. A diferença é fundamental, nos constitui e é tremendamente positiva. Se fosse todo mundo igual, no sentido de as pessoas serem homogêneas, isso ia ser terrível! Além de ser uma chatice sem limite. O fato de a gente ser diferente é o que permite que a gente aprenda com as pessoas, que a gente goste das outras pessoas (ou não goste mas, que estabeleça relações com as outras pessoas). Isso é muito importante, é um traço importante da nossa sociabilidade, da possibilidade da gente ter empatia, né? Isso é vital. Mas nós vivemos em uma sociedade onde a nossa diferença, ela tem uma outra conotação também. Nós vivemos em uma sociedade onde a diversidade é também sinônimo de desigualdade. Então por um conjunto de fatores ao longo das últimas décadas, houve uma ênfase na afirmação das nossas diferenças como um elemento para a própria luta política, né? Aquela questão do lugar de fala. Isso é importante, como eu disse. Mas, ao mesmo tempo, tem também uma outra postura que precisa ser feita, que é assim: nós temos diferentes lugares de fala, nós temos identidades que são múltiplas, nós temos toda uma diversidade que nos constitui, mas temos que encontrar um denominador comum de algo que compartilhamos como caminho conjunto para poder disputar com mais força para onde as coisas vão. Isso tem a ver com aquilo que no passado foi chamado de utopia, grandes narrativas, projeto de sociedade. Continuo avaliando que nos falta isso hoje, no sentido de pensar que o nosso pequeno, aquilo que a gente faz porque está ao nosso alcance, tem conexão também e precisa ter com a ousadia de achar que o mundo não pode ser a merda que é hoje. Essa é a questão. A gente precisa ter a ousadia de querer muito, de querer mudar o mundo todo de novo. E isso ficou um pouco fora de tela. E qual é o problema? Se você não tem isso, se você não tem possibilidade de fazer essa disputa, se você não tem isso em vista, você fica preso à visão de sociedade de quem domina.

Então hoje, eu diria que assim, para construir um mundo melhor, a gente precisa se atrever a imaginá-lo no seu conjunto. Saber que todas as pautas que a gente tem cabem funcionando conjuntamente e se fortalecendo mutuamente. Onde cabem ambientalistas (ecossocialistas ou não), mas também onde cabem feministas, antirracistas, os diferentes povos indígenas, toda a movimentação LGBTQIA+, toda a luta associada ao trabalho, no sentido mais estrito, e um conjunto de outras coisas que podem estar sintonizadas. Isso que não está dado. Se hoje a gente sente muito forte que todas essas lutas são legítimas, isso foi um avanço, porque também não estava dado. Realmente você tinha um paradigma, uma concepção predominante, diria, na esquerda, que deixava de fora essas lutas (porque eram vistas como secundárias, né?)

Eu acredito que agora a gente precisa dar um passo adiante. Nós conseguimos de alguma forma conquistar um reconhecimento da validade dessas lutas, da capacidade de transformação radical que essas lutas têm, mas agora elas precisam ser alinhavadas num terreno comum. E que terreno comum é esse? Qual é o nome disso? Como vamos chamar? Bem viver? Ou é socialismo mesmo? Pós-capitalismo? Comunidade Ubuntu... Nós precisamos não só nominar como nós precisamos definir as linhas disso, porque me parece, até pelas questões que a gente vivencia hoje, de crise climática, de desigualdade se agudizando no mundo, de regressão política e tal, que o que tá em jogo não é apenas a luta da onde eu faço, da onde os meus pés estão. Você tem também uma questão mais ampla, que é um rumo geral de onde a humanidade vai, especialmente a maioria, a diversidade da humanidade. Então isso que acredito que precisa ser realinhavado. A gente precisa ter ousadia para isso. A gente não pode querer pouco, a gente precisa querer muito. O mundo é nosso.

Figura 43. Jhonatas Monteiro exibindo placa de compromisso com a Agenda Marielle Franco após diplomação na Câmara de Feira de Santana

Imagem recuperada de: https://www.instagram.com/p/CJjcDWjh7Jj/.

Conclusão

Neste capítulo foi possível conhecer um pouco sobre três diferentes formatos de inovação política: os mandatos coletivo, compartilhado e popular. Acompanhamos a trajetória de atuação política dos protagonistas desses mandatos, mas isso não significa devemos tomá-las como generalizáveis ou representativas para análises mais amplas. Por exemplo, alguém poderia assumir os três relatos como ilustrativos dos "três partidos brasileiros", sendo o caso de João Yuji diretamente relacionado com o enfrentamento do "partido do interior", o de Gabriel Azevedo relacionado com o "partido dos ricos" e o caso de Jhonatas Monteiro como exemplo de atuação do "partido dos pobres". Porém, como mostram os relatos, essa classificação macro-política talvez não se aplique à experiência individual: quando voltamos nosso olhar para as pessoas de carne e osso que estão ali na base – e não suas lideranças, pois isso demandaria outra perspectiva de análise –, notamos nuances de diferentes motivações, desejos e lutas. Ao invés de discutir os muitos problemas da burocracia partidária, temos aqui a oportunidade de aproveitar cada narrativa em sua singularidade, enquanto experiência enredada de maneira distinta em um mesmo campo de significação: a crise da democracia brasileira e a luta política para transformá-la. A partir daí, temos elementos para refletir sobre caminhos possíveis da crítica-prática à institucionalidade política e os anseios por renovação e afirmação da democracia enquanto forma de vida que movem diferentes atores políticos.

Os três depoentes deixam evidente o quadro de referência que guiam suas ideias e práticas políticas: para João Yuji, a posição *autonomista*, uma concepção ampliada de anarquismo que inclui elementos da agroecologia e, de modo singular, aspectos de espiritualidade; para Gabriel Azevedo, a posição *liberal* em perspectiva social-democrata e republicana; para Jhonatas Monteiro, a posição *socialista*, fundada em práticas de construção de poder popular. Cada depoente possui uma trajetória pessoal e de socialização política que conforma seu campo de sentido e orientação para a crítica-prática que dirigem à política institucional. Não há, portanto, luta política desprovida de um horizonte normativo ou projeto de sociedade. O confronto entre esses horizontes e projetos só é possível em uma arena política suficientemente aberta à participação de outros atores. Nesse sentido, a vitalidade da esfera pública, entendida como caixa de ressonância das demandas sociais, depende da qualidade da cultura política que atravessa as relações sociais cotidianas. A construção dessa cultura política depende, por sua vez, da ampliação da democracia e da capacidade dos atores sociais expressarem suas "lutas e desejos".

As redes sociais de internet são vistas como uma possibilidade ainda muito deficitária para a ampliação da democracia, embora o mandato de Gabriel Azevedo aposte, desde o início, em um meio de interação digital: um aplicativo de celular. Mas, em geral, da maneira como têm sido utilizadas na atualidade, as mídias digitais possuem mais o potencial de desestabilização do que de fortalecimento das instituições políticas. Por isso, os depoentes enfatizaram o papel da ocupação das ruas, dos espaços da cidade, da luta comunitária e da construção de meios efetivos de incidência política, seja por meio da apropriação e uso defensivo da linguagem técnica da política institucional, seja via regionalização e pressão sobre o voto dos representantes eleitos ou por meio da ocupação direta dos espaços formais.

Os partidos políticos até poderiam cumprir esse papel de mediação entre as demandas da população e as instituições políticas, mas o que se observa, na prática, é um distanciamento entre a base e as elites partidárias. João Yuji e Gabriel Azevedo enfatizam que os partidos têm servido à reprodução dos privilégios das oligarquias políticas, que usam a máquina pública para se perpetuarem no poder. Jhonatas Monteiro também faz a crítica do distanciamento dos partidos da vida concreta das maiorias populares, como no caso do PT em relação às periferias, mas, assim como João Yuji, entende que não é necessariamente a legenda eleitoral que contribui para a transformação social, e sim o partido político orgânico, isto é, um espaço onde diferentes demandas podem ser alinhadas em um projeto comum que, apesar de ter unidade, respeita a diversidade existente entre seus membros e consegue imprimir um sentido comum de luta.

Esses são apenas alguns elementos que aparecem nas narrativas dos depoentes e que vale a pena resgatar antes de avançarmos para a análise do caso da Mandata Ativista de São Paulo. Sem dúvidas há muitos outros aspectos que poderiam ser discutidos. Deixo para o leitor ou leitora continuar com suas próprias reflexões. Para os propósitos desta pesquisa, vale a pena enfatizar, sobretudo, o aspecto da luta pela descentralização e reinvenção da participação política que, não obstante suas diferenças, esses três casos representam.

Capítulo 8. A Mandata Ativista de São Paulo

Figura 44. Integrantes da Mandata Ativista

Créditos da imagem: Bruno Santos (Folha Press) e Daniela Ribeiro. Recuperado de: https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/08/candidaturas-e-mandatos-coletivos.shtml

Nós oito estamos inventando nosso próprio cargo: somos codeputadas e codeputados eleitos, construindo o primeiro mandato coletivo da Assembleia Legislativa de São Paulo. . . . Somos diversos em etnia, gênero, idade, origem, estilo de vida e partidos políticos. Somos sete mulheres e dois homens que nunca tinham vencido uma eleição. Assim como nossos pais, avós, bisavós e tataravós. Em nossas famílias, aliás, ninguém das gerações anteriores conseguiu sequer acessar o ensino superior. Entre nós, três pessoas negras, uma indígena, uma transexual, quatro mães, dois pais. O que nos une é o inconformismo com a desigualdade social brasileira, as dramáticas condições de vida das populações periféricas e a dedicação às causas que defendemos: os direitos humanos, a saúde e a educação públicas, os direitos dos animais – explorados, comercializados e assassinados; os direitos das pessoas LBTQIA+, algumas expulsas ainda crianças de casa; a defesa das populações indígenas, seus saberes tradicionais e direitos conquistados; a luta antirracismo e a equidade em uma sociedade muito devedora às negras e aos negros; os diversos feminismos; o meio ambiente; a segurança alimentar; e a democracia. . . . Entre nós existem algumas discordâncias, mas sobretudo respeito mútuo e foco nos nossos objetivos principais: prioridade para os mais vulneráveis, popularizar e pedagogizar a política e ser inspiração e incentivo para que mais pessoas negras, indígenas, periféricas, LGBTQIA+ e ativistas se elejam. Isolados e minoritários, mandatos populares como o nosso têm alcance limitado. Mas nos sentimos pioneiros de uma onda de renovação e troca de valores no mundo político que, acreditamos, está vindo aí com força.

Chirley Pankará, Claudia Visoni, Erika Hilton, Fernando Ferrari, Jesus dos Santos, Mônica Seixas, Paula Aparecida e Raquel Marques[87]

[87] Folha de S. Paulo. Integrantes da Mandata Ativista. “Candidaturas e mandatos coletivos”. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/08/candidaturas-e-mandatos-coletivos.shtml

Introdução

Neste último capítulo vamos discutir o caso da Mandata Ativista de São Paulo como um exemplo das configurações das lutas sociais contemporâneas. Dentre as diversas iniciativas de reinvenção da participação política que emergiram a partir de 2016, o caso da Mandata Ativista talvez seja o mais emblemático para compreender os potenciais e os desafios da ocupação da política institucional por grupos historicamente marginalizados. Trata-se de um caso paradigmático, por diversos fatores:

- é um grupo heterogêneo que articula diversas frentes de luta: anticapitalista, feminista, ambiental, antirracista, entre outras;
- foi a candidatura coletiva que, até o momento, obteve o maior número absoluto de votos – cerca de 150 mil, em 90% dos municípios do Estado de São Paulo;
- foi, provavelmente, o coletivo eleito com a maior visibilidade e repercussão nas redes sociais de internet e na imprensa, sendo apresentado como modelo para novas candidaturas coletivas;
- talvez o único grupo com lideranças de partidos diferentes e com a participação interna de membros de uma iniciativa de apoio a candidaturas – a Bancada Ativista, responsável pela organização do grupo e lançamento da candidatura;
- desse coletivo derivaram três outras candidaturas no pleito eleitoral seguinte, sendo uma das integrantes, uma mulher trans, eleita como a mais votada para a vereança do município de São Paulo;
- e, também, um grupo cuja trajetória ficou marcada por diversas crises, conflitos e rupturas.

Por essas características, vale a pena analisar a trajetória da Mandata Ativista enquanto um caso ilustrativo sobre a configuração das lutas sociais contemporâneas e os desafios da ocupação democrática da política institucional. É importante dizer, desde o início, que não se trata de fazer uma *avaliação* de possíveis acertos ou erros do coletivo. Como todo fenômeno social e político, a Mandata Ativista é complexa e a análise só pode capturar alguns aspectos da experiência. Além disso, trata-se de uma mandata coletiva ainda em exercício no momento de conclusão desta pesquisa. Sendo assim, não será possível fazer uma análise em retrospecto com todas as informações disponíveis. Essa tarefa fica para as gerações futuras de pesquisadores/as interessados/as neste assunto.

As informações foram obtidas por diversas fontes, primárias e secundárias. Como se espera de toda pesquisa acadêmica, em primeiro lugar foi consultada a literatura

especializada, em diferentes momentos e bases de dados, para averiguar o estado da arte. Por se tratar de um assunto muito recente, foram encontrados poucos trabalhos (apenas quatro entradas para "Mandata Ativista" no Google Scholar, em abril de 2022[88]), sendo os mais significativos o artigo de Laura Trotta (2020), intitulado "Participação social e pluralidade: mandatos coletivos como nova forma de fazer política", no qual a autora analisa o caso de quatro mandatos coletivos (Alto Paraíso de Goiás, Muitas Gabinetona, Bancada Ativista e Juntas) e a tese de doutorado de Fábia de Faria (2021), intitulada "Do ativismo urbano à política institucional: atores e dinâmicas da democracia da experiência em São Paulo e Belo Horizonte"[89], na qual autora acompanha de perto a trajetória do grupo Somos Muitas, em Belo Horizonte, e da Bancada Ativista, em São Paulo. Foi realizado também mapeamento da presença da Bancada/Mandata Ativista na imprensa, especialmente no jornal Folha de São Paulo e um acompanhamento de inspiração "netnográfica" (utilizando o recurso "salvar" postagens) das publicações das redes sociais de internet da Mandata e de suas integrantes: Instagram, Facebook, Twitter, Youtube e Medium (entre 2020 e 2022). Para obtenção dos dados primários, foi realizada uma visita ao gabinete na ALESP (em 2019) e entrevistas com cinco integrantes da Mandata (entre 2019 e 2022).

Este capítulo está dividido em duas partes. Primeiro, farei uma exposição diacrônica sobre a Mandata Ativista (1), passando por: surgimento, integrantes, campanha, chegada à ALESP, as múltiplas pautas e lutas, os conflitos, adoecimentos e rachas e, por fim, o possível legado. Em seguida, proponho um retorno à discussão das lutas sociais desde uma perspectiva psicossocial crítica, com base na experiência da Mandata Ativista (2).

1. Da Bancada à Mandata Ativista e suas crises

1.1. Como surgiu

Como vimos na Introdução, o Movimento Bancada Ativista surgiu do sentimento de indignação com a votação do processo de admissibilidade do pedido de *impeachment* naquele domingo de abril de 2016.

[88] Convém ponderar os limites do mapeamento bibliográfico, pois muitos trabalhos não estão facilmente acessíveis ou alinhados sob os mesmos descritores. Posso citar, por exemplo, o interessante trabalho de Bárbara Campos (2021) que encontrei apenas por meio do recurso "Alertas" do Google Scholar. Além disso, por se tratar de um tema atual, é possível que surjam diversos outros trabalhos valiosos e que não puderam ser assimilados no tempo de realização desta pesquisa.

[89] «*De l'activisme urbain à la politique institutionnelle: acteurs et dynamiques de la démocratie de l'expérience à São Paulo et à Belo Horizonte*». Tese publicada em francês. Todas as citações serão traduções minhas.

> Ela nasceu naquela noite do impeachment da Dilma. Estava o Brasil inteiro assistindo pela televisão aquele espetáculo, e aí algumas pessoas debatendo o assunto nas redes sociais falaram assim: "gente, *quem* são esses deputados?", "*Quem* que eles representam?", "Por que eles são todos iguais?", "Por que eles falam essas coisas estranhas?", "Por que não tem mais mulher?", "Por que não tem indígena?", "Por que não tem LGBTQIA+? Por que não tem gente negra?", "Por que não tem os ativistas que estão ali, no território, fazendo o que deveria ser a política pública?" E aí criaram a Bancada Ativista (Claudia Visoni, entrevista, 18/04/2022).

As bases para a formação desse grupo já estavam sendo construídas por um processo que Flávia Faria (2020) chamou de "democracia da experiência". O surgimento da Bancada Ativista começa, mais precisamente, em 24 de março de 2016, quando um dos fundadores do movimento faz uma postagem pública no Facebook dizendo qual seria a "bancada dos sonhos" para a Câmara de São Paulo e "marca" o perfil de 40 pessoas, dizendo: "Não sei se eles querem. Não me importa por qual partido. Me deixa sonhar. Só vou acreditar na política de verdade quando eu ver algo assim. E se algum aí decidir sair pra essas eleições contem comigo". Nos comentários, diversas manifestações positivas e sugestão de outros nomes. Rapidamente vai tomando forma uma rede de conexões para materializar o desejo desses atores de lutar pela democracia naquele cenário em que as esperanças pareciam perdidas. A partir dali começa um plano de reunir esses nomes da "Bancada dos Sonhos" para construir estratégias efetivas de ocupar a política.

> É neste contexto e a partir das reuniões abertas da Bancada dos Sonhos, realizadas nos espaços culturais da cidade, que uma comissão civil foi criada em abril de 2016, cinco meses antes do início da campanha eleitoral. No início, o movimento era formado por ativistas com idades entre 25 e 35 anos que já atuavam em organizações da sociedade civil bastante diversificadas, como a defesa do meio ambiente (Greenpeace), inovação democrática (Instituto Update), cultura na periferia (Coletivo Imargem), a construção de uma cidade mais humana (Rede Nossa São Paulo), a mídia feminista (Agora é que são elas) e os movimentos culturais negros (Coletivo Sistema Negro). Esses ativistas já se conheciam e vários deles compartilhavam o mesmo local de trabalho, a Vilynda – um aglomerado de pequenas casas onde estão localizados os escritórios de uma dezena de associações de inquilinos, que compartilham um pátio comum [no bairro da Vila Madalena, em São Paulo]. Vários membros da Bancada Ativista trabalhavam ali durante o dia, o que também facilitava o convívio entre eles e os laços de amizade e confiança (Faria, 2021, p. 38).

Do desejo à luta, o movimento Bancada Ativista nasceu para apoiar "candidaturas ativistas" selecionadas com base nos princípios de diversificação e ampliação da representatividade nos espaços legislativos, sobretudo com mais mulheres e pessoas negras, mas também com a perspectiva de uma outra forma de fazer política, mais inclusiva e democrática. Segundo a apresentação do Movimento, em sua página do Facebook:

> Um grupo de cidadãos decidiu levar a sério uma frase clássica, que é mais ou menos assim: “se você despreza a política vai ser governado por quem gosta dela”. Resolvemos pensar em que tipo de candidatos queremos, antes das eleições, antes da propaganda dos candidatos, antes de todo o processo eleitoral dominar as matérias de jornal e as redes sociais. Decidimos criar um experimento político para aprender fazendo. Para descobrir, na prática, algo muito simples: como podemos escolher melhor os vereadores de nossa cidade? Nesse experimento, apoiamos a candidatura de 9 ativistas em diversos partidos, e ajudamos a eleger a vereadora Sâmia Bomfim nas eleições de 2016. (Bancada Ativista, Facebook, acesso em 01/02/2021).

Figura 45. Divulgação das candidaturas apoiadas pela Bancada Ativista em 2016

Imagem recuperada de: https://www.facebook.com/bancadaativista.

No total, foram mais de 73 mil votos obtidos pelos nomes apoiados, sendo que Isa Penna, ficou como primeira suplente do PSOL para a Câmara, assumido por 30 dias, em 2017. As candidaturas saíram por dois partidos: PSOL e Rede Sustentabilidade. O grupo da Bancada Ativista continuou “ativando” a esfera pública com a pauta da renovação política, ocupando espaços de discussão, como as edições do evento Virada Política. Dessa forma, o grupo manteve-se fortalecido para as eleições de 2018, período em que o sentimento de crise da democracia estava no auge, com o governo federal mais impopular até o momento, com Michel Temer, fruto de um golpe jurídico-parlamentar-midiático que levou à retirada de direitos por um programa que não havia sido escolhido nas urnas. Além disso, no legislativo,

já havia os exemplos do Mandato Coletivo de Alto Paraíso de Goiás, a primeira experiência de fato de um mandato coletivo no Brasil, e das Muitas, em Belo Horizonte. Esses modelos foram inspiração para que a Bancada Ativista mudasse a estratégia do pleito anterior e dessa vez apresentasse uma proposta de diversos ativistas sob um mesmo número. Foi assim que surgiu a Mandata Ativista.

> 2018. Seguimos formulando práticas colaborativas de se fazer política, focando na renovação verdadeira do sistema eleitoral a partir da conexão com as bases. Propomos em 2018 uma candidatura coletiva ao legislativo estadual de São Paulo. Nossa candidatura coletiva é formada por 9 ativistas de diversas causas e territórios em uma campanha coletiva para Deputada Estadual: todas estarão juntas em um único número na urna para sacudir a Assembleia Legislativa de São Paulo. (Bancada Ativista, Facebook, acesso em 01/02/2021).

Figura 46. Divulgação da candidatura coletiva da Bancada Ativista em 2018

Imagem recuperada de: https://www.instagram.com/bancadaativista/.

Em termos de resultado eleitoral, o experimento deu muito certo. Em 2019 o grupo assumiu uma cadeira na ALESP, ao lado de Marina Helou e Isa Penna, que também se elegeram em 2018. No caso da Mandata Ativista, como veremos, a maior parte do grupo não possuía experiência prévia com a política institucional – apenas Mônica Seixas, que já havia sido candidata a prefeitura de Itu, pelo PSOL, em 2016, e havia trabalhado na equipe de

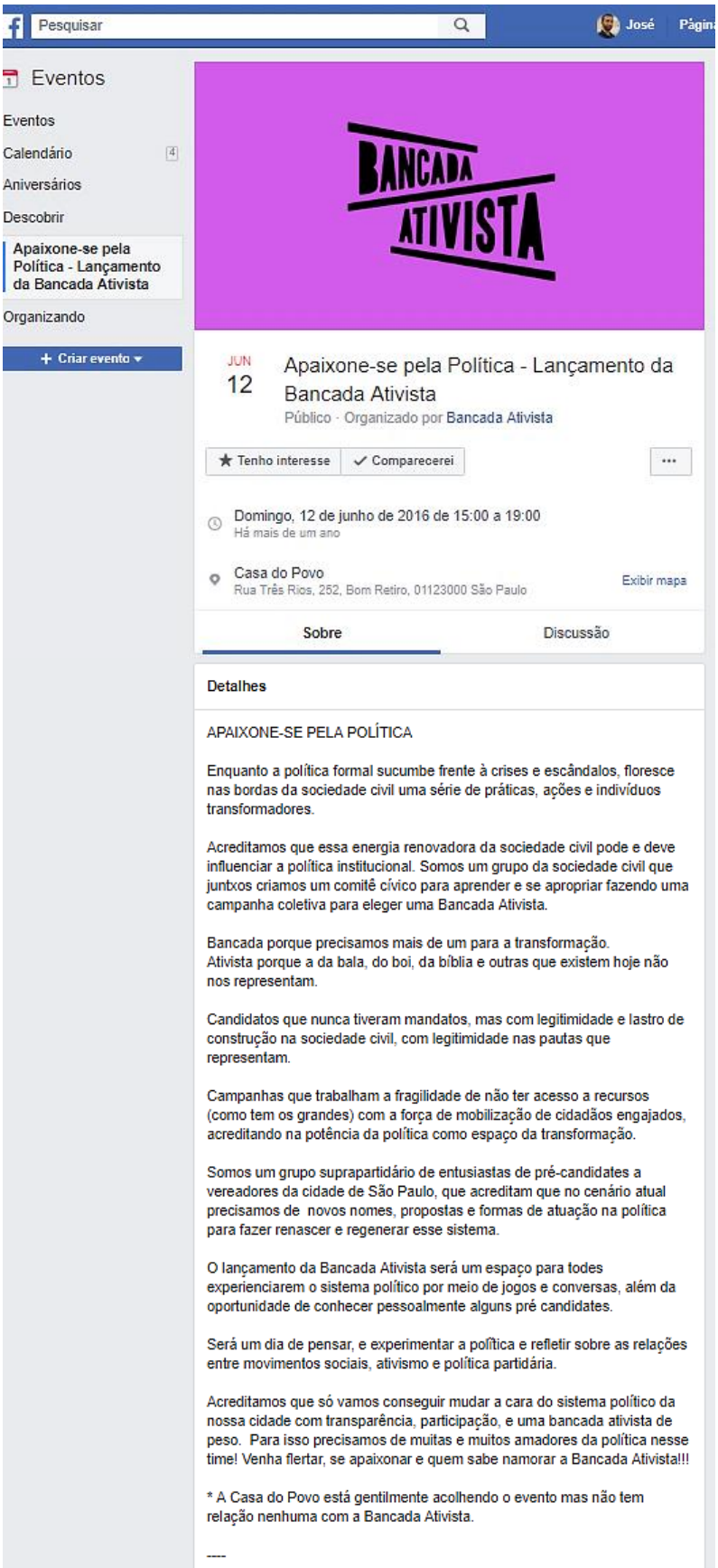
comunicação de Sâmia Bomfim, na Câmara Municipal. Por isso, integrantes do Movimento Bancada Ativista estiveram junto do grupo Mandata Ativista no primeiro ano de exercício do mandato, como membros do gabinete. De 2019 para 2020 os dois grupos se separaram e o Movimento Bancada Ativista voltou a apoiar candidaturas individuais, de partidos diferentes, para a Câmara Municipal.

Figura 47. Divulgação das candidaturas apoiadas pela Bancada Ativista em 2020

Fonte: Instagram.

Duas candidaturas individuais apoiadas pela Bancada Ativista vinham do grupo Mandata Ativista: Raquel Marques e Erika Hilton. Apenas Erika Hilton foi eleita para a Câmara Municipal. Raquel Marques e Jesus dos Santos – outro integrante que havia se afastado para concorrer na eleição de 2020 – retornaram aos trabalhos no gabinete da Mandata. Em 2021, ocorrem crises, adoecimentos e rupturas, como veremos mais adiante.

Figura 48. Convite para evento de lançamento da Bancada Ativista, no Facebook



Fonte: https://www.facebook.com/bancadaativista.

1.2. Quem são as pessoas

Quadro 12. Perfil das pessoas que compuseram a candidatura Bancada Ativista (2018)

Nome	Idade	Sexo	Raça/etnia	Nível de escolarização	Militância/ativismo
Anne Rammi	41	F	Branca	Pós-graduação	Luta feminista, direitos das mães e das infâncias
Chirley Pankará	45	F	Indígena	Pós-graduação	Luta indígena, defesa da educação pública
Claudia Visoni	56	F	Branca	Pós-graduação	Ambientalista, permacultora, ativista contra a fome (insegurança alimentar)
Erika Hilton	29	F	Negra	Sup. incomp.	LGBTQIA+, luta das pessoas trans
Fernando Ferrari	41	M	Branco	Sup. completo	Membro da luta contra o genocídio da população negra e periférica. Movimento cultural, das periferias e descentralização do orçamento público (orçamento participativo)
Jesus dos Santos	36	M	Negro	Sup. incomp.	Movimento negro e cultural das periferias
Mônica Seixas	35	F	Negra	Pós-graduação	Feminista negra, mãe, ambientalista (direito à água)
Paula Aparecida	37	F	Parda	Pós-graduação	Professora, educação pública, direito dos animais, vegana, ecossocialista e ecofeminista
Raquel Marques	45	F	Branca	Pós-graduação	Direitos LGBT, saúde pública, direitos das mães e infâncias

Fonte: adaptado de Faria (2021, p. 40) com informações adicionais.

Anne Rammi

Inicialmente a candidatura da Bancada Ativista foi composta por nove ativistas. Após a eleição, Anne Rammi, ciclista e atuante nas pautas feminista e de defesa da infância e dos direitos das mães, sobretudo via ativismo digital, deixou o grupo por motivos de mudança de residência do Brasil para a Inglaterra. Por meio do perfil Mamatraca, no Instagram, Anne permanece promovendo o debate público sobre feminismo, maternidade e infâncias, mas sem conexão direta com a Mandata Ativista.

Chirley Pankará

Chirley é uma liderança indígena nascida na luta do Povo da Terra Pankará da Serra do Arapuá, em Pernambuco. Chega a São Paulo no final da década de 1990, onde batalhou para criar suas duas filhas. Estudiosa ávida, formou-se pedagoga, tornou-se escritora, mestre em Educação pela PUC-SP e atualmente é doutoranda em Antropologia pela USP. Fez parte do Observatório da Educação Escolar Indígena da PUC-SP avaliando materiais didáticos usados no Xingu. Foi diretora durante oito anos do Centro de Educação e Cultura Indígena do município de São Paulo (CECI - Jaraguá). Defensora das lutas e da cultura de todos os povos indígenas, Chirley entende que é necessário demarcar e "aldear" a política institucional, as universidades e as políticas públicas para trazer ao primeiro plano as pautas desses povos, que há mais tempo resistem à dominação e à opressão nessas terras. É filiada ao PSOL, compõe a ANMIGA (Articulação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade) e participa da construção do Acampamento Terra Livre – o maior evento anual da luta indígena em Brasília organizado pela APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) – e da Marcha das Mulheres Indígenas.

Claudia Visoni

Filha de funcionários públicos, Claudia é jornalista de formação e defensora das pautas de meio ambiente, segurança alimentar e permacultura. Sua luta é prefigurativa ou de "prototipagem", como ela denomina. Trata-se de uma forma de ativismo que propõe começar a agir agora para construir o mundo que queremos ter no futuro. Foi cofundadora da União de Hortas Comunitárias de São Paulo e conselheira CADES (Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz), em Pinheiros. Além disso, foi uma das fundadoras do Movimento Cisterna Já e da Aliança Pela Água, durante a crise hídrica de 2014. Atua no coletivo PermaSampa, na iniciativa Objetivos da Compostagem e, em 2020, ajudou a criar a Frente Alimenta, uma rede de ativismo com foco no combate à fome, fortalecimento dos pequenos agricultores agroecológicos e disseminação da agricultura urbana. Claudia também participa da Escola de Ativismo e da RAPS. Foi filiada ao partido Rede Sustentabilidade e hoje está no Partido Verde (PV).

Erika Hilton

Natural de Itu, interior do estado, Erika Hilton é a primeira mulher negra trans (transvestigênere) eleita vereadora na cidade de São Paulo, tendo sido a mais votada em números absolutos do país, em 2020. Apresenta-se como militante e ativista das causas LGBTQIA+, antirracista e feminista. Tendo sofrido diversas violências e vivido na rua por ser uma mulher trans, Erika pauta suas lutas sobretudo pela defesa dos direitos humanos, pela dignidade da vida de todos os corpos, especialmente daqueles mais vulneráveis, considerados dissidentes do padrão cis-hetero. Erika aposta na luta política como via para a construção de um novo imagético sobre esses corpos e apoia que mais pessoas trans ocupem os espaços políticos para a defesa da vida e para a construção de políticas públicas mais humanizadas.

Fernando Ferrari

Morador do Capão Redondo, região periférica da zona Sul de São Paulo, Fernando vem de uma família com histórico de lutas de base no território. Cresceu em meio às lutas de bairro da década de 1980 e vivenciou sua adolescência na década de 1990, quando havia tanto um cenário de violências quanto de efervescência cultural na região. É atuante na pauta da defesa da vida das juventudes e do povo da periferia, compondo a Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio e o Fórum em Defesa da Vida, espaços de articulação política de base territorial cujo foco é combater a violência do Estado e promover políticas públicas. Ferrari é formado em Ciências Sociais e atua no Movimento de Cultura das Periferias, tendo sido fundador do Sarau A Voz do Povo[90] e articulador da luta pela descentralização do orçamento municipal para o setor da Cultura, participando da criação popular da Lei de Fomento à Cultura das Periferias. Participou da fundação do movimento Luta Popular, voltado para a luta por moradia e vinculado com a cultura da periferia, e da Agência Solano Trindade.

Jesus dos Santos

Soteropolitano radicado em São Paulo, Jesus dos Santos é pai, consultor de políticas e gestão pública, produtor e gestor cultural, ativista do Movimento de Cultura “Periferia É o

[90] A história do Sarau A Voz do Povo e as lutas de resistência em torno da cultura, com protagonismo de Fernando Ferrari e Luan Luando foram narradas na pesquisa de Tavanti (2018). Sobre a formação do “sujeito periférico”, como ator político e cultural na história da cidade de São Paulo, conferir D’Andrea (2013).

Centro", militante do movimento negro e Doutor Honoris Causa pela ALESP (2022). Como homem negro, Jesus diz que está na política desde sempre, pois os corpos das pessoas negras são políticos desde o nascimento. Enquanto secundarista, atuou no grêmio Zumbi dos Palmares, do SESI-Salvador, foi vice-presidente da ABES (Associação Baiana Estudantil Secundarista) e membro da executiva nacional da UBES (União Baiana de Estudantes Secundaristas). Participou da "Revolta do Buzu", em 2003, e de movimentos comunitários, sendo um dos fundadores do jornal do bairro Beiru, em Salvador, além de membro da executiva nacional da Frente Favela Brasil. Em São Paulo, também participou da criação da Lei de Fomento à Cultura das Periferias e atua na articulação política do movimento negro desde um horizonte de ação quilombista. Jesus levanta o debate sobre paternidade e participação comunitária, a partir de sua família afrocentrada, além de enfrentar a violência de Estado e o genocídio da população negra e periférica por meio do debate sobre a construção de políticas públicas sociais. Enquanto esteve na ALESP, como Co-Deputado pela Mandata Ativista, Jesus pautou a luta antirracista, inclusive oferecendo formação para alguns setores da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Foi candidato a vereador em São Paulo, em 2020, pelo PDT, e participa de outras iniciativas de apoio a candidaturas. Para 2022, anunciou que pretende concorrer novamente com uma candidatura coletiva formada por lideranças do Movimento Comunitário ligado à Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo[91], desta vez pelo PCdoB.

Mônica Seixas

Única integrante da Mandata Ativista com experiência prévia de candidatura, em 2018, Mônica Seixas foi a porta-voz do grupo e nome oficial da chapa perante a Justiça Eleitoral. Natural de Mogi das Cruzes, mas tendo crescido na cidade de Itu, Mônica é jornalista, feminista negra, ativista socioambiental e pelos direitos humanos. Foi fundadora e liderança do Movimento Itu Vai Parar, um movimento de luta pelo direito à água durante a grave crise hídrica de São Paulo, entre 2014 e 2015. Em 2016, foi candidata à prefeitura de Itu pelo PSOL. Compõe o Movimento Esquerda Socialista (MES), corrente fundadora do PSOL, com articulação de coletivos de juventude anticapitalista (Juntxs!) e rede de cursinhos populares (Rede Emancipa). Integrou a equipe de comunicação do mandato de vereadora de Sâmia Bomfim, participando da luta contra a farinata e contra a reforma da previdência do

[91] FACESP. "Comunitários defenderão Mandato Popular". Disponível em: https://facespmovimento.com.br/comunitarios-defenderao-mandato-popular/.

governo João Doria em nível municipal. Na ALESP, Mônica enfrenta o coronelismo do interior paulista que historicamente tem formado a base de sustentação das administrações do PSDB no Estado de São Paulo[92]. Além da Bancada Ativista e do Ocupa Política, Mônica também compõe a RAPS e anunciou, para as eleições de 2022, que irá concorrer à reeleição com uma nova chapa coletiva, intitulada "SP Pretas"[93].

Paula Aparecida

Professora da rede pública estadual, feminista, ecossocialista, vegana e socialista revolucionária, Paula Aparecida constrói uma luta anticapitalista abrangente e faz o debate sobre a crise estrutural do capital desde a exploração de trabalhadores humanos à exploração e violência contra animais não-humanos. Moradora da Brasilândia, distrito da periferia da zona Norte de São Paulo, Paula vem de uma família de luta comunitária com engajamento nas Comunidades Eclesiais de Base, com o PT e o PSTU na década de 1990. No início da década de 2000 ingressou na FFLCH-USP, onde atuou em diversas organizações estudantis. Compôs as organizações trotskistas Liga Estratégica Revolucionária (LER) e o Movimento Revolucionário dos Trabalhadores (MRT), onde foi militante orgânica. É conselheira regional na APEOESP, onde articula lutas de base da comunidade escolar. Licenciou-se da docência para ingressar na Mandata Ativista.

Raquel Marques

Feminista, Doutora em Saúde Pública, presidente da Associação Artemis, organização de combate à violência contra mulheres, Raquel tem se dedicado à luta contra a violência obstétrica e em defesa do parto humanizado. Foi integrante da "Marcha do Parto em Casa" e faz o debate sobre políticas de proteção da infância e para as mães. Em 2020, durante a pandemia de Covid-19, foi candidata a vereadora com uma campanha praticamente toda realizada por redes sociais de internet, fazendo o debate sobre a defesa do SUS e a importância das medidas de distanciamento físico enquanto não havia vacinas disponíveis. Atualmente é presidente municipal do partido Rede Sustentabilidade.

[92] Monica fala sobre isso em conversa com Luana Alves: https://youtu.be/5SNAp5TA934?t=746.
[93] Folha de S. Paulo. Monica Bergamo. "Monica Seixas buscará reeleição na Alesp em novo mandato coletivo". Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2022/05/monica-seixas-buscara-reeleicao-na-alesp-em-novo-mandato-coletivo.shtml.

1.3. Recrutamento e campanha

Em 2018, a candidatura coletiva da Bancada Ativista tinha um propósito inovador e ousado: eleger um grupo de nove ativistas, de diferentes origens, pautas e visão de mundo, para uma mesma cadeira do legislativo paulista. Nove "estreantes" no exercício da política institucional. O compromisso comum era oxigenar os espaços formais da política com novos corpos e energizar as lutas por renovação dentro e fora da institucionalidade, visando o fortalecimento da democracia colocando ativistas no poder. No entanto, havia também um cálculo eleitoral: com vários nomes fazendo campanha para um mesmo número, as chances de resultado eleitoral aumentam. Era uma estratégia distinta daquela utilizada em 2016 pela própria Bancada Ativista ou, por exemplo, da estratégia do coletivo Somos Muitas, em Belo Horizonte, em que diversas integrantes saíram candidatas pedindo votos umas para as outras e, após duas delas serem eleitas, todas fizeram parte do gabinete municipal – a Gabinetona.

No caso da Bancada Ativista, o processo de recrutamento tinha em vista a necessidade de diversidade *e* a viabilidade eleitoral. O grupo que fundou a Bancada Ativista em 2016 vinha construindo espaços de discussão sobre a polarização política e buscando estratégias consistentes de incidência na política. Como mostra Flávia Faria (2021), o uso do termo "renovação" estava sendo disputado naquele momento, com forte cooptação por movimentos da nova direita, como o MBL, de modo que o campo progressista passou a mobilizar outras expressões, como "hackear" e "ocupar" a política. Como vimos nos capítulos anteriores, a partir de 2013 surgiram diversas iniciativas de apoio a candidaturas para além dos partidos políticos tradicionais.

> A fim de dar sentido ao seu projeto político e se diferenciar de outras iniciativas, em 2017, o Somos Muitas e a Bancada Ativista, percebendo a perda do sentido original do termo "renovação", mobilizaram ainda mais os termos "*hacker*" e "ocupar" a política tradicional. Essa virada discursiva é representada pelo I Encontro Nacional intitulado "#OcupaPolítica, Pé na Porta e Amor pela Democracia" evento co-organizado por esses dois coletivos, realizado a partir de 7 a 10 de dezembro em Belo Horizonte (Faria, 2021, p. 22).

Além do evento/iniciativa Ocupa Política, o grupo fundador da Bancada Ativista participava de diversos outros espaços de discussão, como a Virada Política – um evento independente realizado em São Paulo, desde 2014, inspirado no clima de Junho de 2013 e na "Virada Cultural" –, e o evento itinerante "Bancada Escuta" (Faria, 2021). Nesses eventos, o grupo que sairia candidato em 2018 foi aos poucos se formando. Paula Aparecida conta como foi que entrou para o grupo:

Em Julho de 2017 saí definitivamente do MRT, onde eu tinha militado por quase 10 anos. Eu estava num processo de reconstrução interna e, a partir desse processo, eu comecei a querer conhecer outras formas de expressão política, inclusive para além do campo da esquerda. . . . E um dos eventos que eu fui foi a Virada Política . . . na Vila Madalena em São Paulo. Aí eu fui e foi interessante perceber como que eles faziam política, como que eles pensavam as coisas. Cheguei a fazer algumas intervenções e uma das pessoas que, na época, era do Movimento Bancada Ativista e que tinha ajudado a fundar o movimento em 2016, pegou o meu contato, me adicionou no Facebook e falou: "vamos continuar essa conversa! Você tem que participar aqui, do nosso movimento" e tal. E eu falei "nossa! Pode ser, né, que eu possa ajudar fazer uma Virada Política mais de esquerda". Eu questionei, aí uma galera gostou dos questionamentos, outra já achou a mais. Mas não cheguei a ir numa reunião, só a conversar ali no próprio evento. E continuei indo em eventos, entendendo a política de outra perspectiva. Aí acabei indo num retiro espiritual – que foi muito importante para mim, um retiro espiritual de 21 dias até janeiro, de jejum alimentar inclusive, foi muito bom – e lá você fica sem celular. Quando eu saí do retiro, eu comecei a mexer nas redes sociais de novo e vi o convite dessa menina chamando "oh, vem aqui conhecer a Bancada Ativista, a gente vai lançar a nossa ideia para todo mundo, vai ser agora em fevereiro". Era início de fevereiro. Eu ia ao centro, o evento era perto onde eu ia, então eu quis ver o que era aquilo. Aí confirmei. Fui. Chegando lá, eu vi a apresentação e a minha mente – do ponto de vista dos meus conhecimentos políticos, da minha visão de mundo política enquanto militante – falava que aquilo era um absurdo, que aquilo era coisa de doido. Porque o espaço era só uns "boy" classe média, hipster, coisa e tal. Tinha até um cara do Tucanafro, um preto do PSDB no evento. Eu nem sabia que existia Tucanafro. Você vê que tinha várias coisas fora do meu campo de possibilidades, né? E aí até fiz umas perguntas e tal. Nesse processo de fazer pergunta uma das pessoas que participavam do movimento, um ativista ouviu as minhas perguntas, mas ele entendeu que eu tinha sido da USP, do movimento estudantil e o que aquilo significava politicamente. Ele não me conhecia, então perguntou meu nome na hora. Diz ele que foi "*stalkear*", entender quem eu era, onde eu estava vindo e tudo mais. Tudo bem. A partir dali eu conversei com algumas pessoas, algumas pessoas falaram: "ah, vem pro movimento, vem participar, vem para próxima reunião". Eu falei: "pô, eu vou para a próxima reunião para ver o que que é". Eu fiquei curiosa, fiquei curiosa! Porque ao mesmo tempo dentro de mim eu senti um calor assim físico, e como eu estava muito ancorada numa energia do corpo pelo retiro, uma conexão mais cósmica, eu dei atenção a isso. Aí eu fui na outra reunião. Cheguei, fiquei quieta a reunião inteira, só observando muitas coisas. Muitas coisas complexas. Eu estava em dúvida se ia participar das próximas reuniões, né? Mas eu queria acompanhar esse processo. Eu estava muito curiosa de observar como a galera ia fazer as coisas. Aí a galera se juntou num bar específico. O menino que tinha me visto na primeira reunião chegou em mim e falou: "olha, o seguinte, te pesquisei, eu sei quem você é" e veio diretamente com convite para eu entrar enquanto co-deputada. Eu fiquei um pouco... não foi uma resposta automática: "não!", e muito menos "sim!". Era mais para o "não". Eu estava: "ah, mano, pelo amor de Deus, tô aqui só pra observar, pra ver se eu posso ajudar, posso até ajudar em alguma coisa mais concreta, mas mais *off*, assim, né, não quero dar o meu pescocinho". Mas foi uma conversa muito longa, foi umas quatro horas e meia, saí bem tarde dali. Fui de madrugada para casa, tive até que chamar um Uber e eu nem tinha dinheiro para isso. E aí no final eu acabei entendendo e me convencendo a estar nessa experiência sim. Inclusive muito por conta da minha trajetória, da trajetória de ser muito ultra-esquerda, de trazer uma visão mais

> comunista de estratégia revolucionária que eu achava que ia dar um certo equilíbrio [ao grupo] (Paula Aparecida, entrevista, 16/04/2022)[94].

Paula chama a atenção para o fato de a construção da chapa coletiva ter sido um processo de luta política em si, pois o grupo inicial era composto principalmente por pessoas de classe média-alta, branca e dos bairros centrais da cidade. Havia então um tensionamento interno para trazer uma perspectiva concreta de militância vinda das periferias e não apenas dos "ativismos de Vila Madalena".

> E aí tinha uma discussão: "Quais são os nomes?", "Quem que a gente vai chamar?", "Como é que a gente vai fazer reunião?" Tinha esse processo de debate, alguns puxando mais para as pessoas de esquerda do PSOL, outros puxando mais para ativistas mais gerais. E eu tensionei mesmo para a entrada de uma pessoa indígena. Eu coloquei a demanda porque eu já tinha algum tipo de relação – a minha família também tem ancestrais –, então eu falava: "a gente precisa trazer alguém do movimento indígena". E aí eles falaram: "beleza, então você cuida disso". . . . [Após contato com o movimento indígena] demorou um tempinho, rolou um suspense, mas, no final, veio a Chirley. A gente conseguiu a presença da Chirley Pankará. Ela foi a última a entrar antes da campanha (Paula Aparecida, entrevista, 16/04/2022).

Nesse processo foram construindo um grupo plural, pluripartidário – com pessoas do PSOL, Rede e PDT –, com diversas motivações para entrar na disputa pela política institucional e avaliações sobre o processo:

> Resolvi topar a experiência por não ser só aquela política personalista. Como tinha várias pessoas, de diversas formas, eu me interessei e acabei topando. Eu fiz campanha, muito pensando [nas eleições municipais seguintes] em 2020. Não pensava que ia dar certo. E deu certo! Eu lembro também que a Bancada Ativista compõe um movimento maior, que é o Ocupa Política, e o Ocupa lançou 57 pessoas nas eleições: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pessoal do movimento negro, de periferias, pessoas com deficiência. Das 57, a gente elegeu 16. A gente teve 2 milhões e 200 mil votos. Tivemos aí três mandatos coletivos eleitos: A Muitas, em Minas, a Juntas, em Pernambuco, e a Bancada aqui em São Paulo. Eu estou muito feliz hoje de estar lá. Lógico que é um cenário muito difícil, sempre foi. É algo muito novo pra gente. . . . Eu acabei me filiando ao PSOL porque foi uma determinação, na época, da campanha, porque a gente não sabia quem ia ser a cabeça de chapa então todo mundo se filiou. Uns foram pra Rede, outros foram para o PSOL. Eu fui pro PSOL, mas a gente não constrói partido lá no mandato. A gente usa a legenda, mas não tá construindo partido. Algumas pessoas constroem partido internamente e tal, mas o mandato em si é um mandato da sociedade civil, das pautas (Fernando Ferrari, entrevista, 07/10/2019).

> Eu estava lá no meu canto, na minha horta. Não tinha intenção de entrar na política partidária. . . . não estava nos meus planos, mas aí me convidaram e eu pensei: "tem

[94] Paula também relata sobre esse momento em seu blog "Diário (atrasado) de Codeputada", na rede social Medium. Disponível em: https://medium.com/@8paulaaparecida/como-eu-entrei-na-bancada-ativista-cap%C3%ADtulo-5-476f53f5e5e3.

> sentido, né?", "A gente tem que ocupar esses espaços de poder!". Foi aí que eu entrei. . . . Eu entrei nessa história imaginando que os ativistas eram muito fracos e os políticos muito, entre aspas, "fortes". E aí eu descobri que um legislador sozinho, um deputado, um vereador isolado pouco pode. . . . não é assim que nós não temos poder nenhum e não é assim que o fulano, ciclano, beltrano só porque tem um cargo tem poder mesmo para alterar a realidade, né? (Claudia Visoni, entrevista, 18/04/2022).

Inicialmente chegaram a cogitar até quinze nomes para a chapa coletiva, de diversos partidos, o que tornaria a experiência ainda mais complexa. Porém, até o momento de formalizar a candidatura houve desistências, por motivos particulares ou políticos, ficando "apenas" o grupo de nove pessoas, registrado no PSOL, com o número 50900.

> O processo da Bancada Ativista de 2018 foi um processo que eu chamo de "processo Big Brother": quatro, cinco, seis pessoas foram lá e: "vamos fazer um ranking dos ativistas mais porreta, ou que têm mais capilaridade na cidade, e vamos chamar essa galera para estar junto". Essa galera não se conhecia, vieram de diversas realidades, né? E isso cria uma série de problemas, ao mesmo tempo em que cria uma série de coisas boas. Então, desculpa os meus amigos antigos de Bancada Ativista, mas não é a Bancada Ativista que estimula esse processo de participação política destes corpos. A Bancada Ativista é uma galerinha que viu uma oportunidade, lançou um Big Brother, e é uma experiência que até o momento vem sendo construída e a gente espera que até o final que dê certo, né? (Jesus dos Santos, 22/07/2020).

No fim, Mônica Seixas, a única pessoa com experiência de candidatura anterior e com maior inserção partidária, ficou como a porta-voz do grupo. No entanto, a escolha do nome na urna não foi imediata. Paula conta em seu diário como vivenciou o processo:

> A confirmação dos nomes da chapa aconteceu através de Plenárias de apresentação das cocandidatas . . . Durante uma dessas plenárias de apresentação, vi surgir uma mulher militante do PSOL (MES), tímida, negra, da periferia do interior de SP e com o filho a tiracolo. Confesso que já rolou uma identificação daí, muito por conta da fusão entre classe, raça e gênero com um quê de socialismo e enraizamento político. Durante sua apresentação, meu coração novamente esquentou e tive certeza que ela, Mônica Seixas, deveria ser nosso nome na urna. Tarefa difícil essa de escolher o nome na urna diante de tanta gente que não se conhecia direito. Então, resolvemos organizar uma imersão e usar um método para tomar a decisão final: a sociocracia. Esse é um método de decisão coletiva focado nos argumentos, com espaço garantido para fala/escuta e também para divergências e o contraditório . . . Um detalhe significativo, esse encontro foi muito catártico – recheado de choro, brigas e etc. . . . Mônica não sabia que eu a indicaria, contei durante a noite em um momento de descontração. Várias pessoas foram indicadas, a discussão foi muito intensa, bonita e verdadeira . . . O fator definitivo que virou o jogo para a escolha da Mônica foi a morte da Marielle e do fato político de transformá-la em semente, colocando novas mulheres negras, mães, da periferia e também do PSOL em espaços de poder no Parlamento (Paula Aparecida, Diário (atrasado) de Codeputada, 22/10/2021)[95].

[95] Medium. Paula Aparecida. "Como escolhemos o nome na urna?". Disponível em: https://medium.com/@8paulaaparecida/como-escolhemos-o-nome-na-urna-cap%C3%ADtulo-6-1ef46142acca.

Assim, havia a força da representatividade descritiva e do engajamento de militantes e ativistas de diversas pautas. Foi uma candidatura montada para dar visibilidade às diversas frentes de luta que circulam na esfera pública e que raramente acessam a política institucional. Não foi uma candidatura fruto de um mesmo movimento social, unificado, que deliberou por determinado nome, mas de um amálgama de representantes que muito provavelmente não obteriam sucesso eleitoral se saíssem com candidaturas individuais naquele momento e talvez sequer fossem recrutados por seus partidos. No entanto, se, de um lado, havia esse ineditismo e a fragilidade dos vínculos entre as pessoas que compuseram o grupo, de outro, havia um forte entusiasmo com o projeto que estavam representando, pois sabiam que tinham chances de conseguir uma cadeira na ALESP.

Vista como exótica no meio partidário, a candidatura coletiva recebeu poucos recursos do PSOL, cerca de cinco mil reais. Para uma campanha eleitoral isso não é quase nada e obriga que a candidatura busque financiamento próprio. Assim, as co-candidatas, junto com a equipe da Bancada Ativista, fizeram um intenso trabalho de buscar apoio e divulgar nas ruas e nas redes sociais de internet. A proposta repercutiu amplamente. Pessoas famosas gravaram vídeos de apoio, como Gregório Duvivier, Jean Willys, Raquel Rolnik, Alê Youssef, entre outros nomes. Através de financiamento coletivo (*crowdfunding*) conseguiram obter cerca de R$ 70 mil reais de pessoas físicas – a maior arrecadação de deputado estadual do Brasil – para disputar contra outras candidaturas que receberam milhões de suas legendas.

Além disso, a campanha eleitoral é sempre um processo de intensificação das relações interpessoais para os grupos progressistas, pois é momento em que se intensificam as atividades coletivas de levar suas bandeiras para as ruas e apresentá-las ao máximo de pessoas possível. No entanto, como avalia Paula Aparecida, no caso da Mandata Ativista, desde a campanha havia dificuldades de integração do grupo e tentativas de aproximação:

> A proposta do movimento Bancada Ativista foi furar as bolhas e relacionar distintos ativismos entre si nas redes sociais e no conjunto da campanha. Em escala geométrica a campanha coletiva nas redes e nos panfletos potencializaria a nossa candidatura. Cada codeputada separadamente organizando seu próprio mini-comitê de campanha, suas redes e "bases" eleitorais. Idealmente parecia ótimo, mas na prática isso já significava uma desigualdade entre aqueles que batiam cartão no emprego e aqueles que não, aqueles que tinham filhos sem garantia de rede de apoio e aqueles que não, aqueles que tinham recursos financeiros para bancar sua ação individual em mini-campanha e aqueles que não (que trabalham hoje para comer amanhã). Mas foi um desafio interessante. . . . Fizemos algumas reuniões prévias, pré-campanha eleitoral, modelo imersão – mas o cotidiano era caoticamente atomizado com algumas pequenas tarefas de panfletagem coletiva presencialmente, mobilização online conjunta e divisão de convites para mesas de debates e etc. Eu confesso que senti um estranhamento com esse modelo quase que individual e fui me achegando

> especialmente de Jesus e Chirley para atividades de campanha coletivas. Fui em um encontro do povo indígena Pankará para apresentar a candidatura junto com Chirley e organizei panfletagens e outras atividades regionais junto ao Jesus na Zona Norte. Lembro também que cheguei a construir um início de programa público de educação e uma roda de conversa entre mães e professoras junto com a Anne . . . e também convidei Cláudia para falar em um espaço de agroecologia na ZN. Graças ao financiamento coletivo nossa campanha pode estar de pé. . . . Tivemos ajuda de dezenas de voluntários na identidade visual, design, programação, assessoria de imprensa e outras atividades "mais técnicas". Isso reduziu drasticamente os custos gerais, mas mesmo assim nossa condição era precária. A codeputada de longe com mais estrutura era Mônica, a única de nós militante orgânica de uma corrente política de envergadura – ela tinha tempo livre e também uma pessoa do MES (a corrente política) acompanhando para organizar suas tarefas de campanha. Daí também surgiu o acordo de dobradinha prioritária com Sâmia Bomfim para deputada federal, na cidade de São Paulo e um bocado no interior. Alguns outros codeputados receberam ajuda de custo porque estavam desempregados e sem fonte de renda. Apenas meu transporte foi pago com dinheiro da campanha em forma de bilhete único mensal. O uso desse dinheiro está documentado junto ao TSE (Paula Aparecida, Diário (atrasado) de Codeputada, 12/11/2021)[96].

No dia 07 de outubro de 2018 o grupo foi eleito com 149.844 votos, distribuídos por 544 municípios, a décima candidatura mais votada do Estado de São Paulo. A partir de então a Mandata Ativista passou a figurar como um importante ator no cenário político brasileiro, sobretudo em função de estimular outras candidaturas coletivas ou individuais no campo progressista.

1.4. A chegada à ALESP

Se a montagem do grupo e a campanha foram grandes desafios, a ocupação de fato da institucionalidade revelou-se muito mais difícil. Aquele grupo de estreantes trazia uma proposta inovadora para uma das Casas Legislativas mais conservadoras do país, cujo regimento remonta ao período da ditadura militar e que tem sido historicamente privilégio de homens, brancos e ricos – o "tucanato bandeirante" ou "reduto dos coronéis do interior paulista". É verdade que a ALESP até pode ter algum espaço para mandatos mais à esquerda, porém sempre em imensa minoria e com pouquíssima efetividade em contrastar com as práticas políticas dos governos do PSDB – que, com 30 anos no poder, fez São Paulo ser chamada de "Tucanistão". Mas também é verdade que a expressão "Casa do Povo" não reflete a realidade daquele "famoso prédio em frente ao parque Ibirapuera, todo revestido de

[96] Medium. Paula Aparecida. "Como vencemos as eleições?" Disponível em: https://medium.com/@8paulaaparecida/semana-passada-o-relato-foi-adiado-por-conta-do-primeiro-encontro-entre-m%C3%B4nica-e-eu-depois-do-seu-e69b4dbe527d.

mármore branco e de corrimãos dourados, apelidado de Alesp"[97], também chamado de "o túmulo de mármore da política". Isso se deve ao fato de, para os grupos de luta que estão de fora, acessar um espaço como a ALESP enquanto protagonistas costuma ser um processo de sofrimento, pois o ambiente é em si repulsivo – basta pensar o que significa para quem lutou nas ruas contra as medidas do governo paulista e foi duramente reprimida pela Polícia Militar, ir trabalhar diariamente em um edifício totalmente guardado por essa mesma polícia. Um exemplo nítido desse processo foi a hostilização de integrantes da Mandata Ativista por deputados de direita no ato de diplomação na ALESP[98].

Na política institucional, dominação e opressão contra militantes e ativistas de luta são processos estruturais e não contingentes. Isso pode ser ilustrado por uma situação de racismo estrutural sofrida por Jesus dos Santos, logo após a posse, quando foi abordado de forma discricionária por policiais militares na porta da ALESP:

> Quinze dias depois da posse a polícia me abordou em frente da ALESP, botou a arma na minha cabeça e me chamou de ladrão de celular. Quinze dias depois que a gente assumiu na ALESP! Na diplomação, em 18 de dezembro, já quiseram me impedir de estar lá. Aí, em março, quinze dias depois da nossa posse, que foi quando a nossa legislatura começou, eu fui enquadrado. Eu estava bonitão, com umas roupas e tal. Com pinta, podia ser modelo. E fui parado na porta da Assembleia Legislativa por uma viatura. Os caras ficaram meia hora com uma arma apontada para a minha cabeça e eu falando para eles: "eu não vou deixar você me revistar!", "Eu vou ligar para o meu advogado!" E os caras: "É o quê???". E queriam tomar o telefone da minha mão, e diziam que iam me prender por desacato, até que apareceu um comandante da ALESP, da guarda da ALESP, e falou com eles: "não, conheço esse daí e pá". Aí esse sujeito me chamou de canto e falou assim: "oh, co-deputado, você não sabe que é assim?", "Por que você não deixou o cara te revistar?", "Você já teria entrado e não teria causado isso", "O problema foi seu!". Ele falou isso! Sou acusado de ladrão de celular no Ibirapuera, sem nenhuma ocorrência, sem nenhuma prova! É a tal da "fundada suspeita" – que é sempre seletiva. É o racismo estrutural aí presente (Jesus dos Santos, entrevista, 22/07/2020).

Chirley Pankará conta seu sentimento de entrar na ALESP e sofrer com o preconceito. As situações de preconceito e discriminação, no Brasil, ocorrem principalmente nessas circunstâncias diárias, nas quais a presença do corpo do homem negro ou da mulher indígena, por exemplo, são tratados como se não tivessem legitimidade para estar naquele espaço político, fazendo política. A "luta" do político "típico" (homem, branco, rico), nesse caso, é uma luta injusta, pois visa a manutenção de privilégios e reproduz a violência política e a exclusão.

---

[97] Folha de S. Paulo. Integrantes da Mandata Ativista. "Candidaturas e mandatos coletivos". Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/08/candidaturas-e-mandatos-coletivos.shtml.

[98] iG São Paulo. Último Segundo. "Diplomação em SP é marcada por briga entre Alexandre Frota e filiado do PSOL". Disponível: https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-12-18/alexandre-frota-psol-confusao.html.

> No dia em que saiu o resultado da eleição eu estava até eufórica, porque eu achava: "nossa! que maravilha, nós vamos conseguir transformar o mundo!". Agora estou pior do que antes. Porque quando eu entrei na ALESP, eu achava que ia mudar o mundo, que eu ia chegar e falar pow! E o projeto de lei ia ser aprovado. Nem fazia ideia que as comissões chegam e não faz coisa alguma, mas sabota aqui, sabota ali. Eu estava achando que era tudo muito lindo, mas na verdade nós estamos lidando com pessoas diferentes, estamos lidando com um lugar extremamente burocratizado e elitizado. Por mais que tenha mulheres, para mim a visão lá ainda é muito patriarcal. Quando eu entro lá, tem momentos que eu... várias vezes que eu vou lá, eu vou sem vontade de ir, viu? Posso dizer para você que quando eu vou, eu vou assim meio entristecida. Eu vou me empurrando. Quando eu chego lá e é aquela revista, aqueles policiais desde a porta que eu entro, da garagem, já tem lá que mostrar, que se identificar... afora aquela ideia deles acharem que a gente tem esses nossos modos de agir, né, e aí já começarem a falar: "ah, aí o pessoal do coletivo que gosta de arrumar confusão". Então eles já fazem isso. Esses dias um menino falou para o Jesus e para mim assim: "mas vocês gostam de arrumar confusão, né, só porque o cara estava no corredor sem máscara" [na pandemia, em 2020, quando os bolsonaristas na ALESP estavam lutando contra as medidas sanitárias como o chamado passaporte vacinal]. Um homem todo lá, bem ajeitadão, bem arrumado, no corredor, e sem máscara! Aí Jesus falou: "você pode colocar a máscara, por favor?" E ele falou: "daqui a pouco eu ponho" E nós falamos: "daqui a pouco não, coloca a máscara!" E aí, por isso, eles dizem que a gente gosta de arrumar confusão. Nós falamos com ele porque não era só a vida dele que estava em risco, ele estava pondo a vida dos outros em risco. Isso é um exemplo. . . . [meu] medo de pegar COVID, trazer aqui para casa e prejudicar as minhas filhas. Porque eu sempre pensava assim, se eu morrer sozinha, eu morri em luta. Mas as minhas filhas não escolheram o mesmo destino que eu, elas não tem que fazer a mesma coisa que eu. Então é desumano, né, pegar uma COVID e trazer para dentro de casa. . . . Aí eu já fico me sentindo meio assim: "aaahhh" [expressão de sobrecarga emocional]. Psicologicamente, fico me sentindo meio estranha porque eu sou uma pessoa que estou só numa pauta ali dentro, que é a pauta indígena. A maioria das pautas que estão ali passam pela minha, mas cada um está com a sua própria. . . . Quando tem uma queimada numa aldeia, eu tenho que correr para ir atender aquela aldeia. Muitas vezes eu saio de casa sem me arrumar para ir atender demandas nas comunidades. Mas é isso, eu considero que é um grande aprendizado. Eu vou levar a ideia de mandatos coletivos como um grande aprendizado, né? Mas esse específico que a gente faz parte é um dos maiores aprendizados porque é o maior colégio eleitoral do país e nós inventamos de ser tão diferentes, né? (Chirley Pankará, entrevista, 10/03/2021).

Na prática, a dinâmica da burocracia política institucional opera para domesticar os impulsos contestatórios dos movimentos progressistas quando estes conseguem acessar uma cadeira nos espaços formais de representação.

> Foi muito violento entrar lá e tentar entender como que aquela coisa funcionava. Eu entrei muito na disposição de chocar, né? Eu queria ser o choque naquele lugar. Porque existe um *modus operandi* na ALESP do tipo de relações que tem que ter com os outros deputados, né, um sistema, uma etiqueta que eu não queria me submeter, que eu via que essa etiqueta era parte de um processo de domesticação. E essa etiqueta vai desde as roupas que você usa, como o que você conversa com trabalhadores [da ALESP], como que você chega nas comissões. Então eu sempre tentava romper. Era

> um processo mais meu, individual. Cada co-deputado agiu de uma forma. Eu fazia desde coisas muito simples, como usar um chinelo até – eu tenho pêlos no braço – ir de regata (riso). Mas também conversar com os deputados de igual para igual, me colocar enquanto co-deputada, abrir uma relação com os trabalhadores da casa. Vários elementos de signos pequenos mas necessários para eu conseguir afirmar qual o meu espaço, um espaço de respeito naquele lugar. Obviamente que eu nunca tinha tido a experiência de co-deputada. Os deputados tentaram de toda forma deslegitimar esse lugar então também era um enfrentamento contra a estrutura, para além de ser um mandato de esquerda. . . . A gente era vista inclusive como mais de esquerda do que a gente de fato era. Então tinha também essa áurea: "lá vem os radicais, os radicais chegaram" (Paula Aparecida, entrevista, 16/04/2022).

Um grupo visto como ameaçador da ordem vigente, para a maioria dos outros gabinetes, dentro da ALESP, é sinal de que estão representando uma efetiva mudança política. Houveram poucas alianças mais nítidas, como os outros três gabinetes do PSOL – de Isa Penna, Carlos Giannazi e a mandata quilombo de Erica Malunguinho –, e o gabinete da deputada da Rede, Marina Helou. No entanto, dentro da própria Mandata Ativista havia muita divergência sobre como levar essa relação entre mandatos. Os blocos políticos tendem a ser bem definidos entre a base do governo – majoritária – e as vozes de oposição, embora com uma ampla gama de posições, da esquerda à direita. Por um lado, as disputas ficam marcadas nas sessões plenárias e nas votações, que costumam receber mais visibilidade pública do que o trabalho cotidiano de articulação pelos corredores e nas comissões internas. Por outro lado, nenhum mandato sobrevive fechado em si mesmo e não há como sustentar o enfrentamento constante. Por isso, embora existam evidentes posições divergentes, contrárias e muita disputa política, todos os gabinetes precisam "saber conversar" uns com os outros, pois, na prática, dependem de uma série de articulações para conseguir fazer avançar suas propostas. No caso da ALESP, assim como em outras Casas legislativas, o estatuto centraliza muitos processos na figura da presidência. Assim, diversas táticas de obstrução e/ou negociação nas votações acabam enfraquecidas e quem estiver na cadeira da presidência – em geral, em aliança o governo – consegue impor as regras e passar as votações que quiser quase sem resistência. Dificilmente os mandatos de oposição conseguem fazer chegar à votação mais do que um ou dois projetos de lei a cada ano, sem que haja negociações prévias. Para um mandato coletivo, com oito membros diferentes, com pautas e lutas diferentes, mas com igual interesse de apresentar (muitas) proposições legislativas, esse funcionamento torna-se um grande desafio.

Além disso, na ALESP, com em outras Casas Legislativas, há espaços que são reservados apenas para as pessoas que foram formalmente eleitas. No caso da Mandata Ativista, apenas Mônica Seixas podia acessar esses espaços. Logo, para que outra co-deputada

fosse representada em determinada discussão, era necessário exibir um vídeo com sua fala durante o tempo reservado para a co-deputada Mônica. No início essa estratégia parecia funcionar e seria suficiente. Mas, a política institucional exige uma performance específica para que uma fala seja de fato ouvida ou ganhe repercussão. Costuma-se ouvir discursos contundentes, por vezes inflamados, quando se faz a defesa de um ponto no Plenário. Com os vídeos não ocorria o mesmo efeito. Tanto que, com o tempo, a estratégia pareceu mudar na Mandata Ativista, com a co-deputada Mônica sendo pressionada para fazer defesas enérgicas de todas as pautas da Mandata. Entre outros fatores, isso contribuiu para o agravamento das crises internas.

Outro problema do funcionamento da Mandata Ativista na ALESP deveu-se ao fato de o grupo não ter um estatuto[99] formalizando o compromisso do coletivo após a eleição. Por ser um caso pioneiro – embora já houvesse um instrumento desse tipo na experiência do Mandato Coletivo de Alto Paraíso de Goiás –, muitas situações não tinham como ser previstas. O acordo feito pelo grupo quando montado pela Bancada Ativista baseava-se no lema "a confiança como princípio". Havia diversos acordos tácitos e verbais, além de uma tentativa de operacionalizar o funcionamento da Mandata com a participação de integrantes da Bancada Ativista como parte da equipe do gabinete, no primeiro ano. Assim, definia-se reuniões de equipe, sempre às segundas-feiras, com participação de todas as co-deputadas ou, quando não pudessem estar presente, de uma pessoa representante; todas as pautas circulavam entre todo o grupo, com uma proposta de pedagogização para quem não era familiarizada com o assunto; seguindo o modelo da sociocracia, as decisões deveriam ser tomadas sempre por meio do consenso do grupo e, caso houvesse divergências, a pessoa com mais experiência na pauta poderia orientar a decisão do grupo; cada co-deputada poderia dispor da contratação de uma pessoa para sua assessoria direta; entre outras medidas que visavam colocar em funcionamento a complexa estrutura do primeiro mandato coletivo da ALESP.

Outro aspecto do acordo informal realizado pelo grupo da Bancada Ativista foi quanto à divisão dos salários. Este é um ponto que costuma chamar muita atenção no debate sobre mandatos coletivos, tendo sido abordado em diversas *lives* e orientações para outros grupos que pretendem disputar as eleições com candidatura coletiva. Para os críticos do modelo, a divisão dos proventos do gabinete seria uma espécie de "rachadinha" (crime de peculato). No entanto, essa interpretação é um equívoco, pois a divisão dos recursos entre um grupo eleito

[99] O estatuto é um desafio para todas as iniciativas de mandato coletivo até o momento. Sobre isso, vale a pena conferir a *live* da Frente Coletivas: "Mandatos coletivos: como os estatutos e regimentos podem contribuir na construção?". Disponível em: https://www.instagram.com/tv/CaVuO_RFtbS.

seria o exato oposto: ao invés de uma apropriação indébita de parte dos salários dos servidores do legislativo pelo titular do mandato ou sua família, no caso dos mandatos coletivos a totalidade dos recursos seriam redistribuídos igualmente entre membros que se elegeram com a proposta de dividir igualmente o poder e as responsabilidades. No entanto, como não há previsão legal, cada grupo tem que definir à sua maneira. No Mandato Coletivo de Alto Paraíso de Goiás, todos os recursos oriundos do salário de vereador foram direcionados para um fundo próprio do coletivo para apoio de projetos sociais, com total transparência nas redes do mandato[100]. Na Mandata Ativista o combinado foi de o salário da titular (cerca de R$ 25 mil) ser equiparado ao salário das demais co-deputadas e membros da Bancada Ativista, contratadas como assessoras parlamentares do Gabinete. Como há diversos níveis e cargos na estrutura da ALESP, esses números não foram exatamente iguais, mas flutuaram em torno de um salário de cerca de R$ 8 mil. A diferença do salário iria para duas frentes de ação: 1) a contratação de uma pessoa para prestar um apoio específico à Mônica (uma cuidadora integral para seu filho) que, enquanto porta-voz do grupo, acabava sobrecarregada com excesso de trabalho; 2) gastos com o próprio gabinete e para atividades políticas do coletivo, como passagens, estadias etc., uma vez que muitos dos recursos da ALESP são garantidos apenas para a titular do mandato e não para as demais co-deputadas[101]. Vale lembrar que a realidade do orçamento da ALESP é muito diferente de outras Casas Legislativas do Brasil. Essa organização dos recursos chegou a ser criticada como sendo muito "onerosa" para os cofres públicos. No entanto, o próprio regimento da ALESP dificulta iniciativas parlamentares de redução de despesas, pois todo orçamento não executado por cada gabinete não retorna ao erário estadual, mas fica à disposição da presidência da Casa para gastar como bem preferir. Assim, a Mandata Ativista utilizou os recursos disponíveis e, ao mesmo tempo, fez o debate sobre o uso dos recursos públicos pelo legislativo estadual paulista[102].

1.5. As múltiplas pautas e lutas

Praticamente durante todo o ano de 2019 – a posse ocorreu em março –, o grupo da Mandata Ativista buscava aprender e se adaptar ao funcionamento da burocracia institucional, além da organização das estratégias de luta. Quando realizei uma visita ao gabinete, em 11 de

[100] Prestação de contas disponível em: https://mandatocoletivo.wixsite.com/mandatocoletivo.
[101] Youtube. Independente. "Como funciona a bancada ativista". Disponível em: https://youtu.be/qMvOauLMgGw?t=640.
[102] Facebook. Bancada Ativista. "Codeputadas respondem perguntas sobre mandato coletivo". Disponível em: https://fb.watch/d41abJYN_a/

novembro de 2019, para apresentar minha proposta de pesquisa – o projeto ainda estava no início e até aquele momento eu havia conversado apenas com Fernando Ferrari[103] –, me chamou a atenção o ambiente de trabalho: o gabinete possuía dois espaços, com mesas de trabalho no formato de bancada e uma sala de reunião separado por uma divisória. Na parede, um mural com diversos cartazes coloridos como "Marielle Vive!", "Livros, sim! Armas, não!", entre outros. Enquanto aguardava o grupo de co-deputadas chegar para a reunião de equipe, ouvia o telefone tocar a todo instante. A resposta foi quase sempre: "É o gabinete da Mônica sim, mas aqui é um mandato coletivo, tem outras co-deputadas..." e, após entender a demanda, a assessora perguntava às co-deputadas presentes: "gente, alguém topa ir fazer um debate em tal lugar...". Então vinha uma resposta: "ah, essa é a pauta de fulana, passa para ela" ou "sim, deixa comigo! Onde é?". E assim seguia a rotina. Havia uma maioria de mulheres, porém na equipe havia homens ocupando posições importantes. Dois deles eram membros fundadores da Bancada Ativista e outro era advogado do gabinete – um militante da luta LGBTQIA+ filiado ao PSOL. O clima era de pressa e urgência para resolver muitas demandas. Minha apresentação foi muito breve, logo no início da reunião de equipe e foi bem acolhida pelo grupo – embora não estivessem todas as co-deputadas naquela reunião – sobretudo pela mediação do co-deputado Fernando Ferrari. Lembro que quando deixei o gabinete, tive uma sensação de que a pesquisa tinha ficado muito mais rica do que o projeto inicial. Havia ali, reunida em um pequeno espaço, uma riqueza de experiências de luta.

Esse contato com a Mandata Ativista aconteceu ainda no início das atividades do grupo, antes do aumento das tensões e das crises que ocorreram depois. Tive a impressão de que, naquele momento, havia uma atmosfera de entusiasmo e de muito empenho para enfrentar a burocracia institucional, sem perder de vista a conexão com as lutas das ruas. A proposta da Mandata ainda era pouco conhecida pelo público em geral, tanto que, a cada contato, precisavam explicar o que era um mandato coletivo. A co-deputada Raquel Marques, que é doutora em Saúde Pública, se mostrou interessada com a pesquisa e quis saber mais sobre meu projeto, mas naquele momento eu só conseguia responder, timidamente, que ainda estava no início, fazendo ajustes, e que a proposta era conhecer lutas de militantes e trabalhar com as contribuições da teoria crítica, sobretudo Rahel Jaeggi e Nancy Fraser. Ela chegou a mencionar o trabalho de Flávia Faria, mas naquele momento eu não havia entendido muito bem e não soube onde procurar.

[103] Meu contato com Fernando Ferrari se deu ainda durante o mestrado, nas reuniões do Fórum em Defesa da Vida, no Jardim Ângela, e a primeira versão do projeto de pesquisa de doutorado estava voltada para o estudo das lutas de movimentos de bairro das periferias de São Paulo.

Em 2020, com o distanciamento social, o trabalho do gabinete saiu daquela atmosfera de grupo e passou para intensas jornadas de trabalho remoto e participação em redes sociais de internet. Em julho de 2020, Jesus dos Santos compartilhou em seu perfil no Instagram um vídeo de Mônica Seixas no Tik Tok, apresentando o grupo da Mandata Ativista. No vídeo, em tom animado e mostrando fotos do grupo, ela dizia:

> Eu não podia estrear aqui sem fazer Bancada Ativista *check*! Está todo mundo querendo fazer uma candidatura coletiva. Então eu preciso avisar que nós somos tantos que não tem lugar para todo mundo sentar no gabinete. A sala do deputado é a sala dos *co*-deputados. A gente senta tudo junto assim, um em cima do outro, é quase impossível se concentrar. Sem contar que o Jesus é da cultura e ele é todo popular. Ele é o cara que está sempre com muita gente, fazendo muita coisa, o tempo todo. A Paula tá sempre com fruta e às vezes a sala cheira jaca. Talvez seja por isso que seja tão comum encontrar com a gente assim: em reunião na área externa (Mônica Seixas, postagem em rede social, 06/07/2020)[104].

Raquel Marques também gravou um vídeo semelhante, fazendo o "check" do grupo no Tik Tok:

> Bancada Ativista *check*! O mandato coletivo é como se fosse uma grande família. No nosso caso, são nove irmãos e, órfãos – sem pai, nem mãe: imagina a treta. Nós lançamos esse mandato coletivo lá em 2018, para poder concorrer a uma vaga de co-deputado estadual aqui em São Paulo. Cada um com uma pauta diferente, cada um com um história diferente. Foi uma loucura. Tem sido né? . . . (Raquel Marques, postagem em rede social, 07/07/2020)[105].

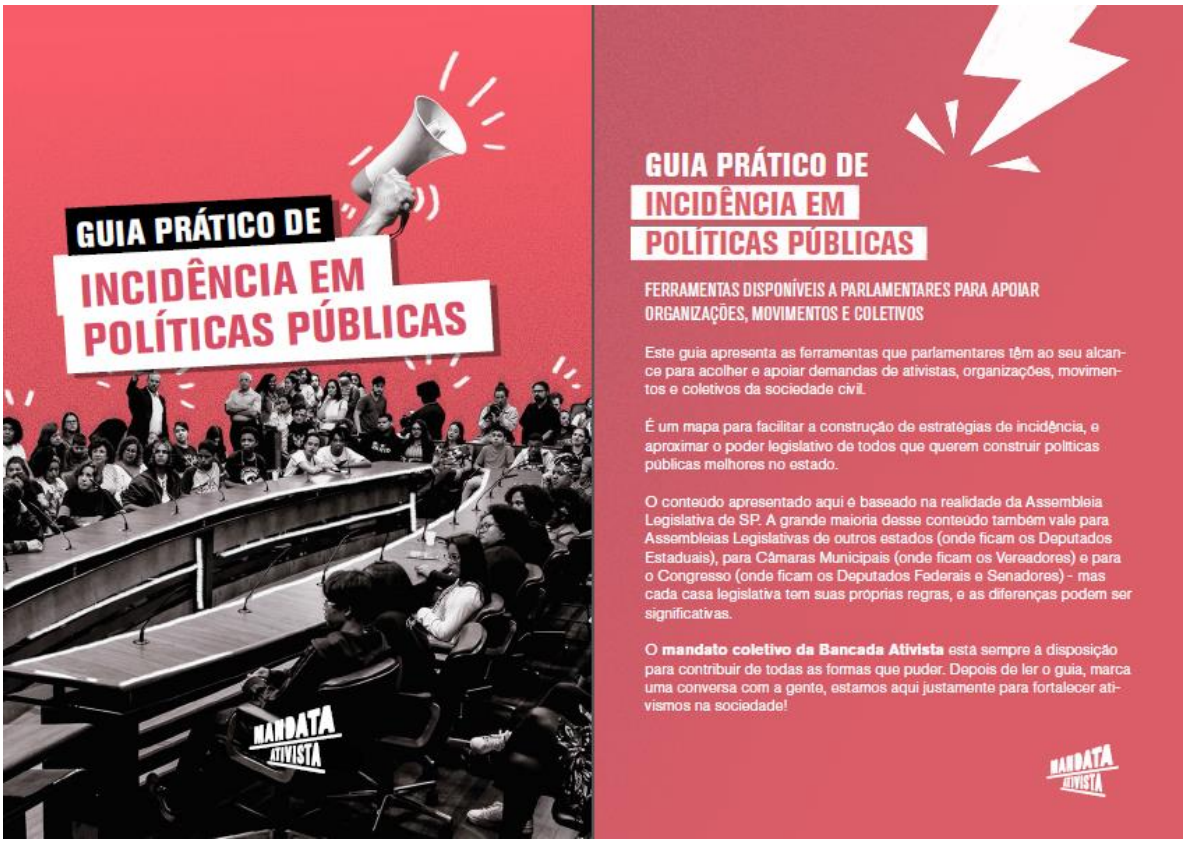
Enquanto o grupo ainda estava se ambientando na ALESP, a perspectiva das eleições municipais de 2020 se aproximava. Três integrantes da Mandata saíram com candidaturas próprias, por partidos diferentes, para a Câmara de São Paulo: Erika Hilton (PSOL), Jesus dos Santos (PDT) e Raquel Marques (Rede). No mesmo processo ocorreu a separação pública – nas redes sociais de internet – entre a *Mandata* Ativista e o Movimento *Bancada* Ativista, que estava se articulando para apoiar as candidaturas da campanha Reviravolta![106].

Nesse meio tempo, as atividades no gabinete da Mandata avançavam. Ainda em 2019, enquanto estudavam sobre os processos institucionais, a equipe conjunta da Bancada e da Mandata construíram e publicaram uma cartilha intitulada "Guia prático de incidência em políticas públicas" que, na prática, significava o compartilhamento do aprendizado obtido com a burocracia da ALESP e que poderia ser útil a outros mandatos coletivos com pouca

[104] Instagram. Jesus dos Santos. Vídeo disponível em: https://www.instagram.com/p/CCSZAbtn0bu/.
[105] Instagram. Raquel Marques. Vídeo disponível em: https://www.instagram.com/p/CCW_ZxkHMsq/.
[106] Instagram. Jesus dos Santos. Publicação disponível em: https://www.instagram.com/p/CDb_XsxF8Dd/.

experiência de trabalho legislativo[107]. Nessa cartilha foram explicadas de forma bastante direta e com exemplos práticos as atividades de um mandato legislativo: Projeto de Lei e proposição legislativa; Comissões; Reuniões, eventos e visitas; Manifestação de opinião parlamentar; Apoio jurídico; Apoio financeiro mediante indicações de ementas ao orçamento público.

Figura 49. Capa e página inicial do Guia Prático de Incidência Política, da Mandata Ativista



Fonte: Mandata Ativista.

O "Guia Prático" teve como objetivo oferecer um mapa de instrumentos legislativos disponíveis para a população utilizar com qualquer mandato parlamentar, propondo Projetos de Lei, Requerimentos, Indicações, em suma, conhecer melhor o funcionamento da "Casa do Povo" naquilo que ela pode oferecer, para assim amplificar o alcance das diferentes lutas locais.

Em geral, as proposições parlamentares são muito pouco abertas e/ou convidativas aos movimentos sociais e à população em geral. É mais provável que qualquer demanda que

[107] Documento disponível em diversos portais, como, por exemplo: https://www.impulsa.voto/materials/guia-pratico-de-incidencia-em-politicas-publicas/.

precise passar na ALESP seja absorvida por um determinado gabinete e acabe parecendo um favor feito pelo político "Fulano de Tal". Nesse sentido, o processo democrático é muito pouco democrático de fato, pois é altamente personalista e tende a repor o clientelismo.

No cotidiano, existem parlamentares que apresentam proposições construídas com suas bases, ou que visam atender demandas prementes da sociedade. Outros parecem ficar por lá apenas orbitando em torno do que é apresentado pelo governo ou por seu partido. Há, também, formas relativamente simples de "acenar" para as bases, como enviar uma moção de aplauso ou repúdio sobre assuntos dos municípios, como "Deputado aplaude os agentes da guarda civil do município X", "repudia o ato tal da secretaria Y" ou "parabeniza o município Z por seu aniversário", entre outras, além da possibilidade de enviar indicações diretas ao governo.

Se pararmos para analisar o desempenho de cada gabinete de uma Casa Legislativa tomando como indicador apenas a proposição de Projetos de Lei, veremos que alguns são mais ativos do que outros. Neste caso, fazendo um ranking entre os gabinetes que *mais* apresentaram Projetos de Lei no período entre 15/03/2019 e 18/05/2022, veremos que a Mandata Ativista ocupa a sétima posição, com 78 Projetos protocolados entre as 648 proposições realizadas no período. Esse número é significativo, pois se olharmos para o final da lista, veremos que entre os gabinetes que *menos* apresentaram Projetos de Lei encontra-se, por exemplo, o gabinete do experiente Deputado Milton Leite Filho, já em seu quarto mandato consecutivo, com apenas sete projetos apresentados no período (Quadro 13).

No entanto, é evidente que os gabinetes parlamentares não são "fábricas de leis"[108]. Além disso, para que um Projeto de Lei prospere, em geral ele deve passar por um longo caminho de discussão nas Comissões da Casa, quando pode ser apreciado, debatido e alterado por outros gabinetes. Para que essa engenharia política funcione, em cada gabinete os/as Parlamentares contam com o apoio de seus "operários da política", como diz Claudia Visoni, isto é, pessoas que trabalham cotidianamente nos bastidores e corredores da política institucional. Essa liturgia, contudo, pode ser abandonada quando uma proposta de interesse do governo for pautada em "regime de urgência", como no caso da Reforma Administrativa do Estado[109, 110].

[108] Observatório do 3º Setor. Isabela Alves. "Bancada Ativista lança Guia Prático de Incidência em Políticas Públicas". Disponível em: https://observatorio3setor.org.br/noticias/bancada-ativista-lanca-guia-pratico-de-incidencia-em-politicas-publicas/.

[109] No caso da votação da Reforma da Previdência dos Servidores Estaduais, integrantes da Mandata Ativista apresentaram posições contrárias. Por um lado, houve quem disse que seria a favor de votar com a base do governo para manter aberto um canal de negociações e, por outro, houve grande pressão contrária. No final, a Mandata votou contra.

Quadro 13. Lista de Deputados/as da ALESP ordenada por número de Projetos de Lei apresentados

#	Deputado/a	Partido	Nº Projetos de Lei	Nº total de Proposições
1	CARLOS GIANNAZI	PSOL	155	1424
2	BRUNO GANEM	PODEMOS	149	1833
3	MAURO BRAGATO	PSDB	145	1247
4	GIL DINIZ	PL	106	2668
5	RAFA ZIMBALDI	CIDADANIA	84	695
6	PROFESSORA BEBEL	PT	79	3652
7	FREDERICO D'AVILA	PL	78	589
	MONICA DA MANDATA ATIVISTA	PSOL	78	648
9	LECI BRANDÃO	PCdoB	71	2566
10	CASTELLO BRANCO	PL	69	598
85	CONTE LOPES	PL	13	210
	LÉO OLIVEIRA	MDB	13	129
87	ATAIDE TERUEL	PODEMOS	12	132
	JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR	REPUBLICANOS	12	7418
89	DANIEL JOSÉ	PODEMOS	11	506
	GILMACI SANTOS	REPUBLICANOS	11	1140
91	HENI OZI CUKIER	PODEMOS	10	406
92	MILTON LEITE FILHO	UNIÃO	7	19
93	DANIEL SOARES	UNIÃO	6	131
94	ALDO DEMARCHI*	UNIÃO	1	1

*Parlamentar suplente. Assumiu em abril de 2022 após renúncia de Arthur do Val. Este, no período em que esteve na ALESP, protocolou 15 Projetos de Lei, dentre 138 Proposições.

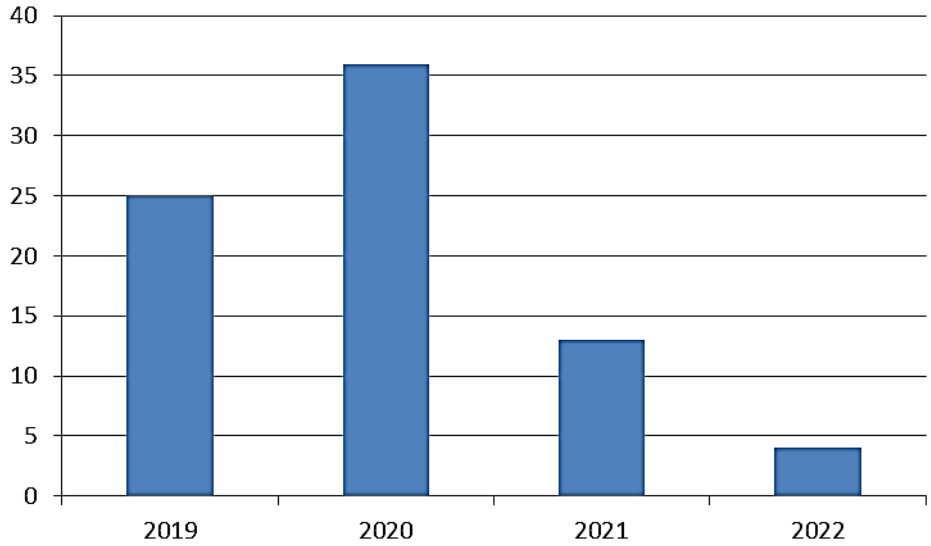
Fonte: elaboração própria, a partir de: https://www.al.sp.gov.br/alesp/pesquisa-proposicoes/.

A atividade legislativa é, portanto, um tipo muito específico de luta institucional: uma prática que se desenvolve em função dos interesses dos diferentes grupos políticos da sociedade e do qual faz parte tanto o conhecimento técnico quanto as negociações e a pressão popular direta. No caso da Mandata Ativista chama a atenção o número de Projetos de Lei apresentados pois é revelador desse trabalho articulado, sobretudo com as bases de cada co-deputada. A evolução no tempo dos Projetos apresentados mostra isso: foram 25 em 2019, momento em que "chegam com tudo" e 36 em 2020. Em 2021, com a crise e o afastamento de

[110] Rede Brasil Atual. Rodrigo Gomes. "Por medo, base de Doria manobra e antecipa votação de reforma da previdência". https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2020/03/reforma-previdencia-antecipa-votacao/.

Mônica Seixas, como veremos, a Mandata Ativista esteve praticamente "inativa" durante quatro meses. Em 2022, após os conflitos e rachas, foram apenas 04 Projetos apresentados até maio.

Figura 50. Quantidade de Projetos de Lei apresentados pela Mandata Ativista, por ano



Fonte: elaboração própria.

Os Projetos de autoria da Mandata (Quadro 14), mostram a convergência para o espaço legislativo das lutas sociais travadas por cada co-deputada em suas bases e movimentos de atuação e luta. Como exemplo, se destacam as propostas de reserva de vagas em postos de trabalho no setor privado para travestis, mulheres transexuais e homens transexuais (PLE 129/19) e para candidatos autodeclarados negros e indígenas (PLE 303/21), mediante incentivos fiscais; a destinação de porcentagem das unidades de programas de loteamentos sociais e de habitação popular às mulheres vítimas de violência domésticas (PLE 350/19); medidas de apoio às mães e gestantes (PLE 355/19 e PLE 548/19); proibição da pulverização aérea de defensivos agrícolas no Estado (PLE 383/19); criar a Política Pública Estadual de Educação Básica dos Povos Indígenas (PLE 503/19); Política Estadual de Redução de Agrotóxicos (PLE 1227/19); e o Programa Estadual de Fomento ao Afroempreendedorismo (PLE 791/19); além de medidas de apoio a trabalhadores de aplicativos (PLE 451/20), e diversas políticas sociais e de enfrentamento à Covid-19. Vale a pena destacar também a luta travada em torno da memória política, com o Projeto de Lei para a criação e gestão de um memorial em homenagem às vítimas da Covid-19 no Estado (PLE 453/20) e com a instituição de diversas datas oficiais:

- Instituir o “Dia da Consciência Negra” como feriado civil no Estado (PLE 1316/19);
- Instituir o “Dia da Mulher Indígena” (PLE 935/19);
- Instituir o “Dia das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos” (PLE 100/20);
- Instituir o “Dia Marielle Franco de Enfrentamento à Violência Política contra Mulheres Negras, LBTQIA+ e Periféricas” (PLE 141/21);
- Instituir o “Dia Estadual de Luta contra o Genocídio da População Negra” (PLE 302/21);
- Instituir o “Dia da Memória, Verdade e Justiça para a Juventude e Familiares Vítimas de Violência de Estado Praticada nas Periferias” (PLE 840/21).

E outras propostas de descolonização da memória por meio da alteração de monumentos e nomes de rodovias:

- Determinar a substituição do monumento Anhanguera, na Avenida Paulista, por uma obra artística em homenagem a Luiz Gama (PLE 422/20);
- Denominar “Carolina Maria de Jesus” a Rodovia Castelo Branco - SP 280 (PLE 896/21);
- Denominar “Rodovia dos Povos Originários” a Rodovia Raposo Tavares - SP 270 (PLE 257/22);
- Alterar a denominação da Rodovia dos Bandeirantes - SP 348 para “Rodovia dos Guarani” (PLE 116/20);
- Alterar a denominação da Rodovia Anhanguera - SP 330 para “Rodovia Luiz Gama” (PLE 423/20).

Esses Projetos, uma vez apresentados, precisam de muito apoio popular e de negociações políticas internas para se tornarem leis. O simples fato de protocolar essas iniciativas já demarca o projeto de sociedade e os horizontes normativos da luta. No entanto, com a maioria de parlamentares homens, brancos, cis, ricos e conservadores, essas propostas são ativamente bloqueadas e impedidas de se efetivar. No máximo, a Mandata Ativista consegue negociar algumas pautas e compor com outros mandatos, como na proposta do Programa de Auxílio Emergencial para Trabalhadores do Setor Cultural e para Espaços Culturais (PLE 253/20). Como aporte direto de recursos, a única estratégia disponível é o uso

de indicações de Emenda Parlamentar ao Orçamento. O valor total disponível para o gabinete da Mandata indicar via Emenda no Orçamento foi dividido, no início, igualmente entre cada co-deputada que definia a alocação conforme suas próprias bases e lutas.

Em síntese, manter a mobilização política constante da sociedade, sobretudo dos grupos que apoiam cada parlamentar ou co-parlamentar parece ser a principal atividade de um mandato popular. Como contam Jesus e Paula:

> A institucionalidade serve para ampliarmos as estruturas de luta dos movimentos sociais! É pra ampliar a luta e amplificar a voz dos movimentos e das lutas sociais. . . . Eu só acredito que a mudança só virá nas ruas. O que que a gente vê aqui na ALESP é mais um ato desesperado para reduzir danos. Ocupar esse espaço é justamente isso. É contribuir com a estrutura das lutas, dos movimentos sociais, é o instrumento dos movimentos sociais, como eu tenho feito agora com as questões da segurança pública, das abordagens policiais. Nada do que eu faço na ALESP, vem na minha cabeça. Para decidir coisas a gente leva uma semana, porque eu consulto a galera que trabalha comigo, a galera da minha assessoria, da coletividade que eu faço parte. Consulto outros movimentos, reúno gente... é debate pra cá, debate pra lá! Tem coisas que eu poderia falar assim para o advogado, para a advogada: "por favor, faz esse projeto de lei com isso, isso e isso". Mesmo que minha proposta combinasse com o que os movimentos estão falando, ainda assim seria opressor se fosse dessa forma [sem passar pela construção coletiva]. Então a gente tenta amplificar as coisas ao máximo possível, dividir as responsabilidades ao máximo possível, dividir a partir das inteligências de cada pessoa para que a gente possa ver, na verdade, que esse espaço não seja nosso [da Mandata], não seja meu, mas sim das lutadoras e lutadores sociais. E que, em conjunto, eu tenho colaborado para essa transformação. Nada é meu! . . . Eu sou quem por conta de uma coletividade que acumulou muito antes de mim e que hoje me dá capacidade e subsídio para fazer essas lutas (Jesus dos Santos, entrevista, 22/07/2020).

> [A Mandata Ativista] traz a potência de um mandato coletivo. De misturar pautas, de misturar temas, de misturar lutas. Essa interconexão de redes, essa quebra da bolha . . . De chegar em mais gente, chegar em mais comunidades. E acho que ela também ensina que o processo de ocupação do poder, ele precisa ser coletivo. Não só entre as pessoas que estão ali eleitas, mas na comunidade. Aquele espaço pode ser usado como uma plataforma política para apresentar um programa radical, um programa popular, um programa de luta. Só que ele tem que ter esse modus operandi. Acho que a gente fez um mandato muito dinâmico, fizemos muita coisa, muitos projetos, questionamos o governo em muitos elementos só que, na prática, no final, a gente não ajudou a organizar os movimentos, organizar a mobilização e nem, obviamente, conseguimos uma mudança significativa a partir desse lugar de poder. Então, é isso. Eu acho que [a experiência da Mandata] ensina a potência da multiplicidade num nível muito avançado e ensina a necessidade de fazer esse debate público, né? Fazer plenária, fazer assembleias, ocupar esse espaço coletivamente para não se domesticar e também poder evitar as tramoias, jogo de poder interno, passada de perna, essa lógica bizarra da política institucional (Paula Aparecida, entrevista, 16/04/2022).

Quadro 14. Lista de Projetos de Lei apresentados pela Mandata Ativista

Projeto de Lei - Mandata Ativista	Descrição	Autoria
Projeto de lei 257/2022, de 05/05/2022	Denomina "Rodovia dos Povos Originários" a Rodovia Raposo Tavares - SP 270.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 188/2022, de 08/04/2022	Autoriza a constituição de bancas de heteroidentificação nos processos seletivos para ingresso de estudantes em instituições estaduais de ensino superior.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 142/2022, de 26/03/2022	Inclui o tema "Educação Ambiental para Conscientização da Água como Direito Humano Universal e Direito da Natureza" no programa das escolas de ensino fundamental e médio da rede pública do Estado.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 3/2022, de 02/02/2022	Declara como Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental do Estado o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR).	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 896/2021, de 22/12/2021	Denomina "Carolina Maria de Jesus" a Rodovia Castelo Branco - SP 280.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 840/2021, de 02/12/2021	Institui o "Dia da Memória, Verdade e Justiça para a Juventude e Familiares Vítimas de Violência de Estado Praticada nas Periferias".	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 371/2021, de 12/06/2021	Classifica como de Interesse Turístico o Município de Marabá Paulista.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 357/2021, de 08/06/2021	Regulamenta a proteção, preservação e conservação dos ecossistemas aquáticos naturais e proíbe a canalização, a impermeabilização e a alteração dos cursos de águas naturais, riachos, córregos, ribeirões e rios.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 313/2021, de 20/05/2021	Autoriza a Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô a doar dois imóveis localizados na Capital à categoria metroviária, representada pelo Sindicato dos Metroviários, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.	Vários
Projeto de lei 303/2021, de 18/05/2021	Determina a reserva de vagas de trabalho para candidatos autodeclarados negros e indígenas em empresas privadas que recebam incentivos fiscais.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 302/2021, de 15/05/2021	Institui o "Dia Estadual de Luta contra o Genocídio da População Negra".	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 284/2021, de 07/05/2021	Estabelece medidas de proteção aos motoristas, cobradores e colaboradores do sistema de transporte coletivo de passageiros.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 141/2021, de 13/03/2021	Institui o "Dia Marielle Franco de Enfrentamento à Violência Política contra Mulheres Negras, LBTQIA+ e Periféricas".	Vários
Projeto de lei 118/2021, de 04/03/2021	Suspende as atividades não essenciais e cria o Programa de Renda Básica Emergencial, para combate ao contágio pela Covid-19.	Vários

Projeto de lei 82/2021, de 18/02/2021	Revoga dispositivos da Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020, que estabelece medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas.	Vários
Projeto de lei 50/2021, de 10/02/2021	Institui a Renda Básica Emergencial no âmbito do Estado, em decorrência da pandemia de Covid-19.	Paulo Fiorilo , Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 7/2021, de 03/02/2021	Institui o sistema de transparência para o rastreamento das doses e a identificação da população vacinada no Estado.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 740/2020, de 15/12/2020	Revoga a Lei nº 17.099, de 27 de junho de 2019, que autorizou a concessão do Ginásio do Ibirapuera.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 731/2020, de 10/12/2020	Institui o Programa de Preservação do Patrimônio Cultural dos Povos e Comunidades Indígenas.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 568/2020, de 03/09/2020	Fixa metas e prazos para o atingimento dos valores de concentração de poluentes preconizados pela Organização Mundial da Saúde - OMS para fins de monitoramento da qualidade do ar no Estado.	Vários
Projeto de lei 544/2020, de 21/08/2020	Institui a Licença Parental Emergencial para responsáveis por crianças de 0 a 12 anos de idade durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido em razão da pandemia do novo coronavírus.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 501/2020, de 04/08/2020	Institui o Comitê Estadual de Acompanhamento, Controle Social e Fiscalização dos recursos recebidos pelo Estado em decorrência da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020.	Vários
Projeto de lei 497/2020, de 01/08/2020	Cancela o ano letivo de 2020 para todos os períodos de ensino Fundamental e Médio na rede pública estadual de educação.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 490/2020, de 25/07/2020	Regulamenta a prestação do Serviço de Entrega Baseado em Tecnologia de Comunicação em Rede no Estado.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 457/2020, de 15/07/2020	Dá nova redação ao artigo 3º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, que dispõe sobre a criação do "Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo".	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 455/2020, de 11/07/2020	Cria o Programa de Auxílio Emergencial para trabalhadores autônomos de entrega por aplicativos e prestadores de serviço de transporte do Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 453/2020, de 09/07/2020	Autoriza a criação e gestão de um memorial em homenagem às vítimas da Covid-19 no Estado.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 451/2020, de 09/07/2020	Torna obrigatória a disponibilização de pontos de apoio para trabalhadores de aplicativos de entrega e de transporte individual privado de passageiros nos municípios do Estado.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 423/2020, de 27/06/2020	Altera a denominação da Rodovia Anhanguera - SP 330 para "Rodovia Luiz Gama".	Monica da Mandata Ativista

Projeto de lei 422/2020, de 27/06/2020	Determina a substituição do monumento Anhanguera, na Avenida Paulista, por uma obra artística em homenagem a Luiz Gama.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 356/2020, de 20/05/2020	Estabelece medidas para proteção dos pequenos produtores e agricultores familiares, garantia do direito humano à alimentação adequada, combate à fome, controle ao desperdício de alimentos e preservação ambiental no âmbito do Estado durante a vigência do estado de calamidade pública em razão da pandemia do novo coronavírus - SARS-CoV-2.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 333/2020, de 09/05/2020	Cria a Fila Única Emergencial para Gestão de Leitos Hospitalares, abrangendo os sistemas público e privado, a fim de assegurar a utilização, controle e gerenciamento pelo Sistema Único de Saúde de toda capacidade hospitalar instalada no Estado, com o objetivo de garantir acesso universal e igualitário à rede hospitalar frente à pandemia do novo coronavírus - Covid-19.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 315/2020, de 06/05/2020	Institui plano de emergência para a entrega regular de remédios aos doentes crônicos durante a pandemia de COVID-19.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 290/2020, de 28/04/2020	Institui fundo voltado para o investimento em pesquisas relacionadas à Covid-19.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 289/2020, de 28/04/2020	Concede crédito à indústria que manifestar compromisso para converter suas plantas industriais visando à produção de EPIs, equipamentos e insumos hospitalares.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 270/2020, de 23/04/2020	Estabelece medidas emergenciais para proteção de mulheres em situação de violência durante a vigência do estado de calamidade pública, ou enquanto durarem as medidas de quarentena e restrições de atividades no contexto da pandemia de COVID-19.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 253/2020, de 17/04/2020	Institui o Programa de Auxílio Emergencial para Trabalhadores do Setor Cultural e para Espaços Culturais.	Vários
Projeto de lei 255/2020, de 17/04/2020	Institui uma central de informações sobre pacientes internados na rede do Sistema Único de Saúde do Estado durante a pandemia da Covid-19.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 254/2020, de 17/04/2020	Institui o Programa de Transferência Condicionada de Renda - Cartão Família Paulista, com o objetivo da melhoria da qualidade de vida das famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza no Estado.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 236/2020, de 09/04/2020	Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção fiscal e efetuar compras de empresas que produzam insumos necessários à atuação da área da saúde pública no combate à pandemia de Covid-19.	Monica da Mandata Ativista

Projeto de lei 231/2020, de 08/04/2020	Estabelece medidas excepcionais a serem adotadas durante as situações de emergência pública de que trata a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, relativas à suspensão da cobrança de tarifas de transporte coletivo de passageiros operados pela Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ e pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM para os profissionais da saúde e dos serviços funerários públicos.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 230/2020, de 08/04/2020	Cria, em caráter de excepcionalidade, abono salarial aos servidores e funcionários públicos do quadro da saúde e de outros quadros, por serviços essenciais prestados no combate à pandemia de COVID-19.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 207/2020, de 03/04/2020	Estabelece tabelamento de preços dos equipamentos de proteção individual utilizados para o controle da transmissão da Covid-19, bem como dos produtos e insumos relacionados à prevenção e tratamento da pandemia, até o encerramento da emergência em saúde pública.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 206/2020, de 03/04/2020	Isenta os profissionais que atuam na rede de atenção à saúde e no serviço funerário do pagamento de tarifas nos transportes públicos coletivos intermunicipais e nas redes operadas pela Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ e pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 205/2020, de 03/04/2020	Proíbe a interrupção dos serviços de conexão à internet residencial, móvel e comercial durante o estado de calamidade pública decorrente da COVID-19.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 204/2020, de 03/04/2020	Institui o Plano Emergencial para Enfrentamento ao Coronavírus nos Territórios Indígenas no Estado de São Paulo, assegurando a garantia de direitos sociais e territoriais, bem como medidas específicas de vigilância sanitária e epidemiológica para prevenção do contágio e da disseminação da COVID-19.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 176/2020, de 01/04/2020	Veda o aumento de preços e a suspensão do fornecimento dos serviços de água, energia elétrica, gás e transporte coletivo durante o período do estado de calamidade pública reconhecido pela Assembleia Legislativa.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 175/2020, de 01/04/2020	Cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à COVID-19 em áreas vulneráveis e assegura o acesso à água e à distribuição de kits com insumos básicos necessários à manutenção das condições de higiene e de saúde.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 117/2020, de 19/03/2020	Institui o "Dia do Sepê Tiaraju", incluindo-o no Calendário Oficial do Estado.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 116/2020, de 19/03/2020	Altera a denominação da Rodovia dos Bandeirantes - SP 348 para "Rodovia dos Guarani".	Monica da Mandata Ativista

Projeto de lei 111/2020, de 18/03/2020	Torna obrigatória a implementação de protocolos de prevenção e eliminação de condições propícias à propagação do COVID-19 nos estabelecimentos penitenciários estaduais.	Vários
Projeto de lei 110/2020, de 18/03/2020	Institui o Fundo Emergencial de Saúde para a Prevenção do Coronavírus e Auxílio à População Afetada.	Vários
Projeto de lei 100/2020, de 13/03/2020	Institui o "Dia das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos".	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 1316/2019, de 14/12/2019	Institui o "Dia da Consciência Negra" como feriado civil no Estado.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 1315/2019, de 14/12/2019	Altera regras relativas ao Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD e direciona recursos à educação pública.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 1314/2019, de 14/12/2019	Adota os critérios da Organização Mundial da Saúde - OMS como padrão para monitoramento da qualidade do ar no Estado.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 1295/2019, de 12/12/2019	Acrescenta parágrafo com excludente de restrições ao artigo 1º da Lei nº 16.049 de 10 de dezembro de 2015.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 1227/2019, de 15/11/2019	Institui a Política Estadual de Redução de Agrotóxicos - PERA.	Vários
Projeto de lei 1051/2019, de 17/09/2019	Institui diretrizes para a prestação de auxílio, proteção e assistência a policiais vítimas de violência no exercício de sua função ou em razão dela.	Vários
Projeto de lei 935/2019, de 20/08/2019	Institui o "Dia da Mulher Indígena".	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 868/2019, de 07/08/2019	Altera a Lei nº 8.092, de 28 de fevereiro de 1964, que dispõe sobre o Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 867/2019, de 07/08/2019	Torna obrigatória a afixação de cartaz em órgãos públicos para informação sobre a Lei nº 10.948, de 5 de novembro de 2001, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 864/2019, de 06/08/2019	Institui no Calendário Oficial do Estado o Mês de Agosto Indígena.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 863/2019, de 06/08/2019	Proíbe atos de racismo e homotransfobia nos estádios de futebol.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 862/2019, de 06/08/2019	Assegura o acesso dos profissionais particulares de educação física às academias de ginástica para o acompanhamento de seus clientes.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 791/2019, de 26/06/2019	Institui o Programa Estadual de Fomento ao Afroempreendedorismo.	Vários

Projeto de lei 743/2019, de 06/06/2019	Torna gratuita a averbação da alteração do prenome e da classificação de gênero no registro civil da pessoa transgênero (travestis, mulheres transexuais, homens trans e intersexo).	Professora Bebel , Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 698/2019, de 25/05/2019	Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado o Projeto Futuro.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 569/2019, de 01/05/2019	Estabelece providências a serem adotadas pelo Poder Executivo para participação da população e debate qualificado da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo nas propostas de desestatização.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 548/2019, de 26/04/2019	Dispõe sobre a proteção às gestantes participantes de concursos públicos estaduais.	Marcos Zerbini , Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 503/2019, de 19/04/2019	Institui a Política Pública Estadual de Educação Básica dos Povos Indígenas.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 387/2019, de 05/04/2019	Cria Delegacias Especializadas em Crimes Contra Idoso - DECI nos municípios com mais de cem mil habitantes no Estado.	Caio França , Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 383/2019, de 05/04/2019	Proíbe a pulverização aérea de defensivos agrícolas no Estado.	Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 355/2019, de 03/04/2019	Obriga as redes pública e privada de Saúde a oferecerem leito ou ala separada para as mães de natimorto e/ou mães com óbito fetal.	Vários
Projeto de lei 350/2019, de 03/04/2019	Destina uma porcentagem das unidades de programas de loteamentos sociais e de habitação popular às mulheres vítimas de violência doméstica.	Vários
Projeto de lei 359/2019, de 03/04/2019	Institui a Política de Educação para a Cidadania "Educação para Todos" - PEPT na rede estadual de ensino do Estado.	Enio Tatto , Monica da Mandata Ativista
Projeto de lei 241/2019, de 28/03/2019	Estabelece critérios para concessão e manutenção de benefícios fiscais do Estado.	Monica da Mandata Ativista , Caio França
Projeto de lei 129/2019, de 20/03/2019	Dispõe sobre a reserva de vagas para travestis, mulheres transexuais e homens transexuais nas empresas privadas que recebem incentivos fiscais do Estado.	Carlos Giannazi , Monica da Mandata Ativista

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados disponíveis em: https://www.al.sp.gov.br/alesp/pesquisa-proposicoes/.

1.6. Os conflitos, adoecimentos e rachas

A experiência da Mandata Ativista *deu certo*? Essa é uma pergunta que aparece com frequência, em tom avaliativo, para fazer uma crítica ao modelo de candidaturas coletivas como um todo ou à Mandata Ativista, em particular. Pode-se dizer que houve, de fato, um evidente sucesso em termos eleitorais; no entanto, com o passar do tempo e com o desafio de lidar com a complexidade do modelo, o coletivo da Mandata Ativista não conseguiu processar as diferenças internas e acabou enfrentando uma grave crise em 2021. Essa crise é complexa e possui múltiplos fatores e momentos, por isso seria inadequado perseguir a resposta da pergunta sobre o que "deu errado". Para simplificar, considerando o contexto de crise da democracia brasileira, tanto a Bancada quanto a Mandata Ativista – e todas as iniciativas de apoio a candidaturas, especialmente os mandatos e mandatas coletivas –, podem ser entendidas como parte de um importante processo de aprendizado social, ou de acúmulo de experiência para as lutas sociais progressistas (Jaeggi, 2018a, 2018b). Isso não significa dizer que o caso da Mandata tenha sido um modelo perfeito a ser reproduzido. Sem dúvidas não é assim que as coisas se passam em política. Após a avaliação e com a devida análise de conjuntura, praticamente tudo acaba sendo um processo de acúmulo de experiência.

No que concerne às crises da Mandata Ativista, dois momentos foram decisivos: 1) o afastamento da co-deputada Raquel Marques, em fevereiro de 2021; e 2) a licença de saúde da co-deputada, e titular do mandato, Mônica Seixas, em agosto de 2021.

1) Após um final de 2020 celebrado nas redes sociais de internet, o retorno às atividades, em 2021 pareciam dar continuidade ao aprofundamento das lutas no gabinete da Mandata Ativista, agora com sete integrantes – Jesus dos Santos e Raquel Marques retornando, e Erika Hilton indo para a Câmara Municipal. No dia 29 de janeiro é celebrado o Dia da Visibilidade Trans e, como de costume, diversas mensagens de apoio à luta das pessoas trans foram compartilhadas por integrantes da Mandata nas redes sociais. Naquele dia, uma sexta-feira, duas postagens, da então co-deputada Raquel Marques em seu perfil do Instagram chamavam a atenção para a luta da defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Essas postagens foram entendidas como transfóbicas por integrantes da Mandata e, portanto, como um grave desrespeito à identidade e às lutas que haviam assumido o compromisso de defender coletivamente.

Na segunda-feira foi decidido o desligamento da co-deputada do gabinete e da Mandata. No mesmo dia, Raquel postou em suas redes sociais a seguinte Nota Pública, com os símbolos da Mandata Ativista e do partido Rede Sustentabilidade:

> Recebi, com espanto, nesta tarde, uma nota da Mandata Ativista, mandato da Bancada Ativista, que integro como codeputada estadual democraticamente eleita desde 2019, informando que fui sumariamente desligada de nosso mandato sem nenhum procedimento ou direito à defesa. A justificativa chocante foram dois posts onde eu defendia a importância dos direitos das crianças e adolescentes que teve seu significado distorcido para acusar a min, uma mulher LGBTQ+, de transfobia. Meus colegas codeputados, a partir de uma decisão coletiva sem a minha participação (formato de decisão que nunca foi contemplado em nosso mandato) em um momento que eu estava afastada por razões médicas, me condenaram de forma oportuna sem que eu pudesse participar deste debate e desta decisão. Eles sabem muito bem que jamais tive esta intenção nas minhas postagens, uma vez que elas atentam contra a minha história, a minha militância e a tudo que defendo. Esse fato é resultado de um processo de erosão da democracia que um dia sonhamos dentro deste mandato coletivo, em um projeto de poder que tem sido colocado em prática desde nossa posse por uma das correntes de dentro do PSOL a qual codeputados do mandato participam. Nos posts, teço críticas ao fato de que acredito que o campo da esquerda tem olhado com pouca atenção às nossas crianças e adolescentes, que estão sendo negligenciadas de sua educação pela forma como tem se discutido a iminente reabertura das escolas nesse período de pandemia. Sou uma mulher bissexual, ativista feminista há 20 anos, fundadora e presidente da ONG Artemis, a primeira ONG brasileira dedicada a combater a violência obstétrica, portanto, a luta pelos direitos humanos sempre foi o que defendi. É absurda a acusação feita pela titular do mandato e é lamentável que um mandato que se apresenta como defensor da democracia, do diálogo e da coletividade recorra a métodos tão autoritários por um projeto de poder. Raquel Marques – codeputada estadual pela Mandata Ativista (Raquel Marques, postagem em rede social, 01/02/2021)[111].

No dia seguinte foi publicada uma Nota Pública nas redes sociais do movimento Bancada Ativista, com o seguinte posicionamento:

> É legítimo ter a opinião de que Raquel cometeu um erro, assim como seria legítimo ter a opinião de que outras codeputadas cometeram erros, mas é inquestionável que a forma como se deu a sua remoção do mandato foi equivocada e injustificável. A Bancada Ativista não tem poder de tomada de decisão sobre a Mandata Ativista (o movimento e o mandato atuam de forma independente desde 2019), mas defendemos que qualquer processo relacionado à possível remoção de uma codeputada deva ter total transparência e ser pautado por um debate público amplo, participativo e ponderado (Bancada Ativista, postagem em rede social, 02/02/2021)[112].

Rapidamente houve uma enxurrada de comentários e repercussão nas redes sociais como se fosse mais uma "treta de internet". No entanto, o conflito possuía consequências práticas para a composição de lutas em torno da Mandata Ativista, sobretudo quanto às condições de continuidade dos trabalhos na ALESP. No dia 04 de fevereiro foi publicado por Mônica Seixas um artigo de opinião na Folha de São Paulo tratando sobre o ocorrido.

---

[111] Instagram. Raquel Marques. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CKxZLHZHoSo/.
[112] Instagram. Bancada Ativista. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CKzMo3xsqia/.

> . . . Dois pilares sustentam a experiência inovadora que realizamos e que inspirou a multiplicação de mandatos coletivos eleitos em 2020: a coletividade e o comprometimento com o ativismo ligado à classe trabalhadora. A partir deles, equilibramos, em um mesmo coletivo, pessoas que pensam diferente entre si, mas que convivem saudavelmente e geram sínteses inovadoras. Ao mesmo tempo, estabelecemos um limite para a sustentação da unidade, que é a defesa das pautas e do programa político que mereceram o voto dos mais de 149 mil paulistas nas últimas eleições. A decisão recente de desligamento de Raquel Marques, uma das ex-codeputadas, deu-se em decorrência desses critérios. Além do episódio capital – publicações de viés transfóbico realizadas no Dia da Visibilidade Trans –, um processo de desgaste interno já se acumulava. Após as eleições de 2018 (sem, portanto, a ciência dos eleitores da Mandata), a ex-codeputada, unilateralmente, migrou de partido. Por essa nova legenda, candidatou-se, sem sucesso, a vereadora em 2020. Internamente, passou a defender uma política minoritária em nossa Mandata, que seria pouco comprometida com a denúncia e a oposição ao governo Doria. Também manifestou contrariedade, enquanto mulher branca, em reconhecer o protagonismo, em nosso coletivo, das mulheres indígenas, negras e trans. As muitas diferenças puderam ser equilibradas por bastante tempo, mas se tornaram insustentáveis perante as manifestações de transfobia. O combate a toda opressão, e à opressão transfóbica em específico, é princípio irrevogável em nossa Mandata, assim como a desconstrução do machismo, do racismo e das injustiças sociais. Ao contrário do que defendeu em postagens a ex-codeputada, nossa Mandata Ativista não opõe um ativismo ao outro. É porque defendemos as e os trans que defendemos, também, a educação pública, as crianças e as professoras. É porque lutamos contra o racismo e o machismo que estamos ao lado do SUS, dos servidores públicos e de todas as trabalhadoras. E assim por diante, pois nossos inimigos são os opressores, jamais os oprimidos. . . . Não é verdade a acusação dirigida pela ex-codeputada de que algum grupo interno do PSOL exerça controle sobre a coletividade. Pelo contrário, foi ela quem, migrando de partido e de posições políticas, passou a atuar individualmente dentro do coletivo, atentando contra as pautas e os princípios políticos deste. Ao incorrer em discurso transfóbico, quebrou, infelizmente, os últimos laços de unidade com a Mandata. Assim, tornou-se consensual, entre todas as codeputadas, a decisão de seu afastamento. Convidada a participar de uma última reunião, a ex-codeputada ausentou-se e preferiu promover ataques e desinformações nas redes sociais e na imprensa. Lamento que seja essa a postura adotada por parte de uma ativista importante, mas a quem tem faltado a indispensável prática de reconhecer seus erros e privilégios, inclusive de cor e de classe[113].

A repercussão da crise interna da Mandata na internet é um aspecto relevante: os perfis da Bancada Ativista possuem mais seguidores do que os perfis da Mandata Ativista. Além disso, as páginas de cada co-deputada são acompanhadas por públicos diferentes, o que resulta em muitos comentários de apoio para cada lado, embora tenha havido também muitas críticas ao coletivo como um todo. Na prática, a co-deputada Raquel não foi exonerada imediatamente do cargo de assessora parlamentar na ALESP, porém foi afastada das decisões

[113] Folha de São Paulo. Mônica Seixas. "Individualismo e preconceito não podem prevalecer em mandatos coletivos". Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/02/individualismo-e-preconceito-nao-podem-prevalecer-em-mandatos-coletivos.shtml.

do coletivo da Mandata. Uma tentativa de contornar a repercussão negativa foi apresentada pelo grupo nos termos da prática de Justiça Restaurativa, um método muito importante para superar o paradigma punitivista e buscar a construção de aprendizado social. No entanto, a co-deputada Raquel entendia que o ocorrido fora uma espécie de "golpe" interno e manteve o debate público sobre o ocorrido, inclusive passando a se hierarquizar em suas funções no partido Rede Sustentabilidade. No fim, Raquel deixou o grupo.

2) A crise interna do início de 2021 coincidiu com um momento de intenso agravamento da pandemia de Covid-19 no Brasil. É importante lembrar que já estávamos há um ano em contexto de crise sanitária e agravamento da crise econômica, com distanciamento físico para alguns e vulnerabilidade de exposição ao vírus para outros. Naquele primeiro semestre, Mônica Seixas vinha acumulando sobrecarga emocional, por isso considerou pedir licença das atividades na ALESP para cuidar da própria saúde mental. Em entrevista a Joelmir Tavares, para a Folha, Mônica contou sobre o processo de adoecimento:

> Meu adoecimento é político, e a solução e o encaminhamento também têm que ser políticos. . . . Há vários fatores que interferem: racismo, trajetória de fome, violência institucional e política. Já precisei de um segurança para levar meu filho ao futebol, por causa de bolsonaristas entre os pais das outras crianças. Cito ainda a morte de Marielle, que era minha amiga, as sucessivas ameaças de morte que sofro. Tenho um medo real de ser morta. Às vezes, quando estou num carro de som na rua, isso passa pela minha cabeça recorrentemente, de que alguém pode me dar um tiro. Por mais de um ano, um homem me perseguiu em todos os lugares, inclusive na porta de casa e do gabinete. **. . .** Comecei a sintomatizar e perceber os primeiros sinais no fim do primeiro ano do mandato. Meu microfone já foi cortado diversas vezes durante falas. A Assembleia tem violência cotidianamente. Ontem [quinta-feira, 16] tinha um coro nas cadeiras do plenário me xingando, tive que sair escoltada [após se opor à bancada bolsonarista em discussão sobre passaporte vacinal]. . . . O mandato é uma experiência nova, e uma experiência de si mesma. Elaboramos um mandato muito audacioso, com nove diferentes, e eu sozinha como a responsável por fazer essas diferenças caberem no parlamento. Tenho muito orgulho dos nossos feitos, mas o cotidiano é complexo. Eu brigava no plenário e, quando subia para o gabinete, brigava de novo. E tem muito do racismo nesse processo, em que eu ia deixando de me entender como sujeito e passando a aceitar que eu era serva, secretária, funcionária. Tinha que responder a todos, ser forte, dar conta de tudo. Era aquela sensação de que eu não podia descansar, sentir nada, ter medo. Aceitei que eu era uma máquina e esqueci o lado emocional. . . . Muita coisa que eu estava escondendo dentro de mim estourou no momento em que meu pai de criação foi internado, pouco tempo depois de perder meu pai biológico por Covid. Avisei ao mandato que iria me licenciar, para ficar ao lado do meu pai afetivo nos últimos dias de vida dele, e não pude, porque todo mundo dependia de mim. . . . Essas ilações dentro e fora do meu gabinete contribuíram muito para que eu chegasse a uma situação muito aguda. A política é muito violenta, sobretudo para as mulheres. Isso é muito cruel. Se o meu caso fosse de apendicite ou infarto, todo mundo entenderia a necessidade de eu parar um tempo para me curar. Eu estava sintomatizando fisicamente. E todo mundo me dizendo que eu estava errada ou que era mentira ou frescura. . . . Eu não escolhi tirar licença, eu colapsei. E aí houve uma

> intervenção médica e do meu partido. Passei os últimos meses sem conseguir sair do sofá. Meu afastamento foi negado inclusive por um setor do meu mandato. Não é o mandato que está em crise, é um setor que saiu para disputar a eleição, se frustrou e voltou reposicionado. E eu não consigo ser porta-voz de indivíduos, só do compromisso que fizemos na eleição. . . . ***JT: Dos três que concorreram em 2020, Erika Hilton se elegeu [vereadora na capital, pelo PSOL], mas Jesus dos Santos (PDT) e Raquel Marques (Rede), não. Refere-se a eles?*** Sim. Os dois começaram a combater o PSOL, voltaram para o mandato pelo pacto eleitoral e desde então a gente não consegue mais consensuar. O resto do coletivo segue tranquilo. Trabalhou com o suplente e continua comigo. . . . Um erro do mandato foi que nós não criamos na época da eleição um pacto sobre o nosso código de ética. Não posso ignorar o padrão ético que o PSOL tem com o uso de recursos públicos. Não consigo ser porta-voz de um feminismo sectário com as mulheres trans. . . . Nosso mandato é um dos melhores e mais atuantes da Assembleia, se mantém fiel às origens, atende a muitos movimentos sociais e produz sínteses políticas. Não traiu em nada o pacto que fez com os eleitores, que não era em torno de pessoas, mas de causas. E acho que este mandato foi muito feliz até aqui, apesar de ter custado a minha saúde emocional [risos][114].

Uma vez que não há legislação eleitoral específica sobre mandatos coletivos, com o afastamento da titular, o grupo de co-deputadas não possui nenhuma garantia de continuidade dos trabalhos. No caso de Sônia Lasky, em Belo Horizonte, por exemplo, a renúncia da titular por motivos de saúde significou uma "renúncia coletiva"[115]. Na Mandata Ativista, a situação da co-deputada Mônica foi entendida como individual. Tanto que as demais co-deputadas e co-deputados continuaram compondo o quadro da ALESP e seguiram seus planejamentos de trabalho. Em agosto o gabinete ocupado pela Mandata Ativista passou a ser formalmente comandado pelo suplente do PSOL, Raul Marcelo.

Com base eleitoral no interior paulista, Raul não havia participado dos acordos iniciais da Bancada Ativista e não parece ter havido mediação do partido entre o novo parlamentar e os demais integrantes da Mandata. Ao chegar na ALESP, ao invés de "herdar" uma equipe de trabalho, encontrou um grupo de co-deputadas reivindicando a legitimidade de permanecer no espaço com a mesma divisão de poder acordada com a co-deputada titular afastada. Formou-se um imbróglio de grandes proporções, com agravamento das tensões internas – sobretudo com o co-deputado Jesus dos Santos, que foi exonerado do cargo de assessor na ALESP por Raul Marcelo. O caso repercutiu na imprensa:

> Quando o codeputado Jesus dos Santos (PDT) chegou ao prédio da Assembleia Legislativa de São Paulo no começo da última semana, encaixou a chave na fechadura

[114] Folha de São Paulo. Joelmir Tavares. "Deputada que se licenciou por saúde mental diz que seu adoecimento é político". Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/12/deputada-que-se-licenciou-por-saude-mental-diz-que-seu-adoecimento-e-politico.shtml.

[115] Estado de Minas. Guilherme Peixoto. "'O mandato, a saúde e a saída são coletivos', diz vereadora de BH". Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/12/18/interna_politica,1221694/o-mandato-a-saude-e-a-saida-sao-coletivos-diz-vereadora-de-bh.shtml.

> do gabinete no qual trabalha e viu que não funcionava mais. . . . A dificuldade de Jesus no acesso à sala onde trabalha na semana passada foi simbólica da crise que envolve o grupo desde que Mônica Seixas (PSOL) pediu licença do mandato no final de julho para tratar de sua saúde mental . . . A chegada de [Raul] Marcelo, que não tinha relação com os membros da Mandata, mudou o funcionamento do gabinete de algumas formas, relatam alguns dos membros. Ele decidiu manter os codeputados como assessores, mas exonerou parte da equipe do gabinete para trazer pessoas de sua confiança. Como alguns dos exonerados eram aliados dos codeputados, a decisão gerou incômodo. Codeputados se queixam da falta de retorno a respeito de suas pautas por parte de Raul Marcelo e dizem que alguns de seus temas de atuação passaram a ser preteridos. . . . [Segundo Jesus dos Santos] "foi criada uma dinâmica de ele ter que aprovar ou reprovar o que acontece, e isso inviabiliza a continuidade do debate que a gente vinha fazendo". Ele afirma que a manutenção dos codeputados por Raul Marcelo foi colocada "muito no lugar de um favor", o que gerou uma situação desconfortável no mandato. A codeputada Raquel Marques, da Rede, ressalta a responsabilidade do PSOL pelas tensões nos trabalhos realizados no gabinete, e que vêm desde antes do afastamento de Mônica. "O Raul vem com uma lógica legalista, e a lei está com ele [sobre não ter obrigação de manter os codeputados como assessores]. Mas o mandato coletivo é uma inscrição política, nunca teve respaldo legal e sempre se baseou na palavra. Essa palavra não foi firmada nunca com o Raul, mas com o PSOL. Estamos falando de fio do bigode, e tem gente faltando com esse compromisso do fio do bigode", diz Raquel. "Se ficarmos somente no legalismo, o Raul tem razão. Por isso volto ao PSOL, que é quem aprovou nossa candidatura em convenção, recebeu 150 mil votos pela nossa inovação política e deve ser cobrado pelos eleitores neste instante", completa. Raul Marcelo confirma as mudanças no gabinete e diz que não conhecia pessoalmente os membros do mandato coletivo. Ele afirma que tem uma equipe de confiança com a qual trabalha há bastante tempo (ele está cumprindo seu terceiro mandato como deputado estadual) e que fez as exonerações para abrir espaço para poder contratá-los. "Decidi manter os codeputados em respeito ao trabalho que a Mônica vinha fazendo. Mas também preciso respeitar meus eleitores. Foram quase 50 mil votos, e eu preciso dar resposta para a população de Sorocaba e região", afirma Raul Marcelo . . . [ele acrescenta] que tem um projeto político próprio e mostra preocupação em administrar um mandato sem ter escolhido todos os nomeados. "Entendendo a importância da discussão dos mandatos coletivos, que acho legal, decidi mantê-los como assessores. Agora, se alguém cometer alguma ilegalidade, criar tumulto ou problema, eu que respondo. Enquanto não regulamentar isso eleitoralmente, no limite quem fica inelegível sou eu. E eu vou disputar eleição no ano que vem, tenho projeto político na prefeitura. Eu não tinha obrigação nenhuma de manter ninguém", afirma . . . [Raul] Marcelo ainda aponta a peculiaridade de hoje contemplar membros do PDT com vagas em seu gabinete, partido do codeputado Jesus, sendo que em Sorocaba eles são partidos que rivalizam. Em 2020, o agora deputado disputou a prefeitura da cidade com o pedetista Renan. "A minha situação é bem complicada, mas entendo as preocupações relacionadas aos mandatos coletivos", afirma o deputado do PSOL[116].

[116] Folha de São Paulo. Fábio Zanini. "Crise em mandato coletivo em SP envolve até troca de fechadura e retoma debate sobre formato para 2022". Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2021/08/crise-em-mandato-coletivo-em-sp-envolve-ate-troca-de-fechadura-e-retoma-debate-sobre-formato-para-2022.shtml.

A co-deputada Paula Aparecida escreveu em seus diários sobre esse momento, descrevendo sua visão do conflito que foi se acumulando entre Mônica Seixas e Jesus dos Santos. Paula entende que a situação reflete os desafios de enfrentar politicamente o racismo estrutural. Para ela, fica um sentimento de "tristeza e incredulidade de ter ajudado a parir um mandato que coloca em rota de colisão dois militantes negros, de quebrada e de luta". Tomando o cuidado ético de respeitar as dores de cada um dos colegas, Paula conta sobre o ocorrido desde sua relação pessoal:

> Ambos estão muito machucados e feridos emocionalmente. Um mar de acusações um contra o outro, raiva, tristeza, angústia e decepção. . . . Sim, ambos foram adoentados e ajudaram a adoecer outras pessoas desse Mandato – e é muito difícil alguém que está recuperando a saúde mental sair do ciclo vicioso de vítima *x* vilão. . . . Eu pessoalmente sempre tive um apreço pelos dois. Por motivos distintos. Lembro do dia em que encontrei Jesus pela primeira vez – cabisbaixo e com receio de toda aquela gente de classe média branca do movimento Bancada. Eu sentei do lado dele, começamos a trocar ideia. Descobrimos que conhecíamos pessoas em comum e que ambos éramos da Zona Norte. Ele me apresentou o Movimento Cultural das periferias e o quilombismo (abriu todo um campo de visão da questão negra partindo da reconstrução/retomada dessa ancestralidade e da resistência real contra a escravização/colonização). Conheci sua família linda afrocentrada e suas construções que abriam espaço para brancos aliados. Sobre a Mônica já falei muito nesse blog. Mas mesmo assim, digo que fiquei encantada com a simplicidade e dedicação dela em fazer política – muita atenção, dedicação e agilidade com a tarefa de porta-voz da política deste Mandato. Conversas sobre água, Itu e sua experiência de ação direta comunitária em cima da questão ambiental me fizeram abrir os olhos para a política que percorre os interiores e questionar profundamente meu paulistanismo. Mãe solo, atenta e forte – tentando equilibrar o cuidado com o filho e as tarefas árduas de militante. . . . O homem negro também foi criado em cima do machismo estrutural – é verdade que são também atuantes na opressão machista. Mas a solução para lidar com isso muitas vezes é o punitivismo neoescravocrata da branquitude. E deveria ser justamente ao contrário, porque o homem negro é aquele que é sistematicamente violentado fisicamente pelo estado. Ser antirracista é criar lugares de acolhimento para que esses homens tenham consciência da violência que sofreram e transcendam essas dores ao invés de transferi-la para o elo mais fraco. A mulher negra ocupa espaço na política muitas vezes condicionada à porta de diálogo com a branquitude, sendo instrumentalizada. Aquela que aceita, aguenta, produz e deve servir sem parar. Elas vão ocupando espaços de poder, mas são pressionadas pela domesticação em cima das necessidades de paz social (paz genocida) e manutenção política do status quo – inclusive dentro da esquerda. O que vale é o close, o flash feminista antiracista – recheado de cuidado e esmero para não perder a posição conquistada (não pode radicalizar demais) porque o que interessa é a ocupação dos espaços de poder – independente da saúde mental dessa mulher e de uma política de fato revolucionária que utilize o parlamento para desmascarar a farsa da democracia burguesa ligada a defesa da revolução . . . Na época histórica do Bolsonarismo, do capitalismo ecocida, do fim do mundo chegando cada vez mais próximo… é triste ambas as partes não se proporem a conversar e entender o que aconteceu. . . . Penso que a melhor maneira é através de justiça restaurativa, de uma mediação de conflitos longe das ferramentas do estado burguês (justiça, imprensa e etc.). Recuperar todos aqueles e aquelas que lutam

> pelo fim desse sistema é tarefa política histórica. Precisamos organizar nosso exército, nossa falange, nossa egrégora – e para isso é preciso escuta, diálogo, transparência e coragem de ultrapassar a sua própria dor para olhar a dor do outro. Sem isso, alguém pode se sentir temporariamente vitorioso, mas a derrota de todos nós é certa. "Paz entre nós, guerra aos senhores"! (Paula Aparecida, Diário (atrasado) de Codeputada, 03/12/2021)[117].

Claudia Visoni também comentou sobre sua perspectiva acerca da crise da Mandata, em entrevista para esta pesquisa:

> Eu vou falar resumidamente e de uma maneira bem objetiva. Sem colocar a culpa em ninguém, sem colocar adjetivos, sem nada disso, tá? A Mônica é uma militante forte do PSOL. Ela era a única entre nós que já tinha sido candidata e ela entrou no coletivo para ser a nome na urna. . . . E, assim, são muitas pessoas de muitas pautas. Muitas pessoas que sempre foram pedra, né, não tinham tido a experiência de ser vidraça ainda. Formadas dentro duma lógica de ser combativo, de estressar no conflito. Então, sei lá, eu sou muito pacifista, sou da comunicação não violenta. E isso inclusive era mal visto perante os demais. Eu era vista às vezes como uma pessoa, enfim, que aderia ao sistema. Então juntou lá uma série de personalidades fortes, acostumadas ao embate e levaram essa prática do embate para dentro do coletivo. E era um mandato de muitas pautas . . . aí conflitos internos começaram acontecer . . . Mas a gente foi tocando a vida. E aí chegou as eleições de 2020, três co-deputados saíram para ser candidatos . . . Aí Raquel e Jesus voltaram. Em fevereiro do ano passado, 2021, Raquel escreveu nas redes sociais a seguinte frase (Janeiro, eu acho): "Eu gostaria que a esquerda desse tanta atenção às mulheres e crianças quanto dá a causa transexual". E nisso houve um julgamento assim tipo . . . passou a ser um crime inafiançável, passível da pena de cancelamento imediato e irrevogável. (risos) Então tivermos uma falha de governança, né? E aí a Mônica no fim do semestre teve problemas de saúde mental, se afastou do mandato nos avisando que era por causa de problemas dela. E naquele momento ela se afastou sem falar com ninguém, sem dizer quando voltava e deixou um suplente do partido, que é o Raul Marcelo. E nós "no ar *assim* [expressão de incerteza]". . . E o Jesus achou aquela situação injusta, comentou isso numa reportagem, e como vingança, ele foi demitido do gabinete. E quando a Mônica voltou da licença de saúde dela, ela já . . . voltou como uma deputada individual e passou assim como... Uma deputada individual como qualquer um dos outros. Então esse é o resumo da treta. . . . Então hoje em dia eu sou uma co-deputada exilada do mandato. Eu não tenho acesso ao gabinete, eu não tenho acesso às informações, eu não sei como está sendo usado o dinheiro, eu não sei quais são as atividades parlamentares. Nenhum de nós co-deputados têm acesso. Então eu busco fazer tudo o que eu consigo fazer de maneira independente. Mas todo o meu acesso ao meu cargo oficial de co-deputada, ele está bloqueado. Não só o meu, de todo o coletivo (Claudia Visoni, entrevista, 18/04/2022).

Até a conclusão dessa pesquisa, em maio de 2022, na página oficial da ALESP, o perfil "Monica da Mandata Ativista" afirmava ser composta por sete codeputadas: Chirley, Claudia, Fernando, Jesus, Mônica, Paula e Raquel. Contudo, no quadro de funcionários do gabinete constava apenas os nomes de Chirley, Claudia, Fernando e Paula, além da titular,

[117] Medium. Paula Aparecida. "Racismo na codeputâcia, parte I". Disponível em: https://medium.com/@8paulaaparecida?source=post_page-----76068b84cc07----------.

Mônica. Tanto Jesus quanto Raquel não se identificam em suas redes sociais como integrantes da Mandata Ativista.

Assim como Raquel Marques na Rede, Jesus dos Santos parece ter se hierarquizado na carreira política dentro de seu partido, o PDT. Claudia Visoni está construindo a pauta ambiental dentro do PV, com a possibilidade de formar base sobre este tema na eventual candidatura de Fernando Haddad ao governo paulista nas eleições de 2022[118]. Paula Aparecida parece estar muito cansada de todo o desgaste da Mandata Ativista e permanece como Conselheira Regional licenciada da APEOESP e talvez continue construindo a luta pela educação por outras frentes, não diretamente ligadas à institucionalidade legislativa. Fernando Ferrari e Chirley Pankará seguem as lutas relativas a suas pautas e parecem dispostos a sair em nova candidatura coletiva, com outros pares. Mônica Seixas já anunciou que disputará a reeleição com um novo coletivo, formado por mulheres negras de diferentes regiões do Estado e cujo projeto para 2024 é seguirem disputando a ocupação da política em nível municipal.

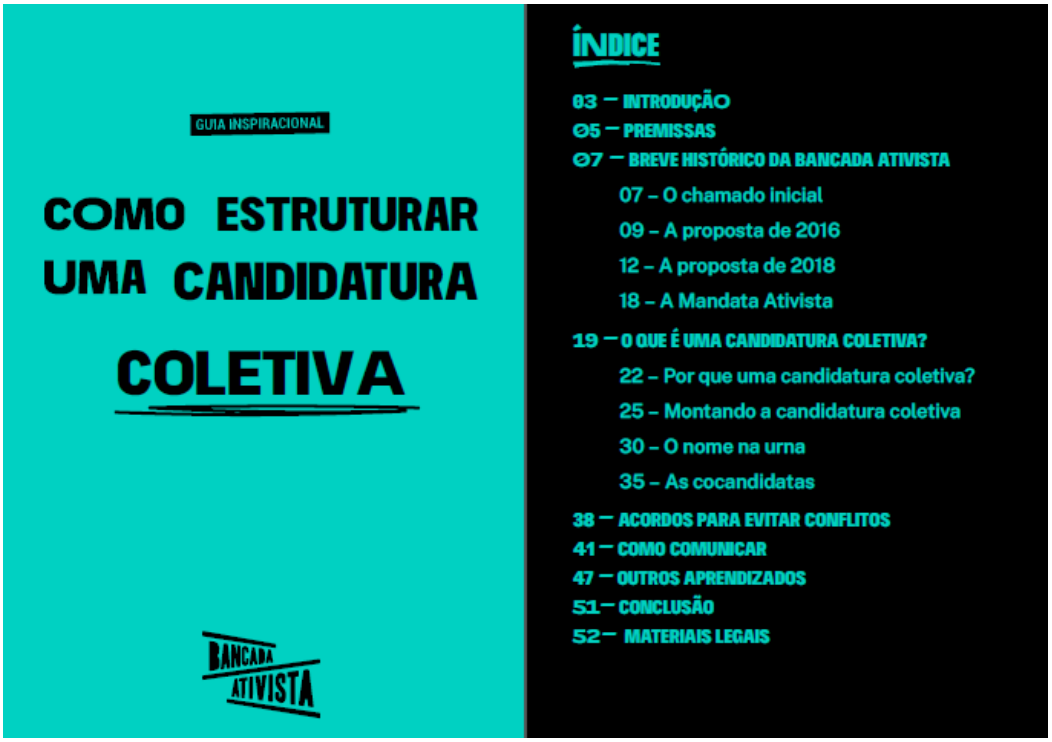
1.7. O legado

Qual o legado que a Mandata Ativista deixará para o debate político brasileiro? A Mandata Ativista foi, até o momento, a grande vitória eleitoral do projeto de inovação democrática puxado pela Bancada Ativista. Enquanto movimento independente, a Bancada Ativista continuou sistematizando aprendizados com as experiências de campanha em 2016 e de construção da candidatura coletiva em 2018 e de gabinete em 2019. Foram produzidos alguns materiais informativos disponibilizados em seu site com objetivo de apoiar a construção de outras candidaturas coletivas (Figuras 17 e 18).

Entre integrantes da Mandata Ativista, o incentivo a novas candidaturas coletivas permaneceu, como mostram os exemplos da participação de Jesus dos Santos na Bancada Preta, de Claudia Visoni assessorando a construção de estatutos em seu partido, de Fernando Ferrari, Chirley Pankará e Mônica Seixas, que pretendem concorrer novamente em (outra) candidatura coletiva. Contudo, há também críticas ao modelo. Tanto que as três candidaturas de 2020 foram individuais. À época da campanha, Erika Hilton, frisou: “mandato coletivo não é a solução de tudo”, ressaltando a necessidade e urgência de se ocupar *mais cadeiras* e não ficar “espremidos dentro de um mesmo mandato” [119].

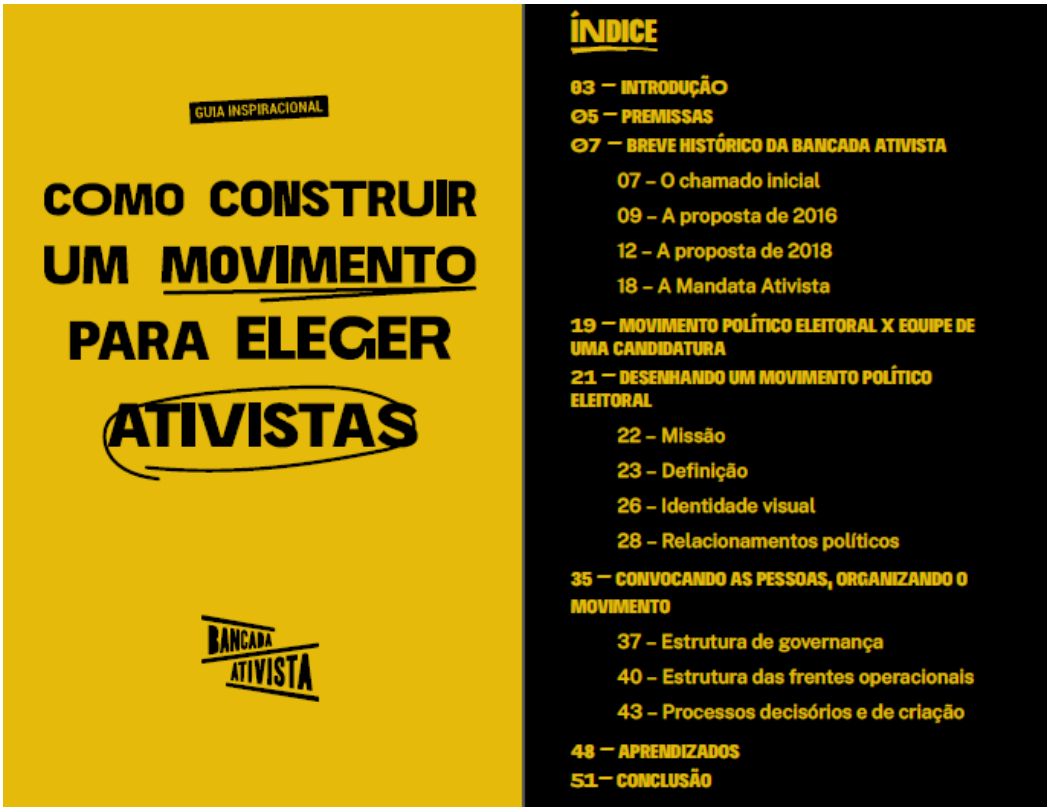
[118] Instagram. Claudia Visoni. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CbtUHJstWoC/.
[119] Instagram. Erika Hilton. Disponível em: https://www.instagram.com/tv/CHVxJFusaH8/.

Figura 51. Guia inspiracional publicado pela Bancada Ativista sobre como estruturar uma candidatura coletiva



Fonte: http://www.bancadaativista.org/conteudo-ativismo.html.

Figura 52. Guia inspiracional publicado pela Bancada Ativista sobre como construir um movimento para eleger candidaturas ativistas



Fonte: http://www.bancadaativista.org/conteudo-ativismo.html.

Como uma experiência pioneira, a Mandata Ativista foi uma "candidatura escola"[120]. Foi uma experiência singular da política institucional brasileira em um momento de forte crise da democracia e, por isso, talvez o impacto dessa experiência só possa ser compreendido adequadamente em retrospecto, com o passar do tempo.

No entanto, a julgar pelo movimento crescente de candidaturas coletivas – 2016, 2018, 2020 e a projeção para 2022 e 2024 –, se ainda houver democracia representativa formal no país e o modelo não for tornado ilegal, a tendência é que essa novidade se torne permanente. As instituições tendem a se adaptar e reconhecer a legitimidade dos mandatos coletivos – como já ocorre no caso de mandatos compartilhados e populares em todas as suas variações (Secchi et al., 2019). Por isso, é um equívoco ou ingenuidade pensar que mandatos coletivos "não funcionam" apenas porque ainda não são reconhecidos por uma legislação eleitoral específica.

Talvez o modelo da Mandata Ativista não se repita nunca mais. Com a crescente centralização da disputa eleitoral nas mãos das dirigências partidárias, dificilmente será possível ver candidaturas coletivas com integrantes de partidos diferentes, não alinhados em uma mesma federação partidária. Resta saber se ainda haverá algum espaço nessas iniciativas para pessoas *independentes*, que não estejam filiadas a nenhum partido e queiram disputar um cargo legislativo.

Talvez não seja impossível que, em algum momento, surja uma proposta de candidatura coletiva para o Poder Executivo. Se houver, provavelmente será um caso de oposição entre o modelo tradicional das grandes figuras políticas – quase sempre a imagem do político profissional, personalista e coronelista – contra uma nova figura coletiva – um grupo político descentralizado e transparente.

Nada garante o sucesso e sustentabilidade do novo modelo, uma vez que a política é o terreno por excelência do dissenso, da disputa e da criatividade. Mas, por isso mesmo, não há motivos para crer que, na atual conjuntura de crise das instituições democráticas, os anseios por "hackear" a institucionalidade com novos corpos e lutas irão ficar pelo caminho. Sendo assim, a experiência da Mandata Ativista será sempre lembrada como um modelo tanto em seus pontos fortes quanto em seus problemas.

[120] Youtube. Rede TVT. "Mulheres negras, presente! com Monica Seixas | Programa do Conde". Disponível em: https://youtu.be/UeDVuyclx2Y.

2. De volta às lutas sociais: contribuições da psicologia social crítica

Feito esse percurso sobre a trajetória da Mandata Ativista de São Paulo, e tendo em vista as discussões dos capítulos anteriores, podemos caminhar para o final da exposição desta pesquisa buscando recuperar alguns aspectos relevantes dessa experiência política para a compreensão das lutas contemporâneas em uma perspectiva psicossocial crítica. Convém ter em vista as possíveis contribuições do estudo da *luta social* no âmbito da psicologia social para o debate público sobre os rumos da democracia enquanto forma de vida, por isso acredito que uma via promissora consiste em esboçar a aplicação de algumas categorias analíticas do campo psicossocial, especialmente no que concerne à concepção de luta enquanto mediadora da relação indivíduo-grupo-sociedade. Como vimos, a luta pode ser entendida como uma prática social historicamente situada e atrelada a toda uma constelação de outras práticas sociais que se configura enquanto indicadora da qualidade de uma forma de vida democrática, sobretudo em momentos de crise.

No caso da Mandata Ativista, a luta política – por ocupação da política institucional com novos atores, historicamente marginalizados – emergiu em função do agravamento da crise de representação política com o golpe de 2016 e com o assassinato de Marielle em 2018. Mais do que uma resposta à crise, a Mandata Ativista mobiliza uma pluralidade de experiências de crítica-prática em torno de um mesmo grupo e, dessa reunião de diferentes indivíduos, pautas, interesses e horizontes, configurou uma experiência singular da história política brasileira, com ampla ressonância pública. Vejamos então como podemos refletir sobre a luta recorrendo a categorias analíticas como a formação da identidade pessoal, o processo grupal e a crítica social. Essas categorias consagradas no campo psicossocial talvez possibilitem o diálogo com a tradição da teoria critica da sociedade, pois propõe focalizar as mediações entre ação individual e estrutura social.

2.1. Identidade pessoal forjada na luta

O primeiro passo para o desenvolvimento de um esboço de teoria psicossocial das lutas sociais como análise crítica da sociedade deve ser explicar a formação do *Self* pessoal enquanto processo, isto é, desde uma perspectiva suficientemente dinâmica que não fique vulnerável a essencialismos ou a descrição superficial de traços de personalidade ou de enigmáticos processos de "produção de subjetividade". Acredito que esse passo pode ser dado recuperando a categoria de *identidade*.

A categoria identidade possui uma longa tradição no campo da psicologia social e permanece sendo tema de diversos estudos[121], pois permite abordar o fenômeno da construção do *Self* em uma perspectiva crítica e dinâmica, capaz de entrelaçar os atributos singulares da trajetória de socialização de uma pessoa (seu passado e seus desejos de futuro) com o contexto social e histórico concreto no qual cada um(a) de nós nos tornamos quem somos e a partir do qual podemos desenvolver a competência de falar e agir com autonomia para afirmar não apenas *quem somos*, mas também *quem gostaríamos de ser* (Ciampa, Alves & Almeida, 2017; Lima & Ciampa, 2017). Identidade, portanto, é sempre ao mesmo tempo individual *e* social. Em psicologia social, entendemos identidade como metamorfose e aspiração à libertação/emancipação. Essa teoria tem orientado inúmeras pesquisas empíricas e talvez possa dialogar com os recentes desenvolvimentos da filosofia social sobre a concepção de *Self* enquanto "identidade prática", um conjunto de ações no mundo orientadas por valores e avaliações morais cujo cerne para o diagnóstico crítico corresponde a análise dos bloqueios de apropriação e da capacidade de agência (Christman, 2018). Em outras palavras, o objeto de crítica do estudo da identidade, em um espírito pragmático, é o problema da alienação (Jaeggi, 2014). A luta social pode ser entendida como uma resposta a esse problema.

O caso da Bancada e da Mandata Ativista registra o processo de transformação de um grupo de pessoas com experiência de luta que decide disputar a política "de baixo para cima". Isso significou adotar uma forma nova de construir relações com os outros e consigo mesmos, o que Flávia de Faria (2021) chamou de "democracia da experiência": fazer política a partir da potência dos corpos, dos encontros e da crítica social.

O grupo da Bancada Ativista permanece disputando a esfera pública com suas pautas de ampliação da representatividade democrática e incentivando novas candidaturas progressistas com a experiência que adquiriram nessas três últimas disputas eleitorais. Seus integrantes estão mais experientes sobre o funcionamento da política institucional e sobre os limites e possibilidades da construção de campanhas políticas nas ruas e nas redes.

No grupo da Mandata Ativista as metamorfoses da identidade são mais evidentes. Com exceção de Anne Rammi, todas as outras pessoas da Mandata permaneceram vinculadas à política institucional e, em relação ao período anterior a 2018, tornaram-se mais experientes enquanto atores políticos e figuras públicas. É verdade que, na trajetória de cada integrante, a construção de uma identidade política vem de antes da Mandata Ativista, mas essa identidade parece ter sido potencializada pela vivência da campanha e depois na ALESP – tanto pela

[121] A escola de estudos da identidade-metamorfose-emancipação, inaugurada por Antônio Ciampa, na PUC-SP é uma das mais respeitadas tradições de estudo psicossocial crítico da identidade na América Latina.

possibilidade de canalizar demandas de suas bases e pautas específicas, quanto pela necessidade constante de enfrentamento de violências e disputas de legitimidade que ocorrem no ambiente político. O fato de sustentarem a figura extralegal de "co-parlamentares" já significa um deslocamento importante no âmbito da política institucional: a ideia de que é possível descentralizar o poder e reinventar os mecanismos de representação e participação[122].

Mas a construção dessa identidade política também vem do cotidiano, da relação entre pares, enquanto integrantes de um mesmo coletivo cujo modo de funcionamento foi pautado, até certo ponto, pela lógica da "pedagogização": cada pessoa levava sua pauta para as demais como um processo formativo de troca política. Assim, as identidades políticas se retroalimentam por meio de uma luta por reconhecimento da legitimidade das pautas específicas que constroem dentro e fora da Mandata.

O fato de ter havido conflitos e rachas no grupo não significou uma transformação das identidades em direção à despolitização. É possível que tenha ocorrido uma tendência de cristalização ou "anamorfose" da identidade política em algum nível, pois a continuidade da defesa das pautas por cada integrante da Mandata Ativista, fora da experiência coletiva de gabinete, parece ter levado ao estreitamento do discurso ou a uma excessiva focalização em temas que respondem aos interesses e projetos políticos de suas próprias bases individuais.

No entanto, a mera presença de corpos historicamente sub-representados na política institucional – ainda que em um formato coletivo, cujo exercício do poder é mais difícil e limitado – já significa um avanço para a luta política democrática. No caso da Mandata Ativista, essa presença foi uma construção coletiva articulada pela Bancada Ativista, que conseguiu reunir pessoas de diferentes lugares e pautas, mas igualmente com histórico de luta, e fazer convergir a vontade de participação para um projeto de candidatura coletiva até então inédito em São Paulo. A eleição, com quase 150 mil votos, teve um impacto significativo para o fortalecimento pessoal de cada integrante da Mandata. Fernando Ferrari, morador do Capão Redondo, zona Sul de São Paulo, conta que se sentiu feliz em poder levar a voz dos territórios periféricos para dentro da ALESP e explica que essa é uma construção política que vem acontecendo há muito tempo:

> Eu até falei para o [Mano] Brown que ele me inspirou muito. Ele inspirou não só eu, mas toda uma geração. Inspirou e formou politicamente. Ele fez com que a gente não abaixasse mais a cabeça. Porque nós éramos seres periféricos de uma autoestima muito baixa, sem muita identidade. A gente tinha até vergonha de falar que a gente morava no território. Eu lembro que eu ia buscar emprego de office-boy e falava que

[122] Folha de São Paulo. Joelmir Tavares. "Mandato coletivo quebra barreiras na Assembleia de SP e projeta multiplicação". Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/mandato-coletivo-quebra-barreiras-na-assembleia-de-sp-e-projeta-multiplicacao.shtml.

> eu era do Capão Redondo, as pessoas faziam aquela cara feia. Então os Racionais representaram um momento de ruptura muito grande, de se reconhecer como periféricos, como sujeitos de direitos, e de valorizar o seu território. Hoje você vê aí os moleques dessa nova geração de cabeça erguida, usando as camisas do bairro e tal. A gente tem aí a Vila Fundão, a Onda Sul, os próprios times de várzea. Então hoje a periferia está num novo momento, de uma nova identidade. . . . [Na Mandata Ativista] a gente tá com morador do território, tentando fazer alguma coisa a partir do território. Como o Padre Jaime [do Fórum em Defesa da Vida] fala: "nossa cabeça pensa conforme onde nossos pés pisam". . . . A minha ideia com a cultura [no território] sempre foi politizar. Usar o meu trabalho na cultura para fazer formação política. Para as pessoas defenderem o território. Pautar descentralização de orçamento, pautar política pública, pautar a vida (Fernando Ferrari, entrevista, 07/10/2019).

Enquanto a motivação para a luta política parte da situação concreta de sofrimento que passa a ser objeto da crítica-prática pelos atores envolvidos, a construção da identidade desses atores enquanto sujeitos políticos se dá por meio do desenvolvimento das lutas. A história de todo o grupo da Mandata Ativista atesta isso. O mais interessante para a análise desse processo é constatar as diferenças interpretativas sobre a prática de luta e como ela pode ser nomeada. Isso remete a uma questão que quase não é feita pelos próprios atores políticos mas que passou a ser de interesse acadêmico no campo da psicologia social nos últimos anos: a diferença entre "militantes" e "ativistas"[123]. Com qual dessas expressões cada pessoa constrói sua identidade política por meio da luta? Perguntei diretamente para diversos depoentes como se apresentavam em relação a essas duas palavras[124].

Na Mandata Ativista, quem explica melhor as nuances e diferenças entre esses dois rótulos para a identidade de luta são Claudia Visoni e Paula Aparecida:

> O ativista, ele pega um pedaço da realidade e abraça e fala: "eu vou me dedicar a resolver essa questão", "vou contribuir para aliviar uma das dores do mundo". Então esse é o ativismo – esse nome meio recente, né, mas é uma coisa que sempre existiu. O movimento abolicionista, que começa no século XVIII [é um exemplo]. Acho que os ativismos modernos [são] mais comuns, como as ações beneficentes, você tentar levar comida para quem tem fome, agasalho para quem tem frio, e tudo mais. Isso existe desde sempre, né? Então o ativismo eu acho que é uma palavra moderna para essa... vou dizer: "compaixão". É uma compaixão misturada com uma ação focada em resolver alguma coisa. E exige um tempo diferente. Então se fosse para simplificar numa frase: o ativista pega no colo um tema . . . no meu caso [meio ambiente], agroecologia, lixo zero, segurança hídrica, segurança alimentar... E ele conversa, ele, ela, com quem for, busca conexões, iniciativas e ações para resolver essa questão. O sonho do ativista é que ele não precise ser necessário. Eu tenho vários ativismos e eu

[123] Ainda existem poucos estudos sobre a construção da identidade política que problematizam esses termos. O trabalho que aborda mais diretamente essa questão foi a pesquisa teórica de Sales (2019), conforme mencionada no primeiro capítulo.

[124] Na primeira entrevista, com Fernando Ferrari, quando perguntei: "Como você veio a ser um ativista?", a resposta foi: "Como eu entrei na militância?". Começamos então a conversar sobre essa diferença entre militância e ativismo de modo que esse passou a ser um tema de interesse na pesquisa.

> adoraria que amanhã não precisasse ninguém no mundo ser ativista: da causa da fome [por exemplo]. . . . O que que é um militante? Um militante político partidário ele [ou ela] está inserido dentro da lógica da luta pelo poder. Enquanto o ativista fala assim: "eu vou pegar essa pequena causa aqui, que é juntar a vizinhança para plantar árvore na rua ou recolher cachorro de rua ou dar água para os moradores de rua do meu bairro etc.", o militante, ele já pensa na lógica assim: "o dia que o meu partido, o meu grupo político, sei lá, tomar o poder, a gente vai lá e resolve todos os problemas ao mesmo tempo". Por enquanto, inclusive, até tem muita gente que menospreza o ativismo, porque é uma coisa de pequena escala, porque é uma coisa que não mexe culturalmente na sociedade. Então é essa a diferença (Claudia Visoni, entrevista, 18/04/2022).

> Eu vejo a diferença assim: para mim, militância está ligada a uma perspectiva mais estratégica, sistêmica, de entender o sistema como um todo e se organizar politicamente a partir de uma definição estratégica, de um rumo. . . . Você tem uma estratégia que é plena, que é hegemônica, que pensa de uma forma sistêmica e aí, a partir dessa estratégia, você manifesta a sua luta com distintas pautas, distintos momentos, distintas táticas. Seja em algum movimento que está surgindo, seja também numa perspectiva de militância individual mais de produção teórica, produção ideológica, seja de atuar no sindicato, numa comunidade. Tem mil formas de fazer, né? O ativista, ele está muito mais ligado a uma explosão de algum elemento muito concreto, muitas vezes de uma experiência individual, a partir de uma contradição violenta que sofreu ou que viu, e que aí manifesta uma ação política baseada na resolução – entre aspas resolução porque não é resolvido sem ser sistemicamente – mas na redução de danos daquela pauta, daquele problema específico. E aí vai se desenvolvendo politicamente com hiperfoco neste tema. E aí é óbvio que pode se desenvolver e virar um militante ou não. Ou pode desenvolver outras pautas, outras lutas, um processo às vezes mais sistêmico e menos específico, mas é um pouco a partir daí. Você vai fazendo a sua experiência a partir disso (Paula Aparecida, entrevista, 16/04/2022).

Claudia se apresenta como ativista da causa ambiental e orienta sua prática de forma prefigurativa – de "prototipagem" –, visando fazer agora o mundo que quer ver no futuro[125]. Paula se apresenta como militante de um programa revolucionário, crítico do capitalismo enquanto totalidade social e de suas mediações na forma de violência, opressão e dominação. Seriam essas perspectivas totalmente antagônicas? Ou são suficientes para explicar as identidades políticas presentes no grupo da Mandata Ativista? Quando conversei com Jesus dos Santos sobre esse assunto ele respondeu: *"Pode me chamar de militante, ativista ou de encrenqueiro, pra mim tá tudo certo. Se for para eu me identificar, eu diria que eu sou um* ***lutador social****"*.

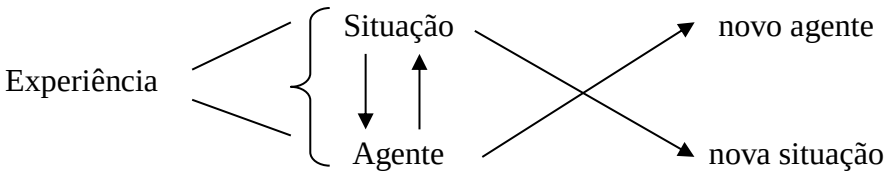
Se quisermos responder a essas questões a partir da psicologia social, podemos dizer que na construção da identidade política – seja de militantes ou ativistas – estão sempre

[125] Escola de ativismo. Claudia Visoni. "O que é transformação? Como e quando ela ocorre? Afinal o que queremos transformar?..." Disponível em: https://escoladeativismo.org.br/claudia-visoni/.

presentes dois aspectos principais: a prática de luta e a solidariedade. Não há construção de identidade em torno do ativismo ou militância sem uma prática de luta social; mas também não é possível pensar essa luta desconectada de uma perspectiva de solidariedade. O conceito de solidariedade aqui deve ser entendido no sentido amplo sustentado por Rahel Jaeggi (2001) como oposto da indiferença (ou des-solidarização) e como um elemento de eticidade, um processo social que não apenas é "sólido" – sentido presente na raiz da palavra solidário – mas também é um facilitador da ação autônoma e da realização social. A ação solidária, nesta perspectiva, é fortalecedora no sentido de "empoderar" os sujeitos. Seu contrário é a indiferença ou des-solidarização que significa perda de poder tanto dos indivíduos quanto da sociedade, ampliando a alienação.

Luta e solidariedade são processos mediados pela experiência e por emoções. Desde uma perspectiva pragmática, "toda experiência é o resultado da interação entre uma criatura viva e algum aspecto do mundo no qual ela vive" (Dewey, 1985, p. 95). Uma experiência humana resulta da relação entre individuo (agente) e a situação em que se encontra, no sentido de um processo de transformação:

Figura 53. Processo de experiência em John Dewey



Fonte: Teixeira (1985, p. 115).

Entre seres humanos, uma experiência é considerada significativa quando o processo de transformação que ela ocasiona está relacionado com uma resposta consciente à perturbação da situação que, até então, é tomada por habitual ou costumeira. Trata-se de uma ruptura com a "atitude natural" da vida cotidiana. Frente a uma situação problemática, indeterminada, os agentes são obrigados a reagir e mobilizar sua consciência indagando sobre sua posição e assim a perturbação passa se especificar para o agente como passível de uma resposta prática. Essa resposta prática pode significar uma afirmação de crenças existentes ou uma mudança de perspectiva. Em alguns casos, a resposta será entendida como luta.

Para que a resposta seja entendida como luta social, tanto pelo próprio agente participante quanto pelos observadores, é necessário que ela seja desenvolvida em relação a

um público, isto é, que possua uma "comunidade de experiência" envolvendo não apenas um agente em relação ao Outro significativo (parceiro de interação), mas a perspectiva do Outro generalizado (que pode ser uma instituição, o Estado, a sociedade em geral). O estudo dessa construção tanto do público quanto do *problema público* e das respostas dos agentes – na forma de luta – é delicada e envolve diversas mediações. No entanto, é possível resumir com a afirmação de que o público é o grupo de pessoas que compartilham a avaliação das consequências danosas da situação e, a partir disso, propõem soluções práticas[126].

Assim, os processos de experiência são constitutivos da luta e a luta é, ela mesma, um processo de enriquecimento das experiências de vida. Como afirma Anísio Teixeira, seguindo o pensamento de Dewey, "a vida não é mais que um tecido de experiências de toda sorte . . . a vida é toda ela uma longa aprendizagem" (Teixeira, 1985, p. 115).

Outro componente da experiência de luta, enquanto resposta prática a problemas públicos, é a mediação das emoções. Emoções nunca são neutras. Frente a uma situação crítica, os indivíduos são mobilizados não apenas enquanto agentes racionais e inteligentes, mas como organismos sensíveis cuja sensibilidade também carrega o aprendizado histórico adquirido pelas experiências acumuladas. Assim, não há como reagir de forma neutra a um sentimento de injustiça, pois as emoções são sempre acompanhadas de uma resposta prática. Situações dolorosas e de sofrimento podem impulsionar a crítica-prática. Como afirma Dewey:

> A luta e o conflito podem ser gozados eles próprios, ainda quando sejam dolorosos, quando experienciados como meios para desenvolver uma experiência; membros desta porque a impulsionam, não simplesmente porque estão aí. . . . há em toda experiência um elemento de padecimento, de sofrimento, em sentido amplo. De outra maneira não haveria incorporação vital, [um processo de experiência] é algo mais do que colocar algo sobre a consciência, sobre o previamente conhecido. Implica uma reconstrução que pode ser penosa (Dewey, 1985, p. 93).

As emoções não são totalmente privadas, isto é, exclusivas de um único indivíduo, pois estão sempre relacionadas com processos de experiência. Neste sentido, a luta social não é jamais desconectada de um componente afetivo-emocional, pois depende da mobilização de energias que não são totalmente disponibilizadas pela resposta cognitivo-intelectual em um processo de experiência. No exercício da luta enquanto prática social, o aprendizado ocorre tanto em termos intelectivos e de consciência, quanto em termos da expressão dos afetos.

---

[126] Estou me apoiando aqui nas considerações de Daniel Cefaï (EHESS) sobre arena pública apresentadas no Seminário realizado em 2018 no Cebrap: "Público, socialização e politização: reler John Dewey na companhia George Herbert Mead". Disponível em: https://youtu.be/Ohlpeusf9Z0.

O último aspecto que conecta a prática de luta com a formação da identidade política é o fato de que a consciência da situação problemática e o engajamento na luta acabam se tornando um compromisso de vida. Como diz o poeta: luta é para a vida toda. Nesse processo, como em toda a história de socialização e interiorização da realidade (Berger & Luckmann, 2008), a formação da identidade pessoal ocorre pela mediação da relação com os outros e supõe um horizonte normativo perpassando as práticas sociais. Isso nos leva à consideração da interação no grupo como elemento mediador das lutas.

2.2. Interação de grupo e bases comunitárias da luta

Embora a categoria "grupo" possa soar num primeiro momento como uma "palavra de ocasião" no âmbito dos estudos sociais, como apontaram Horkheimer e Adorno (1973), talvez seja possível reabilitar essa categoria para a análise psicossocial das lutas[127]. Das muitas formas de abordar a ideia de agrupamento, grupo e comunidades, uma característica comum parece sempre estar presente: independente do tamanho e tipo, o grupo é entendido como "um mecanismo social fundado na necessidade ou no interesse psíquico do indivíduo, porque o auxilia na estabilidade e ampliação pessoais" (Honneth, 2013, p. 61), ou dito de outro modo, um grupo humano configura "uma estrutura de vínculos e relações entre pessoas que canaliza, em cada circunstância, necessidades individuais e/ou interesses coletivos" (Martín-Baró, 2017d, p. 210). Focalizar o grupo significa, portanto, focalizar a *interação* específica entre um conjunto de pessoas e suas experiências.

No conjunto de teorias sociais sobre grupos, ao longo do século XX, predominaram duas imagens: uma *negativa* segundo a qual os grupos tendem a ativar processos regressivos e impulsos primitivos e irracionais, sobretudo em situações de massa; outra *positiva*, que aponta para a funcionalidade das manifestações comunitárias em que o grupo representaria uma condição necessária para o desenvolvimento do *Self* (Honneth, 2013). No âmbito das teorias psicológicas, o grupo costuma ser abordado tanto como uma entidade psicológica própria, geralmente estática e composta por determinadas funções e papeis relacionais, ou como uma totalidade dinâmica, operativa e histórica. Esta última perspectiva é recorrente no campo da psicologia social crítica desde os trabalhos de Silvia Lane (2004b) e Martín-Baró (2017d), tendo a vantagem de assimilar muito das teorias funcionalistas tradicionais mas sem deixar de

[127] Algumas das ideias e referências apresentadas neste tópico decorrem da aula ministrada como prova didática para o concurso de professor efetivo da Universidade Estadual de Feira de Santana, na área de estudo "Psicologia no contexto social e comunitário", realizada em 17/05/2018, cujo tema foi "Abordagens de grupo em Psicologia Social e Comunitária".

incluir os aportes da teoria crítica materialista dialética. Isso significa que as práticas de um grupo particular não devem ser tomadas de forma independente do contexto histórico no qual este grupo se encontra e de suas condições de possibilidade dadas desde o início. Por exemplo, um pequeno grupo de pessoas que se reúnem para analisar sua circunstância concreta de vida e passa a se mobilizar em torno de uma reivindicação de direitos ou melhorias pontuais não pode ser adequadamente compreendido sem recorrer a categorias sociais, como poder e ideologia, entre outras. A análise do grupo requer tanto uma análise de seu contexto histórico-social, quanto uma consideração sobre sua dinâmica interna e das relações que se estabelecem entre cada indivíduo. Um exemplo prático é o fato de haver, em geral, mais poder concentrado entre integrantes mais experientes de um grupo de atividade contínua, que exercem esse poder pelo simples fato de possuírem anterioridade histórica. No entanto, o poder também pode estar relacionado a padrões estruturais e históricos de dominação e opressão, como o sexismo, o racismo e a desigualdade de classes. Assim, para que o grupo possa operar enquanto um grupo político e desenvolver suas lutas, não basta apenas uma abordagem psicológica ou topográfica acerca de sua composição, mas é necessário situá-lo no âmbito dos conflitos mais amplos da época.

No caso da Mandata Ativista, o primeiro grupo que precisa ser considerado é a formação da Bancada Ativista. Trata-se de um grupo de formado a partir da vivência comum em uma região central da cidade de São Paulo, por pessoas que se conheciam e compartilham uma posição de raça e classe semelhante. Porém, mais do que essa posição social, o grupo também compartilha a motivação para incidir na política institucional promovendo mudanças progressistas, além de possuírem conhecimento técnico sobre o funcionamento das instituições democráticas e das redes sociais de internet[128].

O grupo da Mandata Ativista, por sua vez, foi "montado", reunindo pessoas diferentes que não se conheciam previamente e não compartilham das mesmas experiências e visão de mundo. A única coisa em comum, que unia todo o grupo, era o desejo de participar da política e enfrentar a lógica tradicional a partir de uma proposta: ocupar coletivamente a política institucional com diversas lutas. O objetivo era evitar o protagonismo de representatividade de homens, brancos, cis e de classe média alta – o perfil de político tradicional que estavam buscando combater –, de modo que a formação de um grupo culturalmente diverso, com corpos não-tradicionais e experiência de luta aparecia como a opção mais adequada naquele

[128] Mais detalhes sobre a formação e funcionamento do grupo Bancada Ativista, sobretudo em sua relação com a ocupação do espaço urbano e como expressam a "democracia da experiência", podem ser conferidos no trabalho etnográfico de Flávia de Faria (2021).

momento histórico, sobretudo pelo impacto simbólico do golpe contra Dilma e do assassinato de Marielle. O contexto histórico provavelmente ajuda a explicar o sucesso eleitoral da Mandata Ativista, assim como o árduo trabalho político de cada pessoa integrante do coletivo durante a campanha e após a eleição. Assim, funcionando inicialmente como um grupo que poderíamos chamar de "operativo" – embora o método que defendiam é a "sociocracia" –, a Mandata conseguiu se estabelecer no ambiente hostil da ALESP e dar conta de inúmeras tarefas nos dois primeiros anos. Porém, como todo grupo, se as potencialidades individuais podem encontrar espaço de ressonância no coletivo, elas também podem aumentar a pressão sobre determinados integrantes e levar à dissolução do grupo. Foi o que aconteceu a partir de 2021, com os conflitos, adoecimentos e rachas. Hoje, o grupo original já não existe enquanto grupo, embora formalmente a Mandata Ativista ainda deva existir até o final da 19ª Legislatura da ALESP. A dissolução do grupo inicial não significa, contudo, que a *experiência política* de cada integrante tenha sido bloqueada nesse período. No final, não houve apenas acirramento do conflito e da divergência de posições, mas também um aumento da participação política em direção a outros grupos e bases, além da formação de alianças e amizades políticas dentro do grupo.

Mas a categoria grupo não é importante para o estudo da luta política apenas porque permite analisar as interações entre indivíduos de uma mesma coletividade política. A ideia de grupo está presente também na formação das bases de apoio político para as quais uma figura pública se reporta. Existe um intercâmbio entre a pessoa que ocupa a função de liderança ou protagonista de uma luta e toda uma "comunidade de experiência" que compõe o público em nome do qual a luta é travada. Podemos situar, facilmente, cada integrante da Mandata Ativista em relação a uma comunidade política: Anne Rammi e Raquel Marques se reportam a uma ampla comunidade de feministas e mães (em luta); Erika Hilton à comunidade LGBTQIA+; Jesus dos Santos a diversas comunidades afrocentradas e do movimento negro; Fernando Ferrari aos territórios periféricos, em especial a zona Sul de São Paulo; Chirley Pankará às comunidades tradicionais indígenas; Claudia Visoni às comunidades preocupadas com meio-ambiente, sustentabilidade e promoção de permacultura; Mônica Seixas a diversos coletivos políticos, como a juventude do PSOL e a Rede Emancipa, além do feminismo negro e luta da luta socioambiental; Paula Aparecida à comunidade vegana e de militância trotskista.

Essa leitura não pretende afirmar que cada integrante possua uma comunidade estanque e desenvolva uma luta "basista", isto é, focada exclusivamente em responder aos interesses de suas próprias bases políticas. O uso da categoria "comunidade" aqui é intencional, pois trata-se de um tipo especial de grupo humano, muito mais complexo e difícil

de delimitar do que "coletivo" ou "movimento social", porém cuja situação experiencial é muito mais densa. Como escreveu o poeta Carlos Drummond de Andrade: *nada mais abstrato do que a comunidade / e nada mais concreto quando nos declaramos seus representantes*. A ideia de que pode haver uma capilaridade comunitária sustentando grupos de luta política é uma hipótese adicional que merece ser investigada no futuro, porém que parece ajudar a pensar sobre a experiência concreta da Mandata Ativista.

Por fim, uma imagem de "bases comunitárias da luta" poderia ser apresentada no formato não de uma pirâmide, mas de uma ampla rede de comunicação que mantém ativa a esfera pública democrática. Assim, a análise das lutas travadas por grupos políticos como a Mandata Ativista não devem se restringir apenas ao modo como interage o conjunto de pessoas que estão à frente daquela iniciativa, mas também deve permitir ampliar o olhar sobre as demandas que chegam a esse grupo e às quais ele responde. Assim, talvez tenhamos nas experiências de mandatas e mandatos coletivos um bom indicador dos caminhos da formação da vontade pública enquanto expressão da eticidade democrática de nossa época. Essa consideração sobre as bases comunitárias da luta política não deve ser uma exclusividade dos grupos progressistas, pois é possível que essas bases sejam até mais homogêneas entre grupos de extrema-direita. No entanto, para que o estudo das lutas permaneça orientado por uma teoria crítica da sociedade, é necessário que seja analisado o horizonte normativo das práticas emergentes nessas comunidades de base.

2.3. Crítica social na prática: anticapitalismo e progresso moral

Chegamos então no último aspecto relevante da experiência da Mandata Ativista para o estudo das lutas sociais: a perspectiva de uma mudança social progressista a partir da multiplicidade de lutas. Uma vez que estamos trabalhando com a noção de luta enquanto processo psicossocial básico, isso significa que, embora toda luta seja uma forma de crítica-prática e aponte para um determinado horizonte, não necessariamente esse horizonte de mudança pode ser considerado progressista, isto é, uma mudança *para melhor*. A questão sobre o "progresso moral" tem sido resgatada no âmbito da teoria crítica contemporânea, sobretudo nas discussões sobre a fundamentação normativa da crítica.

Rahel Jaeggi (2018d) apresenta uma interpretação para o problema da relação entre mudança social e progresso moral no quadro de uma teoria crítica das formas de vida. Para ela, o progresso moral deve ser entendido em uma perspectiva histórica. A mudança social consiste em uma reação a crises, ou seja, uma reação à pressão exercida por determinados

problemas das formações sociais que precisam ser transformados. Na perspectiva da autora, para avaliar se a mudança social consiste em uma mudança progressista, devemos observar a própria dinâmica da mudança enquanto parte da dinâmica de uma determinada sociedade. E devemos observar essa dinâmica à luz de um diagnóstico negativo do fenômeno da regressão.

Apoiada na dialética hegeliana e no pragmatismo de Dewey, Jaeggi compreende que os fenômenos de mudança social e progresso moral ocorrem como síntese de continuidade e descontinuidade, na medida em que configuram e reconfiguram determinadas formas de vida social. Não se trata somente de encontrar as circunstâncias internas com potencial de evoluir para uma mudança social positiva, nem de propor uma interferência externa capaz de mudar totalmente o rumo de uma formação social, mas de verificar as tensões provocadas por *contradições* e *problemas* imanentes, de tal modo que a busca de uma resolução funcione como um "fermento" para ir além do estado de coisas vigente. Essa parece ser uma descrição bastante sucinta do papel das lutas sociais enquanto possibilidade de progresso moral.

Para Jaeggi, uma breve teoria da mudança social poderia ser apresentada em três passos. Primeiro, as transformações sociais não acontecem "do nada": elas são motivadas por problemas e contradições das práticas e instituições que passam a ter dificuldades de funcionar adequadamente segundo seus próprios termos, ou seja, entram em crise. Logo, são as próprias contradições de uma formação social que a impulsionam para a mudança, sendo a resposta dos agentes na forma de luta um aspecto de crítica-prática frente aos efeitos dessa crise. Em segundo lugar, o "novo estado de coisas" (novas práticas, instituições, valores) emerge como uma transformação no interior da "velha ordem", de modo que mantém sedimentos conservadores. Isso significa que o grau de inovação da mudança social deve ser relativizado em termos de profundidade e extensão em relação ao contexto previamente existente. Se, por um lado, não existe mudança completa, por mais radical que seja, por outro há mudanças tão superficiais que rapidamente sucumbem aos mesmos problemas enfrentados anteriormente. Por fim, em terceiro lugar, devemos considerar o papel específico dos movimentos sociais e dos atores sociais na mudança social. Quando um determinado conjunto de práticas passa a ser objeto de opróbrio, isto é, passa a ser considerado motivo de vergonha, reprovação ou tornado um escândalo moral, então a possibilidade de mudança pode ser protagonizada por movimentos sociais contestatórios. No entanto, o sucesso ou mesmo a existência das formas de luta desses movimentos, enquanto possibilidade efetiva de transformação, não depende exclusivamente dos atores envolvidos. Elas requerem também certas condições materiais e sociais que facilitem a articulação da crítica-prática no sentido de uma reinterpretação dos conflitos sociais, transformando as normas existentes. Assim, para

Jaeggi, a mudança social depende igualmente de elementos *passivos* e *ativos*, ou seja, tanto das circunstâncias históricas e sociais condensadas por meio do acúmulo de processos de experiência e do estofo institucional democrático disponível em uma época, quanto da orientação consciente e motivada de um grupo de pessoas que decide travar e sustentar a luta política visando um horizonte concreto de mudança.

Podemos exemplificar esse movimento de luta dirigida à mudança social por meio das pautas defendidas por cada integrante da Mandata Ativista. O quanto cada luta resulta em mudança efetiva, isto é, mensurável, depende de uma avaliação em retrospecto que somente pode ser conduzida após certo período de tempo. Por enquanto, proponho considerar apenas o *potencial* de mudança contido na experiência da Mandata que poderia ser resumida em uma ideia: a luta democrática anticapitalista interseccional.

Em que sentido a Mandata Ativista pode ser considerada um exemplo concreto de luta democrática anticapitalista interseccional? Temos que ter em consideração que o enfrentamento ao capitalismo não é uma questão apenas de luta de classes circunscrita à oposição capital x trabalho, isto é, ao proletariado e a burguesia. Sem dúvidas esta é uma forma consistente de entender o problema, porém, como vimos com Nancy Fraser, é necessário ampliar a concepção de capitalismo para melhor compreender as diferentes lutas e desejos em nossa época. Assim, quando trazemos para dentro do debate a consideração de que o capitalismo não é apenas um modo de produção, mas uma ordem social institucionalizada – ou forma de vida –, isto é, uma realidade histórico-social que abrange todos os domínios práticos da vida humana no planeta nos últimos séculos, então temos que considerar os domínios aparentemente extra-econômicos da reprodução social, da natureza não humana e da dominação racial como igualmente centrais para a compreensão das lutas anticapitalistas[129].

Mesmo que a "montagem" da Mandata Ativista tenha sido contingente e não estruturada a partir de um diagnóstico crítico da época, no final o grupo acabou representando bem as principais frentes de luta anticapitalista "desde abaixo". De certa forma, todo o grupo da Mandata Ativista sofreu algum tipo de violência ou exploração – em maior ou menor grau – ao longo de sua trajetória de vida, de modo que isso faz de seus próprios corpos um elemento importante da luta pela ocupação da política institucional como meio para potencializar outras lutas. O posicionamento contra a exploração de trabalhadores pelo Estado

[129] É interessante observar que, no diálogo entre Fraser e Jaeggi sobre a crítica do capitalismo, as autoras abordam formas de luta progressistas como o anarquismo, o movimento pelo pós-crescimento, decoloniais etc., além de expressões regressivas, como o neoliberalismo e o ressentimento, porém não chegam a apresentar uma análise específica das formas de luta realmente existentes a partir do quadro teórico desenvolvido ao longo do livro (Fraser & Jaeggi, 2020). Considero que este é um caminho em aberto para o qual a psicologia social crítica pode contribuir a partir da discussão de casos específicos.

e pelo mercado se expressa no enfrentamento à Reforma Administrativa, às privatizações e na defesa dos direitos trabalhistas; a crítica à violência contra as mulheres enquanto grupo oprimido pela violência de gênero e pelo trabalho não pago da reprodução social da força de trabalho se expressa na defesa das pautas feministas e de direitos das mães e das infâncias; a luta contra a predação ambiental foi travada visando outra forma de produção de alimentos, não baseada em agrotóxicos, mas voltada para um equilíbrio sustentável com a natureza não humana; o enfrentamento do racismo foi uma pauta central das ações da Mandata Ativista dentro e fora da ALESP... entre outras frentes de defesa dos direitos humanos e do enfrentamento a injustiças e violências políticas.

Embora algumas integrantes da Mandata representem prioritariamente uma forma de luta – por exemplo: Paula Aparecida representa a luta trabalhista, Raquel Marques a luta feminista, Claudia Visoni a luta ecológica e Jesus dos Santos a luta antirracista – isso não significa que tenha havido uma espécie de "apropriação privativa" da crítica-prática. Na realidade, o exemplo da Mandata Ativista, mesmo com todos os conflitos, é revelador de um enorme potencial de sinergia e aprendizado coletivo entre diferentes frentes de luta e comunidades de base política.

Esse aspecto da configuração das lutas é especialmente relevante para o estudo dos coletivos e movimentos sociais contemporâneos desde a teoria crítica, pois, com frequência, encontramos análises segmentadas da cultura política a partir dos diferentes marcadores de dominação e opressão social: a teoria da interseccionalidade entre classe, gênero, ambiente e raça – entendida como consubstancialidade entre esses marcadores – costuma ser "aplicada" na prática por movimentos de resistência cuja resposta é limitada a ou tende a priorizar apenas uma dessas dimensões. Assim, parece ser mais fácil encontrar um diagnóstico ampliado que aponte para os problemas da exploração do trabalho, da violência de gênero, da predação ambiental e do racismo, do que coletivos e movimentos sociais de resistência que efetivamente articulem todas essas frentes em uma luta conjunta.

Talvez esta seja a grande contribuição da Mandata Ativista enquanto um experimento democrático relativamente bem-sucedido do ponto de vista da potencialização de diversas frentes de luta: é possível, embora com muita dificuldade, desenvolver uma experiência política concreta de luta anticapitalista que seja, simultaneamente, feminista, ambientalista e antirracista. Mais do que isso: uma experiência de reunir e potencializar diversas frentes de luta social progressista por meio da ocupação da esfera pública e da disputa dos espaços democráticos formais.

Conclusão

Neste capítulo abordei o caso da Mandata Ativista de São Paulo como um exemplo para a análise da configuração das lutas políticas contemporâneas. Busquei apresentar, no primeiro momento, a trajetória da Bancada e da Mandata Ativista e, em seguida, um esboço de contribuição analítica desde o campo da psicologia social crítica. A onda de mandatas e mandatos coletivos na política institucional brasileira ainda está ocorrendo com grande intensidade, por isso não é possível avaliar os limites e possibilidades desse modelo a partir de um caso pioneiro como a Mandata Ativista de São Paulo. Enquanto o cenário de 2016 e 2018 foi marcado pela hegemonia da extrema-direita, articulada em um planejamento consistente de ocupação da política institucional, como mostra a análise de Camila Rocha (2018) – e que envolveu a aparentemente improvável aliança entre direita ultraliberal e os setores de extremo conservadorismo –, em 2020 e 2022 temos visto uma intensificação das disputas e conflitos, com a emergência de uma pequena mas importante força alternativa, à esquerda, por meio do formato de candidaturas coletivas. Neste sentido, o cenário político brasileiro dos próximos anos exige do campo democrático progressista uma dupla tarefa: por um lado, *compreender* a dinâmica da mudança em ato e, por outro, *tomar partido* nesse processo de intensificação das lutas sociais em direção à construção de uma alternativa contra-hegemônica e anticapitalista.

Considerações finais

Um sorriso no rosto e os punhos cerrados
que a luta não para.

Novos dias.
Sergio Vaz

A escrita dessa tese ocorreu em mais um momento de crise da democracia brasileira. Provavelmente levará muitos anos para nos recuperarmos da regressão desencadeada pelo golpe de 2016, mas já é possível vislumbrar um cenário de maior complexidade para as lutas sociais. Nesta pesquisa busquei contribuir com uma agenda ampla de estudo e intervenção prática que visa o fortalecimento da democracia, a partir da temática ainda incipiente dos mandatos e mandatas coletivas, apostando que o campo da psicologia social latino-americana tem muito a oferecer para o desenvolvimento das ciências sociais críticas e à sociedade de modo geral.

A motivação para a presente pesquisa nasceu em junho de 2013 e tomou contornos após os acontecimentos de 2018, ano em que a extrema-direita chegou ao poder, mas também em que se renovou o sentimento de esperança e urgência no âmbito das lutas progressistas, com algumas vitórias eleitorais até então inéditas, sobretudo das candidaturas coletivas. Assim, nesse contexto histórico de aprofundamento da crise administrativa do Estado e de legitimação do sistema democrático formal, observamos também uma efervescência da esfera pública política no Brasil, com a condensação de diversas frentes de resistência contra processos de dominação e opressão principalmente em torno das pautas feministas, antirracistas, ecológicas, LGBTQIA+ e trabalhistas. Essa reconfiguração das lutas sociais ocorre em um cenário mais amplo de mudança institucional da ordem capitalista contemporânea, no qual o regime de acumulação financeirizado hegemônico tem restringido os horizontes de possibilidades e alternativas históricas à polarização entre autoritarismo, de um lado, ou à radicalização democrática, de outro. O dilema colocado por Rosa Luxemburgo sobre a clivagem entre "socialismo ou barbárie" talvez esteja mais atual do que nunca. Nesse momento, a alternativa socialista parece se redesenhar no sentido de um anticapitalismo como democracia radical, ao mesmo tempo em que o aprofundamento do domínio do capital tende a se sustentar apenas pela "ditadura de uma economia de mercado capitalista acima de qualquer correção democrática", como postulou Wolfgang Streeck (2008, p. 208). Por isso, a relação entre capitalismo e democracia radical permanece como ponto fulcral a ser observado pelas ciências críticas.

É nesse sentido que trazer a categoria da *luta* de volta ao primeiro plano permite reconectar o debate teórico com os anseios e vivências cotidianas dos atores sociais. "A vida é uma constante luta". A experiência agonística da existência cotidiana reflete a dinâmica de uma ordem social institucionalizada fundada por conflitos e contradições inter e intra domínios, como observou Nancy Fraser. A reprodução do capital não ocorre sem tensões constitutivas entre a produção econômica, a reprodução social, a natureza e a política. Então é fundamental que a categoria *luta* seja recuperada e discutida pelas ciências sociais e em especial pela Psicologia. No campo específico da Psicologia Social latino-americana o interesse por temas como transformação social, movimentos sociais, comportamento e consciência política sempre esteve presente, mas a categoria luta enquanto tal parece não ter sido desenvolvida em toda a sua potencialidade.

Vimos no primeiro capítulo que os estudos psicossociais brasileiros abordam diversas experiências de luta e, em diálogo com a literatura internacional, já apresentam desenvolvimentos específicos sobre as motivações e processos psicossociais presentes no engajamento em grupos políticos. Existem algumas evidências de que a participação política pode atenuar sintomas de saúde mental[130] e favorecer uma autorrelação prática mais positiva para os sujeitos. Isso não significa, no entanto, que a luta seja em si algo terapêutico. Na realidade, tanto a necessidade de lutar quanto a consciência sobre a luta possuem uma dimensão prática intrínseca, isto é, estão diretamente atreladas à forma como se dá a condução da vida cotidiana e às respostas apresentadas diante de problemas concretos. Logo, mostrou-se adequado trabalhar com a definição proposta por Axel Honneth, para quem a luta opera como uma forma de crítica social sempre latente e, portanto, está potencialmente acessível a todos os atores em posição de desvantagem objetiva perante as práticas e normas sociais de uma determinada ordem social. Ao se organizarem coletivamente, esses atores podem disputar o entendimento e a implementação de tais normas e práticas, criticando-as naquilo que possuem de deficitário. Assim, a luta social produz uma espécie de excedente normativo que possibilita a transformação tanto das práticas quanto do entendimento (consciência) sobre a realidade. O aspecto crítico das lutas consiste precisamente nessa reavaliação das insuficiências e contradições da realidade e da interpretação que temos sobre ela, de modo que os processos sistêmicos de dominação e as situações concretas de opressão sejam confrontados com outras possibilidades de efetivação orientadas por determinados horizontes normativos.

[130] Conferir, por exemplo, entre muitos outros, o estudo de Guilherme Boulos (2016) sobre a variação de sintomas depressivos relacionada à participação coletiva em ocupações.

É nesse espírito que as primeiras experiências de mandatos coletivos no Brasil surgem como aglutinadoras de diferentes lutas e entendimentos sobre a realidade brasileira e, portanto, se mostram como mais do que uma mera inovação institucional, mas também como experimentos democráticos potencialmente transformadores.

O quanto essas iniciativas coletivas irão perdurar e ser capazes de se fortalecer ainda é incerto, pois as arenas da política institucional brasileira tendem a ser majoritariamente conservadoras e reativas às inovações e experimentações desse tipo. Ademais, a sustentabilidade das candidaturas e mandatos/as coletivos/as depende da capacidade de fazerem ressoar na esfera pública as lutas travadas por suas distintas lideranças políticas.

Não obstante esses desafios, pode-se dizer que a experiência dos primeiros mandatos coletivos brasileiros tem um papel histórico fundamental para o fortalecimento do campo democrático. Por isso, parece ter sido muito importante o vislumbre da possibilidade de disputar e ocupar cada vez mais a política institucional com corpos de luta para fazer frente à hegemonia dos representantes do capital, a partir da emergência da vida contra o anestesiamento social diante da retirada de direitos, como defendeu Marielle Franco. A proliferação de candidaturas e mandatos/as coletivos/as no campo progressista, em 2020, revela uma reconfiguração das lutas sociais contemporâneas que se articulam dentro e fora da política institucional. Ocorre que, nesse processo, são intensificadas as violências políticas sobre os grupos historicamente apartados dos espaços formais de poder, o que torna a necessidade de resistência popular organizada ainda mais pungente.

Mandatos/as coletivos/as são uma nova alternativa para a disputa do poder legislativo. Os primeiros casos mostram que possuem o potencial de favorecer o acesso de grupos oprimidos aos espaços institucionais, embora estes tenham sido, até hoje, ambientes hostis à presença de militantes e ativistas. No entanto, se, por um lado, mandatos coletivos conseguem reunir corpos, pautas e lutas concretas em uma mesma cadeira legislativa, por outro, contraditoriamente, o escopo de ação é restringido pelo mesmo fato de ser um coletivo em meio à praticamente totalidade de mandatos personalistas tradicionais.

Um exercício de pensamento interessante seria apresentar uma proposta radical de "reforma política" na qual todas as vagas de representação para o legislativo no Brasil fossem disputadas apenas por candidaturas coletivas, isto é, por "chapas" – ainda vinculadas aos partidos – nas quais a equipe mínima de gabinete (que varia de tamanho em cada caso) fosse apresentada à população desde o início, durante as eleições. Assim, teríamos um coletivo que representa um coletivo e saberíamos quais os acordos e compromissos que são firmados para o exercício de um mandato *antes* da escolha. Talvez assim se tornasse mais difícil de

existirem máquinas eleitorais de propaganda e mentira generalizada que caracterizam o processo eleitoral brasileiro (cujo corolário é o "político tradicional que só aparece em época de eleição"). Talvez pudesse ser também uma maneira de incentivo à participação política e à diversidade nas candidaturas, com ações afirmativas para garantir maior representatividade descritiva. Esse horizonte imaginado certamente não resolveria todos os problemas e dificilmente seria aceito e implementado nas atuais condições. Porém, não podemos deixar de imaginar possibilidades, especialmente no sentido da radicalização de um pluralismo de experimentações democráticas submetidas ao escrutínio do debate público.

Embora seja fundamental para o campo democrático conquistar mais espaço de representação na política institucional com pautas progressistas, fazendo ressoar na esfera pública as melhores soluções para os problemas enfrentados pelas maiorias populares, ainda assim, não podemos confiar apenas nas instituições formais como espaços centrais de mudança social. Na realidade, como vimos ao longo da pesquisa, desde uma perspectiva psicossocial, as instituições políticas tendem a *bloquear* processos de aquisição de experiências. Para enfrentar esses bloqueios e restrições, é necessário mobilizar energias para as lutas dentro e fora desses espaços. Assim, do mesmo modo que o capitalismo pode ser categorizado por sua topografia dinâmica entre primeiro plano e plano de fundo, poderíamos dizer que também as lutas sociais se caracterizam pela dinâmica figura-fundo: ora as lutas são protagonizadas por movimentos sociais que aparecem na esfera pública e passam a influenciar as decisões políticas e administrativas, produzindo uma atmosfera favorável à emergência de novas lutas; por outro lado, ora a disposição para as lutas vão se adensando de forma inarticulada, no cotidiano de vida, até que se nos revelam a partir do terreno oculto da cultura política da eticidade democrática. Nesse sentido, tanto existência das lutas sociais são indicativas da vitalidade da democracia quanto a própria democracia, ao se enraizar como forma de vida, potencializa a emergência e proliferação das lutas.

A presente tese é um estudo em psicologia social, embora busque desde o princípio dialogar com os campos da filosofia e das ciências sociais a partir da teoria crítica enquanto denominador comum[131]. Como vimos, pode ser produtivo tomar as lutas sociais como um processo psicossocial básico, mediador da relação indivíduo-grupo-sociedade, e avaliá-las segundo seus horizontes normativos. Este pode ser um caminho para pesquisas futuras. Nesta pesquisa busquei analisar a configuração das lutas contemporâneas a partir da literatura e da

[131] Esta tese também poderia ser considerada como uma pesquisa do campo da Psicologia Política (Silva, 2012) ou de articulação entre Psicologia Social, Comunitária e Política (Costa, 2015). Outra articulação possível, que já vem sendo realizada pelo campo de estudos psicossociais, diz respeito às contribuições da Psicologia para a Análise de Políticas Públicas (Lara, Aragusuku & Costa, 2020).

experiência concreta de protagonistas da luta democrática, abordando os casos de inovações democráticas tais como: um mandato coletivo (João Yuji, de Alto Paraíso de Goiás), um mandato compartilhado-regionalizado (Gabriel Azevedo, de Belo Horizonte – Minas Gerais) e um mandato popular (Jhonatas Monteiro, de Feira de Santana – Bahia). Busquei discutir mais detalhadamente o caso da Mandata Ativista de São Paulo como um exemplo das configurações das lutas sociais contemporâneas. Vimos que o caso da Mandata Ativista pode ser considerado emblemático na medida em que mobiliza a reflexão sobre o potencial das lutas, dentro e fora das instituições, para a construção da identidade política, do processo de organização grupal/comunitária e da crítica-prática da sociedade capitalista. Apesar das dificuldades, talvez a grande contribuição da Mandata Ativista, entendida como um experimento democrático relativamente bem-sucedido do ponto de vista da potencialização de diversas frentes de luta, seja que ela mostrou ser possível vislumbrar uma articulação concreta de luta anticapitalista, feminista, ambientalista e antirracista. Uma experiência política efetivamente interseccional e consubstanciada. Fica o desafio, para o campo progressista, de como avançar em direção a esse horizonte de forma mais sustentável.

Para finalizar, é importante frisar que a presente pesquisa possui algumas limitações. Por se tratar de um estudo de caso, de abordagem qualitativa dos dados obtidos – tanto as fontes primárias quanto secundárias –, não é possível defender uma generalização quantitativa ou mesmo analítica, uma vez que se trata de um tema ainda muito recente. Por isso, é fundamental a realização de novas pesquisas interdisciplinares, tanto qualitativas como quantitativas, sobre os temas abordados nesse estudo, como por exemplo: um levantamento descritivo mais detalhado sobre as candidaturas e mandatos/as coletivos/as; uma pesquisa de opinião sobre a repercussão dessas inovações democráticas entre o eleitorado; análises mais aprofundadas sobre as trajetórias políticas e aprendizados de pessoas que se engajam nas lutas e constroem uma experiência coletiva na institucionalidade política; estudo documental sobre os coletivos/as nos regimentos de partidos e nas Casas Legislativas; entre muitas outras. Igualmente importante é o desenvolvimento de estudos sobre a adesão política à extrema-direita e como esses grupos têm se organizado, seja para combater as iniciativas democráticas de coletivização da política, seja para se apropriar dessa ferramenta para seus próprios fins. Em todo caso, há um amplo e instigante caminho em aberto e, sem dúvidas, já existem muitas pessoas trilhando e apresentando seus achados.

Referências[132]

[132] Normalização de referências de acordo com adaptação das normas da *American Psychological Association* (APA), sétima edição, adotadas pela Biblioteca Dante Moreira Leite, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Abílio, L. C. (2021). Uberização, autogerenciamento e o governo da viração. *Margem esquerda – revista da Boitempo,* 36, 55-69.

Adorno, T. W. (2008). *Minima Moralia. Reflexões a partir da vida lesada.* Tradução de Gabriel Cohn, Beco do Azougue. Originalmente publicado em 1951.

Adorno, T. W. (2015). Sobre a relação entre sociologia e psicologia. In: Adorno, T. W. *Ensaios sobre psicologia social e psicanálise*, Unesp, 71-136. Originalmente publicado em 1955.

Adorno, T.W., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D., & Sanford, N. (1950). *The Autoritarian Personality,* Harper.

Adorno, T. W. & Horkheimer, M. (1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos,* Zahar. Originalmente publicado em 1947.

Almeida, R. (2016). Estudo de caso: foco temático e diversidade metodológica. In: A. Abdal, M. C. V. Oliveira, D. R. Ghezzi & J. S. Júnior. (Orgs). *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo,* Sesc-SP, Cebrap.

Alvaides, N. K & Scopinho, R. A. (2013). De sem-terra a sem-terra: memórias e identidades. *Psicologia & Sociedade, 25*(2), 288-297. https://www.scielo.br/j/psoc/a/Ry9sDwyTKqV6XrBxrDMqXKC/?lang=pt.

Arat, Y. (2000). From Emancipation To Liberation: The Changing Role of Women in Turkey's Public Realm. *Journal of International Affairs*, *54*(1), 107–123. http://www.jstor.org/stable/24357691.

Arendt, H. (2010). *A condição humana.* 11.ed. Tradução de Roberto Raposo, Forense Universitária. Originalmente publicado em 1958.

Asch, S. (1960). *Psicologia Social. Segundo volume.* Tradução de Dante Moreira Leite e Miriam Moreira Leite. Companhia Editora Nacional. Originalmente publicado em 1952.

Azmanova, A. (2020). *Capitalism on the edge: how fighting precarity can achieve radical change without crisis or utopia,* Columbia University Press.

Bacelar, R. P. & Castro, L. R. (2015). Modos de subjetivação de jovens nas tramas do ambientalismo: uma análise psicopolítica. *Revista Psicologia Política*, *15*(33), 317-333. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000200006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.

Banerjee, A. & Duflo, E. (2021). *A economia dos pobres: uma nova visão sobre a desigualdade.* Tradução de Pedro Maia Soares, Zahar. Originalmente publicado em 2011.

Barrero Cuellar, E. (2017). *La Psicología como engaño: ¿Adaptar o subvertir?,* Ediciones Cátedra Libre.

Becker, Howard. (2015). *Truques da escrita: para começar e terminar teses, livros e artigos,* Zahar. Originalmente publicado em 1986.

Berger, P. & Luckmann, T. (2008). A sociedade como realidade subjetiva. In: Berger, P. & Luckmann, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.*

29. ed. Tradução de Floriano de Souza Fernandes, Vozes. Originalmente publicado em 1966.

Bicudo, V. L. (2010). *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo.* Organizado por Marcos Chor Maio, Editora Sociologia e Política. Originalmente publicado como dissertação de mestrado em 1945.

Borba, Julian. (2012). Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. *Revista Sociedade & Estado*, 27(2), 263-288. https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000200004 .

Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade: lembranças de velhos.* 3.ed., Companhia das Letras. Originalmente publicado em 1979.

Bosi, E. (2003). *O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social*, Ateliê Editorial.

Botelho, J. (2019). Racismo e luta antirracista no Brasil: uma análise necessária para o avanço da estratégia anticapitalista. *Revista trabalho necessário*, 17(34), 171-191. http://dx.doi.org/10.22409/tn.17i34.p38049 .

Boulos, G. C. (2016). *Estudo sobre a variação de sintomas depressivos relacionada à participação coletiva em ocupações sem-teto em São Paulo.* Dissertação (Psiquiatria). Faculdade de Medicina. Universidade de São Paulo.

Braga, R. (2012). *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*, Boitempo.

Burawoy, M. (2006). Por uma sociologia pública. *Revista de Ciências Sociais*, 25, 9-50. Tradução de Rui Gomes de Mattos de Mesquita. http://burawoy.berkeley.edu/PS/Translations/Brazil/ASA.Portuguese.pdf .

Burawoy, M. (2009). *The extended case method: four Countries, four decades, four great transformations and one theoretical tradition*, University of California Press.

Burrell, G. & Morgan, G. (1979). *Sociological paradigms and organisational analysis. Elements of the sociology of corporate life*. Ashgate.

Camargo, S. (2014). Os primeiros anos da "Escola de Frankfurt" no Brasil. *Lua Nova*, 91, 109-133. https://doi.org/10.1590/S0102-64452014000100005 .

Campos, B. L. (2021). *Juntas em um único número na urna? Uma análise das experiências de mandatos coletivos no Brasil (2016-2020).* Tese de doutorado (Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais. http://anpocs.com/images/stories/CONCURSOS/2022/Teses_dissertacoes/07CPT.pdf

Cannone, L. A. R. (2019). Historicizando a transexualidade em direção a uma psicologia comprometida. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *39*(spe3), e228487. https://doi.org/10.1590/1982-3703003228487.

Carvalho, J. M. (2001) *Cidadania no Brasil: o longo caminho.* 10. ed., Civilização Brasileira.

Castro, S. (2020). Condescendência: estratégia pater-colonial de poder. In: Heloísa Buarque de Hollanda (Org.) *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*, Bazar do Tempo.

Catão, F. (2010). Aos trinta anos de Medellín. In: vários autores. *Conclusões da Conferência de Medellín, 1968: trinta anos depois, Medellín ainda é atual?* 3. ed., Paulinas, 253-284.

Cattelan, R., Moraes, M. L. & Rossoni, R. A. (2020). A Reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019). *Revista NERA*, 23(55), 138-164. https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6907.

Christman, J. (2018). Decentered Social Selves. In: Allen, A. & Mendieta, E. (Orgs.). *From Alienation to Forms of Life: the Critical Theory of Rahel Jaeggi.* The Pennsylvania State University Press.

Ciampa, A. C., Alves, C. P. & Almeida, J. A. (2017). O sintagma identidade-metamorfose-emancipação. *Psicologia & Sociedade*, *29*, e177585. https://www.scielo.br/j/psoc/a/mwCNdTrfnP7svc3Dx4RRgYH/.

Costa, A. A. A. (2005). O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Gênero, 5*(2), 1-20. https://doi.org/10.22409/rg.v5i2.380/.

Costa, F. A. & Prado, M. A. M. (2017). Artimanhas da hegemonia: obstáculos à radicalização da democracia no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 29, e152680. https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29152680.

Costa, J. F. A. (2015). "Fazer para transformar": a psicologia política das comunidades de Maritza Montero. *Revista Psicologia Política*, 15(33), 269-283. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000200003&lng=pt&nrm=iso.

Costa, J. F. A. (2016). *Cidadania, Reconhecimento e Proteção Social: um estudo sobre serviços socioassistenciais na cidade de São Paulo.* Dissertação de mestrado (psicologia social). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Costa, J. F. A. (2019). Contribuições da Psicologia Social Crítica para análise da relação entre atores estatais e não estatais na implementação de políticas públicas. In: Cordeiro, M.P., Lara, M. F. A., Aragusuku, H. A. & Maia, R. L. A. (Orgs.). *Pesquisas em Psicologia e Políticas Públicas: Diálogos na pós-graduação.* Vol. 1. Universidade de São Paulo, 10-29.

Costa, J. F. A. (2020). Por que ler Jessé Souza? *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* 35(102), e3510205. https://doi.org/10.1590/3510205/2020.

Costa, J. F. A. (2021). Quem é o "cidadão de bem"? *Revista Psicologia USP*, 32, e190106. https://doi.org/10.1590/0103-6564e190106.

Costa, J. F. A. & Barros, C. C. (2020). Caminhos da Psicologia latino-americana como práxis de libertação. *Revista Ideação (UEFS),* 41, 200-219. https://doi.org/10.13102/ideac.v1i41.4722.

Costa, J. F. A. & Macêdo, S. A. (2022). A retomada da crítica ao capitalismo na Teoria Crítica: um olhar sobre a obra de Nancy Fraser e Rahel Jaeggi. In: Barros, C., Costa, J. F. & Macêdo, S. (Orgs.) *Psicologia e Teoria Crítica: descolonização, interseccionalidade e a crise do capitalismo*, UEFS Editora.

D'Andrea, T. P. (2013). *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo.* Tese de doutorado (Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-18062013-095304/pt-br.php.

Del Priore, M. L. M. (1994). Brasil colonial: um caso de famílias no feminino plural. *Cadernos de Pesquisa*, 91, 69-75. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6208912 .

Dewey. J. (1985). *Experiência e natureza; Lógica: a teoria da investigação; A arte como experiência; Vida e educação; Teoria da vida moral*. Coleção Os Pensadores. Traduções de Murilo Otávio Paes Leme, Anísio Teixeira e Leonidas Gontijo de Carvalho. 2. ed., Abril Cultural.

Divino, S. B. S. & Antunes, B. G. B. (2021). A mineração de criptomoedas e os impactos ambientais: reflexos na Agenda 2030. *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, 7(6), 2179-2215. https://www.cidp.pt/publicacao/revista-juridica-lusobrasileira-ano-7-2021-n-6/221.

Dussel, E. (1995). *Filosofia da Libertação: crítica à ideologia da exclusão,* Paulus.

Dussel, E. (2005). Europa, modernidade e eurocentrismo. In: Edgardo Lander (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.* Colección Sur Sur, CLACSO.

Dussel, E. (2014). *16 Tesis de economía política: interpretación filosófica*, Siglo XXI.

Elovitz, P. H. (2022). Sherry Turkle on Conversation and Empathy Versus Artificial Intelligence (A.I.). *The Journal of Psychohistory*, 49(3), 230-234. https://www.proquest.com/docview/2627193316 .

Faria, F. (2021). *De l'activisme urbain à la politique institutionnelle: acteurs et dynamiques de la démocratie de l'expérience à São Paulo et à Belo Horizonte.* Thèse de Doctorat (Sociologie). L'Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales et l'Université de São Paulo. https://hal.archives-ouvertes.fr/tel-03576138.

Faria, M. (2021). Pensamento social e relações raciais no Brasil: a análise marxista de Clóvis Moura. In: S. Almeida (org.) *Marxismo e questão racial.* [livreto], Boitempo. Publicado originalmente em 2016, na edição 27 da *Margem Esquerda – Revista da Boitempo*.

Farías, L. & Montero, M. (2005). De la transcripción y otros aspectos artesanales de la investigación cualitativa. *International Journal of Qualitative Methods, 4*(1), 53-68. https://doi.org/10.1177/160940690500400104.

Fausto, B. (2001). *História concisa do Brasil*, Edusp.

Fernandes, F. (1973). Nota prévia. In: Fernandes, F. (org.). *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*, Companhia Editora Nacional.

Fernandes, F. (2008). *Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*, Global Editora. Originalmente publicado em 1960.

Fernandes, F. (2020). *Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, Contracorrente. Originalmente publicado em 1974.

Figueiredo, L. R. A. & Magaldi, A. M. B. M. (1985). Quitandas e quitutes: um estudo sobre rebeldia e transgressão femininas em uma sociedade colonial. *Cadernos de pesquisa*, 54, 50-61.

Flores Osório, J. M. (2009). Praxis and Liberation in the Context of Latin American Theory. In: Montero, M. & Sonn, C. (eds.). *Psychology of Liberation: Theory and Applications,* Springer.

Franco, M. (2017). A emergência da vida para superar o anestesiamento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada. In: W. Bueno, J. Burigo, R. Pinheiro-Macho & E. Solano (Orgs.). *Tem saída? Ensaios críticos sobre o Brasil,* Editora Zouk.

Fraser, N. (2014). Tras la morada oculta de Marx: por una concepción ampliada del capitalismo. *New Left Review,* 86, 57-68.

Fraser, N. (2017). Crisis of care? On the social-reproductive contradictions of contemporary capitalism. In: Tithi Bhattacharya (ed.) *Social reproduction theory: remapping class, recentring oppression,* Pluto Press. Pp. 21-36.

Fraser, N. (2018). Crise de legitimação? Sobre as contradições políticas do capitalismo financeirizado. *Cadernos de Filosofia Alemã,* 23(2), 153-188. Tradução de José Ivan Rodrigues de Sousa Filho. https://doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v23i2p153-188.

Fraser, N. (2021). Climates of capital: for a trans-environmental eco-socialism. *New Left Review*, 127, 94-127.

Fraser, N. (2022, 25 de fevereiro). Nancy Fraser encara o capitalismo canibal. Entrevista a Martin Mosquera, na Jacobin Latinoamericana. Tradução de Victor Costa. *Outras Palavras* [online]. https://outraspalavras.net/feminismos/nancy-fraser-encara-o-capitalismo-canibal/ .

Fraser, N. & Jaeggi, R. (2020). *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica.* Tradução de Nathalie Bressiani, Boitempo. Publicado originalmente em 2018.

Furlan, V. (2020). *Infância institucionalizada: identidade e acolhimento institucional.* Appris.

Galeano, Eduardo. (2010). *As veias abertas da América Latina,* L&PM Pocket. Originalmente publicado em 1970.

Galvão, T. F., Pansani, T. S. A. & Harrad, D. (2015). Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: a recomendação PRISMA. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, *24*(2), 335-342. http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742015000200017.

Gatto, M. A. C., Russo, G. A. & Thomé, D. (2021). *+Representatividade: relatório,* Instituto Update! https://www.institutoupdate.org.br/maisrepresentatividade/.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social.* 6.ed., Editora Atlas. Originalmente publicado em 1987.

Gohn, M. G. (2018). Jovens na política na atualidade: uma nova cultura de participação. *Caderno CRH, 31*(82), 117-133. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792018000100008.

Gomes, M. A. (2017). Os impactos subjetivos dos fluxos migratórios: os haitianos em Florianópolis (SC). *Psicologia & Sociedade, 29*, e162484. https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29162484.

Gonçalves, B. S. (2019). *Nos caminhos da dupla consciência: América Latina, Psicologia e Descolonização*, Ed. Autor.

Gonçalves Filho, J. M. (1998). Humilhação social: um problema político em psicologia. *Revista Psicologia USP*, *9*(2), 11-67. https://doi.org/10.1590/S0103-65641998000200002.

Greijdanus, H., Fernandes, C. A. M., Turner-Zwinkels, F., Honari, A., Roos, C. A., Rosenbusch, H. & Postmes, T. (2020). The psychology of online activism and social movements: relations between online and offline collective action. *Current Opinion in Psychology*, *35*, 49-54. https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2020.03.003 .

Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, 31(1), 26-49. https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00025.pdf .

Grohmann, R. (2021). Trabalho plataformizado e luta de classes. *Margem esquerda – revista da Boitempo*, 36, 40-46. Dossiê: Capitalismo digital.

Guimarães, A. S. (1999). *Racismo e antirracismo no Brasil*, Editora 34.

Guzzo, R. & Lacerda Júnior, F. (2011). *Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação,* Alínea.

Habermas, J. (2014). *Conhecimento e interesse.* Tradução de Luiz Repa, Unesp. Publicado originalmente em 1968.

Habermas, J. (2021). *Facticidade e validade: contribuições para uma teoria discursiva do direito e da democracia.* Tradução de Rúrion Melo e Felipe Gonçalves Silva. 2. ed., Editora Unesp.

Hansen, M. P. (2016). Non-normative critique: Foucault and pragmatic sociology as tatical re-politicization. *European Journal of Social Theory*, *19*(1), 127–145. https://www.dx.doi.org/10.1177/1368431014562705.

Hegel, G. W. F. (2014). *Fenomenologia do espírito.* 9. ed. Tradução de Paulo Meneses, Vozes. Originalmente publicado em 1807.

Hobsbawm, E. J. (2000). *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo,* Forense Universitária.

Hollanda, H. B. (2020). Introdução. In: Heloísa Buarque de Hollanda (Org.) *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais,* Bazar do Tempo.

Honneth, A. (2003). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.* Tradução de Luiz Repa, Editora 34. Originalmente publicado em 1992.

Honneth, A. (2013). O eu no nós: reconhecimento como força motriz de grupos. *Sociologias, 15*(33), 56-80. https://doi.org/10.1590/S1517-45222013000200003.

Honneth, A. (2015). *O direito da liberdade.* Tradução de Saulo Krieger, Martins Fontes. Originalmente publicado em 2011.

Honneth, A. (2017). Is there an emancipatory interest? An attempt to answer critical theory's most fundamental question. *European Journal of Philosophy*, *25*, 908-920. https://doi.org/10.1111/ejop.12321.

Horkheimer, M. & Adorno, T. W. (1973). O grupo. In: Horkheimer, M. & Adorno, T. W. *Temas básicos da sociologia*, Cultrix, 61-77. Originalmente publicado em 1956.

Hur, D. U. (2013). Memórias da guerrilha: construção e transformação. *Psicologia & Sociedade*, *25*(2), 311-320. https://www.scielo.br/j/psoc/a/CGwWvMVHsTrbtYbkTZrbPvy/?lang=pt.

Hur, D. U. (2018). *Psicologia, política e esquizoanálise*, Alínea.

Hur, D. U. & Lacerda Júnior, F. (2017). Ditadura e Insurgência na América Latina: Psicologia da Libertação e Resistência Armada. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *37*(spe), 28-43. https://doi.org/10.1590/1982-3703020002017.

Imbrizi, J. M., Martins, E. C., Reghin, M. G., Pinto, D. K. S. & Arruda, D. P. (2019). Cultura hip-hop e enfrentamento à violência: uma estratégia universitária extensionista. *Fractal: Revista de Psicologia*, *31*(spe), 166-172. https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29041.

Instituto Marielle Franco. (2020). *Agenda Marielle Franco: Um conjunto de compromissos com práticas e pautas antirracistas, feministas e populares a partir do legado de Marielle para as Eleições Municipais 2020*. Instituto Marielle Franco. http://agendamarielle.com/.

Jaeggi, R. (2001). Solidarity and indifference. In: Meulen, R., Arts, W. & Muffels, R. (eds). *Solidarity in Health and Social Care in Europe*, *Philosophy and Medicine*, *69*, 287-308, Springer, Dordrecht. https://doi.org/10.1007/978-94-015-9743-2_12.

Jaeggi, R. (2005). "No Individual Can Resist" *Minima Moralia* as Critique of Forms of Life. *Constellations*, 12(1), 65-82. https://doi.org/10.1111/j.1351-0487.2005.00403.x.

Jaeggi, R. (2008). Repensando a ideologia. *Civitas*, *8*(1), 137-165. https://doi.org/10.15448/1984-7289.2008.1.4326.

Jaeggi, R. (2014). *Alienation.* Tradução de Frederick Neuhouser e Alan Smith, Columbia University Press. Originalmente publicado em 2005.

Jaeggi, R. (2015). O que há (se de fato há algo) de errado com o capitalismo? Três vias de crítica do capitalismo. *Cadernos de Filosofia Alemã*, 20(2), 13-36. https://doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v20i2p13-36.

Jaeggi, R. (2018a). Reply to My Critics. In: Allen, A. & Mendieta, E. (eds.). *From Alienation to Forms of Life: the Critical Theory of Rahel Jaeggi.* The Pennsylvania State University Press.

Jaeggi, R. (2018b). *Critique of Forms of Life.* Tradução de Ciaran Cronin, Harvard University Press.

Jaeggi, R. (2018c). Por um conceito amplo de economia: economia como prática social e a crítica do capitalismo. *Civitas*, 18(3), 503-522. https://doi.org/10.15448/1984-7289.2018.3.32368.

Jaeggi, R. (2018d). “Resistance to the perpetual danger of relapse”: moral progress and social change. In: Allen, A. & Mendieta, E. (eds.). *From Alienation to Forms of Life: the Critical Theory of Rahel Jaeggi.* The Pennsylvania State University Press.

Janotti, M. L. M. (1992). *O coronelismo: uma política de compromissos.* 8.ed., Brasiliense. Publicado originalmente em 1981.

Jerônimo, R. N. T. & Souza, R. V. C. (2015). Psicologia ambiental: um estudo acerca da resistência frente à mineração em Içara SC. *Psicologia & Sociedade, 27*(1), 80-86. https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n1p080.

Jinkings, I., Doria, K. & Cleto, M. (2016). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise* [recurso digital], Boitempo.

Jurno, A. C. (2021). Plataformas, algoritmos e moldagem de interesses. *Margem esquerda – revista da Boitempo,* 36, 47-53. Dossiê: Capitalismo digital.

Klar, M. & Kasser, T. (2009). Some benefits of being an activist: measuring activism and its role in psychological well-being. *Political Psychology*, 30(5), 755-777. https://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2009.00724.x .

Kant, I. (2012). Resposta à questão: O que é Esclarecimento? *Cognitio, Revista de Filosofia,* 13(1), 145-154. Tradução de Márcio Pugliesi.

Kowarick, L. (2009) *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*, Editora 34.

Krenak, A. (2020). *Ideias para adiar o fim do mundo*. 2ed., Cia das Letras.

Laclau, E. (2011). *Emancipação e diferença,* EdUERJ.

Lara, M. F. A., Aragusuku, H. A. & Costa, J. F. A. (2020). Psicologia Política e Políticas Públicas no Contexto Latino-Americano: definições, histórico e perspectivas. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 9(2). 57-80. https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/33422

Lane, S. T. M. (2004a). A psicologia social e uma nova concepção de homem para a psicologia. In: Lane, S. T. M. & Codo, W. (Orgs.) *Psicologia Social: o homem em movimento.* 13.ed., Brasiliense, 10-19. Originalmente publicado em 1984.

Lane, S. T. M. (2004b). O processo grupal. In: Lane, S. T. M. & Codo, W. (Orgs.) *Psicologia Social: o homem em movimento.* 13.ed., Brasiliense, 78-98. Originalmente publicado em 1984.

Leal, V. N. (2012). *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.* 7.ed., Companhia das Letras. Originalmente publicado em 1948.

Lima, A. F. & Ciampa, A. C. (2017). “Sem as pedras o arco não existe”: o lugar da narrativa no estudo crítico da identidade. *Psicologia & Sociedade, 29,* e171330. https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29171330.

Lima, M. & Prates, I. (2015). Desigualdades raciais no Brasil: um desafio persistente. In: M. Arretche (org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos,* Editora Unesp; CEM, 163-189.

Losekann, C. (2012). Participação da sociedade civil na política ambiental do Governo Lula. *Ambiente & Sociedade,* 15(1), 179-200. https://doi.org/10.1590/S1414-753X2012000100012 .

Löwy, M. (2013). Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. *Caderno CRH,* 26(67), 79-86. https://doi.org/10.1590/S0103-49792013000100006 .

Löwy, M. (2016). *O que é cristianismo da libertação? Religião e política na América Latina,* Perseu Abramo, Expressão Popular.

Machado, P. F., Scarparo, H. B. & Hernandez, A. R. C. (2015). Narrativas do silêncio: movimento da luta antimanicomial, psicologia e política. *Revista Psicologia Política, 15*(34), 599-616. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000300010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.

Martín-Baró, I. (1997). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia (Natal),* 2(1), 7-27. https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002 .

Martín-Baró, I. (2011a). Por uma Psicologia da Libertação. In: Guzzo, R. & Lacerda Júnior, F. *Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*, Alínea, 181-197.

Martín-Baró, I. (2011b). Desafios e perspectivas da Psicologia Latino-Americana. In: Guzzo, R. & Lacerda Júnior, F. *Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação,* Alínea, 199-219.

Martín-Baró, I. (2017a). Entre o indivíduo e a sociedade (1983). In: I. Martín-Baró. *Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais.* Tradução, organização e apresentação de Fernando Lacerda Júnior, Vozes, 101-161.

Martín-Baró, I. (2017b). O psicólogo no processo revolucionário (1980). In: I. Martín-Baró. *Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais.* Tradução, organização e apresentação de Fernando Lacerda Júnior, Vozes, 25-29.

Martín-Baró, I. (2017c). Votar em El Salvador: Psicologia Social da desordem política (1983). In: I. Martín-Baró. *Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais.* Tradução, organização e apresentação de Fernando Lacerda Júnior, Vozes, 162-172.

Martín-Baró, I. (2017d). Os grupos com história: um modelo psicossocial. (1987). In: I. Martín-Baró. *Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais.* Tradução, organização e apresentação de Fernando Lacerda Júnior, Vozes, 204-229.

Martins, J. S. (2011). A ação pastoral das igrejas e o retrocesso na reforma agrária. In: José de Souza Marins. *A política do Brasil: lúmpen e místico*, Contexto. Originalmente publicado em 1992.

Marx, K. (2010). *Sobre a questão judaica*, Boitempo. Publicado originalmente em 1844.

Marx, K. (2013). *O capital: crítica da economia política.* Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle, Boitempo. Publicado originalmente em 1867.

Melo, J. (2021, 2 de abril). “Aqui vencemos a floresta”: como a ditadura militar torturou a Amazônia. *A verdade*. https://averdade.org.br/2021/04/aqui-vencemos-a-floresta-como-a-ditadura-militar-torturou-a-amazonia/.

Melo, R. S. (2020). Democracia como forma de vida: Cultura política e eticidade democrática em Axel Honneth. *Cadernos de Filosofia Alemã,* 25(3), Dossiê Honneth, 75-94. https://doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v25i3p75-94.

Milgram, S. (1963). Behavioral Study of obedience. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, *67*(4), 371-378. https://doi.org/10.1037/h0040525.

Mills, C. W. (2017). *Black Rights, White Wrongs. The critique of Liberal Racialism.* Oxford University Press.

Mion, M. R. & Hennigen, I. (2018). Movimentos de um movimento social nas redes digitais: lutas quanto à publicidade infantil. *Pesquisas e Práticas Psicossociais, 13*(4), e1552. http://seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/3148.

Monteiro, L. G. M. (2006). Objetividade x Subjetividade: da crítica à Psicologia à Psicologia Crítica. In: Lane, S. T. M. & Sawaia, B. B. (Orgs.). *Novas veredas da Psicologia Social.* Brasiliense.

Montero, M. (2001). Ética y política en psicología. Las dimensiones no reconocidas. *Athenea Digital, 1*(0), 1-10. https://doi.org/10.5565/rev/athenead/v1n0.1.

Montero, M. (2003). *Teoría y práctica en la Psicología Comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad,* Paidós.

Montero, M. (2004). *Introducción a la Psicología Comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos,* Paidós.

Morais Oliveira, L. & Gondo Macedo, R. (2022). Movimentos de renovação política no Brasil: o engajamento da sociedade civil na era digital. *Agenda Política, 8*(2), 107-123, 2022. https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/358.

Mortada, S. P. (2022). Tempo e resistência: Ecléa e o método em psicologia social. *Revista Psicologia USP, 33,* e210026. https://doi.org/10.1590/0103-6564e210026.

Moura, G. V. (2019). A interação entre os Movimentos de Renovação Política e os partidos na dinâmica eleitoral de 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de Brasília. https://repositorio.unb.br/handle/10482/37549.

Mulheres Negras Decidem & Instituto Marielle Franco. (2020). *Mulheres negras decidem: para onde vamos.* Relatório de pesquisa. Coordenação: A. C. Lourenço & J. Marques. Apoio: Baobá: fundo para equidade racial. https://www.paraondevamos.org .

Nascimento, C. E. G. (2021). Crise da representatividade e o mandato coletivo como uma afirmação da democracia participativa no Brasil. *Boletim de Conjuntura (BOCA), (5)*13, 94–115. https://doi.org/10.5281/zenodo.4314522.

Nicolau, J. (2017). *Representantes de quem? Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados* [Recurso eletrônico], Zahar.

Nobre, M. (2013). *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*, Companhia das Letras.

Nobre, M. (2016). 1988 + 30. *Novos Estudos CEBRAP*, 35(2), 135-149. https://doi.org/10.25091/S0101-3300201600020008.

Oliveira, A. N. C. (2020). Neoliberalismo durável: o Consenso de Washington na Onda Rosa Latino-Americana. *Opinião Pública*, 26(1), 158-192. https://doi.org/10.1590/1807-01912020261158.

Oliveira, D. (2021). Dilemas da luta contra o racismo no Brasil. In: S. Almeida (org.) *Marxismo e questão racial.* [livreto], Boitempo. Publicado originalmente em 2016, na edição 27 da *Margem Esquerda – Revista da Boitempo*.

Oliveira, M. C., Vieira, J. M. & Marcondes, G. S. (2015). Cinquenta anos de relações de gênero e geração no Brasil: mudanças e permanências. In: M. Arretche (org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*, Editora Unesp; CEM, 309-333.

Paredes, J. (201). *Hilando fino desde el feminismo comunitario.* Comunidad Mujeres Creando Comunidad. https://mujerescreandocomunidad.blogspot.com/.

Pazello, R. P. & Motta, F. H. R. (2013). Libertação e emancipação: uma revisão conceitual para a América Latina. *Monções, Revista de Relações Internacionais da UFGD*, 2(3), 116-143. https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/2393.

Pinheiro-Machado, R. (2019). *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual*, Planeta.

Rego, W. L. & Pinzani, A. (2014). *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania.* 2. Ed., Editora Unesp.

Ricoeur, P. (2006) *Percurso do reconhecimento*, Loyola. Originalmente publicado em 2004.

Rocha, C. (2018). *"Menos Marx, mais Mises" Uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018).* Tese de doutorado (Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Rosa, H. (2019). *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na Modernidade.* Tradução de Rafael Silveira, Editora Unesp. Originalmente publicado em 2005.

Rosa, L. A. & Klandermans, B. (2022). Psicologia Social do Protesto: Um Panorama Teórico a partir da Realidade Brasileira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, e233201, 1-15. https://doi.org/10.1590/1982-3703003233201 .

Rosa, L. A. & Silva, A. P. S. (2015). Sujeito político dramático: mudanças vivenciadas por uma militante do MST. *Psicologia & Sociedade, 27*(1), 47-57. https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n1p047

Rossini, A. M. (2021). Mandatos coletivos e compartilhados no Poder Legislativo: potencialidades de inovação democrática e propostas de regulação. *Revista de Movimentos Sociais e Conflitos, 7*(2), 40-57. http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2525-9830/2021.v7i2.8154.

Rossini, P. G. C. (2014). Das redes sociais para as ruas: mídias sociais como novas “armas” na luta por reconhecimento? *Comunicação & Sociedade*, 36(1), 301-325. http://dx.doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v36n1p301-325.

Sales, A. L. L. F. (2019). *Militância e ativismo: cinco ensaios sobre ação coletiva e subjetividade.* Tese de doutorado (Psicologia). Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Santos, M. B. P. (2020). Movimentos de Renovação Política e a Participação Cívica no Brasil. *Ponto-E-Vírgula*, *26*, 123–137. https://doi.org/10.23925/1982-4807.2019i26p123-137.

Sartre, J. P. (1987). *Questão de método.* Coleção Os Pensadores. Tradução Bento Prado Júnior. 3. ed., Nova Cultural. Publicado originalmente em 1957.

Schäfer, M. S. (2015). Digital public sphere. In: G. Mazzoleni et al. (eds.) *The International Encyclopedia of Political Communication*, Wiley Blackwell, 322-328.

Schucman, L. V. (2012). *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.* Tese de doutorado (Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

Schwarcz, L. M. & Starling, H. M. (2015). *Brasil: uma biografia*, Companhia das Letras.

Secchi, L., Cavalheiro, R. A., Silva, W. Q., Paganela, S. F. & Ito, L. E. (2019). *Mandatos coletivos e compartilhados. Desafios e possibilidades para a representação legislativa no século XXI.* RAPS/UDESC/Arapyaú. https://www.raps.org.br/biblioteca/mandatos-coletivos-e-compartilhados/.

Sepúlveda, B. T. (2021). Para se socializar a política: mulheres negras e mandatos coletivos no Brasil. *Serviço Social em Perspectiva, 4*(especial), 820-831. https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/download/1534/1738.

Silva, A. E. F. A., Avelar, S. A. R., & Pereira, J. R. (2021). Cidadania deliberativa: um estudo de caso sobre o processo de discussão promovido pelo primeiro mandato coletivo do Brasil. Redes, 26, 1-25. https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/15663.

Silva, A. S. (2012). *Psicologia Política, Movimentos Sociais e Políticas Públicas.* Tese de Livre-Docência. Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

Silva, A. S. & Euzébios Filho, A. (2021). Marxismo, consciência e comportamento político. *Linhas críticas*, 27, 1-19. Dossiê As dimensões educativas da luta. https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/36500/30373.

Silva, W. Q., Secchi, L. & Alves, R. A. (2021). Mandatos coletivos e compartilhados no Brasil: análise descritiva de inovações democráticas no Poder Legislativo. *Revista Debates*, *15*(1), 168-190. https://doi.org/10.22456/1982-5269.110367.

Silva Júnior, C. H. F. & Araújo, V. T. (2019). Raça e gênero nas eleições: os discursos dos mandatos coletivos durante 2018. *42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação,* Universidade Federal do Pará. https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1184-1.pdf.

Silva Júnior, N. & Zangari, W. (Orgs.). (2017). *A psicologia social e a questão do hífen: Programa de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo,* Blucher.

Silveira, A. L. & Merlo, A. R. C. (2014). O medo: expressão de um coletivo de trabalhadores. *Fractal: Revista de Psicologia, 26*(2), 349-364. https://doi.org/10.1590/1984-0292/1238.

Singer, A. (2018). *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016),* Companhia das Letras.

Singer, A. & Loureiro, I. (2016). *Apresentação – elementos para uma cartografia do desenvolvimentismo lulista*. In: A. Singer & I. Loureiro (orgs.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?*, Boitempo, 9-19.

Souza, J. (2012). *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?,* Editora UFMG.

Souza, J. (2016). *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado,* LeYa.

Souza, J. (2017). *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato,* LeYa.

Stahl, T. (2021). *Immanent Critique,* Rowman & Littlefield.

Staricco, J. I. (2019). Reclaiming critique in social sciences – or why 'non-normative critique' constitutes a contradiction in terms, *Distinktion: Journal of Social Theory,* 21, 195-213. https://doi.org/10.1080/1600910X.2019.1658614.

Streeck, W. (2018). *Tempo comprador: a crise adiada do capitalismo democrático.* Tradução de Marian Toldy e Teresa Toldy, Boitempo. Originalmente publicado em 2013.

Susen, S. (2015). Emancipation. In: Gibbons, M. T., Coole, D., Ellis, E. and Ferguson, K. (Eds.). *The Encyclopedia of Political Thought,* Wiley Blackwell, pp. 1024-1038.

Tavanti, R. M. (2018). *A rebelião das andorinhas: saraus como manifestação político-cultural na zona sul de São Paulo.* Tese de doutorado (Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. http://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/20869.

Taylor, C. (2013). *As fontes do Self. A construção da identidade moderna,* Loyola.

Teixeira, A. (1985). A pedagogia de Dewey. In: Dewey, J. *Experiência e natureza; Lógica: a teoria da investigação; A arte como experiência; Vida e educação; Teoria da vida moral*. Coleção Os Pensadores. Traduções de Murilo Otávio Paes Leme, Anísio Teixeira e Leonidas Gontijo de Carvalho. 2. ed., Abril Cultural, 107-136.

Teixeira, M. O. N. (2016). *Patologias sociais, sofrimento e resistência: reconstrução da negatividade latente na teoria crítica de Axel Honneth.* Tese de doutorado (filosofia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

Telles, P. (2019). *Democracia de quem? Um estudo sobre desigualdades e eleições no Brasil.* Instituto Update!. https://www.institutoupdate.org.br/democracia-de-quem/ .

Trelles Castro, A. A. (2021). De la emancipación a la liberación. *Disenso. Crítica y Reflexión Latinoamericana*, 4(2), 8-16. https://barropensativo.com/index.php/DISENSO/article/view/97.

Trotta, L. C. (2020). Participação social e pluralidade: mandatos coletivos como nova forma de fazer política. *Anais do VI Simpósio Gênero e Políticas Públicas, 6,* 1293-1315. https://doi.org/10.5433/SGPP.2020v6.p1293.

Valente, M. G. & Peschanski, J. A. (2021). Colonização da internet e suas resistências. *Margem esquerda – revista da Boitempo,* 36, 25-31. Dossiê: Capitalismo digital.

Vaz, H. C. L. (2014). Apresentação: a significação da Fenomenologia do espírito. In: Hegel, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*, 9. ed, Vozes.

Weber, M. (2014). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 1.* Trad. Regis Barbosa e Karen Barbosa. Rev. Téc. Gabriel Cohn. 4.ed., Ed.UnB. Originalmente publicado em 1922.

Apêndice

Apêndice. Roteiro básico para orientar as entrevistas

Data, hora e local (ou plataforma digital).

Apresentação do TCLE e pedido de autorização para gravar.

[origem familiar e socialização]

1. Para começar, gostaria de saber um pouco sobre você. Pode me contar um pouco sobre você e sua família?

2. Onde você cresceu? Como foi sua infância, adolescência e primeiro trabalho?

3. Você frequentou ensino superior (graduação, pós)? Qual a profissão e grau de escolarização de seus pais?

[atuação política]

4. Para você, qual a diferença entre "ativista" e "militante"? Qual você se considera, e por quê?

5. Como você veio a ser uma ativista/militante? Você se lembra quando começou a se envolver com política pela primeira vez? O que te motivou?

6. No Brasil os espaços formais de representação política ainda são majoritariamente ocupados por homens, brancos, cis, e ricos/classe média-alta. Como você vê a questão da interseccionalidade das formas de opressão que recaem sobre mulheres, negras, trans, indígenas, trabalhadoras pobres das periferias? Você acha que a interseccionalidade também perpassa as formas de resistência?

[análise de conjuntura]

7. Como você avalia as transformações políticas dos Governos Lula para cá? Comente, por gentileza, especificamente esses três momentos: período do lulismo (2003-2013); jornadas de junho de 2013; impeachment 2016.

8. Como você avalia o fenômeno da ascensão da ultradireita em 2018, tanto em termos eleitorais no executivo e no legislativo, quanto em termos de base social?

9. E como você vê a posição da oposição desde então?

10. Parece haver um forte sentimento de descrédito com a política, na sociedade em geral. Isso às vezes tem sido descrito como crise de representatividade. O que você acha disso?

[Mandata Ativista ou outra atuação político-institucional]

11. Me conte sobre como você se sentiu quando a Mandata Ativista foi eleita. Qual o sentimento de entrar na ALESP como a décima mandata mais votada em 2018? E depois, como foi/tem sido a interação com outros gabinetes?
12. Você pode descrever, de forma resumida, quais são as suas principais práticas na Mandata Ativista?
13. A Mandata Ativista tem inspirado muita gente na política. Como você vê o surgimento de novas "bancadas" para as eleições de 2020?

[ruas e redes]

14. Desde antes da pandemia, as redes sociais na internet já eram uma trincheira de luta política. Como você avalia o papel dessas redes para a política no século XXI?
15. E como você avalia o alcance político das mobilizações de massa nas ruas?
16. Você acredita que há algum tipo de motivação especial ou forma de engajamento político que leva as pessoas a estarem mais ativas nas ruas ou nas redes?

[futuro]

17. Para finalizar, na sua opinião, como seria um mundo melhor? Objetivamente, o que precisa ser feito para vivermos num mundo melhor?

Agradecimento e finalização da entrevista.